

Paul Ricoeur

LEITURAS FILOSÓFICAS

1. *A ordem do discurso*, ⁵1999
Michel Foucault
2. *Sete lições sobre o ser*, ²2000
Jacques Maritain
3. *Aristóteles no século XX*
Enrico Berti
4. *As razões de Aristóteles*
Enrico Berti
5. *O que é a filosofia antiga?*
Pierre Hadot
6. *Aristóteles e o lógos*
Barbara Cassin
7. *A metáfora viva*
Paul Ricoeur
8. *Transformação da filosofia I:*
Filosofia analítica, Semiótica, Hermenêutica
Karl-Otto Apel
9. *Transformação da filosofia II:*
A priori da comunidade de comunicação
Karl-Otto Apel
10. *O ofício do filósofo estóico*
Rachel Gazolla
11. *O saber dos antigos — Teoria para os tempos atuais*
Giovanni Reale

A METÁFORA VIVA

Tradução:
DION DAVI MACEDO



Título original:

La Métaphore vive

© Éditions du Seuil, Paris, 1975

ISBN: 2-02-002749-6, 1^{re} publication)

Revisão

Cristina Peres de Freitas

Sonia Alexandre

Renato Rocha Carlos

Consultores

Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento

Haroldo de Campos

Péricles Oliveira de Sant'Anna

Philadelpho Menezes

Vera Cecília Machline

Diagramação

Ademir Pereira

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

Caixa Postal 42.335 – 04299-970 São Paulo, SP

☎ (0**11) 6914-1922

Fax: (0**11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br

e-mail: loyola@ibm.net

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 83-15-01939-6

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2000

Sumário

Prefácio	9
----------------	---

ESTUDO I

Entre retórica e poética: Aristóteles

1. O desdobramento da retórica e da poética	17
2. O núcleo comum à poética e à retórica: “a epífora do nome”	24
3. Um enigma: metáfora e comparação (<i>eikōn</i>)	42
4. O lugar “retórico” da <i>léxis</i>	50
5. O lugar “poético” da <i>léxis</i>	62

ESTUDO II

O declínio da retórica: a tropologia

1. O “modelo” retórico da tropologia	78
2. Fontanier, o primado da idéia e da palavra	83
3. Tropo e figura	87
4. Metonímia, sinédoque, metáfora	93
5. A família da metáfora	99
6. Metáfora forçada e metáfora de invenção	102

ESTUDO III

A metáfora e a semântica do discurso

1. O debate entre semântica e semiótica	109
2. Semântica e retórica da metáfora	123
3. Gramática lógica e semântica	134
4. Crítica literária e semântica	142

ESTUDO IV

A metáfora e a semântica da palavra

1. Monismo do signo e primado da palavra	157
2. Lógica e lingüística da denominação	163
3. A metáfora como “mudança de sentido”	172
4. A metáfora e os postulados saussurianos	188
5. O jogo do sentido: entre a frase e a palavra	195

ESTUDO V

A metáfora e a nova retórica

1. Desvio e grau retórico zero	214
2. O espaço da figura	222
3. Desvio e redução de desvio	231
4. O funcionamento das figuras: a análise “sêmica”	243

ESTUDO VI

O trabalho da semelhança

1. Substituição e semelhança	267
2. O momento “icônico” da metáfora	288
3. O processo feito à semelhança	293
4. Defesa da semelhança	296

5. Psicolingüística da metáfora	307
6. Ícone e imagem	317

ESTUDO VII

Metáfora e referência

1. Os postulados da referência	331
2. Argumentação contra a referência	339
3. Uma teoria da denotação generalizada	349
4. Modelo e metáfora	366
5. Por um conceito de “verdade metafórica”	376

ESTUDO VIII

Metáfora e discurso filosófico

1. A metáfora e a equivocidade do ser: Aristóteles	394
2. A metáfora e a “ <i>analogia entis</i> ”: a onto-teologia	416
3. Meta-fórica e meta-física	432
4. A intersecção das esferas de discurso	453
5. Explicitação ontológica do postulado da referência	465

Autores citados	483
-----------------------	-----

Prefácio

OS ESTUDOS QUE SE SEGUEM SÃO PROVENIENTES de um seminário realizado na Universidade de Toronto no outono de 1971, sob os auspícios do Departamento de Literatura Comparada. Nesse sentido, devo manifestar meus vivos agradecimentos ao professor Cyrus Hamlin, meu anfitrião em Toronto. Estas investigações continuaram a progredir durante os cursos dados posteriormente na Universidade de Louvain, depois na Universidade de Paris-X, no âmbito de meu Seminário de investigações fenomenológicas, e enfim na Universidade de Chicago, na cátedra John Nuveen.

Cada um destes estudos desenvolve um ponto de vista determinado e constitui um todo. Ao mesmo tempo, cada um é o segmento de um único itinerário que tem início com a retórica clássica, passa pela semiótica e pela semântica, para alcançar finalmente a hermenêutica. A passagem de uma disciplina a outra segue a das entidades lingüísticas correspondentes: a palavra, a frase e, por fim, o discurso.

A retórica da metáfora toma a *palavra* como unidade de referência. A metáfora, em consequência, é classificada entre as figuras de discurso em uma única palavra e definida como tropo por semelhança. Enquanto figura, consiste em um deslocamento e em uma ampliação do sentido das palavras; sua explicação deriva de uma teoria da substituição.

A esse primeiro nível correspondem os dois primeiros estudos.

O primeiro estudo — “Entre retórica e poética” — é consagrado a Aristóteles. Foi ele, com efeito, quem definiu a metáfora para

toda a história posterior do pensamento ocidental, sobre a base de uma semântica que toma a palavra ou o nome como unidade básica. Além disso, sua análise situa-se no cruzamento de duas disciplinas — a retórica e a poética —, que têm objetivos distintos: a “persuasão” no discurso oral e a *mimesis* das ações humanas na poesia trágica. O sentido dessa distinção permanece suspenso até o sétimo estudo, no qual a função heurística do discurso poético é definida.

O segundo estudo — “O declínio da retórica” — é consagrado às últimas obras de retórica na Europa, na França particularmente. A obra de Pierre Fontanier, *Les Figures du discours*, é tomada como base da discussão. A demonstração centra-se em dois pontos principais. Pretende-se, em primeiro lugar, mostrar que a retórica culmina na classificação e na taxionomia, na medida em que se concentra nas figuras *do desvio* — ou tropos —, pelas quais a significação de uma palavra é deslocada em relação a seu uso codificado. De outra parte, pretende-se mostrar que, se um ponto de vista taxionômico é apropriado a uma estática das figuras, não pode dar conta da própria produção de significação, cujo desvio em relação à palavra é apenas o efeito.

O ponto de vista semântico e o ponto de vista retórico só começam a diferenciar-se quando a metáfora é reposta no quadro da frase e tratada como um caso não mais de *denominação desviante*, mas de *predicação impertinente*.

A esse segundo nível de consideração pertencem os três estudos seguintes:

O terceiro estudo — “A metáfora e a semântica do discurso” — contém o passo decisivo da análise. Pode-se, por consequência, considerá-lo o estudo-chave. Ele situa provisoriamente, em uma relação de oposição irreduzível, a teoria da metáfora-enunciado e a da metáfora-palavra. A alternativa é preparada pela distinção, emprestada de Émile Benveniste, entre uma semântica, na qual a frase é a portadora da significação completa mínima, e uma semiótica, para a qual a palavra é um signo no código lexical. A essa distinção

entre semântica e semiótica faz-se corresponder a oposição entre uma teoria da tensão e uma teoria da substituição, a primeira aplicando-se à produção de metáfora no seio da frase tomada como um todo, a segunda referindo-se ao efeito de sentido no nível da palavra isolada. É nesse quadro que se discutem as importantes contribuições de autores da língua inglesa: I. A. Richards, Max Black, Monroe Beardsley. Procuraremos, por um lado, mostrar que os pontos de vista aparentemente diferentes representados por cada um deles (“filosofia da retórica”, “gramática lógica”, “estética”) podem ser postos sob o signo da semântica da frase introduzida no início do estudo. Tentaremos, por outro, delimitar o problema que esses autores deixam suspenso: o da criação de sentido de que é testemunha a metáfora de invenção. O sexto e o sétimo estudos serão mobilizados por essa questão de inovação semântica.

Confrontados com a questão assim delimitada no fim do terceiro estudo, o quarto e o quinto estudos parecem dar um passo atrás. Mas seu objetivo essencial é integrar a semântica da palavra, que o estudo precedente pode parecer ter eliminado, à semântica da frase. Com efeito, a definição de metáfora como transferência do nome não é errada. Ela permite identificar a metáfora e classificá-la entre os tropos. Mas sobretudo esta definição, veiculada por toda a retórica, não pode ser eliminada, na medida em que a palavra continua sendo portadora do efeito de sentido metafórico. Em relação a isso, é necessário lembrar que, no discurso, é a palavra que assegura a função de identidade semântica: é essa identidade que a metáfora altera. Importa, então, mostrar como a metáfora, produzida no âmbito do enunciado tomado como um todo, “evidencia-se” na palavra.

No quarto estudo — “A metáfora e a semântica da palavra” —, a demonstração limita-se aos trabalhos situados em continuidade à lingüística saussuriana, em particular os de Stephen Ullmann. Detendo-nos no limiar do estruturalismo propriamente dito, mostramos que uma lingüística que não distingue entre uma semântica da palavra e uma semântica da frase deve limitar-se a assinalar os fenômenos de alteração de sentido na história dos usos da língua.

O quinto estudo — “A metáfora e a nova retórica” — dá prosseguimento à mesma demonstração no quadro do estruturalismo francês. Este merece uma análise distinta, em razão da “nova retórica” que dele emergiu e que estende às figuras do discurso as regras de segmentação, de identificação e de combinação já aplicadas com sucesso às entidades fonológicas e lexicais. Introduce-se a discussão por meio de um exame detalhado das noções de “desvio” e de “grau retórico zero”, por meio de uma comparação das noções de “figura” e de “desvio” e, enfim, por uma análise do conceito de “redução do desvio”. Essa longa preparação serve de prefácio ao exame da nova retórica propriamente dita; considera-se com a maior atenção seu esforço para reconstruir sistematicamente o conjunto das figuras sobre a base das operações que governam os átomos de sentido de nível infralingüístico. A demonstração visa essencialmente estabelecer que a inegável sutileza da nova retórica esgota-se inteiramente em um quadro teórico que ignora a especificidade da metáfora-enunciado e limita-se a confirmar o primado da metáfora-palavra. Procuro, não obstante, mostrar que a nova retórica reenvia, do interior de seus próprios limites, a uma teoria da metáfora-enunciado que ela não pode elaborar sobre a base de seu sistema de pensamento.

A transição entre o nível semântico e o nível hermenêutico é assegurada pelo sexto estudo — “O trabalho da semelhança” —, que retoma o problema deixado suspenso no final do terceiro estudo, o da inovação semântica, isto é, da criação de uma nova pertinência semântica. É para resolver esse problema que a própria noção de semelhança é reposta em ação.

É necessário começar por refutar a tese, ainda sustentada por Roman Jakobson, de que a sorte da semelhança está indissolivelmente ligada à de uma teoria da substituição. Esforçamo-nos para mostrar que o jogo de semelhança não é menos demandado em uma teoria da tensão. É ao trabalho da semelhança que deve, com efeito, ser atribuída a inovação semântica pela qual uma “proximidade” inédita entre duas idéias é percebida apesar de sua “distância” lógica. “Bem saber descobrir as metáforas — dizia Aristóteles — significa bem se

aperceber do semelhante.” Do mesmo modo, a própria semelhança deve ser compreendida como tensão entre a identidade e a diferença na operação predicativa posta em movimento pela inovação semântica. Essa análise do trabalho da semelhança implica, por sua vez, a reinterpretação das noções de “imaginação produtiva” e de “função icônica”. É necessário, com efeito, deixar de ver na imaginação uma função da imagem, no sentido sensorial da palavra; ela consiste antes em “ver como...”, para retomar uma expressão de Wittgenstein, e esse poder é um aspecto da operação propriamente semântica que consiste em perceber o semelhante no dessemelhante.

A passagem ao ponto de vista *hermenêutico* corresponde à mudança de nível que conduz da frase ao discurso propriamente dito (poema, narração, ensaio etc.). Uma nova problemática emerge na ligação com esse novo ponto de vista: ela não se refere mais à *forma* da metáfora como figura do discurso focalizado sobre a palavra, nem mesmo somente ao *sentido* da metáfora como instauração de uma nova pertinência semântica, mas à *referência* do enunciado metafórico enquanto poder de “redescrever” a realidade. Essa transição da semântica à hermenêutica encontra sua justificação mais fundamental na conexão em todo discurso entre o sentido, que é sua organização interna, e a referência, que é seu poder de referir-se a uma realidade fora da linguagem. A metáfora apresenta-se, então, como uma estratégia de discurso que, ao preservar e desenvolver a potência criadora da linguagem, preserva e desenvolve o poder *heurístico* desdobrado pela *ficção*.

Mas a possibilidade de o discurso metafórico dizer alguma coisa sobre a realidade esbarra na constituição aparente do discurso poético que parece essencialmente não-referencial e centrado em si mesmo. A essa concepção não-referencial de discurso poético, opomos a idéia de que a suspensão da referência lateral é a condição para que seja liberado um poder de referência de segundo grau, a referência poética. Não se deve somente falar de duplo sentido, mas de “referência duplicada”, segundo uma expressão emprestada de Jakobson.

Apoiamos essa teoria da referência metafórica em uma teoria generalizada da denotação próxima da de Nelson Goodman em *Languages of Art*, e justificamos o conceito de “redescricao pela ficção” pelo parentesco estabelecido por Max Black, em *Models and Metaphors*, entre o funcionamento da metáfora nas artes e o dos modelos nas ciências. Esse parentesco no plano heurístico constitui o principal argumento dessa hermenêutica da metáfora.

Assim, a obra é conduzida a seu tema mais importante: a saber, que a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas ficções têm de redescrever a realidade. Ligando dessa maneira ficção e redescricao, restituímos sua plenitude de sentido à descoberta de Aristóteles, na *Poética*, de que a *poësis* da linguagem procede da conexão entre *mythos* e *mimesis*.

Dessa conjunção entre ficção e redescricao concluímos que o “lugar” da metáfora, seu lugar mais íntimo e mais último, não é nem o nome, nem a frase, nem mesmo o discurso, mas a cópula do verbo ser. O “é” metafórico significa a um só tempo “não é” e “é como”. Se assim é, somos levados a falar de verdade metafórica, mas em um sentido igualmente “tensional” da palavra “verdade”.

Essa incursão na problemática da realidade e da verdade requer que seja esclarecida a filosofia implícita na teoria da referência metafórica. A esta exigência responde o oitavo estudo: “Metáfora e discurso filosófico”.

Esse estudo é, no essencial, uma defesa da pluralidade de modos de discurso e da independência do discurso filosófico em relação às proposições de sentido e de referência do discurso poético. Nenhuma filosofia procede diretamente da poética: demonstra-se isto no caso aparentemente mais desfavorável, o da analogia aristotélica e medieval. Nenhuma filosofia procede sem mais da poética por via indireta, mesmo sob a sombra da metáfora “morta” na qual se poderia concluir o conluio denunciado por Heidegger entre metafísica e meta-fórica. O discurso que se esforça para operar a *retomada* da ontologia implícita no enunciado metafórico é outro. Nesse

sentido, *fundar* o que foi denominado verdade metafórica é também *limitar* o discurso poético. É dessa maneira que este último recebe justificação no interior de sua circunscrição.

Tal é o esboço da obra. Ela não visa substituir a retórica pela semântica e esta pela hermenêutica, e em refutar assim uma pela outra, mas tende antes a legitimar cada ponto de vista no interior dos limites da disciplina que lhe corresponde, e a fundar o encadeamento sistemático dos pontos de vista sobre a progressão da palavra à frase e da frase ao discurso.

O livro é relativamente longo, na medida em que assume a tarefa de examinar as metodologias próprias a cada ponto de vista, de desdobrar as análises resultantes de cada uma e de sempre atribuir os limites de uma teoria aos limites do ponto de vista correspondente. Em relação a isso, note-se que a obra só elabora e critica as teorias que simultaneamente sustentam um ponto de vista em seu mais alto grau de expressão e contribuem com a progressão do argumento de conjunto. Não se encontrará aqui, portanto, refutação demolidora, mas antes a demonstração do caráter unilateral das doutrinas que se declaram exclusivas. No que concerne à sua origem, algumas das doutrinas decisivas são colhidas da literatura de língua inglesa, outras, da literatura de língua francesa. Esta situação exprime a dupla consolação de minha investigação tanto quanto de meu ensino durante estes últimos anos. Espero com isso contribuir para reduzir a ignorância que persiste entre os especialistas dos dois mundos lingüísticos e culturais. Reservar a mim mesmo corrigir a injustiça aparentemente cometida aos autores de língua alemã em outro livro atualmente em elaboração, que retoma o problema da hermenêutica em toda a sua amplitude.

Estes estudos são dedicados a alguns daqueles cujo pensamento aproxima-se do meu ou que me acolheram nas Universidades nas quais estes estudos foram elaborados: Vianney Décarie, Universidade de Montreal; Gérard Genette, École Pratique des Hautes Études em Paris; Cyrus Hamlin, Universidade de Toronto; Émile Benveniste, Collège de France; A.-J. Greimas, École Pratique des Hautes Études em Paris; Mikel Dufrenne, Universidade de Paris; Mircea Eliade, Universidade de Chicago; Jean Ladrière, Universidade de Louvain.

ESTUDO I

Entre retórica e poética: Aristóteles

Para Vianney Décarie

1. O desdobramento da retórica e da poética

O PARADOXO HISTÓRICO DO PROBLEMA da metáfora é que ele chegou até nós por meio de uma disciplina que morreu em meados do século XIX, quando deixa de figurar nos *cursus studiorum* dos colégios. Essa ligação da metáfora com uma disciplina morta é fonte de grande perplexidade; o retorno dos modernos ao problema da metáfora não os teria conduzido à vã ambição de fazer a retórica renascer de suas cinzas?

Se o projeto não é insensato, pode parecer conveniente apelar, antes de tudo, àquele que pensou filosoficamente a retórica: Aristóteles.

De sua leitura recebemos, no limiar de nossos projetos, algumas advertências salutares.

Em primeiro lugar, o simples exame do índice da *Retórica* de Aristóteles atesta que não é somente de uma disciplina falecida que recebemos a teoria das figuras, mas de uma disciplina amputada. A retórica de Aristóteles abrange três campos: uma teoria da argumentação, que constitui seu eixo principal e fornece ao mesmo

tempo o nó de sua articulação com a lógica demonstrativa e com a filosofia (essa teoria da argumentação abrange por si só dois terços do tratado), uma teoria da elocução e uma teoria da composição do discurso. O que os últimos tratados de retórica nos oferecem é, segundo a feliz expressão de G. Genette, uma “retórica restrita”¹, restrita, antes de tudo, à teoria da elocução, mas também à teoria dos tropos. A história da retórica é a história da pele mágica. Uma das causas da morte da retórica está aí: ao reduzir-se a uma de suas partes, a retórica perdeu ao mesmo tempo o *nexus* que a vinculava à filosofia por meio da dialética; perdida essa ligação, tornou-se a retórica uma disciplina errática e fútil. A retórica morreu quando o gosto de classificar as figuras excedeu inteiramente o sentido filosófico que animava o vasto império retórico, que mantinha unidas suas partes e vinculava o todo ao *Organon* e à filosofia primeira.

Este sentimento de uma perda irremediável se intensifica quando consideramos que o próprio e vasto programa aristotélico representava, se não uma redução, ao menos uma racionalização de uma disciplina que, em seu lugar de origem, Siracusa, se propusera regular todos os usos da palavra pública². Havia retórica porque havia eloquência, eloquência pública. A observação vai mais longe: em primeiro lugar, a palavra foi uma arma destinada a influenciar o povo, diante do tribunal, na assembléia pública, ou ainda para elogio ou panegírico: uma arma chamada a dar a vitória nas lutas em que o discurso é decisivo. Nietzsche escreve: “A eloquência é republicana”. A antiga definição recebida dos sicilianos — “a re-

1. Gérard Genette, “Rhétorique restreinte”, in *Communications*, 16, Paris, Éd. du Seuil, 1970.

2. Sobre o nascimento da retórica, cf. E. M. Cope, *An Introduction to Aristotle's Rhetoric*, London and Cambridge, Macmillan, 1867, t. I, pp. 1-4; Chaignet, *La Rhétorique et son histoire*, E. Bouillon et E. Vieweg, 1888, pp. 1-69; O. Navarre, *Essai sur la rhétorique grecque avant Aristote*, Paris, 1900; G. Kennedy, *The Art of Persuasion in Greece*, Princeton and London, 1963; R. Barthes, “L'ancienne rhétorique”, in *Communications*, 16, pp. 175-176.

tórica é escrava (ou mestra) da persuasão” (*peithous dêmiourgos*)³ — recorda que a retórica foi acrescida como uma “técnica” à eloquência natural, mas que esta técnica enraíza-se em uma demiurgia espontânea; entre todos os tratados didáticos escritos na Sicília, e posteriormente na Grécia, foi essa *tékhnē* que tornou o discurso consciente de si mesmo e fez da persuasão um objetivo distinto a ser alcançado por meio de uma estratégia específica.

Antes, portanto, da taxionomia das figuras, existia a grande retórica de Aristóteles; mas, antes desta, existia o uso selvagem da palavra e a ambição de apreender por meio de uma técnica especial sua perigosa potência. A retórica de Aristóteles já é uma disciplina domesticada, solidamente suturada à filosofia pela teoria da argumentação, da qual a retórica em seu declínio foi amputada.

A retórica dos gregos não tinha somente um programa singularmente mais vasto que a dos modernos; ela extraía de sua relação com a filosofia todas as ambigüidades de seu estatuto. A origem “selvagem” da retórica explica bem o caráter propriamente dramático desse comércio. O *corpus* aristotélico apresenta-nos somente um dos equilíbrios possíveis, em meio a tensões extremas, precisamente aquele que corresponde ao estado de uma disciplina que já não é simplesmente uma arma na praça pública, mas que ainda não é uma simples botânica das figuras.

A retórica é, sem dúvida, tão antiga quanto a filosofia; diz-se que Empédocles a “inventou”⁴. Por esta razão, ela é sua mais velha inimiga e sua mais antiga aliada. Sua mais velha inimiga: é sempre possível que a arte de “bem falar” libere-se do cuidado de “dizer a verdade”; a técnica fundada no conhecimento das causas que

3. Sócrates atribui essa fórmula a Górgias no discurso que o opõe ao mestre ateniense da retórica, *Górgias*, 453 a. Mas o germe foi encontrado por Córax, aluno de Empédocles, primeiro autor de um tratado didático – *tékhnē* – da arte oratória, seguido por Tísias de Siracusa. A própria expressão implica a idéia de uma operação magistral, soberana (Chaignet, *op. cit.*, p. 5).

4. Diógenes Laércio, VIII, 57: “Aristóteles diz no *Sofista* que Empédocles foi o primeiro a descobrir (*eurein*) a retórica”, citado em Chaignet, *op. cit.*, p. 3, nota 1.

geram os efeitos da persuasão confere um poder formidável a quem a domine perfeitamente: o poder de dispor das palavras sem as coisas, e de dispor dos homens ao dispor das palavras. Talvez seja necessário compreender que a possibilidade dessa cisão acompanha toda a história do discurso humano. Antes de tornar-se fútil, a retórica fora perigosa. Eis por que Platão a condenava⁵: para ele a retórica é para a justiça — virtude política por excelência — o que a sofística é para a legislação; e as duas são, para a alma, o que são, para o corpo, a cozinha em relação à medicina e a cosmética em relação à ginástica, isto é, artes de ilusão e de engano⁶. Essa condenação da retórica como pertencendo ao mundo da mentira, do *pseudos*, não pode ser perdida de vista. A metáfora também terá seus inimigos. Numa interpretação que se pode dizer tanto “cosmética” quanto “culinária”, não verão nela nada além de simples ornamento e puro deleite. Toda condenação da metáfora como sofisma participa da condenação da própria sofística.

Mas a filosofia jamais esteve em condição de destruir a retórica ou de absorvê-la. Os próprios lugares em que a eloquência exibe seus encantos — o tribunal, a assembléia, os jogos públicos — são lugares que não foram gerados pela filosofia e que ela não tem

5. O *Protágoras*, o *Górgias* e o *Fedro* fornecem as balizas da condenação sem concessão da retórica por Platão: “E quanto a Tísias e Górgias? Vamos deixá-los em descanso, quando descobriram que verossímil vale mais que o verdadeiro, que sabem, graças à força da palavra, tornar grandes as coisas pequenas e reciprocamente pequenas as grandes; que são capazes de dar um colorido arcaico aos temas modernos e aos contrários um colorido moderno, e que souberam, a respeito de qualquer assunto, encontrar a concisão da frase e seu alongamento indefinido...?”, *Fedro*, 267 b; *Górgias*, 449 a - 458 c. Finalmente, a “verdadeira retórica” é a própria dialética, isto é, a filosofia, *Fedro*, 271 c.

6. “Resumindo, dir-te-ei, em linguagem matemática (talvez assim me compreendas melhor), que a toaleta está para a ginástica como a sofística para a legislação, e a cozinha para a medicina como a retórica para a justiça”, *Górgias*, 465 b-c. O nome genérico dessas simulações da arte — cozinha, toaleta, retórica, sofística — é “adulação” (*kolakeia*, *ibid.*, 463 b). O argumento subjacente, do qual a polêmica oferece o negativo, é que a maneira de ser que se denomina “saúde” na ordem do corpo tem seu homólogo na ordem da alma; é esta homologia das duas “terapias” que regula a dos dois pares de artes autênticas, ginástica e medicina, de uma parte, justiça e legislação de outra, *Górgias*, 464 c.

condições de suprimir. Seu discurso é somente um discurso entre outros, e a pretensão à verdade que habita seu discurso a exclui da esfera do poder. Ela não pode, portanto, por suas próprias forças, arruinar a relação entre discurso e poder.

Uma possibilidade permanece aberta: delimitar os usos legítimos da palavra de poder, ampliar a linha que separa o uso do abuso, instituir filosoficamente os vínculos entre a esfera de validade da retórica e aquele no qual reina a filosofia. A retórica de Aristóteles constitui a mais brilhante das tentativas de institucionalizar a retórica a partir da filosofia.

As questões que põem em movimento a tarefa são estas: o que é persuadir? Em que a persuasão se distingue da adulação, da sedução, da ameaça, isto é, das formas mais sutis de violência? O que significa influenciar pelo discurso? Levantar essas questões é decidir que não se podem tecnicizar as artes do discurso sem submetê-las a uma reflexão filosófica radical que delimite o conceito de “o que é persuasivo” (*to pithanon*⁷).

Ora, a lógica oferecia uma solução auxiliar ao aproximar-se de uma das mais velhas instituições da retórica; esta reconhecera, desde suas origens, no termo *to eikos*⁸ — o verossímil — um título

7. “... Apreender os meios de persuadir que cada tema permite” (*Retórica*, I, 1355 b 10). “A retórica serve... para descobrir o persuasivo (*to pithanon*) verdadeiro e o persuasivo aparente, do mesmo modo que o silogismo verdadeiro e o silogismo aparente” (1355 b 15); “admitamos, então, que a retórica é a faculdade de descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser próprio para persuadir” (1355 b 25); “a retórica parece ser a faculdade de descobrir especulativamente em qualquer caso o persuasivo” (1355 b 32).

8. Na *Retórica*, II, 24, 9, 1402 a 17-20, Aristóteles atribui a Córax a invenção da retórica do verossímil: “É — diz ele — das aplicações desse meio que se compõe a *tékhnē* de Córax: se um homem não dá oportunidade à acusação dirigida contra ele, se por exemplo um homem fraco é perseguido por sevícias, sua defesa será que não é verossímil que ele seja culpado”. Não obstante, Aristóteles situa essa evocação de Córax no quadro dos “lugares dos entimemas aparentes”, em outras palavras, dos paralogismos. Antes dele Platão já atribuíra a paternidade dos raciocínios verossímeis a Tísias “ou a outro, quem quer que ele seja, e seja qual for o nome por que goste de ser chamado (Córax, o corvo?)”, *Fedro*, 273 c. Sobre o uso dos argumentos *eikota* em Córax e Tísias, cf. Chaignet, *op. cit.*, pp. 6-7, e J. F. Dobson, *The Greek Orators*, New York, Freeport, 1917, 1967² (capítulo I, § 5).

ao qual poderia aspirar o uso público da palavra. O gênero de prova que convém à eloquência não é o necessário, mas o verossímil, pois as coisas humanas, a respeito das quais os tribunais e as assembléias deliberam e decidem, não são suscetíveis de qualquer sorte de necessidade, de determinação intelectual, que a geometria e a filosofia primeira exigem. Antes portanto de denunciar a *dóxa* — a opinião — como inferior à *epistème* — à ciência —, a filosofia pôde propor-se elaborar uma teoria do verossímil que forneceria as armas para a retórica contra seus próprios abusos, dissociando-a da sofística e da erística. O grande mérito de Aristóteles foi elaborar esse vínculo entre o conceito retórico de persuasão e o conceito lógico de verossímil, e construir sobre essa relação todo o edifício de uma retórica filosófica⁹.

O que lemos hoje sob o título de *Retórica* é, portanto, o tratado no qual se inscreve o equilíbrio entre dois movimentos contrários, o que leva a retórica a libertar-se da filosofia, se não se substituir a ela, e o que leva a filosofia a reinventar a retórica como um sistema de prova de segunda ordem. No ponto de encontro da perigosa potência da eloquência e da lógica do verossímil, situa-se uma retórica que a filosofia mantém sob vigilância. Foi desse conflito íntimo entre a razão e a violência que a história da retórica produziu o esquecimento; esvaziada de seu dinamismo e de seu drama, a retórica é entregue ao jogo de distinções e de ordenações. O gênio taxionômico ocupa o lugar abandonado pela filosofia da retórica.

A retórica dos gregos possuía, portanto, não somente um programa mais vasto, mas uma problemática singularmente mais dramática que a moderna teoria das figuras do discurso. E, mesmo assim, ela não cobria todos os usos do discurso. A técnica de “bem

9. O entimema, que é “o silogismo da retórica” (*Retórica*, 1356 b 5), e “o exemplo”, que é de ordem indutiva (1356 b 15), dão lugar a raciocínios que “operam sobre proposições que podem, o mais das vezes, ser outras que não elas” (1357 a 15). Ora, “o verossímil é o que é produzido com mais frequência, não falando em termos absolutos, como alguns o definem, mas o que, no domínio das coisas que podem ser de outro modo, está relativamente à coisa em relação à qual é verossímil na relação do universal ao particular” (1437 a 34-35).

falar” continuava a ser uma disciplina parcial, limitada, não só por cima, do lado da filosofia, mas lateralmente, do lado de outros domínios do discurso. Um dos campos que ela deixa fora de si mesma é a poética. Esse desdobramento da retórica e da poética interessa-nos particularmente, na medida em que a metáfora, em Aristóteles, pertence aos dois domínios.

A dualidade da retórica e da poética reflete uma dualidade no uso do discurso tanto quanto em situações do discurso. A retórica, já se disse, foi antes de tudo uma técnica da eloquência; seu alcance é o mesmo da eloquência, a saber, gerar a persuasão. Ora, esta função, por mais vasta que seja sua extensão, não cobre todos os usos do discurso. A poética, arte de compor poemas, trágicos principalmente, não depende, nem quanto à função nem quanto à situação do discurso, da retórica, arte da defesa, da deliberação, da repreensão e do elogio. A poesia não é a eloquência. Ela não visa à persuasão, mas produz a purificação das paixões do terror e da piedade. Poesia e eloquência desenham assim dois universos de discurso distintos. Ora, a metáfora tem um pé em cada domínio. Ela pode, quanto à estrutura, consistir apenas em uma única operação de transferência do sentido das palavras, mas, quanto à função, ela dá continuidade aos destinos distintos da eloquência e da tragédia; há, portanto, uma única *estrutura* da metáfora, mas duas *funções*: uma função retórica e uma poética.

Por sua vez, essa dualidade de função na qual se exprime a diferença entre o mundo político da eloquência e o mundo poético da tragédia traduz uma diferença mais fundamental ainda no nível da intenção. Esta oposição é, em grande parte, dissimulada, porque a retórica, tal qual a conhecemos por meio dos últimos tratados modernos, foi amputada de sua maior parte, o tratado da argumentação. Aristóteles a define como a arte de inventar ou de encontrar provas. Ora, a poesia nada quer provar, seu projeto é mimético; entendamos por isso, como o diremos mais amplamente adiante, que seu alcance é compor uma representação essencial das ações humanas, seu modo próprio é dizer a verdade por meio da ficção, da fábula, do *mythos* trágico. A tríade *poiesis* — *mimesis* — *kátharsis*

descreve de maneira exclusiva o mundo da poesia, sem confusão possível com a tríade *retórica — prova — persuasão*.

Será necessário, portanto, repor a estrutura única da metáfora sucessivamente no fundo das artes miméticas e no das artes da prova persuasiva. Essa dualidade de função e de intenção é mais radical que toda distinção entre prosa e poesia e constitui sua justificação última.

2. O núcleo comum à poética e à retórica: “a epífora do nome”

Colocaremos provisoriamente entre parênteses os problemas apresentados pela dupla inserção da metáfora na *Poética* e na *Retórica*. É lícito fazê-lo: a *Retórica* — quer tenha sido composta quer somente modificada após a redação da *Poética*¹⁰ — adota pura e simplesmente a definição de metáfora da *Poética*¹¹, e essa definição é bem conhecida: “A metáfora é a transferência para uma coisa do nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para o gênero de outra, ou por analogia”, *Poética*, 1457 b 6-9¹². Além disso, a metáfora é posta, em outras obras, sob a mesma rubrica da *léxis*, palavra de difícil tradução¹³

10. Sobre as diferentes hipóteses acerca da ordem de composição da *Retórica* e da *Poética*, cf. Marsh McCall, *Ancient Rhetorical Theories of Simile and Comparison*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1969, pp. 29-35.

11. Encontramos na atual redação da *Retórica* referências à *Poética* in III, 2, 1; III, 2, 5; III, 2, 7; III, 10, 7. A existência na *Retórica* de um desenvolvimento sobre o *eikōn*, sem paralelo na *Poética*, põe um problema distinto que será analisado especificamente no § 3 do presente estudo.

12. Tradução francesa de J. Hardy, Paris, Éd. des Belles Lettres, 1932, 1969², (Collection Budé).

13. A tradução em francês do grego *léxis* suscitou soluções discordantes: Hatzfeld/Dufour, *La Poétique d'Aristote*, Paris/Lille, 1899, traduzem por “discours”; J. Hardy diz “élocution”; Dufour/Wartelle, tradutores da *Retórica*, III, nas éd. Les Belles Lettres (1973), dizem “style”. Quanto aos tradutores ingleses, W. D. Ross diz “diction”, Bywater diz igualmente “diction”; E. M. Cope diz “style”, os *Aretai Lexeis* são os “various excellences of style” para este último. D. W. Lucas, *Aristotle's Poetics*, Oxford, Clarendon Press, 1968, escreve ad 50 b 13: “*léxis can often be rendered by style, but it covers the whole process of combining words into an intelligible sequence*” (p. 109).

por razões que se esclarecerão mais adiante; nós nos limitaremos, no momento, a dizer que a palavra concerne ao plano total da expressão. Ora, a diferença entre os dois tratados está na função poética, de uma parte, e retórica, de outra, da *léxis*, e não no pertencimento da metáfora aos procedimentos da *léxis*. Esta é sempre, o instrumento de inserção, aliás divergente, da metáfora nos dois tratados considerados.

Como, na *Poética*, a metáfora se liga à *léxis*? Aristóteles começa por descartar uma análise da *léxis* que seja regulada pelos “modos de elocução” (*ta skhēmata tēs lexeōs*) e que se ligaria a noções tais como ordem, oração, narração, ameaça, interrogação, resposta etc. Evocada com dificuldade, essa linha de análise é interrompida pela observação: “Deixemos de lado esta parte da questão, porque é alheia à poética” (1456 b 19). Esta outra ciência só pode ser a retórica. Outra análise da *léxis* é assim introduzida, operando não mais sobre os *skhēmata*, mas sobre as *méré* — as “partes”, os “constituintes” — da elocução. “Quanto à elocução, as seguintes são suas partes: letra, sílaba, conjunção, nome, verbo, [artigo], flexão, flexão e locução (*lógos*)” (1456 b 20-21).

A diferença entre essas duas análises é importante para nosso propósito: os “esquemas” da elocução são, desde logo, fatos de discurso; na terminologia de Austin, são formas ilocucionárias de discurso. Em contrapartida, as “partes da elocução” são provenientes de uma segmentação do discurso em unidades menores que a frase ou de tamanho igual à frase, segmentação que seria proveniente hoje de uma análise propriamente lingüística.

Qual é o resultado, para uma teoria da metáfora, dessa mudança de nível? Essencialmente isto: o termo comum à enumeração das partes da elocução e à definição da metáfora é o nome (*onoma*). Assim, selou-se por séculos a sorte da metáfora: ela se uniu doravante à poética e à retórica, não em termos de discurso, mas em termos de um segmento do discurso, o nome. Resta saber se, sob a pressão dos exemplos, uma teoria virtual da metáfora-discurso não fará rebentar a teoria explícita da metáfora-nome.

Vejamos então mais de perto como o nome funciona numa e noutra parte: na enumeração das partes da elocução e da definição da metáfora.

Caso se considere, em primeiro lugar, a análise da elocução em “partes”, mostra-se claramente que o nome é o suporte da enumeração, e é assim definido (1457 a 10-11): “Um som complexo dotado de significação, sem indicação de tempo, que não tem nenhuma parte que, como parte do todo, seja significativa por si mesma” — (trad. Hardy: “O nome é um composto de sons significativos, sem idéia de tempo, e cujas partes não são significativas por si mesmas”). A esse propósito, ele é a primeira das entidades enumeradas dotada de significação; diríamos hoje: é a unidade semântica. As quatro partes da *léxis* que o precedem situam-se abaixo do limiar semântico e são pressupostas pela definição do nome. O nome, com efeito, é em primeiro lugar um som complexo, e é necessário, então, antes de tudo, definir o “som indivisível”: é a primeira parte da elocução, a “letra” (diríamos hoje o fonema), provém da “métrica” (diríamos hoje a fonética ou, melhor, a fonologia). Pode-se dizer o mesmo da segunda parte, a sílaba, que é definida em primeiro lugar negativamente em relação ao nome: “A sílaba é um som desprovido de significado” (*asêmos*), e em seguida positivamente em relação à letra: “Ela é composta de uma muda e de uma letra que tem um som” (1456 b 34-35). Não saímos dos “sons destituídos de significado” com a conjunção e o artigo. Portanto, é por oposição ao som “indivisível” (letra) e ao som “asêmico” que o nome é definido como “som complexo dotado de significado”. É sobre esse núcleo semântico da elocução que será enxertada, dentro em breve, a definição de metáfora como uma transferência da significação dos nomes. A posição-chave do nome na teoria da elocução é de importância decisiva.

Essa posição é confirmada pela definição das “partes” da elocução que seguem o nome. Este ponto merece um exame atento, pois são partes que unem o nome ao discurso e poderiam deslocar posteriormente o centro de gravidade da teoria da metáfora do nome para a frase ou para o discurso. A sexta parte da *léxis* é o

verbo. Este difere do nome apenas por sua relação com o tempo (a doutrina é aqui ponto por ponto conforme à do tratado *Da Interpretação*¹⁴). Nome e verbo têm em sua definição uma parte comum: “Som dotado de significado”, e uma parte diferencial: “Sem (idéia) de tempo” e “com (idéia) de tempo”; o nome “não significa o tempo presente”, mas no verbo “acresce-se ao sentido a indicação do tempo presente, de um lado, e do tempo passado, de outro” (1457 a 14-18). Que o nome seja definido negativamente em relação ao tempo e o verbo positivamente implica que o verbo tenha uma prioridade sobre o nome e, a frase sobre a palavra (na medida em que *onoma* significa ao mesmo tempo o nome por oposição ao verbo e a palavra por oposição à frase)? De modo algum; a oitava e última parte da *léxis* — a “locução” (*lógos*)¹⁵ — extrai sua definição do “som complexo dotado de significado”, o qual, como visto, define o nome e acrescenta-lhe isto: “Cujas várias partes têm sentido por si mesmas” (1457 a 23-24). É, portanto, não apenas um som complexo, mas uma significação complexa. Duas espécies são assim incluídas: a *frase*, um composto de nome e verbo, segundo a definição do tratado *Da interpretação*¹⁶, e a

14. *Da Interpretação*, § 2: “O nome é um som vocal que possui uma significação convencional, sem referência ao tempo, e do qual algumas partes não possuem significação quando tomadas separadamente” (16 a 19-20); § 3: “O verbo é o que acrescenta à sua própria significação a do tempo: nenhuma de suas partes nada significa separadamente, e sempre indica qualquer coisa afirmada de alguma outra coisa” (16 b 6).

15. Ross traduz *lógos* por *speech* (ad. loc.).

16. *Da Interpretação*, § 4: “O discurso (*lógos*) é um som vocal que possui uma significação convencional e do qual algumas partes, tomadas separadamente, possuem uma significação como enunciação e não como afirmação” (16 b 26-28). “Contudo, nem todo discurso é uma proposição, mas somente o discurso no qual se funda o verdadeiro ou o falso, o que não acontece em todos os casos: assim, a oração é um discurso, mas não é verdadeira nem falsa” (17 a 1-5); § 5: “Denominemos o nome ou o verbo uma simples enunciação (*phasis*), considerando-se que não se pode dizer que ao exprimir qualquer coisa desta maneira se forme uma proposição, quer se trate de uma resposta quer de um juízo espontaneamente emitido. Uma espécie dessas proposições é simples: por exemplo, afirmar algo de algo ou negar algo de algo” (17 a 17-21).

definição, um composto de nomes¹⁷. Não se pode, portanto, traduzir *lógos* por frase ou enunciado, mas somente por locução, para cobrir os dois domínios da definição e da frase. A frase não tem nenhum privilégio na teoria semântica. A palavra, como nome e como verbo, continua a ser a unidade de base da *léxis*.

Pode-se aduzir, apesar de tudo, duas reservas a essa conclusão demasiadamente brutal. Primeira nuance: o *lógos* é uma unidade própria que não parece derivar da unidade da palavra (“a locução pode ser uma de duas maneiras: ou porque designa uma só coisa, ou pelo liame que reúne muitas coisas” (1457 a 28-29). A afirmação é duplamente interessante: por um lado, a unidade de significação designada como *lógos* poderia servir de base a uma teoria da metáfora menos tributária do nome por outro, uma combinação de locuções é que constitui a unidade de uma obra, por exemplo a *Ilíada*; é necessário, acrescentar uma teoria do discurso a uma teoria da palavra. Mas também é necessário reconhecer que essa dupla consequência não é explicitamente extraída da afirmação sobre a unidade de significação trazida pelo *lógos*.

Segunda reserva: não se pode considerar que a expressão “som complexo dotado de significado” descreve uma unidade semântica comum ao nome, ao verbo e à locução e, por consequência, que essa expressão não envolva apenas a definição do nome? Aristóteles teria designado com isso, aquém da diferença entre nome, verbo, frase e definição, o portador da função semântica como tal, digamos o “núcleo semântico”. Um leitor moderno tem, certamente, o direito

17. A definição é a unidade de significação de uma coisa: “Disso resulta que só há quiddidade das coisas cuja enunciação (*lógos*) é uma definição (*orismos*). Não é definição o nome (*onoma*) que designa a mesma coisa que uma enunciação (*lógos*), pois então toda enunciação seria uma definição, pois sempre pode haver um nome designando a mesma coisa de qualquer enunciação; chega-se a dizer que a *Ilíada* é uma definição. Na realidade, só há definição se a enunciação é a de um objeto primeiro, isto é, de tudo o que não é constituído por atribuição de uma coisa a outra coisa” (portanto se o *lógos* é o da *ousía*). *Metafísica*, Z, 4, 1030 a 6-11. Cf. também, *ibid.*, H, 6, 1045 a 12-14. Tal unidade de significação não tem a frase por suporte de nenhum modo.

de isolar esse “núcleo semântico” e, por isso mesmo, de fazer uma crítica puramente interna do privilégio do nome. Isso não sem consequências para a teoria da metáfora, que pode assim desligar-se do nome. Ver-se-á que certos exemplos de metáfora, no próprio Aristóteles, caminham nesse sentido. Contudo, mesmo na interpretação mais extensiva, o som complexo dotado de significação designaria essencialmente a palavra, não a frase. Esse núcleo — comum ao nome e a outra coisa que não o nome — não pode, com efeito, designar especificamente a unidade de sentido do enunciado, na medida em que o *lógos* abrange a composição de nomes, ou definição, assim como a composição do verbo e do nome, ou frase. É, portanto, mais sábio deixar suspensa a questão da unidade comum ao nome, ao verbo e ao *lógos*, designada como “som complexo dotado de significado”. Finalmente, a teoria explícita da *léxis*, por sua análise em “partes”, visa isolar não o núcleo semântico eventualmente comum a várias dessas partes, mas as próprias partes e, entre elas, uma parte cardeal. O nome tem a função-pivô.

É, com efeito, do nome que se diz, após a análise em partes da *léxis* e imediatamente antes da definição da metáfora: “Todo nome é ou um nome corrente (*kyrion*), ou estranho, ou metáfora, ou ornado, ou inventado, ou alongado, ou abreviado, ou alterado” (1457 b 1-3). Esse texto de ligação reúne expressamente a metáfora à *léxis* por intermédio do nome.

Voltemo-nos agora para a definição de metáfora reproduzida acima.

Ressaltaremos os seguintes traços:

Primeiro traço: a metáfora é algo que acontece ao nome. Como enunciamos desde a introdução ao vincularmos a metáfora ao nome ou à palavra e não ao discurso, Aristóteles orienta por vários séculos a história poética e retórica da metáfora. A teoria dos tropos — ou figuras de palavras — está contida *in nuce* na definição de Aristóteles. Esse confinamento da metáfora entre as *figuras de palavras* será, certamente, a ocasião de um refinamento extremo da taxionomia. Mas ele será pago a um preço elevado: a impossibilidade de

reconhecer a unidade de certo funcionamento que, como Roman Jakobson mostrará, ignora a diferença entre palavra e discurso e opera em todos os níveis estratégicos da linguagem: palavras, frases, discursos, textos, estilos (cf. mais adiante, Estudo VI, § 1).

Segundo traço: a *metáfora é definida em termos de movimento*: a *epiphorá* de uma palavra é descrita como uma sorte de deslocamento de... para... Essa noção de *epiphorá* traz consigo uma informação e uma perplexidade. Uma informação: longe de designar uma figura entre outras, ao lado, por exemplo, da sinédoque e da metonímia, como será o caso nas taxinomias da retórica posterior, a palavra *metáfora*, em Aristóteles, aplica-se a toda transposição de termos¹⁸. Sua análise prepara, assim, uma reflexão global sobre a *figura enquanto tal*. Pode-se deplorar, em relação à clareza do glossário, que o mesmo termo designe tanto o gênero (o fenômeno de transposição, isto é, a *figura enquanto tal*) como uma espécie (o que se denominará mais tarde o *tropo da semelhança*). Esse equívoco é interessante em si mesmo. Ele conserva um interesse distinto daquele que preside às taxinomias e que se verá culminar no gênio da classificação para enterrar-se na escotomização do discurso. Um interesse pelo próprio movimento de transposição. Um interesse pelos processos, mais que pelas classes. Esse interesse assim pode ser formulado: o que significa transpor o sentido das palavras? Esta questão poderia encontrar seu alicerce na interpretação semântica proposta anteriormente: na medida em que, com efeito, a noção de “som complexo portador de significação” cobre a um só tempo o domínio do nome, do verbo e da locução (portanto da frase), pode-se

18. D. W. Lucas, *Aristotle's Poetics*, Oxford, 1968, faz a seguinte observação (*ad. loc.*, p. 204): “*metaphorá*: the term is used in a wider sense than English “metaphor”, which is mainly confined to the third and fourth of Aristotle's types”. A noção genérica de transposição é suposta pelo uso dos termos *metaphorá* e *metapherein* em diversos contextos da obra de Aristóteles: *Ética a Eudemo*, 1221 b 12-13; emprego de “espécies” em vez do gênero “anônimo” (1224 b 25); transferência de uma qualidade de uma parte da alma a toda a alma: 1230 b 12-13 explica como, ao nomear a intemperança – *akolasia* –, nós “metaforizamos”. Lê-se um texto paralelo na *Ética a Nicômaco*, III, 15, 1119 a 36 b 3. A transposição metafórica serve, assim, para preencher as lacunas da linguagem ordinária.

dizer que a *epífora* é um processo que afeta o núcleo semântico não somente do nome e do verbo, mas de todas as entidades da linguagem portadoras de sentido, e que esse processo designa a mudança de significação enquanto tal. É necessário conservar esta extensão da teoria da *metáfora* para além da fronteira imposta pelo nome, tal como o autoriza a natureza indivisível da *epífora*.

A contrapartida dessa indivisão do sentido da *epífora* é a perplexidade que ela gera. Para explicar a *metáfora*, Aristóteles cria uma *metáfora*, emprestada à ordem do movimento: a *phora*, sabe-se, é uma espécie de mudança segundo o lugar¹⁹. Mas ao dizer que a própria palavra *metáfora* é *metafórica*, na medida em que é emprestada a outra ordem que não a da linguagem, antecipamo-nos à teoria posterior; supomos com ela que: 1) a *metáfora* é um empréstimo; 2) que o sentido emprestado opõe-se ao sentido próprio, isto é, pertencente originariamente a certas palavras; 3) que se recorre a *metáforas* para preencher um vazio semântico; 4) que a palavra emprestada toma o lugar da palavra própria ausente se esta existe. Mostrar-se-á em seguida que no próprio Aristóteles essas diversas interpretações não estão de modo algum implicadas pela *epífora*. Ao menos a indeterminação dessa *metáfora* da *metáfora* deixa-lhe livre curso. Ao pretender-se não presumir a teoria da *metáfora* ao denominar a *metáfora* como *epífora*, percebe-se imediatamente que não é possível falar não *metaforicamente* (no sentido implicado pela noção de empréstimo) da *metáfora* e, logo, que a definição de *metáfora* é recorrente. Essa advertência dirige-se, bem entendido, contra a pretensão posterior da retórica de dominar e controlar a *metáfora* e, em geral, as figuras (a palavra *figura*, *verse-á*, é ela mesma *metafórica*) por meio da classificação. Ela visa também a toda filosofia que queira desembaraçar-se da *metáfora* em benefício de conceitos não-*metafóricos*. Não há lugar não-*metafórico* do qual se possa considerar a *metáfora*, assim como todas as outras figuras, como um jogo posto diante do olhar. A continua-

19. *Física*, III, 1, 201 a 15; V, 2, 225 a 32 b 2.

ção deste estudo será, em várias frentes, uma longa batalha com esse paradoxo²⁰.

Terceiro traço: a *metáfora é a transposição de um nome que Aristóteles denomina estranho* (allotrios), isto é, “que... designa outra coisa” (trad. Hardy) (1457 b 7), “que pertence a outra coisa” (1457 b 31). Este epíteto opõe-se a “ordinário”, “corrente” (*kyrion*), que Aristóteles assim define: “Nome ‘corrente’, chamo aquele de que ordinariamente se serve cada um de nós” (1457 b 3). A metáfora é assim definida em termos de desvio (*para tó kyrion*, 1458 a 23; *para tó eiōthos*, 1458 b3); por isso o emprego metafórico aproxi-

20. Esse paradoxo é o núcleo da argumentação de Jacques Derrida na “Mythologie blanche”: “Toda vez que uma retórica define a metáfora, ela implica não somente uma filosofia, mas também uma rede conceitual na qual a filosofia se constituiu. Cada fio, nessa rede, forma por acréscimo um circuito, poder-se-ia dizer uma metáfora se essa noção não fosse aqui demasiadamente derivada. O definido está implicado no que define a definição” (p. 18). Essa recorrência é particularmente curiosa em Aristóteles, a quem Jacques Derrida dedica grande atenção (p. 18ss.): a teoria da metáfora “parece pertencer à grande cadeia imóvel da ontologia aristotélica, com sua teoria da analogia do ser, sua lógica, sua epistemologia, e mais precisamente com a organização fundamental de sua poética e de sua retórica” (p. 23). Retomaremos posteriormente a exposição detalhada e a discussão da tese de conjunto de J. Derrida (Estudo VIII). Limitar-me-ei aqui a alguns pontos técnicos concernentes à interpretação de Aristóteles: 1) A aderência do nome ao ser das coisas jamais é tão estreita, em Aristóteles, que não se possa denominar as coisas de outro modo, nem fazer variar a denominação de diversas maneiras enumeradas sob o título da *léxis*. A *Metafísica*, Γ, 4 diz que “não significar uma coisa única é nada significar” (1006 a 30 b 15). Mas essa univocidade não exclui que uma palavra tenha mais de um sentido: ela exclui somente, segundo a expressão do próprio Derrida, “uma disseminação não-controlável” (p. 32); ela admite uma polissemia limitada. 2) Quanto à analogia do ser, é, para falar estritamente, uma doutrina medieval, fundada, além disso, numa interpretação da relação de toda a série de categorias a seu termo primeiro, a substância (*ousía*). Nada autoriza o curto-circuito entre a metáfora de proporcionalidade e a analogia do ser. 3) A noção de sentido “corrente” (*kyrion*) não conduz, como se verá adiante, à de sentido “próprio”, caso se entenda por sentido próprio um sentido primitivo, original, autóctone. 4) A ontologia da metáfora que parece sugerir a definição da arte pela *mimesis* e sua subordinação ao conceito de *physis* não é necessariamente “metafísica”, no sentido que Heidegger deu a esta palavra. Proporei, no termo deste primeiro estudo, uma interpretação da ontologia implícita da *Poética* de Aristóteles que não põe de modo algum em jogo a passagem do visível ao invisível; cf. adiante, p. 61.

ma-se do emprego de termos raros, ornados, inventados, alongados ou abreviados, como o indica a enumeração referida acima. Essa oposição e esse parentesco têm em germe importantes desenvolvimentos da retórica e da metáfora:

1. Em primeiro lugar a escolha, como termo de referência, do uso ordinário das palavras anuncia uma teoria geral dos “desvios” que se tornará, em certos autores contemporâneos, o critério da estilística (cf. adiante, Estudo V, §§ 1 e 3). O caráter de desvio é ressaltado por outros sinônimos que Aristóteles atribui a *allotrios*: “A elocução tem como qualidade essencial a clareza sem baixeza. Claríssima, mas baixa, é quando se compõe de nomes correntes... É nobre e afasta-se da banalidade quando usa palavras estranhas ao uso cotidiano (*xenikon*). Entendo por isso a palavra estranha, a metáfora, o nome alongado e, em geral, todas as que não sejam de uso corrente (*para tó kyrion*)” (1458 a 18-23). No mesmo sentido de desvio acha-se: “afasta-se da banalidade” (*exallattousa to idiōtikon*, 1458 a 21). Todos os outros usos (palavras raras, neologismos etc.) dos quais a metáfora se aproxima são, também eles, desvios do uso comum.

2. Além da idéia negativa de desvio, a palavra *allotrios* implica uma idéia positiva, a de *empréstimo*. É essa a diferença específica da metáfora entre todos os desvios. Esta significação particular de *allotrios* resulta não somente de sua oposição a *kyrios*, mas de sua composição com *epiphorá*; Ross traduz: “*Metaphor consist in giving the thing a name that belongs to something else*” (ad 1457 b 6); o sentido deslocado vem de outro lado; é sempre possível definir um domínio de origem ou de empréstimo da metáfora.

3. Isso quer dizer que, para que haja desvio e empréstimo, o uso comum deve ser “próprio”, no sentido de primitivo, originário, nativo?²¹ Da idéia de uso comum à de sentido próprio não há senão um passo que decide a oposição que se tornou tradicional do

21. Rostagni, é verdade, traduz *kyrion* por *proprio** (*Index*, p. 188, à palavra *proprio*); cf. ad 57 b 3 (125).

figurado ao *próprio*; este passo, a retórica posterior o iniciará, mas nada indica que o próprio Aristóteles o tenha iniciado²². Que um nome pertença como próprio, isto é, essencialmente, a uma idéia não está necessariamente implicado pela idéia de uso corrente, que é perfeitamente compatível com um convencionalismo como o de Nelson Goodman, o qual evocaremos no momento oportuno (Estudo VIII, § 3). A sinonímia evocada acima entre “corrente” (*kyrion*) e “usual” (*tó eiōthos*), assim como a aproximação entre “clareza” e “uso cotidiano” (1458 a 19), reservam a possibilidade de separar a noção de uso comum da de sentido próprio.

22. Na interpretação de J. Derrida, esse ponto é crucial, constituindo um dos elos na demonstração do vínculo estreito entre a teoria da metáfora e a ontologia aristotélica. Embora o *kyrion* da *Poética* e da *Retórica* e o *idion* dos *Tópicos* não coincidam, “contudo – diz ele – a noção de *idion* parece sustentar, sem ocupar o palco, esta metaforologia” (*op. cit.*, p. 32). A leitura dos *Tópicos* não encoraja nem a aproximação entre *kyrion* e *idion* nem, sobretudo, a interpretação de *idion* no sentido “metafísico” de primitivo, originário, indígena. O tratamento do *idion* nos *Tópicos* deriva de uma consideração absolutamente estranha à teoria da *léxis*, e particularmente à teoria das denominações comuns ou incomuns. O “próprio” é uma das quatro noções de base que a tradição denominou os “predicáveis”, para opô-los aos “predicamentos” que são as categorias (cf. Jacques Brunschwig, “Introduction” à la traduction française des *Topiques*, Livre I à IV, Paris, Éd. des Belles Lettres, 1967). Por essa razão o “próprio” distingue-se do “acidente”, do “gênero” e da “definição”. Ora, o que significa que o “próprio” seja um predicável? Significa que toda premissa, enfim, todo ponto de apoio de um raciocínio e mesmo todo problema, isto é, qualquer tema sobre o qual se efetua o discurso, “exibe (ou põe em evidência) seja um gênero, seja um próprio, seja um acidente” (101 b 17). O próprio, por seu turno, divide-se em duas partes, uma que significa “o essencial da essência” (Brunschwig traduz o *tó ti ên einai* frequentemente como quiddidade), outra que não o significa. A primeira parte é denominada pelos *Tópicos* “definição”, a segunda é o “próprio” no sentido estrito. Têm-se assim quatro predicáveis, “próprio, definição, gênero e acidente” (101 b 25). Estas noções estão na origem de todas as proposições, porque toda proposição deve atribuir seu predicado a título de um desses predicados. Donde resulta portanto que, pondo agora o próprio entre os predicáveis, Aristóteles o situa num plano distinto do da denominação ao qual se limita a oposição entre palavras comuns e palavras metafóricas, alongadas, abreviadas, insólitas etc. De outra parte, o “próprio” pertence a uma lógica da predicação, em que esta se edifica sobre uma dupla polaridade: essencial e não-essencial, coextensivo e não-coextensivo. A definição é ao mesmo tempo essencial e coextensiva, o acidente não é nem essencial nem coextensivo.

4. Outro desdobramento, não necessário, da noção de uso “estranho” é representado pela idéia de *substituição*. Ver-se-á mais adiante que a teoria da *interação* é claramente oposta pelos autores anglo-saxões à da *substituição* (mais adiante, Estudo III). Ora, que o termo metafórico seja emprestado a um domínio estranho não implica que ele se substitua a uma palavra comum que se pudesse encontrar no mesmo lugar. Parece, contudo, que o próprio Aristóteles cometeu esse deslize de sentido, dando com isso razão aos críticos modernos da teoria retórica da metáfora: a palavra metafórica vem tomar o lugar de uma palavra não-metafórica que teria

O próprio situa-se a meio caminho desses dois pólos, como o que não é essencial, mas coextensivo: “É próprio o que, sem exprimir o essencial da essência de seu sujeito, pertence, contudo, somente a ele e pode trocar-se com ele na posição de predicado de um sujeito concreto” (102 a 18-19). Assim, ser capaz de ler e escrever é um próprio em relação a ser homem. Dormir, em contrapartida, não é próprio ao homem, o predicado podendo pertencer a outro sujeito e não podendo trocar-se com o predicado homem, mas é impossível que um sujeito dado não implique que seja homem. Desse modo, o próprio é um pouco menos que a definição, mas muito mais que o acidente que pode pertencer ou não a um único e mesmo sujeito. O critério elaborado para o próprio, em vez de designar o essencial da essência, é a comutabilidade do sujeito e do predicado, que Aristóteles denomina troca. Como se vê, nenhum abismo metafísico se deixa perceber aqui. Basta que o predicado seja coextensivo sem ser essencial, segundo a “dicotomia cruzada” exposta acima em continuidade com J. Brunschwig. Da mesma maneira, esse critério de coextensividade encontra na própria argumentação seu verdadeiro emprego. Mostrar que um predicado não é coextensivo é refutar uma definição proposta. Um método apropriado corresponde a essa estratégia que é a *tópica do próprio* e se aplica ao bom uso dos predicados não definicionais que não são mais nem genéricos nem acidentais. Enfim — e sobretudo —, o lugar da teoria do próprio nos *Tópicos* basta para nos recordar que estamos aqui numa ordem não fundamental, não principal, mas na ordem da dialética. Esta, recorda Jacques Brunschwig, tem “por objetos formais os discursos sobre as coisas e não as coisas elas mesmas” (*op. cit.*, p. 50); como nesses “jogos fundados num contrato” (*ibid.*), “cada um dos predicáveis corresponde a um tipo de contrato particular” (*ibid.*). A tópica parcial do “próprio” não escapa a esta característica, ela regula as manobras de discurso relativas à aplicação de predicados coextensivos sem ser essenciais. Aristóteles consagra-lhe o livro V de seus *Tópicos*. Encontra-se a definição de “próprio” em V, 2, 192 b 1 ss.; V, 4, 132 a 22-26. Aristóteles não tinha necessidade de elaborar esta noção de sentido “próprio” para opor-lhe a série de desvios da denominação, mas tinha necessidade da noção de sentido “corrente” que define seu uso na denominação.

sido possível empregar (se ao menos ela existe); ela é sempre duplamente estranha, por empréstimo de uma palavra presente e por substituição de uma palavra ausente. Estas duas significações, embora distintas, parecem constantemente associadas na teoria retórica e no próprio Aristóteles; assim, os exemplos de deslocamento de sentido são freqüentemente tratados como exemplos de substituição: Homero diz de Ulisses que ele praticou “milhares de belas façanhas” *em vez de (anti)* “muitas” (1457 b 12); da mesma maneira, se a taça está para Dioniso como o escudo está para Ares, pode-se empregar o quarto termo “*em vez*” (*anti*) do segundo e reciprocamente (1457 b 18). Aristóteles quer dizer que o empréstimo de uma palavra metafórica presente é sempre acompanhado pela substituição de uma palavra não-metafórica ausente? Se sim, o desvio sempre seria uma substituição e a metáfora seria uma variação livre à disposição do poeta²³.

A idéia de substituição parece solidamente associada à de empréstimo, mas não deriva dela necessariamente, na medida em que comporta exceções. Em dado momento Aristóteles evoca o caso em que não existe palavra corrente substituível à palavra metafórica; assim, a expressão “semeando uma luz divina” pode ser analisada segundo as regras da metáfora proporcional (B está para A como D está para C): o que o sol faz está para a luz como o semear está para a semente; mas o termo B não tem nome (ao menos em grego, pois em português pode-se dizer *dardejar*). Aristóteles designa aqui uma das funções da metáfora, que é preencher uma

23. Sobre o vocabulário da substituição em Aristóteles, cf. 1458 b 13-26: “Mas quanto seja diferente o uso moderado dessas palavras, é o que facilmente se verifica na poesia épica, introduzindo (*epithemenôn*) nos versos nomes correntes”; quatro vezes seguidas o verbo de substituição aparece sob sua pena, *metatitheis* (1458 b 16), *metathentos* (*ibid.*, 20), *metethēken* (*ibid.*, 24) e *metatitheis* (*ibid.*, 26). A substituição funciona nos dois sentidos, da palavra corrente à palavra rara e desta à palavra corrente: “Quanto a palavras estrangeiras, metáforas e outras espécies de nomes raros, ver-se-á que dizemos a verdade se as substituímos por palavras de uso comum” (1458 b 18). A nota seguinte será consagrada à exceção maior da denominação por metáfora de um gênero “anônimo”.

lacuna semântica; na tradição posterior, essa função será acrescentada à de ornamento. Se Aristóteles não se detém aqui²⁴, é porque a ausência de palavra para um dos termos da analogia não impede o funcionamento da própria analogia, unicamente o que lhe interessa aqui e à qual esta exceção teria podido fazer objeção: “Em certo número de casos de analogia não existe nome, mas não se deixará de exprimir do mesmo modo a relação” (1457 b 25-26). Ao menos podemos preservar esta exceção em vista de uma crítica moderna da idéia de substituição.

Em conclusão, a idéia aristotélica de *allotrios* tende a aproximar três idéias distintas: a idéia de *desvio* em relação ao uso ordinário, a idéia de *empréstimo* a um domínio de origem, e a de *substituição* em relação a uma palavra comum ausente mas disponível. Em contrapartida, a oposição familiar à tradição posterior entre sentido figurado e sentido próprio não parece aí implicada. É a idéia de substituição que parece a mais preta de conseqüências, pois se, com efeito, o termo metafórico é um termo substituto, a informação fornecida pela metáfora é nula, o termo ausente podendo ser restituído caso exista; e, se a informação é nula, a metáfora tem somente um valor ornamental, decorativo. Essas duas conseqüências de uma teoria puramente substitutiva caracterizarão o tratamento da metáfora na retórica clássica. Sua rejeição seguirá a rejeição do conceito de substituição, ele mesmo ligado ao de um deslocamento que afeta os nomes.

Quarto traço: ao mesmo tempo que a idéia de epífora preserva a unidade de sentido da metáfora, ao contrário do traço de classificação que prevalecerá nas taxionomias posteriores, *uma tipologia da metáfora é esboçada na continuidade da definição*: a transfe-

24. Já assinalamos esse uso da metáfora como transferência de denominação no caso de um gênero “anônimo”, ou de uma coisa desprovida de nome. Os exemplos abundam (*Física*, V: a definição de argumentação e de diminuição, do mesmo modo que para *phora*). O problema é tratado explicitamente no capítulo sobre a ambigüidade nas *Refutações sofísticas* (capítulo I, 165 a 10-13): sendo as coisas em número ilimitado e as palavras e os discursos (*lógoi*) em número limitado, as mesmas palavras e os mesmos discursos terão necessariamente mais de uma significação.

rência, diz ele, vai do gênero à espécie, da espécie ao gênero, da espécie à espécie, ou se faz segundo a analogia (ou proporção). Uma enumeração e um desmembramento do domínio da epífora são assim esboçados, e conduzirão a retórica posterior a não denominar metáfora senão uma figura aparentada à quarta espécie definida por Aristóteles, a única que faz expressamente referência à semelhança: o quarto termo comporta-se em relação ao terceiro da mesma maneira (*homoiōs ekhei*, 1457 b 20) que o segundo em relação ao primeiro — a velhice está para a vida *como* a tarde está para o dia. Reservamos para mais tarde a questão de saber se a idéia de uma identidade ou de uma similitude entre duas relações esgota a de semelhança e se a transferência do gênero à espécie etc. não repousa também ela na semelhança (cf. adiante Estudo VI, § 4). O que nos interessa para o momento é a relação entre essa classificação embrionária e o conceito de transposição que constitui a unidade de sentido do gênero “metafórico”.

Dois fatos devem ser notados: o primeiro é que os pólos entre os quais a transposição opera são pólos lógicos. A metáfora surge em uma ordem já constituída por gêneros e por espécies, e por um jogo já regrado de relações: subordinação, coordenação, proporcionalidade ou igualdade de relações. O segundo fato é que a metáfora consiste em uma violação dessa ordem e desse jogo: dar ao gênero o nome da espécie, ao quarto termo da relação proporcional o nome do segundo, e reciprocamente, é simultaneamente reconhecer e transgredir a estrutura lógica da linguagem (1457 b 6-20). O *anti* — evocado acima — não indica somente a substituição de uma palavra por outra, mas o turvamento da classificação nos casos em que não se trata somente de dissimular a pobreza do vocabulário. O próprio Aristóteles não explorou a idéia de uma transgressão categorial que alguns modernos aproximarão do conceito de *category-mistake* em Gilbert Ryle²⁵. Sem dúvida porque Aristóteles está mais interessado, na linha de sua *Poética*, na vantagem semântica vinculada à transferência dos nomes do que no custo lógico da

operação. O avesso do processo é, não obstante, ao menos tão interessante de descrever quanto o direito. A idéia de transgressão categorial, se perseguida, conserva muitas surpresas.

Proponho três hipóteses interpretativas: em primeiro lugar, ela convida a considerar em toda metáfora não somente a palavra ou o nome único, cujo sentido é deslocado, mas o *par* de termos, ou o par de relações, entre os quais a transposição opera: *do* gênero à espécie, *da* espécie ao gênero, *da* espécie à espécie, *do* segundo termo ao quarto termo de uma relação de proporcionalidade e reciprocamente. Essa observação vai longe: como dirão os autores anglo-saxões, são necessárias sempre duas idéias para fazer uma metáfora. Se sempre há algum equívoco na metáfora, se se toma uma coisa por outra por um tipo de erro calculado, o fenômeno é essencialmente discursivo. Para atingir uma única palavra, a metáfora deve desmanchar a rede por meio de uma atribuição aberrante. Do mesmo modo, a idéia de transgressão categorial permite enriquecer o desvio que nos pareceu estar implicado no processo de transposição. O desvio, que parecia de ordem puramente lexical, está doravante ligado a um estorvo que ameaça a classificação. O que nos resta para pensar é a relação entre o avesso e o direito do fenômeno: entre o desvio lógico e a produção de sentido designada por Aristóteles como epífora. Esse problema receberá solução satisfatória somente quando se reconhecer plenamente o caráter de enunciado da metáfora. Os aspectos nominais poderão ser então plenamente vinculados à estrutura discursiva (cf. adiante, Estudo IV, § 5). Como se verá, o próprio Aristóteles convida a tomar essa via quando aproxima, na *Retórica*, a metáfora da comparação (*eikōn*), cujo caráter discursivo é aparente.

Uma segunda linha de reflexão parece sugerida pela idéia de transgressão categorial, compreendida como desvio em relação a uma ordem lógica já constituída, como desordem na classificação. Essa transgressão somente interessa porque produz sentido: como diz a *Retórica*, pela metáfora o poeta “nos instrui e nos dá um conhecimento por meio do gênero” (III, 10, 1410 b 13). A sugestão

25. Gilbert Ryle, *The Concept of Mind*, pp. 16ss., 33, 77-79, 152, 168, 206.

é a seguinte: não se pode dizer que a metáfora desfaz uma ordem somente para inventar outra? que o erro categorial é somente o avesso de uma lógica da descoberta? A aproximação operada por Max Black entre modelo e metáfora²⁶, dito de outro modo, entre um conceito epistemológico e um conceito poético, nos permitirá explorar a fundo essa idéia que vai diretamente de encontro a toda redução da metáfora a um simples “ornamento”. Caso se leve até o fim essa sugestão, é necessário dizer que a metáfora porta uma informação na medida em que “re-descreve” a realidade. O erro categorial será então o intermédio entre descrição e redescricao. Estudaremos posteriormente esta função heurística da metáfora. Mas esta só pode ser trazida à luz do dia se se reconhece não somente o caráter de enunciado da metáfora, mas seu pertencimento à ordem do discurso e da obra.

Uma terceira hipótese, mais ousada, aponta para o horizonte da precedente. Se a metáfora deriva de uma heurística do pensamento, não se pode supor que o procedimento que desordena e desloca certa ordem lógica, certa hierarquia conceitual, certa classificação é o mesmo do qual procede toda classificação? Não conhecemos outro funcionamento da linguagem senão aquele no qual uma ordem já está constituída; a metáfora gera apenas uma nova ordem produzindo desvios em uma ordem anterior; não poderíamos contudo imaginar que a própria ordem nasce da mesma maneira que muda? não haveria, segundo a expressão de Gadamer²⁷, uma “metafórica” em ação na origem do pensamento lógico, na raiz de toda classificação? Esta hipótese vai mais longe que as precedentes, que pressupõem, para o funcionamento da metáfora, uma linguagem já constituída. A noção de desvio está ligada a essa pressuposição; mas também a oposição introduzida pelo próprio Aristóteles entre uma linguagem “corrente” e uma linguagem “estranha” ou “rara” e, com

mais forte razão, a oposição introduzida posteriormente entre “próprio” e “figurado”. A idéia de uma metafórica inicial arruína a oposição do próprio e do figurado, do comum e do estranho, da ordem e da transgressão. Ela sugere a idéia de que a própria ordem procede da constituição metafórica dos campos semânticos a partir dos quais há gêneros e espécies.

Esta hipótese excederá as prescrições inscritas na análise de Aristóteles? Sim, caso se tome por medida a definição explícita da metáfora como epífora do nome e caso se tome por critério de epífora a oposição manifesta entre uso corrente e uso estranho. Não, caso se tenha em conta tudo o que, na própria análise de Aristóteles, se inscreva fora dessa definição explícita e desse critério manifesto. Um comentário de Aristóteles, que deixei de lado até agora, parece autorizar a audácia de nossa hipótese mais extrema: “Grande importância tem pois o uso conveniente de cada uma das mencionadas espécies de nomes, de nomes duplos e de palavras estrangeiradas; maior, todavia, é a do emprego das metáforas [palavra por palavra: ser metafórico — *tó metaphorikon einai*], porque tal não se aprende nos demais, e revela portanto o engenho natural (*euphyias*) do poeta; com efeito, bem saber descobrir as metáforas significa bem se aperceber das semelhanças” (*tó to homoion theōrein*) (*Poética*, 1459 a 4-8).

Observaremos várias coisas neste texto: a) a metáfora torna-se verbo: “metaforizar”; o problema do uso (*khresthai*, a 5) é assim trazido à luz do dia, o processo leva-o a esse resultado; b) em seguida, com o problema do emprego, vem o do emprego “conveniente” (*prepon tōs khresthai*): trata-se de “bem metaforizar”, de “servir-se de maneira conveniente” dos procedimentos da *léxis*; do mesmo modo é designado quem usa o uso: é ele que é chamado a esta “coisa maior”, a “ser metafórico”; é quem usa que pode aprender ou não; c) ora, precisamente, não se aprende a bem metaforizar; é dom de gênio, isto é, da natureza (*euphyias te semeion estin*): não estamos aqui no plano da descoberta, isto é, dessa heurística da qual falamos que não viola uma ordem senão para criar outra, que ela não desconstrói senão para redescrever? Que não haja regras para in-

26. Max Black, *Models and Metaphors*, Ithaca, Cornell University Press, 1962. Sobre modelo e redescricao, cf. adiante Estudo VII, § 4.

27. H.-G. Gadamer, *Wahrheit und Methode*. Sobre a metafórica, *ibid.*, pp. 71, 406ss. NT. [ed. br.: *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (trad. de F. P. Meurer), Petrópolis, Vozes, 1997].

ventar, toda a moderna teoria da invenção o confirma. Não há regras para se fazer boas hipóteses: há somente para validá-las²⁸; d) mas, por que não se aprende a “ser metafórico”? Porque “bem metaforizar” é “perceber o *semelhante*”. Este comentário pode parecer surpreendente. Jamais se falou de semelhança até o presente, a não ser indiretamente a propósito da quarta espécie de metáfora, a metáfora por analogia, que vimos poder ser analisada em uma identidade ou em uma similitude de duas relações. Não se pode supor que a semelhança esteja em ato nas quatro espécies de metáfora, como o princípio positivo do qual a transgressão categorial era o negativo? Para dar ao gênero o nome da espécie, e reciprocamente, não será necessário que o semelhante os aproxime? A metáfora ou, melhor, o metaforizar, isto é, a dinâmica da metáfora, repousaria então na apercepção do semelhante. Chegamos às proximidades de nossa hipótese mais extrema, a saber, que a “metafórica” que transgride a ordem categorial é também a que a gera. Mas que a descoberta própria a essa metafórica fundamental seja a da semelhança demanda uma demonstração especial que somente mais tarde será possível²⁹.

3. Um enigma: metáfora e comparação (*eikōn*)

A *Retórica* apresenta um pequeno enigma: por que esse tratado, que declara nada acrescentar à definição de metáfora dada pela *Poética*, empreende no capítulo IV um paralelo sem correspondente neste último tratado, entre metáfora e comparação (*eikōn*)?³⁰ O enigma é mínimo, se o limitamos às questões puramente históricas de prioridade e de dependência no interior do *corpus* aristotélico. Em

contrapartida, ele é rico de lições para uma investigação atenta em recolher todos os índices de uma interpretação da metáfora em termos de discurso, na contracorrente da definição explícita em termos de nome e de denominação. O traço essencial da comparação é, com efeito, seu caráter discursivo: “Lança-se como um leão”. Para fazer comparação, é necessário dois termos, igualmente presentes no discurso: “como um leão” não é uma comparação; digamos, antecipando a terminologia de I. A. Richards, que é necessário um *conteúdo*: Aquiles se lança; e um *veículo*: como um leão (cf. mais adiante, Estudo III, § 2). Distinguimos a presença implícita desse momento discursivo na noção de epífora (a transposição de um pólo a outro), mas ele está em ato tanto no transporte categorial (dar ao gênero o nome da espécie etc.) como na transferência segundo a analogia (substituir o quarto termo da proporção pelo segundo). Quando os modernos disserem que fazer metáfora é ver duas coisas em uma só, eles serão fiéis a este traço que a comparação torna manifesto e que a definição da metáfora pela epífora do nome poderia mascarar. Se, formalmente, a metáfora é um desvio em relação ao uso corrente das palavras, de um ponto de vista dinâmico ela procede de uma aproximação entre a coisa a nomear e a coisa estranha à qual ela empresta o nome. A comparação explicita essa aproximação subjacente ao empréstimo e ao desvio.

Objetar-se-á que o propósito expresso de Aristóteles não é explicar aqui a metáfora pela comparação, mas antes a comparação pela metáfora³¹. Após seis retomadas, Aristóteles assinala a subordinação da comparação à metáfora. Este traço é notável precisamente pelo fato de que a tradição retórica posterior não seguirá Aristóteles neste ponto³². Essa subordinação é operada por várias vias convergentes.

28. E. D. Hirsch, *Validity in Interpretation*, pp. 169ss.

29. Retomaremos a interpretação e a discussão da teoria aristotélica sobre o trabalho da semelhança de um ponto de vista menos histórico e mais sistemático no Estudo VI.

30. A obra de McCall, citada acima (nota 10), consagra um capítulo inteiro ao *eikōn* em Aristóteles, pp. 24-53. Cf. também E. M. Cope, *Introduction to the Rhetoric of Aristotle*, pp. 290-292.

31. McCall, *op. cit.*, p. 51, cita III, 4, 1406 a 20; III, 4, 1406 b 25-26; III, 4, 1407 a 14-15; III, 10, 1410 b 17-18; III, 11, 1412 b 34-35; III, 11, 1413 a 15-16.

32. Ainda que E. M. Cope distinga uma perfeita reciprocidade entre a definição que faz do *simile* uma “extended metaphor” e a de Cícero e de Quintiliano que fazem da metáfora uma “contracted simile” (*op. cit.*, p. 299), McCall (*op. cit.*, p. 15) insiste na “reversão” operada pela tradição posterior; o caso de Quintiliano é particularmente evidente; lê-se nele: “*In totum autem metaphora brevior est similitudo*”: “No todo,

Em primeiro lugar, o domínio inteiro da comparação é desmembrado: uma parte, sob o nome de “*parabolē*”, é ligada à teoria da “prova”, (Livro I da *Retórica*), que consiste na ilustração pelo exemplo, o qual se subdivide, por sua vez, em exemplo histórico e em exemplo fictício³³; a outra, sob o nome de *eikōn*, é vinculada à teoria da *léxis* e posta no domínio da metáfora.

Em seguida, é o parentesco privilegiado da comparação com a metáfora proporcional que assegura sua inserção no campo da metáfora: “As comparações consideradas são, em certo sentido — como se disse precedentemente (cf. 1406 b 20 e 1410 b 18-19) —, metáforas, pois são sempre formadas por dois termos [lit.: são ditas a partir de dois], como a metáfora por analogia; por exemplo, dizemos que o escudo é a taça de Ares, e o arco é uma *phorminx*³⁴ sem cordas” (III, 11, 1412 b 34 — 1413 a 2). A metáfora proporcional, com efeito, procede à denominação do quarto termo pelo segundo, por elisão da comparação complexa, que opera não entre

porém, a metáfora é mais breve que a comparação”, *De Institutione Oratoria Libri Duodecim*, VIII, 6, 8-9. McCall observa que a expressão é mais forte do que se Quintiliano se tivesse limitado a dizer: *brevior est quam similitudo*, ou *brevior est similitudine*. Com efeito, esta expressão teria “posto metáfora e *similitudo* no mesmo plano” (*op. cit.*, p. 230). É verdade que essa leitura é contestada por Le Guern, *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*, p. 54, nota 1, que invoca a edição de 1527 (em Paris), que diz *brevior quam similitudo*. Se assim fosse, “a explicação clássica da metáfora teria sua origem em uma corrupção do texto de Quintiliano” (*ibid.*). A constância da tradição pós-aristotélica dá pouco crédito a esta hipótese. Retomaremos posteriormente a discussão sobre o fundo concernente às relações entre metáfora e comparação por ocasião do exame dos trabalhos de Le Guern (Estudo VI, § 1).

33. O *paradeigma*, já se viu acima (nota 9), é distinguido do *enthymēma* como uma indução verossímil de uma dedução verossímil. O *paradeigma* subdivide-se em exemplo efetivo (histórico) e em exemplo fictício. Este se subdivide em *parabolē* e em *lógoi* (por exemplo, as fábulas de Esopo), *Retórica*, II, 20, 1393 a 28-31. A oposição principal entre exemplo histórico e comparação fictícia é puramente epistemológica: são duas formas de persuasão ou de prova. Sobre tudo isto, cf. McCall, *op. cit.*, pp. 24-29.

34. Lira ou pequena harpa primitiva, de três, quatro e, mais tarde, sete cordas [N. do T.].

as próprias coisas, mas entre suas relações duas a duas; neste sentido, a metáfora por proporção não é simples, como quando dizemos que Aquiles é um leão; a simplicidade da comparação, por contraste com a complexidade da proporção de quatro termos, não é, portanto, a simplicidade de uma palavra, mas de uma relação de dois termos³⁵, a mesma para a qual tende a metáfora proporcional: “O escudo é a taça de Ares”. Dessa maneira, a metáfora por analogia tende a identificar-se ao *eikōn*: a supremacia da metáfora sobre o *eikōn* é, então, se não revertida, em todo caso “modificada” (*ibid.*). Mas é porque o *eikōn* “diz sempre a partir de dois”³⁶, como a metáfora por analogia, que a relação pode ser tão facilmente invertida.

Enfim, a análise gramatical da comparação verifica sua dependência em relação à metáfora em geral, e apenas diferem uma da

35. Este adjetivo *haploun* (simples) levanta diversas dificuldades de interpretação e mesmo de tradução; dizer que a comparação é simples quando se afirma, por outro lado, que ela se “diz a partir de dois” parece contraditório. Sem dúvida é necessário compreender que a comparação é “simples” em relação à metáfora proporcional, composta por duas relações e por quatro termos, a comparação não comportando senão uma relação e dois termos; McCall (pp. 46-47) discute as interpretações de Cope e de Roberts. Não vejo contradição em denominar simples a expressão “um escudo é uma taça” na qual faltam os termos Ares e Dioniso. Isso não a impede de ser composta por dois termos.

36. E. M. Cope, (*The Rethoric of Aristotle, Commentary*, vol. III, ad III, 10, 11) traduz: “*Similes... are composed of (or expressed in) two terms, just like the proportional metaphors*” (p. 137). E comenta: “*The difference between a simile and a metaphor is — besides the greater detail of the former, the simile being a metaphor writ large — that it always distinctly expresses the two terms that are being compared, bringing them into apparent contrast; the metaphor, on the other hand, substituting by transfer the one notion for the other of the two compared, identifies them as it were in one image, and expresses both in a single word, leaving the comparison between the object illustrated and the analogous notion which throws a new light upon it, to suggest itself from the manifest correspondance to the hearer*” (pp. 137-138). McCall traduz, ao contrário, “*involves two relations*” em razão da aproximação com a metáfora proporcional. Ele remete à *Retórica*, III, 4, 1407 a 15-18, que insiste na reversibilidade da metáfora proporcional; caso se possa denominar o quarto termo pelo nome do segundo, deve-se poder fazer o inverso: por exemplo, se a taça é o escudo de Dioniso, o escudo pode ser denominado de maneira apropriada taça de Ares.

outra pela presença ou ausência de um termo de comparação: assim, em todas as citações da *Retórica* III, 4, a partícula “como” (*hōs*); na citação de Homero, aliás citada inexatamente, o verbo de comparação “ele compara” ou um adjetivo de comparação “semelhante” etc.³⁷. Aos olhos de Aristóteles, a ausência do termo de comparação na metáfora não implica que a metáfora seja uma comparação abreviada, como se dirá a partir de Quintiliano, mas, ao contrário, que a comparação é uma metáfora desenvolvida. A comparação diz “isto é *como* aquilo”, a metáfora diz “isto é aquilo”. Portanto, não é somente a metáfora proporcional mas toda metáfora que é uma comparação implícita, na medida em que a comparação é uma metáfora desenvolvida.

A subordinação expressa da comparação à metáfora só é possível porque a metáfora apresenta em curto-circuito a polaridade dos termos comparados; quando o poeta diz de Aquiles: “Ele se lança como um leão”, é uma comparação; se ele diz “o leão se lança”, é uma metáfora; “como os dois são corajosos, o poeta pôde, por metáfora [lit.: ao transferir], denominar Aquiles um leão” (III, 4, 1406 b 23). Não se poderá dizer melhor que o elemento comum à metáfora e à comparação é a assimilação que funda a transferência de uma denominação, dito de outro modo, o seqües-

37. Do mesmo modo se considerará em III, 10: o exemplo emprestado de Péricles contém expressamente as marcas da comparação (*houtōs... hōsper*); o exemplo emprestado de Leptine, ao contrário, apresenta a redução metafórica: “Leptine dizia dos lacedemônios que não se poderia deixar que a Hélade perdesse um de seus olhos” (1411 a 2-5), e também os exemplos de III, 11, 1413 a 2-13. É verdade que as citações de Aristóteles são, no geral, inexatas; e, entre as que se podem verificar (*República*, V, 469 d-e; VI, 488 a-b; X, 601 b.), as duas primeiras não contêm nem a conjunção, nem o verbo, nem o adjetivo de comparação (“vejam... uma diferença entre...”, “imagina... esta espécie de coisa acontecendo”), e só a terceira contém um termo de comparação: “... são semelhantes a...”, mas a marca gramatical pode variar sem que o sentido geral da comparação seja alterado, como o nota McCall, que fala de um “*overall element of comparison*” (p. 36) vinculado à “*stylistic comparison*”, em contraste à comparação ilustrativa como valor de prova.

tro de uma identidade na diferença de dois termos. É esse seqüestro do gênero por meio da semelhança que torna a metáfora propriamente instrutiva: “Porque, quando o poeta denomina a velhice um pedaço de colmo, ele nos ensina e nos dá um conhecimento (*epoîese mathēsin kai gnōsin*) por meio do gênero (*dia tou genous*)” (III, 10, 1410 b 13-14). Ora, eis aqui a superioridade da metáfora sobre a comparação: ela a supera em elegância (*ásteia*) (voltaremos mais tarde a essa “virtude” de urbanidade, de brilhante, da metáfora): “A comparação é, como dissemos antes, uma metáfora que diferes apenas pelo modo de apresentação (*prothesei*); ela também é menos agradável, pois é apresentada muito longamente e, além disso, não se limita a dizer que isto é aquilo, não se satisfaz com o que o espírito busca (*dzetei*): ora, necessariamente o estilo e os entimemas elegantes são o que nos fornecem rapidamente um conhecimento novo” (*ibid.*, 1410 b 17-21). Desse modo, a oportunidade de instrução, o estímulo para a aprendizagem, contidos no breve afrontamento do sujeito e do predicado, perdem-se em uma comparação demasiadamente explícita que, de alguma maneira, enfraquece o próprio dinamismo da comparação na expressão do termo de comparação. Os modernos tirarão todo o partido possível dessa idéia de colisão semântica que resulta na *controversion theory* de Beardsley (cf. mais adiante, Estudo III, § 4). Mesmo Aristóteles já percebera que, subjacente à epífora do nome estranho, opera uma atribuição estrangeira: “isto (é) aquilo” — de que a comparação explicita somente a razão ao desdobrá-la em *comparação expressa*.

Tal é, a meu ver, o interesse dessa aproximação entre metáfora e comparação, pois, no próprio momento em que Aristóteles subordina a comparação à metáfora, ele distingue na metáfora uma atribuição paradoxal. É possível, do mesmo modo, retomar uma sugestão feita rapidamente e depois abandonada pela *Poética*: “Mas, quando toda a composição se faz em termos tais (metáforas, palavras raras etc.), resulta um enigma, ou um barbarismo; a linguagem feita de metáforas dá em enigma; a de palavras raras, em barba-

rismo; a essência do enigma consiste em falar de coisas reais associando termos inconciliáveis; isso não é possível com a combinação de palavras próprias, mas é admissível com a metáfora” (*Poética*, 1458 a 23-33). Esse texto visa antes dissociar metáfora e enigma; mas o problema não se apresentaria se elas não tivessem um traço comum, esta constituição que a *Retórica* ressalta, sempre sob o título da “virtude” da elegância, do brilho, da urbanidade: “A maior parte das boas palavras (*ásteia*) é feita por metáfora e extrai-se de uma ilusão na qual primeiramente se lançou o ouvinte: torna-se mais evidente para ele que compreendeu quando passa ao estado de espírito oposto ao qual se encontrava; a alma parece então dizer: ‘Sim, é a verdade, mas tinha-me enganado’... Do mesmo modo, também os enigmas bem disfarçados são agradáveis pela mesma razão, pois nos ensinam alguma coisa, e têm a forma de uma metáfora” (*Retórica*, III, 11, 1412 a 19-26). Eis, ainda uma vez, a instrução, a informação, ligadas a uma aproximação de termos que primeiramente surpreende, depois confunde, enfim descobre um parentesco dissimulado sob o paradoxo. Mas essa proximidade entre o enigma e a metáfora não é ela toda inteira fundada na denominação estranha: “isto (é) aquilo”, que a comparação desenvolve e ao mesmo tempo amortece, mas que a metáfora preserva pela redução de sua expressão³⁸? O desvio que afeta o emprego de nomes procede do próprio desvio de atribuição: o que o grego denomina precisamente *para-dóxa*, isto é, desvio em relação a uma

38. Uma filiação semelhante está na base da aproximação sugerida entre provérbios (*paroimia*) e metáforas (III, 11, 1413 a 14-16); estas são, diz-se, metáforas do gênero ao gênero; com efeito, o provérbio é uma comparação seguida entre duas ordens de coisas (o homem explorado pelo hóspede a quem recebeu em sua casa e a lebre que devora a colheita do camponês que a introduziu em suas terras, III, 11, *ibid.*). O “como” da comparação pode ser elidido da mesma maneira que na metáfora, mas o efeito é o mesmo: a aproximação é tanto mais brilhante quanto mais inesperada, na verdade paradoxal e inabitual. O mesmo paradoxo, junto a uma comparação expressa ou implícita, tempera a hipérbole, que é uma comparação exagerada, isto é, exagerada a despeito de diferenças evidentes; eis por que Aristóteles pode dizer: “Também há hipóboles assim consideradas que são metáforas”, III, 11, 1413 a 21-22.

dóxa anterior (III, 11, 1412 a 26)³⁹. Tal é a lição clara para o teórico daquilo que, para o historiador, permanece um enigma⁴⁰.

Em conclusão, a aproximação com a comparação permite retomar a questão da epífora. Em primeiro lugar, a transferência, como a comparação, se faz entre dois termos, é um fato de discurso antes de ser um fato de denominação; da epífora também se pode dizer que ela se enuncia a partir de dois termos. Em segundo lugar, a transferência repousa sobre uma semelhança percebida que a comparação torna explícita por meio do termo de comparação que a caracteriza. Que a arte genial da metáfora consista sempre em uma apercepção das semelhanças é confirmado pela aproximação com a comparação que atribui à linguagem a relação que, na metáfora, é operante sem ser enunciada. A comparação, diremos nós, exhibe o momento de semelhança, operatório, mas não temático, na metáfora. O poeta, dizia a *Poética*, é aquele que “percebe o semelhante” (*Poética*, 1459 a 8). “Em filosofia também — acrescenta a *Retórica* — é necessário sagacidade para perceber o semelhante mesmo nas coisas distantes: assim como Árkuitas dizia que são o mesmo um árbitro e um altar, porque o perverso encontra refúgio junto a um e a outro, do mesmo modo se diz que uma âncora e uma tigela são o mesmo, pois as duas são alguma coisa de idêntico, mas diferentes segundo o alto e o baixo” (III, 11, 1412 a 10-15). Perceber, contemplar, ver o semelhante, tal é, no poeta é claro, mas também no filósofo, o lance de gênio da metáfora que reunirá a poética à ontologia.

39. Neste sentido, as metáforas “inéditas” (*kaina*), segundo uma designação emprestada de Teodoro que Aristóteles aproxima das metáforas “paradoxais”, não são metáforas por exceção, mas por excelência (1412 a 26ss.).

40. Por que Aristóteles diz que o *eikōn* “tem um caráter poético” (III, 4, 1406 b 24) quando a *Poética* o ignora? (O único uso da palavra *eikōn* na *Poética* nada tem a ver com a comparação — 1448 b 10, 15). A ocasião não teria sido conveniente, visto que a *Poética* celebra “a arte de bem metaforizar” e a assimila ao poder de “discernir as semelhanças” (1459 a 5-8)? Deve-se limitar a constatar que a *Poética* o ignora: “*The odd absence of eikōn from the Poetics must be left unresolved*” (McCall, *op. cit.*, p. 51).

4. O lugar “retórico” da *léxis*

Uma vez estabelecida a definição de metáfora comum à *Poética* e à *Retórica* e a variante tão importante da *Retórica*, a tarefa principal permanece a de apreciar a diferença de função que resulta da diferença de inserção da *léxis* na *Retórica*, de um lado, e na *Poética*, de outro.

Começaremos pela *Retórica*, cujo lugar é mais fácil de assinalar no *corpus* aristotélico. A retórica grega, como dissemos no início deste estudo, tinha um alcance singularmente mais amplo e uma organização interna singularmente mais articulada que a retórica moribunda. Arte da persuasão, visando ao domínio da palavra pública, ela cobria os três campos de argumentação, de composição e de elocução. A redução do todo à terceira parte, e desta a uma simples taxionomia de figuras, explica sem dúvida por que a retórica perdeu sua ligação com a lógica e com a própria filosofia e se tornou a disciplina errática e fútil que morreu no século passado. Com Aristóteles atingimos um tempo forte da retórica; ela constitui uma esfera distinta da filosofia, na medida em que a ordem do “persuasivo” como tal permanece o objeto de uma *téckne* específica; mas está solidamente unida à lógica, graças à correlação entre o conceito de persuasão e o de verossimilhança. Uma retórica filosófica — isto é, fundada e vigiada pela própria filosofia — é assim constituída. Nossa tarefa posterior será mostrar por quais intermediários a teoria retórica da metáfora vincula-se a tal programa.

O estatuto da retórica como *tékhne* distinta não apresenta problemas difíceis, e Aristóteles teve o cuidado de definir o que denomina *tékhne* em um texto clássico das *Éticas*⁴¹; há tantas *tékhnai* quanto atividades criadoras; uma *tékhne* é alguma coisa mais elevada que uma rotina ou uma prática empírica e, a despeito do fato de que ela seja concernente a uma produção, contém um elemento especulativo,

41. “Ora, como a arquitetura é uma arte, sendo essencialmente uma capacidade raciocinada de produzir, e nem existe arte alguma que não seja uma capacidade desta espécie, nem capacidade desta espécie que não seja uma arte, segue-se que a arte é idêntica a uma capacidade de produzir que envolve o reto raciocínio.

a saber, uma investigação teórica sobre os meios aplicados à produção; é um método, e este traço aproxima-a da ciência mais que da rotina. A idéia de que há uma técnica da produção de discursos pode conduzir a um projeto taxionômico tal como o que analisaremos em um estudo posterior; tal projeto não será o último estágio da tecnicização do discurso? Isso é indubitável, mas, em Aristóteles, a autonomia da *tékhne* importa menos que seu atrelamento a outras disciplinas do discurso, antes de tudo a da prova.

Esse atrelamento é assegurado pela conexão entre retórica e dialética; desvela-se aí, sem dúvida alguma, o traço de gênio de Aristóteles por ter posto no cabeço de sua obra a declaração que dispõe a retórica no domínio da lógica e, por meio desta, de toda a filosofia: “A retórica é a réplica (*antistrophos*) da dialética” (1354 a 1). Ora, a dialética designa a teoria geral da argumentação na ordem do verossímil⁴². Eis aí o problema da retórica posto em termos lógicos; Aristóteles, sabe-se, orgulha-se de ter inventado o argumento demonstrativo designado silogismo. Ora, a esse argumento demonstrativo corresponde o argumento verossímil da dialética, designado entimema. A retórica é, assim, uma técnica da prova: “Só as provas têm um caráter técnico” (1354 a 13). E, como os entimemas são “o corpo da prova” (*ibid.*), toda a retórica deve ser centrada no poder persuasivo que se vincula a esse modo de prova.

Toda arte visa à geração e se ocupa em inventar e em considerar as maneiras de produzir alguma coisa que tanto pode ser como não ser, e cuja origem está no que produz, e não no que é produzido. Com efeito, a arte não se ocupa nem com as coisas que são ou que se geram por necessidade, nem com as que o fazem de acordo com a natureza (pois essas têm sua origem em si mesmas).” (*Ética a Nicômaco*, VI, 4, 1140 a 6-16; trad. Tricot). Há outra tradução in Dufour, *Introduction à Rhétorique*, I e II, p. 30, Paris, Éd. Les Belles Lettres, 1932 [ed. br.: *Ética a Nicômaco*, São Paulo, Nova Cultural, 1987].

42. Não será demasiado ressaltar a diminuição — “a perda de prestígio”, diz Jacques Brunschwig em sua “Introduction” aos *Tópicos* de Aristóteles — que sofreu a dialética ao passar das mãos de Platão às de Aristóteles. Ciência soberana e sinótica em Platão, ela não é mais senão a teoria da argumentação em Aristóteles (cf. Pierre Aubenque, *Le problème de l'être chez Aristote*, pp. 251-264. M. Gueroult, “Logique, argumentation et histoire de la philosophie chez Aristote”, in *Mélanges en hommage à Ch. Perelman*).

Uma retórica que se aplicasse unicamente aos procedimentos suscetíveis de agir sobre as paixões do juiz cairia ao lado do tema: ela não daria conta de provas técnicas, justamente as que tornam um tema “apto ao entimema” (I, 1, 1354 b 21); e, um pouco mais adiante: “isso na medida em que, evidentemente, o método próprio à técnica não repousa senão sobre provas, e que a prova é um certo gênero de demonstração..., que a demonstração retórica é o entimema..., que o entimema é um silogismo de uma certa espécie etc.” (I, 1, 1355 a 3-5).

Isto não quer dizer que a retórica não se distinga de nenhum modo da dialética. Ela se lhe assemelha, é certo, por vários traços, inscreve-se em verdades de opinião aceitas pela maioria⁴³, não demanda nenhuma competência; qualquer um é capaz de discutir um argumento, acusar e defender-se. Mas difere dela por outros traços. Em primeiro lugar, a retórica aplica-se a situações concretas: a deliberação de uma assembleia política, o julgamento de um tribunal, o exercício público do louvor e da censura; esses três tipos de situação de discurso definem os três gêneros da retórica: deliberativo, judiciário e epidíctico. Se a retórica anterior privilegiara o segundo, porque os meios de influenciar o juiz são aí aparentes, uma retórica apoiada sobre a arte da prova estará atenta a toda situação em que se deva recorrer a um juízo (*krísis*, I, 1, 1354 b 5). Donde o segundo traço: a arte volta-se para juízos sobre as coisas singulares.

43. Os *éndoxa* da *Retórica* I, 1, 1355 b 17 são definidos precisamente nos *Tópicos*, I, 10, 104 a 8: “Uma premissa dialética é disposição sob forma interrogativa de uma idéia admitida (*éndoxos*) por todos os homens, ou por quase todos, ou por aqueles que representam a opinião esclarecida, e por estes últimos, por todos ou por quase todos, ou pelos mais conhecidos, exceção feita aos paradoxos; pois uma idéia, própria da opinião esclarecida, tem todas as chances de ser aceita, contanto que não contradiga a opinião média” (trad. J. Brunswig, Éd. Les Belles Lettres, 1967). Os *éndoxa* são idéias admitidas no “jogo a dois” que constitui a discussão dialética (J. Brunswig, *op. cit.*, p. XXIII). Este caráter das premissas faz a diferença entre o silogismo demonstrativo, cujas premissas são intrinsecamente verdadeiras, e o silogismo dialético, cujas premissas são “realmente aprovadas” (*ibid.*, p. XXIV), o que as opõe, por outro lado, às premissas “aparentemente endoxais”, que tomam o raciocínio materialmente erístico.

Além disso, a retórica não pode ser esgotada em uma disciplina puramente argumentativa, pois está voltada para o ouvinte, e não pode, portanto, deixar de considerar o caráter do falante e a disposição da audiência; em poucas palavras, ela permanece na dimensão intersubjetiva e dialogal do uso público do discurso, donde resulta que a consideração das emoções, das paixões, dos hábitos e das crenças continua a ser da competência da retórica, mesmo que ela não deva suplantiar a prioridade do argumento verossímil, pois o argumento propriamente retórico dá conta ao mesmo tempo do grau de verossimilhança relativo à matéria discutida e do valor persuasivo relativo à qualidade do falante e do ouvinte.

Esse traço conduz por si mesmo ao último: a retórica não pode tornar-se uma técnica vazia e formal em razão de sua ligação com os conteúdos das opiniões mais prováveis, isto é, admitidas ou aprovadas pela maioria; ora, essa ligação da retórica com os conteúdos não-criticados arrisca-se a fazer da retórica uma espécie de ciência popular. Ao se ligar às *idéias admitidas*, a retórica envolve-se numa sequência dispersa de “lugares” de argumentação que constituem para o orador um conjunto de receitas que o põem ao abrigo das surpresas do combate da palavra⁴⁴. Essa colusão da retórica com

44. J. Brunswig liga da seguinte maneira a questão dos “lugares” (*tópoi*) à do raciocínio dialético: “Numa primeira aproximação, os lugares podem ser descritos como regras ou, caso se queira, receitas de argumentação destinadas a prover de instrumentos eficazes uma atividade mui precisamente determinada, a da discussão dialética” (p. IX). O autor acrescenta: “Estreitamente solidárias com a atividade que eles pretendem promover da condição de prática cega à de arte metódica, os *Tópicos*, *vade-mécum* do perfeito dialético, arriscam-se a parecer como uma arte de ganhar um jogo em que ninguém joga” (p. IX). Mas, então, por que falar de *lugares* para designar esta “máquina de fazer premissas a partir de uma conclusão dada” (*ibid.*, p. XXXIX)? Pode-se insistir no fato de que os lugares são dispersos ou de que cada um tem uma função de semelhança. De um lado, com efeito, pode-se insistir no caráter “não-sistemático e como que acéfalo do pensamento lógico” (*ibid.*, p. XIV), em regime dialético, e no caráter fechado das unidades isoladas assim indicadas. Mas pode-se observar também, segundo a *Retórica*, II, 26, 1403 a 17, que os lugares são cada um “chefes sob os quais se dispõem muitos entimemas”. Esta função unificante é exercida sucessivamente pela tópica do acidente, pela do gênero, pela do próprio (Livro V) e pela da definição.

a tópica foi, sem dúvida alguma, uma das causas de sua morte. Talvez a retórica tenha sido morta, finalmente, por um excesso de formalismo no século XIX, mas o paradoxo é que ela já estava condenada por seu excesso de conteúdo; é desse modo que o Livro II da *Retórica* abunda em psicologia que Kant denominou “popular”, em moral “popular”, em política “popular”, e esta tendência da retórica de identificar-se a uma subsciência do homem levanta uma grave questão que pode refletir-se na própria metáfora, pois a solidariedade entre a retórica e a tópica — e, por meio delas, a convivência entre a retórica e uma subsciência do homem — não implica que o gosto de falar por parábolas, comparações, provérbios, metáforas deriva desse mesmo complexo de retórica e tópica? Será necessário guardar a presente questão no espírito. Mas, antes de anunciar a morte da retórica, essa aliança assegura-lhe um conteúdo cultural. A retórica não se produz em um vazio de saber, mas em uma plenitude de opinião. É, portanto, também do tesouro da sabedoria popular que se extraem metáforas e provérbios — ao menos aqueles que são metáforas e provérbios “recebidos”. Esta reserva é importante: pois é esta tipologia do discurso que dá ao tratamento retórico da *léxis* e da metáfora um pano de fundo e vestígio diferentes dos da *Poética*.

Todos esses traços distintivos refletem-se na definição aristotélica de retórica: “Faculdade de descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser próprio para persuadir” (1355 b 25-26 e 1356 a 19-20). É uma disciplina teórica, mas de tema indeterminado, medida pelo critério (neutro) do *pithanon*, isso é, do “*persuasivo enquanto tal*”. Este adjetivo substantivo continua fiel à intenção primitiva da retórica que é a de persuadir, mas exprime o deslocamento para uma técnica da prova; em relação a isso, o parentesco (que a semântica francesa não pode manter) entre *pithanon* e *písteis* é muito instrutivo: em grego, a expressão as “provas” (*písteis*, no plural) marca a prioridade do argumento objetivo sobre o alcance intersubjetivo da tarefa de persuadir. E, contudo, a noção inicial de persuasão não é abolida, é simplesmente retificada: particularmente a orientação do argumento para o ouvinte, testemunha

de que qualquer discurso é dirigido a alguém, e a aderência da argumentação aos conteúdos da *tópica*, que impedem que “o persuasivo enquanto tal” se resolva em uma lógica do provável. A retórica continuará a ser, portanto, quando muito, “a antístrofe” da dialética, mas não se dissolverá aí.

É possível agora esboçar uma teoria propriamente retórica da *léxis* e, por consequência, da metáfora, na medida em que esta é um de seus procedimentos.

Digamos, antes de mais nada, que a função retórica e a função poética da metáfora não coincidem: “Uma coisa é a *léxis* da prosa (Aristóteles diz: do *lógos*, oposto, neste contexto, à *poíesis*), outra é a da poesia” (III, 1, 1404 a 28)⁴⁵. Infelizmente, nota Aristóteles, a teoria da *léxis* poética é mais avançada que a do discurso público⁴⁶. Importa, portanto, preencher esse atraso, se não essa lacuna. A tarefa não é fácil: já dissemos acima que a *argumentação*, a *elocução* e a *composição* eram as três partes da retórica. Mas se a retórica não se identifica de modo algum com a teoria da elocução, que é apenas uma parte, pode-se perguntar se ela não tem uma relação privilegiada com a “descoberta” (*eurēsis*) dos argumentos pelo orador, isto é, com a primeira parte. Não se disse que tudo o que não concerne à prova permanece exterior ou acessório (I, 1, 1354 b 17)? O Livro III não confirma este privilégio ao dizer que “as únicas armas com as quais é justo lutar são os fatos, de modo que tudo o que não é demonstração é supérfluo (III, 1, 1404 a 5-7)? Seria, parece, em razão

45. I. Düring, *Aristoteles. Darstellung und Interpretation seines Denkens*, Heidelberg, Carl Winter, 1966, extrai argumento da oposição entre prosa e poesia para denominar a *Retórica* III “*die Schrift von Prosa*” (pp. 149ss.). Sem esquecer a definição da *Poética* 1450 b 13-15, que identifica a *léxis* com a expressão verbal do pensamento, I. Düring nota que, no contexto da *Retórica*, a *léxis* tende a igualar-se à *die literarische Kunstprosa* (p. 150) sem, contudo, reduzir-se a uma teoria dos gêneros do estilo (*kharaktēres* ou *genera dicendi*), que é uma criação helenística.

46. As razões deste avanço são interessantes de notar: “A primeira reação foi dada, como era natural, pelos poetas: de fato, as palavras são imitações e, no jogo de todos os nossos órgãos, a voz é a mais apropriada à imitação” (*Retórica*, III, 1404 a 20-22).

somente da “perversão do ouvinte” (III, 1, 1404 a 8) que se deveria demorar nestas considerações exteriores.

Que a ligação entre a teoria da *léxis* e o restante do Tratado centrado na argumentação seja frágil não é contestado por ninguém. Não se pode, contudo, confundir o que só pode ser um acidente de composição do tratado de Aristóteles com uma ausência de ligação lógica entre *písteis* e *léxis*; “não basta estar na posse dos argumentos a serem produzidos, é necessário ainda apresentá-los como se deve, e isto contribui muito para que o discurso pareça ter este ou aquele caráter” (III, 1, 1403 b 15-18). É a ligação entre este *aparecer* do discurso e o próprio discurso que é necessário pôr em questão aqui, pois ele contém em germe o destino mesmo da idéia de figura (cf. adiante, Estudo V, § 2). O “como” do discurso distingue-se do “quê”. Retomando mais à frente a mesma distinção, Aristóteles opõe a ordenação pela *léxis* às “coisas mesmas” (*tá pragmata*) (III, 1, 1403 b 19-20). Ora, esse aparecer não é exterior ao discurso, como o é a simples *pronunciatio* e *actio* (*hypokrisis*, III, 1, 1403 b 21-35) (“*delivery*”, segundo a tradução de Cope *ad. loc.*; “*action*”, segundo Dufour-Wartelle), que concerne somente ao uso da voz, como no jogo trágico (a *Poética* distingue do mesmo modo a *léxis* da simples encenação). É necessário investigar do lado de um aparecer mais intimamente ligado ao movimento da ação de persuasão e ao argumento do qual se disse que é “o corpo da prova”. A *léxis* seria antes uma espécie de manifestação do pensamento, ligada a todo programa de instrução (*didaskalia*): “há, para a demonstração (*pros to dēlōsai*), alguma diferença a ser exposta desta ou daquela maneira” (III, 1, 1404 a 9-10). Quando unicamente a prova importa, como em geometria, não se considera a *léxis*, mas, desde que a relação com o ouvinte passa ao primeiro plano, é desse modo que se ensina.

A teoria da *léxis* parece ligada de maneira muito frágil ao tema diretor da *Retórica*, de maneira menos frágil, ver-se-á, que o da *Poética*, que denominará mais nitidamente a *léxis* uma “parte da tragédia”, isto é, do poema. É possível conceber que em poesia a forma ou a figura da mensagem adira a seu sentido para formar

uma unidade semelhante à da escultura⁴⁷. Na eloquência, a maneira de dizer guarda um caráter extrínseco e variável. Talvez se possa mesmo arriscar a idéia de que a eloquência, isto é, o uso público da palavra, comporta precisamente a tendência de dissociar o estilo da prova. Do mesmo modo, a falta de consistência da ligação entre um tratado de argumentação e um tratado de elocução ou de estilo revela alguma coisa de instabilidade da própria retórica, estimulada pela contradição interna com o próprio projeto de persuadir. Posta entre dois limites que lhe são exteriores — a lógica e a violência —, ela oscila entre dois pólos que a constituem: a prova e a persuasão. Quando a persuasão se liberta do cuidado da prova, o desejo de seduzir e de agradar a conduz, e o próprio estilo não é mais figura, no sentido de visão de um corpo, mas ornamento, no sentido “cosmético” da palavra. Mas esta possibilidade está inscrita desde a origem no projeto retórico, e ressurgue no próprio âmago do tratado de Aristóteles: enquanto elocução, exterioriza o discurso, torna-o manifesto, tende a libertar o cuidado de “agradar” do de “argumentar”. Sem dúvida, é porque a escritura constitui uma exteriorização de segundo grau que esse divórcio é aí particularmente ameaçador: “Com efeito, os discursos que se escrevem produzem mais efeito pelo estilo que pelo pensamento” (III, 1, 1404, a 18-19).

O que é feito agora dos tratados propriamente retóricos da metáfora? Lançam eles alguma luz sobre essa função de manifestação da *léxis*? Em retorno, esta reflete alguma coisa das contradições íntimas da eloquência?

Continuando a retórica a ser arte do “bem”-dizer, seus traços são traços do bom uso, que se vinculam aos do discurso público em geral; estes últimos constituem o que Aristóteles denomina as “virtudes” (excelências ou méritos) da *léxis* e guiam o que se poderia denominar a estratégia de persuasão do discurso público. O conceito de “virtudes da *léxis*” é tão importante porque é o que fornece o fio condutor da análise da *Retórica* III. Entre as virtudes, as que dizem

47. Estudaremos adiante a aderência do sentido ao sensível em poesia: Estudo VI, § 2.

mais particularmente respeito à metáfora são a “clareza” (III, 2, 1), o “calor” (oposto a “frieza”, III, 3, 1), a “amplitude” (III, 6, 1), a “conveniência” (III, 7, 1) e sobretudo “as boas palavras” (III, 10, 1)⁴⁸.

A clareza é, evidentemente, a pedra de toque para o uso da metáfora, e clara é a expressão que “mostra” (*dêloi*). Ora, são as palavras correntes (*tá kyria*) que fazem a clareza do estilo. Desvian-do-se⁴⁹ do uso corrente elas fazem aparecer a *léxis* “nobre” (III, 2, 1404 b 9) que é aqui como uma linguagem “estranha” (*xenen*) (III, 2, 1404 b 10) ao olhar dos cidadãos comuns; estas sinuosidades de linguagem também dão um ar estranho ao discurso, “pois se admira o que está distante, e o que excita a admiração é igualmente agradável” (1404 b 12). A bem dizer, essas observações são mais convenientes à poesia que à prosa, na qual nobreza e distinção são apropriadas aos temas e às próprias personagens fora do comum: “Na prosa tais procedimentos apenas mui raramente são apropriados, pois o tema aqui é menos elevado” (III, 2, 1404 b 14-15). A linguagem retórica opera como a linguagem poética, mas um degrau abaixo. Com esta reserva, pode-se dizer que é “o mérito principal do discurso retórico” dar um ar “estranho” ao discurso, dissimulando todo o seu procedimento. O estilo retórico combinará, portanto, na devida proporção, clareza, concordância e ar estranho.

Para esse ar “estranho” assim posto em oposição à exigência de clareza, contribui o jogo da distância e do parentesco ao qual

48. Cope, em sua *Introduction to Aristotle's Rethoric*, observa que, se o plano geral já é corrente no tempo de Aristóteles, a repartição em quatro “excelências” — “purity, perspicuity, ornament, propriety” — não é rigorosamente realizada, nem a ordem regularmente seguida (p. 279). O fio é, aliás, muitas vezes rompido, por exemplo, pelo estudo da similitude (cf. acima) ou pelas considerações que dificilmente participariam em uma enumeração das virtudes da *léxis*, como as observações sobre o “esquema” da *léxis* (ritmo, estilo coordenado e periódico), III, 8 e 9.

49. O verbo que designa desvio — *exallattō, exallaxai* — é retomado duas vezes: III, 2, 1404 b 8: “Desviar uma palavra de seu sentido comum”; III, 2, 1404 b 30: “É para alcançar maior grandiosidade que se desvia da conveniência”. Em cada momento um uso estranho é oposto a um uso comum e doméstico (*to de kyryon kai to oikeion*) (III, 2, 1404 b 32) ou conveniente (*prepon*) (III, 2, 1404 b 30).

fizemos alusão anteriormente por ocasião das relações de gênero na transposição metafórica e, portanto, também o caráter de enigma das boas metáforas (III, 2, 1405 b 3-5)⁵⁰.

A segunda virtude é tratada negativamente⁵¹: a *Retórica*, III, 3, 1, ao tratar da “frieza” no estilo, considera, entre suas causas, o uso inadequado e ridículo de metáforas poéticas em prosa; o estilo nobre e trágico, as metáforas distantes e, portanto, obscuras (como quando Górgias fala de acontecimentos “muito frescos e sangrentos”, III, 3, 1406 b 9), pois em prosa não se deve ser “demasiado poético” (*ibid.*). Qual é, portanto, o critério? Aristóteles não hesita: “Todas estas expressões são impróprias para a persuasão” (*apithana*, 1406 b 14)⁵².

A virtude da “conveniência” ou da “propriedade” (III, 7) oferece uma nova ocasião para ressaltar a diferença entre prosa e poesia. Deve-se notar que Aristóteles denomina “proporção” (*tó analogon*) o caráter de estilo de “convir” ao seu tema. O que convém à prosa não é o que convém à poesia, pois “esta é inspirada (*entheon*)” (III, 7, 1408 b 18).

Mas é a reflexão sobre a elegância e a vivacidade de expressão (lit.: o estilo “urbano” — *ásteion* — oposto ao falar popular) (III, 10) que dá ocasião a interessantes observações sobre o uso retórico da metáfora⁵³. E, em primeiro lugar, é a ele que Aristóteles vincula

50. É mais difícil vincular ao tema da “clareza” o que foi dito imediatamente a seguir da “beleza” que devem ter as palavras: a beleza de uma palavra, diz-se, reside “nos sons ou na coisa significada, e do mesmo modo em relação à fealdade” (III, 2, 1405 b 6-7). E mais adiante: as metáforas devem ser derivadas “de coisas que são belas ou pelo som ou pela significação ou pela vista ou por qualquer outro sentido” (1405 b 17-18). Parece que a função de agradar conduz à de significar indiretamente. A polaridade clareza-beleza refletirá alguma coisa da tensão, própria à eloquência, evocada acima.

51. Para E. Cope, este trabalho sobre as carências de estilo ou as faltas de gosto não implica a introdução de uma excelência específica que seria o “calor” no estilo (*Introduction...*, pp. 286-290).

52. O mesmo argumento — evitar o que fosse demasiado poético — é aplicado às metáforas que têm a função de eufemismo e, em geral, às circunlocuções (III, 6, 1407 b 32-35).

53. O comentário de Cope é particularmente brilhante e... *ásteion!* (pp. 316-323).

suas considerações sobre o valor *instrutivo* da metáfora. Esta virtude refere-se, com efeito, ao prazer de aprender que procede do efeito de surpresa. Ora, é função da metáfora instruir por uma aproximação repentina entre coisas que parecem distantes: “Aprender facilmente é naturalmente agradável a todos os homens, e por outro lado as palavras têm uma significação determinada, de modo que todas as palavras que nos permitem instruir a nós mesmos são muito agradáveis. Se os *glossemas* são desconhecidos para nós, conhecemos as palavras usuais; mas é sobretudo a metáfora que produz o efeito indicado, pois, quando o poeta denomina a velhice um fio de colmo, ele nos instrui e nos dá um conhecimento por meio do gênero, pois um e outro são desfloridos” (*Retórica*, III, 10, 1410 b 1-15). Além disso, é a essa mesma virtude de elegância que Aristóteles atribui a superioridade da metáfora sobre a comparação: mais sintética e mais breve que a comparação, a metáfora surpreende e dá uma instrução rápida, e é nessa estratégia que a surpresa, acrescida à dissimulação, desempenha um papel decisivo.

A esse mesmo traço Aristóteles vincula uma característica da metáfora que ainda não aparecera e que à primeira vista parece algo um pouco discordante. A metáfora, diz: “Faz imagem [lit.: põe sob os olhos]” (III, 10, 1410 b 33); dito de outra maneira, ela dá à captação do gênero a coloração concreta que os modernos denominarão estilo imagético, estilo figurado. Aristóteles, é verdade, não emprega de nenhum modo a palavra *eikōn*, no sentido em que a partir de Charles Sanders Peirce falamos do aspecto icônico da metáfora. Mas a idéia de que a metáfora descreve o abstrato sob os traços do concreto já está lá. Como Aristóteles vincula esse poder de “pôr sob os olhos” à palavra? Por intermédio da característica de toda metáfora, que é mostrar, “fazer ver”. Ora, esse traço nos lança no coração do problema da *léxis*, cuja função, já dissemos, era a de “fazer aparecer” o discurso. “Pôr sob os olhos” não é, nesse caso, uma função acessória da metáfora, mas, antes, próprio da figura. A mesma metáfora pode assim comportar o momento lógico da proporcionalidade e o momento sensível da figurabilidade. Aristóteles gosta de aproximar esses dois momentos que parecem, à primeira

vista, contrastar: “Nós dissemos que as boas palavras são extraídas de uma metáfora por analogia e que elas evidenciam [lit.: que põem sob os olhos]” (III, 10, 1411 b 21). É o caso de todos os exemplos enumerados em III, 10, 1411 a 25 — b 10. Porém, mais que qualquer outra, a metáfora que mostra o inanimado como animado tem a potência de visualizar as relações. Poder-se-ia ser tentado, em continuidade a Heidegger e a Derrida (cf. mais adiante, Estudo VIII, § 3), a detectar aqui algum remanescente envergonhado de platonismo. Não é o visível que faz aparecer o invisível, em virtude de uma pretensa semelhança de um com o outro? Mas, se uma metafísica é acrescida à metáfora, não é a de Platão, mas antes a de Aristóteles: “Eu digo que as palavras evidenciam quando significam as coisas em ato” (*hosa energounta sēmainei*) (III, 11, 1411 b 24-25). Mostrar as coisas inanimadas como animadas não é de modo algum ligá-las ao invisível, mas mostrá-las elas mesmas *enquanto* em ato⁵⁴. Emprestando de Homero algumas expressões notáveis, Aristóteles comenta: “Em todas estas passagens, é a vida comunicada a um objeto inanimado que significa o ato (*energounta phainetai*)” (III, 11, 1412 a 3). Ora, em todos esses exemplos o poder de visualizar, de animar, de atualizar é inseparável seja de uma relação lógica de proporção, seja de uma comparação (mas sabemos que o impulso é o mesmo na comparação a dois termos e na analogia a quatro termos). Desse modo, a mesma estratégia de discurso põe em ato a força lógica da proporção ou da comparação, o poder de pôr sob os olhos, o de falar do inanimado como animado, enfim a capacidade de significar a atualidade.

Objetar-se-á que a fronteira entre prosa e poesia desaparece aqui: não é Homero o autor mais freqüentemente citado? Não é de Homero que é dito: “Todas estas palavras dão o movimento e a vida. Ora, o ato é o movimento” (III, 11, 1412 a 10)? A metáfora não seria um procedimento poético estendido à prosa?

54. Retomaremos as implicações ontológicas desta declaração de Aristóteles mais adiante, pp. 74-75, e no Estudo VIII, § 4.

Não se poderá responder inteiramente a essa objeção antes de retornar à *Poética* de Aristóteles⁵⁵. Digamos provisoriamente que a diferença não está no procedimento, mas no fim visado: eis por que a apresentação figurada e animada é tratada no mesmo contexto em que a brevidade, a surpresa, a dissimulação, o enigma, a antítese; como todos esses procedimentos, o traço de espírito está a serviço do mesmo fim: persuadir o ouvinte. Esse fim continua a ser o traço distintivo da retórica.

5. O lugar “poético” da *léxis*

Retomemos em sua outra extremidade o problema da dupla inclusão da metáfora por intermédio da *léxis*. O que é a *léxis* poética? Ao responder a essa questão, vincularemos a definição de metáfora, comum aos dois tratados, à função distinta que lhe confere o projeto da *Poética*.

A definição de metáfora nos levou a descer da *léxis* para suas “partes” e, entre estas, para o *nome* do qual a metáfora é a transposição. Uma investigação sobre a função da metáfora exige que remontemos agora da *léxis* para suas condições.

A condição mais próxima é o próprio poema — aqui, a tragédia — considerado como um todo: “Toda tragédia, pois, comporta necessariamente seis elementos (*merē*), dos quais depende sua qualidade, a saber: enredo (*mythos*), caracteres (*ēthē*), elocução (*léxis*), pensamento (*diánoia*), espetáculo (*opsis*) e canto (*mélipoia*)” (1450 a 7-9). O enredo é “o conjunto (*systasis*) de ações realizadas” (1450 a 15). O caráter é o que confere à ação sua coerência por uma espécie de “preferência” única, subjacente à ação (1450 b 7-9). A *léxis* é “o conjunto de versos” (1449 b 39). O pensamento é o que diz uma personagem para argumentar sua ação (1470 a 7), e é para a ação o que a retórica e a política são para o discurso (1460 b 5-6), sendo o lado propriamente retórico do poema trágico (1456 a

34-36). O espetáculo designa a ordenação (*kósmos*) exterior e visível (1449 b 33). O canto, enfim, é “o maior dos ornamentos” (1450 b 17).

Assim como a retórica era denominada uma “parte” da *léxis*, esta é, por seu turno, uma “parte” da tragédia. Considerando-se o próprio poema, o nível estratégico muda; a metáfora, aventura da palavra, é vinculada, por meio da *léxis*, à tragédia ou, como é dito desde as primeiras linhas, à “poética (*poiesis*) do drama trágico” (1447 a 13).

Por seu turno, a tragédia é definida por um traço, “a imitação dos homens agindo” (1448 a 1 e a 29), que fornecerá a condição de segundo grau da *léxis*. Reservaremos para uma discussão posterior o conceito aristotélico de *mimesis*, que fornece à poesia o conceito diretor de mesmo nível que o de *persuasão* para a prosa pública.

Detendo-nos no nível da enumeração dos constituintes do poema trágico, importa, para compreender o papel da *léxis*, entender a articulação de todos esses elementos entre si. Eles formam, com efeito, uma rede na qual tudo gira em torno de um fator dominante: o enredo, o *mythos*. De fato, três fatores desempenham conjuntamente um papel instrumental: o espetáculo, o canto e a *léxis* (“pois estes são os meios pelos quais os atores efetuam a imitação”, 1449 b 33-34). Dois outros — o pensamento e o caráter — são denominados as “causas naturais” da ação (1450 a 1); o segundo confere à ação a coerência de uma preferência; o primeiro, a de uma argumentação. Tudo se combina no termo denominado *mythos*, que os tradutores transpõem por intriga ou enredo. É aqui, com efeito, que se realiza a espécie de transposição de ações que Aristóteles denomina o *mimo das melhores ações*: “É o *mythos* que é a imitação das ações” (1450 a 3). Entre o *mythos* e a tragédia, já não há somente uma ligação entre o meio e o fim, ou entre a causa natural e o efeito, mas uma ligação de essência; eis por que, desde as primeiras linhas do tratado, a investigação organiza-se em torno “dos modos de compor os enredos” (1447 a 8). Ele é importante para nosso propósito de bem entender a proximidade entre o *mythos* do poema trágico e a *léxis* na qual a metáfora se inscreve.

55. Cf. mais adiante, pp. 69-70.

O traço fundamental do *mythos* é seu caráter de ordem, de organização, de disposição, e esse caráter de ordem, por seu turno, refrata-se em todos os outros fatores: ordenação do espetáculo, coerência do caráter, encadeamento dos pensamentos e, enfim, disposição dos versos. O *mythos* faz, assim, eco à discursividade da ação, do caráter e dos pensamentos. É essencial que a *léxis* participe também ela desses traços de coerência. Mas como? Uma única vez Aristóteles diz que ela procede *dia tēs onomasias hermēneian* (1450 b 15), o que eu traduziria de bom grado por *interpretação lingüística*, e que Hardy traduz por “a tradução do pensamento pelas palavras”⁵⁶; dessa forma, ela não é nem prosa nem verso: “Ela tem — diz Aristóteles — as mesmas propriedades tanto para versos como para prosa” (*ibid.*, 16). Essa *hermēneia* não é de modo algum esgotada pelo que Aristóteles acaba de denominar *diánoia*, que já contém, entretanto, todos os traços retóricos que se acrescentam à intriga e ao caráter e que, por isso, já é da ordem da linguagem (ela é retórica como “tudo o que deve ser estabelecido [*paraskeuasthēnai*] pela linguagem”) (1456 a 37). Mas esse arranjo deve ainda ser tornado manifesto, *aparecer* em palavras pronunciadas: “Pois qual seria a função do intérprete, se seu pensamento se manifestasse mesmo sem recurso à palavra?” (1456 b 8)⁵⁷. Caso se aproximem estes três traços: disposição dos versos, interpretação por palavras, manifestação pela linguagem, vê-se desenhar a função da *léxis* como

56. Ross traduz “the expression of their thoughts in words”. Lucas: “communication by means of words”.

57. J. Hardy observa: “O texto e o sentido desta frase são muito duvidosos” (*ad. loc.*). O sentido parecerá menos duvidoso caso se aproxime esta observação do que foi dito acima da função da figura, que é a de *fazer aparecer* o discurso. A tradução de Ross retira, em relação a isto, toda ambigüidade: “What indeed would be the good of the speaker if things appeared in the required light even apart from anything he says?”. Portanto, ainda falta ao “pensamento” “aparecer” para tornar-se *poema*. Em relação a isso, Derrida observa: “Se não houvesse diferença entre a *diánoia* e a *léxis*, não haveria espaço para a tragédia... Essa diferença não diz respeito apenas a que a personagem deva poder dizer outra coisa do que aquilo que pensa. Ela não existe e não age na tragédia senão na condição de falar” (“La mythologie blanche”, *op. cit.*, p. 20).

exteriorização e explicitação da ordem interna do *mythos*. Entre o *mythos* e a tragédia e sua *léxis* há uma relação que se pode arriscar a exprimir como a de uma forma interior com uma forma exterior. É assim que a *léxis* — da qual a própria metáfora é uma parte — articula-se, no interior do poema trágico, com o *mythos* e torna-se, por sua vez, “uma parte” da tragédia.

O que é feito doravante da relação entre o *mythos* do poema trágico e a função de *mimesis*? É necessário confessar que bem poucos críticos modernos foram a favor da definição aristotélica de poesia trágica — e, acessoriamente, épica — como imitação. A maior parte distingue neste conceito o pecado original da estética aristotélica e talvez de toda a estética grega. Richard McKeon e, mais recentemente, Leon Golden e O. B. Hardison dedicaram-se a dissipar os contra-sensos que obscureceram a interpretação do conceito aristotélico⁵⁸. Mas talvez nossos tradutores tenham feito muito rapidamente equivaler à *mimesis* grega um termo que nós cremos conhecer demasiadamente bem: a imitação, na qual é logo fácil denunciar a submissão à coisa natural. É a partir da oposição, muito moderna, entre arte figurativa e não-figurativa que inelutavelmente abordamos a *mimesis* grega⁵⁹. Não é, contudo, uma tarefa desesperadora reunir os traços da *mimesis* que a distinguem de uma simples cópia que repetiria a natureza (cf. adiante, Estudo VII, § 4).

Observaremos, antes de tudo, que de Platão a Aristóteles o conceito de *mimesis* sofreu uma contração considerável⁶⁰. Em Platão,

58. Richard McKeon, “Literary Criticism and the Concept of Imitation in Antiquity”, in *Modern Philology*, August 1936; republicado in R. S. Crane (ed.), *Criticism and Criticism. Essays in Method by a Group of the Chicago*, Chicago, The University of Chicago Press, 1952, 1970⁵. “Imitation and Poetry”, in *Thought, Action and Passion*, Chicago, The University of Chicago Press, 1954, pp. 102-223.

59. No segundo texto citado na nota precedente, McKeon faz remontar à *estética do gênio* a fonte da interpretação pejorativa da *mimesis*.

60. Sobre isto, cf. McKeon, *op. cit.*, de quem a análise que se segue é grandemente devedora. O autor insiste na necessidade de sempre restabelecer os contextos filosóficos nos quais um conceito ganha sentido e de ligar cada definição à metodologia própria a cada filósofo.

ele recebe uma extensão sem limite, pois se aplica a todas as artes, aos discursos, às instituições, às coisas naturais que são imitações dos modelos ideais e, assim, aos princípios mesmos das coisas. O método dialético — entendido amplo senso como procedimento de diálogo — impõe à significação da palavra uma determinação muito contextual, que deixa o semantista diante de uma plurivocidade desencorajante. O único fio seguro é a relação muito geral entre alguma coisa que *é* e alguma coisa que *parece*, a semelhança podendo ser boa ou má, real ou aparente. A referência aos modelos ideais permite somente constituir uma escala de semelhança segundo a qual varia a aproximação do ser pela aparência. Desse modo, uma pintura poderá ser dita “imitação da imitação”.

Nada disso em Aristóteles. Antes de tudo, a definição situa-se no início do discurso científico e não no termo do uso dialético. Pois, se as palavras têm mais de um sentido, seu uso na ciência admite somente um único. E é a divisão das ciências que define este uso normativo. Disso resulta que uma única significação literal da *mimesis* é admitida, a que delimita seu emprego no quadro das ciências *poéticas*, distinguidas das ciências teóricas e práticas⁶¹. Não há *mimesis* senão onde há um “fazer”. Não seria possível haver imitação na natureza, na medida em que, à diferença do fazer, o princípio de seu movimento é interno. Não seria possível, do mesmo modo, haver imitação das idéias, pois o fazer é sempre produção de uma coisa singular. Falando do *mythos* e de sua unidade de composição, Aristóteles observa que “uma imitação é sempre de uma única coisa” (1451 a 30-35).

Objetar-se-á que a *Poética* “serve”-se do conceito de imitação, mas não o “define”. Isso seria verdade se a única definição canônica fosse dada pelo gênero e pela diferença. Ora, a *Poética* define de modo perfeitamente rigoroso a imitação ao enumerar suas espécies (poesia épica, tragédia, comédia, poesia ditirâmbica, composição para a flauta e a lira), e ao relacionar posteriormente

61. McKeon escreve: “Imitation functions in that system as the differentia by which the arts, useful and fine, are distinguished from nature”, in *Critics and Criticism*, p. 131.

essa divisão em espécies com a divisão segundo os “meios”, os “objetos” e os “modos” de imitação. Se, além da “função de gerar prazer, observarmos um prazer semelhante àquele que temos ao aprender, poderemos arriscar a interpretação⁶² de que a imitação é integralmente definida por esta estrutura que corresponde ponto por ponto à distinção entre causa material, causa formal, causa eficiente e causa final.

Essa definição não-genérica fornece uma estrutura quaternária tão forte⁶³ que rege de fato a distribuição das seis “partes” da tragédia. Com efeito, três entre elas derivam do objeto da imitação (*mythos*, *ēthē*, *diánoia*), duas outras concernem aos meios (*melos* e *léxis*), a última, ao modo (*ópsis*). Além disso, a *kátharsis*, embora não seja uma “parte”, pode ser vinculada à quarta dimensão da imitação, a “função”, enquanto variedade trágica do prazer de imitar; a *kátharsis* seria, então, menos relativa à psicologia do espectador que à composição inteligível da tragédia⁶⁴. Desse modo, a imitação é um “processo”⁶⁵, o processo de “construir cada uma das seis partes da tragédia”, desde a intriga até o espetáculo.

Conservaremos dessa estrutura lógica da imitação os dois traços que podem interessar à nossa filosofia da metáfora.

62. Leon Golden e O. B. Hardison, *Aristotle's Poetics, a Translation and Commentary for Students of Literature*, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1958, pp. 68-69, 79, 87, 93, 95-96 e o Epílogo “On Aristotelian Imitation” (pp. 281-296). No mesmo sentido, Gerald F. Else, *Aristotle's Poetics: the Argument*, Cambridge/Massachusetts, Harvard University Press, 1963, detém-se com razão no paradoxo que consiste em definir a *poesis* como *mimesis* (p. 13), e nota em 1451 b 27-33: “O que o poeta faz não é a atualização dos acontecimentos, mas de sua estrutura lógica, de sua significação” (p. 321). É desse modo que fazer e imitar podem coincidir, e é também por isso que o próprio sentimento de terror pode ser produzido “por imitação” (1453 b 8), enquanto a própria intriga é a imitação (pp. 410-411, 447-450).

63. Segundo O. B. Hardison, *op. cit.*, p. 96, ela constitui a “primeira unidade lógica” da *Poética*. Ela confere, num mesmo lance, um sentido forte à declaração liminar de Aristóteles: “Sigamos a ordem da natureza começando pelos primeiros princípios” (1447 a 7).

64. *Ibid.*, p. 115. O. B. Hardison apóia-se aqui num artigo de Leon Golden, “Catharsis”, in *Transactions of the American Philosophical Association*, XLIII: 51-60, 1962.

65. “Tragic imitation, then, can be understood as a six-part process that begins with plot”, O. B. Hardison, *op. cit.*, p. 286.

O primeiro desses traços tem o mesmo papel do *mythos* na criação poética. É ele, nós o dissemos, que é a *mimesis*. Mais precisamente, é a “construção” do enredo que constitui a *mimesis*. Eis aí um mimo bem estranho, o que compõe e constrói isto mesmo que imita! Tudo o que é dito do caráter “completo e inteiro” do enredo, da disposição entre início, meio e fim e, em geral, da unidade e da ordem da ação, contribui para distinguir o mimo de toda duplicação da realidade. Já notamos que todos os outros constituintes do poema trágico apresentam em graus diversos o mesmo caráter de composição, de ordem, de unidade. Ora, eles são, a diversos títulos, fatores de *mimesis*.

É essa função de ordem que permite dizer que a poesia é “mais filosófica... que a história” (1451 b 5-6), pois esta relata o que aconteceu, a poesia o que teria podido acontecer; a história permanece no particular, a poesia eleva-se ao universal: entendamos por universal a espécie de coisa que certo tipo de homem dirá ou fará “verossímil ou necessariamente” (1451 b 9); por meio deste tipo, o ouvinte “atribui fé ao possível” (*ibid.*, 16)⁶⁶. Revela-se assim uma tensão, no próprio âmago da *mimesis*, entre a submissão ao real — a ação humana — e o trabalho criador que é a própria poesia, “donde se segue claramente que o poeta deve ser mais artesão de enredos que artesão de versos, porque ele é poeta pela imitação e porque imita ações” (1451 b 27-29).

Esta função de ordem explica, além disso, por que o prazer que temos com a imitação é uma espécie de prazer que o homem encontra ao aprender. O que nos dá prazer, no poema, é uma espécie de clarificação, de transparência, que proporciona a composição trágica⁶⁷.

66. O. B. Hardison chega a dizer que o poema trágico “universaliza” a história ou a natureza (*ibid.*, pp. 291ss.). A história, enquanto tal, oferece apenas singularidades, indivíduos indiferenciados. Ora, o enredo é uma interpretação inteligível da história, compreendida amplo senso como conjunto de singularidades. Tal ação “universalizada” não poderia ser, evidentemente, uma cópia.

67. Aqui a interpretação proposta por Golden da *kátharsis* trágica recebe certa plausibilidade, na medida em que, pelo menos, a purificação da piedade e do terror

Foi por um grave contra-senso que a *mimesis* aristotélica pôde ser confundida com a imitação no sentido de cópia. Se a *mimesis* comporta uma referência inicial ao real, essa referência designa o próprio reino da natureza sobre toda produção. Mas esse movimento de referência é inseparável da dimensão criadora. A *mimesis* é *poíesis*, e vice-versa. Esse paradoxo capital, que dominará nossa própria investigação (cf. adiante, Estudo VII, §§ 4 e 5), já é antecipado pela *mimesis* de Aristóteles, que mantém reunidas a proximidade à realidade humana e a distância do enredo. Esse paradoxo não poderá deixar de concernir à teoria da metáfora. Mas terminemos, antes disso, a descrição do conceito de *mimesis*.

O segundo traço que interessa à nossa investigação enuncia-se deste modo: na tragédia, à diferença da comédia, a imitação das ações humanas é uma imitação que engrandece. Este traço, mais ainda que o precedente, é a chave para entender a função da metáfora: a comédia — diz Aristóteles — “quer representar os homens inferiores (*kheirous*)”, a tragédia “quer representá-los superiores (*beltiones*) aos homens da realidade” (1448 a 17-18). (O tema é retomado várias vezes: 1448 b 24-27; 1449 a 31-33; 1449 b 9.) Assim, o *mythos* não é somente uma reordenação das ações humanas em uma forma mais coerente, mas uma composição que sobreleva, e por isso a *mimesis* é restituição do humano, não apenas segundo o essencial, mas maior e mais nobre. A tensão própria à *mimesis* é dupla: por um lado, a imitação é a um só tempo um quadro do humano e uma composição original; por outro, ela consiste em uma restituição e em um deslocamento para o alto. É este traço que, acrescido ao precedente, nos conduz à metáfora.

Reposta sobre o fundo da *mimesis*, a metáfora perde todo caráter gratuito. Considerada como simples fato de linguagem, ela poderia ser tida como um simples desvio em relação à linguagem ordinária, ao lado da palavra rara, alterada, alongada, abreviada, inventada. A

é mediatizada pela clarificação operada pela inteligibilidade da intriga, dos episódios, dos caracteres e dos pensamentos.

subordinação da *léxis* ao *mythos* já põe a metáfora a serviço do “dizer”, do “poematizar”, que se exerce não mais no nível da palavra, mas no de todo o poema; por sua vez, a subordinação do *mythos* à *mimesis* confere ao procedimento de estilo um alcance global, comparável ao da persuasão em retórica. Considerada formalmente, enquanto desvio, a metáfora não é senão uma diferença no sentido; referida à imitação das melhores ações, ela participa da dupla tensão que a caracteriza: submissão à realidade e invenção de enredo, restituição e sobrelevação. Considerada abstratamente — isto é, fora dessa função de referência —, a metáfora esgota-se em sua capacidade de substituição e dissipa-se no ornamento; deixada à errância, perde-se nos jogos de linguagem.

Indo mais longe, não se poderia vincular ao segundo traço da *mimesis* uma relação de conveniência ainda mais estreita entre a elevação de sentido, próprio do mimo trágico, e que opera no poema tomado como um todo, e o deslocamento de sentido, próprio da metáfora, que se exerce à escala da palavra? As poucas observações de Aristóteles sobre o bom uso da metáfora em poesia⁶⁸ são exatamente simétricas às que reunimos sob o título de “virtudes” da metáfora em retórica. Elas tendem para uma deontologia da linguagem poética, que não é sem afinidades com teleologia da própria *mimesis*.

O que diz Aristóteles aqui? É virtude (*aretē*) da *léxis* “ser clara sem baixeza” (1458 a 18). O que é essa clareza e o que é essa baixeza? Uma composição poética ao mesmo tempo clara e baixa é precisamente a que não comporta senão palavras correntes. Eis aí o bom uso do desvio. Ele está na junção do estranho e do nobre (*semnē*). Por que não levar mais longe a aproximação? Se o estranho e o nobre reúnem-se na “boa metáfora”, não será por que a nobreza da linguagem convém à grandeza das ações descritas? Se esta interpretação é válida — e confesso de bom grado que ela cria

68. Cf. as palavras “virtude” (*aretē*, 1458 a 18), “medida” (*metrion*, 1458 b 12), “impróprio” (*aprepōs*, *ibid.*, 14), “emprego conveniente” (*to harmotton*, 15), “usar convenientemente” (*prepontōs khrēsthai*, 1459 a 4).

algo que não fora pretendido pelo autor, mas permitido pelo texto e produzido pela leitura —, é necessário perguntar se o segredo da metáfora, enquanto deslocamento de sentido no nível das palavras, não estará na sobrelevação do sentido ao nível do *mythos*. Caso fosse possível assim pensar, a metáfora não seria somente um desvio em relação à linguagem corrente, mas, graças a esse desvio, o instrumento privilegiado da promoção de sentido realizada pela *mimesis*.

Esse paralelismo que se descobre assim entre a sobrelevação do sentido operada pelo *mythos* no nível do poema e a sobrelevação do sentido operada pela metáfora no nível da palavra deverá, sem dúvida, ser estendido à *kátharsis*, que se poderá considerar como uma sobrelevação do sentimento, semelhante ao da ação e ao da linguagem. A imitação, considerada do ponto de vista da função, constituiria um todo, no qual a elevação ao enredo, o deslocamento da linguagem pela metáfora e a purgação dos sentimentos de temor e de piedade se iriam equivaler.

Mas, dir-se-á, nenhuma exegese da *mimesis*, fundada sobre sua ligação com o *mythos*, suprimirá o fato maior de que a *mimesis* é *mimesis physeōs*. Não é verdade que a *mimesis* é o último conceito alcançado pelo retorno aos primeiros conceitos da *Poética*. A expressão “imitação da natureza”, parece, faz sair do campo da *Poética* e reenvia à *Metafísica*⁶⁹. Não se poderia, em um mesmo lance, arruinar toda a análise anterior, ligando novamente a criação do discurso à produção da natureza? Não seria, em última análise,

69. As ocorrências da palavra *physis* na *Poética* merecem ser notadas, pois constituem uma rede cerrada de alusões ao fora da *Poética*. A *mimesis* é do que se deverá falar em primeiro lugar, se se seguir “a ordem natural” (1447 a 12): aqui, a natureza designa a divisão do saber segundo a ordem das coisas em virtude da qual a imitação deriva das ciências do “fazer”. Uma alusão indireta à natureza passa pelo conceito de *télos*: “As ações e o enredo constituem o fim da tragédia” (1450 a 22). De maneira apenas menos alusiva, é dito que “o enredo é o princípio (*arkhé*) e como a alma (*psykhé*) da tragédia” (1450 a 38), enquanto o pensamento e o caráter são as “causas naturais” (*pephyken*) das ações (1450 a 1). Quanto à própria imitação, ela se vincula à natureza, visto que “imitar é natural (*symphyton*) aos

tornar inútil e impossível o desvio da metáfora, ao se ligar a plenitude semântica à plenitude natural?⁷⁰

É necessário retornar ao pomo de discórdia que constitui a referência à natureza em uma estética que, não obstante, dá lugar ao *mythos* e à metáfora.

Se é verdade que a imitação funciona no sistema aristotélico como traço diferencial que distingue as artes — belas-artes e artes utilitárias — da natureza, ainda é necessário dizer que a expressão “imitação da natureza” tem por função distinguir, tanto quanto coordenar, o fazer humano e a produção natural. A proposição “a arte imita a natureza” põe em jogo um discriminante, tanto quanto um conector⁷¹. Contra esse uso temático das palavras, nenhum uso simplesmente operatório (como o que põe em jogo as diferentes ocorrências da palavra natureza ou de seus compostos no texto da *Poética*) poderia prevalecer.

homens” (1448 b 5); por outro lado, o homem se distingue dos animais porque é “muito apto à imitação” (*ibid.*, 7). Entre os homens, é ainda a natureza que distingue os artistas mais dotados, “pois eles o são por talento natural (*euphyias*)” (1459 a 7), e os poetas, com efeito, escolhem a tragédia ou a comédia “seguindo sua própria natureza”. Enfim, entre todos os gêneros poéticos, a tragédia, nascida da improvisação e, por isso, em continuidade com a natureza, deixa em certo momento de crescer, quando atinge sua “própria natureza” (1449 a 15); por outro lado, as características de ordem, de acabamento (*teleion*), de simetria, da tragédia, em síntese, tudo o que faz uma composição perfeita, fechada sobre si mesma, revela ao mesmo tempo “o limite conforme à própria natureza da coisa” (1451 a 9). Assim, o conceito de natureza, não tematizado enquanto tal na *Poética*, retorna sem cessar como conceito operatório, no sentido que Fink atribui a esse termo ao opô-lo a temático.

70. Para Derrida, *op. cit.*, pp. 23-24, o estreito pacto que liga *mimesis* e *physis* constitui um dos índices mais comprobatórios da dependência da metaforologia em relação à ontoteologia. Pode-se dizer dessa convicção que ela revela “o gesto constitutivo da metafísica e do humanismo” (p. 24). A nota anterior está no tom da análise de Derrida, da qual faz amplos empréstimos.

71. A fórmula “a arte imita a natureza” é permanente na obra de Aristóteles. Vianney Décarie (*L'Objet de la métaphysique selon Aristote*, Montréal/Paris, Vrin, 1961) o assinala desde o *Protréptico* — em que ela se opõe a uma fórmula de Platão (*Leis*, X, 888 e, 890 d): “Mas o produto da natureza tem um fim, e ele é sempre constituído em vista de um fim melhor do que aquele do fim da arte, pois

É porque a expressão “imitação da natureza” tem por função distinguir o poético do natural que a referência à natureza não aparece em nenhuma parte como uma determinação exercida sobre a composição do poema. O poema imita as ações humanas “ou coisas que eram ou são efetivamente, quais os outros dizem que são ou quais parecem, ou quais deveriam ser” (1460 b 7-11). Um vasto leque de possibilidades é desse modo preservado. Compreende-se então que o mesmo filósofo tenha podido escrever que “o poeta é poeta pela imitação” (1451 b 28-29; 1447 b 1-5) e que “o enredo é imitação de ações” (1454 a 4). É também porque a natureza dá lugar ao “fazer” da imitação que as ações humanas podem ser descritas como “melhores” ou “piores”, conforme o poema seja tragédia ou comédia. A realidade continua a ser uma referência, sem jamais tornar-se uma determinação. Eis por que a obra de arte pode ser submetida a critérios puramente intrínsecos, sem que jamais interfiram, como em Platão, considerações morais ou políticas e, sobretudo, sem que pese o cuidado ontológico de *proporcionar a aparência ao real*. Ao renunciar ao uso platônico da *mimesis* que permitia mesmo tomar as coisas naturais por imitações de modelos eternos e dizer que uma pintura é imitação da imitação, Aristóteles impôs-se

a arte imita a natureza, não a natureza a arte” (p. 23 e nota 3). Aqui a fórmula não serve para distinguir, nem sequer para coordenar, mas visa subordinar; porém o contexto dá uma razão disso: a exortação a filosofar, que é o objeto do tratado, funda-se na “vontade de natureza” (*ibid.*): é necessário, portanto, recorrer, em vez de a uma teleologia da arte, a uma teleologia ainda *melhor*. De outra maneira, a *Física*, II, 2, 194 a 21-27 argumenta a partir do que se vê na arte para o que se deve demonstrar por natureza, a saber, a composição da forma e da matéria e a teleologia. O argumento pode ser lido assim: “Se a arte imita a natureza... então cabe à física conhecer as duas naturezas [forma e matéria]”. E o texto continua: “... a natureza é o fim e a causa final” (*ibid.*, a 28). Compreende-se que a mesma fórmula possa ser lida em outro sentido e, assim, ser distinguida a arte da natureza, pois é da natureza que a arte extrai o fato de ter um fim. Disso a arte recebe sua autonomia, pois o que é imitável na natureza não são as coisas produzidas que se teriam de copiar, mas a própria produção e sua ordem teleológica, que fica por ser compreendida e que o enredo pode recompor. Sobre a imitação em Aristóteles, cf. Pierre Aubenque, *Le Problème de l'être chez Aristote. Essai sur la problématique aristotélécienne*, Paris, PUF, 1962, pp. 487-508. (Encontrar-se-á a discussão de outro argumento dessa obra no Estudo VIII, § 1.)

não usar o conceito de imitação da natureza senão nos limites de uma ciência da composição poética que conquistou sua plena autonomia. É na composição do enredo que se deve ler o reenvio à ação humana que é aqui a natureza imitada.

Gostaria de arriscar, para terminar, um último argumento, que ultrapassa os recursos de uma semântica aplicada ao discurso de um filósofo do passado e põe em jogo a reativação de seu sentido em um contexto contemporâneo e deriva de uma hermenêutica. O argumento concerne ao próprio termo *physis*, última referência da *mimesis*. Nós acreditamos compreendê-lo ao traduzi-lo por *natureza*.

Mas a palavra natureza não será tão enganosa para traduzir *physis* quanto a palavra imitação para *mimesis*? O homem grego estava, sem dúvida, menos predisposto que nós a identificar a *physis* a um dado inerte. Talvez porque, para ele, a própria natureza seja viva é que a *mimesis* não pode ser servil e que talvez seja possível reproduzir a natureza compondo e criando. Não é isto o que o texto mais enigmático da *Retórica* sugere? A metáfora, ele diz, *põe sob os olhos* porque ela “significa as coisas em ato” (III, 11, 1411 b 24-25). A *Poética* ecoa: “... pode-se imitar narrando... ou apresentando todas as personagens tanto agindo (*hōs prattontas*) quanto em ato (*energountas*)” (1448 a 24). Não existirá um parentesco subterrâneo entre “significar a atualidade” e dizer a *physis*?

Se esta hipótese é válida, compreende-se por que nenhuma *Poética* jamais poderá terminar com a *mimesis*, nem com a *physis*. Em última análise, o conceito de *mimesis* serve de índice para a situação de discurso. Toda *mimesis*, mesmo criadora, sobretudo criadora, está no horizonte de um ser no mundo que ela torna manifesto na mesma medida em que a eleva ao *mythos*. A verdade do imaginário, a potência de revelação ontológica da poesia, eis o que, de minha parte, vejo na *mimesis* de Aristóteles. É por ela que a *léxis* é enraizada e que os próprios desvios da metáfora pertencem à grande tarefa de dizer o que é. Mas a *mimesis* não significa apenas que todo discurso *está* no mundo. Ela não preserva somente a função *referencial* do discurso poético. Enquanto *mimesis physeōs*,

ela liga essa função referencial à revelação do Real como ato. É função do conceito de *physis*, na expressão *mimesis physeōs*, servir como *índice* para esta dimensão da realidade que não se manifesta na simples descrição do que nela é dado. Apresentar os homens “*agindo*” e todas as coisas “*como em ato*”, tal bem poderia ser a função *ontológica* do discurso metafórico. Nele, toda potencialidade adormecida de existência parece *como* eclodindo, toda capacidade latente de ação, *como* efetiva⁷².

A expressão *viva* é o que diz a existência *viva*.

72. Esta interpretação será retomada e desenvolvida ao final do Estudo VIII.

ESTUDO II

O declínio da retórica: a tropologia

Para Gérard Genette

A LINHA DIRETRIZ DESTE ESTUDO É traçada pelo movimento que leva da retórica à semântica, e desta à hermenêutica. É com a passagem da primeira à segunda que nos ocuparemos aqui. Colocaremos à prova a hipótese levantada na Introdução segundo a qual um tratamento puramente retórico da metáfora resulta do privilégio abusivo atribuído inicialmente à palavra e, mais precisamente, ao nome, à denominação, na teoria da significação, ao passo que um procedimento propriamente semântico procede do reconhecimento da frase como primeira unidade de significação. No primeiro caso, a metáfora é um tropo, isto é, um desvio que diz respeito à significação da palavra; no segundo, ela é um fato de predicação, uma atribuição insólita no próprio nível do discurso-frase (ver-se-á se — e até que ponto — se pode ainda falar de desvio nesse nível de análise).

Essa mudança de plano poderia ser operada diretamente por uma análise que fizesse a economia da retórica dos tropos e se situasse de imediato no plano da lógica proposicional, como o faz a maior parte dos autores anglo-saxões desde I. A. Richards. Escolhemos a via mais longa de uma demonstração indireta que essencialmente extrai argumento do estertor da retórica moritura; este fornece, com efeito, a prova *a contrario* da necessidade de apoiar a teoria da metáfora na do discurso-frase. O exame de um

dos últimos tratados de retórica, *Les Figures du discours*, de Pierre Fontanier, servirá de fio condutor.

1. O “modelo” retórico da tropologia

Nossa hipótese leva-nos a fornecer uma explicação do declínio da retórica, sensivelmente diferente da que certos neo-retóricos de tendência estruturalista fornecem. Estes¹ atribuem a causa à redução progressiva de seu campo, tal como o descrevemos acima²; desde os gregos, a retórica reduziu-se, pouco a pouco, à teoria da elocução por amputação de suas duas partes mestras, a teoria da *argumentação* e a da *composição*; por seu turno, a teoria da elocução, ou do estilo, reduziu-se a uma classificação das figuras, e esta a uma teoria dos tropos; a própria tropologia não mais prestou atenção senão ao par constituído pela metáfora e pela metonímia ao preço da redução da segunda à contigüidade e da primeira à semelhança.

Esta explicação, que é ao mesmo tempo uma crítica, quer abrir caminho ao projeto de uma nova retórica que, antes de tudo, tornaria a abrir o espaço teórico que foi progressivamente fechado; por aí, o projeto volta-se contra a ditadura da metáfora. A tarefa, porém, não será menos fiel ao ideal taxionômico da retórica clássica, mas será somente mais atenta à multiplicidade das figuras: “As figuras, todas as figuras”, tal será sua divisa.

A meu ver, a redução do campo retórico não é um fato decisivo; não que não se trate aí de um fenômeno cultural de grande significação e que não se possa extrair alguma advertência contra toda inflação da metáfora. Mas essa advertência não será eficaz se não se puser a nu uma raiz mais profunda que os neo-retóricos não estão preparados para reconhecer. O problema não é restaurar o espaço retórico primitivo — o que talvez esteja fora de nosso alcan-

ce, por razões culturais inelutáveis —, mas compreender de uma nova maneira o próprio funcionamento dos tropos e, a partir daí, repor eventualmente em novos termos a questão do alcance da retórica.

O declínio da retórica resulta de um erro inicial que se relaciona à própria teoria dos tropos, independentemente do lugar atribuído à tropologia no campo retórico. Esse erro inicial conserva a ditadura da palavra na teoria da significação. Percebe-se apenas o efeito mais distante desse erro: a redução da metáfora a um simples ornamento. Entre o ponto de partida — o primado da palavra — e o de chegada — a metáfora como ornamento —, desdobra-se uma série de postulados que, pouco a pouco, tornam solidárias a teoria inicial da significação, que tem por eixo a denominação, e uma teoria puramente ornamental do tropo, que atesta, finalmente, a futilidade de uma disciplina que Platão já pusera ao lado da “cosmética”.

Pode-se restituir da seguinte maneira esta série de postulados cujo conjunto constitui o modelo implícito da tropologia.

- a) Certos nomes pertencem a certos tipos (gêneros e espécies) de coisas, e pode-se denominar sentido próprio o sentido desses termos. Por contraste, a metáfora e os outros tropos são sentidos impróprios ou figurados: postulado do próprio e do impróprio ou do figurado;
- b) Certos tipos de coisas são denominados por um termo impróprio, por não se empregar a palavra própria conveniente, e essa ausência da palavra própria no discurso atual resulta tanto de uma escolha de caráter estilístico como de uma falta real; nos dois casos, o recurso a um termo impróprio visa preencher uma lacuna semântica, ou melhor, lexical, na mensagem atual ou no código: postulado da lacuna semântica;
- c) A lacuna lexical é preenchida pelo empréstimo de um termo estrangeiro: postulado do empréstimo;
- d) O termo tomado de empréstimo é aplicado ao tipo de coisa considerado, ao preço de um desvio entre o sentido impróprio

1. Gérard Genette, “La rhétorique restreinte”, in *Communications*, 16: 158-171, 1970, Paris, Éd. du Seuil.

2. Cf. Estudo I, § 1.

prio ou figurado da palavra emprestada e seu sentido próprio: postulado de desvio;

- e) O termo tomado de empréstimo, em seu sentido figurado, é substituído a uma palavra ausente (que falta ou que não se de-seje empregar) que poderia ter sido empregada no mesmo lugar e em seu sentido próprio; esta substituição se faz por preferência e não por necessidade quando a palavra própria existe (fala-se então de tropo em sentido estrito); quando a substituição corresponde a uma verdadeira lacuna do vocabulário e é necessária, fala-se de catacrese: axioma da substituição;
- f) Entre o sentido figurado da palavra tomada de empréstimo e o sentido próprio da palavra ausente ao qual o primeiro é substituído, existe uma relação que se pode denominar a *razão* da transposição, e essa razão constitui um paradigma para a substituição dos termos; no caso da metáfora, a estrutura paradigmática é a de semelhança: postulado do caráter paradigmático do tropo³;
- g) Explicar (ou compreender) um tropo é, guiado pela razão do tropo, isto é, o paradigma da substituição, encontrar a palavra própria ausente; é, portanto, restituir o termo próprio ao qual um termo impróprio se substituiu; a paráfrase em que consiste essa restituição é, em princípio, exaustiva, a soma algébrica da substituição e da restituição sendo nula: postulado da paráfrase exaustiva.

Dessa cadeia de pressupostos resultam os dois últimos postulados que caracterizam o tratamento propriamente retórico da metáfora e, em geral, dos tropos:

3. Certos neo-retóricos opõem a retórica da elocução à retórica da invenção de argumentos e à da composição (segundo o plano tripartite da *Retórica* de Aristóteles) como o paradigmático ao sintagmático (Roland Barthes, "L'ancienne rhétorique" [Aide-mémoire], in *Communications*, 16: 175-176, 1970, Paris, Éd. du Seuil). Uma teoria propriamente discursiva da metáfora, como a da interação ou da controvérsia, obterá muito de sua força dessa distinção.

- h) O emprego figurado de palavras não comporta nenhuma informação nova. Este postulado é solidário do precedente; pois se a restituição anula a substituição, se, se, pode se dar uma paráfrase exaustiva da metáfora e em geral do tropo, a metáfora nada ensina: postulado da informação nula;
- i) O tropo, nada ensinando, tem uma simples função decorativa, é destinado a agradar ao ornar a linguagem, ao dar a "cor" ao discurso, uma "vestimenta" à expressão nua do pensamento.

Tal é a cadeia de pressuposições implicada em um tratamento puramente retórico da metáfora. Desde o ponto de partida que faz da metáfora um acidente da denominação, até a conclusão que lhe confere uma simples função ornamental e confina a retórica totalmente na arte de agradar, a cadeia é contínua. Que a metáfora nada ensine e não sirva senão para ornar o discurso, estas duas asserções procedem, pouco a pouco, da decisão inicial de tratá-la como uma maneira insólita de designar as coisas.

Considerada à luz desse modelo, a análise de Aristóteles aparece como sua antecipação. Ora, Aristóteles não pode ser acusado de ter reduzido a amplitude da retórica a uma teoria da elocução, menos ainda a uma teoria das figuras, assim como não perdeu seu impulso nos exercícios de pura taxionomia: as quatro espécies que ele distingue são ainda espécies da metáfora, que não é oposta a nenhuma outra figura; quanto à distinção entre metáfora e comparação, a análise ocupa-se precisamente em reduzi-la, em benefício da metáfora. Se Aristóteles é quem inicia o modelo, não o é por nenhuma razão ligada à definição que ele dá do campo da retórica, portanto do lugar da *léxis* nesse campo, mas unicamente em razão do lugar central dado ao nome na enumeração dos constituintes da *léxis*, e da referência ao nome da definição da metáfora. Eis por que a teoria aristotélica da metáfora é pródiga em alusões mais ou menos apoiadas neste ou naquele postulado que acabamos de ordenar: oposição entre palavra "comum" e palavra "estranha", desvio do segundo em relação ao primeiro, transferência de sentido da palavra "emprestada" à coisa a denominar, "substituição" desta palavra àquela que poderia ter sido empregada no mesmo lugar, possi-

bilidade de “restituir” esta última, caráter ornado do estilo metafórico, prazer tomado a esse estilo.

É verdade que outros traços da descrição de Aristóteles resistem à sua redução ao modelo considerado, mas estes traços não recordam de nenhum modo, no núcleo da teoria da *léxis*, a amplitude inicial da retórica; eles apontam antes para uma teoria discursiva e não mais nominal da metáfora. Recordemos alguns desses traços: em primeiro lugar, a aproximação entre metáfora e comparação; ela é feita em benefício da metáfora, pois a primeira contém abreviada a atribuição (Aquiles é um leão) que a comparação sobrecarrega com um argumento (Aquiles é como um leão). A diferença entre metáfora e comparação é, então, entre duas formas de predicação: ser e ser como. Eis por que a metáfora é mais potente: a atribuição direta faz brotar a surpresa que a comparação dissipa. Do mesmo lance, a operação que consiste em dar a uma coisa o nome de outra revela seu parentesco com a operação predicativa. Não é somente a metáfora proporcional que apresenta esse parentesco com a comparação, mas toda espécie de metáfora, em virtude da polaridade entre dois termos que pressupõem também as três espécies de metáfora. Mas como, com efeito, dar ao gênero o nome da espécie, se a metáfora não é um “dizer dois”, a coisa que empresta seu nome e aquele que o recebe? Desse modo, a epífora da metáfora não parece esgotar seu sentido nas noções de empréstimo, de desvio, de substituição. Enquanto aquela se assemelha mais a um enigma, a metáfora designa antes uma teoria da tensão que uma teoria da substituição. Eis por que, sem dúvida, Aristóteles reconhece também que a metáfora “ensina pelo gênero”: esta declaração anula os dois últimos postulados que completam o modelo retórico.

Assim, ao ser aquele que inicia o modelo que triunfará na retórica moritura, Aristóteles fornece também alguns dos argumentos que vão pôr em xeque esse modelo. Mas isso não porque sua retórica seja mais vasta que uma teoria da elocução, mas porque a *léxis*, explicitamente centrada sobre o nome, repousa implicitamente sobre uma operação predicativa.

2. Fontanier⁴, o primado da idéia e da palavra

O tratado de Pierre Fontanier, *Les Figures du discours* (1830), constitui a efetuação mais próxima do modelo retórico que construímos sistematicamente.

A preeminência da palavra é nele afirmada sem ambigüidade. Esse primado é assegurado pelo método analítico (parente do método da ideologia, se não lhe foi tomado emprestado) que, antes de ser aplicado às figuras, o é aos “próprios elementos do pensamento e da expressão: as idéias e as palavras” (*Notions préliminaires*, p. 39). É convenientemente necessário começar assim, pois a definição de tropo edifica-se sobre a do par idéia-palavra: “Os tropos são certos sentidos mais ou menos diferentes do sentido primitivo que oferecem na expressão do pensamento as palavras aplicadas a novas idéias” (*ibid.*). No próprio interior do par idéia-palavra, a idéia está na posição de princípio: “O pensamento compõe-se de idéias, e a expressão do pensamento pela palavra compõe-se de palavras. Vejamos, portanto, o que são as idéias em si mesmas...” (p. 41). É o primado da idéia que assegura o da palavra. A retórica é suspensa em uma teoria extralingüística, em uma “ideologia”, no sentido próprio da palavra, que garante o movimento da idéia à palavra⁵.

Recordemos os elementos de ideologia assim postos no fundamento da teoria da palavra e, posteriormente, da teoria dos tropos. As idéias são “os objetos que nosso espírito vê” (p. 41). A partir dessa visão direta regulam-se todas as distinções entre idéias: idéias complexas, simples (“verdadeiramente simples são apenas as que não se prestam à análise”) (p. 42), concretas, individuais, gerais, e do mesmo modo a maneira pela qual elas “se ligam e se encadeiam umas às outras em nosso espírito para nele formar múltiplas associações, de conjuntos ou de grupos diversos” (p. 43). Sobre esses

4. Pierre Fontanier, *Les Figures du discours*. Introdução de Gérard Genette. Paris, Flammarion, 1968.

5. A retórica implica uma teologia: “Mas não é dado senão a Deus abraçar com uma só vista todo e qualquer indivíduo, e vê-los ao mesmo tempo todos em conjunto e todos um a um”, *Les Figures du discours*, p. 42.

encadeamentos funda-se a distinção entre idéias principais e idéias secundárias ou acessórias. O princípio de uma gramática está contido aqui: antes de introduzir o substantivo, pode-se definir em si mesma a idéia substantiva, isto é, “a própria idéia individual enquanto imediatamente relativa a tal objeto particular e individual que existe a título de substância” (p. 42), e antes de falar de adjetivo pode-se igualmente definir a idéia concreta, isto é, a idéia que “indica na idéia do objeto complexo uma qualidade, uma ação ou uma paixão” (*ibid.*). Enfim, é entre as idéias acessórias que se deve procurar as idéias de relação ou de circunstância que “nos farão conhecer com as palavras o que são seus signos” (*ibid.*).

Deste modo, tudo o que pode ser dito das palavras resulta de sua “correspondência com as idéias” (p. 44). Falar de idéias e de palavras é falar duas vezes de idéias: uma primeira vez de “idéias em si mesmas”, uma segunda de idéias enquanto “representadas por palavras” (p. 41).

O quadro das espécies de palavras refletirá o das espécies de idéias, e duas grandes classes são distinguidas: os signos das idéias de objeto e os das idéias de relação. À primeira classe pertencem o substantivo, o adjetivo, o particípio, o artigo, o pronome. O substantivo corresponde à idéia substantiva, e entre os substantivos o substantivo próprio corresponde às idéias individuais, o substantivo comum às idéias gerais. Os adjetivos correspondem às idéias concretas de qualidades, os particípios às idéias concretas de ação, de paixão ou de estado. O artigo designa a extensão de nomes e pronomes que fazem as vezes dos substantivos. À segunda classe pertencem o verbo, a preposição, o advérbio, a conjunção. Por verbo deve-se entender aqui apenas o verbo ser, os verbos concretos sendo formados pela combinação do verbo ser com um particípio (eu leio, eu estou lendo); o verbo ser marca uma relação de coexistência entre uma idéia substantiva qualquer e uma idéia concreta ou adjetiva. Ao tratar desse modo dos verbos sob o título de idéias de relação, Fontanier não somente sujeita o verbo à teoria da idéia-palavra, isto é, a uma teoria dos elementos de pensamento e de expressão, mas também o sujeita ao primado da primeira espé-

cie de palavras: o substantivo. Considerando as seis espécies sujeitas às variações de gênero, de número, de pessoa, de tempo e de modos, ele nota: “Mas é fácil ver que é a idéia substantiva, com a qual todas elas contribuem mais ou menos diretamente, que as sujeita ou por si mesma ou pelas idéias acessórias que ela implica” (p. 46). Contribuir, sujeitar, implicar: tantas maneiras insistentes para reforçar a posição de preeminência do substantivo, já assegurada pela da idéia substantiva.

É verdade que esse reinado não deixa de ter uma partilha: um segundo ponto de partida é proposto, que não é mais a idéia, mas o próprio pensamento. Esta foi nomeada desde o início ao mesmo tempo em que a palavra: “O pensamento compõe-se de idéias, e a expressão do pensamento pela fala compõe-se de palavras” (p. 41). A definição do tropo implicava-o também: “Os tropos são certos sentidos mais ou menos diferentes do sentido primitivo que oferecem na expressão do pensamento as palavras aplicadas a novas idéias” (p. 39). Pensamento e palavras parecem ter fundamentos iguais. Uma teoria própria do pensamento e de sua expressão é, além disso, preparada pela distinção entre idéia de objeto e idéia de relação. Se o verbo é o signo da coexistência de uma idéia substantiva e de uma idéia concreta, essa coexistência pode ser afirmada ou negada. Ora, o pensamento não é outra coisa que “a reunião dessas duas idéias pelo ato interior de nosso espírito que põe uma na outra ou fora da outra” (p. 49). Eis aí a retórica estabelecida sobre uma análise com dois focos: a idéia e o juízo, ao que corresponde, do lado da expressão, a dualidade da palavra e da proposição, esta não sendo outra coisa que o “juízo produzido fora de nosso espírito e como que posto antes, como que posto diante do espírito dos outros” (p. 49).

É, então, possível tornar a transcrever todas as distinções entre espécies de palavras em função de seu papel na proposição: a idéia substantiva, considerada no juízo, torna-se o sujeito da proposição, a idéia concreta é o que se denomina o atributo, e a relação de coexistência, expressa pelo verbo ser, é o que se denomina cópula.

Que a palavra e a proposição constituam dois pólos distintos da expressão do pensamento, a definição das noções de sentido e de significação o confirma: é, antes de tudo, em relação à palavra que o sentido é definido: “O sentido é, relativamente a uma palavra, o que esta palavra nos faz entender, pensar e sentir por sua significação; e sua significação é o que ela significa, isto é, aquilo de que ela é signo, de que ela faz signo” (p. 55). Mas “a palavra de sentido se diz também de toda uma frase, algumas vezes mesmo de todo um discurso” (*ibid.*). Por outro lado, “a proposição não é uma frase senão quando, sob certa construção, apresenta um sentido completo e acabado” (p. 53). É relativamente à composição em seu conjunto que podem ser distinguidos o sentido objetivo, o literal e o espiritual ou intelectual. O sentido objetivo não se opõe aos outros dois, mas é o próprio sentido da proposição: “O que ela tem relativamente ao objeto ao qual se refere” (p. 56). As grandes categorias que são subsumidas sob o sentido objetivo são as mesmas que a teoria das idéias fornece: sentido substantivo ou adjetivo, ativo ou passivo etc. Mais importante para nós é a distinção entre sentido literal e sentido espiritual que, à diferença do sentido objetivo, formam um par. Um e outro se dizem da proposição, mas distinguem-se por uma característica que se refere às palavras: “O sentido literal é o relativo às palavras tomadas literalmente, às palavras entendidas segundo sua acepção no uso comum: é, por consequência, aquele que se apresenta imediatamente ao espírito dos que entendem a língua” (p. 57). “O sentido espiritual, sentido desviado ou figurado de um conjunto de palavras, é aquele que o sentido literal faz nascer no espírito pelas circunstâncias do discurso, pelo tom da voz ou pela ligação de idéias expressas com as que não o são” (pp. 58-59).

Que a teoria da palavra conduza, finalmente, à teoria da proposição é, para nós, da maior importância. Com efeito, a teoria dos tropos regular-se-á finalmente pela palavra e não pela proposição, e a noção de sentido tropológico é imediatamente aposta à de sentido literal, mas sob a restrição expressa de que se trata do sentido literal de uma palavra tomada isoladamente: “O sentido literal que diz respeito a uma única palavra é ou primitivo, natural e próprio, ou derivado, se

é necessário dizê-lo, e tropológico” (p. 57). A própria noção de figura é introduzida no mesmo domínio, não já como o gênero de que o tropo seria a espécie, mas como uma das duas maneiras pelas quais o tropo tem lugar: “Por escolha e por figura” opõe-se a “por necessidade e por extensão” (*ibid.*) Neste segundo caso, o do sentido tropológico extensivo, trata-se de “suprir a palavra que falta à língua para certa idéia” (*ibid.*); no primeiro, o do sentido tropológico figurado, trata-se de “apresentar as idéias sob imagens mais vivas e mais impressionantes que seus signos próprios” (*ibid.*).

Assim, o reino da palavra, que uma teoria da proposição teria podido equilibrar, é reafirmado até na distinção entre sentido literal e sentido espiritual, no próprio momento em que a noção de sentido parecia ser assumida mais pela frase em seu conjunto que pela palavra.

A distinção entre tropos de uma única palavra, ou tropos propriamente ditos, e tropos de várias palavras, será feita na mesma base. E, não obstante, a própria distinção entre a letra e o espírito parece dever acentuar o outro pólo: o sentido espiritual não é sempre, em algum grau, sentido “de um conjunto de palavras” e, por consequência, ligado a tropos em várias palavras? E não é “pelas circunstâncias do discurso, pelo tom da voz ou pela ligação de idéias expressas com as que não o são” — isto é, por traços que dizem respeito ao pensamento no nível da proposição — que o sentido literal faz nascer o sentido espiritual em nosso espírito? E a própria expressão sentido espiritual não recorda que é “o espírito que o forma”? Ora, o ato interior, em nosso espírito, não é o juízo?

Vê-se, o primado da palavra não elimina inteiramente a organização bipolar do pensamento e de sua expressão. Mas a idéia restabelece o reino da palavra toda vez que os exemplos parecem pôr o discurso acima da palavra.

3. Tropo e figura

Toda a teoria dos tropos e das figuras estabelece-se sobre esse primado da palavra, ao mesmo tempo em que apela constantemente

a um retorno à polaridade da idéia e do juízo refletida na da palavra e da frase que, por si só, apresenta um “sentido completo e acabado” (p. 53).

Poderia parecer, contudo, que a entidade posta como fundamento da tarefa taxionômica não é o tropo, de que se começou a perceber a dependência em relação à palavra, mas a figura, que faz indiferentemente referência à palavra, ao enunciado e ao discurso. Para Gérard Genette, em sua notável *Introduction* ao tratado de Fontanier, o interesse principal da obra reside na reunião de tropos e de não-tropos sob a noção de *figura*. A escolha desta unidade pertinente, que não é nem a palavra nem o enunciado, exprimiria uma posição intermediária entre a de Aristóteles, que abraça ainda a totalidade do campo retórico (invenção, disposição, elocução), e o de Dumarsais, que vincula a retórica à gramática e cuja função é “fazer entender a verdadeira significação das palavras e em quais sentidos são empregadas no discurso” (citado por Genette, p. 8). A unidade típica para Fontanier não será nem o discurso nem a palavra, “unidade mais gramatical que retórica”, observa Genette (*ibid.*). A posição intermediária de Fontanier será bem expressa pela máxima: “Somente as figuras, mas todas as figuras” (*ibid.*). A vantagem desta terceira posição é estabelecer a retórica sobre uma entidade suscetível de sustentar a ambição de enumeração completa e de classificação sistemática que faz da obra de Fontanier uma “obra-prima de inteligência taxionômica” (*ibid.*, p. 13)⁶. A figura pode ter esse papel arquitetônico porque tem a mesma amplitude do discurso em geral: “O que são as figuras do discurso em geral? São as formas, os traços ou os contornos mais ou menos assinaláveis e com um efeito mais ou menos feliz pelos quais o discurso, na expressão de

6. Os *Avertissements*, *Préfaces* e *Préambules* (pp. 21-30, 271-281) são, em relação a isso, de grande interesse: Fontanier elogia aí seu “sistema”, “incontestavelmente o mais racional e o mais filosófico como o mais completo que já apareceu em nossa língua, e talvez em nenhuma outra” (p. 23), “um sistema racional e filosófico, cujos detalhes todos estivessem combinados e ligados entre si de maneira a formar, por seu conjunto, um mesmo todo” (p. 28).

idéias, distancia-se mais ou menos do que foi a expressão simples e comum” (Fontanier, pp. 64 e 179). A figura pode ser indiferentemente referida à palavra, à frase ou aos traços do discurso que exprimem o movimento do sentimento e da paixão.

Mas o que dizer da figura enquanto tal? É necessário reconhecer que a figura, como a epífora em Aristóteles, se diz apenas por metáfora. As figuras são para o discurso o que os contornos, os traços, a forma exterior são para o corpo. O “discurso, embora não sendo um corpo, mas um ato do espírito, tem, em suas diferentes maneiras de significar e de expressar, alguma coisa de análogo às diferentes formas e traços que se encontram nos corpos verdadeiros” (p. 63).

Ainda se pensa com Aristóteles ao distinguir o “como” do “quê” do discurso e ao assimilar o “como” a um “aparecer” do discurso⁷. (Talvez a noção de expressão tenha em germe a mesma metáfora.)

Fontanier não parece embaraçado com este engodo do círculo (a metáfora é uma figura, e a palavra figura é uma palavra metafórica⁸). Ele prefere deter-se diretamente sobre dois traços da figura: o primeiro é o que a neo-retórica denominará “desvio” e que Fontanier utiliza ao dizer que “o discurso na expressão de idéias, de pensamentos ou de sentimento distancia-se mais ou menos do que foi a expressão simples e comum” (pp. 64 e 279). É verdade que distanciar-se, desviar-se ou afastar-se ainda são metáforas de movimento, como a epífora de Aristóteles. Ao menos a noção de desvio é indiferente à extensão da expressão, seja ela palavra, frase, discurso. É este o ponto essencial. Assim se acha posto em relevo um dos postulados fundamentais de nosso modelo, o postulado do desvio.

O segundo traço introduz uma restrição, não quanto à extensão, mas quanto ao processo: o uso da figura deve permanecer um uso livre, mesmo que se torne habitual, pois um desvio imposto pela

7. Aristóteles, *Retórica*, III, 1, 2; cf. acima Estudo I, pp. 56 e 64.

8. Fontanier limita-se a observar que “esta metáfora não poderia ser vista como uma verdadeira figura, pois não temos na língua outra palavra para a mesma idéia” (p. 63).

língua, um uso forçado, não merece mais o nome de figura. Desse modo a catacrese, ou extensão forçada do sentido das palavras, é excluída do campo das figuras (pp. 213-219). Com este último traço, retornam dois outros postulados de nosso modelo: o uso livre e não forçado implica, por um lado, que expressões sejam afastadas de seu sentido próprio, isto é, tomadas “em uma significação que lhes é fornecida no momento e que não é apenas puro empréstimo” (p. 66); o uso livre supõe, por outro lado, que a expressão própria é disponível e que pode ser substituída por outra por livre escolha: “escrever chama por amor é produzir figura”, e “a figura — comenta Genette — apenas existe na medida em que se possa opor-lhe uma expressão literal... o critério da figura é a substituição de uma expressão (palavra, grupo de palavras, frase, e mesmo grupo de frases) por outra que o retórico deve poder restituir mentalmente para ter o direito de falar de figura... Vê-se, portanto, afirmar em Fontanier, de modo muito nítido, a essência substitutiva da figura” (Genette, “Introduction”, pp. 11-12). O comentador não deixa de ligar, além disso, à “obsessão substitutiva” (p. 12) a “consciência clara e muito preciosa da dimensão paradigmática das unidades (pequenas ou grandes) do discurso” (p. 12). Esse caráter paradigmático é estendido progressivamente da palavra à frase e ao discurso, isto é, a unidades sintagmáticas cada vez mais vastas⁹.

O essencial do modelo retórico explicado no início deste capítulo encontra-se em Fontanier ao menos no nível do programa de conjunto, à exceção, contudo, do que tomamos por seu postulado

9. Não resisto ao prazer de citar estas notáveis linhas de Gérard Genette: “Identificar uma unidade de discurso é necessariamente compará-la e opô-la, implicitamente, ao que poderia ser, em seu meio e lugar, outra unidade “equivalente”, isto é, a um só tempo semelhante e diferente... Perceber uma linguagem é necessariamente imaginar, no mesmo espaço ou no mesmo instante, um silêncio ou outra linguagem... Sem o poder de calar-se ou de dizer outra coisa, não existe fala que valha: eis aí o que simboliza e manifesta a grande querela de Fontanier contra a catacrese... A fala obrigada não obriga, a fala que não foi escolhida entre outras falas possíveis nada diz, não é uma fala. Se não houvesse figura, haveria apenas uma linguagem?”, “Introduction”, pp. 12-13.

de base, a saber, o primado da palavra. Teria Fontanier tentado fundar uma retórica das figuras que não se reduzisse a uma tropologia, isto é, a uma teoria dos desvios na significação das palavras?

Não há dúvida de que foi essa exatamente sua ambição. Tem-se mesmo o direito de dizer que seu tratado das *Figures du discours* chega a realizar alguma coisa disso. A “divisão” das figuras¹⁰ — que faz de Fontanier, segundo a expressão de Genette, o “Lineu da retórica” (p. 13) — impõe-se fortemente. A antiga tropologia não constitui aí mais que uma classe de figuras entre outras: as figuras de significação ou tropos propriamente ditos, isto é, de uma única palavra. Cinco outras classes distribuem entre si o resto do campo: as figuras de expressão, as figuras de construção, as de elocução, as de estilo, as de pensamento.

O mesmo não se poderá dizer da execução de detalhe. Um ponto deve nos alertar: a teoria da metáfora não é de modo algum atingida pela adoção da figura como unidade típica da retórica. A metáfora continua a ser classificada entre os tropos de uma única palavra ou tropos propriamente ditos. Por sua vez, a teoria dos tropos constitui um bloco autônomo ao qual a noção de figura é pura e simplesmente superposta. É assim que o modelo retórico do qual recompomos a rede de postulados continua a funcionar no nível do tropo sem ser de modo algum afetado pela adição de outras classes de figuras e pela superposição do conceito mais geral de figura ao de tropo. Quanto às outras figuras, elas são simplesmente acrescentadas às figuras tropos e, além disso, o tropo continua a ser o termo “marcado” entre todas as classes de figuras; a composição parte dos “tropos propriamente ditos” que são as figuras de significação de uma única palavra, em seguida acrescenta os “tropos impropriamente ditos” que são as figuras de expressão que consistem em um conjunto de palavras, para desdobrar, enfim, todas as outras figuras, cons-

10. *Op. cit.*, pp. 66-67, 221-231, 279-281, 451-459.

tantemente denominadas “figuras não-tropos”¹¹. A unidade de medida continua a ser o tropo, pois o fundamento continua a ser a palavra. Donde a estranheza deste tratado em que o tropo é, simultaneamente, uma classe entre outras e o paradigma de toda figura¹².

O tratado de Fontanier parece assim dividido entre dois desígnios: um conduz a figura ao posto de unidade típica, o outro assegura uma posição fechada à idéia, à palavra, ao tropo. Se é verdade que o primeiro desígnio regula a taxionomia do tratado das figuras do discurso, é o segundo que impõe a repartição das figuras em tropos e não-tropos. O primeiro desígnio o teria conduzido ao segundo se o discurso tivesse podido suplantear a palavra na teoria dos “primeiros fundamentos” (p. 39). Mas ele continua a ser, segundo o espírito da ideologia, uma teoria dos “elementos” (*ibid.*). Eis por que a unidade de medida continua a ser a idéia simples que, apenas ela, merece ser denominada “um simples elemento de pensamento” (p. 453).

É apesar da teoria das figuras que a teoria dos tropos, e singularmente a da metáfora, verifica o modelo elaborado acima, e da noção de figura apenas será mantida a segunda significação — a oposição à catacrese — que permite tratá-la não mais como o gênero superior, mas como a diferença específica: “O sentido tropológico é ou figurado ou puramente extensivo, conforme a nova significa-

11. Pp. 281, 451ss., 461ss, *passim*. A influência da palavra permanece sensível até na definição dessas figuras (pp. 283, 323), e apenas as figuras de estilo e de pensamento estão sujeitas à palavra: as primeiras porque são claramente fatos de discurso, as segundas porque são “independentes das palavras, da expressão e do estilo” (p. 403), sob o risco de não serem mais figuras (“estas figuras, talvez assim maldenominadas, que se ligam apenas ao pensamento, mas ao pensamento considerado abstratamente, sem relação com a forma que pode emprestar da linguagem, consistem apenas, digo eu, em certo desvio do espírito e da imaginação...” (p. 403).

12. Como, exclama Fontanier, as figuras de significação diferem de todas as outras, “visto que não consistem, como estas últimas, em várias palavras, mas em uma única, e o que elas apresentam sob uma imagem estranha não é um pensamento completo, um conjunto de idéias, mas uma idéia só e única, um simples elemento de pensamento!” (p. 453).

ção à qual ele é devido tenha sido dada livremente à palavra, como por um jogo, ou se tenha tornado uma significação forçada, habitual, e quase tão própria quanto a significação primitiva” (p. 75). Donde a consequência paradoxal de que a teoria dos tropos engloba a distinção entre figura e catacrese: “Mas, figuras ou catacrese, em quantas maneiras diferentes os tropos terão lugar?” (p. 77).

É verdade que Fontanier reserva a possibilidade de que as proposições ofereçam, como as palavras, “um tipo de sentido tropológico” (p. 75), e essa possibilidade está inscrita na própria definição do sentido primitivo e do sentido tropológico que, como se recordará, fora, antes de tudo, aplicada aos diversos sentidos de que a proposição é suscetível. Mas, precisamente, trata-se apenas de “um tipo” de sentido tropológico, os que apresentam as “figuras de expressão”, que não são senão tropos “impropriamente ditos” (p. 109).

4. Metonímia, sinédoque, metáfora

Nos limites assim traçados Fontanier constrói, de maneira sistemática e exaustiva, a lista das espécies possíveis de tropos sobre a base da relação pela qual os tropos “acontecem” (p. 77)¹³.

Esta última expressão é notável; os tropos são, com efeito, acontecimentos, na medida em que “é por uma nova significação da palavra que elas [as figuras de significação] acontecem” (*ibid.*). A oposição entre uso livre e uso forçado, essencial para o caráter figurado do tropo, faz deste uma inovação semântica que apenas tem existência “momentânea” (p. 66). O tropo não é a própria relação: a relação é aquilo pelo que o tropo acontece. Reconhecemos aqui o que denominamos a “razão” da substituição (postulado número 5 do modelo). Mas relação entre quê e o quê? A relação pela qual os tropos acontecem é uma relação entre idéias, entre duas idéias:

13. Para familiarizar-se com a nomenclatura, consulte-se Henri Morier, *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*, Paris, PUF, 1961.

de um lado, “a primeira idéia vinculada à palavra”, isto é, a significação primitiva da palavra emprestada; de outro, “a idéia nova que aí se acrescenta” (p. 77), isto é, o sentido tropológico substituído a outra palavra própria que não se quis empregar no mesmo lugar. Essa relação entre uma idéia primeira e uma idéia nova corresponde, com pequenas diferenças, à epífora aristotélica. Vejamos as diferenças. Por um lado, a definição de Fontanier não parece designar o movimento de transporte, o que é verdade, mas a *estática das relações* não faz senão admitir a dinâmica dos transportes, como a enumeração das espécies de tropos o mostrará. Em Aristóteles, por outro lado, a metáfora é tratada como gênero e não como espécie; a metáfora de Aristóteles é o tropo de Fontanier, e a metáfora de Fontanier é aproximadamente a quarta espécie de metáfora de Aristóteles. Essa diferença parece mais importante que a precedente, mas ela pode ser tratada, até certo ponto, como simples diferença de glossário. Outra diferença aparente: a relação em Fontanier afeta as “idéias” antes de ligar palavras ou nomes, mas vimos que a idéia é o elemento de pensamento subjacente à palavra (ao substantivo no caso da idéia substantiva). A essas pequenas reservas, o tropo de Fontanier e a epífora de Aristóteles se superpõem muito bem.

Poderemos dizer da relação pela qual o tropo acontece o mesmo que já dissemos da epífora: é *numa* só palavra que o tropo consiste, mas, caso se possa dizer, é *entre* duas idéias que ele acontece, por transporte de uma a outra. Em um sentido que ainda se deverá especificar, o tropo, como a epífora de Aristóteles, acontece “a partir de dois” (veja-se acima, pp. 44-45).

Se epífora e tropo se superpõem muito bem, o mesmo não se pode dizer das quatro espécies de metáfora de Aristóteles e das três espécies de relação de Fontanier. Eis aí a originalidade profunda desta última em relação a todos os seus predecessores e também, nós o veremos, em relação a seus sucessores. Fontanier gaba-se de ter dado uma teoria exaustiva das relações entre idéias ao distinguir as *relações de correlação* ou de *correspondência*, as *relações de*

conexão e as *relações de semelhança*; as três espécies de tropos — as metonímias, as sinédoques e as metáforas — “acontecem” por esses três tipos de relações respectivamente.

O que é notável nesse sistema de paradigmas é a amplitude que Fontanier conserva em cada uma dessas três relações: por “correspondência” ele entende coisa bem diferente da contigüidade à qual seus sucessores reduziram o funcionamento da metonímia; por correspondência ele entende a relação que aproxima dois objetos dos quais cada um forma “um todo absolutamente à parte” (p. 79). Eis por que a metonímia se diversifica, por sua vez, segundo a variedade de relações que satisfazem a condição geral da correspondência: relação da causa ao efeito, do instrumento ao fim, do continente ao conteúdo, da coisa ao seu lugar, do signo à significação, do físico ao moral, do modelo à coisa.

Na relação de conexão, dois objetos formam “um conjunto, um todo, ou físico ou metafísico, a existência ou a idéia de um encontrando-se compreendida na existência ou na idéia do outro” (p. 87). A relação de conexão incluirá, também ela, numerosas espécies: da parte ao todo, da matéria à coisa, da singularidade à pluralidade, da espécie ao gênero, do abstrato ao concreto, da espécie ao indivíduo. Em todas essas relações, a compreensão varia um pouco, mas segundo uma maior variedade de relações do que a simples relação numérica ou mesmo do que a simples extensão genérica.

Correspondência e conexão designam duas relações que se distinguem como a exclusão (“tudo absolutamente à parte”) e a inclusão (“compreendida em...”). Além disso, é notável que essas duas primeiras relações liguem objetos antes de ligar idéias, e que o deslocamento das designações de nomes regule-se sobre a relação objetiva (seja como for, uma nuance: na relação de conexão, o pertencimento de objetos ao mesmo todo resulta de que a existência ou a idéia de um encontra-se contida na existência ou na idéia de outro). Donde a simetria parcialmente completa entre a definição da metonímia e a da sinédoque: nos dois casos, um objeto é designado pelo nome de outro objeto; nos dois casos, são os

objetos (e de algum modo as idéias) que entram em uma relação de exclusão ou de inclusão.

O jogo da semelhança rompe essa simetria e deixa a metáfora um pouco à parte.

Em primeiro lugar, a definição não faz referência direta à mudança de designação pelo nome e não menciona senão a relação entre as idéias. Essa omissão não é fortuita, pois a metáfora, apesar de admitir espécies como os outros tropos, “estende-se bem mais longe” que estes, “pois não somente o nome, mas ainda o adjetivo, o particípio, o verbo e enfim todas as espécies de palavras são de seu domínio” (p. 99). Por que a metáfora se estende assim para todos os tipos de palavras, enquanto a metonímia e a sinédoque não dizem respeito senão à designação pelos nomes? Pode-se perguntar se essa extensão não prefigura um deslocamento mais importante que apenas será reconhecido em uma teoria propriamente predicativa da metáfora. Consideremos, com efeito, os exemplos. O que é o emprego metafórico de um substantivo? “Fazer de um homem feroz um tigre”, “de um grande escritor um cisne”, já não é outra coisa que os designar com um novo substantivo? Não é “denominar”, no sentido de caracterizar, de qualificar? E essa operação, que consiste no “transporte do nome para fora da espécie”, não é um tipo de atribuição que requer a frase inteira? E se o adjetivo, o particípio (que lhe é próximo por sua função de epíteto), o verbo (que se analisa em particípio e em cópula) e o advérbio (que modifica o verbo) prestam-se tão facilmente a um emprego metafórico, não será porque eles apenas funcionam em uma frase que põe em relação não somente duas idéias, mas duas palavras, a saber, um termo tomado não metaforicamente que serve como suporte, e o termo tomado metaforicamente, que exerce a função de caracterização? Esta observação nos aproxima da distinção de I. A. Richards entre “tenor” e “vehicle”¹⁴. Os exemplos de Fontanier já caminham nesse sentido. Que se diga o *Cisne* de Cambrai, o remorso *devorante*,

14. I. A. Richards, *The Philosophy of Rhetoric*, Oxford, Oxford University Press, 1936, 1950²; cf. adiante Estudo III, § 2.

a coragem *esfaimada* por perigos e por glória, sua cabeça *que fermenta* etc.; a metáfora não nomeia, mas caracteriza o que já foi nomeado.

Esta característica quase predicativa da metáfora é confirmada por outro traço, pois não apenas a definição de metáfora não faz diretamente referência ao nome, mas ela sequer faz referência aos objetos. Ela consiste “em apresentar uma idéia sob o signo de outra idéia mais evidente ou mais conhecida” (p. 99). É entre as idéias que a analogia opera, e a própria idéia é tomada não “relativamente aos objetos vistos pelo espírito” (p. 41), mas “relativamente ao espírito que vê” (*ibid.*). Porque é somente neste sentido que ela pode ser dita “mais evidente ou mais conhecida”; mesmo que se encontrem relações objetivas na base da analogia (quando se denomina um homem um tigre), “o transporte do nome tem lugar fora da espécie, tem lugar de uma espécie a uma outra espécie” (p. 100). O importante, porém, é que a semelhança opera em termos de “opinião recebida” (*ibid.*). Enquanto as conexões e as correspondências são principalmente relações entre objetos, as semelhanças são principalmente relações entre idéias na opinião. Este segundo traço confirma o precedente, e a caracterização, distinta da denominação, procede por aproximações na opinião, isto é, no juízo.

Fontanier foi, sem dúvida, impedido de perceber essas consequências devido à preocupação que domina o fim de sua análise da metáfora; para restabelecer a simetria entre a metáfora e as duas outras figuras, ele procura — em detrimento de sua declaração inicial (“não se distingue comumente a *metáfora* em espécies como a *metonímia* e a *sinédoque*”, p. 99) — dividir a metáfora em espécies, encontrando o princípio de classificação na natureza das coisas, quer definam o domínio de empréstimo, quer definam o domínio de aplicação. Não disse ele, contudo, que a metáfora tem lugar de uma idéia a uma idéia? Mas as idéias, mesmo analisadas relativamente ao espírito que vê, continuam a ser as imagens dos objetos vistos pelo espírito (p. 41). Sempre é possível denominar palavras as idéias e idéias as coisas. Além disso, como a semelhança diz

respeito ao caráter das coisas na opinião, é possível remontar desta característica ao domínio das coisas que a possuem, e pode-se dizer que é entre as coisas caracterizadas que o “transporte” (p. 101) acontece. Como, porém, classificar os domínios de empréstimo e de aplicação? Depois de ter afirmado que a metáfora pode ser extraída de tudo o que nos cerca, de todo o real e de todo o imaginário, dos seres intelectuais, morais ou físicos, e que ela pode ser aplicada a todos os objetos do pensamento, Fontanier escolhe com alguma arbitrariedade o eixo da diferença entre o animado e o inanimado. É assim que ele afiança uma velha classificação que o tira do embaraço das divisões infinitas. Suas cinco espécies (“transporte a uma coisa animada do que é próprio de outra coisa animada”; “de uma coisa inanimada, mas física, a uma coisa inanimada, com frequência puramente moral ou abstrata”; “de uma coisa inanimada a uma coisa animada”; “metáfora física de uma coisa animada a uma coisa inanimada”; “metáfora moral de uma coisa animada a uma coisa inanimada”) deixam-se finalmente reduzir ao par “metáfora física, isto é, aquela em que dois objetos físicos, animados ou inanimados, são comparados entre si”, e “metáfora moral, em que alguma coisa abstrata e metafísica, alguma coisa de ordem moral, é comparada com alguma coisa física que afeta os sentidos, quer o *transporte* aconteça do segundo ao primeiro quer do primeiro ao segundo” (p. 103).

É um belo jogo denunciar a cumplicidade entre esse princípio de classificação e a distinção totalmente “metafísica” entre físico e moral¹⁵.

Parece-me que se pode convir que essa classificação é antes uma concessão ao passado que uma implicação necessária da definição da metáfora pela semelhança. A distinção em espécies de modo algum procede da diversificação da relação de semelhança como no caso da metonímia e da sinédoque, e continua a ser perfeitamente extrínseca à definição. É a ela que é necessário voltar: “*Apresentar*

15. Jacques Derrida, “La mythologie blanche”, in *Poétique*, Paris, Éd. du Seuil, 1971, pp. 1-52.

uma idéia sob o signo de outra idéia mais evidente ou mais conhecida” (p. 99) de modo algum implica a distinção do animado e do inanimado. Longe de dever reconstruir o jogo de semelhança a partir de domínios *reais* de empréstimo e de aplicação, seria necessário derivar os domínios das características de vivacidade e de familiaridade e estas das idéias na opinião; é o que fará Nelson Goodman, ao tratar o “domínio” como um conjunto de “etiquetas” e ao definir a metáfora como uma redescritção por emigração de etiquetas¹⁶. Alguma coisa dessa teoria está prefigurada na fórmula inicial de Fontanier: “Apresentar uma idéia sob o signo de outra idéia mais evidente ou mais conhecida”. Mas a noção de tropo de uma única palavra não o permitirá perceber tudo o que está implicado nesta noção de significação de segundo grau.

5. A família da metáfora

A noção de tropo de uma única palavra não apenas sufoca o potencial de sentido contido na admirável definição inicial de metáfora, mas também quebra a unidade da problemática da analogia entre idéias que se encontra assim dispersa em todas as classes de figuras.

Entre os “tropos impropriamente ditos” — isto é, as “*figuras de expressão*” que “dizem respeito à maneira particular pela qual a proposição exprime” (p. 109) —, a *ficção* apresenta um grande parentesco com a metáfora: atribuir a um pensamento, “para torná-lo mais sensível ou mais prazeroso”, os “traços, as cores de outro pensamento” (*ibid.*) não é a mesma coisa que apresentar uma idéia sob o signo de outra mais evidente e mais conhecida? A personificação (primeira subespécie da ficção) que faz de um ser inanimado, insensível, abstrato ou ideal um ser vivo e senciente, uma pessoa, não recorda a transferência metafórica do inanimado ao animado? É verdade que a personificação não se faz somente por metáfora, mas

16. Nelson Goodman, *The Languages of Art*, The Bobbs-Merrill Co., 1968.

também por metonímia e por sinédoque. Mas o que distingue a personificação por metáfora da metáfora propriamente dita, senão a extensão da entidade verbal?

Sentimo-nos tentados a dizer o mesmo da *alegoria* que, também ela, “apresenta um pensamento sob a imagem de outro pensamento, mais apropriado para torná-la mais sensível ou mais evidente do que se fosse apresentada diretamente e sem nenhuma espécie de véu” (p. 114). Mas a *alegoria* distingue-se da metáfora por outro traço que não sua ligação com a proposição; segundo Fontanier, a metáfora, mesmo continuada (que ele denomina *alegorismo*), oferece apenas um único sentido verdadeiro, o sentido figurado, ao passo que a *alegoria* “consiste em uma proposição de duplo sentido, com sentido literal e com sentido espiritual simultaneamente” (p. 114)¹⁷. Quererá isto dizer que o duplo sentido é somente a obra das figuras de expressão e não pode aparecer nas figuras de significação? Parece que sim, ainda que a razão não seja clara. Talvez seja necessário, para manter ao mesmo tempo os dois sentidos, um ato do espírito, portanto de juízo, portanto uma proposição? Seria na previsão dessa análise da *alegoria* que as noções de sentido literal e de sentido espiritual poderiam ser definidas no quadro da proposição e não da palavra?

Mas a ficção apresenta outro interesse para nossa discussão, pois revela, por recorrência, um traço da noção de figura que talvez já estivesse presente na definição de metáfora da qual várias vezes se recordou. Apresentar uma idéia sob o signo de outra implica que as duas idéias não se diferenciem somente quanto à espécie dos objetos, mas quanto ao grau de vivacidade e de familiaridade. Ora, esta diferença não é estudada enquanto tal por Fontanier; implica, não obstante, uma nuance de sentido da noção de figurar que a ficção e a *alegoria* permitem isolar, a saber, a apresentação de um

17. Parece que para Fontanier o poder do duplo sentido dá vantagem à *alegoria*: “As *alegorias*, em vez de transformar o objeto e modificá-lo de um modo aproximado, como as metáforas, deixam-no em seu estado natural e não fazem mais que refleti-lo como espelhos transparentes” (p. 205).

pensamento sob uma forma sensível, e é este traço que será precisamente denominado *imagem*; no próprio Fontanier afirma-se da *alegoria* “que ela apresenta um pensamento sob a imagem de outro pensamento, mais apropriado para torná-lo mais sensível e mais evidente” (p. 114). Assim, dir-se-á que Marmontel, “ao figurar seu espírito por um arbusto, pinta desse modo as vantagens que ele tirou das relações com Voltaire e com Vauvenargues, apresentadas sob a forma de dois rios...” (p. 116). Figura, pintura, *imagem* estão par a par. Um pouco mais adiante, por outro lado, ao falar da *imaginação* como “uma das causas geradoras dos tropos” (pp. 161-162), Fontanier a vê em ação “em todos os tropos que oferecem ao espírito alguma *imagem* ou *pintura*” (p. 162). E se a linguagem da poesia tem “algo de encantador, de mágico” (pp. 173, 179) não é porque um poeta como Racine é “tão figurado e porque tudo nele está, por assim dizer, em *imagens*, todas as vezes que isto convém ao tema e ao gênero” (p. 173). Isto não é efeito de todos os tropos, não contentes em transmitir as idéias e os pensamentos, “que os aperfeiçoam mais ou menos vivamente, que os vestem de cores mais ou menos ricas, mas, como nos espelhos, refletem os objetos sob diferentes faces, e mostram-nos sob o ângulo mais vantajoso: é que servem de enfeite para estes e dão àqueles relevo ou uma nova graça: é que fazem passar como que diante de nossos olhos uma sequência de *imagens*, de quadros, nos quais sentimos prazer ao reconhecer a natureza, e nos quais ela se mostra mesmo com novos encantos” (p. 174). Assim, a figura é precisamente o que faz o discurso aparecer dando-lhe, como nos corpos, contorno, traços, forma exterior (p. 63). De todos os tropos é necessário dizer que são, “como a poesia, filhos da ficção” (p. 180), pois a poesia, menos ciosa da verdade que da semelhança, ocupa-se em “*figurar*, em *colorir* sua linguagem, em colocá-la em *imagens*, em quadros, em fazer dela uma pintura animada e falante” (p. 181). Não que os tropos que dizem respeito à metáfora ofereçam todos “uma *imagem* sensível e uma *imagem* que possa ser figurada pelo olho e pela mão de um pintor” (p. 185), pois isto seria, protesta Fontanier, conceder demasiado à visão. Por esta reserva, ele antecipa uma distinção que

Wittgenstein e Hester hão de explorar entre “ver” e “ver como”¹⁸. Figurar, digamos então, é sempre *ver como*, mas nem sempre é *ver* ou *fazer ver*.

Seria necessário ainda prolongar a investigação para além dos tropos impropriamente ditos e perceber o jogo de analogia nas “figuras de construção”, nas “figuras de elocução”, nas “figuras de estilo”. Assim, ele é o tratado da imitação nas “figuras de construção” (p. 288), depois nas “figuras de estilo” (p. 390). As próprias “figuras de pensamento” que, contudo, “dizem respeito apenas ao pensamento”, rodeiam a metáfora e a analogia; assim as “figuras de pensamento”, por meio da imaginação (prosopopéia) e do desenvolvimento, põem em obra o caráter geral da figura que acabamos de explicitar, a saber, a encenação do pensamento. Pode-se dizer, com efeito, da “descrição”, que ela consiste em expor um objeto aos olhos e em fazê-lo conhecido pelo detalhamento de todas as circunstâncias mais interessantes... Que ela dê lugar à *hipotipose* quando a exposição do objeto for tão viva, tão enérgica, que resulte do estilo uma imagem, um quadro” (p. 420). Essa noção de descrição é particularmente interessante, pois cobre a topografia, a cronografia, a prosopografia, a etopéia, o retrato, o paralelo, o quadro.

Este vasto domínio da analogia apenas poderia ser rememorado se se renunciasse a confinar a metáfora nos tropos de uma única palavra e caso se seguisse até o fim o movimento que a separa do jogo de linguagem da denominação para vinculá-la ao ato central do discurso, a predicação.

6. Metáfora forçada e metáfora de invenção

Porei termo a esta análise por um traço que, mais que todos os outros, inclina-se neste sentido: ele se refere à distinção entre o caráter de figura e o de catacrese de cada um dos tropos. Fontanier dá tanta importância a essa distinção que chega a declarar que os

18. M. B. Hester, *The Meaning of Poetic Metaphor*, La Haye, Mouton, 1967.

“princípios sobre a catacrese servem de fundamento para todo o [seu] sistema tropológico” (p. 213).

A diferença diz respeito, antes de tudo, a um fato de língua, a saber, que a certas idéias *faltam* signos: “A *catacrese*, em geral, consiste em que um signo já afetado por uma primeira idéia o seja também por uma nova idéia que ela mesma não tenha possuído ou não tenha outra própria na língua. Ela é, por consequência, qualquer tropo de uso forçado e necessário, qualquer tropo do qual resulte um *sentido* puramente extensivo; sentido próprio de origem secundária, intermediário entre o *sentido próprio primitivo* e o *sentido figurado*, mas que por sua natureza se aproxima mais do primeiro que do segundo, ainda que ele mesmo tenha podido ser *figurado* no princípio” (*ibid.*). Não se pode denominar figuras as metáforas forçadas, quer elas sejam substantivos (*luz* para clareza de espírito, *cegueira* para perturbação e obscurecimento da razão), adjetivos (uma voz *vibrante*), verbos (*compreender*), preposições (*em*) etc. O tropo puramente extensivo, ao gerar um sentido próprio de segundo grau, apresenta apenas (ou apenas visa apresentar) uma única idéia, e apresenta-a “toda nua e sem disfarce, tudo ao contrário dos *tropos-figuras* que, sempre que apresentam duas, apresentam-nas com fim determinado, e uma à imagem da outra, ou ao lado da outra” (p. 219).

É do caráter *livre* do tropo-figura que devemos nos ocupar: não atesta este que, ainda que se efetue em uma única palavra, o tropo propriamente dito, pelo simples fato de apresentar sem determinação uma idéia sob a imagem de outra, tem o traço disto que Benveniste denomina instância de discurso?¹⁹

O que é dito das metáforas de invenção confirma o parentesco do tropo com o acontecimento da fala. Se a distinção livre-forçado afeta o uso, todo uso tende a tornar-se habitual e a metáfora tende a reunir-se à catacrese; continua a ser uma figura, porque não serve

19. É. Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1967 [ed. br.: *Problemas de lingüística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri, São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp, 1976].

para preencher uma ausência de signos, mas tem curso forçado e, neste sentido, pode ser dito que está “no fundo da língua” (p. 104). Eis por que as condições necessárias para uma boa metáfora — justeza, clareza, nobreza, caráter natural, coerência — “não se referem senão às *metáforas de invenção* que se empregam como figura, e que ainda não receberam a sanção do uso” (*ibid.*).

É necessário redobrar a distinção figura-catacrese por uma distinção interna à figura, a do primeiro emprego e a do uso posterior que pode tornar-se “atualmente forçado” (p. 213).

A bem dizer, é este uso comum que a retórica reflete, e caso se observe, com Boileau e Dumarsais, “que se faz mais no mercado e em dia de compras do que em toda a *Eneida*, ou do que se fez na Academia em várias seções consecutivas” (p. 157), é necessário confessar que a maior parte dos exemplos de tropos são exemplos de tropos de curso forçado; é destes que se pode dizer que “se os conhece pelo uso, como a língua materna, sem que se possa dizer quando e como foram aprendidos” (*ibid.*); eis por que, sucessivamente, diz-se deles que “são uma parte essencial da linguagem da fala” (*ibid.*) e que eles “se mantêm no próprio fundo da língua” (p. 164). Dito de outra maneira, os tropos usuais estão a meio caminho dos tropos de invenção e das catacrese. A fronteira entre tropo-forçado e catacrese tende tanto mais a apagar-se quanto o fenômeno da usura pareça remontar, como os próprios tropos, à primeira origem da língua. A condição da catacrese encontra-se na origem dos próprios tropos, a saber, “a falta de palavra própria, e a carência, a necessidade de suprir essa pobreza e essa falta” (p. 158); pobreza e falta das quais devemos, de resto, nos orgulhar, pois, se dispuséssemos de tantas palavras quantas idéias, “qual memória bastaria para aprender tantas palavras, retê-las e reproduzi-las?” (*ibid.*). Da mesma maneira que von Humboldt definia o discurso como um uso infinito de meios finitos, é à memória que Fontanier atribui, “com um número de palavras bastante limitado, fornecer com que exprimir um número infinito de idéias” (*ibid.*). Assim, o tropo-figura tem, ao menos na origem, a mesma função extensiva que o tropo-catacrese. É por esta razão que ele tende a reunir-se a este pelo uso.

Mas o tropo-figura tem outra causa ocasional além da necessidade: o consentimento; “os tropos de escolha e de gosto, os tropos-figuras, têm outra causa ocasional: é o prazer, o consentimento que um tipo de instinto, em primeiro lugar, nos faz pressentir aí, e depois a experiência, encontrar” (p. 160). Assim, o consentimento joga em sentido contrário ao da necessidade, como um apelo à invenção.

É esta invenção que demanda distinguir as causas ocasionais — necessidade e mesmo consentimento — das causas propriamente geradoras de tropos: imaginação, espírito, paixão. Dar cor, excitar o espanto e a surpresa, por combinações novas, inesperadas, insuflar força e energia ao discurso — tantos impulsos que se imprimem apenas nos tropos-figuras que se devem chamar “tropos de escritor” porquanto pertencem “à invenção particular do poeta” (p. 165). Se a metáfora “*carregada de idade* pertence, evidentemente, à língua, “quem, antes de Corneille, tinha dito *devorar* um reino?” (*ibid.*).

Mas, então, não é por uma consideração contígua a esta que os tropos são tratados “relativamente a seu emprego no discurso” (p. 155). Esse emprego (que Fontanier estuda na III seção da *Théorie des tropes*) é constitutivo, se não do tropo, na medida em que é fundado sobre uma relação específica, ao menos de seu caráter de figura. Se o sentido deslocado é o que se “atribui no momento” (p. 66) às palavras, os tropos mais autênticos são apenas os tropos de invenção. É necessário, então, ir da palavra ao discurso, pois apenas as condições próprias ao discurso podem distinguir o tropo-figura do tropo-catacrese e, no tropo-figura, o curso livre do curso forçado.

Estudo III

A metáfora e a semântica do discurso

Para Cyrus Hamlin

EM NOSSOS DOIS PRIMEIROS ESTUDOS, A *palavra* foi tomada como suporte da mudança de sentido em que consiste o tropo que a retórica antiga e clássica constantemente denominou metáfora. Pudemos assim adotar, numa primeira aproximação, uma definição de metáfora que a identifica à transposição de um nome estranho a outra coisa, a qual, por isso, não recebe denominação própria. Mas a investigação aplicada ao trabalho de sentido que a transposição do nome gera fez que continuamente se rompesse o quadro da palavra, e *a fortiori* o do nome, e impôs que se tomasse o *enunciado* como o meio contextual em que somente a transposição de sentido tem lugar. O presente estudo é consagrado ao exame direto do papel do enunciado, como portador de um “sentido completo e acabado” (segundo a expressão do próprio Fontanier), na produção do sentido metafórico. Eis por que falaremos doravante de *enunciado metafórico*.

Quer isto dizer que a definição de metáfora como transposição do nome é falsa? Eu diria antes que ela é somente nominal e não real, no sentido que Leibniz dá a essas duas expressões. A definição nominal permite identificar uma coisa; a definição real mostra como ela se dá. As definições de Aristóteles e de Fontanier são nominais, na medida em que permitem identificar a metáfora entre os outros tropos; limitando-se a identificá-la, elas se limitam também

a classificá-las. Nesse sentido, a taxionomia própria à tropologia não vai além da definição nominal. Porém, desde que a retórica procura as causas geradoras, ela já não considera somente a palavra, mas o discurso. Uma teoria do enunciado metafórico será uma teoria da produção do sentido metafórico.

Donde resulta que a definição nominal não poderia ser abolida pela definição real. O presente estudo poderá, contudo, parecer dar crédito a esta alternativa, opondo constantemente uma teoria discursiva da metáfora a uma teoria que a reduz a um acidente da denominação. Indo mais longe neste sentido, vários autores consideram que uma teoria da *interação*, solidária a uma concepção discursiva da metáfora, é exclusiva de uma teoria da *substituição*, que já vimos ser inseparável da definição da metáfora como modalidade desviante de denominação.

Antecipando uma análise que será feita no quinto estudo, digamos desde já que a definição real de metáfora em termos de enunciado não pode eliminar a definição nominal em termos de palavra ou de nome, na medida em que a palavra continua a ser a portadora do efeito de sentido metafórico; é da palavra que se diz tomar um sentido metafórico; eis por que a definição de Aristóteles não é abolida por uma teoria que não se refere mais ao lugar da metáfora no discurso, mas ao próprio processo metafórico. Adotemos a linguagem de Max Black, que se justificará mais adiante: a palavra continua a ser o “foco”, mesmo que se procure o “quadro” da frase. E se a palavra continua a ser o suporte do efeito de sentido metafórico é porque, no discurso, a função da palavra é encarnar a identidade semântica. Ora, é a esta identidade que a metáfora diz respeito. Mas nada é mais difícil de avaliar que a função da palavra, que parece antes de mais nada retalhada entre uma semiótica das entidades lexicais e uma semântica da frase. É necessário, então, adiar, no termo de uma reflexão sobre a função do nome como mediador do semiótico e do semântico, toda tentativa de coordenar uma teoria da substituição e uma teoria da interação válidas em planos diferentes.

Adotaremos neste estudo uma concepção provisoriamente disjuntiva das relações entre semiótica e semântica. Começaremos por expor essa concepção, e em seguida vincularemos a ela a teoria da interação, chamada a tomar o lugar de uma teoria puramente substitutiva da metáfora. Extrairemos assim todas as consequências da oposição entre a definição nominal e a definição genética de metáfora.

1. O debate entre semântica e semiótica

A hipótese de trabalho subjacente à noção de enunciado metafórico é que a semântica do discurso é irreduzível à semiótica das entidades lexicais. O caso da palavra é reenviado para discussão no quinto estudo.

Nas teorias da metáfora que se vinculam aproximadamente à tradição da *linguistic analysis* de língua inglesa, a teoria do discurso não é feita por linguistas, mas por lógicos e por epistemólogos, atentos por vezes à crítica literária e mais raramente à lingüística dos linguistas. A vantagem de uma abordagem direta do fenômeno do discurso que omite o estágio lingüístico é que os traços próprios do discurso são reconhecidos em si mesmos, não sendo necessário opô-los a outra coisa. Mas o avanço verificado nas ciências humanas pela lingüística da língua não permite mais tratar por preterição a relação do discurso com a língua. A via indireta da oposição entre unidade de discurso e unidade de língua impõe-se hoje para quem se preocupa em situar sua investigação no espaço contemporâneo. Uma semântica instruída pela lingüística pode alcançar os resultados que a semântica filosófica dos anglo-saxões alcança diretamente com muita elegância pela via indireta de uma confrontação com a lingüística da língua. É a via que seguiremos aqui, tomando como guia a distinção do semântico e do semiótico na obra de Benveniste¹, e vinculando a este eixo os resultados da *linguistic analysis* anglo-saxã.

1. Émile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1966.

A própria escolha do termo *discurso* por Benveniste é significativa, pois a lingüística, na medida em que é, antes de tudo, lingüística da língua, tende a fazer da fala um simples resíduo de suas análises. É para marcar a consistência de seu objeto que Benveniste escolhe o termo *discurso* de preferência a *fala*. É por consideração às diferenças de nível na arquitetura da linguagem que o grande sanscritista francês introduz a distinção entre as unidades respectivas da língua e do discurso: por um lado, os signos, por outro, a frase. A própria noção de nível não é exterior à análise, mas é a ela incorporada como operador (*Problèmes de linguistique générale*, p. 122), e quer-se dizer com isso que uma unidade lingüística qualquer não é recebida como tal senão quando se pode identificá-la em uma unidade de grau superior: o fenômeno na palavra, a palavra na frase. A palavra tem, assim, “uma posição funcional intermediária que se prende à sua dupla natureza. Por um lado, decompõe-se em unidades fonemáticas que são de nível inferior; por outro, entra, como unidade significativa e com outras unidades significantes, numa unidade de nível superior” (p. 123). Recordaremos esta declaração no quinto estudo.

O que acontece com essa unidade de nível superior? A resposta é firme: “Essa unidade não é uma palavra mais longa ou mais complexa: depende de outra ordem de noções, é uma frase. A frase realiza-se em palavras, mas as palavras não são simplesmente seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma de suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes” (*ibid.*). Assim, não somente a frase não deriva da palavra, compreendida como lexema, isto é, em estado isolado, tal qual existe no código lexical, mas a própria palavra, enquanto sentido, é um constituinte da frase. Em síntese, um “elemento sintagmático” ou “que constitui enunciados empíricos” (p. 124). A progressão não é linear de uma unidade a outra; propriedades novas surgem, derivadas da relação específica entre unidades de níveis diferentes; e, se as unidades de mesmo nível têm entre si relações distributivas, os elementos de nível diferente têm relações integrativas.

A distinção entre esses dois tipos de relações comanda a distinção entre forma e sentido: a análise distributiva ao mesmo nível isola os segmentos formais, os “constituintes”; a decomposição em unidades de nível inferior fornece os “integrantes”, que estão em uma relação de sentido com os de nível superior; “tudo se resume nisto: a dissociação leva-nos à constituição formal; a integração leva-nos às unidades significantes... A *forma* de uma unidade lingüística define-se como sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior. O *sentido* de uma unidade lingüística define-se como sua capacidade de integrar uma de nível superior” (p. 127).

Apliquemos essa distinção à passagem do lexema ao discurso; já se disse: “Com a frase transpomos um limite, entramos num novo domínio” (p. 128). No primeiro rol das características próprias a este mesmo nível, Benveniste põe o “de ser um *predicado*” (*ibid.*). Esse é, a seus olhos, “o caráter distintivo, inerente à frase” (*ibid.*), e a presença de um sujeito gramatical chega mesmo a ser facultativa; um único signo basta para constituir um predicado.

Ora, essa unidade não é mais definida por oposição a outras unidades, como era o caso com os fenômenos e os lexemas (eis por que se pode entender o princípio da análise fonemática); não há muitas variedades de predicções, e não se podem opor entre elas dois categoremas (*categorema* = *predicatum*) ou frasesmas, como se faz com os lexemas e os fonemas: “É preciso reconhecer que o nível categoremático comporta apenas uma forma específica de enunciado lingüístico, a proposição; esta não constitui uma classe de unidades distintivas” (p. 129). Disso resulta que não há unidade de ordem superior à proposição em relação à qual ela constituiria uma classe de unidades distintivas; pode-se mesmo encadear proposições em uma relação de consecução, não integrá-las. Daí resulta também que a proposição contém signos, mas ela mesma não é um signo. Onde resulta, enfim, que, à diferença dos fonemas e dos morfemas que têm uma distribuição em seu nível respectivo e um emprego no nível superior, “as frases não têm nem distribuição nem emprego” (*ibid.*). Benveniste conclui: “A frase é a unidade do discurso” (p. 130), e ainda: “A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação” (*ibid.*).

As implicações metodológicas são consideráveis. Duas lingüísticas diferentes referem-se respectivamente ao signo e à frase, à língua e ao discurso. Essas duas lingüísticas agem em sentido inverso e cruzam-se em seu caminho. O lingüista da língua, partindo de unidades diferenciais, vê na frase o último nível. Mas sua delimitação pressupõe a análise inversa, mais próxima da consciência do locutor: partindo da diversidade infinita de mensagens, ele desce para as unidades em número limitado que emprega e encontra: os signos. É essa delimitação que a lingüística do discurso retoma, e sua convicção inicial é esta: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem. Poder-se-ia dizer, reproduzindo uma fórmula clássica, *nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione*” (p. 131).

A essas duas lingüísticas Benveniste faz corresponder, alguns anos mais tarde², os dois termos “semiótica” e “semântica”, o signo sendo a unidade semiótica, a frase sendo a unidade semântica. Como essas unidades são de ordem diferente, semiótica e semântica assumem campos distintos e tomam uma acepção restritiva. Dizer com Saussure que a língua é um sistema de signos não caracteriza a linguagem senão em um de seus aspectos e não em sua realidade total.

A consequência é considerável pela extensão de uma distinção tão famosa quanto a do significante e do significado, pois esta análise do signo predomina apenas na ordem semiótica, não na ordem semântica. Em semiologia, diz Benveniste, o que o signo significa não é o ser definido. Para que um signo exista, é necessário e suficiente que seja assumido (Existe chapéu? Sim. E chapau? Não). A questão do significado demanda apenas uma resposta de sim ou não; isto tem significado ou não? Se o significado não recorre a uma definição intrínseca, ele é definido extrinsecamente pelos outros signos que o delimitam no interior da língua: “Cada signo tem co-

2. Émile Benveniste, “La forme et le sens dans le langage”, 1966, in Actes du XIII^e Congrès des Sociétés de Philosophie de Langue Française, *Le Langage*, Genève, Éd. La Baconnière, 1967.

mo próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo, ser significativo, é a mesma coisa” (*La Forme et le Sens dans le langage*, p. 35). Assim circunscrito, a ordem do signo deixa fora de si a ordem do discurso.

Reconhece-se a fecundidade da distinção entre a ordem semiótica e a ordem semântica por sua capacidade de fundar e de engendrar numerosas outras distinções; algumas são feitas pelo próprio Benveniste, enquanto outras foram percebidas dispersamente pela *linguistic analysis* anglo-saxã, da qual ressaltamos acima a independência em relação à lingüística. Esta conjunção entre a semântica filosófica e a semântica lingüística é particularmente preciosa.

De minha parte, ao fazer uma síntese dessas diversas descrições e limitar-me a assinalar de passagem suas respectivas origens muitas vezes discordantes, proporia a seguinte enumeração dos traços distintivos do discurso. Estes traços se deixam facilmente apresentar aos pares, o que confere ao discurso um caráter dialético pronunciado, ressaltando como ele requer uma metodologia distinta da que se aplica às operações de segmentação e de distribuição em uma concepção puramente taxionômica da linguagem.

Primeiro par: todo discurso se produz como um acontecimento, mas se deixa compreender como sentido. Para marcar o caráter de acontecimento do discurso, Émile Benveniste forja a expressão de “instância de discurso”³, pela qual ele designa “os atos discretos e sempre únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor” (p. 251). Este traço opõe fortemente o discurso à língua, pois um sistema lingüístico — precisamente porque sincrônico — tem, no tempo sucessivo, apenas uma existência virtual, e a língua existe propriamente apenas quando um locutor dela se apodera e a atualiza. Mas, ao mesmo tempo em que o acontecimento de discurso é transitório e fugaz, ele pode ser identificado e reidentificado como “o mesmo”, e é esta significação, no sentido mais amplo, que é introduzida com a identificação do princí-

3. *Problèmes de linguistique générale*, pp. 251-257.

pio de toda unidade de discurso. Existe sentido porque existe o mesmo sentido. De todo indivíduo, como estabeleceu P. F. Strawson em *Individuals*⁴, vale dizer que o que pode ser identificado pode também ser reidentificado. Tal é a instância de discurso: um acontecimento iminentemente repetível. Eis por que se pôde confundir esse traço com um elemento de língua. Mas é o repetível de um acontecimento, não de um elemento de sistema.

Pode-se vincular a este primeiro par as distinções introduzidas por Paul Grice, em sua teoria da significação⁵, entre a significação do enunciado, a significação da enunciação e a significação de quem enuncia. Encontra-se o fundamento disso na análise de Benveniste quando ele fala, de um lado, da instância de discurso, como se acabou de ver, e, de outro, de intenção de discurso, que é outra coisa que não o significado de um signo isolado; o significado é somente, como bem o disse Ferdinand de Saussure, a contrapartida do significante, uma simples diferença do sistema da língua; a intenção é “o que o locutor quer dizer” (p. 36). O significado é de ordem semiótica; a intenção, de ordem semântica: é a esta que P. Grice visa em sua análise.

Um segundo par se propõe, entre função identificante e função predicativa. Essa polaridade típica tem uma longa história. O *Crátilo*, o *Teeteto* e o *Sofista* de Platão a designam como o próprio *lógos* e a caracterizam por “entrelaçamento” (*symploké*) do nome e do verbo⁶; por esse recurso ao *lógos* articulado, Platão saía do impasse em que o tinha encerrado a questão da “justeza” das palavras. No nível da palavra não há, com efeito, solução: tanto se pode dizer que a palavra é “convencional” como que é “natural”; apenas

4. P. F. Strawson. *Individuals. An Essay in Descriptive Metaphysics*, London, Methuen, 1959 (trad. fr.: *Les Individus*, Paris, Éd. du Seuil, 1973).

5. Paul Grice, “Meaning”, in *Philosophical Review*, 1957; “Utterer’s Meaning, Sentence-Meaning and Word-Meaning”, in *Foundations of Language*, August 1968; “Utterer’s Meaning and Intentions”, in *Philosophical Review*, 1969.

6. Platão, *Crátilo*, 425 a, 431 b-c (“o discurso é uma síntese de nomes e de verbo”); *Teeteto*, 206 d; *Sofista*, 261 d — 262 d.

o entrelaçamento do discurso “*discorre sobre alguma coisa*”⁷. A verdade e o erro dizem respeito somente ao discurso. O fracasso do *Crátilo*, que é o fracasso de uma teoria da denominação e obriga a elaborar uma teoria da predicação, encontra eco no fracasso de uma teoria da metáfora que permanece igualmente nos limites de uma reflexão sobre a designação pelos nomes.

O par da identificação e da predicação foi particularmente descrito por P. F. Strawson⁸. De redução em redução, toda proposição tem em vista um indivíduo (Pierre, Londres, o Sena, este homem, esta mesa, o homem que viu o homem que viu o urso). Por indivíduos devem-se entender aqui os sujeitos logicamente propostos. A linguagem assim constituída permite a identificação singular; entre os meios que ela emprega, destacam-se quatro: o nome próprio, o demonstrativo, os pronomes e, sobretudo, o meio mais usado que, desde Russell, denominamos “descrição definida”⁹: tal e tal (o artigo definido seguido de um determinante). Visar a uma só e única coisa: tal é a função das expressões identificantes às quais se vinculam, em última análise, os sujeitos lógicos. Do lado do predicado, situar-se-ão: as qualidades adjetivas (grande, bom) e as qualidades nominalizadas (grandeza, bondade); as classes de pertencimento (os minerais, os animais); as relações (X está ao lado de Y); as ações (Brutus mata César). Qualidades, classes, relações e ações têm em comum serem universalizáveis (correr, como tipo de ação, pode ser dito de Aquiles e da tartaruga), donde a polaridade fundamental da linguagem que, por um lado, enraíza-se nos indivíduos denominados e, por outro, predica qualidades, relações e ações que são, por direito, universais. A linguagem funciona sobre a base dessa dissimetria entre duas funções. A função identificante designa sempre seres

7. “É impossível que haja discurso sobre nada”, *Sofista*, 263 c.

8. P. F. Strawson, *op. cit.*, segunda parte.

9. Bertrand Russell, “On Denoting” (1905), in *Logic and Knowledge. Essays, 1901-1950*, London, G. Allen and Unwin, 1956 [ed. br.: *Da denotação* (tradução de P. R. Mariconda), São Paulo, Abril Cultural, 1978]. Cf. L. Linsky, *Referring*, London, Routledge and Kegan Paul, 1967 (trad. fr., *Le Problème de la référence*, Paris, Éd. du Seuil, 1974).

que existem (ou cuja existência é neutralizada, como na ficção¹⁰); de fato, falo de alguma coisa que é; a noção de existência está ligada à função singularizante da linguagem; os sujeitos logicamente próprios são potencialmente existentes; é aí que a linguagem “cola”, tem sua aderência às coisas. Em contrapartida, a função predicativa diz respeito ao existente visando ao universal. A infeliz querela dos universais, na Idade Média, não foi possível senão pela confusão entre a função singularizante e a função predicativa: não há sentido em perguntar se a bondade existe, mas se alguém, que é bom, existe. A dissimetria das duas funções implica também a dissimetria ontológica entre sujeito e predicado.

Seríamos tentados a opor a essa análise de Strawson a observação de Benveniste de que o predicado basta a si mesmo, como critério das unidades de discurso: “A presença de um ‘sujeito’ junto a um predicado não é indispensável: o termo predicativo da proposição basta a si mesmo uma vez que é em realidade o determinante do ‘sujeito’” (*Problèmes*, p. 128). Talvez essa aparente discordância resulte da diferença entre o ponto de vista do lógico e o do linguista. Este último pode mostrar predicados sem sujeito; o primeiro pode argumentar que a determinação de um sujeito — obra de um predicado — é sempre a contrapartida de uma identificação singularizante. A bem dizer, a distinção strawsoniana encontra um equivalente, se não mesmo uma justificação, na distinção entre semiótico e semântico. É a semiótica, com efeito, que transmite a função genérica, e a semântica, o alcance singular: “O signo tem sempre e somente valor genérico e conceitual. Ele não admite significado particular ou ocasional; tudo o que é individual é excluído, as situações de circunstâncias devem ser consideradas não ocorridas” (*La Forme et le Sens*, p. 35). Este caráter resulta da própria noção de instância de discurso; é a língua, em emprego e em ação, que

10. Sobre o postulado ontológico ligado à função identificante, cf. John Searle, *Speech Acts*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969 (trad. fr., *Les Actes de langage*, Paris, Hermann, 1972). “O axioma da existência” formula-se deste modo: “Whatever is referred to, must exist” (p. 77).

se pode referir às circunstâncias e ter aplicações particulares. Benveniste vai mais longe: “A frase, expressão do semântico, não é senão particular” (p. 36). Somos assim reconduzidos à análise de Strawson; é somente em posição de discurso que um termo genérico toma uma função singularizante. A teoria das descrições definidas por Russell já o estabelecera de modo convincente. Ora, o predicado, em si mesmo universalizante, não tem caráter circunstancial senão enquanto determina um sujeito lógico próprio. Mas permanece, sem dúvida, uma disparidade importante entre a análise de Strawson e a de Benveniste, caso se suponha que apenas o predicado caracteriza a frase. Pois na análise de Strawson os predicados têm valor genérico enquanto designam uma classe, uma propriedade, uma relação ou uma categoria de ação. Para resolver essa contradição residual, é necessário, sem dúvida, fornecer duas especificações. De uma parte, é a frase tomada como um todo, a intenção do discurso, que permite uma aplicação particular, mesmo quando o predicado é genérico: “Uma frase participa sempre do aqui e agora... Toda forma verbal, sem exceção em qualquer que seja o idioma, é sempre ligada a certo presente, portanto a um conjunto sempre único de circunstâncias, que a língua enuncia em uma morfologia específica” (p. 37). De outra parte, o próprio todo da frase tem, como se verá, um sentido e uma referência: “O rei da França é calvo” tem um sentido fora de toda circunstância, e uma referência em tal circunstância que a torna ora verdadeira, ora falsa¹¹. Aqui, a *linguistic analysis* é mais precisa que a semântica dos linguistas, demasiadamente tributária, parece, da oposição entre semiótica e semântica, e portanto demasiadamente atenta ao único traço que assegura a diferença entre as duas ordens.

Um terceiro par de traços concerne à estrutura dos atos de fala; em cada um pode-se considerar um aspecto de *locução* e um aspecto

11. P. F. Strawson, “On Referring”, in *Mind*, LIX, 1950 (trad. fr. J.-Cl. Milner, *Études de logique et de linguistique*, Paris, Éd. du Seuil, 1977) [ed. br.: *Sobre referir*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. São Paulo, Abril Cultural, 1975 (Os Pensadores)]. Cf. L. Linsky, *op. cit.*

de *ilocução* (para não falar do aspecto de *perlocução*, que não nos diz respeito no presente contexto de discussão). Essa distinção, introduzida por J. L. Austin¹², deixa-se facilmente situar-se no prolongamento da teoria da instância de discurso em Benveniste. O que se faz, com efeito, quando se fala? Fazem-se várias coisas em vários níveis. Há, em primeiro lugar, o ato de dizer ou ato locucionário. É o que fazemos quando referimos a função predicativa à função identificante. Mas o mesmo ato de referir “a ação de fechar” ao sujeito “a porta” pode ser efetuado como constatação, como ordem, como pesar, como desejo etc. Essas diversas modalidades do mesmo conteúdo proposicional não dizem mais respeito ao próprio ato proposicional, mas à sua “força”, a saber, o que se faz *ao* dizer (*in saying*), donde o termo *ilocução*; *ao* dizer, faço uma promessa, ou uma ordem, ou uma constatação (já os sofistas com Protágoras distinguiram várias formas de discurso: a questão e a resposta, a oração, a ordem)¹³.

O que primeiramente interessou a Austin, fundador desse gênero de análise, foi outra diferença (que lhe apareceu como um caso particular daquele que nos ocupa): a diferença entre os constatativos e os performativos, cujo modelo é a promessa (ao prometer, faço aquilo mesmo que é dito na promessa: ao dizer, obrigo-me, ponho-me na obrigação de fazer)¹⁴. Os performativos são enunciados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e dizem respeito às ações que dependem da própria pessoa que se compromete. A teoria da *speech-act* progrediu com a observação de que o performativo não é o único a fazer alguma coisa. Na constatação, envolvo-me de um modo diferente que na promessa: acredito no que digo. Se digo: “o gato está sobre o tapete, mas não acredito nisto”, a con-

12. J. L. Austin. *How to Do Things with Words*, ed. J. O. Urmson, Oxford, The Clarendon Press, 1962 (trad. fr., *Quand dire, c'est faire*, Paris, Éd. du Seuil, 1970) [NT — *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução e apresentação de Danilo Marcondes de Souza Filho, Porto Alegre, Artes Médicas, 1990]. “Performatif-Constatif”, in *La Philosophie analytique*, Paris, Éd. de Minuit, 1962.

13. Aristóteles, *Da interpretação*, § 1.

14. J. L. Austin, *Quando dizer é fazer*, I.

tradição não está no nível proposicional, mas entre o envolvimento implícito à primeira proposição e a negação explícita que a segue. Assim, os performativos não são os únicos a apresentar a estrutura complexa dos atos de fala. Observaremos que o ato locucionário permite ancorar na linguagem os elementos considerados psicológicos: a crença, o desejo, o sentimento e, em geral, um “mental act”¹⁵ correspondente. Esta observação é importante pela referência ao locutor, ao sujeito falante, do qual falaremos adiante.

Émile Benveniste não teve dificuldade para integrar à sua própria visão de instância de discurso a teoria do *speech-act*, como se vê em sua posição sobre a “filosofia analítica e a linguagem”¹⁶.

Um quarto par — o do sentido e da referência — foi introduzido na filosofia contemporânea por Frege, em *Über Sinn und Bedeutung*¹⁷. Veremos que também ele encontra um apoio no conceito de semântica segundo Benveniste. Unicamente a frase, com efeito, permite essa distinção. É somente no nível da frase, tomada como um todo, que se pode distinguir o que é dito e aquilo sobre o que se fala. Essa diferença já está implicada pela simples definição equacional: $A = B$, em que A e B têm sentidos diferentes. Mas, caso se diga que um é igual ao outro, diz-se do mesmo modo que eles se referem à mesma coisa. Pode-se fazer aparecer a diferença entre o sentido e a referência considerando os casos em que há manifesta-

16. Peter Geach, *Mental Acts*, London, Routledge and Kegan Paul, 1957. Sobre o “commitment” próprio a cada ato de fala e sobre o fator psicológico de “desejo” e de “crença” implicado por esse “commitment”, cf. John Searle, *Speech Acts*, pp. 64-71; Paul Ricoeur, “Discours et Communication”, in *La Communication*, Actes du XV^e Congrès des Sociétés de Philosophie de Langue Française, Montréal, Éd. Montmorency, 1973.

17. Émile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, caps. XIII-XIV.

18. Gottlob Frege, “Über Sinn und Bedeutung”, in *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 100, 1892 (trad. fr. “Sens et dénotation”, in *Écrits logiques et philosophiques*, Paris, Éd. du Seuil, 1971; trad. ingl., “On Sense and Reference”, in *Philosophical Writings of Gottlob Frege*, Oxford, Blackwell, 1952; ed. br.: “Sobre o sentido e a referência”, in *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978, pp. 59-86).

mente dois sentidos para uma referência (o preceptor de Alexandre e aluno de Platão), ou aqueles nos quais não há referente assinalável empiricamente (o corpo mais distante da Terra).

A distinção entre sentido e referência é absolutamente característica do discurso, chocando-se frontalmente com o axioma da imanência da língua. Na língua, não há problemas de referência: os signos reenviam a outros signos no mesmo sistema. Com a frase, a linguagem sai de si mesma, e a referência indica a transcendência da linguagem a si mesma.

Este traço, mais que os outros talvez, demonstra a diferença fundamental entre a semântica e a semiótica. A semiótica conhece apenas relações infralingüísticas; a semântica só se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, isto é, finalmente da relação entre a língua e o mundo. Não há oposição entre a definição do signo pela relação significante-significado e sua definição em relação à coisa. A substituição da primeira pela segunda definição apenas constitui a semiótica como semiótica. Mas a segunda não é abolida, pois continua a valer para a língua em emprego e em ação, quando a linguagem é tomada em sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, integrando o homem à sociedade e assegurando a adequação da linguagem ao mundo. Pode-se também vincular o problema da referência à noção de intenção, acima distinguida da noção de significado. É a intenção, e não o significado, que tem um alcance exterior à linguagem: "Com o signo, alcança-se a realidade intrínseca da língua; com a frase, está-se ligado às coisas fora da língua; e, enquanto o signo tem como contrapartida constituinte o significado que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor"¹⁸. Diremos que a função de transcendência da intenção recobre perfeitamente o conceito fregiano de referência. Ao mesmo tempo, está plenamente justificada a análise fenomenológico-

18. É. Benveniste, "La forme et le sens dans le langage", *op. cit.*, p. 36.

ca de Husserl baseada no conceito de intencionalidade: a linguagem é por excelência intencional, visa a outra coisa que ela mesma¹⁹.

Quinto par: referência à realidade e referência ao locutor. A própria referência é um fenômeno dialético; na medida em que o discurso se refere a uma situação, a uma experiência, à realidade, ao mundo, em síntese, à extralingüística, ele se refere também a seu próprio locutor por meio de procedimentos essencialmente de discurso e não de língua²⁰. No primeiro nível desses procedimentos, estão os pronomes pessoais que são propriamente "assêmicos": a palavra "eu" não tem significação em si mesma, é um indicador da referência do discurso àquele que fala. "Eu" é aquele que, em uma frase, pode aplicar-se a si mesmo "eu" como sendo aquele que fala; o pronome pessoal é essencialmente função de discurso e só ganha sentido quando alguém fala e se designa a si mesmo falando "eu". Aos pronomes pessoais acrescentam-se os tempos dos verbos: estes constituem sistemas gramaticais muito diferentes, mas que têm um ponto de apoio no presente. Ora, o presente, como o pronome pessoal, é autodesignativo. Ele é justamente o momento em que o discurso é pronunciado, é o presente do discurso; por meio do presente o discurso qualifica-se temporalmente a si mesmo. É necessário dizer outro tanto de numerosos advérbios (aqui e agora etc.), todos ligados à instância de discurso. E do mesmo modo para os demonstrativos, "este, aquele", cujas oposições são determinadas em relação ao locutor, pois enquanto auto-referencial o discurso determina um isto — aqui — agora absoluto.

É evidente que esse caráter auto-referencial está implicado na própria noção de instância de discurso. Ele pode, igualmente, ser

19. E. Husserl, *Logische Untersuchungen*, Halle, Niemeyer, 2ª ed., 1913 (trad. fr. *Recherches logiques I e Recherches logiques V*, Paris, PUF, 1961, 1962) [Há tradução da Sexta Investigação das *Investigações lógicas*. Tradução de Zeljko Loparic e Andréa Loparic. São Paulo, Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores)].

20. Émile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, V^e partie: "L'homme dans la langue", pp. 227-285. (NT — A Quinta parte "O homem na língua" compreende as pp. 245-315 da edição brasileira.)

aproximado da teoria do *speech-act*. Com efeito, as “modalidades de que a frase é suscetível” (p. 130) — proposição assertiva, interrogativa, imperativa —, embora repousem igualmente sobre a predição, exprimem envolvimento diversos do locutor em seu discurso: “Essas três modalidades apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem” (*ibid.*). Ora, eis os corolários da função de comunicação, a qual se apóia na função auto-referencial do discurso. Com efeito, “são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor” (*ibid.*).

Estabelece-se assim uma boa correlação entre a teoria do *speech-act* e o caráter auto-referencial do discurso, ele próprio implicado na noção de instância de discurso.

Um último traço tem, para nosso estudo da metáfora, uma consequência considerável. A distinção do semiótico e do semântico implica uma repartição nova do paradigmático e do sintagmático. As relações paradigmáticas (principalmente as flexões, as derivações etc.) referem-se aos signos no sistema e são de ordem semiótica; para elas vale a lei da binaridade cara a Jakobson e aos estruturalistas²¹. Em contrapartida, o sintagma é o próprio nome da forma específica na qual se efetua o sentido da frase. Este traço é capital para nossa investigação: se o paradigma é semiótico e o sintagma semântico, então a substituição, lei paradigmática, deverá ser posta do lado do semiótico. Será necessário dizer que a metáfora, tratada como discurso — o enunciado metafórico —, é um tipo de sintagma, e não se poderá mais pôr o processo metafórico do lado paradigmático e o processo metonímico do lado sintagmático. Isso não impedirá, como se mostrará no quinto estudo, a classificação da metáfora — tomada como efeito de sentido que

21. Roman Jakobson, “La linguistique”, in *Tendances principales de la recherche dans les sciences sociales et humaines*, cap. IV, Paris/La Haye, Mouton/Unesco, 1970.

diz respeito às palavras — entre as substituições; mas, em retorno, esta classificação semiótica não é exclusiva de uma investigação propriamente semântica que visa à forma de discurso, portanto de sintagma, realizada pela metáfora. É, com efeito, como sintagma que o enunciado metafórico deverá ser considerado, se é verdade que o efeito de sentido resulta de certa ação que as palavras exercem umas sobre as outras na frase. O lugar côncavo da metáfora pode ser distinguido na exposição de Benveniste: “É na seqüência de sua coaptação que as palavras adquirem valores que em si mesmas não possuíam e que são mesmo contraditórios com os que possuíam em outra situação” (*La Forme et le Sens*, p. 38).

2. Semântica e retórica da metáfora

O papel pioneiro exercido por *The Philosophy of Rethoric* de I. A. Richards²² não deve ser subestimado. Não é, em primeiro lugar, a uma semântica da frase, mas a uma nova definição de retórica que ele vincula a teoria da metáfora que ocupa os capítulos V e VI de sua obra. Mas não é difícil mostrar que seu conceito de retórica²³ deriva de uma concepção semântica próxima da que acabou de ser articulada; de tal modo, ele tem consciência de “reanimar um velho tema” sobre a base de uma nova análise da linguagem.

I. A. Richards empresta sua definição de retórica de um dos últimos grandes tratados do século XVIII inglês, o do arcebispo Whateley: a retórica, declara este, é “uma disciplina filosófica que visa ao domínio das leis fundamentais do uso da linguagem” (*op. cit.*, p. 7). Vê-se que a amplitude da retórica grega é restituída por cada um dos elementos dessa definição. Ao insistir no emprego da

22. I. A. Richards. *The Philosophy of Rhetoric*, Oxford, Oxford University Press, 1936, 1971.

23. Não é sem interesse notar que, dos três estudos que relacionamos neste capítulo, o primeiro se situa sob a sigla da “retórica”, o segundo sob a da “gramática lógica”, o terceiro sob a da “crítica literária”. Não se pode ressaltar de modo mais evidente o caráter incerto das fronteiras dessas disciplinas. A tentativa de enraizá-las em uma mesma semântica torna-se ainda mais significativa.

linguagem, o autor situa a retórica no plano propriamente verbal da compreensão e da comunicação; a retórica é a teoria do discurso, do pensamento como discurso. Ao procurar as leis desse emprego, ele submete, além disso, as regras da habilidade a um saber organizado. Ao propor como meta da retórica dominar essas leis, situa o estudo da incompreensão no mesmo plano da compreensão verbal (em continuidade, Richards denomina a retórica “um estudo da compreensão e da incompreensão verbal”) (p. 23). Enfim, o caráter filosófico dessa disciplina é assegurado pelo cuidado maior de remediar a “perda de comunicação”, antes de indicar à retórica o cuidado de persuadir, de influenciar e, finalmente, de agradar, cuidado que, gradualmente, separou no passado a retórica da filosofia. Denominaremos a retórica “um estudo da incompreensão e dos remédios propostos a ela” (p. 3).

Não é somente pela ambição proposta à retórica que este projeto desvia-se do da retórica decadente, mas por sua aparência francamente hostil a toda taxionomia. Não se encontra nesta pequena obra nenhuma tentativa de classificar as figuras, e a metáfora aí reina sem nenhuma alusão àquilo que a oporia à metonímia ou à sinédoque, como já era o caso na *Poética* de Aristóteles. Este traço negativo não é fortuito. O que se poderia classificar, senão os desvios? E em relação a que pode haver desvio, senão em relação a significações fixas? E quais elementos do discurso são fundamentalmente portadores de significação fixa, senão os nomes? Ora, todo o projeto retórico de I. A. Richards é dedicado a restabelecer os direitos do discurso a expensas dos da palavra. Desde o início, seu ataque volta-se contra a distinção cardeal em retórica clássica entre sentido próprio e sentido figurado, distinção que ele põe na conta da “superstição da significação própria” (p. 11). Ora, as palavras não têm significação própria, porque elas não têm a significação como própria; não possuem nenhum sentido em si mesmas, porquanto é o discurso, tomado como um todo, que transmite o sentido de maneira indivisa. É, portanto, em nome de uma teoria francamente contextual do sentido — teoria resumida no “teorema contextual da significação” (p. 40) — que o autor pode condenar a noção de sentido próprio.

Quanto a essa lei do contexto, o autor a edifica sobre as considerações que se seguem. É, em primeiro lugar, o fato da troca que impõe o primado do contexto: “Somos coisas que respondem a outras coisas” (p. 29), e o próprio contexto do discurso é parte de um contexto mais vasto, constituído pela situação de questão e de resposta. Além disso, em uma parcela de discurso as palavras não devem seu sentido senão a um fenômeno de “eficácia delegada” (p. 32). Esse fenômeno é a chave da noção de contexto, pois um contexto é “o nome de um feixe de acontecimentos que surgem em conjunto, incluindo aí as condições requeridas assim como as que podemos isolar como causa ou como efeito” (p. 34). Daí as palavras só terem significação por abreviação do contexto; “o que um signo significa exprime as partes ausentes dos contextos dos quais ele extrai sua eficácia delegada” (p. 35), continuando a ser verdade que a palavra vale por..., é introduzida por..., mas não por uma coisa ou uma idéia. A crença de que as palavras possuem uma significação que lhes seria própria é um remanescente de feitiçaria, o resíduo da “teoria mágica dos nomes” (p. 71). Desse modo, as palavras não são de modo algum os nomes das idéias presentes ao espírito — nenhuma associação fixa o que quer que seja dado nem as constitui —; elas se limitam a reenviar às partes ausentes do contexto; daí a constância do sentido jamais ser senão a constância do contexto; e essa constância do sentido não é evidente, a própria estabilidade é fenômeno a ser explicado. O que poderia ser mais evidente seria uma lei de processo e de crescimento como a que Whitehead situava no princípio do real.

Assim, nada se opõe a que uma palavra signifique mais que uma coisa, na medida em que ela reenvia a partes contextualmente ausentes, e estas podem pertencer a contextos opostos; as palavras exprimem, então, por sua “sobredeterminação” das “rivalidades de grande escala entre contextos” (p. 40). Esta crítica da superstição da única significação verdadeira prepara, evidentemente, uma apreciação positiva do papel da metáfora. Mas a afirmação vale para todas as formas de duplo sentido que podem vincular-se às intenções, aos pensamentos dissimulados e às convenções veiculadas pelas partes ausentes do contexto.

A relação de prioridade entre a palavra e a frase é assim inteiramente revertida. Recorde-se a concorrência entre a idéia e a proposição em Fontanier e o privilégio final da idéia nas *Figures du discours*²⁴ Com I. A. Richards, a hesitação não é mais possível. O sentido da frase não resulta do sentido das palavras, mas este procede do desmembramento da frase e do isolamento de uma de suas partes. A via do *Teeteto* interessa-o mais que a do *Crátilo*. Na conferência intitulada, de modo significativo, “L’Interanimation des mots” (p. 47), I. A. Richards torna pública a teoria da interpenetração das partes do discurso sobre a qual edificará a teoria da interação própria à metáfora.

As próprias modalidades dessa interpenetração são função do grau de estabilidade das significações das palavras, isto é, dos contextos que são abreviados. Em relação a isso, a linguagem técnica e a linguagem poética constituem os dois pólos de uma mesma escala: em uma extremidade, reinam as significações unívocas ancoradas nas definições; na outra, nem sentido se estabelece fora do “movimento entre significações” (p. 48). Certo, a prática de bons autores tende a fixar as palavras em seus valores de uso. Essa fixação pelo uso é, sem dúvida, a origem da falsa crença segundo a qual as palavras têm um sentido, possuem seu sentido. Do mesmo modo, a teoria do uso não reverteu, mas finalmente consolidou o preconceito da significação própria das palavras. Mas o emprego literário das palavras consiste precisamente em restituir, indo de encontro ao uso que as congela, “o jogo de possibilidades interpretativas residentes no todo da enunciação” (p. 55). Eis por que o sentido das palavras deve ser a cada vez “adivinhado” (p. 53), sem que jamais se possa fundá-lo numa estabilidade adquirida. A experiência da tradução caminha no mesmo sentido: ela mostra que a frase não é um mosaico, mas um organismo. Traduzir é inventar uma constelação idêntica em que cada palavra recebe o apoio de todas as outras e, gradualmente, tira benefício da familiaridade com a língua inteira.

24. Estudo II, § 2.

Dizíamos que I. A. Richards rompia com a teoria da palavra concebida como o nome da idéia. É necessário acrescentar que ele vai mais longe que Benveniste no primado da instância de discurso sobre a palavra. O discurso sem dúvida subordina o sentido atual da palavra ao sentido, totalmente circunstancial, da frase, mas não o dissolve nela. É que, nele, a semântica permanece em tensão com uma semiótica que assegura a identidade dos signos por meio de suas diferenças e de suas oposições. Voltaremos no quinto estudo a este conflito entre uma semiótica fundada sobre leis diferenciais que, desse modo, permite o estabelecimento de uma taxionomia, e uma semântica que não conhece senão um tipo de operação, a do predicado, e permite, quando muito, uma enumeração, talvez inumerável (como o sugere Wittgenstein)²⁵, de “jogos de linguagem”. Com I. A. Richards, entramos em uma semântica da metáfora que ignora a dualidade de uma teoria dos signos e de uma teoria da instância de discurso, e que se edifica sobre a tese da interanimação de palavras na enunciação viva.

Esta teoria é uma retórica por ensinar o domínio do jogo contextual mediante um conhecimento de critérios de compreensão outros que os de uma simples identidade de sentido sobre os quais se edifica a lógica. Essa atenção voltada aos critérios procede da antiga reflexão sobre as “virtudes da *léxis*”²⁶, mas esses critérios — precisão, vivacidade, expressividade, clareza, beleza — permanecem na dependência da superstição da significação própria. Se a retórica é “um estudo da incompreensão e dos remédios propostos a ela” (p. 3), o remédio é o “domínio” (*command*)²⁷ dos deslocamen-

25. Ludwig Wittgenstein. *Philosophical Investigations* (1953), New York, Macmillan, 1963 [ed. br.: *Investigações filosóficas*. Tradução de J. C. Bruni. São Paulo, Nova Cultural, 1989, § 23: “Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? — Há inúmeras de tais espécies...”].

26. Estudo I, p. 57.

27. A expressão “*command*”, que dá seu título à sexta conferência intitulada “*The command of metaphor*” (pp. 115ss.), é sugerida pela famosa declaração de Aristóteles na *Poética* (1459 a 8) que I. A. Richards assim traduz: “*The greatest thing by far is to have a command of metaphor. This alone cannot be imparted to another: it is the mark of genius, for to make good metaphor implies an eye for resemblances*” (op. cit., p. 89).

tos (*shifts*) de significação que asseguram a eficácia da linguagem por meio da comunicação; a conversação comum consiste em seguir esses deslocamentos, a retórica deve ensinar a dominá-los; um estudo “sistemático” (p. 73) das formas recorrentes de ambigüidade ou de transferência é, desse modo, a tarefa mais urgente da nova retórica. Pode-se, todavia, duvidar que tal estudo possa ser sistemático no sentido do espírito taxionômico; trata-se antes de uma “clarificação”, de uma “tradução de nossa habilidade em compreensão” (*ibid.*), em um espírito próximo da *linguistic analysis* anglo-saxã.

É exatamente para tal clarificação que se voltam as duas conferências consagradas por Richards à metáfora (quinta e sexta conferências).

É antes de tudo no uso comum que é necessário captar seu funcionamento: contrariamente à famosa palavra de Aristóteles segundo a qual o domínio da metáfora é um dom de gênio e não poderia ser ensinado, a linguagem, como bem o viu Shelley, é “vitalmente metafórica”²⁸; se “bem metaforizar” é ter o domínio das semelhanças, então não poderíamos sem ela apreender nenhuma relação inédita entre as coisas. Longe de ser um desvio em relação à operação comum da linguagem, a metáfora é “o princípio onipresente em toda a sua ação livre” (p. 90); não constitui um poder adicional, mas a forma constitutiva da linguagem; a retórica, limitando-se a descrever os ornamentos de linguagem, é condenada a tratar apenas de problemas superficiais. Ora, a metáfora diz respeito às próprias profundidades da interação verbal.

Essa onipresença da metáfora resulta do “teorema contextual da significação”. Se a palavra é o substituto de uma combinação de aspectos, eles mesmos as partes ausentes de seus diversos contex-

28. “*Language is vitally metaphorical, that is, it marks the before unapprehended relations of things and perpetuates their apprehension, until words, which represent them, become, through time, signs for portions or classes of thought instead of pictures of integral thoughts: and then, if no new poets should arise to create afresh the associations which have been thus disorganised, language will be dead to all the nobler purposes of human intercourse*”, citado por I. A. Richards, *op. cit.*, pp. 90-91.

tos, o princípio da metáfora deriva dessa constituição das palavras. Segundo uma formulação elementar, a metáfora mantém dois pensamentos de coisas diferentes simultaneamente ativas no seio de uma palavra ou de uma expressão simples, cuja significação é resultante de sua interação. Não se trata de um simples deslocamento de palavras, mas de um comércio entre pensamentos, isto é, de uma transação entre contextos. Se a metáfora é uma habilidade, um talento, é um talento de pensamento. A retórica é tão-somente a reflexão e a tradução desse talento em um saber distinto.

Nesta fase da descrição, o perigo seria antes o inverso daquele ao qual a excessiva minúcia da tropologia o expunha. Acaso todo par de pensamento abreviado em uma única expressão não constitui uma metáfora? Aqui I. A. Richards introduz um fator distintivo que desempenha o papel de diferença específica em relação ao conceito genérico de “transação entre contextos”. Na metáfora, os dois pensamentos são, de alguma maneira, desnivelados, no sentido em que descrevemos um sob os traços do outro. Fontanier havia percebido algo disso em sua definição de metáfora: “Apresentar uma idéia sob o signo de outra...”²⁹, mas não pôde extrair todas as suas consequências, por falta de uma teoria adequada do discurso. I. A. Richards propôs denominar “conteúdo” (*tenor*) a idéia subjacente, e “veículo” (*vehicle*) a idéia sob cujo signo a primeira é apreendida³⁰. Mas im-

29. Estudo II, pp. 96-97.

30. *Op. cit.*, p. 90. O sentido fundamental do termo *tenor* é preservado no seguinte texto de Berkeley, citado por I. A. Richards: “*I do... once for all desire whoever shall think it worth his while to understand... that he would not stick in this or that phrase, or manner of expression, but candidly collect my meaning from the whole sum and tenor of my discourse, and laying aside the words as much as possible, consider the base notions themselves...*”, *op. cit.*, pp. 4-5. [Ch. Perelman e L. O. Olbrechts-Tyteca introduzem, em seu *Tratado da argumentação. A nova retórica* (São Paulo, Martins Fontes, 1996), as duas expressões *tema* e *phora* que poderiam constituir uma boa tradução do par *tenor* e *vehicle*. Todavia, os autores limitam a aplicação desse par à analogia, isto é, à relação de proporcionalidade: “Propomos denominar *tema* o conjunto dos termos A e B para os quais se dirige a conclusão... e chamar *phora* o conjunto dos termos C e D que servem para fundamentar o raciocínio”, N. do T.]

porta notar justamente que a metáfora não é o “veículo”: ela é o todo constituído pelas duas metades. Este vocabulário é, sem dúvida, menos familiar que outro. Por que não dizer: a idéia original e a idéia emprestada? ou: o que é realmente pensado ou dito e aquilo a que o comparamos? ou ainda: o tema principal e aquilo a que ele se assemelha? ou melhor: a idéia e sua imagem? Mas, precisamente, a vantagem desse vocabulário esotérico está em desviar toda alusão a um sentido próprio, todo recurso a uma teoria não-contextual da idéia, melhor ainda, todo empréstimo à noção de imagem mental. (I. A. Richards tem aqui como adversários principais os retóricos ingleses do século XVIII. Contra estes ele opõe a perspicácia de Coleridge, do qual cita um texto admirável³¹.) Nada, em relação a isto, é mais ardiloso que a confusão entre figura de estilo e imagem, caso se entenda por imagem a cópia da percepção sensível. “Conteúdo” e “veículo” são neutros em relação a todas essas confusões. Mas, sobretudo, exclui-se que se possa falar do “conteúdo” fora da figura, ou tratar o “veículo” como um ornamento sobreposto: é a presença simultânea do “conteúdo” e do “veículo” e sua interação que dão origem à metáfora; desde então, o conteúdo não permanece imutável, como se o veículo fosse apenas uma vestimenta, um ornamento. Veremos o partido que Max Black irá tirar dessa afirmação.

O que acontece agora com o “domínio (*command*) da metáfora”, em uma retomada reflexiva do talento espontâneo em ação na metáfora? O grande perigo é o de pôr nossas teorias, “necessariamente simplificadoras e falsificadoras”, no lugar de nosso talento, em diversos sentidos prodigioso e inexplicável. Talvez toda renovação da retórica deva correr o risco deste equívoco que William James de-

31. Neste texto extraído do apêndice C do *Statesman's Manual*, Coleridge compara o crescimento do imaginário ao de um vegetal. Ou, mais exatamente, é meditando sobre as trocas entre a vida individual e a vida cósmica, pelas quais a parte se torna “o organismo visível” do todo, que ao mesmo tempo ele produz metaforicamente o sentido de todo símbolo. Um símbolo, com efeito, “while it enunciates the whole, abides itself as a living part of that unity of which it is the representative”, I. A. Richards, *op. cit.*, p. 109. Sobre a metáfora em Coleridge, cf. I. A. Richards, *Coleridge on Imagination*, London, Routledge and Kegan Paul, 1934, 1962.

nominou “o sofisma do psicólogo” (p. 116): “É muito provável que novas tentativas conduzam de novo ao artificial e ao arbitrário” (p. 118). (Esta advertência vale, talvez, para todas as tentativas que examinaremos no quinto estudo.)

Um primeiro problema crítico que uma retórica reflexiva não pode eludir refere-se ao tipo de distinção entre sentido literal e sentido metafórico. Viu-se que o par “conteúdo”-“veículo” ignora inteiramente essa distinção. Mas, caso não se parta dela, talvez se possa aí chegar. O único critério da metáfora, com efeito, é que a palavra fornece duas idéias ao mesmo tempo³², que ela comporta simultaneamente “conteúdo” e “veículo” em interação. Por contraste, esse critério pode servir para definir o sentido literal: se não se pode distinguir conteúdo e veículo, então a palavra pode ser tomada provisoriamente como literal. A distinção literal-metafórico não é, portanto, irrecuperável, mas ela já não resulta de uma característica própria das palavras, e sim da maneira pela qual funciona a interação, sobre a base do teorema do sentido contextual. Mas, então, a linguagem literal torna-se muito rara, com exceção da linguagem técnica das ciências.

A lucidez reflexiva aplicada ao talento metafórico consiste, em grande parte, em dar conta do fundamento da metáfora, de sua “razão”. Quer se trate de metáfora morta (o pé da cadeira) ou viva — a metáfora do escritor —, concorda-se em procurar a razão em um caráter comum. Porém este não repousa necessariamente sobre uma semelhança direta entre o “conteúdo” e o “veículo”, mas pode resultar de uma atitude comum. Um vasto leque de casos intermediários desdobra-se entre esses dois extremos.

Um novo problema crítico é oriundo do precedente: será a relação entre o “conteúdo” e o “veículo” necessariamente da ordem da comparação? Mas o que é uma comparação? Comparar talvez seja manter juntas duas coisas para deixá-las operar em conjunto;

32. I. A. Richards recorda-se das palavras de Johnson: é metáfora toda palavra que “gives us two ideas for one”, *op. cit.*, p. 116.

talvez seja também apreciar suas semelhanças ou, ainda, apreender certos aspectos de uma mediante a presença conjunta da outra. A semelhança sobre a qual a retórica moribunda construiu a definição de metáfora é apenas uma forma particular da aproximação pela qual descrevemos uma coisa nos termos da outra. O “veículo” tem diversas maneiras de controlar a modalidade de apreensão do “conteúdo”. Mas a tese que tomará exatamente o sentido oposto da definição estrita de metáfora pela semelhança para substituir, com André Breton, a comparação pela apresentação de duas idéias heteróclitas, “de uma maneira brusca e surpreendente”³³, tem somente o mérito de produzir uma imagem negativa da retórica clássica. Comparar, sustenta I. A. Richards, é sempre ligar, e “o espírito é um órgão que liga, ele não opera senão ligando, e ele é capaz de ligar duas coisas quaisquer segundo um número indefinidamente variável de maneiras diferentes” (p. 125). Como se vê, a “filosofia da retórica”, por hostil que seja às significações próprias, não combate pela desordem calculada. O arco pode ser estendido ao extremo, mas a flecha conserva um alcance; não há linguagem que não dê sentido ao que, antes de tudo, divida o espírito. Por vezes, exige-se um poema inteiro para que o espírito invente ou encontre um sentido, mas é sempre o espírito que liga.

Assim, a mesma teoria da tensão dá igual lugar à dessemelhança e à semelhança. A modificação que o *veículo* imprime ao *conteúdo* é, talvez, em maior medida obra de sua dessemelhança que de sua semelhança³⁴.

O último problema crítico diz respeito ao alcance *ontológico* da linguagem metafórica.

Faz-se uma primeira alusão a esse problema a propósito da habilidade espontânea; o teorema do sentido contextual permite, com efeito, entender por contexto as partes ausentes do discurso implicado no sentido das palavras, mas também as situações represen-

tadas por esses termos ausentes; eis por que não se pode hesitar em falar de uma apreensão metafórica da realidade: “Nosso mundo — diz Richards — é um projetado, todo impregnado de caracteres emprestados da nossa própria vida... as mudanças entre significações de palavras que estudamos nas metáforas verbais explícitas são sobrepostas a um mundo percebido, ele mesmo o produto de metáforas anteriores e espontâneas” (p. 109). Tudo isso está inscrito no teorema geral da significação. Mas a análise de I. A. Richards não é orientada para o problema das relações da metáfora e da realidade como o será a de Ph. Wheelwright que consideraremos no sétimo estudo; devemos, com efeito, adiar esse problema, por não se poder discernir, nesta fase de nossa investigação, entre sentido e referência.

Uma retórica reflexiva tampouco pode resolver o problema; ao menos pode esclarecê-lo ao abordá-lo pelo problema da crença. Mas devemos crer no que uma enunciação diz, para compreendê-la plenamente? Devemos aceitar como verdade o que dizem metaforicamente a Bíblia ou *A Divina Comédia*? Uma resposta crítica consistirá em discernir quatro modos possíveis de interpretação e também de crença, conforme o que esta pretenda: um enunciado baseado na abstração do “conteúdo”, ou um enunciado extraído de um único “veículo”, ou um enunciado que diz respeito a suas relações, ou conforme “possamos aceitar ou recusar a direção que juntos eles tenderiam a dar à nossa maneira de viver” (p. 135). Esta última possibilidade de compreender um enunciado metafórico parece justamente dobrar, mas de modo crítico, o movimento espontâneo evocado acima, de apreensão metafórica do mundo. É esse modo de compreensão que tomaremos como paradigma de uma concepção hermenêutica da metáfora³⁵. O “domínio da metáfora”, como sugere o próprio I. A. Richards, será então o “do mundo que forjaremos para nele viver” (*ibid.*). O autor não avança mais nesta direção; limita-se a evocar o caso da psicanálise, na qual a “transferência” — outra palavra, precisamente, para a metáfora — não se re-

33. A. Breton, *Les Vases communicants*, citado por I. A. Richards, *op. cit.*, p. 123.

34. A questão da semelhança é discutida adiante, no Estudo VI.

35. Estudo VII.

duz a um jogo entre as palavras, mas opera por entre as nossas maneiras de considerar, de amar e de agir; é, com efeito, na densidade das relações vitais que deciframos as novas situações em termos de figuras — por exemplo, a imagem parental —, as quais desempenham o papel de “veículo” em relação às novas situações consideradas como “conteúdo”. O processo de interpretação prossegue então no nível dos modos de existir. O exemplo da psicanálise, brevemente evocado, permite ao menos perceber o horizonte do problema retórico: se a metáfora consiste em falar de uma coisa nos termos de outra, não consistirá também em perceber, pensar ou sentir, a propósito de uma coisa, nos termos de outra?

3. Gramática lógica e semântica

O artigo de Max Black intitulado “Metaphor” e publicado em *Models and Metaphors*³⁶ tornou-se, no outro lado do Atlântico, um clássico sobre o assunto. Ele condensa de modo nuclear as teses essenciais de uma análise semântica da metáfora que se estabelece no nível do enunciado em seu todo, para dar conta de uma mudança de sentido que se concentra na palavra. Todavia, esse breve ensaio não eclipsa a obra de I. A. Richards, a despeito dos tateios deste último e de certa falta de tecnicidade nele. Foi a obra de Richards que abriu o caminho e, depois dela, Max Black e outros ocupam e organizam o terreno.

O propósito de Max Black parece, antes de tudo, divergir do anterior, sem nenhuma preocupação em restaurar a velha retórica que o anima, mas antes se propõe elaborar a “gramática lógica” da metáfora, entendendo por isso o conjunto de respostas convincentes às questões do seguinte gênero: o que é que se reconhece ser um exemplo de metáfora? Há critérios que permitem detectá-la? Deve-se ver nela um simples ornamento acrescido ao sentido puro

36. Max Black. *Models and Metaphors*, Ithaca, Cornell University Press, 1962, cap. III: “Metaphor”, cap. XIII: “Models and Archetypes”.

e simples? Quais relações há entre metáfora e comparação? Que efeito se procura ao empregar-se uma metáfora? Como se vê, a tarefa de clarificação que essas questões suscitam não difere muito do que I. A. Richards denomina retórica, visto que, para este último, adquirir o domínio da metáfora exige que se compreenda seu funcionamento e o da linguagem toda inteira. Entre domínio refletido e clarificação, o parentesco é grande. Além disso, os dois autores partilham a convicção de que seu trabalho de clarificação pressupõe, em um, a habilidade técnica no uso da metáfora, em outro, um acor-do espontâneo sobre uma lista preliminar de exemplos manifestos de metáfora. Do mesmo modo que não se pode começar a usar expressões bem formadas sem apoiar-se primeiro sobre a consciência de gramaticalidade dos locutores, é o uso espontâneo que guia os primeiros passos da gramática lógica. Esta recobre o mesmo terreno que a retórica refletida de Richards, à qual acrescenta detalhes de um grau mais alto de tecnicidade devido à competência do lógico e do epistemólogo.

Em três pontos ao menos o trabalho de clarificação de Max Black marca um progresso decisivo.

O primeiro concerne à própria estrutura do enunciado metafórico, que Richards exprime pela relação “conteúdo”-“veículo”. Antes de poder introduzir essa distinção e criticá-la, deve-se partir disto: é um enunciado inteiro que constitui a metáfora, mas a atenção concentra-se em uma palavra particular cuja presença justifica que se considere o enunciado metafórico. Esse balanço do sentido entre o enunciado e a palavra é a condição do traço principal, a saber, o contraste existente, no seio do enunciado, entre uma palavra tomada metaforicamente e outra que não o é: em “*The chairman plowed through the discussion*”, a palavra “*plowed*” é tomada metaforicamente, as outras não. Diremos, que a metáfora é uma frase, ou uma expressão do mesmo gênero, na qual certas palavras são empregadas metaforicamente e outras não. Esse traço fornece um critério que distingue a metáfora do provérbio, da alegoria, do enigma, nos quais todas as palavras são empregadas metaforicamente; pela mesma razão, o simbolismo do *Castelo* de Kafka não é um caso de metá-

fora. Esse detalhe, além de permitir circunscrever o fenômeno, permite corrigir a distinção entre *tenor* e *vehicle*, que tem o defeito de direcionar as “idéias” ou “pensamentos”, dos quais se diz serem “ativos conjuntamente”, e sobretudo comportar, em cada um, significações demasiadamente flutuantes (p. 47, nota 23). A definição acima permite isolar a palavra metafórica do resto da frase; fala-se então de fenômeno de *focus* para designar essa palavra e de *frame* para designar o resto da frase; essas expressões têm a vantagem de exprimir diretamente o fenômeno de focalização sobre uma palavra sem, contudo, retornar à ilusão de que as palavras têm em si mesmas um sentido. Com efeito, o emprego metafórico do “foco” resulta da relação entre “foco” e “quadro”. Isso Richards percebeu perfeitamente; a metáfora, dizia ele, procede da ação conjunta do *tenor* e do *vehicle*. O vocabulário mais preciso de Max Black permite observar de mais perto essa interação, que se dá entre o sentido indiviso do enunciado e o sentido focalizado da palavra.

Aqui intervém a segunda delimitação decisiva: a instauração de uma fronteira ampliada entre a teoria da interação, proveniente da análise anterior, e as teorias clássicas, que o autor reparte em dois grupos: uma concepção substitutiva e uma concepção comparatista da metáfora. Em relação a isso, Max Black conduziu a interpretação para uma alternativa clara, que fornecerá o ponto de partida de nossa própria interrogação no quarto e no quinto estudos. Mas é necessário antes de tudo passar pela alternativa instaurada por Max Black.

O que Max Black denomina teoria substitutiva corresponde exatamente ao modelo que elaboramos no início do segundo estudo, por servir de pedra de toque à concepção retórica clássica; Max Black concentra seu ataque no que denominamos o quinto postulado: no lugar de empregar tal expressão literal, o locutor a substitui pela escolha de uma expressão tomada em outro sentido que o habitual. A esse postulado Max Black vincula, como nós mesmos o fizemos, os outros dois postulados que concluem o modelo: se a metáfora é uma expressão que se substitui a uma expressão literal ausente, essas duas expressões são equivalentes; pode-se traduzir

a metáfora por meio de uma paráfrase exaustiva, e desde então a metáfora não contém nenhuma informação. E, se a metáfora nada ensina, sua justificação deve ser buscada alhures que não em sua função de conhecimento; ou então, como a catacrese, da qual não é senão uma espécie, ela preenche um vazio do vocabulário: mas então funciona como uma expressão literal e desaparece enquanto metáfora; ou então é um simples ornamento do discurso, que dá ao ouvinte o prazer da surpresa, do fingimento, ou da expressão carregada de imagens.

Max Black não se limita a opor uma teoria da interação a uma da substituição. Ele acrescenta a esta uma teoria da comparação, na qual vê um caso particular da anterior. Não é, contudo, desta maneira que ela é introduzida, mas a partir de uma reflexão geral sobre a noção de linguagem “figurativa”: toda figura implica um deslocamento, uma transformação, uma mudança de ordem semântica, que faz da expressão figurada uma função “no sentido algébrico” de uma expressão literal preliminar. Onde a questão: o que caracteriza a função transformadora posta em jogo pela metáfora? Resposta: a razão da metáfora é a analogia ou a semelhança (a primeira valendo entre as relações, a segunda entre as coisas ou as idéias). Recorde-se que I. A. Richards adotava um argumento desse gênero no quadro da retórica refletida. Mas para Max Black a teoria da comparação é apenas um caso particular da teoria da substituição: com efeito, explicitar a razão de uma analogia é produzir uma comparação literal, que é considerada equivalente ao enunciado metafórico e pode, portanto, ser-lhe substituída.

Pode-se, todavia, duvidar que a semelhança presente na metáfora seja simplesmente desdobrada (e, caso se possa dizer, literalizada) na comparação. Nosso estudo de Aristóteles mostrou a complexidade da relação entre metáfora e comparação; a idéia de que a metáfora é uma comparação condensada, abreviada, elíptica, não é evidente. Além disso, nada indica que a comparação restituída pela explicitação do termo de comparação (como, semelhante, assemelha-se a...) constitua um enunciado literal que se possa tratar como equiva-

lente ao enunciado metafórico que é substituído a este último. Em síntese, uma teoria em que a semelhança desempenhe um papel não é necessariamente uma teoria em que a comparação constitua a paráfrase da metáfora. Retornaremos a isso no sexto estudo.

Max Black dirige, aliás, à teoria da comparação uma série de objeções diretas, que não põem em jogo sua dependência em relação à teoria da substituição. E o faz bem, pois a teoria da comparação tem sua argumentação própria e apenas por suas conseqüências é vinculada à teoria anterior. Para dizer a verdade, Max Black não retoma a noção de linguagem figurativa, de figura, que recorda, contudo, uma discussão distinta (como o atestam as afirmações de Aristóteles sobre “pôr sob os olhos”, e as de Fontanier sobre o parentesco entre linguagem figurada e linguagem carregada de imagem). O ataque de Max Black concentra-se na explicação da figura metafórica pela semelhança ou analogia. A semelhança, declara ele, é uma noção vaga, se não vazia, pois, além de admitir graus e extremos indeterminados, resulta mais da apreciação subjetiva que da observação objetiva; enfim, nos casos em que pode ser legitimamente invocada, é mais esclarecedor dizer que é a metáfora que cria a semelhança, mesmo porque a metáfora não formula qualquer semelhança existente anteriormente. Retornaremos longamente essas objeções no sexto estudo. Digamos, provisoriamente, que não é um dado certo que a sorte da semelhança esteja ligada à da comparação formal, nem que esta constitua um caso de interpretação por substituição.

O mais grave é, sem dúvida, que, ao eliminar-se o primado da analogia ou da semelhança, elimina-se também a teoria topológica em seu todo, e a teoria das funções transformadoras que a constituem e da qual a analogia é uma espécie. Virando as costas a toda taxionomia, Max Black admite que todos os tipos de “fundamento” convêm à mudança de significação conforme o contexto e até a ausência de razão própria (p. 43): “Não há, em geral, nenhum ‘fundamento simples’ das mudanças necessárias de significação — nenhuma razão que explique por que certas metáforas funcionam e outras não” (p. 45). Esse argumento é declarado formalmente incompatível com a tese da comparação.

Retornaremos, a partir do quarto estudo, a legitimidade de uma oposição tão ampla entre a teoria da substituição e a da interação. Subjacente a essa oposição está a dicotomia entre semiótica e semântica. Nós a adotamos como hipótese de trabalho no presente estudo, mas será necessário questioná-la no momento oportuno. Ressaltemos antes o benefício dessa ampla oposição entre a teoria da interação e suas rivais: o ponto decisivo é que a metáfora de interação, sendo insubstituível, é também intraduzível “sem perda de conteúdo cognitivo” (p. 46); sendo intraduzível, é portadora de informação, logo ela ensina.

A terceira grande contribuição de Max Black concerne ao próprio funcionamento da interação. Como o “quadro” — o contexto — age sobre o termo focal para nele suscitar uma nova significação, irreduzível ao mesmo tempo ao uso literal e à paráfrase exaustiva? É esse o problema de I. A. Richards. Mas a solução de Richards ou se volta à teoria da comparação ao invocar um caráter comum, ou se apaga em confusões, ao falar de atividade simultânea de dois pensamentos. Richards indica, porém, a via ao sugerir que o leitor é levado a “ligar duas idéias”. Mas como?

Seja a metáfora: “o homem é um lobo”. O foco — lobo — opera não sobre a base de sua significação lexical corrente, mas em virtude do “sistema de lugares comuns associados” (p. 40), isto é, em virtude das opiniões e dos preconceitos em relação aos quais o locutor de uma comunidade lingüística se encontra envolvido, pelo único fato de que ele fala; este sistema de lugares comuns é acrescido aos usos literais da palavra que governam as regras sintáticas e semânticas, para formar um sistema de implicações próprio a uma evocação mais ou menos fácil e mais ou menos livre. Denominar um homem um lobo é evocar o sistema lupino de lugares comuns correspondentes. Por um efeito de filtro (p. 39) ou de tela (p. 41), “a metáfora — lobo — suprime certos detalhes e acentua outros; em síntese, organiza nossa visão de homem” (*ibid.*).

É por isso que a metáfora confere um *insight*. Organizar um tema principal por aplicação de um tema subsidiário constitui, com efeito,

uma operação intelectual irreduzível, que informa e esclarece como nenhuma paráfrase o poderia fazer. A aproximação entre modelo e metáfora — operada por Max Black em outro ensaio³⁷ — oferecerá aqui o comentário adequado. Ela revelaria de maneira decisiva a contribuição da metáfora para uma lógica da invenção. Nós seguiremos esta via no sétimo estudo, quando a função referencial terá sido nitidamente distinguida da função propriamente significativa da metáfora. Mas o presente estudo, não conhecendo senão elementos imanentes ao discurso — um tema principal e um tema subsidiário —, não pode fazer justiça ao poder de *redescrição* que se vincula ao modelo e, por tabela, à metáfora. Nos limites do presente estudo pode-se, todavia, falar do “conteúdo cognitivo da metáfora”, em contraste com a informação nula que a teoria da substituição lhe assinala.

Os méritos da teoria de Black são grandes. Não obstante, algumas questões permanecem sem resposta. Já expusemos algumas dúvidas relativas à eliminação da teoria da substituição e sobretudo da teoria da comparação. A explicação da interação pela evocação do sistema associado de lugares comuns requer algumas reservas especiais.

A maior dificuldade — aliás já percebida pelo autor (pp. 43-44) — é que recorrer a um sistema associado de lugares comuns é voltar-se a conotações já estabelecidas; a explicação, do mesmo modo, limita-se às metáforas triviais. É notável em relação a isso que o exemplo “o homem é um lobo” se substitua sub-repticiamente aos exemplos mais ricos da lista inicial. Ora, não é papel da poesia, e por vezes da prosa apoiada, estabelecer novas configurações de implicações? É necessário confessá-lo: “As metáforas podem ser apoiadas por sistemas de implicações especialmente construídos, assim como por lugares comuns já aceitos” (p. 43). A retificação é grande, e não está longe de arruinar a própria base da explicação. No resumo final em forma de teses, o autor declara: “As implicações associadas consistem primeiramente em lugares-comuns a propósito

de um tema subsidiário, mas nos casos convenientes podem consistir em implicações desviantes estabelecidas pelas necessidades da causa pelo escritor” (p. 44). O que acontece com as implicações inventadas instantâneas?

Reencontra-se a mesma questão por outro lado: o autor admite que o sistema de implicações não permanece imutável em consequência do enunciado metafórico: aplicar esse sistema é, ao mesmo tempo, contribuir para determiná-lo (o lobo parece mais humano no próprio momento em que, ao denominar o homem um lobo, põe-se o homem sob uma luz especial). Mas, então, a criação de sentido, própria ao que Fontanier denominava metáforas de invenção, é repartida por todo o enunciado metafórico, e a emergência do sentido metafórico permanece tão enigmática como antes.

A questão da emergência do sentido é posta mais diretamente ainda pelo que Max Black denomina *aplicação* do predicado metafórico; essa aplicação tem, com efeito, algo de insólito e, no sentido próprio da palavra, de paradoxal: se a metáfora elege, acentua, suprime, em síntese, organiza o tema principal, é que ela desloca para o tema principal caracteres que se aplicam normalmente ao tema subsidiário. Há aí um tipo de equívoco que Aristóteles mencionava ao dizer que se dá ao gênero o nome da espécie, à espécie o nome do gênero etc.; Turbayne, ver-se-á adiante³⁸, ressalta fortemente esse traço ao aproximá-lo do *category-mistake* de Gilbert Ryle. Ora, esse paradoxo, que diz respeito à própria noção de *epiphora*, é desfeito por uma teoria que insiste mais sobre as implicações do termo focal que sobre sua aplicação enquanto tal.

No que se refere ao estatuto epistemológico da presente descrição, pode-se perguntar se Max Black manteve sua promessa de escrever a “gramática lógica” da metáfora. O autor propôs um termo equivalente, o de “semântica”, que opõe, de uma parte, à “sintaxe” e, de outra, a um “estudo físico” relativo à língua: a mesma metáfora, traduzida em outra, é independente de sua configuração fonética

37. “Models and Archetypes”, cf. nota 36 acima.

38. Colin Murray Turbayne, *The Myth of Metaphor*; cf. adiante, Estudo VII.

ou de sua forma gramatical. Mas a análise seria pura semântica se somente as regras de nossa língua permitissem dizer se uma expressão-predicado vale como metáfora, independentemente, por um lado, das circunstâncias de enunciação e, por outro, dos pensamentos, dos atos, dos sentimentos e das intenções dos locutores. Ora, é raro, concorda o autor (p. 29), que o reconhecimento e a interpretação de uma metáfora autorizem essa dupla abstração. O que se denomina “o peso” ou “a insistência”, vinculado ao uso particular de uma expressão, depende amplamente da intenção de quem usa a expressão: até que ponto tal pensador ao falar de “formas lógicas” tem no espírito a analogia de um recipiente, de um contorno, e pretende insistir sobre esse parentesco? É necessário, portanto, confessar (p. 30) que a metáfora resulta tanto da “pragmática” como da “semântica”. Ora, essa questão de procedimento metodológico liga-se à nossa interrogação anterior sobre o estatuto do “sistema associado de lugares-comuns”. A explicação pelas implicações não-lexicais das palavras é muito difícil de qualificar de semântica. Dir-se-á, sem dúvida, que a explicação nada tem de psicológico, pois a implicação é ainda governada por regras “praticadas” pelos sujeitos falantes de uma comunidade lingüística; mas ressalte-se também que o “importante, relativamente à eficácia da metáfora, não é que os lugares-comuns sejam verdadeiros, mas que sejam suscetíveis de uma evocação fácil e livre” (p. 40). Ora, essa evocação de um sistema associado parece exatamente constituir uma atividade criadora da qual não se fala aqui em termos psicológicos.

De todos os lados, por consequência, a explicação em termos de “gramática lógica” ou de “semântica” margeia um enigma que lhe escapa: o da emergência de uma nova significação para além de toda regra já estabelecida.

4. Crítica literária e semântica

De qual disciplina é proveniente uma explicação da metáfora? Já examinamos duas respostas, a da retórica e a da gramática lógica.

Vejam agora, com Monroe Beardsley, na *Aesthetics*³⁹, a da crítica literária. Como ela se enraíza no solo comum da semântica da frase? Qual via distinta aí traça ela? Que benefício a teoria da metáfora extrai dessa mudança de eixo?

Dei prosseguimento à *Estética* de Beardsley não somente porque esse autor oferece uma explicação da metáfora que retoma as questões deixadas suspensas na análise de Max Black, mas porque a crítica literária em que sua explicação toma lugar funda-se em uma semântica próxima da que expus no início deste estudo.

Antes de constituir um nível de organização distinto, a obra literária é, com efeito, uma entidade lingüística homogênea à frase, isto é, à “menor unidade completa de discurso” (p. 115). É nesse nível que devem ser elaborados os principais conceitos técnicos aos quais terá recorrido a crítica, e sobre esses conceitos se edificará uma definição puramente semântica da literatura.

Esses conceitos técnicos visam delimitar o fenômeno da significação, nas frases e nas palavras, tal qual a literatura os faz aparecer. Por isso, o autor toma distância de toda definição emocionalista da literatura. A distinção recebida do positivismo lógico entre linguagem cognitiva e linguagem emocional é substituída por ele pela distinção, interna à significação, entre significação primária e significação secundária: a primeira é o que a frase “afirma explicitamente” (*state*), a segunda é o que a frase “sugere”. Tal distinção não coincide com a de Austin entre constativo e performativo, pois uma proposição declarativa pode estabelecer uma coisa e sugerir outra que, como a primeira, pode ser verdadeira ou falsa. Seja o exemplo de Frege: “Napoleão, que reconheceu o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga”⁴⁰. A frase complexa “afirma” que Napoleão percebeu... e dispôs..., mas ela “sugere” que a manobra se produziu *depois* do reconhecimento do perigo e *por causa* desse reconhecimento, em suma, que

39. Monroe Beardsley, *Aesthetics*, New York/Harcourt, Brace and World, 1958.

40. “Sobre o sentido e a referência”, in *Lógica e filosofia da linguagem*, p. 80.

esta foi a razão pela qual Napoleão decidiu a manobra. A sugestão pode revelar-se falsa: caso se descubra, por exemplo, que a ordem das coisas não foi essa. O que uma frase “sugere” é o que podemos inferir que o locutor acredita, para além do que afirma; o próprio de uma sugestão é poder ocultar. Pode-se denominá-la significação secundária, porque não é sentida como tão central ou fundamental quanto a primária, mas ela faz parte da significação. Diríamos ainda que ela é implícita e não explícita. Toda frase, em graus diversos, comporta assim uma significação implícita, sugerida, secundária.

Façamos a transposição da frase à palavra; a palavra tem uma significação em estado isolado, mas continua a ser uma parte da frase que só se pode definir e compreender em relação à frase real ou possível (p. 115). A significação explícita de uma palavra é sua designação; a implícita, sua conotação. Na linguagem ordinária, jamais se efetua em um contexto particular a “gama completa de conotações”, mas uma parte escolhida dessa gama: a “conotação contextual” da palavra (p. 125). Em certos contextos, as outras palavras eliminam as conotações não desejáveis de dada palavra; é o caso da linguagem técnica e científica em que tudo está explícito. “Em outros contextos, as conotações são liberadas: são principalmente aqueles nos quais a linguagem se torna figura, e mais particularmente metafórica” (*ibid.*); pode-se dizer de tal discurso que ele comporta simultaneamente um nível primário e um nível secundário de significação, que ele tem um sentido múltiplo: jogos de palavras, subentendidos, metáforas, ironia são casos particulares desta polissemia. É necessário, notemos, dizer: sentido múltiplo em vez de ambigüidade, pois há propriamente ambigüidade se, das duas significações possíveis, apenas uma única é requisitada, e se o contexto não fornece razão para decidir entre elas. A literatura, precisamente, nos põe na presença de um discurso em que várias coisas são significadas ao mesmo tempo, sem que o leitor seja chamado a escolher entre elas. Uma definição semântica da literatura, isto é, uma definição em termos de significação, pode, assim, ser deduzida da proporção de significações secundárias implícitas ou

sugeridas que um discurso comporta; seja ela ficção, ensaio ou poema, “uma obra literária é um discurso que comporta uma parte importante de significações implícitas” (p. 126).

Mas a obra literária não é somente uma entidade lingüística homogênea à frase e que difere dela apenas pela extensão: é uma totalidade organizada em um nível próprio, tal qual se pode distinguir entre várias classes de obras, entre poemas, ensaios, ficções em prosa (admite-se aqui que são estas principalmente as classes entre as quais todas as obras literárias se distribuem)⁴¹. Eis por que a obra põe um problema específico de reconstrução, que Beardsley denomina “explicação”; antes, porém, de entrar na metodologia da explicação, um detalhamento capital, concernente à noção de significação, pode ser introduzido: à diferença da distinção precedente entre o implícito e o explícito, ela somente é discernível no plano da obra como um todo, que ainda tenha seu fundamento na semântica da frase. Mas é a obra enquanto tal que revela, depois de tudo, essa propriedade do discurso. A significação de uma obra pode ser entendida em dois sentidos diferentes. Pode-se, primeiramente, entender por isso o “*mundo da obra*”: o que narra, qual caráter mostra, quais sentimentos exhibe, o que projeta? Essas questões são as que vêm espontaneamente ao espírito do leitor, e concernem ao que denominarei, no sétimo estudo, *referência*, no sentido do alcance ontológico de uma obra; a significação, nesse sentido, é a projeção de um mundo possível habitável. É o que Aristóteles tem em vista quando vincula o *mythos* da tragédia à *mimesis* das ações humanas⁴². Ora, a questão que ocupa a crítica literária quando ela pergunta o que é uma obra não diz respeito senão à configuração verbal (*verbal design*) ou ao discurso enquanto cadeia (*string*) inteligível de palavras (p. 115). O fato decisivo é que essa distinção procede da suspensão e do adiamento da precedente (a qual, em Beardsley, é reenviada ao livro V § 15 de sua *Estética*). Para permanecer na linguagem de

41. “Todas as obras literárias são arroladas sob estas três classes: poema, ensaio, ficção em prosa” (p. 126).

42. Cf. Estudo I, § 5.

Aristóteles, a crítica gera esta segunda acepção da significação ao dissociar o *mythos* da *mimesis*, e ao reduzir a *poiesis* à construção do *mythos*. Esse desdobramento da noção de significação é obra da crítica literária, todavia sua possibilidade repousa em uma constituição do discurso que tem em fundamento na semântica da frase exposta no início deste capítulo. Com Benveniste, admitimos que a intenção do discurso, à diferença do significado no plano semiótico, referia-se às coisas, ao mundo; mas afirmamos igualmente, na trilha de Frege, que para todo enunciado é possível distinguir seu sentido puramente imanente de sua referência, isto é, de seu movimento de transcendência para um fora extralinguístico. No uso espontâneo do discurso, a compreensão não se detém no sentido, mas ultrapassa o sentido em direção à referência. É o argumento principal de Frege em seu artigo "Sobre o sentido e a referência": ao compreender o sentido, orientamo-nos para a referência. A crítica literária, em contrapartida, suspende esse movimento espontâneo, detém-se no sentido e apenas retoma o problema da referência à luz da explicação do sentido: "Na medida em que [o mundo da obra] existe como o que é tencionado ou projetado pelas palavras, as palavras são as coisas que é necessário considerar como as primeiras" (p. 115). Esta declaração exprime justamente o propósito da crítica literária. Uma definição puramente semântica da obra literária procede, assim, da decomposição do sentido e da referência, e da reversão de prioridade entre esses dois planos de significação. É uma questão de saber se essa decomposição e essa reversão não estão inscritas na natureza da obra enquanto literária, e se a crítica não obedece aqui a uma injunção da literatura como tal. Retornaremos a esta questão no sétimo estudo. Mas, qualquer que seja a resposta a ela, e tão longe quanto se possa ir na negação da referência, ao menos para certas formas de obra literária, jamais se deve perder de vista que a questão do sentido sobressai sobre a da referência, e que o tipo de inteligibilidade puramente verbal que se pode atribuir à metáfora nos limites dessa abstração procede da supressão e, talvez, do esquecimento de outra questão, que concerne não mais à estrutura, mas à referência: o poder da metáfora de projetar e de revelar um mundo.

Beardsley, por sua parte, não comete esse esquecimento: "A coisa essencial que faz o criador literário é inventar ou descobrir um objeto — quer seja um objeto material, uma pessoa, quer um pensamento, um estado de coisa, um acontecimento — em torno do qual reúne um conjunto de relações que se pode perceber juntas graças à sua interação nesse objeto" (p. 128). Assim, o criador põe em prática apenas um discurso multívoco porque investiu os objetos aos quais se refere de características desdobradas pelas significações secundárias de seu discurso. É por um movimento segundo que a crítica retorna desses objetos investidos ao fenômeno puramente verbal de significação múltipla.

Tal é o benefício de uma aproximação pela crítica literária de preferência à gramática lógica: ao impor o nível de consideração da obra, a crítica literária faz surgir um conflito, não-discernível no nível da simples frase, entre dois modos de compreensão: o primeiro (que se torna o último) relativo ao mundo da obra, o segundo (que se torna o primeiro) relativo à obra enquanto discurso, isto é, configuração de palavras. A diferença de propósitos com a retórica de I. A. Richards é mais fugaz, talvez seja mesmo puramente formal, a retórica definindo-se em relação aos procedimentos do discurso (portanto às transposições de sentido, e entre estes aos tropos da antiga retórica), a crítica literária definindo-se em relação às obras (poemas, ensaios, ficções em prosa).

É no interior do campo assim delimitado que se apresenta a questão de uma definição puramente semântica da literatura e, com ela, da metáfora.

Mas por que propor o problema da metáfora, se o propósito não é de retórica? E por que propô-lo se o nível de consideração próprio à crítica literária é a obra literária tomada como um todo: poema, ensaio, ficção em prosa? A maneira de alguma forma oblíqua pela qual Beardsley introduz o problema é, por si mesma, muito interessante. A explicação da metáfora é destinada a servir de banco de ensaios (*test case*) (p. 134) para um problema mais vasto, o da explicação aplicada à própria obra tomada como um todo. Dito de outro

modo, a metáfora é tomada como um *poema em miniatura*, e propõe-se como hipótese de trabalho que, caso se possa dar conta de modo satisfatório do que está implicado nesses núcleos de significação poética, deve ser possível igualmente estender a mesma explicação a entidades mais vastas, tais quais o poema inteiro. Mas circunscrevamos primeiramente a jogada. A própria escolha da palavra *explicação* marca o firme desígnio de combater o relativismo em crítica literária. Esta encontra, com efeito, na teoria da significação sólidos apoios. Se é verdade que “discernir uma significação em um poema é explicá-lo” (p. 129), e se é verdade que a significação do poema apresenta uma espessura, uma reserva inexaurível, o próprio propósito de declarar a significação de um poema parece condenado de antemão. Como falar em verdade da explicação se todas as significações são contextuais? E como haveria aí um método para identificar uma significação que apenas tem existência no instante, uma significação que bem se pode denominar “significação emergente” (p. 131)? Mesmo supondo-se que se possa considerar que o “leque potencial de conotações” constitui uma parte objetiva das significações verbais, porque elas estariam enraizadas na maneira de aparecer das coisas na experiência humana, permaneceria ainda a dificuldade maior de decidir qual dessas conotações é efetuada em dado poema. Na impossibilidade de poder apelar à intenção do escritor, não é finalmente a preferência do leitor que toma a decisão?

É, portanto, para resolver um problema semelhante ao de E. D. Hirsch em sua obra *Validity in Interpretation*⁴³ que Beardsley recorre à metáfora como a um modelo reduzido da formidável dificuldade articulada pela crítica relativista. Como “elaborar uma lógica não-relativista da explicação” (p. 134)? Mais precisamente: como sabemos quais significações potenciais devem ser atribuídas a um poema, e quais devem ser excluídas?

Não nos demoraremos nos aspectos polêmicos de sua teoria da metáfora: os adversários de Beardsley são quase os mesmos de

43. E. D. Hirsch, *Validity in Interpretation*, New Haven/London, Yale University Press 1967, 1969. Cf. em particular os capítulos IV e V.

Max Black. A redução da metáfora à comparação é combatida com o mesmo vigor e é assimilada a uma teoria “literalista”; com efeito, desde que conhecemos a razão da comparação, o enigma da metáfora é dissipado e todo problema de explicação se esvanece⁴⁴.

A contribuição positiva de Beardsley (pp. 138-147) difere sensivelmente da de Max Black pelo papel decisivo que é atribuído ao absurdo lógico, no nível da significação primária, enquanto meio de liberar a significação secundária. A metáfora não é senão uma das táticas que resultam de uma estratégia geral: sugerir alguma outra coisa do que aquilo que é afirmado. A ironia é outra tática: você sugere o contrário do que diz retirando sua afirmação no próprio momento em que é feita. Em todas as táticas que resultam dessa estratégia, o problema consiste em fornecer índices que orientem para o segundo nível de significação: “Em poesia, a tática principal para obter esse resultado é a do absurdo lógico” (p. 138).

O ponto de partida é, portanto, idêntico em Richards, Max Black e Beardsley: a metáfora é um caso de “atribuição”, e ela requer um “tema” e um “modificador”; reconhece-se aí um par análogo ao outro: “conteúdo”-“veículo” ou “foco”-“quadro”. O que é novo é o acento posto sobre a noção de “atribuição logicamente vazia” e — entre todas as formas possíveis de tal atribuição — sobre a in-

44. Em “The Metaphorical Twist”, publicado em março de 1962 in *Philosophy and Phenomenological Research*, Beardsley acrescenta à sua crítica anterior da teoria comparatista da metáfora um importante argumento. A comparação, segundo ele, se faz entre os objetos, enquanto a oposição se faz entre as palavras. A torção e o desvio são impostos por tensões no interior do próprio discurso. Uma teoria da oposição verbal distingue-se de uma teoria da comparação objetiva como a ordem das palavras se distingue da ordem das coisas. As conotações às quais recorre uma teoria puramente semântica estão menos sob o império dos objetos que sob o das crenças comuns relativas a esses objetos. Outro argumento: a busca de um motivo de comparação conduz quase inevitavelmente à psicologia da imaginação, sendo necessário, com efeito, interpolar não somente o termo de comparação, mas a significação introduzida por ela. A explicação, ao inventar um termo ausente, entrega-se à produção idiossincrática de imagens tanto do leitor como do poeta. Último argumento: invocar uma comparação é também perguntar se ela é apropriada ou demasiado distante. Como a teoria da “controversão” o prova abundantemente, praticamente não há limites para a conveniência de um atributo metafórico a dado sujeito.

compatibilidade, isto é, sobre a atribuição autocontraditória, a atribuição que se destrói a si mesma. Aliás, as incompatibilidades, com efeito, devem ser dispostas entre as atribuições logicamente vazias, as redundâncias — isto é, as atribuições auto-implicativas nas expressões mais curtas que a frase (um bípede de duas patas) — e as tautologias — isto é, as atribuições auto-implicativas em uma frase (os bípedes são seres de duas patas). No caso da incompatibilidade, o “modificador” designa por suas significações primárias as características incompatíveis com as que são igualmente designadas pelo “tema” no nível de suas significações primárias. A incompatibilidade é um conflito entre designações no nível primário da significação, que induz o leitor a extrair do leque inteiro de conotações as significações secundárias suscetíveis de fazer de um enunciado que se destrói a si mesmo uma “atribuição autocontraditória significante”. O oxímoro é o tipo mais simples de autocontradição significante: viver uma morte vivente. No que se denomina comumente metáfora, a contradição é mais indireta: chamar “metafísicas”, com o poeta, as ruas é convidar a extrair do atributo “metafísicas” toda conotação aplicável a despeito do caráter manifestamente físico da rua. Diremos que, “quando uma atribuição é indiretamente autocontraditória e o modificador comporta conotações suscetíveis de ser atribuídas ao tema, a atribuição é uma atribuição metafórica, uma metáfora” (p. 141). O oxímoro é apenas um caso extremo de contradição direta e, na maior parte dos casos, diz respeito às pressuposições solidárias de designações usuais.

O ponto importante a ser ressaltado para a discussão posterior concerne ao que eu denominaria o trabalho do sentido: é, com efeito, o leitor que *elabora* (*work out*) as conotações do modificador suscetíveis de fazer sentido. Em relação a isso, é um traço significativo da linguagem viva poder levar sempre mais longe a fronteira do não-sentido. Talvez não existam palavras tão incompatíveis que um poeta não possa lançar uma ponte entre elas; o poder de criar novas significações contextuais parece ser ilimitado, e tais atribuições aparentemente “insensatas” (*non-sensical*) podem fazer senti-

do em algum contexto inesperado. O homem que fala jamais esgotará os recursos conotativos de suas palavras⁴⁵.

Compreende-se agora em qual sentido “a explicação de uma metáfora oferece um modelo para toda explicação” (p. 144). Toda uma lógica da explicação é posta em jogo no trabalho de construção do sentido. Dois princípios regulam essa lógica, que é agora possível transpor da miniatura à obra inteira, da metáfora ao poema. O primeiro é um princípio de conveniência ou de congruência: trata-se de “decidir qual, entre as conotações do modificador, convém (*can fit*) ao tema” (*ibid.*).

Este primeiro princípio é de preferência um princípio de *seleção*, pois, na leitura de uma frase poética, reduzimos progressivamente a amplitude do leque de conotações, até o ponto de reter apenas as de significações secundárias suscetíveis de sobreviver no contexto total. O segundo princípio corrige o primeiro, pois é um princípio de *plenitude*: todas as conotações que podem “ajustar-se” ao restante do contexto devem ser atribuídas ao poema: este “significa tudo o que pode significar” (*ibid.*), e este princípio corrige o anterior no sentido em que a leitura poética, à diferença da leitura de um discurso técnico ou científico, não é posta sob a regra de se escolher entre duas significações igualmente admissíveis no contexto. O que seria ambigüidade em outro discurso denomina-se aqui precisamente plenitude.

Esses dois princípios bastam para exorcizar o fantasma do relativismo? Caso se compare a leitura à execução de uma partitura musical, pode-se dizer que a lógica da explicação ensina a conferir

45. Em “The Metaphorical Twist”, dirigido tanto contra o psicologismo como contra o realismo, Beardsley ressalta com força que “a oposição que torna uma expressão metafórica opera no interior da própria estrutura de significação” (p. 299). A oposição lógica que leva o leitor a passar das significações centrais às marginais pode ser definida independentemente de toda intenção, e a distinção de dois níveis — primário e secundário — de significação, tanto quanto a oposição lógica em um mesmo nível — o da atribuição — são fatos semânticos e não psicológicos. O deslize da designação à conotação pode ser inteiramente descrito com os recursos de uma análise semântica da frase e da palavra.

ao poema uma execução *correta*, ainda que toda execução seja *singular e individual*. Caso não se perca de vista que o princípio de plenitude completa o princípio de congruência e que a complexidade corrige a coerência, admitir-se-á que o princípio de economia que preside essa lógica não se limita a excluir as impossibilidades, ele convida também a “maximizar” o sentido, isto é, a extrair do poema tanta significação quanto possível, e a única coisa que essa lógica deve fazer é manter uma distinção entre extrair o sentido do poema e introduzi-lo aí à força.

A teoria de Beardsley resolve parcialmente algumas das dificuldades deixadas suspensas por Max Black. Ao conferir ao absurdo lógico um papel tão decisivo, Beardsley acentua o caráter de invenção e de inovação do enunciado metafórico. A vantagem é dupla: de um lado, a velha oposição entre sentido figurado e sentido próprio recebe uma base inteiramente nova. Pode-se denominar sentido próprio o sentido do enunciado que apenas recorre às significações lexicais registradas de uma palavra, as que constituem sua designação. O sentido figurado não é um sentido desviado das palavras, mas o sentido de um enunciado inteiro que resulta da atribuição ao tema privilegiado de valores conotativos do modificador. Portanto, caso se continue a falar em sentido figurado das palavras, trata-se apenas de significações inteiramente contextuais, de uma “significação emergente” que existe somente aqui e agora. De outro lado, a colisão semântica confere à atribuição metafórica não somente um caráter singular, mas um caráter construído; não há metáfora no dicionário, ela não existe senão no discurso; neste sentido, a atribuição metafórica revela melhor que qualquer outro emprego da linguagem o que é uma palavra viva, que constitui por excelência uma “instância de discurso”. Desta maneira, a teoria de Beardsley aplica-se diretamente à metáfora de invenção.

A revisão da teoria da controversão, proposta em *The Metaphorical Twist*, visa precisamente acentuar o caráter construído do sentido metafórico, e a noção de “gama potencial de conotações” suscita as mesmas reservas que a noção de “sistema associado de lugares-comuns” em Max Black. Acaso não são as metáforas de invenção as que contribuem para este tesouro de lugares-comuns,

para esta gama de conotações? Não basta dizer que em dado momento da história da palavra todas as suas propriedades talvez ainda não tenham sido utilizadas e que há conotações não reconhecidas das palavras; é necessário dizer que talvez haja “despontando na natureza coisas que buscam sua atualização, conotações que esperam ser capturadas pela palavra... tanto quanto partes de sua significação em algum contexto futuro” (p. 300). Caso se queira de fato traçar uma linha no interior do domínio metafórico entre a classe de metáforas usuais e a classe de metáforas novas, é necessário dizer que, a primeira vez que uma metáfora é construída, o modificador recebe uma conotação que não tinha até esse momento. Da mesma maneira, Max Black era levado a falar de “sistemas construídos pela necessidade de causa” e a admitir que, pela atribuição metafórica, o tema subsidiário é tão modificado quanto o tema principal em sua aplicação a este. Para dar conta desse choque no retorno do uso da metáfora sobre a própria ordem de conotações, Beardsley chega a dizer que “a metáfora transforma uma propriedade (real ou atribuída) em um sentido” (p. 302). Em outras palavras, a metáfora não se limitaria a atualizar uma conotação potencial, mas a “estabeleceria enquanto membro da gama de conotações” (*ibid.*).

A correção é importante: prometeu-se, ao contrário da teoria da comparação objetiva, não recorrer senão aos recursos da própria linguagem, e eis que se fala de “propriedades” que demandam ser designadas, de “propriedades” que recebem, pela própria atribuição metafórica, um novo estatuto como um momento da significação verbal. Quando um poeta escreve, pela primeira vez, que “*virginity is a life of angels, the enamel of the soul*”⁴⁶, alguma coisa acontece na linguagem. As propriedades do esmalte que não tinham, até então, sido plenamente estabelecidas como conotações reconhecidas da palavra, acedem à linguagem: “Assim, a metáfora não se limita a conduzir ao primeiro plano da significação conotações latentes, mas põe em jogo propriedades que não eram até então significadas”

46. Jeremy Taylor, *Of Holy Living*, London, 1847 (citado in M. Beardsley, “The Metaphorical Twist”, p. 302, nota 20).

(p. 303). Portanto, reconhece o autor, a teoria da comparação objetiva tem algum papel para desempenhar; ela estabelece a “elegibilidade de certas propriedades de tornar-se uma parte da intenção [da palavra]: o que até então não era senão uma propriedade é erigido, ao menos temporariamente, em *significação*” (*ibid.*).

A teoria da metáfora de Beardsley conduz um pouco mais adiante na investigação da metáfora nova, mas, por sua vez, se embaraça na questão de saber de onde vêm as significações segundas na atribuição metafórica. Talvez a própria questão — de onde a tiramos?... — seja viciosa; a gama potencial de conotações não diz mais sobre isso que o sistema de lugares-comuns associados; evidentemente ampliamos a noção de significação nela incluindo as significações secundárias, enquanto conotações, no interior do perímetro da significação inteira, mas não cessamos de tornar a ligar o processo criador da metáfora a um aspecto não-criador da linguagem. Bastará acrescentar a essa gama potencial de conotações, como o faz Beardsley na “teoria revista da controversão”, a gama de propriedades que ainda não pertencem à gama de conotação de nossa linguagem? À primeira vista, essa adição melhora a teoria, mas falar de propriedades de coisas ou de objetos que ainda não foram significados é admitir que a nova significação emergente não é extraída de nenhuma parte, ao menos na linguagem (a propriedade é uma implicação de coisas e não uma implicação de palavras). Dizer que uma nova metáfora não é extraída de nada é reconhecê-la pelo que ela é, a saber, uma criação momentânea da linguagem, uma *invocação semântica* que não tem estatuto na linguagem enquanto já estabelecida, nem como designação, nem como conotação.

Esta palavra é difícil de entender: poder-se-ia perguntar, com efeito, como podemos falar de *inovação semântica* ou de *acontecimento semântico*, como de uma significação semântica suscetível de ser identificada e reidentificada. Não era este justamente o primeiro critério do discurso, segundo o modelo exposto no início deste estudo? Uma única resposta é possível: é necessário tomar o

ponto de vista do ouvinte ou do leitor e tratar a novidade de uma significação emergente como obra instantânea do leitor. Caso não tomemos este caminho, não nos desembaraçaremos realmente da teoria da substituição; no lugar de substituir à expressão metafórica, com a retórica clássica, uma significação literal, restituída pela paráfrase, a substituímos, com Max Black e Beardsley, pelo sistema de conotações e de lugares-comuns; prefiro dizer que o essencial da atribuição metafórica consiste na construção da rede de interações que faz de tal contexto um contexto atual e único. A metáfora é, então, um acontecimento semântico que se produz no ponto de intersecção entre vários campos semânticos. Esta construção é o meio pelo qual todas as palavras tomadas conjuntamente recebem sentido. Então, e somente então, a *torção* metafórica é simultaneamente um acontecimento e uma significação, um acontecimento significante, uma significação emergente criada pela linguagem.

Somente uma teoria propriamente semântica que impulsione até o fim as análises de Richards, Max Black e Beardsley satisfaz as principais características que reconhecemos no discurso no início deste estudo. Voltemos ainda uma vez ao primeiro par contrastado: o acontecimento e o sentido. No enunciado metafórico (não falaremos mais da metáfora como palavra, mas da metáfora como frase), a ação contextual cria uma nova significação que tem justamente o estatuto de acontecimento, na medida em que existe somente nesse contexto. Mas, ao mesmo tempo, pode-se identificá-la como a mesma, na medida em que sua construção pode ser repetida; assim, a inovação de uma significação emergente pode ser considerada uma criação lingüística. Caso seja adotada por uma parte influente da comunidade lingüística, ela pode tornar-se, por sua vez, uma significação usual e reunir-se à polissemia das entidades lexicais, contribuindo assim para a história da linguagem como língua, código ou sistema. Mas, neste último estágio, quando o efeito de sentido que denominamos metáfora se reúne à mudança de sentido que aumenta a polissemia, a metáfora já não é metáfora viva, mas metáfora morta. Somente as metáforas autênticas, isto é, as vivas, são a um só tempo acontecimento e sentido.

A ação contextual requer da mesma maneira nossa segunda polaridade: entre identificação singular e predicação geral, pois uma metáfora se diz de um tema principal e, enquanto modificador desse tema, ela opera como um tipo de atribuição. Todas as teorias às quais acima fiz referência repousam sobre essa estrutura predicativa, quer elas oponham o “veículo” ao “conteúdo”, o “quadro” ao “foco”, ou o “modificador” ao “tema principal”.

Que a metáfora requer a polaridade entre sentido e referência, principiamos a dizê-lo ao apresentar a teoria de Monroe Beardsley, e não nos limitamos deliberadamente a uma teoria do sentido na qual a questão da referência é posta entre parênteses. Mas essa abstração é somente provisória. Que necessidade teríamos de uma linguagem que satisfizesse os dois princípios de congruência e plenitude, se a metáfora não nos permitisse descrever, fixar e preservar as sutilezas da experiência e da mudança, quando as palavras, em sua designação lexical corrente, não conseguem dizer que

The weight of primary noon
The A. B. C. of being
The ruddy temper, the hammer
Of red and blue...

segundo a magnífica expressão de Wallace Stevens no poema *The Motive for Metaphor*?⁴⁷

Mas a questão da referência do discurso poético nos conduzirá da semântica à hermenêutica, o que será o tema do sétimo estudo. Não estamos livres do duelo entre a retórica e a semântica.

47. Wallace Stevens, *Collected Poemes*, New York, Knopf, 1955, p. 286.

Estudo IV

A metáfora e a semântica da palavra

Para Émile Benveniste

O OBJETIVO DO PRESENTE ESTUDO É DUPLO: por um lado, estabelecer a base teórica e empírica sobre a qual sobressai o grupo de trabalhos que o estudo seguinte ordenará sob o título de “A nova retórica”. Por outro, pôr em relevo e, eventualmente, em reserva, certos conceitos e descrições da semântica da palavra que não se mostram inteiramente nos trabalhos posteriores de caráter mais deliberadamente formalista, mas que, em con-trapartida, se deixam coordenar com os conceitos e as descrições da semântica da frase expostas no terceiro estudo mais facilmente do que o fará o aparelho conceitual da “nova retórica”. Este segundo desígnio será separado pouco a pouco e apenas aparecerá claramente no último parágrafo, no qual se dedicará a operar efetivamente a articulação entre a semântica da palavra e a da frase.

1. Monismo do signo e primado da palavra

O que motivou esse olhar retrospectivo sobre mais de um século de história da semântica foi o espanto que se apodera do leitor quando compara os trabalhos mais recentes sobre a metáfora, procedentes da semântica dos linguistas — sobretudo os de língua francesa que serão expostos no quinto estudo —, com os trabalhos

em língua inglesa principalmente, expostos no estudo precedente. O leitor descobre, nos primeiros, análises de grande tecnicidade e, neste sentido, uma grande novidade, mas cuja hipótese de base é a mesma da retórica clássica, a saber, que a metáfora é uma figura em uma única palavra. Eis por que a ciência dos desvios e das reduções de desvios não produziu, ao olhar da tradição retórica, nenhuma ruptura comparável à que produziu a teoria da metáfora exposta acima. Ela eleva a um grau mais alto de cientificidade a teoria da metáfora-substituição e, sobretudo, dedica-se a enquadrá-la em uma ciência geral dos desvios e das reduções de desvios. Mas a metáfora permanece aí o que já era: um tropo em uma única palavra, e a substituição que a caracteriza torna-se somente um caso particular de um conceito mais geral, o de desvio e o de redução de desvio.

A permanência da tese da metáfora-palavra e a fidelidade da neo-retórica à teoria da substituição causam menos espanto quando se considera a diferença de contextos históricos. A análise dos anglo-saxões deve infinitamente menos à lingüística dos lingüistas, que muitas vezes é altivamente ignorada, do que à lógica e mais precisamente à lógica proposicional, a qual impõe de improviso o nível de consideração da frase e convida espontaneamente a tratar a metáfora no quadro da predicação. A neo-retórica, ao contrário, edifica-se sobre as bases de uma lingüística que, de vários modos, levou a reforçar a ligação entre metáfora e palavra e, como seu corolário, a consolidar a tese da substituição.

Em primeiro lugar, a nova retórica é a herdeira de uma concepção de linguagem que se reforçou pouco a pouco no curso de meio século, sob a influência principalmente do *Curso de lingüística geral*¹ de F. Saussure, segundo o qual as unidades características dos diversos níveis de organização da linguagem são homogêneas e resultam de uma única ciência, a ciência dos signos ou semiótica. Essa orientação fundamental na direção de um monismo semiótico

1. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, São Paulo, Editora Cultrix, 10ª ed., s. d.

é a razão mais decisiva da divergência na explicação da metáfora. Já se viu que as mais importantes análises da metáfora da escola anglo-saxã apresentavam um grande parentesco com uma teoria da linguagem como a de Émile Benveniste, para quem a linguagem repousa sobre dois tipos de unidades, as unidades de discurso ou frases e as de língua ou signos. É essa dualidade no nível dos postulados de base que se reflete no divórcio no nível da teoria da metáfora. O exame da retórica antiga e clássica já havia mostrado a ligação entre a teoria da metáfora-substituição e uma concepção de linguagem em que a palavra era a unidade de base; só que esse primado da palavra não era fundado sobre uma ciência explícita dos signos, mas sobre a correlação entre a palavra e a idéia. A semântica moderna, a partir de F. Saussure, é capaz de dar um novo fundamento à mesma descrição dos tropos, pois dispõe de um novo conceito de entidade lingüística de base, o signo. A publicação por Godel dos manuscritos do *Curso de lingüística geral* atesta que essa foi justamente a preocupação dominante do mestre da semântica moderna: identificar, definir, delimitar a unidade lingüística de saber, ou seja, o signo².

O monismo semiótico tinha ainda em Saussure seus limites e compensações.

É desse modo que a oposição no plano da metáfora entre uma teoria da substituição e uma da interação reflete oposição mais fundamental no plano dos postulados de base da lingüística entre um monismo semiótico ao qual se subordina a semântica da palavra e da frase, e um dualismo do semiótico e do semântico, no qual a semântica da frase constitui-se sobre princípios distintos de todas as operações sobre os signos.

A esta orientação geral, que apenas se tornou mais precisa e mais exclusiva na fase mais recente do desenvolvimento da lingüística estrutural, acrescenta-se uma segunda motivação que, à diferença da anterior, dispõe de toda sua força desde as origens da história

2. Robert Godel, *Les Sources manuscrites du Cours de linguistique générale de Ferdinand de Saussure*, Genève/Paris, Droz/Minard, 1957, pp. 189ss.

da semântica. Desde o início, com efeito, na época de Bréal e de Darmesteter, a semântica se define a si mesma como ciência da significação das palavras e das mudanças de significação das palavras³. O pacto entre a semântica e a palavra é tão forte que sonha em pôr a metáfora em um quadro diferente do das mudanças de sentido aplicadas às palavras.

Denomino segunda esta motivação porque a teoria do signo absorverá mais tarde a teoria da palavra. Mas é uma motivação distinta, na medida em que precede a definição saussuriana do signo e comanda-a mesmo amplamente: o signo saussuriano, com efeito, é, por excelência, uma palavra; a fonologia não é ainda para Saussure senão uma ciência anexa, e suas unidades distintivas ainda não têm a dignidade do signo. Um quadro muito imperioso, que delimita de modo muito nítido um campo temático, é posto deste modo, o que impõe situar a metáfora na rede conceitual que o título de Gustaf Stern, o lingüista suco, denomina com muita felicidade: *Meaning and Change of Meaning*⁴. A teoria dos campos semânticos de Josef Trier⁵ confirma que é principalmente ao estudo do vocabulário que se pode aplicar a concepção saussuriana de uma lingüística sincrônica e estrutural, pela qual todos os elementos de uma língua são in-

3. Em um artigo de 1883, "Les lois intellectuelles du langage" (*Annuaire de l'Association pour l'encouragement des études grecques en France*), Bréal dá o nome de semântica à "ciência das significações", pedindo-lhe que exerça sua sagacidade não mais sobre "o corpo e a forma das palavras", mas sobre as "leis que presidem a transformação dos sentidos, a escolha de novas expressões, o nascimento e a morte de locuções". As mudanças do sentido das palavras são, assim, postas no primeiro plano da nova ciência. A obra de Darmesteter, *La Vie des mots étudiés dans leurs significations* (1887), e a de Bréal, *Ensaio de semântica: a ciência das significações* (1897), confirmam essa orientação fundamental (*Ensaio de semântica: ciência das significações*. Tradução de Aída Ferrás, Eduardo Guimarães, Eleni Jacques Martins e Pedro de Souza. São Paulo/Campinas, Educ/Pontes Editores, 1992 [Semeion]).

4. Gustaf Stern, *Meaning and Change of Meaning, With Special Reference to the English Language*, Göteborgs, Göteborgs Högskolas Årsskrift, 1931.

5. Josef Trier. *Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes. Die Geschichte eines sprachlichen Feldes*, I: *Von den Anfängen bis zum Beginn des 13. Jh.* Heidelberg, 1931.

terdependentes e extraem sua significação do sistema inteiro considerado como um todo.

Caso se aproxime estas duas grandes tendências — monismo do signo, primado da palavra —, parecerá que o *Curso de lingüística geral* não somente constitui uma ruptura, mas também uma renovação no interior de uma disciplina cujos contornos foram delineados antes dele e que ainda reforçará a preocupação essencialmente lexical. F. de Saussure introduz, como se dirá mais adiante, uma crise metodológica no interior de uma disciplina cuja definição a precede e lhe sobrevive. O quadro privilegiado dessa crise metodológica continua a ser a palavra. É em benefício da palavra que são instituídas as grandes dicotomias que comandam o *Curso*: dicotomia do significante e do significado, da sincronia e da diacronia, da forma e da substância. Não que a frase seja nele ignorada: a primeira dicotomia, a da língua e da fala, atravessa a mensagem que não pode ser senão uma frase; mas não se falará mais da fala, e a lingüística será uma lingüística da língua, isto é, de seu sistema lexical⁶. Eis por

6. O nível próprio da frase parece estar a ponto de ser reconhecido por ocasião da distinção entre relações associativas e relações sintagmáticas cujo jogo constitui o "mecanismo da língua" (*Cours...*, parte II, caps. V e VI). Com efeito, é "fora do discurso" (p. 171, p. 143 da edição brasileira) que as palavras se associam *in absentia*, e é "no discurso" (p. 170; p. 142) que as palavras se combinam *in praesentia* em uma relação sintagmática. Parece que a referência ao discurso é essencial à teoria das relações entre signos. A relação sintagmática, mais ainda que a associativa, parece dever fazer apelo a uma teoria do discurso-frase: não é dito que a frase é "o tipo por excelência de sintagma" (p. 172; p. 144)? Contudo, não é nada disso. Os sintagmas não resultam da fala, mas da língua, porque são "frases feitas, nas quais o uso proíbe qualquer modificação" (p. 172; p. 144). Como se vê, Saussure só considera entre língua e fala uma diferença psicológica (a determinação oposta à liberdade), fundada sobre uma diferença sociológica (a fala é individual, a língua é social) (p. 30; p. 26). O sintagma, fazendo parte do "tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo" (p. 171; p. 143), resulta da língua e não da fala. O *Curso* ignora inteiramente, a diferença propriamente lógica entre o discurso e a língua, isto é, a diferença entre a relação predicativa e a relação de oposição entre os signos. Neste sentido, pode-se dizer que há em Saussure uma teoria da fala, no sentido psicológico e individual, mas não uma teoria do discurso, no sentido propriamente semântico que definimos no início do terceiro estudo. Também a frase nunca recebe nele um estatuto comparável ao das entidades em torno das quais gira o essencial do *Curso*.

que o *Curso* tende, finalmente, a identificar semântica geral e semântica lexical. Essa identificação é tão forte que na maior parte dos autores influenciados por Saussure a própria expressão semântica lexical constitui um pleonismo. O nível da palavra não é somente o nível intermediário entre o do fonema e o do sintagma; é o nível do-bradiça. De um lado, as unidades distintivas do primeiro nível pressupõem as unidades significantes do nível lexical (o teste de comutação é inutilizável se uma mudança fonemática não encadeia uma mudança de sentido em uma palavra, mesmo que a questão seja somente a de saber se essa palavra existe ou não, e não a de saber o que significa); nesse sentido, a fonologia é semanticamente condicionada. Mas o mesmo ocorre com o sintagma: as unidades relacionais sobre as quais ele repousa pressupõem, a título de termos, as unidades significantes de nível médio. Tal é o primado da palavra no edifício das unidades de linguagem para uma semântica de inspiração saussuriana. É verdade que, estritamente falando, semântica e lexicologia não coincidem porque, de uma parte, a palavra resulta de duas disciplinas, quanto à forma e quanto ao sentido (a semântica lexical opõe-se então a uma morfologia lexical: composição, derivação, fusão, fixação etc.), e porque, de outra, a sintaxe apresenta também ela uma morfologia e uma semântica (estudo das funções que correspondem quanto ao sentido às formas sintáticas)⁷. Isso é tanto mais notável quanto se decide que o adjetivo substantivo — a semântica — seja chamado a designar, por abreviação, a única semântica lexical, isto é, a teoria da significação das palavras. Quanto à metáfora, ela continua a ser classificada entre as mudanças de sentido, que é, lembre-se disso, o lugar que lhe assinalava Aristóteles ao defini-la como a *epífora do nome*. É o propósito mais explícito da definição aristotélica que é recolhido pela semântica da palavra.

7. Faz-se referência aqui ao esquema proposto por Stephen Ullmann em *The Principles of Semantics*, Oxford, Blackwell, 1951, pp. 31-42. Retornar-se-á a isso longamente no § 2 do presente estudo.

2. Lógica e lingüística da denominação

Antes de considerar as teorias da metáfora que apóiam o primado da metáfora-palavra a partir de uma análise puramente lingüística das noções de significação e de mudança de sentido, gostaria de deter-me em uma obra de língua francesa que “durante mais de vinte anos” — observa um autor recente — “foi considerada com justiça a melhor sobre o assunto”⁸: o estudo de Hedwig Konrad sobre a metáfora⁹. É sobre as considerações lógico-lingüísticas (a caracterização não é do autor, mas de Le Guern), mais que sobre a lingüística propriamente dita, que se funda sua descrição da metáfora, considerada uma modalidade da denominação. Além do atrativo considerável de muitas análises de detalhe¹⁰, a obra interessa-nos em razão do reforço que a lingüística recebe da lógica para consolidar o primado da palavra e por conter a teoria da metáfora no circuito da denominação. A questão será saber se uma análise componencial, recebida dos trabalhos de Pottier e de Greimas, e que servirá de base aos trabalhos que estudaremos mais adiante¹¹, conseguirá libertar-se inteiramente de uma teoria lógica e distinguir claramente a composição sêmica das palavras da estrutura conceitual de seus referentes. Nesse sentido, este livro, que ainda não dispõe de aparato técnico atual, não é de modo algum velho, mas antecipa autênticas dificuldades da análise sêmica contemporânea. Não por isso faremos nele aparecer o exame neste lugar, mas em vista do primado da denominação no tratamento da metáfora.

8. Michel Le Guern, *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*, Paris, Larousse, 1973, p. 121.

9. Hedwig Konrad, *Étude sobre la métaphore*, Paris, Lavergne, 1939; Paris, Vrin, 1959.

10. A discussão da obra de Le Guern (Estudo VI, § 1) me permitirá retornar ao tratamento de Hedwig Konrad da sinédoque (p. 113), da comparação (p. 150), do símbolo (p. 151) e da elipse (p. 116). O exame das “implicações metafísicas” da metáfora em Derrida (Estudo VIII, § 3) dará ocasião, além disso, para evocar as notações sobre as personificações (p. 159). A noção de impertinência semântica em Jean Cohen (Estudo V, § 3) nos recordará o que se diz aqui do enigma (p. 148).

11. *La Rhétorique générale* do Grupo de Liège (Estudo VI) e *La Sémantique de la métaphore et de la métonymie* de Le Guern (Estudo V).

É a uma teoria do conceito e da relação entre a significação *lingüística* e o conceito *lógico* que o autor vincula sua concepção de palavra e de denominação metafórica. Essa teoria do conceito, que se quer continuação de Cassirer e de Bühler, é, sob muitos aspectos, muito original, e sua própria originalidade comanda a da explicação da metáfora.

O autor polemiza, antes de tudo, contra toda concepção que oporia a vagueza das significações à precisão do conceito. Essa concepção retira todo fundamento da diferença entre sentido próprio e sentido figurado e, como se verá mais tarde, da diferença que diz respeito ao funcionamento da abstração em um e em outro caso. Com uma intrepidez aparentada à de Husserl nas *Investigações lógicas*, o autor considera que “o valor normal da significação é igual ao do conceito” (p. 49). Mas o conceito não deve ser visto como uma generalidade que teria por função reunir numa classe, portanto classificar, objetos sensíveis; ele tem por função distinguir, delimitar, assinalando ao objeto de referência uma ordem, uma estrutura. A primeira função do conceito é reconhecer a natureza individual do objeto e não constituir os atributos gerais¹². Essa função é particularmente apropriada para fundar o uso do substantivo na linguagem, antes que lhe sejam atribuídas qualidades ou ações por meio de adjetivos e de verbos. É capital para a teoria da metáfora que o discernimento da estrutura em relação ao contexto de objetos

12. “O papel do conceito de um substantivo é o de simbolizar uma estrutura individual e única e o de determinar em nosso espírito o lugar especial que cada uma das representações do objeto deve ter em relação às outras. No conjunto dos atributos, aqueles que são possuídos por excelência e de modo único desempenham um papel particular de delimitação. Denominamos essa relação específica dos atributos entre si a ordem fundamental do conceito” (p. 66). O autor refere-se expressamente à noção de *Gegenstandsbezug* da Segunda *Investigação Lógica* de Husserl (p. 51). Não será excessivo aproximar igualmente sua análise do que diz Strawson nos *Individuals* sobre a função de identificação dos sujeitos lógicos. Mas este autor demonstra que o conceito não pode satisfazer a função de identificação de coisas singulares sem a adjunção de demonstrativos e de indicadores de tempos e de lugar. Neste sentido, é duvidoso que o conceito possa, por si só, delimitar um indivíduo.

preceda a enumeração das espécies e a investigação da extensão. Os problemas de classificação são, assim, nitidamente subordinados aos de estrutura. É não menos importante que o próprio papel do traço dominante ou do atributo principal seja subordinado ao ato de delimitação e de encadeamento sistemáticos dos traços. Assim, o conceito é precisamente o símbolo desta ordem fundamental, isto é, do sistema de relações que liga entre si os elementos de um objeto particular.

Pode-se dar assim uma definição de abstração *conceitual* à qual se oporá a abstração *metafórica*, pois a abstração conceitual é o esclarecimento desse complexo de elementos que o conceito simboliza. É importante acrescentar, igualmente em vista do contraste com a abstração metafórica, que essa abstração não consiste em esquecer, ignorar, ou eliminar os atributos secundários, mas é uma regra para completar a estrutura e para diferenciá-la (assim, no conceito de metal está contida a representação de diversas cores possíveis).

Tal é, em suas grandes linhas, a teoria do conceito que subentende a da denominação.

As vantagens são grandes para uma teoria *lógico-lingüística* da metáfora.

Em primeiro lugar, fornece-se um critério distintivo da mudança de sentido: a metáfora “não faz parte do emprego normal da palavra” (p. 80). Mas esta primeira vantagem é adquirida a muito custo, podendo-se, com efeito, se perguntar se os problemas específicos da semântica lexical — em particular o da polissemia — não foram esvaziados em proveito de uma teoria lógica do conceito: o que Cassirer não fizera, mesmo tendo ele subordinado teleologicamente o “pensamento da língua” (objeto do primeiro tomo de sua *Filosofia das formas simbólicas*) ao pensamento conceitual (objeto do terceiro tomo). O que ainda é, em Cassirer, a subordinação teleológica da significação ao conceito torna-se a identificação deste a aquele¹³.

13. “A palavra que serve para designar objetos concretos deverá também, sempre e em qualquer lugar, evocar uma só e única estrutura. A palavra ‘rosa’ evoca

O segundo benefício — que também terá seu reverso — é que o problema da metáfora é vinculado ao da *delimitação* dos objetos. O problema da abstração é, com efeito, o problema central da denominação metafórica, como o viram Bühler e Cassirer, e antes deles Geoffroy de Vinsauf¹⁴.

Desse modo, as mudanças de sentido metafóricas não são reenviadas à psicologia e à sociologia, como em Wundt e em Winkler, que situam a metáfora entre as transposições de sentido individuais, portanto deliberadas e arbitrárias. As mudanças de sentido metafóricas recebem um tratamento lingüístico, isto é, aqui, lógico-lingüístico. Que essas mudanças sejam involuntárias e inconscientes confirma que sigam as leis universais de estrutura e procedam de uma “tendência” da própria língua. Em relação a isso, é necessário agradecer ao autor por ter levado tão longe a subordinação das outras tendências (ironia, eufemismo, enobrecimento, pejoração) e dos outros fatores psicossociológicos (associação, influência cultural) às “tendências de denominação” (p. 116) sob a égide do método lógico-lingüístico.

A denominação *metafórica* — chamada aqui “metáfora lingüística”, para ser distinguida da “metáfora estética” de que se falará mais adiante — repousa sobre um funcionamento diferente da abstração; ela não consiste em perceber a ordem de uma estrutura, mas em “esquecer”, em eliminar — propriamente em “fazer abstração de...” — vários atributos que o termo metaforizado evoca em nós em seu emprego normal. Assim, chamar uma fila uma “cauda”

a estrutura particular da rosa, a palavra ‘árvore’, a de uma árvore. Para designar vários objetos seria necessário que uma palavra evocasse uma soma amorfa de atributos gerais. Mas então a palavra não seria mais o símbolo de objetos precisos e não produziria o efeito desejado logo que fosse transposta para seu emprego normal... A *significação* é assim, em seu emprego normal, um conceito” (p. 72). E mais adiante: “A palavra não muda de sentido com uma mudança parcial na representação parcial de um objeto. A palavra não muda de sentido enquanto se aplica a uma das espécies lógicas” (p. 79).

14. Geoffroy de Vinsauf, “*Poetria nova*”, ed. por E. Faral in *Les Arts poétiques des XII^e et XIII^e siècles*, Paris, Librairie Honoré Champion, 1958.

é negligenciar todos os traços conceituais salvo a forma longa; dizer “as rosas de suas faces estão pálidas” é esquecer numerosos atributos presentes em “esta rosa está fresca”. Por essa teoria da abstração metafórica, o autor antecipa as teorias contemporâneas, a ser estudadas no quinto estudo, que procuram explicar a metáfora por uma alteração da composição sêmica de um lexema e mais particularmente por uma *redução* sêmica.

Mas bem viu o autor que a abstração é apenas um mecanismo de base. Três outros fatores devem ser acrescentados ainda. Em primeiro lugar, pela abstração a palavra perde sua referência a um objeto individual para revestir-se de um valor *geral*, o que orienta a abstração metafórica em sentido inverso do conceito que, viu-se, visa designar um objeto individual. Pode-se falar, nesse sentido, de generalização metafórica. Por ela, o substantivo metaforizado assemelha-se, mais que qualquer outro substantivo, a um nome de atributo. Mas o termo metafórico não se torna o símbolo de uma “espécie” lógica, pois — e é este o segundo traço adicional — “ele se tornou o nome do portador de um atributo geral e pode assim ser aplicado a todos os objetos que possuam a qualidade geral expressa” (p. 88). A generalização é, desse modo, compensada por uma concretização. Disso resulta que o termo transposto seja aquele que parece ser o símbolo mais apropriado do atributo em questão, dito de outro modo, o representante de um atributo dominante (o qual pode variar em seu conteúdo de significação conforme as culturas e os indivíduos)¹⁵. É assim que a função substantiva é preservada, o caráter geral sendo designado por seu representante: “O termo metafórico designa o novo objeto totalmente, com toda sua estrutura, *como designara* o objeto que, sozinho, fazia parte da origem de sua extensão” (p. 89). Mas isso ainda não é tudo: a metáfora funciona, enfim, como um tipo de *classificação*. É exatamente aqui que

15. Isso também foi ressaltado por Geoffroy de Vinsauf: a metáfora, segundo ele, funda-se sobre uma analogia privilegiada. Pode-se tomar como termo transposto a coisa que surge como *o representante mais manifesto do atributo*: o leite e a neve para a brancura, o mel para a doçura etc.; citado por H. Konrad, *op. cit.*, p. 18.

intervém a semelhança. Com efeito, o atributo comum, produzido pela abstração, funda a similitude entre o sentido transposto e o sentido próprio. Desde então, “os dois membros de uma metáfora comportam-se como duas espécies reunidas pela representação de um gênero” (p. 91)¹⁶.

Mas a classificação metafórica tem traços diferenciais que a situam a meio caminho da classificação lógica, fundada sobre uma estrutura conceitual, e da classificação fundada sobre traços isolados, como a que Cassirer ainda atribuía aos “primitivos” no final do primeiro tomo da *Filosofia das formas simbólicas* e que Durkheim e Mauss também descrevem em seu estudo sobre “Quelques formes primitives de classification”¹⁷. A classificação metafórica distingue-se da classificação atribuída aos primitivos pelo papel da abstração que dá um objetivo genérico, inteiramente ausente de uma classificação fundada sobre traços isolados. Ela expressaria antes o entrecruzamento da classificação lógica, fundada sobre a estrutura, e da classificação baseada em traços isolados.

Vê-se como é rica uma concepção que vincula o funcionamento da semelhança aos três outros traços de abstração, de generalização e de concretização. Toda essa concepção resume-se na seguinte definição: “A metáfora denomina um objeto com o auxílio do representante mais típico de um de seus atributos” (p. 106).

A contrapartida desse tratamento lógico-lingüístico da denominação metafórica é a disjunção que disso resulta entre metáfora *lingüística* e metáfora *estética*, sendo esta a expressão estilística da metáfora. Somente algumas das funções da metáfora estética prolon-

16. Aristóteles percebera-o ao definir três classes de *metáfora* por uma relação que põe em jogo a espécie e o gênero. O autor esforça-se para mostrar que as quatro classes definem-se, em realidade, em relação à transposição da espécie à espécie: H. Konrad, *op. cit.*, pp. 100ss.

17. Durkheim e Mauss, “De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives”, in *Année sociologique*, 1901-1902. Pela mesma razão o autor toma distância em relação à assimilação entre mito e metáfora, entre outros em Cassirer (pp. 154-162).

gam as da metáfora lingüística (forjar novos termos, suprir a indigência do vocabulário). O essencial da metáfora estética está noutro lugar. Seu objetivo é criar ilusão, principalmente apresentando o mundo sob um novo aspecto. Ora, em grande parte esse efeito põe em jogo todo um trabalho de aproximações insólitas, de junção entre objetos sob um ponto de vista pessoal, em síntese, uma criação de relações¹⁸. O autor então acrescenta: “Não é somente a relação gramatical que funciona aqui, mas uma segunda relação é evocada com o auxílio dos domínios idênticos aos quais todos esses objetos pertencem” (p. 137). O que surge aqui é a dimensão ontológica que será o objeto de nosso sétimo estudo. A própria ilusão tem essa incidência ontológica, enquanto quase-realidade. Digamos por ora que esse objetivo dificilmente é coordenável com um simples processo de denominação e que o é ainda mais com um processo de atribuição insólita.

Desse modo essa obra, tão poderosamente sintética, consegue dividir em dois o campo da metáfora entre uma função de denominação, portanto de *delimitação* (p. 147), e uma função estética que apenas ressalta um traço do objeto para dar deste “uma nova impressão” (p. 147). A abstração em ação de parte a parte não basta para preservar sua unidade.

Esta primeira dúvida, sugerida pela oposição entre metáfora lingüística e metáfora estética, suscita uma mais grave, concernente à própria delimitação dos fatos. O eixo do problema da metáfora será realmente a denominação?

No interior do ponto de vista lógico-lingüístico assumido pelo autor, o caso da metáfora-adjetivo e o da metáfora-verbo apresentam problemas interessantes que extrapolam o quadro estreito da denominação. O autor refere-se expressamente, ainda uma vez, a Geoffroy de Vinsauf, a quem felicita (pp. 17-18) por haver

18. Observe-se o estudo de *metáforas estelares* em Victor Hugo (pp. 131-136). O autor conclui deste modo a sua análise: “Todas estas comparações têm por efeito transportar-nos para outra atmosfera de ilusão e de sonho, pois Victor Hugo desenvolve e justifica suas analogias tanto quanto possível, de modo que ele dá a impressão de haver descoberto uma nova verdade, de haver discernido relações mais profundas que existem realmente entre os seres e as coisas” (p. 136).

tomado em consideração a metáfora-adjetivo ou a metáfora-verbo em composição com o substantivo (*Dormit mare, nudus amicis*). Seguindo-o, o autor propõe-se (p. 49) preencher a lacuna que observa em seus predecessores. Corrige em particular Meillet, que aproximou em demasia o adjetivo do substantivo, quando deveria ser aproximado do verbo, pois um e outro, com efeito, são funções do substantivo, o único que designa um objeto independentemente. Além disso, não comportam nenhuma complexidade de elementos: eles admitem certas espécies (que são, aliás, elas mesmas atributos e ações) (pp. 69-71), mas que são termos dependentes e termos simples. Então, o adjetivo e o verbo não podem se prestar à mesma abstração que o substantivo: “A abstração equivale aqui ao esquecimento da relação do adjetivo ou do verbo com um substantivo definido” (p. 89), e é assim que “pesado”, transposto para designar a bolsa, tomou um valor mais geral, sendo aplicado para objetos não-concretas (p. 89). Mas — com todas as reservas sobre a simplicidade lógica dos adjetivos e dos verbos — não é um caso notável de aplicação de um predicado, um caso de interação?

O problema da interação se apresenta logo que a questão da semelhança é introduzida e, em sua esteira, o da classificação. O próprio subtítulo é esclarecedor: “La jonction métaphorique comme classification” (p. 91). Percebe-se imediatamente adverte-se que são necessárias “duas significações acopladas em uma metáfora” (*ibid.*), que “duas espécies [são nele] reunidas pela representação de um gênero” (*ibid.*). A semelhança opera precisamente entre essas “significações acopladas”, essas “espécies reunidas” (*ibid.*). O autor não percebeu o caráter predicativo da operação, de tal modo era cioso de manter sua descrição no quadro da denominação; o resultado da operação, que é a própria classificação, é, com efeito, uma nova maneira de nomear. Porventura não há aí um equívoco sobre “denominar”? Quando se diz que a metáfora denomina um objeto com o auxílio do representante mais típico de seus atributos, denominar pode querer dizer tanto dar um novo nome quanto chamar X como Y¹⁹. É neste segundo sentido da palavra que se vincula o ato de

19. Peter L. Geach, discutindo o conceito de *ascription* em outro contexto que o nosso (to ascribe the act X to A), nota que a questão de *opor ascription* e *des-*

denominar quando se diz que “o termo metafórico indica o grupo de objetos sob o qual outro objeto deve ser compreendido, graças a um traço característico que lhe pertence” (p. 107). Aqui, a classificação não é mais absorvida na denominação, mas articula-se sobre a predicação.

É esse papel implícito da predicação que atestam os dois fatos de linguagem que o autor classifica na “família da metáfora” (p. 149), a saber, a comparação e a subordinação.

O autor concorda que comparação e metáfora têm em comum a percepção de uma alteridade: “Nos dois casos, vemos um objeto comparado a outro, não devido a uma simples semelhança, mas porque este outro parece o representante por excelência dessa base de comparação” (p. 149). A diferença não está em que uma se realiza em uma única palavra e a outra em duas palavras, mas, como Le Guern o ressaltará fortemente, em que, na comparação, a aproximação entre os dois conceitos não abole sua dualidade, como é o caso na metáfora (mais exatamente na metáfora *in absentia*); a aproximação não é tão estreita quanto na metáfora, em que o termo transposto substitui o termo próprio (p. 150)²⁰.

Não será essa uma indicação de que a dualidade — e, nós o diremos mais adiante, a tensão — entre os termos é mais legível metáfora *in praesentia* que metáfora *in absentia*, na qual a substituição oculta a aproximação?

É, com efeito, da metáfora *in praesentia* que se trata sob o termo de “substituição” (forma com “é”, por exemplo em: “a árvore é um rei”) (p. 150). O autor concorda que é “a forma mais freqüente de metáfora” (*ibid.*). Aí, um termo não é mais *substituído*, mas “expresso na frase e subordinado ao termo metafórico” (*ibid.*). O autor

crição não teria lugar caso não se tivesse “regularmente ignorado a distinção entre chamar uma coisa “P” e predicar “P” dessa coisa (*but what is regularly ignored is the distinction between calling a thing “P” and predicating “P” of a thing*). “Ascriptivism”, in *Phil. Review*, 69 (2), 1960, republicado in P. T. Geach, *Logic Matters*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1972.

20. Reconhecendo que a função da comparação não é denominar, o autor a situa curiosamente do lado da estética (p. 149), encorajado sobre este ponto, parece, pelo caráter de hipérbole, de exageração demandado pelas comparações literárias. O argumento é pouco provável.

vê somente nesse funcionamento a confirmação do valor *genérico* resultante da abstração metafórica, fundamento comum da subordinação como espécie e da substituição completa de um termo por outro. Ele não extrai nenhuma conclusão sobre o funcionamento predicativo em curso na subordinação. Deve-se entender que a subordinação é uma forma imperfeita de substituição? Mas é toda a ordem da frase que se confunde então com uma operação sobre os signos.

Enfim — e é, talvez, a objeção mais grave que se possa fazer a uma teoria lógico-lingüística da denominação metafórica —, pode-se perguntar se uma explicação inteiramente centrada sobre a denominação pode distinguir entre metáfora viva e metáfora usada. Fora dos exemplos emprestados dos poetas e que ilustram somente a metáfora estética, todos os exemplos são de empregos metafóricos em estado de *lexicalização* avançada. Aliás, a teoria esclarece sobretudo o fenômeno da lexicalização da metáfora, seu poder de enriquecer nosso vocabulário aumentando a polissemia (portanto a teoria não está acabada). Esse processo dissimula outro, o da produção metafórica.

3. A metáfora como “mudança de sentido”

A obra de Hedwig Konrad, em razão de seu caráter *lógico-lingüístico*, permaneceu sob muitos aspectos sem seqüência, mas a unidade desse ponto de vista foi rompida sob a pressão dos postulados da semântica saussuriana, que não mais procurava no conceito, considerado doravante extralingüístico, a medida da significação verbal. Mas, se o divórcio entre a semântica dos lingüistas e a dos lógicos foi facilmente alcançado²¹, a dissociação da semântica e da psicologia demandou mais tempo para ser estabelecida²².

É neste estádio, no qual a semântica ainda não conseguira dissociar-se da psicologia, que nos situaremos agora. Não é mais o

21. Só aparentemente, como o atestaram as dificuldades da análise composicional no Estudo V, § 4.

22. Talvez este segundo divórcio exija, por seu turno, uma revisão, em particular no domínio da metáfora que oferece ao ponto de vista *psicolingüístico* algumas justificações particularmente fortes, como se verá no Estudo VI, § 6.

conceito, no sentido de *Begriffsbildung* dos alemães, que ofereceria à semântica um apoio vindo do exterior, mas a associação de idéias.

Escolheu-se tomar como testemunho principal a Semântica de Stephen Ullmann em suas três redações sucessivas²³ e acessoriamente algumas obras aparentadas (G. Stern²⁴, Nyrop²⁵). Razões não faltam: as teses gerais da semântica são nelas sustentadas por um senso agudo da descrição empírica, principalmente de língua francesa; além disso, o longo passado da semântica desde Bréal, Marty, Wundt não é esquecido, a revolução saussuriana fornecendo todavia o eixo principal da descrição; mas também se dá conta da lingüística de Bloomfield, de Harris e de Osgood²⁶. Enfim, está-se atento, sem hostilidade nem entusiasmo, ao desenvolvimento mais recente do estruturalismo. É, portanto, com uma curiosidade particular que nos interrogaremos sobre o lugar e sobre o papel que podem ser atribuídos à metáfora nesse quadro tão firme quanto acolhedor.

A metáfora figura entre as “mudanças de significação” na parte “histórica” de um tratado cujo eixo central é fornecido pela constituição sincrônica dos estados da língua. A metáfora põe em jogo a aptidão da lingüística sincrônica de dar conta de fenômenos de mudança de sentido. Nossa exposição do pensamento de Ullmann será, organizada em função deste problema específico.

A primeira tese diz respeito à escolha da palavra como portadora do sentido. Das quatro unidades de base que a lingüística tem para conhecer — o fonema, o morfema, a palavra, a locução (frase) —, a

23. Stephen Ullmann. *The Principles of Semantics*, Glasgow, Glasgow University Publication, 1951; *Précis de Sémantique française*, Berne, A. Francke, 1952; *Semantics. An Introduction to the Science of Meaning*, Oxford, Blackwell, 1967 (1ª edição 1962).

24. Gustaf Stern, *op. cit.*

25. K. Nyrop, *Grammaire historique de la langue française*; t. IV: *Sémantique*, Copenhague, 1913.

26. L. Bloomfield, *Language*, New York, Holt, Rinehart and Winston, 1933, 1964²; Z. S. Harris, *Methods in Structural Linguistics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1951. C. E. Osgood, “The Nature and Measurement of Meaning”, in *Psycholinguistical Bulletin*, XLIX: 197-237, 1952.

palavra é a que define o nível lexical da lingüística e, neste nível, a semântica propriamente dita distingue-se da morfologia como o sentido da forma.

Esta primeira tese não é adotada sem nuances nem reserva, e a definição de palavra por Meillet: "Associação de um sentido dado a um conjunto dado de sons suscetível de um emprego gramatical dado"²⁷ é tomada antes como a convergência de todas as dificuldades acumuladas em torno do problema da palavra. Não evocaremos senão algumas no quarto parágrafo, principalmente as que se referem à relação do sentido da palavra com o sentido da frase. Diversas definições clássicas de palavra²⁸ atestam que a separação entre palavra e frase, no próprio plano de identificação da palavra, não se efetua sem dificuldade. Todavia, o semantista resiste com todas as suas forças a toda redução do sentido das palavras a seu valor puramente contextual. A tese de que a palavra teria sua existência semântica graças somente ao contexto é, para ele, anti-semântica por princípio. Uma semântica lexical é possível porque se pode compreender o sentido de uma palavra isolada (por exemplo, o título de um livro: "*La Peste*", "*If*", "*Nothing*"), porque se pode aprender o nome das coisas e dar-lhe um equivalente em outra língua, porque

27. A. Meillet, *Linguistique historique*, I, p. 30, citado por Stephen Ullmann, *The Principles...*, p. 54. As antigas definições, em uma época em que o antipsicologismo não era tão acentuado, não hesitavam em fazer corresponder a palavra a uma entidade mental, a identidade da mesma noção no espírito; assim escreve Meillet: "A cada noção é vinculado um conjunto fônico, denominado *palavra*, que dá corpo a esta noção no pensamento do sujeito e evoca a mesma noção ou uma noção semelhante em seu interlocutor", *Linguistique historique et Linguistique générale*, II, 1938, pp. 1 e 71, citado por Ullmann, *The Principles...*, p. 51. Do mesmo modo, L. H. Gray, "The smallest thought-unit vocally expressible", in *Foundations of Language*, New York, 1939, p. 146, citado por Ullmann, *op. cit.*, p. 51.

28. Recordemos a definição de L. Bloomfield: "minimum free-form" (*Language*, p. 178, citado por Ullmann, *op. cit.*, p. 51). É do mesmo modo a definição para Firth da palavra como "lexical substitution-counter", "The Technique of Semantics. Transactions of the Philological Society", 1935, in *Papers in Linguistics*, 1934-1951, Oxford, Oxford University Press, 1957 (p. 20, citado por Ullmann, *op. cit.*, p. 56), que faz intervir, aliás, o teste da comutação, transposto da fonologia à lexicologia.

se pode fazer dicionários, porque uma cultura tende a compreender-se a si mesma ao cristalizar suas convicções em palavras-chave ("l'honnête homme" do século XVII) e nas palavras-testemunhos²⁹. É necessário admitir que, qualquer que seja a importância dos diversos contextos (a frase, o texto, a cultura, a situação etc.), as palavras têm uma significação permanente pela qual designam certos referentes e não outros. O semantista é aquele que considera que as palavras têm um *hard core* que os contextos não modificam.

Mas, caso se pudesse fazer abstração da relação da palavra com a frase para limitar-se ao estudo das palavras individuais isoladas como a semântica o exige, os problemas de identificação da palavra se revelariam consideráveis. A delimitação fonológica da palavra, isto é, as medidas tomadas pela língua para preservar a unidade da palavra nesse plano (os *Grenzsignale* de Troubetzkoy), apresenta por si só uma quantidade de problemas que não se evocará aqui³⁰. Do mesmo modo, a distinção do núcleo semântico e da função gramatical que situa a palavra em uma ou outra parte do discurso (substantivo, verbo, adjetivo etc.) não se efetua sem dificuldades, quando por exemplo o papel da palavra como parte do discurso é incorporado a seu núcleo semântico no interior das fronteiras da palavra lexicalizada. A isso se acrescenta o problema das palavras que só significam em combinação (as palavras "assêmicas" dos gregos, as "sincategoremáticas" de Marty, denominadas aqui "*form-words*") e das palavras que têm um sentido por si mesmas (as palavras "sêmicas", "categoremáticas", as "*full-words*"). É em meio a uma floresta de dificuldades que o semantista abre seu

29. Ullmann evoca aqui os trabalhos de G. Matoré, *Le Vocabulaire et la société sous Louis-Philippe, La méthode en lexicologie*, que ele aproxima das investigações de Trier sobre os campos semânticos.

30. André Martinet, "Le mot", in *Diogenes*, 51: 39-53, 1965, Paris, Gallimard. Considerar-se-á esta definição do autor: "Segmento da cadeia falada ou do texto escrito tal qual se possa separá-lo de seu contexto, pronunciando-o isoladamente ou separando-o por um espaço branco dos outros elementos do texto, e atribuir-lhe uma significação ou uma função específica" (*ibid.*, p. 40). Cf. igualmente *Eléments de linguistique générale*, Paris, A. Colin, 1961 (capítulo IV: "Les unités significatives"), e *A functional View of Language*, Oxford, Clarendon Press, 1962.

caminho na direção do que considera a unidade de significação da palavra, isto é, o próprio objeto de sua ciência.

A segunda tese implicada por tal semântica diz respeito ao próprio estatuto da significação. Em relação a isto, a posição de S. Ullmann é deliberadamente saussuriana, salvo em duas adjunções.

Para seguir Saussure, ele abandona o terceiro vértice do famoso triângulo de Ogden-Richards³¹: “símbolo” — “pensamento” (ou “referência”) — “coisa” (ou “referente”), e mantém-se nos limites de um fenômeno de duplo sentido: significante-significado (Saussure), expressão-conteúdo (Hjelmslev), *name-sens* (Gombocz)³². É essa última terminologia que nosso autor retém, acentuando simultaneamente o fenômeno de denominação, que não é sem importância para a teoria posterior das mudanças de sentido, as quais serão, por privilégio, mudanças de nome. O *meaning* de uma palavra é a dupla unidade do *name* e do *sense*. Para dar conta da reciprocidade de posições do locutor e do ouvinte, incluir-se-á no interior da definição de *meaning* a reciprocidade e a reversibilidade da relação *name-sense*. O *meaning* será definido, portanto: uma “relação recíproca e reversível entre o *name* e o *sense*” (*Semantics*, p. 67). É essa possibilidade de dupla entrada na textura da palavra que permite compor seja dicionários alfabéticos, seja dicionários conceituais.

É a esta tese nuclear que S. Ullmann acrescenta dois importantes complementos. Em primeiro lugar, a relação nome-sentido raramente é — salvo nos vocabulários altamente codificados da ciência, da tecnologia ou da administração — uma relação termo a termo: um nome para um sentido. Para um sentido pode haver vários nomes, como é o caso da sinonímia, e, para um nome, vários sentidos, caso da homonímia (mas os homônimos são, na realidade, palavras distintas e não sentidos múltiplos de uma mesma palavra) e, sobretudo, como se verá adiante, o da polissemia.

31. Ogden e Richards, *The Meaning of Meaning*, London, Routledge and Kegan Paul, 1923, p. 11.

32. Z. Gombocz, *Jelentéstan*, Pécs, 1926.

Em segundo lugar, é necessário acrescentar, tanto a cada nome como a cada sentido, um “campo associativo” que faça atuar as relações de contigüidade e de semelhança, seja no plano do nome, seja no do sentido, seja nos dois planos simultaneamente, e esse acréscimo é que permitirá distinguir rapidamente quatro tipos de mudanças de significação e localizar entre elas a metáfora.

Tal é “a infinita complexidade das relações semânticas” (p. 63).

Essa complexidade parecerá maior ainda se a acrescentarmos ao que ainda é apenas o valor denotativo das palavras, seus “emotive overtones”, isto é, ao mesmo tempo seus valores expressivos em relação a sentimentos e disposições dos locutores, e o poder das palavras de suscitar os mesmos estados ou processos no ouvinte. Uma teoria das mudanças de sentido, e em particular da metáfora, não deixará de apresentar importantes relações com essa função emotiva, em relação à qual poderá aparecer como um dos “lexical devices” (p. 136).

A terceira tese que extraímos da Semântica de S. Ullmann diz respeito às características da significação, acessíveis a uma lingüística “descritiva”, sempre oposta pelo autor à lingüística “histórica”, que poderão ser consideradas pela lingüística “histórica” como causas das mudanças.

No centro de todas as descrições e de todas as discussões, encontra-se o fenômeno-chave de toda a semântica da palavra: a *polissemia*; nas três obras de nosso autor abundam, sobre esse ponto, declarações muito firmes³³. A polissemia se define sobre a base anteriormente estabelecida da relação nome-sentido, e significa: para um nome, mais de um sentido. Mas o estudo da polissemia é precedido por uma observação mais geral que o envolve e para a qual retornaremos em nosso quarto parágrafo; ela supõe um caráter mais geral da linguagem que o autor denomina *vagueness* (vaguidade)

33. Sobre a polissemia, cf. *The Principles...*, pp. 114-125; *Précis...*, pp. 199-218; *Semantics*, pp. 159-175.

e que revela o caráter fracamente sistemático de organização lexical de uma língua. Por *vagueness* deve-se entender não exatamente a abstração, que já é um fenômeno de ordem, um caráter taxionômico, mas o aspecto “genérico”, no sentido de não-ordenado, indefinido e impreciso. Também retornaremos a este elo entre *vagueness* e discriminação contextual. Digamos, para o momento, que a maior parte das palavras de nossa língua comum satisfaz mais o traço que Wittgenstein denomina “*family-resemblance*”³⁴ do que a uma taxionomia implícita ao próprio léxico. A polissemia é somente um caráter mais determinado e já mais ordenado do fenômeno mais geral da imprecisão lexical.

Outro fenômeno concorre para a inteligência da polissemia, na medida em que é seu inverso: a sinonímia, que também interessa para uma reflexão geral sobre os caracteres sistemáticos e não-sistemáticos da linguagem. O fenômeno de sinonímia implica uma identidade parcial, inadmissível em um sistema que repouse apenas sobre oposições, e implica cruzamentos entre campos semânticos que fazem que uma das acepções de uma palavra seja sinônimo de uma das acepções de outra palavra. Em relação a isto, a imagem do pavimento ou do mosaico é enganadora, pois as palavras não são somente distintas umas das outras, isto é, definidas pela simples oposição a outras palavras, como os fonemas o são em um sistema fonológico: elas invadem umas às outras. Certo, a arte de falar consiste em distinguir os sinônimos aplicando-os de maneira discriminativa em contextos apropriados, mas essa discriminação contextual supõe precisamente o fenômeno da sinonímia como traço descritivo das línguas naturais. Não haveria meio de procurar, por comutação, em que contextos os sinônimos não são intercambiáveis, caso não houvesse contextos em que o são. O que define a sinonímia é precisamente a possibilidade de substituí-los em certos contextos sem alterar a significação objetiva e afetiva. Inversamente, a possibilidade de fornecer sinônimos a acepções diferentes de uma mesma palavra, que é o teste comutativo da própria polissemia, confirma o

caráter irreduzível do fenômeno de sinonímia: a palavra “fazenda” é sinônimo tanto de “tecido” como de “propriedade rural”; uma comunidade de sentido funda a cada vez a sinonímia. Por ser um fenômeno irreduzível, a sinonímia pode simultaneamente oferecer um recurso estilístico para distinções sutis (*rio* em vez de *ribeira*, *cimo* em vez de *cume*, *minúsculo* em vez de *ínfimo* etc.), isto é, para acumulações, reforços, ênfases, como no estilo maneirista de Péguy, e fornecer um teste de caráter comutativo para a polissemia; na noção de identidade semântica parcial é possível acentuar sucessivamente a identidade ou a diferença.

Antes de tudo, é como inverso da sinonímia que a polissemia se define, como Bréal foi o primeiro a observar: não vários nomes para um sentido (sinonímia), mas vários sentidos para um nome (polissemia).

O caso da homonímia deve ser posto à parte, pois homonímia e polissemia repousam, certamente, sobre o mesmo princípio de combinação de um único significante com vários significados (*Précis...*, p. 218). Mas, enquanto a homonímia recobre uma diferença entre duas palavras e entre seus campos semânticos completos, a polissemia se mantém no interior da mesma palavra, da qual distingue várias acepções. A bem dizer, se é fácil traçar a fronteira quando se trata de homônimos por etimologia (*locare* e *laudare* dão igualmente “louvar”), ela é mais difícil de discernir quando se trata de homônimos semânticos que se explicam pela evolução divergente dos sentidos de uma única palavra para além de um ponto no qual nenhuma comunidade de sentido é percebida, como no caso da palavra “pupila”; é assim, nota Ullmann, que “entre a polissemia e a homonímia há uma fronteira móvel nos dois sentidos” (p. 222).

A polissemia, denominada também ambigüidade lexical, para ser distinguida da ambigüidade ou anfibologia, é o fenômeno central da semântica descritiva; a teoria das mudanças de sentido, em semântica histórica, apoiar-se-á essencialmente sobre a descrição da polissemia. Esse fenômeno significa que nas línguas naturais a identidade de uma palavra em relação às outras admite ao mesmo tempo uma heterogeneidade interna, uma pluralidade, de tal modo

34. L. Wittgenstein, *Investigações filosóficas*, I, § 67.

que a mesma palavra pode receber diferentes acepções conforme o contexto. Essa heterogeneidade não arruína a identidade da palavra (à diferença da homonímia) porque: 1) estas significações podem ser enumeradas, isto é, identificadas por sinonímia; 2) podem ser classificadas, isto é, referidas a classes de empregos contextuais; 3) podem ser ordenadas, ou seja, apresentar certa hierarquia que estabelece uma proximidade relativa e, portanto, uma distância relativa dos sentidos mais periféricos em relação aos mais centrais; 4) enfim e sobretudo, a consciência lingüística dos locutores continua a perceber certa identidade de sentido na pluralidade de acepções. Por todas essas razões, a polissemia não é somente um caso de *vagueness*, mas o esboço de uma ordem e, já por isso, uma contramedida para a imprecisão.

Que a polissemia não é um fenômeno patológico mas um traço de saúde de nossas línguas atesta-o o fracasso da hipótese inversa: uma língua sem polissemia violaria o princípio de economia, pois estenderia o vocabulário ao infinito; violaria, além disso, a regra de comunicação, pois multiplicaria as designações tanto quanto o exigissem, por princípio, a diversidade da experiência humana e a pluralidade dos sujeitos da experiência. Temos necessidade de um sistema lexical econômico, flexível, sensível ao contexto, para exprimir e comunicar a variedade da experiência humana. É tarefa dos contextos passar pelo crivo as variantes de sentido apropriadas e fazer, com palavras polissêmicas, discursos percebidos como relativamente unívocos, isto é, dando lugar a uma única interpretação, aquela que o locutor tem a intenção de conferir a essas palavras³⁵.

É sobre esse fundo de semântica “descritiva” (sincrônica no sentido saussuriano) que Ullmann situa seu estudo das mudanças de sentido de que a metáfora é uma espécie.

35. Cf. Roman Jakobson, “La linguistique”, in *Tendances principales de la recherche dans les sciences sociales et humaines*, parte I: “Sciences sociales”, La Haye/Paris, Mouton/Unesco, 1970, capítulo VI. Consultem-se, em particular, as pp. 548ss., sobre os “caracteres e objetivos da lingüística contemporânea”.

Situada entre as mudanças de sentido, a metáfora resulta não da semântica “descritiva”, mas da semântica “histórica”³⁶. Abrimos uma fronteira metodológica que o *Curso de lingüística geral* traça com firmeza entre dois pontos de vista demasiadas vezes confundidos no passado. Constituição semântica e mudança semântica resultam de “duas ordens de fatos (...) díspares embora interdependentes” (*Précis...*, p. 236). Ullmann permanece fiel a Saussure quando escreve: “Pode-se, certamente, *combinar* os dois pontos de vista — devendo-se mesmo fazê-lo em certas situações, por exemplo na reconstituição integral de uma colisão homonímica —, mas a combinação jamais deve resultar em uma *confusão*. Esquecer-se desse preceito seria falsear a um só tempo o presente e o passado, a descrição e a história” (p. 236). Porém, ao referir-se no fim de suas obras ao estudo das mudanças de sentido, o autor toma distância dos primeiros semanticistas que não apenas definiam em um só golpe a semântica pelo estudo do sentido das palavras e pelo estudo de suas mudanças, mas punham ênfase nessas mudanças. Com a semântica estrutural é, ao contrário, o ponto de vista descritivo que fornece o fio condutor no estudo das mudanças.

É verdade que as mudanças de sentido são, enquanto tais, inovações, isto é, fenômenos de fala, e muito freqüentemente essas inovações são individuais, e mesmo intencionais: à diferença das mudanças fonéticas, geralmente pouco conscientes, “as modificações semânticas são muitas vezes a obra de uma intenção criadora” (p. 238). Além disso, o surgimento do novo sentido é repentino, sem nuances intermediárias: “Que etapa intermediária pode haver entre a *garganta* de um homem e de uma montanha?” (p. 239); qual *Minerva* brotando da cabeça de Júpiter, a metáfora sai pronta de um “ato de apercepção imediata” (*ibid.*). A difusão social poderá ser lenta, mas a própria inovação é sempre repentina.

É, em primeiro lugar, a natureza do sistema lexical que permite as mudanças de sentido: a saber, o caráter “vago” da significação,

36. *The Principles...*, quarta parte: “Historical Semantics”, pp. 171-258. *Précis...*, capítulo X: “Pourquoi les mots changent de sens” (pp. 236-269), capítulo XI: “Comment les mots changent de sens” (pp. 270-298).

a indecisão de fronteiras semânticas, e sobretudo um traço da polissemia que ainda não trouxemos à luz, o caráter cumulativo que se vincula ao sentido das palavras. Não basta, com efeito, que uma palavra tenha, em dado momento, em um estado de sistema, várias acepções, isto é, variantes que pertençam a várias classes contextuais. É necessário, além do mais, que ela possa adquirir um novo sentido sem perder seu sentido anterior, pois esta aptidão para a cumulação³⁷ é essencial para a compreensão da metáfora, na medida em que esta apresenta esse caráter de dupla visão, de visão estereoscópica, que descrevemos em um estudo anterior. É o caráter cumulativo da palavra que, mais que tudo, torna a linguagem permeável à inovação. Retomaremos adiante as implicações dessa noção de cumulação de sentido para uma discussão dos postulados saussurianos. Limitemo-nos a registrar este traço capital: é a polissemia, fato descritivo por excelência, que torna possível as mudanças de sentido e, na polissemia, o fenômeno de cumulação de sentido. A polissemia atesta o caráter aberto da textura da palavra: uma palavra é isto que tem vários sentidos e que ainda pode adquirir novos. Portanto, é um traço descritivo da significação que introduz a teoria das mudanças de sentido, a saber, que para um nome pode haver mais de um sentido e, para um sentido, mais de um nome.

Essa teoria encontra um novo apoio em um traço “descritivo” apresentado acima — a saber, o acréscimo a cada “sentido” e a cada “nome” de “campos associativos” que permitam deslizamentos e substituições no nível do nome, no do sentido, ou nos dois níveis simultaneamente; estas substituições por associação sendo feitas por contigüidade ou por semelhança apresentam-se quatro possibilida-

37. S. Ullmann (*The Principles...*, p. 117) cita com aprovação o seguinte texto de W. M. Urban: “The fact that a sign can intend one thing without ceasing to intend another, that, indeed, the very condition of its being an expressive sign for the second is that it is also a sign of the first, is precisely what makes language an instrument of knowing. This ‘accumulated intension’ of words is the fruitful source of ambiguity, but it is also the source of that analogous predication, through which alone the symbolic power of language comes into being” (*Languages and Reality*, London/New York, Allen and Unwin/Macmillan, 1939, 1961³, p. 112).

des: associação por contigüidade e associação por semelhança no nível do nome, associação por contigüidade e associação por semelhança no nível do sentido. Os dois últimos casos definem a metonímia e a metáfora³⁸.

O recurso a uma explicação psicológica no interior de uma teoria semântica não deve surpreender; na tradição puramente saussuriana essa interferência é tão simples quanto signifiante e significado terem ambos um estatuto psicológico, enquanto imagem acústica e conceito³⁹. Então, não há nenhuma inconseqüência em emprestar da tradição de Wundt⁴⁰ o princípio de uma classificação das mudanças semânticas e incorporá-las à teoria saussuriana do signo, de tal maneira que a explicação da inovação permanece homogênea às grandes articulações da lingüística estrutural. Aliás, esse casamento da psicologia associacionista e da lingüística estrutural encontra um precedente justamente no *Curso de lingüística geral*, no famoso capítulo sobre o “Mecanismo da língua”, no qual os dois funcionamentos sintagmático e paradigmático são interpretados em termos de combinação. Cinquenta anos mais tarde, Roman Jakobson não verá nenhuma dificuldade de princípio nessas trocas entre semântica e psicologia, na medida em que há de inserir diretamente sua distinção entre processo metafórico e processo metonímico na distinção saussuriana, ela mesma interpretada em termos de associação por semelhança e por contigüidade⁴¹.

38. *The Principles...*, pp. 220ss.; *Précis...*, pp. 277ss.

39. Sobre o signifiante como imagem acústica, cf. o *Cours de linguistique générale*, pp. 28, 32, 98. Sobre o significado como conceito, *ibid.*, pp. 28, 98, 144, 158.

40. W. Wundt. *Völkerpsychologie*, I: “Die Sprache”, 2 vols., Leipzig, 1900.

41. É verdade que apenas a segunda parte da relação é denominada por Saussure “relação associativa” (*Cours...*, pp. 171ss.). A relação sintagmática é simplesmente vinculada ao caráter linear da língua, isto é, a seu aspecto de sucessão temporal; a solidariedade sintagmática em nenhuma parte é denominada associação por contigüidade. A interpretação de Jakobson constitui, assim, uma inovação: “Os constituintes de um contexto têm um estatuto de contigüidade, enquanto em um grupo de substituição os signos são ligados entre si por diferentes graus de similaridade que oscilam da equivalência dos sinônimos ao núcleo comum dos antônimos”, “Le langage commun des linguistes et des anthropologues”, in *Essais de linguistique générale*, pp. 48-49.

É, portanto, um mecanismo psicológico que rege as inovações semânticas, e esse princípio é a associação. Léonce Roudet, em 1921⁴², e Z. Gombocz, em 1926⁴³, foram os primeiros a mostrar como se pode derivar de uma explicação puramente psicológica a uma explicação das mudanças semânticas, que reúne as grandes categorias retóricas. Ullmann completa esse movimento de inclusão das classes retóricas na semântica, ao ligar estreitamente a teoria dos campos associativos à definição de significação como correlação do nome e do sentido. Seguindo uma sugestão de Léonce Roudet, ele sugere que é no curso do esforço de expressão, tal como Bergson o descrevera no famoso “Essai sur l’effort intellectuel”⁴⁴, que os dois sistemas, o do sentido e o dos nomes, interferem; que a associação usual entre tal sentido e tal palavra se enfraquece, que a idéia procura exprimir-se em outra palavra associada à primeira, seja por semelhança, seja por contigüidade, tendo-se então seja a metáfora, seja a metonímia. Ullmann nota judiciosamente: as associações psíquicas não “desencadeiam” a mudança, mas determinam somente seu “desenrolar”; é, com efeito, o esforço de expressão que continua a ser a causa eficiente (*Précis...*, p. 276).

Essa mediação psicológica entre semântica e retórica merece atenção. O benefício da operação é muito positivo, quaisquer que sejam as reservas que sejamos levados a fazer posteriormente. Em primeiro lugar, uma ponte é lançada entre a atividade individual da fala e o caráter social da língua. Os campos associativos fornecem essa mediação; eles pertencem à língua e apresentam o mesmo caráter de latência que o tesouro da língua segundo Saussure. Ao mesmo tempo, delimitam um espaço de jogo para uma atividade que segue sendo individual enquanto esforço de expressão: “Quer se trate de preencher uma lacuna autêntica, de evitar uma palavra-

42. Léonce Roudet, “Sur la classification psychologique des changements sémantiques”, in *Journal de Psychologie*, XVIII: 676-692, 1921.

43. Cf. nota 32 acima.

44. Bergson, “L’effort intellectuel”, in *L’Énergie spirituelle. Œuvres*, Paris, Éditions du Centenaire, pp. 930-959.

tabu, de dar livre curso às emoções ou a uma necessidade de expressividade, os campos associativos é que fornecerão a matéria primeira da inovação” (pp. 276-277).

Em segundo lugar, a psicologia da associação permite reunir uma classificação a uma explicação, isto é, um princípio taxionômico a um princípio operatório. Dumarsais e Fontanier retomaram isso mediante a distinção dos tropos em função dos diferentes tipos de relações entre os objetos ou entre suas idéias; a relação de semelhança de Fontanier é conservada sem mudança; apenas as duas relações de inclusão e de exclusão são contraídas na idéia de contigüidade, tanto sobre o plano das operações como sobre o das figuras, metonímia e sinédoque reduzindo-se então à metonímia.

Outra vantagem: metáfora e metonímia extraem seu paralelismo da própria associação: apenas difere a natureza da associação; a distinção das figuras reduz-se a uma diferença psicológica no interior de um mesmo mecanismo geral.

Quanto à própria metáfora, ela deve à sua aproximação com a associação por semelhança a conservação de seu parentesco profundo com a comparação a dois termos. Dito de outro modo, uma semântica psicologizante confere preeminência à metáfora *in praesentia* sobre a metáfora *in absentia*, o que não será mais o caso, ver-se-á, com uma semântica que terá rompido suas amarras com a psicologia. O primado da comparação é, com efeito, propriamente psicológico. Esnault⁴⁵ ressaltara-o: “A metáfora é uma comparação condensada pela qual o espírito afirma uma identidade intuitiva e concreta” (p. 277). Ullmann, depois dele, observa: “A metáfora é, em última análise, uma comparação abreviada. Mais que constatar explicitamente as analogias, comprime-as em uma imagem que tem a aparência de uma identificação” (p. 277). A percepção de uma semelhança entre duas idéias é justamente — segundo a expressão de Aristóteles *to homoion theôrein*⁴⁶ — a chave da metáfora.

45. G. Esnault, *Imagination populaire: métaphores occidentales*, 1925; cf. adiante, nota 93.

46. Cf. acima Estudo I, p. 41.

Em contrapartida, o casamento com a psicologia associacionista não se efetua sem graves inconvenientes, pois além da dependência geral da lingüística em relação a outra disciplina, dependência que a lingüística posterior não há mais de tolerar, a mistura das duas disciplinas não se realiza sem prejudicar a própria análise das figuras do discurso. Ela prejudica, antes de tudo, sua complexidade. A distinção das duas associações pode, em primeiro lugar, parecer uma simplificação e assim satisfazer à economia, mas rapidamente revela ser uma determinação, pois, ao bloquear as relações de inclusão e de exclusão sob o título de contigüidade, o princípio associacionista empobrece tanto as operações como as figuras que delas resultam, e a redução da sinédoque à metonímia é um caso flagrante de redução de uma diferença lógica (coordenação contra subordinação) a um mesmo procedimento lógico. Uma retórica de duas figuras — “retórica restrita”⁴⁷ por excelência — sobrevive à operação.

A análise da própria metáfora padece da explicação psicológica, e poder-se-ia pensar que a idéia de “comparação abreviada” teria se encaminhado para a via de uma descrição em termos de enunciado e de predicação. A *Semantics* (p. 213) aproxima explicitamente a concepção de metáfora aqui exposta da de I. A. Richards; o “comparante” e o “comparado” que os campos associativos aproximam estão na mesma relação que o *tenor* e o *vehicle* de I. A. Richards, e em vez de comparar explicitamente duas coisas, a metáfora realiza um curto-circuito verbal: em vez de comparar tal órgão a um pequeno rato, diz-se o músculo. De I. A. Richards conserva-se igualmente a idéia preciosa de que a metáfora é tanto mais impressionante e surpreendente quanto maior⁴⁸ é a distância entre *tenor* e

47. Já fizemos alusão à denúncia por Gerard Genette da retórica restrita a duas figuras, e mesmo a uma só, a metáfora: cf. Estudo I, § 1.

48. Recorde-se a citação de Wordsworth, in *Semantics*, op. cit., p. 213:

*The song would speak
Of that interminable building reared
By observation of affinities
In objects where no brotherhood exists
To passive minds.*

vehicle e quanto mais a distância é inesperada. O recurso ao processo de associação tende antes a consolidar estes limites: o associacionismo, com efeito, operando apenas com elementos — os sentidos e as palavras —, jamais reencontra a operação propriamente predica-tiva. (Retomaremos adiante este ponto decisivo para a relação entre semântica da palavra e semântica do enunciado no núcleo mesmo da metáfora.) Eis por que a análise cedo faz assentar a comparação sobre a substituição que, com efeito, se faz entre termos, entre elementos, entre átomos psíquicos. O duplo jogo associativo entre sentidos e entre nomes não dá conta, finalmente, senão de substituições chegando a novas denominações: “Em vez de especificar que [as] saliências [de um pente] são *como* dentes, nós a chamaremos simplesmente os *dentes do pente*. Fazendo isso, teremos transposto o nome de um órgão humano para designar um objeto inanimado” (*Précis...*, p. 277). A semelhança entre os dois sentidos é o que permite dar a um o nome de outro.

Assim confinado no espaço da denominação, o estudo da metáfora não encontra sua amplitude, como outrora entre os retóricos, senão quando se vem a enumerar suas *espécies*; o fio condutor ainda é a associação; os inumeráveis empréstimos que a metáfora põe em jogo deixam-se, com efeito, referir a grandes classes que se regram sobre as associações mais típicas, isto é, as mais usuais, não somente de um sentido a um sentido, mas de um domínio de sentido, por exemplo o corpo humano, a outro domínio de sentido, por exemplo as coisas físicas. Reencontram-se, então, as grandes classes de Fontanier, em que a transposição do animado ao inanimado ocupa um lugar de eleição, e, menos freqüentemente, a do inanimado ao animado; a transposição do concreto ao abstrato forma outro grande grupo (por exemplo captar-compreender). As “transposições sensoriais”, conjugando dois domínios perceptivos diferentes (uma cor *quente*, uma voz *clara*), vêm facilmente inscrever-se na grande família das metáforas, as sinestias constituindo um caso de percepção espontânea das semelhanças, em função, ainda assim, das disposições mentais dos locutores. As correspondências sensoriais concordam sem dificuldade com as substituições de no-

mes, na medida em que umas e outras são casos de associação por semelhança entre “sentidos”. A diferença de nível entre semelhança sensorial e semelhança semântica é atenuada pelo fato de que é ao passar por uma etapa lingüística que as próprias sinestésias se fazem reconhecer, como o atesta o famoso soneto “Correspondances”, de Baudelaire.

4. A metáfora e os postulados saussurianos

Em Ullmann e nos semanticistas pós-saussurianos próximos a ele, a teoria da metáfora parece não ser senão e antes de tudo uma aplicação dos postulados de base da lingüística estrutural em um setor da lingüística histórica, o das mudanças de sentido. Para uma segunda aproximação, mais crítica, sua análise é bem diferente de uma aplicação: ela inicia, ao menos virtualmente, uma retificação dos postulados por suas conseqüências. Em compensação, o choque das conseqüências sobre os princípios merece atenção, pois é índice de certo jogo, em uma semântica que se quer unicamente uma semântica da palavra, a favor do qual se tentará, no parágrafo seguinte, coordenar a metáfora da palavra, à qual se limitam este estudo e o seguinte, com metáfora-enunciado do estudo precedente.

O tratamento pós-saussuriano da metáfora faz parecer, depois de tudo, que o *Curso de lingüística geral* constituía tanto uma conexão como uma ruptura no programa da semântica da palavra. Explica-se muito bem esse traço pela natureza da crise metodológica que o *Curso* abriu em seu seio.

A crise, com efeito, tem duplo sentido: de uma parte, o *Curso* resolveu confusões e equívocos por uma ação essencialmente simplificadora e purificadora; de outra, pelas dicotomias que instituiu, deixou uma herança de perplexidades, pelas quais o problema da metáfora, mesmo confinado à semântica lexical, permanece, depois de Saussure, uma boa pedra de toque; a metáfora, com efeito, mantém-se na maior parte das fraturas instituídas por Saussure e revela a que ponto as dicotomias constituem hoje antinômias que se devem reduzir e mediatizar.

Assim, para Saussure, o corte entre *língua* e *fala* fazia da língua um objeto homogêneo contido todo inteiro em uma única ciência, as duas faces do signo — o significante e o significado — tombando do mesmo lado do corte⁴⁹. Mas essa dicotomia criava mais problemas que soluções, e em sua síntese da lingüística moderna Roman Jakobson observa: “Embora este ponto de vista limitativo ainda tenha seus defensores, a separação absoluta dos dois aspectos leva, de fato, ao reconhecimento de duas relações hierárquicas diferentes: uma análise do código dando devidamente conta das mensagens e vice-versa. Sem confrontar o código com as mensagens, é impossível fazer uma idéia do poder criador da linguagem”⁵⁰. Acrescentando-se aos exemplos de trocas entre código e mensagem que Jakobson propõe (papel dos subcódigos livremente escolhidos pelo sujeito falante em função da situação de comunicação, constituição de códigos pessoais que sustentam a identidade do sujeito falante etc.), a metáfora constitui um magnífico exemplo de troca entre código e mensagem. Como vimos, a metáfora deve ser classificada entre as mudanças de sentido. Ora, “é na fala, realização concreta da língua, que se anunciam as mudanças” (*Précis...*, p. 237). Além disso, já notamos o caráter discreto dessas mudanças: por mais numerosos que sejam os intermediários atestados pela história das mudanças semânticas em uma palavra, cada mudança individual é um salto que atesta a dependência da inovação em relação à fala. Mas, por outro lado, a metáfora apóia-se em um caráter do código, a saber, a polissemia, pois é à polissemia que ela vem de alguma maneira se reunir quando, cessando de ser inovação, torna-se metáfora de uso, depois clichê: fecha-se então o circuito entre língua e fala. Este circuito pode ser assim descrito: a polissemia inicial é igual à língua, a metáfora viva é igual à fala, a metáfora de uso é igual ao retorno da fala à língua, a polissemia posterior é igual à língua. Este circuito ilustra perfeitamente a impossibilidade de nos limitarmos à dicotomia saussuriana.

49. *Cours de linguistique générale*, p. 25. Robert Godel, *Les Sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure*, pp. 142ss.

50. Roman Jakobson, “La Linguistique”, in *op. cit.*, p. 550.

A segunda grande dicotomia — a que opõe o ponto de vista sincrônico e o diacrônico⁵¹ — não foi menos salutar que a precedente, pois não somente pôs fim a uma confusão ao dissociar duas relações distintas do fato lingüístico no tempo, conforme a simultaneidade e conforme a sucessão, como pôs fim, no plano dos princípios de inteligibilidade, ao reino da história, ao impor uma nova prioridade, a do sistema sobre a evolução.

Mas a perplexidade engendrada está na mesma medida da descoberta, pois um fenômeno como a metáfora tem aspectos sistemáticos e aspectos históricos; para uma palavra ter mais de um sentido é, estritamente falando, um fato de sincronia, e é agora, no código, que ela significa várias coisas, sendo necessário pôr a polissemia do lado da sincronia; mas a mudança de sentido que acrescenta à polissemia e que, no passado, contribuíra para constituir a polissemia atual é um fato diacrônico, pois a metáfora, enquanto inovação, deve ser posta entre as mudanças de sentido, logo entre os fatos diacrônicos, mas enquanto desvio aceito ela se alinha com a polissemia, no plano sincrônico⁵². É necessário, ainda uma vez, mediatizar uma oposição demasiadamente brutal e pôr em relação os aspectos estruturais e históricos. A palavra parece justamente ser a encruzilhada das duas ordens de consideração, por sua disposição para adquirir novas significações e mantê-las sem perder as antigas; esse processo cumulativo, por seu duplo caráter, parece apelar para um ponto de vista pancrônico⁵³.

A descrição completa da polissemia, antes mesmo da consideração das mudanças de sentido, faz apelo a esse ponto de vista pancrônico. Parece bem difícil, com efeito, descrevê-la sem evocar sua origem: assim Ullmann, a despeito das declarações que foram lem-

51. *Cours...*, pp. 114ss.

52. S. Ullmann recorda: “Noção puramente sincrônica, a polissemia implica importantes conseqüências de ordem diacrônica: as palavras podem adquirir novas acepções sem perder seu sentido primitivo. Esta faculdade tem como resultado uma elasticidade das relações semânticas que não tem paralelo no domínio dos sons”, *Précis...*, p. 199.

53. S. Ullmann, *The Principles...*, p. 40. Este ponto de vista pancrônico impõe-se igualmente em semântica histórica, *ibid.*, pp. 231 e 255-257.

bradas, trata no capítulo sobre a polissemia das “quatro principais fontes” nas quais ela “se alimenta”⁵⁴. Ora, essas quatro “fontes” têm um caráter diacrônico mais ou menos marcado: os “deslizamentos de sentido” são os desenvolvimentos nos sentidos divergentes; as “expressões figuradas” procedem da metáfora e da metonímia que, por agir instantaneamente, nem por isso são menos acontecimentos de fala que geram as séries polissêmicas. A “etimologia popular”, enquanto motivação tardia, engendra um estado de polissemia. Quanto às “influências estrangeiras”, como a palavra mesmo o indica, elas entram no quadro das evoluções que engendram estados por meio da imitação semântica; a própria noção de “decalque semântico”, introduzida nessa ocasião, implica um recurso à analogia, ela mesma tratada como um fator de mudança semântica. Assim, a despeito de todos os esforços para separar descrição e história, a própria descrição da polissemia faz referência à possibilidade de mudança semântica. A polissemia como tal, isto é, tomada fora da consideração de suas “fontes”, remete a possibilidades de caráter diacrônico: a polissemia é a possibilidade de acrescentar um novo sentido às acepções precedentes da palavra sem que estas desapareçam; a estrutura aberta da palavra, sua elasticidade, sua fluidez já fazem alusão ao fenômeno da mudança de sentido⁵⁵.

Se a polissemia é tão difícil de conter nos limites da descrição sincrônica, em compensação as mudanças de sentido que resultam do ponto de vista histórico só podem ser completamente identificadas quando se inscrevem no plano sincrônico e manifestam-se como uma variedade de polissemia. O próprio Ullmann trata da “ambigüidade” estilística no capítulo sobre a polissemia. Ora, esta locução designa exatamente o plano retórico das figuras (“temida pelo estrangeiro, denunciada pelo lógico, combatida pela necessidade de clareza que domina a linguagem corrente, a ambigüidade é por vezes

54. S. Ullmann, *Précis...*, pp. 200-207.

55. S. Ullmann: “O vocabulário não é rigidamente sistematizado como o são os fonemas e as formas gramaticais: pode-se acrescentar-lhe a qualquer momento um número ilimitado de elementos sempre novos, tanto de palavras como de sentidos”, *Précis de sémantique française*, p. 242.

buscada pelo escritor com fins estilísticos”)⁵⁶; essa classificação da ambigüidade estilística na mesma divisão da polissemia, fato de sincronia, é perfeitamente legítima, na medida em que vem a inscrever-se em dado momento no estado da língua como dupla significação: a projeção sincrônica de uma mudança de sentido é justamente um fenômeno da mesma ordem que a polissemia.

Por sua vez, o equívoco pode ser tratado como uma das condições das mudanças semânticas⁵⁷, pois ao passar por uma frase ambígua, pela qual duas interpretações permanecem possíveis, as palavras recebem novos valores e, assim, a ambigüidade do discurso abre caminho ao equívoco da palavra, a qual pode resultar em mudanças de sentido recebido que se acrescentam à polissemia.

Talvez fosse melhor dizer que as dicotomias saussurianas criam tantos problemas quanto os que resolvem.

Nem a mais segura das distinções saussurianas deixa de ser uma fonte de perplexidades: sabe-se com que rigor Saussure opõe a relação, puramente imanente ao sentido, entre significante e significado, à relação externa signo-coisa que ele repudia. A “coisa”, doravante, não faz mais parte dos fatores da significação: o signo lingüístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica⁵⁸.

Este corte foi adotado por todos os lingüistas pós-saussurianos. Mas ele também origina uma aporia, pois o discurso, por sua função de referência, põe imediatamente os signos em relação com as coisas; a denotação é uma relação signo-coisa, ao passo que a significação é uma relação significante-significado⁵⁹. Disso resulta uma ambigüidade da própria noção de sentido pois, enquanto significado saussuriano, o sentido não é outra coisa senão a contrapartida do significante, separado ao mesmo tempo que ele pelo

mesmo traço de cinzéis na folha de dupla face. Em relação à realidade denotada, o sentido continua a ser o mediador entre as palavras e as coisas, isto é, aquilo pelo qual as palavras se referem às coisas: *vox significat mediantibus conceptis*⁶⁰. Esta fratura passa pela semântica, *amplo senso*, e separa a semântica dos lingüistas de origem saussuriana da dos filósofos como Carnap, Wittgenstein etc., para quem a semântica é fundamentalmente a análise das relações entre os signos e as coisas denotadas.

Ao excluir a relação sentido-coisa, a lingüística completa sua libertação em relação às ciências normativas lógico-gramaticais, funda sua autonomia ao assegurar a homogeneidade de seu objeto, significante e significado caindo no interior da fronteira do signo lingüístico. Mas a contrapartida é pesada. Torna-se muito difícil, se não impossível, dar conta da função denotativa da linguagem no quadro de uma teoria do signo que não conhece senão a diferença interna do significante e do significado, ao passo que esta função denotativa não apresenta nenhuma dificuldade em uma concepção de linguagem que distingue desde a partida os signos e os discursos e define o discurso, ao inverso do signo, por sua relação com a realidade extralingüística; eis por que a semântica dos filósofos anglo-saxões, que é uma semântica do discurso, entra de cheio no terreno da denotação, mesmo quando trata das palavras, pois, para ela, as palavras são, enquanto partes do discurso, igualmente portadoras de uma parte da denotação⁶¹. É bem verdade que uma semântica do gênero da de Stephen Ullmann consegue definir a maior parte dos fenômenos que descreve — sinonímia, homonímia, polissemia etc. — nos limites de uma teoria do signo que não põe

56. *Précis de sémantique française*, pp. 215-216.

57. *Ibid.*, p. 243.

58. *Cours de linguistique générale*, p. 98.

59. Vinculamos a distinção entre significado e denotado à dicotomia fundamental do signo e da frase, isto é, na terminologia de Émile Benveniste, à oposição do plano semiótico e do plano semântico. Cf. Estudo III, § 1.

60. Sobre essa equivocidade da palavra sentido, veja-se nosso artigo “Sens et signe”, in *Encyclopaedia universalis*. NT — Em latim, no original: “A voz significa mediante os conceitos”.

61. Já em Frege a distinção entre sentido e denotação é estabelecida primeiro no nível do nome próprio, depois estendida à proposição completa: “Um nome próprio (palavra, signo, combinação de signos, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. Por meio de um signo exprimimos seu sentido e designamos sua referência”, “Sens et dénotation”, in *Écrits logiques et philosophiques*, trad. fr., p. 107; NT — Pp. 66-67 da tradução brasileira citada.

em jogo nenhuma relação com a realidade extralingüística. Mas a relação denotativa, que põe em jogo a relação do signo à coisa, é exigida quando se entra no funcionamento dessas diferenças no discurso. É no discurso que a polissemia, caráter puramente virtual do sentido lexical, é passada pelo crivo. É o mesmo mecanismo contextual (verbal ou não) que serve para descartar os equívocos polissêmicos e determina a gênese de novos sentidos: “É o *contexto*, verbal e não-verbal, que tornará possíveis os desvios, o emprego de acepções insólitas”⁶². Para definir as diversas acepções de uma mesma palavra, sejam usuais, sejam insólitas, é necessário justamente recorrer a seu emprego contextual; as diversas acepções de uma palavra são apenas então variantes contextuais que se podem classificar segundo as famílias de ocorrência. Quando se toma essa via, mostra-se muito rapidamente que as classes dessas variantes conceituais são tributárias de diferentes possibilidades de analisar os objetos, isto é, as coisas ou as representações das coisas; como a *Rhétorique générale* o admitirá facilmente⁶³, a análise material dos objetos em suas partes e a análise racional dos conceitos em seus elementos fazem apelo uma e outra a modelos de descrição do universo das representações. Assim, a consideração da denotação interfere necessariamente na dos significados puros para dar conta das classes sob as quais se ordenam as variantes polissêmicas de uma mesma palavra, desde o instante em que os caracterize como significações contextuais. O adjetivo contextual reintroduz o discurso e com ele o alcance denotativo da linguagem.

Se a polissemia, enquanto fato de sincronia, tem tais implicações, com mais forte razão a metáfora, enquanto mudança de sentido. A inovação propriamente dita, recorda Ullmann, é um fato de fala⁶⁴. Vimos as consequências disso para a relação língua-fala e para a relação sincronia-diacronia; as implicações para a relação significado-denotado não são menos importantes. Uma inovação se-

62. S. Ullmann, *Précis de sémantique française*, p. 243.

63. *Rhétorique générale*, pp. 97ss.; cf. também adiante Estudo V, § 4.

64. “É na fala, realização concreta da língua, que se anunciam as mudanças”, *Précis de sémantique française*, p. 237.

mântica é uma maneira de responder de modo criativo a uma questão posta pelas coisas; em certa situação de discurso, em dado meio social e em um momento preciso, alguma coisa demanda ser dita que exige um trabalho de fala, um trabalho da fala sobre a língua, que afronta as palavras e as coisas. Finalmente, o ganho é uma nova descrição do universo das representações. Retomaremos este problema da redescritção em um estudo posterior⁶⁵. Seria necessário mostrar desde já a inserção em uma teoria semântica que quer, apesar disso, limitar-se às mudanças de sentido, isto é, apenas ao estudo dos significados. Toda mudança implica o debate inteiro do homem falante e do mundo.

Mas nenhuma ponte pode ser lançada diretamente entre o significado saussuriano e o referente extralingüístico; é necessário fazer o desvio do discurso e passar para a denotação da frase para atingir a denotação da palavra. Apenas esse desvio permite relacionar o trabalho de denominação em ação na metáfora e a operação prediativa que confere a esse trabalho o quadro do discurso.

5. O jogo do sentido: entre a frase e a palavra

A aplicação à metáfora dos princípios de base da lingüística saussuriana não tem somente como efeito tornar de novo problemáticas as grandes decisões metodológicas que presidem a teoria. Ela faz aparecer, no núcleo da semântica da palavra, uma incerteza, uma inquietação, um espaço de jogo, a favor do qual se torna possível novamente lançar uma ponte entre a semântica da frase e a da palavra e, corolariamente, entre as duas teorias da metáfora-substituição e da metáfora-interação. Se esta passagem se revelasse prática, o verdadeiro lugar da metáfora na teoria do discurso principiaria a desenhar-se, *entre* a frase e a palavra, *entre* a predicação e a denominação.

Eu gostaria antes de tudo de salientar três índices que, em uma semântica tão deliberadamente inclinada para a palavra quanto a

65. Estudo VII, § 4.

de S. Ullmann, designam o ponto de sutura entre esta semântica e a semântica da frase exposta no estudo anterior.

a) O *primeiro* desses índices é fornecido pelos aspectos não-sistemáticos, caso se possa dizer assim, do sistema lexical. Já do ponto de vista quantitativo, o código lexical apresenta traços que o distinguem fortemente tanto do código fonológico (45.000 palavras no *Oxford Dictionary* contra 44 ou 45 fonemas!) como do sistema gramatical (mesmo que se inclua neste a morfologia lexical: sufixos, prefixos, flexões, derivações, composições etc.). A memória individual não está, certamente, à altura do código, e o plano lexical não tem necessidade de ser dominado pelo olhar de uma consciência singular para funcionar. Mas o número das unidades dos códigos diferentes do lexical tem relação com a capacidade da memória humana; caso se acrescente que o código lexical é de tal modo que é possível acrescentar-lhe novas entidades sem alterá-lo profundamente, essa ausência de fechamento leva a pensar que a estrutura do vocabulário consiste em um “agregado flexível de um número infinitamente mais amplo de unidades”⁶⁶ do que os outros sistemas. Considerem-se segmentos determinados deste código aqueles que deram lugar às mais brilhantes análises de “campos semânticos” na seqüência de J. Trier, e parecerá que estes setores apresentam graus de organização muito variáveis; alguns apresentam uma repartição de sentido tal que cada elemento delimita exatamente seus vizinhos e é determinado por eles, como em um mosaico: os nomes das cores, os termos de parentesco, os graus militares e alguns conjuntos de idéias abstratas, como a trilogia *Wisheit, Kunst e List* da alta Idade Média alemã por volta de 1200, estudada por Trier⁶⁷; outros setores são bem menos ordenados: são antes configurações inacabadas, com contornos semidesenhados (S. Ullmann retoma aqui de Entwistle a expressão “*incomplete patterns*” e “*half-finished designs*” nos quais a usurpação conduz à delimitação; Saussure já via em um dado termo (por exemplo, ensinamento) “o centro de uma constelação,

66. S. Ullmann, *Semantics*, p. 195.

67. *Ibid.*, p. 248.

o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida”⁶⁸. É certo que a idéia do duplo campo associativo que prolonga essa imagem da constelação não tem o mesmo sentido que a idéia de delimitação mútua que prolonga antes a imagem do mosaico, e a idéia de sistema aberto impõe-se assim uma segunda vez.

Caso, enfim, se considerem as palavras isoladas, tudo o que se disse acima sobre a sinonímia e sobre a polissemia concorre para a mesma noção de textura aberta, repetindo-se no plano de conjunto do léxico, no plano regional dos campos semânticos e no plano local da palavra isolada. O caráter vago da palavra, a indecisão de suas fronteiras, o jogo combinado da polissemia que dissemina o sentido da palavra e da sinonímia que discrimina a polissemia, e sobretudo o poder cumulativo da palavra que lhe permite adquirir um novo sentido sem perder os sentidos precedentes — todos esses traços convidam a dizer que o vocabulário de uma língua é uma “estrutura instável na qual as palavras individuais podem adquirir e perder significações com a mais extrema facilidade”⁶⁹. Essa estrutura instável faz que a significação seja “de todos os elementos lingüísticos... aquele que provavelmente ofereça menos resistência à mudança”⁷⁰.

No total, a linguagem não é, segundo a palavra de um autor citado por S. Ullmann, “nem sistemática, nem completamente não-sistemática”. Eis justamente por que ela está à mercê não somente da mudança em geral, mas de causas não-lingüísticas de mudança, que impedem, entre outros efeitos, a lexicologia de estabelecer-se sobre a base de uma autonomia total: a aparição de novos objetos naturais ou culturais no campo da denominação, o depósito de crenças nas palavras-testemunho, a projeção de ideais sociais nas palavras emblemáticas, o reforço ou a diluição de tabus lingüísticos, a dominação política e cultural de um grupo lingüístico, de uma classe social ou de um meio cultural, todas essas causas fazem que a linguagem, ao menos no plano da semântica da palavra que nossos

68. *Cours de linguistique générale*, p. 174 (p. 146 da edição brasileira).

69. S. Ullmann, *Semantics*, p. 195.

70. *Ibid.*, p. 193.

autores escolheram, esteja à mercê de forças sociais cuja eficácia ressalta o caráter não-sistemático do sistema.

No limite, esse caráter nos inclinaria a duvidar de que o termo do código se aplique rigorosamente ao plano lexical da linguagem. Roman Jakobson, em um texto que já citamos⁷¹, convida a pôr no plural a palavra código, de tal modo estão imbricados os subcódigos entre os quais aprendemos a nos orientar para falar de maneira apropriada, conforme os meios, as circunstâncias e as situações em que esses subcódigos têm curso. Talvez fosse necessário ir mais longe e renunciar a denominar código um sistema tão pouco sistemático...

b) Um *segundo* índice da abertura da semântica da palavra na direção da semântica da frase é fornecido pelos caracteres propriamente contextuais da palavra. O funcionamento predicativo da linguagem é, de alguma maneira, impresso na própria palavra. E isso de vários modos.

Em primeiro lugar, não se pode fazer a delimitação da palavra sem referência à sua eventual ocorrência como enunciação completa. Denominar a palavra “mínima forma livre” (Bloomfield) é referi-la inelutavelmente à frase, modelo da forma livre, pois é livre a forma que pode constituir uma enunciação completa (Você é feliz? — *Muito!*).

Além disso, em numerosas línguas a classe das formas de discurso à qual a palavra pertence (substantivo, verbo etc.) tem sua marca incluída no perímetro da palavra tal qual o dicionário a registra; pertence, de qualquer modo, à palavra o poder figurar ao menos em uma classe. Por isso o núcleo semântico e a classe definem conjuntamente a palavra; em síntese, a palavra é gramaticalmente determinada⁷².

Enfim, não se pode fazer a distinção citada acima entre palavras categoremáticas e palavras sincategoremáticas sem referência à função da palavra no discurso.

Essa marca do funcionamento predicativo na palavra é tão forte que certos autores dão da significação uma definição francamente

71. Cf. nota 35 acima.

72. Esta ausência de autonomia gramatical está aí para lembrar que a palavra é o produto de uma análise de enunciados. Sapir a define: “One of the smallest, completely satisfying bits of isolated ‘meaning’ into which the sentence resolves

contextual ou — segundo a expressão de S. Ullmann — “operacional”⁷³. A teoria de Wittgenstein nas *Investigações filosóficas* — na medida em que se pode ainda falar de teoria — é o exemplo mais “provocante” dessa concepção: “Pode-se, para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra ‘significação’ — se não para *todos* os casos de sua utilização —, explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem”⁷⁴. A comparação da linguagem a uma caixa de ferramentas da qual se pode tirar tanto um martelo como uma tenaz⁷⁵, e posteriormente a comparação — muito saussuriana, ao menos em aparência — da palavra a uma peça de xadrez⁷⁶, tais analogias tendem a reduzir a significação lexical a uma simples função da significação da frase tomada como um todo. Ao menos é a tendência mais geral da semântica dos filósofos de língua inglesa. Assim Ryle, em um artigo célebre, declara que “a significação de uma palavra é seu emprego, isto é, seu emprego na frase, mas a frase não tem emprego: ela se limita a dizer”⁷⁷.

Esses múltiplos reenvios da palavra ao discurso não implicam de modo algum que a palavra não tenha nenhuma autonomia semântica. As razões evocadas acima em favor de sua independência permanecem: posso dizer como se chama uma coisa e procurar um equivalente a seu nome em uma língua estrangeira; posso pronunciar as palavras-chave da tribo; posso designar as entidades dominantes deste ou daquele código moral, os conceitos-mestres desta

itself”, *Language. An Introduction into the Study of Speech*, London, 1921, p. 35. Citou-se acima (nota 27) a definição de palavra para Meillet, que incorpora o emprego gramatical à função semântica. Eis por que a palavra não tem a identidade semântica separada de seu papel sintático; ela não tem sentido senão revestida por um papel gramatical correspondente a uma classe de emprego no discurso.

73. S. Ullmann, *Semantics*, pp. 55, 64-67.

74. L. Wittgenstein, *Investigações filosóficas*, § 43.

75. *Ibid.*, § 11.

76. *Ibid.*, § 31. Para o mesmo conceito em Saussure, cf. *Cours de linguistique générale*, pp. 43, 125, 153.

77. G. Ryle, “Ordinary Language”, in *The Philosophical Review*, LXII: 167-186, 1953. NT — *A linguagem ordinária*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho, São Paulo, Nova Cultural, 4ª ed., 1989 (Os Pensadores).

ou daquela filosofia; posso preparar-me para nomear com exatidão as nuances qualitativas de emoções e sentimentos; posso definir uma palavra por outras palavras e, para classificar, devo definir gêneros, espécies e subespécies, isto é, ainda nomeá-las. Em síntese, nomear é um “jogo de linguagem” importante que justifica plenamente a construção de dicionários e autoriza amplamente a definir a significação pela relação recíproca entre nome e sentido. Mas, se nomear é um importante “jogo de linguagem”, a superestimação da palavra, ou seja, a fascinação pelas palavras, ampliadas até a superstição, a reverência ou o terror, resultam talvez de uma ilusão maior, que Wittgenstein denuncia no início das *Investigações filosóficas*: a ilusão de que o jogo de nomear é o paradigma de todos os jogos de linguagem⁷⁸.

Considera-se esse jogo por si mesmo? O contexto reaparece no próprio perímetro da palavra: o que denominamos diversas acepções de uma palavra são classes contextuais, que emergem dos próprios contextos no termo de uma paciente comparação de amostras de empregos. É como valores contextuais típicos que os múltiplos sentidos de uma palavra podem ser identificados. O semanticista é então levado a dar lugar à definição contextual da significação ao lado da definição propriamente analítica ou referencial; ou, antes, a definição contextual torna-se uma fase da definição propriamente semântica: “A relação entre os dois métodos, ou antes entre as duas fases da investigação, é, finalmente, a mesma que a existente entre língua e discurso: a teoria operacional interessa-se pela significação no discurso, a teoria referencial pela significação na língua”⁷⁹. Poderíamos afirmar, mais fortemente, que a definição de palavra pode aparecer somente no cruzamento da fala e da língua.

c) A dependência da significação da palavra à significação da frase torna-se mais manifesta ainda quando, cessando de considerar a palavra isoladamente, chega-se a seu funcionamento efetivo, atual, no discurso. Tomada isoladamente, a palavra não é ainda senão uma significação potencial, feita da soma de seus sentidos parciais, eles

mesmos definidos pelos tipos de contextos em que podem figurar. Não é senão em dada frase, isto é, em uma instância de discurso, no sentido de Benveniste, que elas têm uma significação atual. Se a redução da significação potencial ao emprego é discutível, a redução da significação atual ao emprego não o é de modo algum. Notava-o Benveniste: “O sentido de uma frase é sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica). A partir da idéia sempre particular, o locutor reúne palavras que, neste emprego, têm um ‘sentido’ particular”⁸⁰.

Desta dependência do sentido atual da palavra em relação ao sentido atual da frase resulta que a função referencial, que se vincula à frase tomada como um todo, reparte-se de alguma maneira entre as palavras da frase. Na linguagem de Wittgenstein⁸¹, próxima da de Husserl⁸², o referente da frase é um “estado de coisas” e o referente da palavra um “objeto”; num sentido muito próximo, Benveniste denomina referente da palavra “o objeto particular ao qual a palavra corresponde no concreto da circunstância ou do uso...”⁸³, e o distingue do referente da frase: “Se o ‘sentido’ da frase é a idéia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato à qual ela se refere e que jamais podemos prever ou adivinhar”⁸⁴.

No limite, caso se faça o acento recair sobre a significação atual da palavra, a ponto de identificar a palavra com esta significação atual no discurso, chegar-se-á a duvidar de que a palavra seja uma entidade lexical e a dizer que os signos do repertório semiótico mantêm-se aquém do limiar propriamente semântico. A entidade lexical é, quando muito, o lexema, isto é, o núcleo semântico separado pela abstração da marca que indica a classe à qual a

78. L. Wittgenstein, *op. cit.*, § 7ss.

79. S. Ullmann, *Semantics*, p. 67.

80. E. Benveniste, “La forme et le sens dans le langage”, in *Le Langage*, p. 37.

81. L. Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*, 2, 01; 2, 011; 2, 02 [ed. br.: *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos, São Paulo, Edusp, 2ª ed., 1994, N. do T.]

82. E. Husserl, *Idées*, I, § 94.

83. E. Benveniste, *op. cit.*, p. 37.

84. *Ibid.*, p. 38.

palavra pertence enquanto parte do discurso; esse núcleo semântico é o que denominamos acima a significação potencial da palavra ou seu potencial semântico, mas isso não é nada de real nem de atual. A palavra real, a palavra enquanto ocorrência em uma frase, já é outra coisa: seu sentido é inseparável de “sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de exercer uma função proposicional”⁸⁵.

Não por acaso deveríamos ter incorporado acima à própria significação potencial, isto é, à palavra isolada, o efeito de contexto. Segundo Benveniste, “o que se chama polissemia não é senão a soma institucionalizada, se assim podemos dizer, destes valores contextuais sempre instantâneos, continuamente aptos a enriquecer-se, a desaparecer, em síntese, sem permanência, sem valor constante”⁸⁶.

Somos assim levados a representar o discurso como um jogo recíproco entre a palavra e a frase: a palavra preserva o capital semântico constituído pelos valores contextuais sedimentados em sua área semântica, e o que ela traz para a frase é um potencial de sentido, sendo que esse potencial não é informe: há uma identidade da palavra. Certamente, é uma identidade plural, uma textura aberta, como dissemos, mas essa identidade basta para identificá-la e para reidentificá-la como a mesma em contextos diferentes. O jogo de nomear, que evocamos há pouco, é possível apenas porque o “diverso” semântico em que consiste a palavra continua a ser uma heterogeneidade limitada, regrada, hierarquizada. A polissemia não é a homonímia. Mas essa *identidade* plural é também uma identidade *plural*. Eis por que no jogo da palavra e da frase a iniciativa do sentido, digamos assim, passa novamente para o lado da frase. A passagem do sentido potencial ao sentido atual de uma palavra requer a mediação de uma nova frase, do mesmo modo que o sentido potencial é extraído de sua sedimentação e da institucionalização dos valores contextuais anteriores. Este traço é tão importante que Roman Jakobson não hesita em fazer da “sensibilidade ao contexto” um critério das línguas naturais por opo-

85. *Ibid.*

86. É. Benveniste, *op. cit.*, p. 38.

sição às línguas artificiais, conjuntamente com os dois outros critérios da plurivocidade e da mutabilidade do sentido⁸⁷.

Essa mediação de uma nova frase é particularmente demandada caso se considere, de novo com Ullmann, o caráter “vago” das palavras e sobretudo o fenômeno da polissemia. É do contexto que a palavra recebe a determinação que reduz sua imprecisão. Isso é verdade mesmo para os nomes próprios: Ullmann nota que, se os nomes próprios têm vários aspectos — a rainha Vitória jovem ou na época da guerra dos Bôeres —, um único é apropriado para uma situação particular⁸⁸; da mesma maneira, Strawson nota que o nome próprio apenas identifica uma única e mesma pessoa se ele é a abreviação de algumas descrições anteriores presentes no restante do contexto (verbais ou não-verbais) em que o nome é mencionado⁸⁹.

Mas é sobretudo função do contexto passar a crivo a polissemia por “conspiração” (Firth) ou “cooptação” (Benveniste) das palavras umas pelas outras. Esta seleção mútua das acepções de sentidos semanticamente compatíveis é operada o mais das vezes de uma maneira de tal modo silenciosa que, em dado contexto, as outras acepções inadequadas nem mesmo aparecem ao espírito; como observou Bréal, “nem mesmo se tem pudor de suprimir os outros sentidos da palavra: estes sentidos não existem para nós, não ultrapassam o limiar de nossa consciência”⁹⁰.

Esta ação do contexto — frase, discurso, obra, situação de discurso —, como redução da polissemia, é a chave do problema que pôs em movimento todo este estudo.

87. Roman Jakobson, *La Linguistique*, *op. cit.*, p. 508: “A variabilidade das significações, em particular os numerosos deslocamentos de sentido e de grande alcance, assim como uma aptidão ilimitada para as paráfrases múltiplas são precisamente as propriedades que favorecem a criatividade de uma língua natural e conferem não somente à atividade poética, mas também à atividade científica possibilidades de invenção contínuas. Aqui, o indeterminado e o poder criador aparecem como totalmente solidários”.

88. S. Ullmann, *Semantics*, p. 52.

89. P. F. Strawson, *Individuals*, pp. 20-21.

90. Citado por S. Ullmann, *Précis de sémantique française*, p. 207.

Compreende-se perfeitamente o que se passa em um enunciado metafórico à luz do fenômeno anterior. Se é verdade que a metáfora incrementa a polissemia, o funcionamento do discurso que a metáfora põe em jogo é o inverso daquele que acabamos de descrever. Para fazer sentido, seria necessário eliminar imediatamente do potencial semântico da palavra considerada todas as acepções *salvo uma*, a que é compatível com o sentido, ele mesmo convenientemente reduzido, das outras palavras da frase. No caso da metáfora, não convém nenhuma das acepções já codificadas; é necessário então considerar todas as acepções admitidas *mais uma*, a que salvará o sentido do enunciado inteiro. A teoria da metáfora-enunciado deu ênfase à operação predicativa. Parece agora que ela não é incompatível com a teoria da metáfora-palavra. É por uma epífora da palavra que o enunciado metafórico obtém seu enunciado de sentido. Dizíamos há pouco, com Ullmann, que a definição “analítica” e a definição “contextual” da palavra são compatíveis entre si na medida em ponto de vista que o da língua e o do discurso invocam-se mutuamente e se completam. É necessário dizer desde logo que a teoria da metáfora-palavra e a teoria da metáfora-enunciado estão na mesma relação.

Esse valor complementar das duas teorias, que põe termo a toda objeção de ecletismo, pode ser demonstrado da seguinte maneira: a teoria da metáfora-enunciado reenvia à metáfora-palavra por um traço essencial que o estudo precedente pôs em relevo e que se pode denominar a *focalização* sobre a palavra, para distinção proposta por Max Black entre “foco” e “quadro”. O “foco” é uma palavra, o “quadro” é uma frase, e é sobre o “foco” que a “gama de lugares comuns associados” é aplicada ao modo de um filtro ou de uma cortina. É ainda por um efeito de focalização sobre a palavra que a interação ou a tensão se polariza sobre um “veículo” e um “teor”. É no enunciado que eles se referem um ao outro, mas é a palavra que assume cada uma das duas funções. Eu me esforçarei igualmente para mostrar no próximo estudo que o desvio no nível da palavra, pelo qual, segundo Jean

91. Estudo V, § 3.

Cohen⁹¹, um desvio no nível predicativo, isto é, uma impertinência semântica, vem a ser reduzido, é também ele um efeito de focalização sobre a palavra que tem origem no estabelecimento de uma nova pertinência semântica no nível mesmo em que a impertinência tem lugar, isto é, no nível predicativo. De diversas maneiras, por consequência, a dinâmica da metáfora-enunciado se condensa ou se cristaliza em um efeito de sentido que tem por foco a palavra.

Mas a recíproca não é menos verdadeira. As mudanças de sentido de que a semântica da palavra procura dar conta exigem a mediação de uma enunciação completa. A focalização do enunciado pela palavra responde a contextualização da palavra pelo enunciado. Em relação a isto, o papel desempenhado pelos campos associativos na semântica de Stephen Ullmann arrisca-se a induzir ao erro. O recurso à associação de idéias é mesmo uma maneira eficaz de eludir os aspectos propriamente discursivos da mudança de sentido e de operar apenas com os elementos, os nomes e os sentidos. No caso da metáfora, em particular, o jogo da semelhança é mantido no plano dos elementos, sem que se possa esclarecer a idéia de que essa semelhança resulta da aplicação de um predicado insólito, impertinente, a um sujeito que, segundo as palavras de Nelson Goodman que comentaremos mais tarde, “cede ao resistir”⁹².

A querela não se limita a propor uma formulação diferente na qual a predicação substituísse a associação. Sobre ao menos dois pontos, a meu ver, o casamento da semântica com a psicologia associacionista tem efeitos nocivos.

Considero, antes de tudo, que a interpretação psicologizante das figuras é responsável pela falsa simetria entre metáfora e metonímia que reina na “retórica restrita” inspirada pelo associacionismo. Esta simetria é demasiado enganadora. Somente a metonímia pode ser tratada puramente como um fenômeno de denominação: uma palavra no lugar de outra; neste sentido, somente ela satisfaz uma teoria da substituição, porquanto somente ela está contida nos limites da deno-

92. Estudo VII, § 3.

minação. A metáfora não difere da metonímia porque a associação se faz aqui por semelhança no lugar de se fazer por contigüidade. Ela difere pelo fato de que opera sobre dois registros, o da predicação e o da denominação, e só opera sobre o segundo porque opera sobre o primeiro. Foi isto que os autores anglo-saxões perceberam perfeitamente; as palavras só mudam de sentido porque o discurso deve fazer face à ameaça de uma inconsistência no nível propriamente predicativo e restabelece sua inteligibilidade ao preço do que surge, no quadro de uma semântica da palavra, como uma inovação semântica. A teoria da metonímia de modo algum faz apelo a tal troca entre o discurso e a palavra. Eis por que a metáfora tem um papel no discurso jamais igualado pela metonímia. Sua diferença de fecundidade põe em jogo fatores mais complexos que a simples diferença entre dois tipos de associação. Não é porque a contigüidade é uma relação mais pobre que a semelhança, ou ainda porque as relações metonímicas são externas, dadas na realidade, e os equivalentes metafóricos criados pela imaginação, que a metáfora prevalece sobre a metonímia, mas porque a produção de uma equivalência metafórica põe em jogo operações predicativas que a metonímia ignora⁹³.

A interpretação psicologizante das figuras tem o inconveniente mais grave ainda de fazer obstáculo ao pleno reconhecimento das trocas entre as palavras e a frase na constituição da figura. O papel atribuído aos campos associativos permite manter a metáfora e a metonímia no espaço da denominação e assim reforçar a teoria da substituição ao apoiá-la sobre o mecanismo psicológico da associação por contigüidade ou por semelhança que opera tanto entre o nome e o nome como entre o sentido e o sentido, ou entre os dois ao mesmo tempo. Em contrapartida, se vemos, como Max Black, na associação um aspecto da “aplicação” de um predicado estrangeiro a um tema que por isso aparece sob um novo dia, então a associação das idéias requer o quadro de uma enunciação completa.

93. G. Esnault nota que a metáfora parece seguir a ordem das coisas: “Ela respeita o curso, a ordem constante dos fenômenos naturais”. Citado por S. Ullmann, *Précis...*, p. 285.

Uma vez superado esse obstáculo, torna-se possível fazer funcionar, para explicar a metáfora, o mesmo mecanismo de troca entre a palavra e a frase que se viu em ação no caso da polissemia. Enfim, é possível formular esse mecanismo sucessivamente em termos de enunciado e em termos de palavra. As duas análises tornam-se não somente complementares, mas recíprocas. Do mesmo modo que a metáfora-enunciado tem como “foco” uma palavra em mutação de sentido, a mudança de sentido da palavra tem como “quadro” uma enunciação completa em tensão de sentido.

Neste ponto para o qual convergem nosso terceiro e nosso quarto estudos, podemos escrever: a metáfora é o resultado de um debate entre *predicação* e *denominação*; seu lugar na linguagem é entre as palavras e as frases.

Estudo V

A metáfora e a nova retórica

Para A.-J. Greimas

OS TRABALHOS DA NOVA RETÓRICA aos quais este estudo é consagrado têm a ambição comum de renovar a tarefa essencialmente taxionômica da retórica clássica ao fundar as *espécies* da classificação nas *formas* das operações que se efetuam em todos os níveis de articulação da linguagem. A nova retórica é tributária de uma semântica elevada a seu mais alto grau de radicalidade estrutural.

Como o período considerado é demasiado curto e os trabalhos demasiado recentes, deter-nos-emos menos no encadeamento histórico das teses que em suas grandes articulações teóricas, tomando por referência terminal a *Rhétorique générale*, publicada pelo Grupo μ (*Centre d'Études Poétiques*, Université de Liège¹). Não que as análises parciais a ser examinadas durante o percurso serão nele recolhidas em sua totalidade, mas todos os problemas que

1. O Grupo μ : J. Dubois, F. Edeline, J. M. Klinkenberg, P. Minguet, F. Pire, H. Trinon (*Centre d'Études Poétiques*, Université de Liège); *Rhétorique générale*, Paris, Larousse, 1970. É necessário acrescentar o importante trabalho de Michel Le Guern, *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*, Paris, Larousse, 1973, que representa também o último estado da investigação em língua francesa. Todavia, não serão feitas senão referências fragmentárias a esta obra no presente estudo, em razão de suas ligações estreitas com as teses de Roman Jakobson que apenas serão discutidas no sexto estudo, e em razão do papel atribuído à “imagem associada”, papel que apenas poderá ser apreciado no próximo estudo.

possam dar lugar a análises particulares serão retomados na síntese da *Rhétorique générale*.

A semântica da palavra exposta no estudo precedente fornece o pano de fundo sobre o qual se destaca esta investigação em pleno crescimento. Dessa semântica, ele herda os dois postulados de base expostos no início do estudo precedente: pertencimento da metáfora à semântica da palavra, enquadramento da semântica da palavra em uma semiótica por meio da qual todas as unidades de língua são variedades do signo, isto é, entidades negativas, diferenciais, opositivas, cujas relações com as outras unidades homólogas são imanentes à própria linguagem.

Mas a semântica estrutural na qual a nova retórica se apóia não é um simples desenvolvimento da semântica exposta acima; ela procede de uma revolução na revolução, que confere aos postulados do saussurianismo uma pureza de alguma maneira cristalina. Em primeiro lugar, a definição de signo é desembaraçada de sua ganga psicológica (imagem acústica, conteúdo mental) e sociológica (o tesouro social da língua inscrito na memória de cada indivíduo), e a relação significante-significado é considerada uma relação *sui generis*. Além disso são extraídas todas as consequências da distinção saussuriana entre forma e substância (quer seja a substância sonora do significante ou a substância psicossocial do significado): as operações que se definirão adiante articulam-se todas no nível da forma da linguagem. A fonologia que Saussure considerava ainda uma ciência anexa fornece o modelo mais puro das oposições, disjunções e combinações que permitem fazer a lingüística passar do plano da descrição e da classificação ao da explicação. Mas, sobretudo, a própria análise do significado encontra-se estendida em uma via que assegura o paralelismo entre os dois planos do significado e do significante; do mesmo modo que a análise do significante, a partir de Troubetzkoy, progrediu essencialmente pela decomposição em traços distintivos que, enquanto tais, não mais pertencem ao plano lingüístico, a análise do significado, com Prieto²

2. Prieto e Ch. Muller, *Statistique et Analyse linguistique*, Strasbourg, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Strasbourg, 1966.

e Greimas³, vai além da espécie lexical distinta, além do núcleo semântico da palavra, até o nível dos *semas* que são para os significados (isto é, as unidades lexicais do capítulo precedente) o que os traços distintivos são para o fonema. O nível estratégico da semântica estrutural desloca-se assim da palavra para o sema, por uma delimitação puramente lingüística, já que nenhuma consciência de locutor, nem no emissor, nem no receptor de mensagens, acompanha a constituição da palavra enquanto coleção de semas. Do mesmo modo, torna-se possível definir não somente entidades de nível sêmico, mas também operações de nível puramente sêmico: principalmente as oposições binárias, graças às quais podem-se representar as coleções de semas como uma hierarquia de disjunções, dão a forma de uma “árvore” ou de um “garfo” a todos os repertórios que a língua oferece no nível propriamente lingüístico, isto é, aquele no qual os locutores se exprimem, significando e comunicando.

Não consideraremos aqui os resultados que a semântica propriamente dita tirou da aplicação do método estritamente estrutural à análise sêmica, assim como não consideramos por si mesma, no estudo precedente, a teoria dos “campos semânticos” de Josef Trier, teoria que seria para a análise sêmica o que a descrição do fenótipo é para a reconstrução do genótipo na concepção biológica do organismo. Para uma exposição desses trabalhos, remetemos pura e simplesmente à *Sémantique structurale* de Greimas. Deter-nos-emos essencialmente nas tentativas que visam redefinir o domínio retórico com base nessa semântica puramente estrutural. Como demos a entender na introdução do estudo anterior, não se deve esperar da neo-retórica um deslocamento da problemática da metáfora comparável ao que os autores anglo-saxões realizaram nesse campo; a

3. A.-J. Greimas, *Sémantique structurale, Recherche de méthode*, Paris, Larousse, 1966; *Du sens. Essais sémiologiques*, Paris, Éd. du Seuil, 1970 (ed. br.: *Semântica estrutural: pesquisa de método*. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo, Editora Cultrix, 1973; *Sobre o sentido*. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar, Petrópolis, Vozes, 1975. *Testemunhos*. Organização de Ana Cláudia de Oliveira. Tradução de Lineide Mosca e Norma Tasca. São Paulo, Educ/Edusp, 1994).

radicalização do modelo semiótico acaba antes por reforçar o privilégio da palavra, por estreitar o pacto entre a metáfora e a palavra e por consolidar a teoria da metáfora-substituição. Além disso, ao mudar de plano estratégico, a semântica estrutural deixa perceber menos facilmente o ponto de sutura possível entre a semiótica da palavra e a semântica da frase e, no mesmo lance, o lugar de troca entre denominação e predicação, que é também aquele no qual a metáfora-palavra encontra sua ancoragem na metáfora-enunciado.

Por todas essas razões, a nova retórica não é, à primeira vista, senão uma repetição da retórica clássica, ao menos aquela das tropos, só que em um grau mais alto de tecnicidade.

Mas isso é tão-só uma primeira aparência; a nova retórica está longe de reduzir-se a uma reformulação em termos somente mais formais que a teoria dos tropos; ela se propõe sobretudo restituir à teoria das figuras toda a sua envergadura. Fizemos várias alusões ao protesto dos modernos contra a “retórica restrita”⁴, muito precisamente contra a redução da retórica à tropologia e, eventualmente, desta ao par da metonímia e da metáfora, para a maior glória da metáfora, pináculo do edifício tropológico. Já Fontanier tivera a ambição de incluir a teoria dos tropos em uma teoria das figuras, mas, sem um instrumento adequado, teve de contentar-se com reorganizar todo o campo da retórica das figuras em função da dos tropos e denominar “figuras não-tropos” todas as outras figuras; o tropo permanecia, assim, o conceito forte, e a figura, o conceito fraco. A retórica nova propõe-se explicitamente construir a noção de tropo sobre a de figura, e não o inverso, e edificar diretamente uma retórica das figuras. O tropo poderá continuar a ser o que era na antiga retórica: uma figura de substituição no nível da palavra. Ao menos ele será enquadrado por um conceito mais geral, o de *desvio*.

Viu-se despontar esse conceito na *Retórica* de Aristóteles, na qual a metáfora é definida, ao lado de outros empregos da palavra

4. G. Genette, “La Rhétorique restreinte”, in *Communications*, 16, Paris, Éd. du Seuil, 1970.

— palavra rara, palavra abreviada, palavra alongada etc. —, como um desvio em relação à norma do sentido “corrente”. Gérard Genette não tem dificuldades em mostrar, em seu “Prefácio” às *Figures du discours* de Fontanier, que o desvio é o traço pertinente da figura⁵.

Mas foi a estilística contemporânea que abriu o caminho para um conceito generalizado de desvio. Jean Cohen recorda-o na *Structure du langage poétique*⁶: “O desvio é a própria definição que Charles Bruneau, retomando Valéry, dava do fato de estilo... [o estilo] é um desvio em relação a uma norma, portanto uma falta, mas, dizia ainda Bruneau, uma falta desejada” (*op. cit.*, p. 13).

Todo o esforço da neo-retórica é, então, incorporar a noção de desvio às outras operações que a semântica estrutural mostra combinarem-se com todos os níveis de articulação: fonemas, palavras, frases, discursos etc. O desvio, no nível da palavra, isto é, o tropo, surge então como um desvio de algum modo local no quadro geral dos desvios. Eis por que se pode ver na retórica nova, de uma parte, uma repetição pouco instrutiva da retórica clássica no que concerne à descrição de metáfora — que continua a ser o que era, a saber, uma substituição do sentido no plano da palavra —, e, de outra, uma explicação muito esclarecedora resultante da integração do tropo em uma teoria geral dos desvios. Vale a pena dar toda a amplitude a esses novos aspectos da teoria geral das figuras antes de retornar aos problemas postos pelo aspecto puramente repetitivo da teoria particular da metáfora.

Proponho ordenar da seguinte maneira os problemas postos por uma teoria geral das figuras:

1. Antes de tudo, em relação a que há desvio? Onde está o grau retórico zero em relação ao qual a distância poderia ser experimentada, apreciada, ou seja, mensurada? A retórica clássica não morreu, entre outras fraquezas mortais, por ter deixado sem resposta essa questão preliminar?

5. G. Genette, “La Rhétorique des figures”, Introduction a Pierre Fontanier. *Les Figures du discours*, Paris, Flammarion, 1968. Cf. acima Estudo II, p. 69.

6. Jean Cohen, *Structure du langage poétique*, Paris, Flammarion, 1966.

2. Em seguida, o que se quer dizer por desvio? Podem a metáfora corporal da *figura* e a metáfora espacial do *desvio* esclarecer-se mutuamente? e o que dizem conjuntamente?
3. E, se desvio e figura querem dizer alguma coisa juntos, quais são as regras de metalinguagem em que se pode falar de desvio e de figura? Dito de outro modo, quais são os critérios do desvio e da figura no discurso retórico? Esta terceira questão fará surgir um novo fator — o da redução de desvio — que não se limita a especificar o conceito de desvio, mas retifica-o a ponto de invertê-lo, donde a questão: o que importa na figura é o desvio ou a redução de desvio?
4. A pesquisa do critério conduz a problemas de funcionamento que põem fora do circuito a consciência dos locutores, que se opera doravante com unidades infralingüísticas, os semas. De que forma o efeito de sentido no nível do discurso liga-se então às operações exercidas sobre os átomos de sentido de nível infralingüístico? Esta quarta questão nos levará a nosso problema inicial, o da inserção da metáfora-palavra na metáfora-discurso.

Deixar-se-á no horizonte da investigação um problema que confina com o objeto da pesquisa anterior. Por que, pode-se perguntar, o uso da linguagem recorre ao jogo de desvios? O que define a intenção retórica da linguagem figurada? Será que a introdução de uma nova informação que enriqueça a função referencial do discurso, ou ainda o excesso aparente de sentido, deve ser reenviada a outra função não-informativa, não-referencial do discurso? Esta última questão só encontrará resposta no sétimo estudo, mais precisamente consagrado ao alcance referencial do discurso.

1. Desvio e grau retórico zero

A primeira questão já é por si considerável. Ela comanda propriamente a delimitação do objeto retórico⁷. A retórica clássica

7. Tzvetan Todorov. *Littérature et Signification*. Appendice: "Tropes et figures", Paris, Larousse, 1967.

talvez esteja morta por não o ter resolvido, mas a neo-retórica não terminou de responder. Todos estão de acordo em dizer que não há linguagem figurada que não se possa opor a outra linguagem que não o seja, e sobre este ponto há igualmente acordo com os semanticistas anglo-saxões: uma palavra metafórica, já se viu, apenas funciona em oposição e em combinação com outras palavras não-metafóricas (Max Black⁸); a autocontradição da interpretação literal é necessária ao surgimento da interpretação metafórica (Beardsley⁹). Qual é, portanto, esta outra linguagem, não marcada do ponto de vista retórico? O primeiro passo é reconhecer que ela não é encontrável. Dumarsais a identificava com o sentido etimológico, mas então todos os sentidos derivados, isto é, todos os usos atuais, são figurados e a retórica confunde-se com a semântica ou, como se dizia então, com a gramática¹⁰; ou, para dizer a mesma coisa de outro modo, uma definição etimológica, portanto diacrônica, do não-figurativo tende a identificar as figuras com a própria polissemia. Eis por que Fontanier opõe sentido figurado a sentido próprio e não mais a sentido primitivo, dando a próprio um valor de uso e não de origem; é no uso atual que o sentido figurado opõe-se ao sentido próprio, a linha de separação divide as partes do sentido, a retórica nada diz da "maneira ordinária e comum de falar", isto é, do que, numa palavra, não é significado por nenhuma outra palavra, dando ao uso um curso forçado e necessário; a retórica apenas se ocupará do não-próprio, isto é, dos sentidos emprestados, circunstanciais e livres. Infelizmente, esta linha não pode ser traçada no interior do uso atual: não existe linguagem neutra. O exame dos critérios o confirmará rapidamente.

8. Cf. acima, Estudo III, pp. 134-136.

9. *Ibid.*, pp. 142-156.

10. Basta comparar as duas definições: a retórica é "o conhecimento dos diferentes sentidos nos quais uma mesma palavra é empregada em uma mesma língua", *Des tropes*, p. V, citado por Todorov, *op. cit.*, p. 94; e de outra parte: "É próprio da gramática fazer entender a verdadeira significação das palavras, e em qual sentido elas são empregadas no discurso", *Des tropes*, p. 22.

Será necessário então limitar-se a registrar esse revés e enterrar a questão com a própria retórica? Deve-se creditar à nova retórica sua recusa a capitular diante dessa questão que, de alguma maneira, guarda dos ataques o limiar da retórica.

Três respostas, que não se excluem mutuamente, foram propostas: dir-se-á, com Gérard Genette¹¹, que a oposição entre figurado e não-figurado é a de uma linguagem real a uma linguagem virtual, e que o reenvio de um a outro tem por testemunha a consciência do locutor e do ouvinte. Essa interpretação liga, por consequência, a virtualidade da linguagem de grau retórico nulo a seu estatuto mental; o desvio situa-se entre o que o poeta pensou e o que escreveu, entre o sentido e a letra; infelizmente, o autor identifica a detecção desse sentido virtual à idéia de que toda figura é traduzível, portanto, à teoria da substituição; o que o poeta pensou pode sempre ser restabelecido por outro pensamento que traduza a expressão figurada em expressão não-figurada. Seria melhor dizer que esse recurso a um termo ausente é inteiramente tributário de uma concepção substitutiva de metáfora, e em geral de figura, e por consequência solidária da tese de que “toda figura é traduzível” (*op. cit.*, p. 213); a palavra real é *posta por* uma palavra ausente, mas restituível por tradução¹².

11. Genette, “Figures”, in *Figures I*, Paris, Éd. du Seuil, 1966, pp. 205-221 (ed. br.: *Figuras*. Tradução de Ivonne Floripes Mantoanelli. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972, “Figuras”, pp. 197-212).

12. Eis uma observação de Gérard Genette que reúne todos os traços evocados aqui: hiato e consciência de hiato, virtualidade da linguagem não-marcada, tradutibilidade de princípio das figuras: “O espírito da Retórica está inteirinho nessa consciência de um hiato possível entre a linguagem real (a do poeta) e uma linguagem virtual (a que teria empregado a expressão simples e comum). Basta restabelecer esse hiato pelo pensamento para delimitar um espaço de figura”, *op. cit.*, p. 207 (p. 200 da edição brasileira). E ainda: “O fato retórico começa lá onde posso comparar a forma de uma palavra ou de uma frase à de outra palavra ou de outra frase que poderiam ter sido empregadas no lugar delas e que poderiam considerar-se equivalentes”. E ainda: “Toda figura é traduzível e traz sua tradução, visível em transparência, como uma filigrana ou um palimpsesto, abaixo de seu texto aparente. A Retórica está ligada à duplicidade da linguagem” (p. 211) (pp. 202 e 203 da edição brasileira). É neste sentido que Genette retoma por sua conta o aforismo de Pascal, posto em exergo a *Figures*, I: “*Figuras traz ausência e presença*”. Donde também a justificação da oposição, por Fontanier, entre a catacrese, cujo uso é forçado, e a figura, cuja combinação é livre.

Essa maneira de ligar consciência de desvio à tradutibilidade implica a condenação disso mesmo que se quer, se não salvar, ao menos descrever. A não-tradutibilidade da linguagem poética não é somente uma pretensão do romantismo, mas um traço essencial do poético. Pode-se salvar a tese ao dizer, com o próprio Gérard Genette, que a figura é traduzível quanto ao sentido e intraduzível quanto à significação, isto é, quanto ao acréscimo que a figura admite, e reenviar a outra teoria, não mais da denominação, mas da denotação, o estudo deste acréscimo. Retornar-se-á a isso adiante. O que cria dificuldade aqui é a idéia de que “toda figura é traduzível”; ora, essa idéia é inseparável da idéia de um desvio entre signos reais e signos virtuais ou ausentes. Eu me pergunto se não se deveria dissociar o postulado do desvio do postulado da tradução implícita, isto é, da substituição, e dizer, com Beardsley¹³, que aquilo a que se opõe a figura é uma interpretação literal da frase inteira cuja impossibilidade motiva a constituição do sentido metafórico. Esta interpretação virtual impossível não é de modo algum a tradução de uma palavra presente por uma palavra ausente, mas uma maneira de fazer sentido com as palavras presentes, que se destrói a si mesma. Eu diria que uma teoria da interação e da metáfora-discurso resolve melhor o problema do estatuto do não-figurado (“vela” no lugar de “navio”!). Permanece a idéia, porquanto profundamente justa, de que a linguagem figurada demanda ser oposta a uma linguagem não-figurada, puramente virtual. Mas essa linguagem virtual não é restituível por uma tradução no nível das palavras, e sim por uma interpretação no nível da frase.

Uma segunda maneira de resolver o paradoxo do inencontrável grau zero é a de Jean Cohen, cuja obra evocaremos mais longamente no parágrafo seguinte do ponto de vista da noção de redução de desvio. Ela consistirá em escolher como referência não o grau zero absoluto, mas um grau zero relativo, isto é, o dos usos da linguagem, que seria o menos marcado do ponto de vista retórico, portanto o menos figurado. Essa linguagem existe: é a linguagem

13. Cf. acima, Estudo III, pp. 150-151.

científica¹⁴. As vantagens dessa hipótese de trabalho são numerosas. Primeiramente, evita remeter à consciência do locutor para mensurar o desvio entre o signo e o sentido. Em segundo lugar, dá conta do fato de que o ponto de vista retórico não é informe: ele já tem uma forma gramatical, o que a teoria precedente não ignora, e sobretudo uma forma semântica, o que a teoria precedente não tematiza, mas pressupõe: por haver desvio entre o signo virtual e o signo real, é necessário também que haja equivalência semântica ou, como se dizia, que haja um sentido que seja o mesmo quando as significações são outras. É necessário que se possa mostrar, se não a linguagem absolutamente neutra, que Todorov diz ser “incolor e morta”, ao menos a aproximação mais cerrada dessa linguagem neutra, pois é isto que permite a escolha da linguagem científica como grau zero relativo. Enfim, a adoção deste nível de referência permite conferir à noção de desvio um valor quantitativo e introduzir em retórica o instrumento estatístico. No lugar de metaforizar o espaço de desvio, o mensuramos. O que se há de mensurar assim não é somente o desvio de toda linguagem poética em relação à linguagem científica, mas o desvio relativo de linguagens poéticas umas em relação às outras; um estudo diacrônico da evolução do desvio, por exemplo da poesia clássica à poesia romântica, posteriormente à poesia simbólica, pode assim escapar ao impressionismo e ao subjetivismo e aceder ao estatuto científico¹⁵.

As dificuldades teóricas talvez não sejam resolvidas, mas são neutralizadas. Elas não são resolvidas porque o estilo da prosa científica já apresenta um desvio: “O desvio em sua linguagem não é

14. Jean Cohen, *op. cit.*, p. 22.

15. O grau zero relativo é alcançado por uma série de aproximações sucessivas: 1) prosa, 2) prosa escrita, 3) prosa escrita científica. 1) “Pretendemos comparar a poesia à prosa e por prosa entendemos provisoriamente o uso, isto é, o conjunto de formas estatisticamente mais freqüentes na linguagem de uma mesma comunidade lingüística” (p. 21); 2) “O princípio de homogeneidade exige que a poesia que é escrita seja comparada à prosa escrita” (p. 22); 3) “Entre todos os tipos de prosa escrita, qual escolher como norma? Evidentemente é necessário voltar-se para o escritor menos preocupado com fins estéticos, isto é, para o cientista” (p. 22).

nulo, mas é certamente mínimo” (p. 22). Onde está a “linguagem natural”, isto é, o pólo negativo do desvio nulo? (p. 23). O que define esse desvio mínimo, e como falar da freqüência de desvio própria a esse estilo? A dificuldade somente é neutralizada pela afirmação de que na linguagem científica o desvio não é nulo, mas tende para zero, portanto de que tal linguagem oferece a melhor aproximação do “grau zero da escritura” (*ibid.*). Um pouco mais adiante, ao tratar do conteúdo, isto é, do significado, Jean Cohen remete por outro viés à noção de grau zero do estilo. A prosa absoluta é o conteúdo enquanto distinto da expressão; a tradutibilidade, seja em outra língua, seja na mesma, permite definir a equivalência semântica das duas mensagens, isto é, a identidade de informação. Desde então, a tradutibilidade pode ser considerada o critério diferencial dos dois tipos de linguagem. A prosa absoluta é a substância do conteúdo, a significação que assegura a equivalência entre uma mensagem na língua de chegada e uma na de partida. O grau zero é a significação definida pela identidade de informação (p. 16). Será a dificuldade eliminada? De modo algum, caso se considere que a tradução absoluta é ela mesma um limite ideal.

A meu ver, os méritos do método são inegáveis, seus resultados dão testemunho disso. Mas eu não diria que a medida dos desvios substitua a consciência de desvio dos locutores; ela dá somente um equivalente. Jean Cohen, aliás, só pede a seu método que “verifique uma hipótese”¹⁶, a qual supõe uma identificação preliminar do fato poético e sua consagração pelo “grande público que se chama posteridade” (p. 17). Não se pode substituí-la pela razão de o termo de comparação ser tomado fora do próprio enunciado poético, em outro

16. Observando que a estatística é a ciência dos desvios em geral, e a estilística é a ciência dos desvios lingüísticos, Jean Cohen propõe-se “aplicar à primeira os resultados da segunda: o fato poético vem a ser então um fato mensurável, e exprime-se como freqüência média de desvios em relação à prosa apresentada pela linguagem poética” (p. 15). Portanto, é em um projeto de estética-ciência que se inscreve a tarefa. A poética deve constituir-se como ciência quantitativa. “O estilo poético será o desvio médio do conjunto de poemas a partir do qual será teoricamente possível mensurar a ‘taxa de poesia’ de um dado poema” (p. 15).

discurso mantido por outros locutores, os cientistas. Do mesmo modo, a consciência retórica esvanece-se com a tensão interna entre duas linhas de sentido. Eis por que me parece mais legítimo manter a idéia de Gérard Genette de uma linguagem virtual em filigrana, ao preço de uma correção que elimine a idéia de tradução palavra por palavra em favor da de uma interpretação literal inconsistente do enunciado inteiro. Para que o dinamismo da tensão entre duas interpretações permaneça imanente ao próprio enunciado, é necessário dizer da interpretação literal o que Gérard Genette diz da tradução, a saber, que a figura a torna “visível em transparência, como um filigrana ou um palimpsesto, debaixo de seu texto aparente”¹⁷. Uma teoria da figura não deve perder a preciosa idéia dessa “duplicidade da linguagem”¹⁸.

Por isso eu disse que a medida do desvio de uma linguagem poética em relação a outra linguagem oferece somente um equivalente, em função de um termo interno de referência, do que se passa no enunciado entre dois níveis de interpretação.

Há menos injustiça em relação ao projeto de Jean Cohen, ao articular esta objeção, já que sua contribuição mais interessante está alhures, na relação entre desvio e redução de desvio. Ora, essa relação é interior ao enunciado poético e remete, por consequência, a uma comparação entre um nível real e um nível virtual de leitura no seio do próprio enunciado poético.

Outra maneira de dar conta do grau retórico zero é considerá-lo uma construção de metalinguagem. Nem virtual no sentido de Genette, nem real no de Cohen, mas construído. É a posição adotada pelos autores da *Rhétorique générale*¹⁹. Do mesmo modo que a composição em unidades cada vez menores faz aparecer do lado do significante componentes — os traços distintivos — que não têm existência explícita e independente na linguagem, a decompo-

sição do significado faz aparecer entidades — os semas — que não pertencem ao plano de manifestação do discurso. De um lado e de outro, o último estado de decomposição é infralingüístico: “As unidades de significação, tais como se manifestam no discurso, começam no nível imediatamente superior” (p. 30). Não se deve limitar ao plano lexical manifesto, mas deslocar a análise ao plano sêmico. O virtual de Genette não deve ser ligado a uma consciência de locutor, mas a uma construção de lingüista: “O grau zero não está contido na linguagem tal qual ela nos é dada” (p. 35). Mas, não sendo essas espécies lexicais distintas, essa redução é uma delimitação metalingüística (*ibid.*). Tal delimitação permite distinguir no discurso figurado duas partes: a que não foi modificada, ou “base”, e a que sofreu desvios retóricos (p. 44). Esta, por sua vez, conserva com seu grau zero certa relação não gratuita, mas sistemática, que faz com que os invariantes possam ser discernidos nesta outra parte. Assim como a base tem a estrutura do sintagma, esses invariantes têm a estrutura constitutiva de um paradigma: aquele no qual figuram a um só tempo o grau zero e o grau figurado.

Remetemos a uma discussão posterior (§ 4), a discussão de teses de base da *Rhétorique générale*. Limitamo-nos aqui a notar que, no que concerne à determinação prática do grau zero, os problemas são os mesmos das interpretações precedentes. Com efeito, o desvio, enquanto tal, pertence ao nível de manifestação do discurso: “No sentido retórico entendemos o desvio como alteração experimentada do grau zero” (p. 41). Isso é correto, se é verdade que a redução de desvio (§ 3) importa mais que o desvio; ora, é ela que faz do desvio uma “alteração significativa” (p. 39). Além disso, em todos os discursos, os semas essenciais são revestidos nos semas laterais que carregam uma informação suplementar inessencial, o que faz que o grau zero prático — aquele que pode ser referido no discurso — não coincida com o grau zero absoluto que uma análise sêmica poderia eventualmente reconhecer e do qual ela assinala o “lugar fora da linguagem” (p. 37). O recurso às probabilidades subjetivas — expectativa realizada etc. — implica também reenvio ao plano de manifestação. E do mesmo modo a noção

17. Gérard Genette, *Figures*, I, *op. cit.*, p. 211 (p. 203 da edição brasileira).

18. *Ibid.*

19. *Rhétorique générale*, pp. 30-44.

de isotopia de Greimas²⁰, tomada como norma semântica do discurso: esta noção implica, com efeito, a regra segundo a qual cada mensagem aspira a ser apreendida como um todo de significação.

A solução do problema do desvio em um plano infralingüístico não se substitui por sua descrição no plano de manifestação do discurso; neste plano, a retórica tem necessidade de fazer referência a um grau zero prático na própria linguagem. É em relação a ele que o desvio é uma “alteração experimentada”. Ora, “sem dúvida é impossível decidir a partir de qual grau de acumulação de semas inessenciais um desvio é percebido” (p. 42). Essas dificuldades concernem precisamente ao domínio das figuras das palavras — os metassemas — ao qual pertence a metáfora.

Além disso, apenas são percebidos pelo leitor ou ouvinte os desvios que se assinalam por uma *marca*, que é uma alteração aproximada do nível de redundância que “constitui um saber implícito de todo usuário de uma língua” (p. 41). Somos reenviados assim ao virtual da interpretação anterior. A caracterização do desvio e da redução de desvio em termos de base e de invariante para aí nos reconduz inelutavelmente; a base, foi dito, é uma forma particular de sintagma e, quanto ao invariante, ele é da ordem do paradigma; ora, “o sintagma é atual e o paradigma é virtual” (p. 44).

2. O espaço da figura

Mas o que significa desvio? A própria palavra é uma metáfora em via de extinção. É uma metáfora espacial. A retórica bate-se valentemente com essa metaforicidade da metáfora que a conduz a descobertas notáveis sobre o estatuto da letra no discurso e, portanto, da “literatura” enquanto tal.

A expressão grega *epiphora* já se nos apresentara com esta dificuldade²¹: a epífora é, de múltiplos modos, espacializante; é

uma transferência de sentido de (*apo*)... para (*epi*); ela está ao lado (*para*) do uso corrente, é uma substituição (*anti*, no lugar de...). Além disso, caso se comparem esses valores espacializantes de transferência de sentido com outras propriedades da metáfora, por exemplo a que “põe sob os olhos”²², e, caso se acresça ainda a observação segundo a qual a *léxis* faz “aparecer” o discurso²³, constitui-se um feixe convergente que requer o vínculo de uma meditação sobre a figura como tal.

Uma observação feita de passagem por Fontanier sobre a própria palavra figura está bem próxima do essencial da questão: “A palavra *figura* apenas deveria ser dita, antes de tudo, ao que parece, dos corpos, ou mesmo apenas do homem e dos animais considerados fisicamente e quanto aos limites de sua extensão. E, nesta primeira acepção, o que significa ela? Os contornos, os traços, a forma exterior de um homem, de um animal, ou de um objeto palpável qualquer. O discurso, que se dirige apenas à inteligência da alma, não é, mesmo considerado quanto às palavras que o transmitem à alma pelos sentidos, um corpo propriamente dito. Ele não tem *figura*, propriamente falando. Mas ele tem, apesar de tudo, em suas diferentes maneiras de significar e de exprimir, alguma coisa de análogo às diferenças de forma e de traços que se encontram nos verdadeiros corpos. É, sem dúvida, de acordo com esta analogia que se diz por *metáfora* as *figuras do discurso*. Mas essa *metáfora* não poderia ser considerada uma verdadeira *figura*, porque não temos na língua outra palavra para a mesma idéia”²⁴.

Duas idéias de espaço são aqui sugeridas, a de uma exterioridade quase corporal, e a de contorno, de traço, de forma; a expressão “forma exterior” as reúne ao sugerir alguma coisa como um meio de espacialidade recoberto por um desenho. Esses dois valores da espacialidade parecem conjuntamente implicados, caso as figuras devam ser definidas como “os traços, as formas ou os aspectos [segun-

20. A.-J. Greimas, *Sémantique structurale*, pp. 69ss.

21. Cf. acima Estudo I, pp. 30-37.

22. *Ibid.*, p. 60.

23. *Ibid.*, pp. 56 e 64-65.

24. P. Fontanier, *Les Figures du discours*, p. 63.

do valor]... pelos quais o discurso, na expressão de idéias, de pensamentos ou de sentimentos, distancia-se mais ou menos [primeiro valor] do que fora a expressão simples e comum”²⁵.

A conexão entre essas observações fugazes e a reflexão mais fundamentada dos neo-retóricos é fornecida na interpretação que Roman Jakobson propõe da função poética na linguagem, em sua famosa comunicação em uma *Conférence Interdisciplinaire sur le Style*²⁶. Depois de ter enumerado os seis fatores da comunicação — emissor, mensagem, destinatário, contexto a ser verbalizado, código comum, contato (físico ou psíquico) —, Roman Jakobson faz corresponder à enumeração dos fatores uma enumeração das funções, conforme domine um ou outro fator. Então ele define a função poética como a função que enfatiza a mensagem por sua própria conta (*for its own sake*), e acrescenta: “Esta função, que põe em evidência o lado palpável dos signos, aprofunda por isso mesmo a dicotomia dos signos e dos objetos” (p. 218). Os dois valores espaciais evocados acima são aqui interpretados de modo totalmente original. De uma parte, a noção de um contorno, de uma configuração da mensagem, surgindo em primeiro plano, é vinculada a um funcionamento preciso dos signos nas mensagens de qualidade poética, a saber, um entrecruzamento muito particular entre os dois modos de disposição fundamentais dos signos, a seleção e a combinação²⁷. Ao introduzir desse modo a consideração de dois eixos ortogonais em vez da simples linearidade da cadeia falada professada por Saussure, é possível descrever a função poética como certa alteração da relação entre esses dois eixos, pois a função

25. *Ibid.*, p. 64.

26. Roman Jakobson, “Closing Statements: Linguistics and Poetics”, in T. A. Sebeok (ed.), *Style in Language*, New York, 1960, trad. fr. in *Essais de linguistique générale*, cap. 11, pp. 209ss.

27. Jakobson vincula, além disso, essas duas disposições ao princípio de similaridade (escolhido entre termos semelhantes) e ao princípio de contigüidade (construção linear da seqüência). Discutiremos no sexto estudo, consagrado ao jogo da semelhança, este aspecto particular da definição do processo metafórico em Roman Jakobson.

poética projeta o princípio de equivalência do eixo da seleção sobre o eixo da combinação; dito de outro modo, na função poética, a equivalência é promovida ao plano de procedimento constitutivo da seqüência e, assim, a recorrência das mesmas figuras fônicas, as rimas, os paralelos e os outros procedimentos aparentados induzem de alguma maneira a uma semelhança semântica.

Vê-se em que novo sentido a quase-corporeidade da mensagem é interpretada: como uma aderência do sentido ao som. Essa idéia parece, aliás, oposta à de desvio entre a letra e o sentido, mas, caso se recorde que esse sentido é virtual, pode-se dizer que na letra do poema som e sentido real aderem um ao outro para produzir figura segundo o procedimento descrito por Roman Jakobson.

De outra parte, a própria noção de uma espacialidade do desvio, não se encontrando mais entre a forma sonora e o conteúdo semântico, é remetida para outro lugar. Ela se cava entre a mensagem acentuada por si mesma e as coisas, o que Roman Jakobson denomina dicotomia dos signos e dos objetos. Compreende-se esse ponto sobre a base do modelo da comunicação que enquadra essa análise, como uma repartição diferente entre as funções: “A poesia não consiste em acrescentar ao discurso ornamentos retóricos: ela implica uma reavaliação total do discurso e de todos os seus componentes, quaisquer que sejam eles” (p. 248). A função a expensas da qual se enfatiza a mensagem é a função referencial. Por ser a mensagem centrada sobre si mesma, a função poética prevalece sobre a referencial; a própria prosa produz esse efeito (*I like Ike*) desde quando a mensagem, em vez de ser atravessada pelo alcance que a conduz para o contexto verbalizado, passa a existir por si mesma. Reservo para uma discussão distinta a questão de saber se em poesia a função referencial é abolida ou se, como sugere o próprio Roman Jakobson, é antes “desdobrada”²⁸; esta questão é, por si mesma, imensa, e implica uma decisão propriamente filosófica sobre o que significa realidade. É provável que a referência ao real cotidiano deva ser abolida

28. Cf. Estudo VII, § 2.

para que seja liberado outro tipo de referência a outras dimensões da realidade. Esta será minha tese no momento oportuno. A idéia de um recuo da função referencial — ao menos tal como o discurso ordinário a exerce — é perfeitamente compatível com a concepção ontológica que será exposta nos últimos estudos. Podemos, portanto, retê-la para a meditação sobre a espacialidade da figura, pois a “conversão da mensagem em uma coisa que dura” (p. 239) é o que constitui a quase-corporeidade, sugerida pela metáfora da figura.

A neo-retórica, explorando a fenda operada por Roman Jakobson, procura elevar-se a uma meditação sobre a *visibilidade* e a *espacialidade* da figura. Todorov, levando adiante a observação de Fontanier sobre a metáfora da figura, declara que a figura é o que faz surgir o discurso tornando-o opaco: “O discurso que nos faz simplesmente conhecer o pensamento é invisível e por isso mesmo inexistente”²⁹. Em vez de desaparecer em sua função de mediação e de tornar-se “invisível” e “inexistente” enquanto “pensamento”, o discurso se designa a si mesmo como discurso: “A existência de figuras equivale à existência do discurso” (p. 102).

A observação não é isenta de dificuldade. Em primeiro lugar, o “discurso transparente” — que seria o grau retórico zero do qual falamos acima — não seria sem forma em outro ponto de vista, na medida em que já foi dito que ele “seria aquele que deixa visível a significação e que não serve senão para ‘se fazer entender’” (p. 102). É necessário que se possa falar da significação sem a figura. Mas, em uma semiótica que não se dedica a descrever o funcionamento próprio do discurso-frase, a noção de significação continua em suspenso. Em segundo lugar, a opacidade do discurso é rapidamente identificada à sua ausência de referência: em face do discurso transparente, diz-se, “há o discurso opaco que é tão bem coberto de ‘desenhos’ e de ‘figuras’ que nada deixa entrever atrás de si; isto seria uma linguagem que não reenvia a nenhuma

29. Tzvetan Todorov, *Littérature et Signification*, p. 102.

realidade, que se satisfaz em si mesma” (*ibid.*). Toca-se no problema da referência sem haver fornecido uma teoria das relações do sentido e da referência no discurso-frase. É perfeitamente concebível que a opacidade das palavras implique referência *outra* e não referência *nula* (Estudo VII).

Permanece, todavia, a idéia preciosa de que uma função da retórica é “nos fazer tomar consciência da existência do discurso” (p. 103).

Gérard Genette leva às últimas conseqüências a metáfora espacial da figura, segundo seus dois valores: distanciamento e configuração³⁰. Há justamente duas idéias: o desvio entre o signo e o sentido virtual, que constitui “o espaço interior da linguagem”, e o contorno da figura: “o escritor desenha os limites deste espaço”, aqui oposto à ausência de forma, ao menos retórica, da linguagem virtual; a espacialidade, segundo esses dois valores, é aqui definida, na tradição da retórica antiga, em relação à linguagem virtual que seria o grau retórico zero (“a expressão simples e comum não tem forma; a figura, sim”, p. 209). Assim, faz-se justiça à idéia de Roman Jakobson de uma acentuação da mensagem centrada sobre si mesma.

Mas por que permanecer na metáfora do espaço em vez de traduzi-la, segundo o próprio preceito do autor que considera toda metáfora traduzível? Essencialmente, para deixar efetivar-se o acréscimo de sentido que, sem pertencer à denotação, isto é, ao sentido comum à figura e à sua tradução, lhe constitui a conotação. A metáfora do espaço do discurso é parcialmente traduzível: sua tradução é a teoria da denotação, e o que nela é intraduzível é seu poder de assinalar um valor afetivo, uma dignidade literária; ao chamar vela um navio, eu conoto a motivação que, no caso da

30. Citou-se já no parágrafo anterior este texto de Gérard Genette: “O espírito da Retórica está inteirinho na consciência de um hiato possível entre a linguagem real (a do poeta) e uma linguagem virtual (a que teria empregado a *expressão simples e comum*). Basta restabelecer esse hiato pelo pensamento para delimitar um espaço de figura”, *Figures I*, p. 207.

sinédoque, deve designar a coisa por um detalhe sensível, e no caso da metáfora deve designar por uma similitude, isto é, nos dois casos por um desvio sensível: essa motivação é “a própria alma da figura” (p. 219). Gérard Genette opõe nesse sentido a “superfície” da forma retórica, “delimitada pelas duas linhas, a do significante presente e a do significante ausente”, à simples forma linear do discurso que é “puramente gramatical” (p. 210). Em seu primeiro sentido, o espaço é um vazio; em seu segundo sentido, é um desenho.

Tornar evidente essa motivação é, assim, “significar a poesia”; tal é a função conotativa da figura. Tornamos a encontrar no mesmo movimento a idéia de Roman Jakobson: a mensagem centrada sobre si mesma. O que o desvio faz surgir para além do sentido das palavras são os valores de conotação; eram eles que a antiga retórica codificava: “Uma vez isolada da palavra viva da invenção pessoal e introduzida no código da tradição, cada figura passa a ter por função apenas designar, à sua maneira especial, a qualidade poética do discurso que a contém” (p. 220). Sobre o *emblema* que constitui para nós, hoje, a “vela do navio clássico”, “pode-se ligar simultaneamente: *aqui, navio e aqui, poesia*” (*ibid.*).

Assim, a teoria das figuras reúne-se a toda uma corrente de pensamento para a qual a literatura se significa a si mesma; o código das conotações literárias, ao qual se liga a retórica das figuras, deve reunir-se aos códigos sob os quais Roland Barthes situa os “signos da literatura”³¹.

A metáfora do espaço interior do discurso deve ser tratada como toda figura: ela denota a distância entre a letra e o sentido virtual, e conota todo um regime cultural, o de um homem que privilegia na literatura contemporânea a sua função auto-significante. É por conta dessas conotações intraduzíveis que Gérard Genette não se impede de traduzir a metáfora do espaço da linguagem e compraz-se em nela permanecer. O espaço da linguagem, com efeito, é um espaço conotado: “*Conotado*, manifestado mais que

designado, falante mais que falado, que se trai na metáfora como o inconsciente se revela num sonho ou num *lapsus*”³².

Será injusto aplicar a esta declaração o que o autor dizia há pouco do valor emblemático da palavra vela e exclamar “aqui, modernidade!”? O que o discurso de Genette sobre a espacialidade do discurso conota é a preferência do homem contemporâneo pelo espaço, depois da inflação bergsoniana da duração (“o homem ‘prefere’ o espaço ao tempo”) (p. 107). Desde então, quando o autor escreve: “Quase poderíamos dizer que é o espaço que fala” (p. 102), seu próprio discurso deve ser interpretado antes como conotação que como denotação: “Hoje a literatura — o pensamento — exprime-se apenas em termos de distância, de horizonte, de universo, de paisagem, de lugar, de sítio, de caminho e de morada: figuras ingênuas, mas características, figuras por excelência, em que a linguagem se *espacializa* a fim de que o espaço, nela, transformado em linguagem, fale-se e escreva-se” (p. 108). Ao escrever esse brilhante aforismo, o autor produz o emblema de seu pertencimento à escola de pensamento segundo a qual a literatura se significa a si mesma.

Eu me pergunto se o que é propriamente denotado e não somente conotado por essa meditação sobre o espaço é inteiramente satisfatório. O que me parece adquirido é a idéia de uma opacidade do discurso centrado sobre si mesmo, a idéia de que as figuras tornam visível o discurso. O que ponho em questão são as duas consequências que se extraem disso. Estabelece-se primeiramente que a suspensão da função referencial, tal qual exercida no discurso ordinário, implica a abolição de toda função referencial, e resta à literatura significar-se a si mesma. Eis aí, ainda uma vez, uma decisão sobre a significação da realidade que excede os recursos da lingüística e da retórica, e que é de ordem propriamente filosófica; a afirmação da opacidade do discurso poético e seu corolário, a obliteração da referência ordinária, apenas são o ponto de partida de uma imensa investigação sobre a referência que não poderia ser resolvida tão sumariamente.

31. Citado por G. Genette, *op. cit.*, p. 220.

32. Gérard Genette, “Espace et Langage”, in *Figures*, I, p. 103.

A segunda reserva conduz à própria distinção entre denotação e conotação; pode-se dizer que a linguagem figurada limita-se a significar a poesia, isto é, a qualidade particular do discurso que contém a figura? O acréscimo de sentido permanecerá então genérico, como o é aliás a advertência: “Aqui, poesia!”. Caso se queira conservar a noção de conotação, seria necessário, em todo caso, tratá-la de modo mais específico, segundo o gênio de cada poema. Responder-se-á que essa qualidade genérica analisa-se, por seu turno, em qualidade épica, lírica, didática, oratória etc.: significar a literatura seria, então, significar as qualidades múltiplas, distintas — as figuras —, das quais a retórica, precisamente, estabelece as listas, que ela classifica e ordena em sistemas? Mas trata-se ainda de designar espécies, tipos. Gérard Genette declara: a retórica preocupa-se pouco com a originalidade ou com a novidade das figuras, “que são qualidades da produção individual e portanto não lhe dizem respeito” (p. 220); o que lhe interessa são as formas codificadas cujo sistema fará da literatura uma segunda língua. O que dizer então das conotações singulares de tal poema? Northrop Frye é mais justo quando diz que a estrutura de um poema articula um “mood”, um valor afetivo³³. Mas então, como sustentaremos no sétimo estudo, esse “mood” é bem mais que uma emoção subjetiva; é um modo de enraizamento na realidade, é um índice ontológico. Com ele retorna o referente, mas em um sentido radicalmente novo em relação à linguagem ordinária. Eis por que a distinção denotação-conotação deve ser considerada inteiramente problemática e ligada a uma pressuposição, propriamente positivista, segundo a qual somente ela poderia denotar a linguagem objetiva da prosa científica. Caso a descartemos, seria não mais denotar o que quer que seja. Esta pressuposição é um preconceito que deve ser questionado enquanto tal.

Não podendo este processo ser tratado aqui, limitar-nos-emos a observar que a afirmação de que o acréscimo de sentido da figura

33. Northrop Frye, *Anatomy of Criticism*, p. 80 (ed. br.: *Anatomia da crítica*. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo, Editora Cultrix, 1973).

resulta da conotação é a exata contrapartida da afirmação discutida acima segundo a qual a figura é traduzível quanto ao sentido; dito de outro modo, que ela não contém nenhuma informação nova. Ora, esta tese é eminentemente discutível. Acredito ter mostrado, com os autores anglo-saxões, que ela é solidária de uma concepção substitutiva de metáfora, a qual continua limitada a uma concepção de metáfora-palavra. Mas, se a metáfora é um enunciado, é possível que esse enunciado seja intraduzível, não somente quanto à sua conotação, mas quanto ao seu próprio sentido, portanto quanto à sua denotação; ele ensina alguma coisa, e assim contribui para abrir e descobrir outro campo de realidade além da linguagem ordinária.

3. Desvio e redução de desvio

Será a figura somente desvio? Com essa questão, entramos em uma criteriologia dos desvios propriamente retóricos. Tal questão não pode ser dissociada da que foi tratada no primeiro parágrafo, a questão do grau retórico zero em relação ao qual há desvio. Não voltaremos a essa dificuldade, porque nos concentraremos numa dificuldade de outro gênero: há critérios para a linguagem figurada? Os antigos, observa Todorov, não conseguiram dar um sentido à idéia de um “desvio para o alógico”³⁴, por não terem definido o caráter lógico do discurso comum e por não se terem dado conta da regra das infrações em que o uso vem limitar as latitudes demasiado indeterminadas da logicidade. O critério de “frequência” (p. 101) padece do mesmo paradoxo: a figura opõe-se às maneiras comuns e usuais de falar, mas as figuras nem sempre são raras e, além disso, o discurso mais raro de todos seria o discurso sem figura. Mais interessante é a observação dos antigos e dos clássicos de que são as figuras que tornam descritível o discurso ao fazê-lo aparecer sob formas discerníveis. Evocamos acima a idéia de que a figura é o que torna o discurso perceptível. Acrescentemos agora: o que o torna descritível.

34. Tzvetan Todorov, *op. cit.*, p. 99.

Mas o próprio autor observa que este terceiro critério — a “descritibilidade” — é apenas um critério frágil; aqui a figura não se opõe a uma regra, mas a um discurso que não se pode descrever. Eis por que boa parte da teoria clássica das figuras, por mais que se possa vinculá-la ao critério fraco, é simplesmente uma antecipação da lingüística e de seus quatro domínios: relação som-sentido, sintaxe, semântica, relação signo-referente (p. 113). Retornaremos a isto no quinto parágrafo.

O critério forte não é fornecido pela idéia de descritibilidade, mas pela de transgressão de regra; mas então, se a própria transgressão deve ser regrada, é necessário completar a idéia de desvio, compreendida como violação de um código, pela de redução de desvio, a fim de dar uma forma ao próprio desvio ou, na linguagem de Genette, de delimitar o espaço aberto pelo desvio.

Devemos a Jean Cohen ter introduzido, de modo a meu ver decisivo, a noção de redução de desvio. A identificação que ele faz da metáfora a toda redução de desvio é mais discutível, mas não afeta a substância de sua descoberta. Em nenhuma parte a confrontação com a teoria da interação será mais esclarecedora e mais proveitosa.

Não retomarei a definição estilística de desvio em Jean Cohen, nem seu tratamento estatístico (cf. § 1), mas retomo sua obra do ponto em que a noção de desvio lhe permite distinguir, no próprio coração do significado, a substância significada, a saber, a informação produzida, e a “forma do sentido” (p. 38), para retomar uma expressão de Mallarmé. “O fato *poético* começa quando Valéry denomina o mar ‘telhado’ e os navios ‘pombas’. Há aí uma violação do código da linguagem, um desvio lingüístico, que se pode, com a antiga retórica, denominar ‘figura’ e que é o único a fornecer à poética seu objeto verdadeiro” (p. 44).

Duas decisões metodológicas intervêm aqui: a primeira diz respeito à distribuição em níveis e em funções, a segunda à introdução da noção de redução de desvio, que nos interessará mais particularmente.

Pela primeira decisão metodológica, o estudioso da poética pode pretender retomar a tarefa da antiga retórica no ponto em que ela se tinha detido: depois de ter classificado as figuras, é necessário retirar delas a estrutura comum. A antiga retórica tinha apenas identificado o operador poético próprio a cada figura: “A poética estrutural situa-se em um grau superior de formalização. Ela procura uma forma das formas, um operador poético geral do qual todas as figuras seriam apenas igualmente realizações virtuais particulares, especificadas segundo o nível e a função lingüística nos quais o operador se atualiza” (p. 50). A análise das figuras — abstraindo-se o segundo tema, o da redução de desvio — far-se-á, em primeiro lugar, segundo os níveis: nível fônico e nível semântico; subsequentemente, segundo as funções. Assim, a rima e o metro são dois operadores fônicos distintos, referindo-se um à função de dicção, outro à função de contraste; no nível semântico, a identificação das três funções de predicação, de determinação e de coordenação permite distinguir um operador predicativo, a metáfora, um operador determinativo, o epíteto, um operador de coordenação, a incoerência. Assim, a metáfora opõe-se, de uma parte, à rima como o operador semântico ao operador fônico, de outra, ao epíteto entre os operadores semânticos. Desse modo, a poética pensa elevar-se de uma simples taxionomia a uma teoria das operações.

Aqui intervém a segunda decisão metodológica: a noção de desvio — tal qual foi definida até agora, isto é, como violação sistemática do código da linguagem —; com efeito, apenas o inverso de outro processo: “A poesia não destrói a linguagem ordinária senão para reconstruí-la sobre um plano superior. À desestruturação operada pela figura sucede uma reestruturação de outra ordem” (p. 51).

Ao reunir as duas regras do método, é possível produzir uma teoria da figura que não seja uma simples extensão da teoria dos tropos. Assim, em sua estrutura profunda, o verso é uma figura semelhante às outras. Mas percebe-se aí tão bem o fenômeno da redução de desvio quanto o fenômeno do desvio? Percebe-se muito bem o fenômeno do desvio, representado primeiramente na versifi-

cação pelo contraste entre a divisão fônica (corte de verso) e a divisão semântica (corte de frase); a produção de uma pausa métrica sem valor semântico constitui uma ruptura do paralelismo fonosemântico. Doravante, oferecerá a versificação ao mesmo tempo algo como uma redução de desvio que atenua o conflito entre metro e sintaxe? A análise quantitativa de Jean Cohen sustenta somente que, da poesia clássica à romântica, e posteriormente à poesia simbolista, “a versificação não cessou de ampliar a divergência entre o metro e a sintaxe, *sempre foi mais longe no sentido do agramaticalismo*” (p. 69). O verso, conclui o autor, é a antífrase. Mas não se vê aí onde está a redução de desvio. O estudo comparativo da rima apresenta o mesmo fenômeno de aumento de desvio, mensurado pela frequência das rimas não-categoriais (p. 85). O mesmo se pode dizer do metro e do desvio que ele cria entre a homometria (e a homoritmia) no plano do significante e uma homossemia que, no poema, não existe (p. 93): “pelo qual é rompido o paralelismo do som e do sentido, e é nessa ruptura que o verso realiza sua verdadeira função” (*ibid.*).

Parece que justamente no plano fônico o desvio opera sozinho, sem a redução de desvio. Deve-se concluir que a contrapartida é somente tratada por omissão (“nós examinamos no presente estudo apenas o primeiro tempo de um mecanismo que, a nosso ver, compreende dois”) (p. 51), ou então que a redução de desvio é, por excelência, um fenômeno semântico? Esta segunda conclusão será particularmente interessante na discussão posterior concernente aos fenômenos de impertinência e de pertinência semânticas³⁵.

Ora, o próprio autor observa que o que impede a figura fônica de destruir inteiramente a mensagem é a resistência da inteligibilidade; é a presença da prosa no coração da poesia: “De fato, a antinomia constitui o verso. Pois ele não é todo inteiro verso, isto é, retorno. Se o fosse, não poderia portar um sentido. Porquanto signi-

35. A versificação visa apenas “enfraquecer a estruturação da mensagem” (p. 96), “embaralhar a mensagem” (p. 99). “A história da versificação, considerada em dois séculos, mostra-nos a argumentação progressiva da des-diferenciação” (p. 101).

fica, continua linear. A mensagem poética é a um só tempo verso e prosa” (p. 101). Penso, não forçar o pensamento do autor ao concluir que o que reduz o desvio fônico é o próprio sentido, isto é, aquilo que, no plano semântico, reduz outro tipo de desvio, ele mesmo propriamente semântico. O fenômeno de redução de desvio, então, teria de ser procurado essencialmente no plano semântico.

A concepção de um desvio — e de uma redução de desvio — próprio ao nível semântico do discurso apóia-se na emergência de um código de pertinência que regra a relação dos significados entre si. É desse código que a mensagem poética constitui a violação. As frases, corretas segundo a sintaxe, podem ser absurdas, ou seja, incorretas segundo o sentido, pela impertinência do predicado. Existe uma lei que exige que, em toda frase predicativa, o predicado seja pertinente em relação ao sujeito, isto é, seja semanticamente capaz de cumprir sua função. Platão já evocava essa lei quando, no *Sofista*, notava que a “comunicação dos gêneros” repousa na distinção entre os gêneros que não convêm de nenhum modo entre si e aqueles que podem convir parcialmente³⁶. Essa lei é mais restritiva que a condição geral de “gramaticalidade” definida por Chomsky, ao menos antes dos desdobramentos propriamente semânticos de sua teoria depois de 1967³⁷. A lei de pertinência semântica, segundo Jean Cohen, designa as permissões combinatórias às quais devem satisfazer os *significados* entre si, no caso de a frase ser recebida como inteligível. Nesse sentido, o código que regra a pertinência semântica é propriamente um “código da fala” (p. 109).

É possível então caracterizar como impertinência predicativa flagrante a expressão de Mallarmé “O Céu está morto”: o predicado

36. Platão, *Sofista*, 251 d, 253 c.

37. Noam Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, MIT Press, 1965 (trad. fr., *Aspects de la théorie syntaxique*, Paris, Éd. du Seuil, 1971). Sobre a semântica gerativa que aos poucos se separou da gramática gerativa e transformacional exposta nessa obra de Chomsky, cf. “La sémantique générative”, por Françoise Dubois-Charlier e Michel Galmiche, *Langages*, XXVII, Paris, Didier-Larousse, septembre 1972.

“está morto” convém apenas aos indivíduos que fazem parte da categoria dos seres vivos.

Mas, dizendo isso, ainda não se falou da metáfora na qual, contudo, se está prestes a reconhecer a característica fundamental da linguagem poética. É que a metáfora não é o próprio desvio, mas a redução de desvio. Só há desvio quando se tomam as palavras em seu sentido literal. A metáfora é o procedimento em que o locutor reduz o desvio ao mudar o sentido de uma das palavras. Como a tradição retórica o estabeleceu, a metáfora é justamente um tropo, isto é, uma mudança do sentido das palavras, mas a mudança de sentido é reação do discurso à ameaça de destruição que representa a impertinência semântica. E esta reação, por seu turno, consiste na produção de outro desvio, no próprio código lexical. “A metáfora intervém para reduzir o desvio criado pela impertinência. Os dois desvios são complementares, mas precisamente porque não se situam no mesmo plano lingüístico. A impertinência é uma violação do código da fala, ela se situa no plano sintagmático; a metáfora é uma violação do código da língua, situando-se no plano paradigmático. Há uma espécie de predominância da fala sobre a língua, em que esta aceita transformar-se para dar um sentido àquela. O conjunto do processo compõe-se de dois tempos, inversos e complementares: primeira posição de desvio: impertinência; segunda redução de desvio: metáfora” (p. 114).

Essa concepção de uma operação compensada, que põe em jogo os dois planos, o da fala e o da língua, é aplicada nos três registros próximos da predicação, da determinação e da coordenação, que a análise funcional distingue no mesmo nível semântico. A bem dizer, a predicação e a determinação se sobrepõem, na medida em que a atribuição de um caráter a um sujeito em caráter de propriedade é estudada, para a “comodidade da análise” (p. 119), sob a forma epítética, e o essencial do estudo da primeira função é uma investigação sobre os *epítetos impertinentes* (“o vento crispado da manhã”, “subiu a áspera escada”).

De acordo com a segunda função — a determinação —, o epíteto tem o sentido preciso de uma quantificação e de uma locali-

zação que fazem que ele mesmo não se aplique senão a uma parte da extensão do sujeito. O uso retórico — portanto impertinente — do epíteto será o que viola essa regra de determinação, e são estes os epítetos redundantes: a pálida morte. À primeira vista, a redundância é o contrário da impertinência (a “esmeralda verde” de Vigny, o “azul blau”³⁸ de Mallarmé). Seria o caso se a determinação não fosse uma função distinta da predicação. Se, ao contrário, as duas figuras são distintas, elas têm cada uma seu tipo de desvio e, neste sentido amplo, de impertinência. A regra que o epíteto redundante viola é que o epíteto traz uma nova informação ao determinar seu sujeito. A violação de tal regra pela redundância resulta em um absurdo, na medida em que torna a parte igual ao todo. Onde está então a redução de desvio? Ela pode consistir em uma mudança da função gramatical (o epíteto separado torna-se oposição, perde sua função determinante para assumir uma função predicativa). O tropo passa a ser, então, gramatical, mas a redução pode consistir também na mudança de sentido da palavra; a tautologia azul blau desaparece se “o azul, por graça da metáfora, toma um sentido que não é mais o do código” (p. 155). Isso conduz à explicação por meio dos epítetos impertinentes³⁹.

A função de coordenação conduz a análise ao exterior da frase, ao plano da sucessão de frases no discurso, e resulta do nível semântico, na medida em que as determinações que a codificam emprestam à homogeneidade semântica idéias “dispostas em conjunto”. O despropósito, como o estilo sem nexo ou incoerente, ao violar essa exigência de unidade temática, remete às regras de pertinência semântica que governam a primeira função, a função predicativa. Pode-se falar de desvio por inconseqüência. É assim a irrupção inesperada da natureza no drama humano, no famoso verso de *Booz*

38. Em francês “*azur bleu*”. Tomei essa bela tradução a Haroldo de Campos em sua tradução de S. Mallarmé, “O azul”, in *Mallarmé*, São Paulo, Perspectiva, 1991 [n. do T.].

39. Deixo de lado o caso da carência da determinação (pronomes pessoais, nomes próprios, demonstrativos, advérbios de tempo e de lugar, tempos do verbo, sem determinação no contexto: pp. 155-163).

endormi (“Um delicado perfume saía de maços de asfódelo; Os suspiros da noite flutuavam sobre Galgala”), e a mistura inesperada do físico e do espiritual (“Eis os frutos, as flores, as folhas e os ramos. Eis também o meu coração que apenas por você bate”, Verlaine, *op. cit.*, p. 177). A redução de desvio produzida pelo não-pertencimento dos termos ao mesmo universo de discurso estará na descoberta de uma homogeneidade. O procedimento é aqui o mesmo que no caso da predicação.

Assim, nos três registros da predicação, da determinação e da coordenação, reina o mesmo processo em dois tempos, e alternadamente “a figura é um conflito entre o sintagma e o paradigma, o discurso e o sistema... O discurso poético toma o sistema no sentido oposto, e nesse conflito é o sistema que cede e aceita transformar-se” (p. 134)⁴⁰.

As observações críticas muitas vezes visam situar a análise de Jean Cohen em relação à teoria da interação exposta no terceiro estudo. Essa comparação faz aparecer uma convergência, em seguida uma divergência, e enfim a possibilidade de uma coordenação.

Começo pela convergência:

Em nenhuma parte o tratamento estrutural da metáfora esteve tão próximo da teoria da interação. Em primeiro lugar, a condição propriamente semântica da metáfora é aí francamente reconhecida, enquanto fenômeno de ordem predicativa. Em relação a isto, o conceito de impertinência semântica em Jean Cohen, e o conceito de enunciado autocontraditório em Beardsley, recobrem-se perfeitamente. A análise de Jean Cohen tem mesmo a vantagem sobre a de Beardsley de distinguir o absurdo da contração, ao distinguir o código de pertinência semântica do código de gramaticalidade e do código de coerência lógica.

40. Jean Cohen nota: “Caso se estenda a flecha sobre o plano diacrônico, tem-se a ‘metáfora de uso’; caso se a dirija na sincronia, tem-se a ‘metáfora de invenção’”. É a única que estudaremos aqui; a metáfora de uso por definição, nós o vimos, não é um desvio”, *op. cit.*, p. 114, nota 1.

Além disso, a teoria dirige-se diretamente à metáfora de invenção, já que a metáfora de uso não é um desvio poético.

Enfim, a amplitude do problema da epífora em Aristóteles é restituída por uma teoria que apanha a universalidade do duplo processo de pôr e de reduzir o desvio. Depois disso, bem se pode querer encontrar querela na terminologia do autor: seria necessário reservar a palavra metáfora para dizer as mudanças de sentido nas quais a relação é de semelhança, ou dar-lhe o sentido genérico de mudança de sentido? A querela é acessória, Jean Cohen está em boa companhia com Aristóteles⁴¹.

E, contudo, a teoria de Jean Cohen, a despeito de seus méritos inigualáveis no restante da literatura de língua francesa sobre o tema, permanece grandemente em débito em relação à dos anglo-saxões. Como se observou, o único fenômeno de ordem sintagmática é a impertinência, a violação do código da fala; a metáfora propriamente dita não é de ordem sintagmática, pois, enquanto violação do código da língua, ela se situa sobre o plano paradigmático. Por este viés, permanecemos na tradição retórica do tropo de uma única palavra, e sob o império da teoria da substituição. Parece-me que a teoria contém uma grave omissão, a da nova pertinência, propriamente sintagmática, cujo desvio paradigmático é somente o inverso. Jean Cohen escreve: “O poeta age sobre a mensagem para modificar a língua” (p. 115). Não deveria escrever também: o poeta muda a língua para agir sobre a mensagem? Não está próximo de o fazer quando acrescenta: “Se o poema viola o código da fala, é porque a língua o restabelece ao transformar-se” (*ibid.*)? Mas então não é verdade que o “objetivo de toda poesia” é o de “estabelecer uma mutação da língua que é, ao mesmo tempo, nós o veremos, uma metamorfose mental” (p. 115). O objetivo de toda poesia é antes, parece, o de estabelecer uma nova pertinência por meio de uma mutação da língua.

41. Jean Cohen leva um pouco mais longe o “gênero”, denominando metáfora todas as figuras, nela compreendendo a rima, ou a inversão; mas, para falar de rima-metáfora, seria necessário ter mostrado o fenômeno de redução de desvio no plano da versificação, o que não foi feito, e que, talvez, não poderia ser feito. Parece justamente, com efeito, que toda redução de desvio é finalmente semântica.

É a força da teoria da interação manter, no mesmo plano, a saber, o da predicação, os dois estádios do processo, pôr e reduzir desvio. Ao alterar o código lexical, o poeta “produz sentido” com o enunciado inteiro que contém a palavra metafórica. A teoria estrutural de Jean Cohen desembaraça-se de tal conceito, a fim de só operar com dois tipos de desvio. Por essa economia conceitual, ela consegue conduzir a metáfora ao aprisco da palavra e sob a guarda da teoria da substituição; assim, é eludido o problema posto pela instauração de uma nova pertinência.

Parece-me, não obstante, que a própria análise de Jean Cohen recordará este termo ausente: a posição do desvio faz aparecer epítetos impertinentes (Jean Cohen tem razão em conduzir à “forma epitética” a própria predicação [p. 119], isto é, a atribuição de um caráter de propriedade de um sujeito lógico), com o risco de dar em seguida ao epíteto propriamente dito uma função distinta de determinação (p. 137). Não seria necessário pôr diante do desvio paradigmático, isto é, lexical, a nova conveniência como epíteto e, portanto, falar de epíteto metaforicamente pertinente?

É verdade que o próprio Jean Cohen afirma que a poesia faz nascer “uma nova ordem lingüística fundada sobre as ruínas da antiga, pela qual... se constrói um novo tipo de significação” (p. 134). Mas veremos que o autor, como Gérard Genette e outros, não procura essa ordem do lado da informação objetiva, mas de valores afetivos de caráter subjetivo. Não se poderia conceber a hipótese de que é por não ter refletido sobre a nova pertinência no nível da predicação que o autor acrescenta à idéia de um desvio paradigmático a idéia de um novo tipo de significação sem alcance referencial?

É por meio desta função que o autor reencontra, para logo afastar, o tratamento propriamente semântico do desvio coordenativo (o terceiro tipo de nível semântico): “Entre os termos heterogêneos — diz ele — é necessário descobrir a homogeneidade” (p. 178). Deve-se considerar a nova pertinência? Não: logo se tem assimilado este caso ao do desvio predicativo, e tem-se limitado, além disso, a “semelhança afetiva” que faz sair inteiramente do domínio

semântico: “A unidade emocional, conclui-se, é o inverso da inconsequência nocional” (p. 179).

O termo ausente é, contudo, percebido várias vezes: o autor considera que a poesia, como todo discurso, deve ser inteligível para seu leitor, pois ela é, como a prosa, um discurso que o autor produz para seu leitor. A redução de desvio não pode então produzir-se no mesmo plano em que surgiu o desvio? “A poetização é um processo de duas faces, correlativas e simultâneas: desvio e redução, desestruturação e reestruturação. Para que o poema funcione poeticamente, é necessário que na *consciência do leitor a significação seja a um só tempo perdida e reencontrada*” (grifado pelo autor) (p. 182). Mas, então, será necessário reenviar a outras disciplinas, “psicologia ou fenomenologia”, o cuidado de determinar a natureza desta “transmutação” (*ibid.*) que tira sentido do não-sentido?

Depois de ter dado lugar à pertinência e à impertinência predicativas, a teoria de Cohen liga-se de novo às outras teorias estruturais que operam apenas com signos ou coleções de signos e ignoram o problema central da semântica: a constituição do sentido como propriedade da frase indivisa.

Essa omissão do momento propriamente predicativo da metáfora não é isenta de consequência. Como a mutação lexical apenas é tematizada pela teoria, o estudo da função poética será privado de seu suporte essencial, a saber, a mutação do sentido no nível em que se declara a impertinência semântica. Não é surpreendente então que se recaia em uma teoria da conotação e, por isso, em uma teoria emocionalista da poesia. Somente o reconhecimento da nova pertinência semântica operada pela mutação lexical poderia conduzir a uma investigação dos novos valores referenciais vinculados à inovação do sentido, e abrir o caminho para um exame do valor heurístico dos enunciados metafóricos.

Mas eu não gostaria de terminar com esta nota crítica. A adição do momento predicativo, que chamo a *nova pertinência*, permite ao mesmo tempo dizer em que nível toma sentido e validade uma

teoria do desvio paradigmático. Ter-se-á compreendido mal a minha crítica caso se conclua disso que se deva rejeitar a noção de desvio paradigmático.

Ela toma, ao contrário, todo o seu valor caso a vinculemos ao termo ausente da teoria, o de *nova pertinência*. O propósito de Jean Cohen, com efeito, é mostrar como o plano sintagmático e o paradigmático, longe de oporem-se, completam-se. Ora, somente a instauração no enunciado metafórico de uma nova pertinência permite ligar um desvio lexical a um desvio predicativo.

Assim, devolvido a seu lugar, o desvio paradigmático reencontra todo o seu valor: ele corresponde, na teoria da interação, ao fenómeno de *focalização* sobre a palavra que descrevemos no final do estudo anterior⁴². O sentido metafórico é um efeito de todo o enunciado, mas focalizado sobre uma palavra que se pode chamar palavra metafórica. Eis por que se deve dizer que a metáfora é uma inovação semântica a um só tempo de ordem predicativa (nova pertinência) e de ordem lexical (desvio paradigmático). Sob seu primeiro aspecto, ela resulta de uma dinâmica do sentido; sob o segundo, de uma estática. É sob este segundo aspecto que uma teoria estrutural da poesia o alcança.

Não há conflito propriamente dito entre a teoria da substituição (ou do desvio) e a teoria da interação; esta descreve a dinâmica do enunciado metafórico, e somente ela merece ser denominada uma teoria *semântica* da metáfora. A teoria da substituição descreve o impacto dessa dinâmica sobre o código lexical em que lê um desvio: ao fazer isso, oferece um equivalente *semiótico* do processo semântico.

As duas aproximações são fundadas no duplo caráter da palavra: enquanto lexema, ela é uma diferença no código lexical, e por isso é afetada pelo desvio paradigmático descrito por Jean Cohen; enquanto parte do discurso, ela contém uma parte do sentido que pertence a todo o enunciado, e é enquanto tal afetada pela interação que descreve a teoria dita da interação.

42. Cf. acima, Estudo IV, p. 205.

4. O funcionamento das figuras: a análise “sêmica”

A questão dos critérios do desvio retórico poderia ser posta ainda no plano de manifestação do discurso. A questão do funcionamento recorda uma mudança de plano comparável à que leva a decompor os fonemas, últimas unidades distintivas na ordem do significante, em traços pertinentes de ordem infralingüística. Da mesma maneira, o *significado* pode ser decomposto em átomos semânticos — os semas — que não pertencem mais ao plano de manifestação do discurso. A *Rhétorique générale* do Grupo de Liège e, em um grau menor, a obra de Le Guern⁴³ hão de servir-me de guia. Já evocamos antes esta decisão metodológica a propósito da determinação do grau retórico zero. Deixamos para mais tarde o exame do problema posto por essa estratégia. Nós o faremos agora, na própria ocasião da passagem de uma simples criteriológica a uma teoria dos funcionamentos.

O desafio do empreendimento é a possibilidade de ligar os conceitos operatórios (desvio, redundância etc.) às operações simples, tais como *suprimir* e *acrescentar*, que sejam válidas em todos os níveis de efetuação do discurso. Assim, faríamos justiça à universalidade da noção de figura e à generalidade da própria retórica.

43. *La Sémantique de la métaphore et de la métonymie*, de Le Guern, tem em comum com a *Rhétorique générale* a hipótese de análise componencial do significado, recebido de Greimas, em virtude da qual a metáfora deve ser tratada como uma alteração da organização sêmica de um lexema. Mas esta tese de semântica estrutural é reposta no quadro de uma oposição emprestada de Jakobson, a do processo metafórico e do processo metonímico. Eis por que referimos sua análise depois da discussão da tese de Jakobson. Além disso, esta é reinterpretada no sentido de uma oposição entre relação intralingüística e relação extralingüística ou referencial: “Ao se repor esta distinção da análise de Jakobson deve-se supor que o processo metafórico refere-se à organização sêmica, ao passo que o processo metonímico modificaria apenas a relação referencial” (p. 14). Disso resulta uma grave divergência com as análises da *Rhétorique générale* (assinalada na p. 15, nota 17). Desde que, com efeito, a noção de organização sêmica é oposta à de um deslizamento de referência, ela toma por contraste uma significação bastante diferente. Ressaltaremos, no momento oportuno, outras importantes diferenças entre Le Guern e o Grupo de Liège. Encontrar-se-á uma análise de conjunto da obra de Le Guern no Estudo VI, § 5.

Mas a pressuposição que precede todas as outras análises e sobre a qual os autores passam muito rapidamente (p. 37) é que todos os níveis de decomposição, no sentido descendente, e de integração, no sentido ascendente, são homogêneos. Reconhecemos aí o que denominamos *postulado semiótico*⁴⁴. Emprresta-se, é certo, de Benveniste sua idéia da hierarquia dos níveis, mas se lhe destrói o vértice ao privá-la de seu corolário fundamental, a dualidade entre as unidades semióticas ou signos e as unidades semânticas ou frases. O nível da frase é somente um entre os outros (cf. quadro I, p. 31), e a frase mínima acabada “define-se pela presença de dois sintagmas, um nominal e outro verbal, pela ordem relativa desses sintagmas e pela complementaridade de sua marca” (p. 68). Mas essa ordem e essa complementaridade não constituem um fator heterogêneo em um sistema no qual o acréscimo e a supressão serão as operações fundamentais. Essas operações exigem que se trabalhe apenas com coleções. Fonemas, grafemas, palavras etc. são coleções (vejam-se as definições, p. 33); a frase se define, ao menos em francês, “pela presença mínima de certos constituintes, os sintagmas” (p. 33), os quais se definem, por sua vez, pelo pertencimento dos morfemas que os constituem em classes. Quanto aos morfemas, eles se decompõem, de uma parte, em fonemas e depois em traços distintivos (infralingüísticos), de outra, em sememas (as palavras) e depois em semas (infralingüísticos). Nenhuma descontinuidade é admitida, nem na escala ascendente, nem na descendente. Eis por que todas as unidades em todos os níveis poderão ser consideradas “coleções de elementos antecipados preliminares sobre repertórios preexistentes” (p. 31). A frase não é exceção, pois é definida, quanto a seu valor gramatical, como “coleção de sintagmas e de morfemas provida de uma ordem e que admite a repetição” (*ibid.*). Essa ordem é o que Émile Benveniste denomina predicado e que rompe a monotonia da hierarquia. Em uma perspectiva semiótica, a ordem é somente um aspecto da coleção.

O quadro das *metáboles* (isto é, de todas as operações sobre a linguagem) apresenta o mesmo caráter homogêneo, e é estabelecido

44. Cf. Estudo III, § 1; Estudo IV, §§ 1 e 5.

sobre a base de uma dupla dicotomia: por um lado, segundo a distinção entre o significante e o significado (a expressão e o conteúdo, na terminologia de Hjelmslev) e, por outro, segundo a distinção entre entidades menores que a palavra (ou iguais à palavra) e entidades de graus superior.

Quatro domínios são distinguidos desse modo: o domínio dos *metaplasmos* é o das figuras que agem sobre o aspecto sonoro ou gráfico das palavras e das unidades menores; o das *metataxes* contém figuras que agem sobre a estrutura da frase (definida como se disse acima). *O terceiro domínio é o que contém a metáfora*; os autores da *Rhétorique générale* o denominavam o domínio dos *metassememas* e o definiam assim: “Um metassemema é uma figura que substitui um semema por outro, isto é, que modifica os conjuntos de semas do grau zero. Este tipo de figura supõe que a palavra se iguale à coleção de semas nucleares sem ordem interna que não admitam a repetição” (p. 34). Segue-se, por fim, o domínio dos *metalogismos*: estas figuras modificam o valor lógico da frase (de acordo com a segunda definição referida acima).

Admite-se desde o princípio que a metáfora deve ser buscada entre os metassememas, portanto entre as figuras de palavras, como na retórica clássica; será difícil, então, ligar seu funcionamento a um caráter predicativo dos enunciados, na medida em que as metataxes constituem uma classe distinta e na medida em que a estrutura da frase que elas modificam é considerada do ponto de vista da coleção de seus constituintes (sintagmas ou semas). A via da metáfora-enunciado é assim impedida. Admite-se ao mesmo tempo, como a retórica clássica, que os metassememas são fenômenos de substituição (substituição de um semema por outro). A originalidade da obra, no que concerne à metáfora, não consiste nem na definição da metáfora como figura de palavra, nem na descrição dessa figura como substituição, mas está na explicação da própria substituição por uma modificação que conduz à coleção de semas nucleares. Em outras palavras, toda a originalidade está na mudança do nível de análise, na passagem ao plano infralingüístico dos semas, que são para o significado o que os traços distintivos são para o significante.

Todo o aparelho de conceitos operatórios e de operações postas em ação não conduzirá a nenhuma mudança essencial na teoria da metáfora, mas somente a um nível mais alto de tecnicidade e à redução das figuras de palavras à unidade-tipo de funcionamento de todas as figuras.

Pode-se esperar, contudo, que o quadro adotado pela neo-retórica se rompa do mesmo modo que o da antiga retórica, sob a própria pressão da descrição que, de bom ou mau grado, reintroduz os traços predicativos da metáfora.

A mudança de nível estratégico permite introduzir conceitos operatórios, em seguida operações, que agem em todos os níveis em que unidades de significação puderam ser reduzidas às coleções de elementos. Elas serão encontradas, portanto, em ação nas quatro classes de metáboles.

Já evocamos esses conceitos operatórios a propósito da noção de grau zero. Os conceitos operatórios são os da teoria da informação (o conceito de informação semântica é o de Carnap e Bar-Hillel: a precisão de uma informação é determinada pelo número de escolhas binárias que devem ser efetuadas para ter acesso a ela, podendo-se, assim, dar uma significação numérica aos acréscimos e supressões de unidades em que consistirão as transformações aplicadas às unidades de significação). Torna-se então possível retomar as noções de desvio e de redução de desvio, consideradas nos dois parágrafos precedentes, assim como a noção de convenção, que é um desvio sistemático, e exprimir essas noções em termos de redundância e de autocorreção: o desvio diminui a redundância, portanto a previsibilidade; a redução de desvio é uma autocorreção que restabelece a integridade da mensagem; toda figura altera a taxa de redundância do discurso, seja reduzindo-a, seja aumentando-a, e as convenções operam em sentido inverso do desvio propriamente dito do ponto de vista da redundância, na medida em que a reforçam⁴⁵. Quanto à redução, ela implica duas condições: 1) no

45. *Rhétorique générale*, pp. 38-45.

discurso figurado pode-se distinguir, por um lado, uma parte ou “base”, que não foi modificada e é forma particular de sintagma, e, por outro, uma parte que sofreu desvios retóricos; 2) a segunda parte conserva com seu grau zero certa relação que se ordena sob certos paradigmas de articulação do grau zero e do grau figurado; este ponto é importante para a teoria da metáfora; o invariante de ordem paradigmática será o termo virtual comum ao grau zero e ao grau figurado. Encontramos aqui um postulado que já mostramos pertencer ao mesmo modelo que os outros postulados do desvio e da substituição. A metáfora é uma substituição no interior de uma esfera de seleção denominada aqui o invariante e tem o estatuto de paradigma, ao passo que a base, que tem o estatuto de sintagma, permanece não modificada. Já é dizer que a informação pela figura é nula. Eis por que sua função positiva é reenviada ao estudo do *éthos*, isto é, do efeito estético específico considerado o verdadeiro objeto da comunicação estética.

“Em resumo, a retórica é um conjunto de desvios suscetíveis de autocorreção, isto é, que modifica o nível normal de redundância da língua, que transgredir as regras ou inventa novas. O desvio criado por um autor é percebido pelo leitor graças a uma marca e em seguida reduzido graças à presença de um invariante” (p. 45). (Interrompo propositadamente a citação antes da introdução da noção de *éthos*, a qual, juntamente com a de desvio, de marca, de invariante, completa a lista dos “conceitos operatórios”, pp. 35-45.)

As operações que dizem respeito à totalidade do campo das figuras e são denominadas provisoriamente transformações — as metáboles — distinguem-se em dois grandes grupos, conforme alterem as próprias unidades ou a sua posição, isto é, a ordem linear das unidades, e são, portanto, ou substanciais ou relacionais. As figuras de palavras são afetadas pelo primeiro tipo de transformação. A idéia-chave — de que a noção de “coleção” permitia prever — é de que as operações desse grupo conduzem a acréscimos e a supressões, isto é, em virtude dos conceitos operatórios adotados, a um aumento ou a uma diminuição da informação. O segundo tipo de operações não nos interessa, na medida em que a palavra é uma

coleção de semas nucleares sem ordem interna. Portanto, a metáfora não há de pôr em jogo nem o funcionamento sintagmático, nem o conceito de ordem implicado pela frase.

A teoria dos *metassememas* (novo nome dado aos tropos ou figuras de uma única palavra, para marcar a simetria com a metábole e o metaplasmo já admitida [p. 33] e, além disso, para designar a natureza da operação em causa) é a aplicação rigorosa das operações de adição e de supressão à coleção de semas ou unidades mínimas de sentido, em que consiste a palavra. A retórica clássica só conhecia o efeito de sentido, a saber, o fato de que a figura “substitui o conteúdo de uma palavra por outro” (p. 93). A retórica geral considera essa definição nominal como adquirida, mas ela explica a substituição por um arranjo de semas resultante do acréscimo e da supressão, sendo que uma parcela do sentido inicial — a base — permanece sem modificação⁴⁶.

A tarefa encontra, todavia, uma dificuldade maior: como distinguir figura e polissemia? Uma palavra, com efeito, é definida em lexicologia pela enumeração de suas variantes semânticas ou sememas; estas são classes contextuais, isto é, tipos de ocorrência em alguns contextos possíveis. A palavra do dicionário é o *corpus* constituído por estes sememas. Ora, já esse campo representa o fenómeno de desvio, mas interno a esse *corpus*, entre um sentido principal e os sentidos periféricos (a *Rhétorique générale* reenvia aqui à análise sêmica da palavra *cabeça* na *Sémantique structurale* de Greimas⁴⁷). A palavra considerada paradigma de seus empregos possíveis apresenta-se assim como uma área de substituição, na qual todas as variantes têm um direito igual (cada emprego da palavra

cabeça é um metassema equivalente a todos os outros). Se os desvios que constituem as figuras de palavras são também substituições, e se a palavra lexicalizada contém em si mesma desvios, processo semântico e processo retórico tornam-se indiscerníveis. É para isso que tende, aliás, como veremos, a noção de processo metafórico de Jakobson: toda seleção paradigmática torna-se metafórica⁴⁸.

Os autores da *Rhétorique générale* estão muito conscientes dessa dificuldade, mas a resposta que eles oferecem apela implicitamente, parece-me, a uma teoria da figura do discurso estranha a seu sistema.

Para “restituir ao processo retórico a sua especificidade em relação ao processo puramente semântico” (p. 95), é necessário, antes de tudo, introduzir a idéia de uma tensão entre as variantes de sentido: apenas existe figura se, na mudança de sentido, “subsiste uma tensão, uma distância, entre os dois sememas, dos quais o primeiro permanece presente, mesmo que implicitamente” (p. 95). O que é essa tensão? Admitamos que se possa contê-la no espaço da palavra. Mas o que acontece com sua marca? (a figura, com efeito, é um desvio percebido, mas é necessário que a palavra seja “percebida” [p. 96] como carregada de um novo sentido). Aqui um fator sintagmático, um contexto deve necessariamente intervir: “Se ainda é verdade dizer que o metassema pode reduzir-se para modificar o conteúdo de uma única palavra, é necessário acrescentar, para ser completo, que a figura apenas será percebida em uma seqüência ou frase” (p. 95). Será necessário somente “para ser completo”? Será a frase somente a condição da percepção da marca, ou ela não estará implicada na própria constituição da figura? Repetimos, não há metáfora no dicionário; então, se a polissemia é lexicalizada, a metáfora, ao menos a de invenção, não o é, e quando se torna é porque a metáfora de uso juntou-se à polissemia. Ora, parece justamente que um fator sintagmático da ordem da frase está na origem da figura e não somente de sua marca: na figura, a mensagem é perce-

46. Sobre o ponto preciso da definição da metáfora por uma alteração da composição sêmica, é total o parentesco entre a semântica de Le Guern e a do Grupo de Liège. Tanto de um lado como de outro, o mesmo primado é conferido ao lexema, isto é, à palavra e não à frase. Tanto de um lado como de outro, supõe-se uma constituição sêmica preliminar do lexema, na base da qual se explica a metáfora “pela supressão ou, mais exatamente, por colocar-se entre parênteses uma parte dos semas constitutivos do lexema empregado”, Le Guern, *op. cit.*, p. 15.

47. A.-J. Greimas, *Sémantique structurale*, pp. 42ss.

48. Cf. adiante, Estudo VI, § 1.

bida como lingüisticamente incorreta. Ora, essa incorreção é, em seu conjunto, um fato de discurso; caso não se concorde com isto, não se pode — como o fazem, apesar de tudo, os autores da *Rhétorique générale* — integrar à teoria dos metassememas a noção de impertinência semântica de Jean Cohen: “Unimo-nos aqui a Jean Cohen que formulou muito nitidamente a complementaridade destas duas operações: percepção e redução de desvio; a primeira situa-se justamente sobre o plano sintagmático, a segunda sobre o plano paradigmático” (p. 77). Mas como não ver que a “inadequação... de ordem semântica” (p. 96) é um fato de predicação que rompe o próprio conceito de metassemema? A *Rhétorique générale* supera a dificuldade ao rejeitar entre as “condições extrínsecas” (*ibid.*) as condições manifestamente intrínsecas da produção do efeito de sentido. Explico da seguinte maneira a facilidade com que os autores chegam à redução das condições sintagmáticas das figuras de palavras a uma simples condição extrínseca: é provável que a sinédoque, à qual logo se reduzirá a metáfora, preste-se melhor a essa redução do que a própria metáfora, e que a dissimetria entre as duas figuras resida precisamente em uma diferença no nível do funcionamento da frase. Voltaremos a isto adiante.

Como em Jean Cohen, a redução de desvio, que se admite desenrolar-se apenas no plano paradigmático, é que suporta todo o peso da explicação. Mas como operam o acréscimo e a supressão?

A resposta a essa questão não pode ser dada diretamente: ela demanda que se resolva previamente a questão do corte semântico. Ora, este passa pelo desvio do *objeto* e de seu correspondente lingüístico, o *conceito*. Esta peripécia é anunciada desde o início da obra: “Pode-se igualmente considerar que certas palavras remetem de modo mediado a um objeto = coleção de partes coordenadas, e que a decomposição do objeto em suas partes no nível do referente tem seu correspondente lingüístico (no nível dos conceitos), tanto uma como outra sendo designáveis por palavras... os resultados destas duas decomposições são inteiramente diferentes”

(p. 34)⁴⁹. Essas duas decomposições são denominadas, adiante, “modelos de representação”, isto é, “modelos que podem servir para a descrição do universo das representações” (p. 97). Análise material do objeto e análise nocional do conceito não se sobrepõem; a primeira conduz a um ajustamento das classes, em que a análise repousa sobre similitudes, a segunda conduz a uma árvore disjuntiva, em que a análise repousa sobre diferenças.

Parece justamente que o modelo propriamente lingüístico (séries endocêntricas descritas nas pp. 99-100) não é independente dos modelos “puramente cognitivos” (p. 97), na medida em que os itinerários lineares descendentes segundo os quais se sucedem as séries de palavras são “traçados na pirâmide de classes ajustadas ou na árvore disjuntiva” (p. 99). Aliás, os autores o afirmam claramente: “É sempre o próprio universo semântico que está na base da estruturação do vocabulário” (*ibid.*).

Os dois tipos de *decomposição* semântica considerados são assim calcados sobre o ajustamento de classes e a decomposição sobre o modelo de árvore disjuntiva; a decomposição sobre o modo concei-

49. Pode-se resolver a questão do corte semântico sem recorrer à estrutura do referente? É o que deve pressupor Le Guern por reservar ao funcionamento da metonímia as modificações da relação referencial. A oposição entre reorganização sêmica e deslizamento de referência supõe que se dissocia inteiramente análise sêmica e análise conceitual ou objetiva. Em seu capítulo “Por une analyse sémique”, *op. cit.*, pp. 114ss., Le Guern censura a maior parte das tentativas de análises do lexema em semas pelo fato de deslizarem “para uma estruturação do universo” (p. 114), o que condena a análise sêmica a um empreendimento enciclopédico, impossível pelo próprio fato a ser realizado (*ibid.*). Esta censura vincula-se a um cuidado mais geral do autor em dissociar o semântico do lógico. Serão verificadas importantes consequências no próximo estudo (papel da imagem associada, diferença entre metáfora, símbolo, similitude, comparação etc.). Segundo ele, os empregos metafóricos de uma palavra assinalam precisamente a diferença entre análise sêmica e saber referencial do objeto. A dificuldade deste critério é que apenas põe em jogo metáforas lexicalizadas que, segundo a própria confissão do autor, só existem em pequeno número (p. 82). Nosso tema constante de que não há metáforas vivas no dicionário toma o mesmo sentido. Além disso, o argumento arrisca-se a ser circular, se o emprego metafórico revela a semântica como tal, feita abstração da metáfora, e se a análise sêmica deve explicar o emprego metafórico.

tual e a decomposição sobre o modo material conferem dois estatutos diferentes à noção de indivíduo: tal “árvore” será “choupo”, ou “carvalho”, ou “salgueiro”, mas será também “ramos”, e “folhas”, e “tronco”, e “raízes”. A análise sêmica é desse modo tributária das leis que “governam o conjunto do universo semântico”. Essa dependência afeta particularmente a teoria do nome, situada no centro das figuras de palavras: a distinção entre nomes concretos e nomes abstratos deixa-se, com efeito, reduzir aos dois modos de decomposição; a “árvore” concreta é a conjunção empírica de todas as suas partes, a “árvore” abstrata é a disjunção racional de todas as suas modalidades⁵⁰.

É a esses dois modos de decomposição que se aplicam as duas operações de supressão e de adjunção. A classificação dos tropos (sinédoque, metáfora, metonímia) sofre por este fato uma profunda reorganização, e o fio condutor já não deve ser buscado no nível dos efeitos de sentido, mas no das operações: as noções de supressão de semas, de adjunção, de supressão + adjunção servem de fio condutor.

O resultado principal — aquele que interessa diretamente à nossa investigação — é que a *sinédoque* ganha o primeiro lugar e a metáfora se reduz à sinédoque pelo viés de uma adição e de uma supressão que fazem da metáfora o produto de duas sinédoques.

Esse resultado era previsível desde quando se considerou o metassema nos limites da palavra e se limitou sua ação a uma reorganização da coleção de semas. Com efeito, a supressão parcial de semas resulta diretamente na sinédoque generalizante, o mais das vezes do tipo Σ : da espécie ao gênero, do particular ao geral (dizer “os mortais” por “os homens”); a supressão total seria a assemia (“troço”, “coisa”, que designam qualquer coisa). A adjunção simples dá origem à sinédoque particularizante, o mais das vezes do

50. Os autores denominam modo Σ o modo de decomposição de uma classe em espécies, porquanto a classe é a soma (Σ) de suas espécies, e denominam modo Π o modo de decomposição em árvores disjuntivas, porquanto o objeto é o produto lógico (Π) que resulta da decomposição distributiva.

tipo Π (dizer “vela” por “barco”). A sinédoque é, com efeito, a figura que confirma melhor a teoria, a saber: 1) a conservação de uma base de semas essenciais cuja supressão tornaria o discurso incompreensível; 2) o funcionamento da adjunção simples e da supressão; 3) a aplicação destes operadores às duas classificações Σ e Π ; e 4) os fatores contextuais permanecem extrínsecos.

A redução da metáfora a um produto de duas sinédoques requer um exame minucioso.

Três condições são consideradas do lado dos operadores de adjunção e de supressão. Em primeiro lugar, supressão e adjunção não se excluem, mas podem se acumular. Em segundo lugar, sua combinação pode ser parcial ou total: parcial é a metáfora, total é a metonímia: esta análise põe deste modo as duas figuras na mesma classe, ao contrário de Jakobson⁵¹. Enfim, a combinação contém “graus de apresentação”: na metáfora *in absentia*, que é a verdadeira metáfora segundo os antigos, o termo substituível é ausente do discurso; na metáfora *in praesentia*, os dois termos estão presentes juntamente, assim como a marca de sua identidade parcial.

Tratar da metáfora propriamente dita é, portanto, tratar: 1) da supressão-adjunção, 2) parcial, 3) *in absentia*.

51. A semântica de Le Guern resiste a essa redução da metáfora a uma dupla sinédoque, não somente em virtude da polaridade emprestada a Jakobson do processo metafórico e do processo metonímico, mas por uma razão extraída da análise direta da sinédoque (*op. cit.*, pp. 29-39). Esta não constitui uma categoria homogênea. Uma de suas espécies — a sinédoque da parte e do todo — coincide com a metonímia e, como esta, define-se por um deslizamento de referência entre dois objetos ligados por uma relação extralingüística e explica-se pela restituição da referência inteira que sofre somente uma elipse no enunciado figurado. A sinédoque da parte e do todo é apenas uma metonímia um pouco particular, na qual o deslizamento de referência a conduz ao procedimento de elipse. Em contrapartida, a sinédoque da espécie e do gênero não põe em jogo outros procedimentos além da delimitação de abstração que está na base de toda denominação. Também aqui observarei que a figura não consiste na passagem da espécie ao gênero, mas no equívoco pelo qual se designa um nos termos do outro. Mas estou perfeitamente de acordo que metonímia e sinédoque estão do mesmo lado, enquanto se deixam definir e explicar como acidentes da denominação.

É a metáfora *in absentia* que se analisa em um produto de duas sinédoques.

Mas a demonstração dessa tese mostra imediatamente que apenas a redução de desvio, a segunda operação de Jean Cohen, é tomada em consideração, pois a operação de desvio põe em jogo, com efeito, o enunciado inteiro, e os autores concordam com isso sem dificuldade: “Formalmente a metáfora se reconduz a um sintagma no qual aparecem contraditoriamente a identidade de dois significantes e a não-identidade de dois significados correspondentes. O desafio à razão (lingüística) suscita uma atitude de redução pela qual o leitor deve procurar validar a identidade” (p. 107). Mas, ainda uma vez, a primeira operação é reenviada às “condições extrínsecas da consciência retórica” (p. 107). Reduzida desse modo apenas à operação de validação da identidade, a explicação concentra-se sobre a etapa que Jean Cohen já havia situado sobre o plano paradigmático.

O problema pode ser enunciado então deste modo: “Encontrar uma classe-limite tal que os dois objetos nela figurem juntamente, mas estejam separados em todas as classes inferiores” (p. 107), ou ainda: “Estabelecer o itinerário mais curto pelo qual dois objetos podem reunir-se” (*ibid.*). A redução metafórica é a investigação de um terceiro termo, virtual, dobradiço, e o leitor opera essa investigação “ao caminhar para qualquer árvore ou qualquer pirâmide, especulativa ou realista” (*ibid.*).

A descoberta dessa zona de intersecção pode ser decomposta em duas sinédoques: de um lado, do termo de partida ao termo intermediário; de outro, deste ao termo de chegada. A estreita passarela é o invariante procurado, e o restante das duas áreas semânticas que não estão em intersecção mantém a consciência de desvio. As únicas imposições são, por um lado, que as sinédoques sejam complementares, isto é, funcionem em sentido inverso quanto ao nível de generalidade para que o termo comum esteja no mesmo nível de um lado e de outro (generalizante + particularizante, e vice-versa), e, por outro, que as duas sinédoques sejam homogêneas

quanto ao modo de decomposição, seja por semas, seja por partes; a intersecção tem lugar em uma metáfora conceitual ou em uma metáfora referencial.

É evidente que o leitor de metáfora não tem consciência dessas duas operações; ele tem consciência apenas da transferência de sentido do primeiro termo ao segundo; é pela análise sêmica que essa transferência consiste na “atribuição à reunião das duas coleções de semas propriedades que estritamente não valem senão para sua intersecção” (p. 109). Eis por que o leitor de metáfora não se dá conta do empobrecimento que implica a passagem pela “estreita passarela da intersecção sêmica”, mas, ao contrário, experimenta um efeito de alargamento, de abertura, de amplificação.

A mesma teoria que mostra o parentesco entre sinédoque e metonímia mostra também que a diferença entre metáfora e metonímia se reduz a uma diferença entre o caráter parcial ou total da operação de supressão-adjunção.

A diferença entre metáfora e metonímia, com efeito, não é uma diferença de operação, como entre semelhança e relação extrínseca; nos dois casos há passagem de um termo de partido a um termo de chegada via um termo intermediário. Na metáfora esse termo intermediário constitui uma intersecção sêmica entre as duas classes e pertence ao campo semântico de cada um; eis por que a adjunção suplementar de semas é parcial; na famosa contigüidade não há tal intersecção sêmica, e do ponto de vista da intersecção sêmica a metonímia “repousa sobre o vazio” (p. 117), podendo-se falar de intersecção nula. Há, todavia, uma inclusão comum, mas de dois termos, em um domínio mais vasto, seja de semas no caso da decomposição conceitual, seja de coisas, no caso da decomposição material. Em síntese, na metáfora o termo intermediário é englobado, enquanto na metonímia ele é englobante (p. 118). Em outras palavras, o terceiro termo ausente deve ser procurado em uma região contígua de semas e de coisas; nesse sentido, pode-se dizer que a metáfora só faz intervir semas denotativos, isto é, nucleares, incluídos na definição dos termos, e a metonímia semas conotativos, isto é,

“contíguos no seio de um conjunto mais vasto e concorrendo juntamente para a definição desse conjunto” (*ibid.*).

Parece-me que essa teoria não dá conta do que constitui a especificidade da metáfora, a saber, a redução de uma impertinência semântica inicial. A sinédoque, com efeito, não tem de modo algum esta função, e não precisa, para dar conta disso, partir de um caráter predicativo do discurso; o estatuto de epíteto impertinente, essencial à metáfora, não é de modo algum suposto pela sinédoque, que se mantém nos limites de uma operação de substituição aplicada à palavra.

Tendo posto entre parênteses a condição predicativa da impertinência, a teoria pode pôr entre parênteses, mais facilmente que Jean Cohen, o estatuto propriamente predicativo da nova pertinência. Todo o jogo entre “foco” e “quadro” que comanda a procura da intersecção é volatilizado, com tudo o que resulta do plano predicativo. Limita-se a registrar o resultado da dinâmica atributiva que *produz* a intersecção. É esse produto, suposto como *dado*, com o estatuto do virtual, que se decompõe seguidamente em duas sinédoques. A operação tem apenas esta função: submeter a metáfora ao sistema que só admite adições e supressões de semas e omite as operações predicativas. Ela é perfeitamente válida e assegura a simplicidade do sistema, isto é, a um só tempo, o caráter homogêneo da hierarquia entre os níveis das unidades de significação (do fonema à frase e ao texto), e a aplicabilidade dos mesmos conceitos operatórios (desvio, redundância, correção etc.) e dos mesmos operadores (adição, supressão) em todos os níveis. Pode-se justamente então decompor uma metáfora *dada* em duas sinédoques, mas não se pode *produzir* uma metáfora com duas sinédoques. A “dupla operação lógica” (p. 111) é somente a reformulação nos termos da aritmética sêmica de uma operação cujo dinamismo põe em jogo o funcionamento predicativo da frase.

Minhas objeções recebem uma confirmação do exame da metáfora *in praesentia* e do *oxímoro*.

Sua redução à metáfora *in absentia* é uma importante condição do sucesso da teoria: “Nós fizemos justiça sobre o lugar da ilusão

criada pelas figuras *in praesentia* e que parecem conduzir a várias palavras, e é sempre possível reduzi-las a uma figura *in absentia* (cf. a metáfora e o oxímoro) (p. 132)”.

Os autores introduzem a diferença entre metáfora *in absentia* e metáfora *in praesentia* sob o título de “graus de apresentação”, isto é, de extensão das unidades consideradas. No caso da metáfora *in absentia*, a intersecção sêmica está entre o grau zero ausente e o termo figurado, portanto no interior da palavra. Com a metáfora *in praesentia*, a intersecção sêmica torna-se uma aproximação entre dois termos igualmente presentes: uma comparação, com ou sem a marca gramatical da comparação. Poder-se-ia pensar que a estrutura nitidamente predicativa da metáfora *in praesentia* teria conduzido a atenção para as condições igualmente predicativas da metáfora *in absentia* e, por consequência, para a intersecção do termo metafórico com os outros termos igualmente presentes no enunciado metafórico. Note-se, com efeito, que as metáforas *in praesentia* referem-se a sintagmas em que dois sememas são assimilados indevidamente, ao passo que a metáfora propriamente dita não manifesta a assimilação (pp. 114). É o contrário que acontece: “Sabe-se que os tropos, no sentido de Fontanier, agem sobre uma única palavra: em nossa categoria de metasememas, que retoma, em suma, os tropos de Fontanier, a metáfora *in praesentia* seria uma exceção a essa regra. De fato, essa figura pode igualmente ser analisada como figura por adjunção que age sobre uma única palavra, isto é, como sinédoque” (p. 112). Na citação emprestada de Edmond Burke: “A Espanha, uma grande baleia encalhada nas praias da Europa”, basta introduzir um grau zero ausente: a forma aumentada sobre a carta geográfica, para obter uma sinédoque particularizante (baleia — forma aumentada). Elimina-se assim o funcionamento da metáfora como predicado (ou epíteto) impertinente. Os autores não têm dificuldade em confessar que a descrição cede aqui aos imperativos do sistema: “Malgrado o inegável funcionamento metafórico do exemplo citado, pensamos que a redução sinédóquica deve ser preferida por razões de método e de generalidade. Ela tem, além disso, a vantagem de insistir sobre a estreita relação, comentada acima, entre metáfora e sinédoque” (p. 112).

Pode-se duvidar de que a comparação metafórica (evocada novamente na p. 114) se deixa reconduzir assim à redução sinedóquica. O que ela apresenta, com efeito, é, primeiramente, um desvio de ordem predicativa, a saber, a incompatibilidade de um termo com o restante da mensagem; é igualmente com o restante da mensagem que o termo de comparação restabelece a compatibilidade ao reduzir os graus de identidade, isto é, ao estabelecer uma equivalência frágil. Eis por que o termo de comparação é de ordem da cópula, com o que, aliás, os autores concordam (pp. 114-116). Há mesmo um caso em que a comparação se contrai em um “é” de equivalência: “A natureza é um templo no qual vivos pilares...” Diante deste exemplo os autores concedem: “Este emprego do verbo *ser* distingue-se do *é* de determinação: ‘a rosa é vermelha’ é um processo de natureza sinedóquica e não metafórica” (p. 115). O que acontece então com a redução da metáfora *in praesentia* à metáfora *in absentia* e desta a uma dupla sínédoque? Não se deveria dizer o inverso: a metáfora é um sintagma contraído em um paradigma (substituição de um sentido figurado a um grau zero ausente)? Parece-me sobretudo que a metáfora *in praesentia* demanda que se abrande a afirmação categórica: “A definição do paradigma é estruturalmente idêntica à de metáfora, a ponto de ser lícito considerar esta última um paradigma desdobrado em sintagma” (p. 116).

O oxímoro (“Esta obscura clareza que cai das estrelas”) propõe à teoria uma dificuldade análoga. O oxímoro é, por excelência, um epíteto impertinente, em que a impertinência é levada até a antítese. A redução, para esta figura, consiste em uma contradição plenamente assumida, segundo a expressão de Léon Cellier⁵². A economia da *Rhétorique générale* demanda que se procure o grau zero que permita considerar a figura como *in absentia*: “A questão que se

52. Léon Cellier, “D’une rhétorique profonde: Baudelaire et l’oxymoron”, in *Cahiers Internationaux de Symbolisme*, 8: 3-14, 1965. Para os autores da *Rhétorique générale*, a diferença proposta por Léon Cellier entre a antítese e o oxímoro (“contradição tragicamente proclamada pela antítese, paradisiacamente assumida pelo oxímoro”) concerne apenas ao *éthos* das figuras, não à sua análise no plano formal.

apresenta, na verdade, é saber se o oxímoro é realmente uma figura, isto é, se ele possui um grau zero” (p. 120). No exemplo citado, o grau zero seria a “luminosa clareza”, e a passagem à figura efetuar-se-ia pela supressão-adjunção negativa. Mas o que é uma supressão-adjunção negativa? Este operador de um operador (ele mesmo complexo: supressão-adjunção) é tanto mais insólito quanto ele opera sobre uma expressão — luminosa clareza — “que já constitui uma figura: o epíteto tal qual Jean Cohen o estudou” (*ibid.*). Esta observação não reenvia, também ela, à predicação? Seria necessário considerar os paralelos nos metalogismos, na ironia, no paradoxo.

No termo desta discussão, poderia parecer que a teoria da metáfora-predicação dos autores anglo-saxões e a teoria da metáfora-enunciado possuem força igual e apenas diferem pela escolha de um sistema diferente de axiomas de base, que regulam aqui o jogo dos predicados “bizarros”, governando aí operações puramente aritméticas aplicadas a coleções sêmicas. A teoria da metáfora-enunciado parece-me, contudo, ter uma vantagem indiscutível, por duas razões.

Em primeiro lugar, apenas ela dá conta, pela interação de todos os termos presentes ao mesmo tempo no mesmo enunciado, da *produção* de intersecção que a teoria da metáfora-palavra postula. O fenômeno crucial é o *aumento* da polissemia inicial das palavras graças a uma instância de discurso. É o choque retroativo da estrutura predicativa sobre o campo semântico que força a acrescentar uma variante semântica que não existia. A *Rhétorique générale* afirma justamente que “o leitor de poesia elabora... estabelece o itinerário mais curto... procura... percorre... encontra...”: todos esses verbos atestam certa invenção, mas ela não encontra mais lugar no conceito de intersecção sêmica que apenas opera com campos semânticos já totalmente constituídos.

Pode-se perguntar se a análise sêmica, que, por definição, opera sobre campos já lexicalizados, pode dar conta do aumento da polissemia por meio do discurso.

Essa dúvida combina-se aqui com as de Jean Cohen que, contudo, dá grande importância a esse procedimento⁵³. Pode-se dizer que raposa se analisa em animal + astúcia, da mesma maneira que égua se analisa em cavalo + fêmea? O paralelo é enganador, pois o exemplo é o de uma metáfora de uso, e o predicado astúcia praticamente se vinculou à gama de significações contextuais já lexicalizadas; eu o denominei, com Max Black, “sistema de lugares-comuns associados”, e o próprio Jean Cohen, de quem empresto o exemplo da raposa astuta que ele trata segundo as regras da análise sêmica, nota: “Raposa não pôde significar astuto senão porque a astúcia era no espírito dos usuários um dos componentes semânticos do termo” (p. 127). Certamente, passa-se sem restrição clara do código lexical ao código cultural: as expressões ditas figuradas exprimem a inscrição parcial do segundo no primeiro, mas esse estatuto semilexicalizado dos lugares comuns não é desconhecido da consciência lingüística que, mesmo no caso da metáfora de uso, distingue ainda sentido literal e sentido figurado⁵⁴. Eis justamente por que é o único tropo que fornece o critério de extensão do sentido: “Talvez o estudo dos tropos forneça — digamos rapidamente — o critério lingüístico exigido pela semântica estrutural” (p. 127).

Com a metáfora de invenção, a dúvida não é mais possível, pois o novo valor constitui, em relação ao código lexical, um desvio que a análise sêmica não pode conter; mesmo o código cultural dos lugares-comuns, segundo Max Black, não é aí suficiente⁵⁵. É necessário, com efeito, evocar um sistema de referências *ad hoc* que apenas comece a existir a partir do próprio enunciado metafórico. Nem o código lexical, nem o código dos clichês contêm o novo traço constituinte do significado que faz desvio em relação aos dois códigos. Caso fosse verdade que a metáfora repousa sobre um sema comum já presente, ainda que em estado virtual no nível infralingüístico,

53. Jean Cohen, *op. cit.*, p. 126.

54. Jean Cohen escreve: “Tem-se, portanto, direito de analisar ‘raposa’ em ‘animal mais astuto’, sendo o segundo traço retido no uso metafórico”, *op. cit.*, p. 127.

55. Para esta discussão, cf. Estudo III, § 3.

não somente não haveria informação nova ou invenção, mas sequer haveria necessidade de um desvio paradigmático para reduzir um desvio sintagmático; uma simples subtração seria aí suficiente; é o que faz precisamente a sinédoque. Compreende-se por que se tornava necessário reconduzir a todo custo a metáfora à sinédoque: esta é realmente a figura em uma só palavra que satisfaz inteiramente as regras da análise sêmica.

A metáfora de invenção não é a única a desafiar a análise sêmica. Jean Cohen, de quem acabamos de evocar o acordo parcial com a análise componencial, ressalta o caso dos predicados indecomponíveis, como as cores (o “angelus de luz”⁵⁶ de Mallarmé), aos quais acrescenta as metáforas sinestésicas e as semelhanças afetivas. Estas metáforas, nota ele, constituem desvios de segundo grau em relação àqueles (que denomina de primeiro grau) cuja impertinência pode ser submetida à análise sêmica e reduzida pela simples subtração de elementos inadequados do significado. Com os desvios de segundo grau, deve-se procurar a razão do emprego metafórico no *exterior* do significado, por exemplo entre os efeitos subjetivos (apaziguamento ou outros) produzidos pela figura; a evocação desse efeito subjetivo é que reduziria a impertinência; ora, esse valor “não constitui de maneira alguma um traço pertinente de significação” (p. 129). A declaração tem importância caso seja verdade que “o recurso fundamental de toda poesia, o tropo dos tropos, é a metáfora sinestésica ou semelhança afetiva” (p. 178). Não se deveria então voltar para o caso dos desvios de primeiro grau? É verdade que astúcia é um caráter objetivo de raposa, como o verde o é da esmeralda, e que se atinge por simples subtração de semas inadequados? A meu ver, é necessário reinterpretar os desvios de primeiro grau em função dos desvios de segundo grau, sem o que a explicação da redução rompe-se em duas: de um lado, um tipo de redução de impertinência motivada por relações de interioridade; de outro, um tipo motivado por uma relação de exterioridade. Não basta dizer

56. Stéphane Mallarmé, “O Azul”, tradução de Augusto de Campos, in *op. cit.*, p. 43. No original “bleus angélus” (n. do T.).

que, do primeiro ao segundo grau, a distância aumenta e que as primeiras metáforas são “mais próximas” e as segundas mais “distantes” (p. 130); interioridade e exterioridade em relação à sua coleção sêmica designam dois estatutos diferentes de emprego metafórico de uma palavra em relação à análise sêmica.

Eis por que prefiro dizer, precisamente para salvar a idéia de violação de código e de desvio paradigmático, que o predicado impertinente está, primeiramente, fora do código, pois não há, ainda uma vez, metáfora nos dicionários, a metáfora não é a polissemia; a análise sêmica produz diretamente uma teoria da polissemia, e somente indiretamente uma teoria da metáfora, na medida em que a polissemia confirma a estrutura aberta das palavras e sua aptidão para adquirir novas significações sem perder as antigas. Essa estrutura aberta é somente a condição da metáfora, não ainda a razão de sua produção, pois é necessário um acontecimento de discurso para que apareçam, com o predicado impertinente, valores fora do código que a polissemia anterior não poderia conter por si só.

Segunda superioridade da teoria da metáfora-enunciado sobre uma teoria da metáfora-palavra: ela dá conta do parentesco dos dois domínios de metassememas e de metalogismos que a *Rhétorique générale* dissocia.

A *Rhétorique générale* tem muita razão ao caracterizar os metalogismos como um desvio não entre as palavras e os sentidos, mas entre os sentidos das palavras e a realidade, o termo realidade tomado no sentido mais geral de referente extralingüístico do discurso: “Qualquer que seja sua forma, o metalogismo tem por critério a referência necessária a um dado extralingüístico” (p. 125). Uma retórica que se pretende geral não pode, portanto, mover-se unicamente no espaço “interior” que, segundo a metáfora de Gérard Genette, se cava entre signo e sentido, mas deve também considerar o espaço “exterior” entre e o signo e o referente para dar conta de figuras como lítotes, hipérbole, alegoria, ironia, que não perturbam somente o léxico, mas a função referencial.

Ora, podemos nos surpreender ao ver aparecer, sob a rubrica dos metalogismos, o famoso *category-mistake* de Gilbert Ryle (apre-

sentações de alguns fatos que resultam de uma categoria nos termos de uma categoria que não é mais a sua) e ao ler o que segue: “Não é um acaso, notadamente, que as teorias de Ryle sirvam de base ao estudo da metáfora em vários anglo-saxões. Seu ‘*category-mistake*’, que serve para denunciar o absurdo do cartesianismo, é rebatizado ‘*category-confusion*’ por Turbayne, que opõe à ‘*category-fusion*’, na qual o autor vê o processo de elaboração da metáfora” (pp. 129-130). Se “não é um acaso”, é necessário justamente que haja meio de passar do tropo ao metalogismo.

Não é somente a aproximação histórica com as teorias anglo-saxãs que o exige, mas a própria *Rhétorique générale*: “Decerto, observa-se, as metáboles nem sempre se apresentam sob a forma predicativa, mas sempre é possível reduzi-las a isto. Nesse caso, o metassemema é sempre uma ‘pseudoproposição’, pois apresenta uma contradição que a lógica recusa e que a retórica assume. É verdade para a metáfora, é verdade também para os outros metassememas” (p. 131). Essa confissão tardia é considerável e reforça nossa tese. Com efeito, somente a redução à forma predicativa permite estender uma ponte entre metassemema e metalogismo. Percebemos a necessidade desse recurso à forma predicativa quando tratamos do “é” de equivalência, no exemplo “A natureza é um templo no qual vivos pilares...” (p. 115). Decerto foi também isso que os autores viram, ao observar: “Sob forma predicativa, o metassemema faz um uso da cópula que o lógico julga ilícito, porque ‘ser’ significa neste caso ser e não ser”. “... Deste modo, pode-se reconduzir todos os metassememas à... fórmula da contradição, com a diferença de que não é uma contradição” (p. 131). Mas então a metáfora não é mais um tropo em uma única palavra. A necessidade dessa redução à forma predicativa resulta ainda da afirmação de que a constituição do referente é muitas vezes necessária para identificar uma metáfora: “A metáfora *in absentia*, notadamente, apenas aparece como uma metáfora caso seu referente seja conhecido” (p. 128).

A distinção de princípio que os autores instituem entre metassememas e metalogismos não é, certamente, abolida, mas seu paren-

tesco demanda que os comparemos enquanto tipos diferentes de enunciados (p. 131).

Esse parentesco é particularmente estreito quando se compara metáfora e *alegoria* (pp. 137-138⁵⁷). Para os autores, a primeira é um tropo, a segunda um metalogismo. A primeira muda o sentido das palavras, a segunda entra em conflito com a realidade. Assim “barco ébrio”, enquanto metáfora de Rimbaud, é um tropo em uma única palavra, apenas o léxico é perturbado. Mas a expressão “O barco ébrio juntou-se ao grande veleiro solitário” é uma alegoria porque os referentes (Malraux e de Gaulle) não são nem barco nem veleiro. Mas se, como se acaba de admitir, a metáfora pode ser reduzida a um enunciado, “barco ébrio” deverá entrar em composição com alguma outra expressão, por exemplo: “O barco ébrio finalmente terminou seus dias na Etiópia”. A diferença entre metáfora e alegoria não será então entre palavra e frase, como se propõe aqui, mas consistirá em que o enunciado metafórico comporte termos não-metafóricos (“terminar seus dias na Etiópia”) com os quais o termo metafórico (“o barco ébrio”) está em interação, ao passo que a alegoria apenas comporta termos metafóricos. A tensão não está então na proposição, mas no contexto. É o que faz crer que a metáfora concerne apenas às palavras e que somente a alegoria está em conflito com um referente. Mas a diferença de estrutura dos dois enunciados não impede que a redução do absurdo siga a mesma via: como a leitura da frase completa não oferece sentido aceitável ou interessante no nível literal, procura-se saber, impulsionado por essa decepção, “se por acaso uma segunda isotopia menos banal não poderia existir” (p. 137).

Foi nessa direção que os autores anglo-saxões conduziram suas investigações: eles falam em bloco da metáfora e da alegoria, da parábola, da fábula, o que a *Rhétorique générale* diz somente da alegoria e das figuras próximas: “Quando a isotopia primeira parece-

57. M. Le Guern, *op. cit.*, pp. 39-65, oferece uma análise sensivelmente diferente da família dos fatos de linguagem que resultam da relação de similaridade. Reservamos esta discussão para o próximo estudo, § 5.

nos insuficiente, é em razão da impertinência das relações como os elementos ligados (ausência, por exemplo, de Corte ou de tribunal entre os animais) (p. 138)”. Mas é porque a metáfora foi separada do enunciado metafórico completo que ela parece ser outro tipo de figura, e somente sua incorporação em um metalogismo a faz participar da função referencial que se reconhece na alegoria, na fábula, na parábola, no metassemema, enquanto tal, restando uma transformação que opera no nível de cada elemento do discurso, de cada palavra (figura 16, p. 138).

A teoria da metáfora-enunciado é mais apta para mostrar o parentesco profundo, no plano dos enunciados, entre metáfora, alegoria, parábola e fábula e, por essa mesma razão, permite abrir, para todo este conjunto de figuras — metassememas e metalogismos —, a problemática da função referencial que a *Rhétorique générale* reserva apenas aos metalogismos⁵⁸.

O que permanece verdadeiro da distinção entre metassememas e metalogismos é que o metassemema designa o desvio no nível da palavra pela qual o enunciado metafórico restabelece o sentido. Mas, caso se admita, com a conclusão do estudo precedente, que esse desvio é somente o impacto sobre a palavra de um fenômeno semântico que concerne ao enunciado inteiro, então é necessário denominar metáfora o enunciado inteiro com seu novo sentido, e não somente o desvio paradigmático que focaliza sobre uma palavra a mutação de sentido de todo o enunciado.

58. A negação da função referencial do discurso metafórico, na nova retórica, será examinada no sétimo estudo; limitar-nos-emos aqui a ressaltar a solidariedade desta tese com os postulados da teoria; apenas a teoria da metáfora-enunciado, ao substituir a figura no quadro da teoria do discurso, pode recobrir a problemática do sentido e da referência que a redução à palavra fechava. A semântica de Le Guern põe um problema análogo, mas por razões distintas. A ligação estreita instituída entre metonímia e referência tem como contrapartida a exclusão de todo problema de referência na análise sêmica da metáfora. Por isso, a carência da negação (no sentido de informação cognitiva) só pode ser compensada por um excesso de conotação (no sentido de valor afetivo associado): uma investigação das motivações (ensinar, agradar, persuadir) ocupa então o lugar de uma investigação sobre o alcance referencial do enunciado metafórico.

Estudo VI

O trabalho da semelhança

A Mikel Dufrenne

O PRESENTE ESTUDO É CONSAGRADO AO EXAME de uma perplexidade que parece ser a contrapartida do próprio sucesso da teoria semântica exposta nos estudos precedentes. Essa perplexidade tem a ver com o papel da semelhança na explicação da metáfora. Tal papel não provoca dúvidas para a retórica clássica. Ele parece, em compensação, apagar-se progressivamente à medida que se refina o modelo discursivo. Isso quer dizer que a semelhança é solidária exclusivamente com uma teoria da substituição e incompatível com uma teoria da interação? Tal é a questão que nos ocupará neste estudo. Eu diria, por antecipação, que me proponho dissociar a sorte da semelhança da sorte da teoria da substituição, e reinterpretar o papel da semelhança na linha da teoria da interação exposta no terceiro estudo. Mas, antes de tentar a operação, é necessário provar a solidariedade entre substituição e semelhança e mensurar os obstáculos a um novo pacto entre interação e semelhança.

1. Substituição e semelhança

Na topologia da teoria clássica, o lugar assinalado à metáfora entre as figuras de significação é especificamente definido pelo papel que a relação de semelhança desempenha na transferência da

idéia primitiva à nova idéia. Esse pacto com a semelhança não constitui um traço isolado, pois no modelo subjacente à teoria da retórica clássica ele é solidário com o primado da denominação e dos outros traços que procedem desse primado. É, com efeito, primeiramente entre as idéias das quais as palavras são os nomes que a semelhança opera. Em segundo lugar, no modelo, o tema da semelhança é fortemente solidário com os de empréstimo; de desvio, de substituição, de paráfrase exaustiva. Com efeito, a semelhança é, antes de tudo, o motivo do empréstimo, em seguida é a face positiva do processo do qual o desvio é a face negativa. Ela é ainda a ligação interna da esfera de substituição e, enfim, é o guia da paráfrase que, restituindo o sentido próprio, anula o tropo. Na medida em que o postulado da substituição pode ser representativo da cadeia inteira de postulados, a semelhança é o fundamento da substituição posta em ação na transposição metafórica dos nomes e, mais geralmente, das palavras.

Essa solidariedade entre metáfora e semelhança é reforçada por um primeiro argumento: depois de Aristóteles, a relação que este percebera entre metáfora e comparação é revertida; a comparação já não é um tipo de metáfora, mas a metáfora um tipo de comparação, a saber, uma comparação abreviada; somente a elisão do termo de comparação distingue a metáfora da comparação. Ora, esta leva ao discurso a própria semelhança, mostrando assim a razão da metáfora¹.

Um argumento mais moderno que vem consolidar o pacto nos deterá: a lingüística estrutural, em seu zelo binarista, tendeu a simplificar ao extremo o quadro complicado dos tropos, até o ponto em que não restam mais no caminho senão a metáfora e a metonímia, isto é, pretende-se, a contigüidade e a semelhança. Vimos, ao expor a retórica de Fontanier, como os antigos retóricos estavam

1. Encontramos em M. McCall, *Ancient Rhetorical Theories of Simile and Comparison*, a história dessa reversão de prioridade entre metáfora e comparação depois de Aristóteles.

distantes de identificar metonímia e sinédoque, para falar apenas dos tropos suscetíveis de ser postos em oposição com a metáfora. Além disso, em Fontanier a “correspondência”, que está no fundamento da metonímia, aproxima as idéias de objetos que fazem cada um deles um todo absolutamente à parte, mas a variedade das relações que satisfazem essa condição geral de correlação não se deixa de modo algum reduzir à contigüidade. Quanto à relação de “conexão”, que contém a idéia de inclusão de duas coisas em um todo, ela se opõe diretamente à relação de correlação que implica certa exclusão mútua dos termos ligados. Apenas nos neo-retóricos contemporâneos a tropologia restringe-se à oposição da metáfora e da metonímia. Do mesmo modo, o papel da semelhança é confirmado e exaltado pela operação de simplificação que faz dela o único correlato de um único oposto: a contigüidade. Mas isso não é tudo, nem mesmo o mais importante. O golpe de gênio de Roman Jakobson, a cujo nome está ligada doravante a vinculação da metáfora e da metonímia, desde seu famoso artigo de 1953: “Deux aspects du langage et deux types d’aphasie”², foi ter ligado essa dualidade propriamente tropológica e retórica a uma polaridade mais fundamental que já não concerne somente ao uso figurativo da linguagem, mas a seu próprio funcionamento. O metafórico e o metonímico, não contentes em qualificar as figuras e os tropos, qualificam doravante os processos gerais da linguagem. Se evoco a análise de Roman Jakobson nesta etapa de minha investigação, é que, ao generalizar a distinção do metafórico e do metonímico justamente para além da tropologia, e, portanto, da mudança de sentido das palavras, o grande lingüista reforçou a idéia de que substituição e semelhança são dois conceitos inseparáveis, na medida em que reinam juntamente sobre processos que se estabelecem em numerosos níveis de efetuação da linguagem. Esse reforço da ligação entre substituição, semelhança e metáfora estará em jogo na discussão que se segue.

2. Este ensaio, publicado em inglês na segunda parte de *Fundamentals of Language*, La Haye, 1956, tornou-se conhecido em francês pela tradução de A. Adler e N. Ruwet in *Essais de linguistique générale*, Paris, Éd. de Minuit, 1963, pp. 43-67.

A nova associação do metafórico e do metonímico em Jakobson procede de uma distinção, no *Curso de lingüística geral* de Ferdinand de Saussure, entre dois modos de coordenação dos signos: a combinação e a seleção³; mas Saussure, segundo Jakobson, teria sacrificado o segundo ao preconceito antigo de que o significante teria um caráter puramente linear. Contudo, o núcleo da teoria continua saussuriano: o primeiro modo de coordenação une *in praesentia* dois ou vários termos em uma série efetiva, o segundo une termos *in absentia* em uma série mnemônica virtual. Este concerne às entidades associadas no código, mas não na mensagem dada, enquanto, no caso da combinação, as entidades são associadas nos dois ou somente na mensagem efetiva. Ora, quem diz seleção entre termos alternativos, diz possibilidade de substituir um pelo outro, equivalente do primeiro sob um aspecto e diferente dele sob outro. Seleção e substituição são as duas faces de uma mesma operação. Falta aproximar combinação e contigüidade, substituição e similaridade, o que Roman Jakobson não hesita em fazer; com efeito, contigüidade e similaridade caracterizam o estatuto dos constituintes, por um lado, no contexto de uma mensagem e, por outro, em um grupo de substituição. A partir daí, a correlação com os tropos não apresenta dificuldades, caso se admita que a metonímia repousa na contigüidade e a metáfora na semelhança. Esta série de correlações permite denominar, por abreviação, a combinação pólo metonímico e a seleção pólo metafórico das operações lingüísticas. Essas operações só podem ser representadas com o auxílio dos eixos ortogonais dos quais apenas um, o da combinação, corresponde à linearidade do significante.

A distinção tropológica fornece o vocabulário, mas não a chave. Os dois tropos são, com efeito, representados à luz de uma distinção que reina no nível mais abstrato que a análise lingüística pode conceber, o de *quaisquer* identidades ou unidades lingüísticas: “Todo signo lingüístico, diz ele, implica dois modos de coordenação: 1) a combinação... 2) a seleção...” (p. 48). A distinção é, portanto, semiológica em seu fundamento.

3. *Cours de linguistique générale*, parte II, caps. V e VI.

Este ponto merece que nos detenhamos sobre ele: a análise de Jakobson passa inteiramente ao largo da distinção introduzida por Benveniste entre a semiótica e a semântica, entre os signos e as frases. Esse monismo do signo é característico de uma lingüística puramente semiótica e confirma a hipótese de base deste trabalho, segundo a qual o modelo ao qual pertence uma teoria da metáfora-substituição é um modelo que ignora a diferença do semiótico e do semântico, que toma a palavra e não a frase como unidade de base da tropologia, que conhece da palavra apenas seu caráter de signo lexical, e da frase, o duplo caráter de combinação e seleção que tem em comum com todos os signos, desde o traço distintivo até o texto, passando pelos fonemas, pelas palavras, pelas frases, pelos enunciados. A combinação dessas unidades lingüísticas apresenta justamente uma escala ascendente de liberdade, mas não permite nenhuma descontinuidade do gênero daquela que Benveniste reconhecia entre a ordem do signo e a do discurso. A palavra é simplesmente a mais alta entre as unidades lingüísticas obrigatoriamente codificadas, e a frase é somente mais livremente composta que as palavras. A noção de contexto pode ser empregada indiferentemente para designar a relação do morfema ao fonema e a relação da frase ao morfema. Disso resulta que a metáfora caracterizará um processo semiótico geral e de modo algum uma forma de atribuição que demande previamente a distinção do discurso e do signo.

O que confirma o caráter universalmente semiótico da polaridade considerada é que a noção de semântica, que não é somente reconhecida, mas defendida com vigor contra as pretensões de uma parte dos lingüistas norte-americanos de excluir a significação do campo lingüístico, não constitui de modo algum uma ordem distinta da ordem semiótica única; a semântica é incorporada ao esquema bipolar ao mesmo tempo em que é justificada por ele. Com efeito, graças às novas aproximações que se acrescem às precedentes, é possível superpor o par sintaxe-semântica ao par combinação-seleção, portanto ao par contigüidade-similaridade, portanto ao par dos pólos metonímico e metafórico. Os fatos de combinação no interior de uma mensagem são fatos de sintaxe ou,

para não reduzir a sintaxe à gramática e nela incluir, por exemplo, a composição das palavras e mesmo as seqüências fonemáticas, fatos sintagmáticos; combinação contextual e combinação sintagmática se recobrem. Entre seleção e semântica, por outro lado, a ligação é igualmente estreita: “Durante anos lutamos para anexar os sons da língua à lingüística, constituindo assim a fonologia, mas devemos abrir agora uma segunda frente: estamos diante da tarefa de incorporar as significações lingüísticas à ciência da linguagem... Mantenhamo-nos... no quadro da lingüística sincrônica: qual diferença observamos aí entre a sintaxe e a semântica? A sintaxe ocupa-se do eixo dos encadeamentos (*concatenation*), e a semântica do eixo das substituições”⁴. Esse liame entre semântica e seleção já fora percebido por Saussure: na constituição de uma mensagem, uma palavra é escolhida entre outras semelhantes no interior de um conjunto que constitui um paradigma fundado na similaridade. É possível substituir o par saussuriano do sintagmático e do paradigmático pelo da sintaxe e da semântica, e situar estes dois últimos sobre os dois eixos ortogonais da combinação e da seleção.

Novas correlações são reveladas pela disjunção dos dois modos de funcionamento característicos das perturbações afásicas. Essas perturbações se deixam, com efeito, distribuir em perturbações da similaridade e perturbações da contigüidade. Nas perturbações da contigüidade, caracterizada por seu agramatismo (perda da sintaxe, abolição das flexões, da derivação na formação das palavras etc.), a palavra sobrevive à ruína da sintaxe; enquanto a contextura se desagrega, as operações de seleção prosseguem: os deslizamentos metafóricos proliferam. Nas perturbações da similaridade, ao contrário, os elos de conexão são protegidos; enquanto as operações de substituição são destruídas, a metáfora desaparece com a semântica, o doente preenche os buracos da metáfora com

4. Roman Jakobson, “Results of the Conference of Anthropologists and Linguists”, *Supplement to International Journal of American Linguistics*, volume XIX, 2, abril 1963, trad. fr., “Le langage commun des linguistes et des anthropologues”, in *Essais de linguistique générale*, p. 40.

metonímias, projetando a linha do contexto sobre a linha da substituição e da seleção. Mas o uso metafórico da linguagem não é o único a ser afetado; outras operações, cujo parentesco com a metáfora é assim revelado, têm a mesma sorte: o poder de definir as palavras, isto é, de fornecer uma definição equacional, projetando um grupo de substituição do código lexical da linguagem no contexto de uma mensagem; do mesmo modo, a capacidade de designar por um nome um objeto que se pode mostrar ou manipular, portanto o poder de dar um equivalente lingüístico ao gesto. Essa dupla aproximação enriquece nosso conceito de processo metafórico; definição, denominação, sinonímia, circunlocução, paráfrase são operações metalingüísticas graças às quais designo os elementos de meu código no meio de elementos equivalentes no interior do mesmo código; mesmo as operações de mudança de código repousam sobre equivalências de termos de um código a outro; todas essas operações têm um parentesco profundo com a capacidade de as palavras receberem significações adicionais, deslocadas, associadas na base de sua semelhança com sua significação fundamental, e a constituição de séries paradigmáticas, de flexões ou de tempos apresenta o mesmo caráter, na medida em que o mesmo conteúdo semântico é apresentado a partir de diferentes pontos de vista associados pela similaridade; o mesmo acontece com a unidade semântica comum à raiz e às palavras derivadas.

Outras correlações interessantes vêm ainda enriquecer a polaridade do processo metafórico e do processo metonímico: os estilos pessoais e o comportamento verbal exprimem, também eles, uma preferência por um ou outro tipo de coordenação. As formas poéticas também marcam uma predominância ora da metonímia, como no realismo, ora da metáfora, como no romantismo e no simbolismo, e a correlação é ainda mais evidente quando o artista apresenta, além disso, o tipo de perturbação patológica descrito acima. A polaridade chega mesmo a ser tão geral que encontra um equivalente nos sistemas de signos não-lingüísticos: na pintura se pode falar de metonímia com o cubismo, de metáfora com o surrealismo. No

cinema, os grandes planos sinedóquicos e as montagens metonímicas de D. W. Griffith opõem-se à montagem metafórica de Charlie Chaplin. A mesma polaridade pode ser reencontrada nos processos simbólicos inconscientes como os que Freud descreve no sonho: Jakobson sugere que se coloque ao lado da contigüidade o deslocamento, que seria metonímico, e a condensação, que seria sinedóquica, e do lado da similaridade a identificação e o simbolismo⁵. Na proximidade do uso inconsciente do simbolismo, encontraríamos enfim as duas magias de Frazer: por contágio e por imitação.

O artigo termina por uma interessante observação que vai ao encontro de uma notação feita anteriormente por ocasião da perturbação da similaridade: é porque a mesma relação de similaridade está em ação no tropo metafórico em que um termo é substituído por outro, e nas operações metalingüísticas em que os símbolos de uma linguagem de segunda ordem assemelham-se aos símbolos da linguagem-objeto, que a tropologia, também ela uma metalinguagem, regularmente sacrificou a metonímia pela metáfora e privilegiou o simbolismo na poesia. Uma defesa da metonímia poderia ser derivada dessa afirmação, qualquer que seja a crítica dirigida a Saussure por ter sacrificado a seleção pela combinação em nome da linearidade do significante, e voltada para outro sentido.

O que constitui a força do esquema de Roman Jakobson⁶ constitui também sua fraqueza.

A força do esquema bipolar reside em seu caráter de extrema generalidade e de extrema simplicidade: as últimas correlações

5. Nicolas Ruwet, tradutor de "Deux aspects du langage et deux types d'aphasie", destacou a divergência entre a classificação de Jakobson e a que Freud sugere na *Interpretação dos sonhos* (*Essais de linguistique générale*, p. 66, nota 1). Basta invocar, com Jakobson, "a imprecisão do conceito de condensação que, em Freud, parece recobrir a um só tempo os casos de metáfora e os de sinédoque" (*ibid.*)? Ou é necessário admitir que os fenômenos que Freud situou sob o título geral de *Entstellung* escapam à linguagem? Nada tenho a acrescentar sobre este ponto além do que disse no *De l'interprétation. Essai sur Freud*, pp. 96ss., pp. 137ss. [ed. br.: *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro, Imago, 1977 (n. do T.)].

6. O quadro seguinte apresenta o encadeamento dos pontos de vista sob os quais a polaridade dos dois processos se diversifica:

mostraram sua validade, para além da frase no estilo, para além do uso intencional dos signos lingüísticos no trabalho do sonho e na magia, para além dos próprios signos lingüísticos no uso de outros sistemas semióticos. No que concerne à metáfora, o ganho parece imenso, e o procedimento, antes confinado à retórica, encontra-se generalizado para além da esfera da palavra e para além mesmo da tropologia.

Mas o preço a pagar é alto. Antes de tudo, o binarismo do esquema, quando aplicado ao plano retórico, restringe inutilmente seu campo a duas figuras. Certamente, a sinédoque é nomeada várias vezes, mas como um caso de contigüidade, seja paralelamente metonímia (deslocamento metonímico e condensação sinédoquica em Freud), seja como uma espécie da metonímia (o romanista russo Uspensky, diz ele, tinha um pendor particular para a metonímia, especialmente para a sinédoque). Ora, a redução mais extrema que a tropologia parece ter conhecido no passado admitia ao menos três figuras: a metonímia, a sinédoque e a metáfora. Dumarsais admitia uma quarta figura de base: a ironia. Em um esquema tripartite a semelhança é oposta não à contigüidade, mas ao par da relação inclusiva e da relação exclusiva; assim, a generalização do conceito de metáfora para além do campo lingüístico é paradoxalmente paga pela restrição desse campo a dois tropos.

Mas, sobretudo, as diferenças que derivam do corte entre o discurso e o signo na hierarquia das entidades lingüísticas perdem-se em semelhanças vagas e em equívocos que afetam tanto o conceito de combinação como o de seleção. No que concerne ao primei-

PROCESSO	OPERAÇÃO	RELAÇÃO	EIXO	DOMÍNIO	FATOR LINGÜÍSTICO
METÁFORA	Seleção	Similaridade	Substituição	Semântica	Código (significação no)
METONÍMIA	Combinação	Contigüidade	Encadeamento	Sintaxe	Mensagem (significação contextual)

ro, pode-se duvidar de que as operações lógicas que presidem a sintaxe da predicação e também a da coordenação e da subordinação dos enunciados resultem do mesmo tipo de contigüidade que, por exemplo, a concatenação dos fonemas nos morfemas. A síntese predicativa é em certo sentido o contrário da contigüidade. A sintaxe representa a ordem do necessário, regulada pelas leis totalmente formais de condição de possibilidade das expressões bem formadas; a contigüidade permanece da ordem do contingente, mais ainda, do contingente no nível dos próprios objetos, conforme cada um constitua um todo absolutamente à parte. A contigüidade metonímica parece bem diferente da ligação sintática.

Quanto à noção de processo metafórico, ela não é somente equívoca e, neste sentido, demasiado ampla: ela é, além de tudo, paradoxalmente amputada de um caráter essencial, apesar de, a despeito de seu caráter de extrema generalidade, permanecer demasiado estreita.

A noção é demasiado ampla caso se considere a heterogeneidade das operações de substituição e de seleção de um nível a outro; e ter-se-á notado de passagem a aproximação entre o procedimento metafórico e as operações metalingüísticas; o primeiro usa uma semelhança virtual inscrita no código e o aplica em uma mensagem, enquanto a definição equacional, por exemplo, limita-se a falar sobre o código; pode-se situar no interior da mesma classe o uso da semelhança no discurso e uma operação totalmente diferente que requer uma hierarquia de níveis?

Demasiado estreita, a noção de processo metafórico o é mais ainda caso se considere que o fenômeno de interação, específico dos enunciados metafóricos, não tem lugar na esfera — apesar de tudo, desmedidamente extensa — do fenômeno de substituição-seleção; o que fundamentalmente é omitido é o caráter predicativo da metáfora.

Finalmente, a metáfora é deixada em seu estatuto de substituição de um termo por um termo, como na retórica clássica: “A similitude liga um termo metafórico ao termo pelo qual ele se substitui”⁷.

7. “Deux aspects du langage...”, trad. fr., p. 66.

Pode-se legitimamente perguntar se não é a metonímia que é, mais que a metáfora, uma substituição, mais precisamente uma substituição de nome. As definições de Pierre Fontanier já o permitiam pensar: “Metonímias — dizia ele —, isto é, mudanças de nomes, ou nomes por outros nomes”⁸. Se o essencial da metáfora consiste em “apresentar uma idéia sob o signo de outra idéia mais evidente ou mais conhecida...”, o procedimento consistirá em combinar tanto quanto em substituir? Vamos mais longe: é legítimo reduzir o aspecto semântico da linguagem à substituição? Recorde-se da declaração de Jakobson, inspirada em Peirce: “O sentido de um signo é outro signo pelo qual pode ser traduzido... Em todos os casos substituímos os signos por signos”⁹. Não há aí uma definição semiótica, na qual o problema central da predicação se esvanece? E caso se defina, com Benveniste, a semântica pela predicação, não será necessário investigá-la tanto no lado da combinação como no da substituição, ou, melhor ainda, fora dessa alternativa puramente semiológica?

Enfim, com a omissão do caráter predicativo da metáfora, o problema fundamental da diferença entre metáfora de invenção e metáfora de uso se esvanece, na exata medida em que os graus de liberdade na combinação afetam o lado sintagmático e não o lado paradigmático da linguagem. Ora, recorde-se do vigor com que Fontanier opunha à catacrese, cujo uso é forçado, a metáfora, cujo uso é livre. Parece bem difícil dar conta dessa importante diferença caso não se possam opor os fenômenos de discurso aos de língua; a catacrese, com efeito, é finalmente uma extensão da denominação e, dessa forma, um fenômeno de língua; a metáfora, por excelência a de invenção, é um fenômeno de discurso, é uma atribuição insólita. O modelo generalizado de Jakobson não pode senão anular ao extremo a diferença porque, em um monismo semiológico, a própria diferença do signo e do discurso é minimizada. Observou-

8. Pierre Fontanier, *Les Figures du discours*, p. 79.

9. “Le langage commun des linguistes et des anthropologues”, trad. fr., *op. cit.*, p. 41.

se que para Jakobson a combinação se faz no código ou na mensagem, ao passo que a seleção opera entre entidades associadas no código. Para que a própria seleção seja livre, é necessário que resulte de uma combinação inédita criada pelo contexto e, por consequência, distinta das combinações pré-formadas no código; em outras palavras, é do lado das ligações sintagmáticas insólitas, das combinações novas e puramente contextuais que é necessário procurar o segredo da metáfora.

A reformulação das teses de Roman Jakobson por Michel Le Guern¹⁰ responderá melhor às críticas que acabamos de dirigir ao modelo inicial? Já fizemos diversas alusões, mas em ordem dispersa, a esse importante trabalho. Chegou o momento de oferecer uma visão de conjunto.

Le Guern oferece a um só tempo uma reinterpretação das categorias de Jakobson e dois importantes acréscimos que, mais do que a própria reinterpretação, dão uma resposta parcial às objeções que acabamos de opor à análise de Roman Jakobson.

A reinterpretação refere-se à definição dos dois procedimentos de seleção e de combinação. Se um repousa sobre relações “internas” e o outro sobre relações “externas”, é necessário compreender “interno” no sentido intralingüístico e “externo” no sentido de relação à ordem extralingüística da realidade. Se é assim, é possível superpor à distinção emprestada de Jakobson, entre seleção-substituição e combinação-contextura, uma distinção emprestada a Frege entre sentido e referência. A metáfora só concerne à substância da linguagem, isto é, às relações de sentido, e a metonímia modifica a própria relação referencial (p. 44). A vantagem desta reinterpretação é que ela libera inteiramente uma análise em termos de sentido do jugo da lógica que preside a ordem do referente. As mudanças de significação postas em jogo pelo mecanismo da metá-

fora concernem apenas às coordenações internas dos *semas* constitutivos do *lexema* empregado. Uma vez levantada a hipoteca do referente, a análise sêmica oriunda de Greimas¹¹ pode ser diretamente aplicada à operação de seleção cujo parentesco com as operações de caráter metalingüístico aplicadas ao código Jakobson mostrara. É sobre esta base que a metáfora se pode explicar pela “supressão, ou, mais exatamente, pela *colocação entre parênteses de uma parte dos semas constitutivos do lexema empregado*” (p. 15). Por contraste, a metonímia apela a uma escolha sintagmática que faz sair dos limites das estruturas paradigmáticas interiores à linguagem. Recordemos a diferença das duas ordens: dizer “comer um bolo” em vez de “comer uma fruta” é estabelecer uma conexão entre uma entidade lingüística e uma realidade extralingüística que se pode sem nenhum inconveniente distinguir aqui da “representação mental do objeto material enquanto percebido” (p. 14). Tal é o nível que opera a metonímia; ela consiste, com efeito, em “um deslizamento de referência entre dois objetos ligados por uma relação extralingüística, revelada por uma experiência comum que não está ligada à organização semântica de uma língua particular” (p. 25). O papel da referência se verifica no trabalho de interpretação de uma mensagem que contém uma metonímia, e para compreendê-la é sempre necessário recorrer a uma informação fornecida pelo contexto e interpolar essa informação no enunciado que surge então como uma elipse. Se a metonímia é percebida como um desvio, assim como os outros tropos, esse desvio não é outra coisa senão uma elipse que conduz para a própria relação de referência.

A introdução da noção de referência na explicação da metonímia dá um fundamento sólido à redução da sinédoque à metonímia; essa redução, já implícita em Jakobson, é explicitada em Le Guern, mas tem como condição prévia o desmembramento da sinédoque entre duas figuras: a sinédoque da parte e do todo (*vela*

10. M. Le Guern, *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*, Paris, Larousse, 1973.

11. A. J. Greimas, *Sémantique structurale, Recherche de méthode*, Paris, Larousse, 1966.

por navio) e a sinédoque do gênero e da espécie (comer *uma maçã* por comer uma fruta). Somente a primeira põe em jogo o mesmo deslizamento de referência e a mesma elipse do enunciado que a metonímia, todavia com a importante reserva de que na metonímia o deslizamento de referência prevalece sobre o processo de elipse.

Assim, é preservada a bipolaridade da metáfora e da metonímia, demandada pelo esquema de Jakobson.

A meu ver, essa reinterpretação apresenta novas dificuldades, sem realmente resolver as que havia suscitado a drástica redução por Jakobson a um esquema bipolar. A ligação percebida entre combinação sintática e função referencial nos deixa perplexos. O autor o confessa: o que ele denomina aqui relação referencial tem um caráter “bivalente”, na medida em que “ela faz intervir a um só tempo a combinação, interior à linguagem, que liga os elementos sobre o eixo sintagmático e a correspondência que se estabelece entre um elemento da cadeia falada e uma realidade exterior à própria mensagem” (p. 24). Estamos aqui mais longe do que supõe o autor da distinção fregiana entre sentido e referência, a referência ao sentido de Frege não coincidindo senão com o segundo aspecto dessa relação bivalente. Onde resulta certa ambigüidade quanto à relação da combinação sintagmática e da relação referencial¹².

Se é necessário assim desdobrar o que aqui é denominado função referencial, por que o mesmo caráter bivalente não poderia ser encontrado na operação metafórica? Por que esta não fará intervir a um só tempo uma composição sêmica interna à linguagem e a correspondência com uma realidade exterior à mensagem? Também se viu os autores da *Rhétorique générale* introduzir a consideração do objeto na constituição sêmica¹³.

12. M. Le Guern fala sem dificuldade do “parentesco”, da “solidariedade” (p. 24) das duas funções: elas são, diz ele, dois “aspectos complementares do mesmo mecanismo” (p. 28).

13. Cf. acima Estudo V, § 4. Retornaremos ao problema da referência no Estudo VII, no qual entenderemos por referência não somente uma correspondência em termos de denominação, mas um poder de descrever a realidade que é proveniente do enunciado inteiro. Cf. acima a discussão sobre a metáfora *in praesentia* e da comparação na *Rhétorique générale*, Estudo V, p. 257.

A análise de Le Guern só esclarece a de Jakobson ao preço de uma dificuldade suplementar que concerne ao jogo da referência em uma análise semântica. Em compensação, as objeções dirigidas à análise da metáfora em Jakobson permanecem. Para uma análise puramente lexemática a metáfora é somente um fenômeno de abstração. Mas esta designa, além disso, o ponto de chegada de um processo que põe em jogo a dinâmica do enunciado inteiro. Não haveria metáfora, com efeito, se não houvesse um desvio entre o sentido figurado de uma palavra e a isotopia do contexto, isto é, na linguagem de Greimas a homogeneidade semântica de um enunciado ou de uma parte do enunciado. Le Guern esforça-se para ligar os dois fenômenos de abstração sêmica e de desvio em relação à isotopia, remetendo-os a dois momentos diferentes da teoria. É do ponto de vista da produção da mensagem que o mecanismo da metáfora se explica pela “reserva de uma parte dos semas constitutivos do lexema empregado”. Mas é “do ponto de vista da interpretação dessa mensagem pelo leitor ou pelo ouvinte” (pp. 15-16) que a consideração do contexto se impõe, pois a interpretação da metáfora apenas é possível, com efeito, caso primeiro se perceba a incompatibilidade do sentido não-figurado do lexema com o restante do contexto. Eis aí, avalia o autor, uma diferença importante com a metonímia, pois o lexema que forma uma metonímia não é considerado em geral como estranho à isotopia. “A metáfora, ao contrário, com a condição de ser uma metáfora viva e produtora de imagem, surge imediatamente como estranha à isotopia do texto em que se insere” (p. 16). Desde então, para interpretar a metáfora é necessário eliminar do sentido próprio os traços incompatíveis com o contexto.

Se é assim, pode-se confinar à *interpretação* da mensagem a função de desvio em relação à isotopia do contexto e reservar à *produção* da mensagem o mecanismo de abstração sêmica? O que é essencial à interpretação da mensagem não é já à sua produção? Tudo indica que o autor, ao distinguir assim produção e interpretação, evitou o problema da relação entre a dinâmica do enunciado e seu efeito de sentido no nível da palavra. A incompatibilidade

semântica no nível de todo o enunciado, eliminada da definição puramente semântica da produção da figura, é rejeitada para uma explicação, que no mesmo lance torna-se simplesmente psicológica, do mecanismo de interpretação: “A incompatibilidade semântica desempenha o papel de um sinal que convida o destinatário a selecionar entre os elementos de significação constitutivos do lexema aqueles que não são incompatíveis com o contexto” (*ibid.*). Que a incompatibilidade semântica não é apenas um sinal para a interpretação, mas um componente da própria produção, as análises de detalhe mais notáveis o sugerem.

A extensão à metáfora-*adjetivo* e à metáfora-*verbo* da análise nuclear da metáfora *nominal* introduz pela primeira vez a consideração do contexto na própria produção da figura (pp. 16-20). Quando o verbo e o adjetivo constituem com o substantivo uma única e mesma metáfora (*acender... um fogo*), a metáfora-verbo e a metáfora-adjetivo têm como efeito atenuar o caráter brusco da ruptura lógica produzida pela metáfora-substantivo, e a incompatibilidade semântica torna-se aqui um momento essencial da produção da metáfora. O próprio autor o sugere: “Seu caráter específico em relação à metáfora-substantivo tem, portanto, um grau menor de autonomia em relação ao contexto” (p. 19). Desde então a supressão dos semas é somente um momento em um processo que põe em jogo o enunciado inteiro; e esse momento é aquele que Jean Cohen descreveu como redução de desvio, em que ele supõe a produção de desvio ou, como se diz aqui, a mudança brusca de isotopia. Tal momento preliminar é ignorado na definição da metáfora pela redução sêmica.

A necessidade de incorporar a ruptura de isotopia à própria definição de metáfora é ainda imposta pela excelente análise da diferença entre a metáfora e a comparação (pp. 52-65), à qual retornaremos adiante a partir do ponto de vista do papel da analogia. Não é possível, com efeito, discutir a relação entre a metáfora e a comparação sem pôr em jogo o papel da isotopia. A comparação quantitativa ou comparação propriamente dita (é *maior* que, *tão* grande quanto) permanece na isotopia do contexto (só se comparam

coisas comparáveis). A comparação qualitativa ou similitude (é *igual* a) apresenta o mesmo desvio que a metáfora em relação à isotopia; a diferença entre metáfora e similitude, veremos, deve ser procurada em outro lugar, mas o papel da isotopia é sempre fundamental. Não se poderia dizer melhor que o desvio em relação ao contexto não é somente um sinal que orienta a interpretação, mas um elemento constitutivo da mensagem metafórica. É impossível manter, com tanta força quanto exige Le Guern, a especificidade do semântico em relação ao lógico (pp. 63ss.), se o semântico não retém em sua constituição própria as incompatibilidades e as compatibilidades próprias a seu nível e irreduzíveis às que a lógica da comparação põe em jogo.

Uma última razão para incorporar a mudança de isotopia à definição da metáfora é extraída da relação entre *denotação* e *conotação* que constitui o primeiro importante acréscimo de Le Guern à tese de Jakobson. Para ele, na metáfora se combinam um fenômeno puramente *denotativo*, o mesmo que se definiu pela redução sêmica, e um fenômeno de *conotação*, exterior à função propriamente lógica ou informativa do enunciado; a função conotativa, no caso da metáfora, exprime-se no papel de “*imagem associada*” que é, portanto, uma conotação *psicológica* e, além disso, uma conotação não livre, mas *imposta* (p. 21). O autor insiste no fato de que este fator nada acrescenta à informação propriamente dita da mensagem¹⁴. Com efeito, o liame entre abstração sêmica e evocação de uma imagem associada se faz pela “introdução de um termo estranho à isotopia do contexto” (p. 22). Como o saber, se o destino da isotopia não é levado em consideração na definição da metáfora?

A reinterpretação do modelo dicotômico de Jakobson por Le Guern e o primeiro importante acréscimo que ele fez nos conduziram, assim, para a mesma exigência da crítica direta de Jakobson,

14. Discutiremos esta asserção (Estudo VII) quando retomarmos do ponto de vista da função referencial do enunciado a distinção entre denotação e conotação. Discutiremos no fim do presente estudo a função propriamente imagética da metáfora. O que nos interessa aqui é o modo pelo qual denotação e conotação funcionam em conjunto.

a saber, a de substituir o fenômeno de redução sêmica pelo termo de um processo de caráter basicamente sintagmático que afeta o enunciado inteiro.

Um segundo acréscimo à teoria de Jakobson merece observações distintas.

Além da delimitação dos fatos de linguagem descritos pela retórica, além do acréscimo da distinção entre sentido e referência e do da distinção entre conotação e denotação, uma semântica da metáfora e da metonímia tem ainda por tarefa situar a metáfora em relação ao conjunto de procedimentos fundados sobre a similaridade: símbolo e sinestesia de uma parte, comparação de outra. À diferença, com efeito, de Jakobson, para Le Guern a questão da semelhança não é regrada pela análise dos procedimentos de seleção. A noção de similaridade não é, aliás, introduzida por ocasião do estudo da seleção sêmica, sem dúvida porque não consiste tanto numa seleção no seio de uma esfera de similaridade, como já era o caso em Saussure, nem na reorganização da composição sêmica, como sugere a semântica estrutural de Greimas. A questão da semelhança é mais bem exposta pelo procedimento positivo que equilibra o fenômeno mais precisamente negativo da abstração sêmica, a saber, o funcionamento da *imagem associada*, do qual acabamos de dizer que resulta da conotação e não da denotação.

Diremos adiante como o jogo da semelhança se incorpora ao dinamismo de todo o enunciado. Numerosos traços dessa análise são, todavia, antecipados no quadro de uma teoria da substituição pelo jogo da denotação e da conotação. O importante, com efeito, para a presente discussão é que a analogia seja introduzida ao mesmo tempo que a imagem associada como relação entre um termo pertencente à isotopia e um termo que não lhe pertence, a imagem. É, com efeito, a maneira pela qual a imagem opera em relação ao núcleo lógico ou denotativo da significação que permite ordenar o conjunto dos fatos de linguagem que resultam da similaridade (note-se que o autor toma a palavra analogia no sentido em que tomamos aqui a similaridade). Essa contribuição da semântica de Le Guern é sem precedente e insubstituível.

Três fenômenos são comparados primeiramente: o símbolo, a metáfora e a sinestesia. No símbolo (*"a fé é uma grande árvore"*, diz Péguy), a correspondência analógica em virtude da qual o símbolo representa outra coisa repousa sobre uma relação extralingüística que põe em jogo, para desenvolvê-la, a representação mental da árvore, e é essa mesma percepção da imagem que sustenta a informação lógica do enunciado; em outras palavras, o símbolo é uma imagem intelectualizada. Ora, quer-se dizer com isso que a imagem serve de base a um "raciocínio por analogia que continua implícito, mas continua necessário à interpretação do enunciado" (p. 45). Eu diria que o símbolo segundo Le Guern liga-se à metáfora por analogia ou metáfora proporcional de Aristóteles. Tudo se passa de maneira diferente da metáfora propriamente dita. Aqui, a seleção sêmica não repousa sobre a evocação da imagem (*"A imagem metáfora não intervém na textura lógica do enunciado"*, p. 43). É neste sentido que a imagem é *associada*. Nenhum apelo é feito à lógica consciente do raciocínio por analogia. É por isso que, quando a metáfora torna-se usada, a imagem, que não entra na denotação, tende a atenuar-se a ponto de não ser percebida. Quanto às sinestesias, elas repousam sobre analogias puramente perceptivas entre os conteúdos qualitativos dos diferentes sentidos (como no *Sonnet des voyelles*, de Rimbaud, entre vogais e cores). Têm-se assim três modalidades de analogia. A analogia semântica da metáfora deve ser situada entre a analogia extralingüística e lógica do símbolo e a analogia infralingüística e perceptiva da sinestesia.

A especificidade da analogia semântica em relação à "analogia colhida intelectualmente" (p. 47) é ainda esclarecida por outra distinção, entre a metáfora e a comparação, esta sendo tomada no sentido da *similitudo*-qualitativa (igual a...) e não da *comparatio*-quantitativa (mais, menos, tanto... quanto). A metáfora não é uma comparação abreviada, como uma análise formal das estruturas de superfície deixa pensar. A similitude tem antes um parentesco com a metáfora que com a comparação quantitativa; as duas rompem a isotopia do contexto. Mas elas não o restabelecem do mesmo modo. Na *comparação-similitude* (Tiago é *estúpido como um burro*), não há nenhu-

ma transferência de lugar, todas as palavras guardam seu sentido e as próprias representações permanecem distintas e coexistem com um grau quase igual de intensidade. Eis por que “nenhuma incompatibilidade sêmica é percebida” (p. 56); os termos, permanecendo distintos, guardam também seus atributos essenciais, sem que se deva levar mais longe a abstração sêmica. Pela mesma razão, o acompanhamento de imagens pode permanecer muito rico e as próprias imagens muito coloridas. Na metáfora, ao contrário, a percepção de uma incompatibilidade é essencial, como se viu, para a interpretação da mensagem. A incompatibilidade é expressa na metáfora *in praesentia* (Tiago é um burro), implícita na metáfora *in absentia* (que burro!), mas, mesmo implícita, ela motiva ainda a interpretação figurada. A analogia é formalmente a mola comum à metáfora, ao símbolo e à comparação-similitude, mas a intelectualização segue uma ordem de crescimento da metáfora ao símbolo e deste à similitude. A relação analógica é um instrumento lógico na comparação, mas é de ordem semântica e não lógica quando apresentado em uma imagem.

Contudo, mais importante ainda que essa ordenação do vasto e complexo domínio da analogia parece-me ser a sugestão de que a analogia semântica surge como a contrapartida da incompatibilidade semântica. Ela é, diz o autor, “imposta... como o único meio de suprimir a incompatibilidade semântica” (p. 58). À diferença da comparação lógica, que, por definição, continua na isotopia do contexto — só se compara quantitativamente o que é comparável —, a analogia semântica instaura uma relação “entre um elemento pertencente à isotopia do contexto e um elemento que é estranho a essa isotopia e, por esta razão, produz imagem” (p. 58).

Considero esta afirmação a mais importante de toda a obra. Mas ela só pode ser, para mim, plenamente valorizada em uma teoria da metáfora-enunciado e não da metáfora-lexema. Como a sequência do presente estudo o mostrará, a imagem só recebe seu estatuto propriamente semântico quando é não apenas vinculada à percepção do desvio, mas também à sua redução, isto é, à ins-

tauração da nova pertinência cuja redução de desvio no nível da palavra é somente um efeito. É o que sugere a última citação de Le Guern.

Mas, para entrar nesta via, é necessário ainda especificar o estatuto da imagem e da noção de imagem associada, como tentaremos fazer nos parágrafos cinco e seis deste estudo. Em Le Guern, a imagem é definida sobretudo por sua relação negativa à isotopia, sendo denominada “um elemento que é estranho a essa isotopia e, por esta razão, produz imagem” (p. 58). “O caráter estranho à isotopia do contexto é um traço constante da imagem” (*ibid.*). O papel da imagem é assimilado ao “emprego de um lexema estranho à isotopia do contexto imediato” (p. 53). Mas essa definição negativa da imagem deixa suspensa a *iconicidade* da imagem. A imagem é uma “representação mental estranha ao objeto da informação que motiva o enunciado” (*ibid.*) ou antes “um lexema estranho à isotopia do contexto imediato” (*ibid.*)? Em síntese, em que sentido a imagem é simultaneamente representação e lexema?

No mesmo lance, o caráter “associado” da imagem permanece suspenso: ele é um traço psicológico ou um traço semântico? Se ele designa, como fato de conotação, um caráter extrínseco em relação à informação lógica, a imagem é então vinculada do exterior ao conteúdo de significação; mas como ela pode, nessa posição, contribuir para suprimir a incompatibilidade semântica? Em síntese, como pode ser exterior à isotopia e à semântica? Mas é perguntar duas vezes como uma analogia pode “produzir imagem”. Em que, com efeito, a analogia em curso na metáfora pode ser chamada semântica? Aqui, para ser convincente, a análise de Le Guern deve ser completada por outra análise que incorporará mais nitidamente o papel da imagem na redução de desvio. Em Le Guern a imagem associada arrisca-se a permanecer um fato extralinguístico enquanto imagem e, caso seja reconhecida como fato de linguagem, arrisca-se, enquanto somente associada, a permanecer um fator extrínseco ao enunciado. Essa posição extrínseca só concerne ao primeiro tempo, o da percepção de desvio, e não vale mais para

o segundo, o da redução de desvio. Contudo, é este segundo tempo que contém a solução do problema e justifica que se fale de analogia semântica para definir o papel da imagem associada¹⁵.

2. O momento “icônico” da metáfora

Pode ser desfeito o pacto estabelecido no curso da história da retórica entre substituição e semelhança? A curta história desta doutrina parece proibir que a semelhança possa ser dissociada de uma teoria da substituição e associada a uma da interação. Um único autor importante, que eu conheça, o tentou: Paul Henle¹⁶, cuja influência no meio anglo-saxão foi importante, mesmo que não tenha sido igual à de I. A. Richards. Mas, depois dele, nas teorias da interação recebidas deste último, as noções de tensão e também de absurdo lógico parecem substituir a semelhança, que é, assim, rejeitada de modo aparentemente não-equívoco pela de substituição. É interessante retornar à análise de Paul Henle para medir a amplitude e importância da refutação que ela sofre posteriormente.

15. A obra tão densa e perspicaz de M. Le Guern nos interessará por outros motivos também. Depois da delimitação dos fatos de linguagem em relação à retórica e do estabelecimento da metáfora em relação às outras expressões da analogia, o autor propõe a análise das motivações. Esta explicação impõe-se em uma teoria que recusa à metáfora o alcance referencial que atribui à metonímia, ao menos na ordem da denominação. Ela se impõe também em virtude da relação entre denotação e conotação. A própria conotação psicológica implica uma explicação em termos de motivos. Retornaremos a isto no Estudo VII, em que nos perguntaremos se a investigação das motivações deve substituir a investigação da referência. Mas será necessário previamente ter dado à referência outro sentido que não a simples referência de denominação para que se considere a referência de atribuição. Enfim, as preciosas notações sobre a lexicalização da metáfora serão evocadas por ocasião de outro debate sobre o papel da metáfora morta em filosofia (Estudo VIII, § 3).

16. Paul Henle, “Metaphor”, in Paul Henle (ed.), *Language, Thought and Culture*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1958, cap. VII, pp. 173-195. Esse ensaio desenvolve sob uma forma modificada “o discurso presidencial” que abre os *Proceedings of the Western Division of the American Philosophical Association*, 1953-1954. A teoria de M. B. Hester, que se discutirá adiante (§ 4), pertence à mesma região de problemas.

Paul Henle começa por reformular a definição de Aristóteles em um sentido que, sem constituir expressamente uma teoria prediativa da metáfora, apresenta todos os traços que exigem separá-la da nomeação e vinculá-la à predicação.

Denominamos metáfora todo “deslocamento (*shift*) do sentido literal ao sentido figurativo”. Caso se queira preservar o alcance geral dessa definição, é necessário primeiramente não restringir a noção de mudança de sentido aos nomes, nem mesmo às palavras, mas estendê-la a todo signo; além disso, é necessário dissociar a noção de sentido literal da de sentido próprio: qualquer valor lexical é sentido literal, e o sentido metafórico é não-lexical: é valor criado pelo contexto. É necessário ainda conservar a amplitude genérica da definição de Aristóteles que engloba tanto a sinédoque, a metonímia, a ironia, a lítote, isto é, todos os deslocamentos do sentido literal ao figurativo, pelo discurso e no discurso. Aparece em seguida um traço, implicitamente discursivo, que ao mesmo tempo prepara a entrada em cena da semelhança: todo sentido metafórico é mediato, se consideramos que a palavra é “um signo *imediato* de seu sentido literal, e um signo *mediato* de seu sentido figurativo” (p. 175). Falar por metáfora é dizer alguma coisa de outra “por meio” (*through*) de um sentido literal qualquer; este traço diz mais que *shift*, que se poderia ainda interpretar em termos de desvio e de substituição. Por sua vez, este caráter mediato funda a possibilidade de parafrasear uma metáfora por meio de outras palavras tomadas literalmente ou não; não que a paráfrase possa esgotar seu sentido; não é necessário que uma paráfrase termine pelo que começa; a diferença entre metáfora trivial e metáfora poética não está em que uma possa ser parafraseada e a outra não, mas em que a paráfrase da segunda é sem fim, interminável, precisamente porque sempre pode começar; se a metáfora permite pensar em um longo discurso, não será porque ela mesma não é um discurso breve?

Paul Henle introduz aqui o caráter icônico que, segundo ele, especifica a metáfora entre todos os tropos. É a quarta espécie de metáfora, segundo Aristóteles, que empreendemos descrever, a metáfora segundo a analogia ou a proporção. Mas este traço tam-

bém deve ser generalizado justamente para além da proporção em quatro termos; trata-se de um paralelo entre dois pensamentos, como se uma situação fosse apresentada ou descrita nos termos de outra que lhe é semelhante¹⁷. Para marcar o caráter muito geral da analogia, o autor empresta a Charles Sanders Peirce seu conceito de *ícone*. É próprio do ícone conter uma dualidade interna que é ao mesmo tempo superada; no verso de Keats¹⁸:

*When by my solitary hearth I sit,
And hateful thoughts enwrap my soul in gloom*

a expressão metafórica *enwrap* consiste em apresentar a tristeza como envolvendo a alma em um manto. O discurso figurativo “leva a pensar em alguma coisa considerando alguma coisa semelhante; é o que constitui o modo icônico de significar” (p. 177). O perigo, claramente percebido por Henle, é conduzir a teoria da metáfora ao impasse de uma teoria da imagem, no sentido humiano de uma expressão sensorial enfraquecida; conjuramos esse perigo observando que, “se há um elemento icônico na metáfora, é igualmente claro que o ícone não é apresentado, mas simplesmente descrito” (*ibid.*); nada, portanto, sendo mostrado em imagens sensoriais, tudo se passa na linguagem, quaisquer que sejam as associações no espírito do escritor ou do leitor. Henle prossegue, com muita prudência: “O que é apresentado é uma fórmula para a construção de ícones” (p. 178). Pensa-se, assim, na imaginação “produtora” que Kant distingue da imaginação “reprodutora” por identificá-la ao esquema, que é um método para construir imagens.

A metáfora se analisa segundo duas modalidades de relação semântica. A expressão funciona antes de tudo literalmente: é, para retomar a descrição do símbolo no sentido restrito de Peirce, uma

17. P. Henle cita esta declaração de Kenneth Burke: “*Metaphor is a device for seeing something in terms of something else... A metaphor tells us something about one character considered from the point of view of another character. And to consider A from the point of view of B is, of course, to use B as a perspective upon A*” (*A Grammar of Motives*, pp. 503-504), citado *op. cit.*, p. 192.

18. Keats, “To Hope”, in *Poems*, 1817, citado por Henle, *op. cit.*, p. 176.

regra para encontrar um objeto ou uma situação; em seguida funciona iconicamente, ao designar indiretamente outra situação semelhante. É porque a apresentação icônica não é uma imagem que ela pode apontar para semelhanças inéditas, seja de qualidade, de estrutura, de localização, seja ainda de situação, seja enfim de sentimento, e a cada vez a coisa visada é pensada como aquilo que o ícone descreve. A apresentação icônica envolve, portanto, o poder de elaborar, de ampliar a estrutura paralela.

Essa inclinação ao desenvolvimento distingue a metáfora dos outros tropos, que se esgotam em sua expressão imediata. A metáfora, ao contrário, é capaz, em primeiro lugar, de ampliar o vocabulário, seja ao fornecer um guia para denominar novos objetos, seja ao oferecer para os termos abstratos similitudes concretas (assim a palavra *cosmos*, após ter significado a disposição dos cabelos ou o arreamento de um cavalo, veio a designar a ordem de um exército, depois a ordem do universo). Mas a ampliação do vocabulário é o menor dos efeitos dessa inclinação ao desenvolvimento: em virtude da semelhança, podemos operar com novas situações, e, se a metáfora nada acrescenta à descrição do mundo, pelo menos amplia nossas maneiras de sentir; é a função poética da metáfora. Esta repousa ainda sobre a semelhança, mas no nível dos sentimentos: ao simbolizar uma situação por meio de outra, a metáfora “infunde” no coração da situação simbolizada os sentimentos ligados à situação que simboliza. Nessa “transferência de sentimentos”, a semelhança entre sentimentos é induzida; na função poética a metáfora amplia o poder do duplo sentido do cognitivo ao afetivo.

Pode-se lamentar que, ao opor desse modo o sentir e o descrever, o autor tenha finalmente cedido a uma teoria emocionalista da metáfora e perdido uma parte do benefício de uma análise que, contudo, reconheceu perfeitamente a ligação entre o jogo da semelhança e a inclinação ao desenvolvimento no próprio plano cognitivo¹⁹.

19. No Estudo VII, proporei uma interpretação ontológica e não somente psicológica da “transferência de sentimento” característica da função poética da metáfora.

Qualquer que seja a interpretação final do papel da metáfora, o maior interesse da análise de Henle é que ele não nos leva a escolher entre uma teoria predicativa e uma icônica, para mim o ponto essencial neste sexto estudo. Além disso, não vemos como se pode enunciar uma teoria icônica senão em termos de predicação, e Henle percebeu claramente que a metáfora-tropo é uma espécie de “*metaphoric statement*” (*afirmação metafórica*) (p. 181). Com efeito, somente um enunciado completo pode fazer referência a uma coisa ou a uma situação “ao simbolizar seu ícone” (simbolizar é tomado, como acima, no sentido de Peirce, isto é, no sentido de signo convencional), e em tal enunciado “alguns termos simbolizam o ícone, outros simbolizam o que é iconizado” (p. 181)²⁰. (Max Black não diz outra coisa: a metáfora requer um complexo de palavras no qual alguns termos são tomados literalmente e outros metaforicamente.) Esta constituição contrastada é tão importante que ela basta para que se distinga a metáfora, de um lado, da comparação, em que nenhum termo é tomado no sentido figurativo e na qual o paralelismo opera entre duas linhas de termos literais, e, de outro, da alegoria, na qual todos os termos são tomados figurativamente, dando lugar assim a duas interpretações paralelas que apresentam uma coerência igual.

A análise não obriga nem mesmo a escolher entre uma teoria do absurdo lógico e uma teoria icônica. O que leva a procurar um sentido para além do sentido lexical é a colisão (*clash*) (p. 183) no nível literal; se o contexto permite manter-se no sentido literal de certos termos, isso não é possível para outros. Mas o conflito não é ainda a metáfora, esta é antes sua resolução; sobre a base de alguns índices (*clues*) (*ibid.*) fornecidos pelo contexto é necessário decidir quais termos podem ser tomados figurativamente e quais não; é necessário, portanto, elaborar (*work out*) (p. 185) o paralelismo das situações que guiará a transposição icônica de um para outro. Foi este trabalho que se tornou inútil no caso das metáforas

20. Sobre a relação entre a metáfora e o símbolo, no sentido em que emprego este termo desde a *Symbolique du mal*, remeto a meu artigo “Parole et symbole”, in *Revue des Sciences Religieuses*, 49 (1-2): 142-161, 1975.

convencionais, em que os usos culturais decidem o sentido figurativo de certas expressões. Somente nas metáforas vivas se vê esse trabalho em marcha.

Não estamos longe de reconhecer que a colisão semântica é somente o avesso de um processo cuja função icônica é o direito.

3. O processo feito à semelhança

A despeito das instigantes sugestões contidas no artigo de Paul Henle, a história posterior da teoria predicativa da metáfora marca o desaparecimento do interesse pelo problema da semelhança e o progresso de uma explicação em que ela não desempenha nenhum papel decisivo. Pode-se constituir da seguinte maneira o dossiê de acusação da semelhança.

A peça principal do processo é a longa coabitação entre substituição e semelhança na história do problema da metáfora, e a brilhante generalização de Roman Jakobson confirma a sentença: toda substituição de um termo por outro se faz no interior de uma esfera de semelhança. Em compensação, a interação é compatível com quaisquer tipos de relações; a relação *conteúdo-veículo* também faz referência à semelhança entre “o que é realmente pensado ou dito” e “aquilo a que o comparamos”, mas a idéia mais ampla de “transação entre contextos” pode passar sem essa referência²¹. É o caminho tomado por Max Black: ao opor fortemente a teoria da interação à da substituição, ao ligar ao destino da segunda o destino da teoria da comparação, ele se prepara para concluir: “Todos os tipos de fundamentos convêm para a mudança de significação conforme os contextos, e mesmo a ausência de razão em certos momentos”²²; quanto à aplicação ao tema principal do sistema de lugares comuns associados, ela pode ser descrita sem recorrer à analogia dos termos. O recuo da semelhança é completo em Beardsley: tudo se passa como se o absurdo lógico substituísse a analogia na expli-

21. Cf. acima, Estudo III, § 2.

22. Max Black, *op. cit.*, p. 43. Cf. acima, Estudo III, § 3.

cação da metáfora; é a primeira que obriga a abandonar o plano das significações primárias e a procurar no leque das conotações aquela que pode dar lugar a uma atribuição significante²³.

Um segundo argumento pode ser enunciado assim: mesmo quando a analogia é a relação posta em jogo pelo enunciado metafórico, ela nada explica, pois é antes o resultado do enunciado que é sua causa ou razão: uma semelhança se deixa muitas vezes discernir entre coisas que até então não tínhamos sonhado aproximar ou comparar. Eis por que a teoria da interação esforça-se para dar conta da própria semelhança, sem incluir esta em sua explicação, com receio de cair em um círculo vicioso; a aplicação do predicado metafórico ao tema principal é antes comparada a uma tela ou a um filtro que seleciona, elimina, organiza as significações no tema principal; a analogia não está em causa nesta aplicação.

Terceiro argumento: semelhança, analogia são termos equívocos, que podem apenas introduzir confusão na análise. Seu uso em Aristóteles²⁴ parece confirmar este argumento dirigido contra a fraqueza lógica da semelhança. Podem-se discernir nele ao menos três empregos do termo (se não quatro, caso se considere a significação suplementar que será evocada no quarto argumento). O único emprego rigoroso do termo corresponde ao que Aristóteles denomina constantemente a analogia, que é uma relação de proporcionalidade. A *Ética a Nicômaco* (V, 6) a define: “Uma igualdade de relações... supõe ao menos quatro termos” (1131 a 31); mas a metáfora proporcional não define o gênero da metáfora, somente a quarta espécie. Próxima deste último sentido está a comparação (*eikōn*). A *Retórica* (III, 10, 1407 a 11-20) menciona expressamente esse parentesco, a despeito de na comparação a relação ser simples e não dupla. Mas a comparação não é o fundamento da metáfora: a *Poética* a ignora, e a *Retórica* a subordina à metáfora.

23. Cf. acima, Estudo III, § 4.

24. As referências que se seguem a Aristóteles serão situadas no quadro da teoria aristotélica da metáfora exposta no Estudo I. Em particular, sobre a “comparação”, cf. *ibid.*, § 3; sobre “pôr sob os olhos”, *ibid.*, pp. 60-61; sobre “declarar o inanimado animado”, *ibid.*, p. 61.

Sem nenhuma alusão aparente à lógica da proporção e da comparação, Aristóteles declara no fim da *Poética*: “A maior coisa é, de longe, o uso da metáfora, só que isto não pode ser ensinado: é dom de gênio, pois usá-la bem é ver o semelhante”. Essa declaração geral embaraça as quatro espécies de metáfora e, por consequência, cobre o campo inteiro da *epiphorá*. Mas o que é ver o semelhante? Uma alusão da *Retórica* III, 11, 5, parece dizer que o “semelhante” é o “mesmo”, isto é, a identidade genérica: “É necessário... extrair suas metáforas de coisas apropriadas (*apo oikeiōn*), mas não inteiramente evidentes (*mē phanerōn*), como em filosofia perceber similitudes (*to homoiōn*) mesmo entre objetos muito distantes testemunha um espírito sagaz; é assim que Árcitas dizia que um árbitro e um altar são coisas idênticas (*tauton*), pois um e outro são o refúgio de todo aquele que sofre injustiça” (1412 a 11-14). Como harmonizar esse papel universal da semelhança com o raciocínio específico da analogia ou da comparação? E, levando em conta esse papel universal, como combinar o semelhante e o mesmo?

Quarto argumento: um equívoco mais grave pesa, se não sobre o próprio termo semelhança, ao menos sobre uma das associações mais frequentes; assemelhar é, em um sentido, ser à imagem de...; não se diz indiferentemente de um retrato ou de uma fotografia que eles são à imagem ou à semelhança do original? Essa aproximação entre semelhança e imagem reflete-se em certa crítica literária — antiga, é verdade —, para a qual investigar as metáforas de um autor é descobrir suas imagens familiares, entendamos, suas imagens visuais, auditivas e em geral sensoriais. A semelhança se faz aqui do abstrato ao concreto, a imagem concreta assemelha-se à idéia que ilustra, e a semelhança é então a mesma propriedade do que representa, do retrato em sentido amplo. Este novo equívoco parece encontrar no próprio Aristóteles algum suporte: não diz ele que uma metáfora vivente é a que “põe sob os olhos”? Acontece que esta propriedade é mencionada no mesmo contexto que a metáfora proporcional, sem que o autor indique um elo qualquer entre esses dois traços: ora, o que há de comum entre estabelecer uma igualdade de relações, isto é, calcular, e pôr sob os olhos, isto é, fazer ver? Pode-se legitimamente perguntar se este equívoco não é igualmente subjacente à descrição que

Paul Henle faz do caráter icônico da metáfora. Apresentar um pensamento sob os traços de outro não é sempre, de uma maneira ou de outra, fazer ver, mostrar o primeiro graças à apresentação mais viva do segundo? Indo mais longe, não cabe à figura como tal produzir um aparecer, fazer surgir o discurso?²⁵ Se é assim, que ligação resta entre os dois extremos do leque aberto deste modo: entre a lógica da proporcionalidade e a fabricação de imagens da iconicidade?

Todas essas ambigüidades parecem convergir para um ponto central: o que faz a metaforicidade da metáfora? A noção de semelhança tem o poder de englobar, sem se destruir, proporção, comparação, busca do semelhante (ou do mesmo), iconicidade? Ou melhor, é necessário confessar que ela dissimula somente o embaraço inicial de uma definição e de uma explicação que não podem produzir senão uma metáfora da metáfora: metáfora do transporte em Aristóteles, do veículo em Richards, da tela, do filtro, da lente em Max Black? Todas essas metáforas não reconduzem ironicamente ao ponto de partida, à metáfora do deslocamento, da mudança de lugar?²⁶

4. Defesa da semelhança

Proponho-me a mostrar que:

- a) a semelhança é um fator mais necessário ainda em uma teoria da tensão que em uma teoria da substituição;
- b) ela não é somente o que o enunciado metafórico constrói, mas o que guia e produz esse enunciado;
- c) ela pode receber um estatuto lógico capaz de superar a equivocidade denunciada acima;
- d) o caráter icônico da semelhança deve ser reformulado de tal modo que a própria imaginação se torne um momento propriamente semântico do enunciado metafórico.

25. Sobre o “fazer aparecer”, cf. Estudo V, § 2 (sobre a figura).

26. Esta dificuldade nos remete ao termo de nossa discussão da *Sémantique de la métaphore et de la métonymie* de Michel Le Guern: em que sentido, perguntávamos, a imagem associada é uma entidade lingüística?

a) O erro inicial da argumentação dirigida contra a inclusão da semelhança no estatuto lógico da metáfora é acreditar que as noções de tensão, interação e contradição lógica tornam supérfluo todo o papel da semelhança. Voltemos à estratégia da linguagem presente em uma expressão metafórica tão simples quanto o oxímoro (uma morte *vivente*, uma *obscura* clareza). Por seu sentido literal, a expressão constitui um enigma cujo sentido metafórico oferece a solução. Ora, a tensão e a contradição não designam no enigma senão a forma do problema, o que se poderia chamar o desafio semântico ou, para falar com Jean Cohen, “a impertinência semântica”. O sentido metafórico enquanto tal não é a colisão semântica, mas a nova pertinência que responde a seu desafio. Na linguagem de Beardsley, a metáfora é o que faz de um enunciado autocontraditório que se destrói um enunciado autocontraditório significativo. É nessa mutação de sentido que a semelhança desempenha seu papel. Mas esse papel só pode aparecer se nos desviamos da aliança de caráter puramente semiótico entre semelhança e substituição, para nos voltarmos para um aspecto propriamente semântico da semelhança: quero dizer, um funcionamento inseparável da instância de discurso constitutivo da frase (ou da expressão complexa em jogo no oxímoro). Dito de outro modo, a semelhança, se existe alguma razão para sua presença na metáfora, deve ser um caráter da atribuição dos predicados e não da substituição dos nomes. O que faz a nova pertinência é o tipo de “proximidade” semântica que se estabelece entre os termos a despeito de sua “distância”. Coisas que até então estavam “afastadas” imediatamente aparecem como “vizinhas”²⁷. Aristóteles

27. Paul Valéry evocava, em um artigo da NRF de 1º de janeiro de 1935, “estes equívocos refletidos” que são as figuras: *Œuvres*, Éd. de La Pléiade, I, pp. 1289-1290, citado por A. Henry, *Métonymie et Métaphore*, p. 8. O mesmo autor, que retomaremos longamente adiante, Estudo VI, § 4, cita esta observação surpreendentemente justa do poeta Reverdy: “A imagem é uma criação pura do espírito. — Ela não pode nascer de uma comparação, mas da aproximação de duas realidades afastadas. — Quanto mais as relações de duas realidades aproximadas forem distantes e justas, mais forte será a imagem, mais ela terá potência emotiva e realidade poética”. Citado por A. Henry, *op. cit.*, p. 54. Claudel (*Journal*, Éd. de La Pléiade, I, p. 42) também afirma: “A metáfora, como o raciocínio, reúne, mas a uma distância maior” (citado por A. Henry, *op. cit.*, p. 69, nota 26).

percebe esse efeito estritamente predicativo da semelhança quando considera, entre as “virtudes” das boas metáforas, a de ser “apropriadas” (*Retórica*, III, 1404 b 3), em que ele vê uma maneira de “harmonia” (*ibid.*, 1405 a 10). Colocando-se de sobreaviso contra as metáforas “extraídas de longe”, ele recomenda que se derivem as metáforas do que é “parente quanto ao gênero (*syngenōn*)” e “eideticamente semelhante (*homoideōn*)”, de modo que, desde o momento em que a enunciação é produzida, aparece claramente que “isso é comum quanto ao gênero (*hoti syngenes*)” (*ibid.*, 1405 a 37)²⁸.

Essa noção de parentesco genérico é preciosa, e não há inconveniente maior no fato de exprimir-se metaforicamente, na medida em que admitimos que a metáfora ensina; por outro lado, a metáfora do “distante” e do “próximo” apenas dá continuidade à do “transporte”: transportar é aproximar, des-afastar. A noção de parentesco genérico nos orienta para a idéia de uma “semelhança de família” de caráter pré-conceitual, à qual poderia estar ligado o estatuto lógico da semelhança no processo metafórico.

Os parágrafos seguintes exploram essa abertura. Ao menos conquistamos um primeiro ponto, a saber, que tensão, contradição e controversão são apenas o avesso do tipo de aproximação pelo qual a metáfora “faz sentido”. E um segundo ponto: que a própria semelhança é um fato de predicação, que opera entre os mesmos termos que a contradição põe em tensão²⁹.

28. O poder da metáfora de reduzir uma “distância” entre gêneros lógicos encontra-se no próprio Aristóteles em outros contextos; assim a aproximação entre metáfora e enigma: “E, em geral, podem-se extrair boas metáforas dos enigmas bem-feitos, pois as metáforas implicam enigmas, portanto é claro que a transposição foi bem-feita” (*Retórica*, III, 1405 b 4-5). O mesmo vale para a aproximação entre metáfora e antítese, em que antítese e semelhança se dão a compreender juntas (*Retórica* III, *ibid.*, 1410 b 35; 1411 b 2).

29. A teoria da substituição não percebe este mecanismo porque ela parte da metáfora *in absentia* que, formalmente, se limita a substituir o termo presente por um termo ausente que é necessário interpolar (assim, no verso de Keats, que evocava uma alma “ornada” de tristeza, Henle acreditava dever interpolar um “manto”). Mas a dinâmica da metáfora *in absentia* apenas é revelada pela metáfora *in praesentia*, na qual é a interação entre todos os termos do enunciado que motiva a substituição de um termo presente por um termo ausente.

b) Objeta-se, aqui, que a semelhança não é bom candidato para servir de razão ou causa da nova pertinência, na medida em que ela é o que resulta do enunciado e da aproximação que este opera. A resposta a esta objeção nos envolve em um tipo de paradoxo bem capaz de trazer uma nova luz para a teoria da metáfora. Wheelwright aproximou-se muito desse paradoxo em sua obra *Metaphor and Reality*³⁰ (a qual retomarei mais longamente no sétimo estudo), em que o autor propõe distinguir entre *epiphor* e *diaphor*. Epífora, recorde-se, é o termo de Aristóteles: é a transposição, a transferência enquanto tal, isto é, o processo unitivo, o tipo de assimilação que se produz entre idéias estranhas, estranhas porque distanciadas. Esse processo unitivo resulta de uma apercepção — de um *insight* — que é da ordem do *ver*. Aristóteles designava essa apercepção quando dizia: “Bem metaforizar é ver — contemplar, lançar um golpe de vista para — o semelhante”. A epífora é esse golpe de vista e esse golpe de gênio: o não-ensinável e o não-adquirível³¹. Mas não há epífora sem diáfara, não há intuição sem construção. Com efeito, o processo intuitivo, aproximando coisas afastadas, recobre um momento irredutivelmente discursivo; o mesmo Aristóteles que “contemplava o semelhante” é também o teórico da metáfora proporcional em que a semelhança é mais construída que vista (ainda que o próprio semelhante aí esteja de algum modo presente, como o demonstra a expressão grega *homoiōs ekhei*, comportar-se de modo semelhante, *Poética*, 1457 b 20). É igualmente esse momento discursivo que Max Black exprime por outra metáfora, a da tela, do filtro, da lente, para dizer como o predicado escolhe e organiza certos

30. Philip Wheelwright, *Metaphor and Reality*, pp. 72ss.

31. Gaston Esnault vê na metáfora uma “intuição que se transporta” (citado por Henry, *op. cit.*, p. 55): ela é “intuição em linha direta”, e graças a ela “o espírito afirma uma identidade intuitiva e concreta” (*ibid.*, p. 57). Retomamos por nossa própria conta essa afirmação, atribuindo como primeiro sentido à “imagem” esse mesmo transporte em seu momento intuitivo. Resumindo a tradição intuicionista, A. Henry bem diz: “Proveniente de uma reação sensível [a metáfora] é uma intuição nova que parte da imaginação e atinge a imaginação. A contemplação feliz do percebido efetiva um momento fecundo em que se cria uma síntese viva que atualiza a interação de dois fatores” (*op. cit.*, p. 59).

aspectos do tema principal. Não há contradição alguma em dar conta da metáfora sucessivamente na linguagem da aprecepção, isto é, da visão, e na da construção. Ela é simultaneamente “o dom do gênio” e a habilidade do geômetra que aí se conhece na “razão das proporções”.

Dir-se-á então que nos afastamos da semântica para voltar à psicologia? Primeiramente, não é vergonha aprender com a psicologia, sobretudo quando ela é uma psicologia das operações e não dos elementos. A *Gestaltpsychologie* é, a esse respeito, muito instrutiva quando se aplica ao fenômeno da invenção para mostrar que toda mudança de estrutura passa por um momento de intuição súbita na qual a nova estrutura emerge do apagamento e da reorganização da configuração anterior. Em seguida, esse paradoxo de aparência psicológica entre gênio e cálculo, entre intuição e construção é, na realidade, um paradoxo puramente semântico: ele concerne, na instância de discurso, ao caráter estranho da atribuição dos predicados. Encontra-se em relação a isso em Nelson Goodman um interessante apólogo (ainda uma metáfora da metáfora!): a metáfora, diz ele, é a “reassinalação das etiquetas”, mas uma reassinalação que parece um “idílio entre um predicado que tem um passado e um objeto que tudo cede protestando”³². Ceder protestando, eis aí, sob forma de metáfora, nosso paradoxo: o protesto é o que resta do antigo casamento — a assinalação literal — que a contradição desfaz; ceder é o que finalmente acontece graças à nova aproximação. A diáfora da epífora é o mesmo paradoxo subjacente ao “golpe de vista” que percebe o semelhante para além do divórcio.

c) Este último paradoxo contém, talvez, a chave da resposta à objeção ao estatuto lógico da semelhança. Pois o que vale para a operação de assimilação pode valer para a relação de similaridade, caso se possa mostrar que a relação de similaridade é outro nome da operação de assimilação descrita acima.

32. Nelson Goodman, *Languages of Art, an Approach to a Theory of Symbols*, p. 69.

Recorde-se do argumento dirigido à fraqueza lógica da semelhança: qualquer coisa se assemelha a qualquer coisa... com certa diferença!

Resta a solução: construir a relação sobre o modelo da operação e remeter o paradoxo da operação para a relação. Parece, então, que a estrutura conceitual da semelhança opõe e une a identidade e a diferença. Não é por negligência que Aristóteles designa o “semelhante” como o “mesmo”: ver o mesmo no diferente é ver o semelhante³³. Ora, é a metáfora que revela a estrutura lógica do “semelhante” porquanto no enunciado metafórico o “semelhante” é percebido *apesar* da diferença, *malgrado* a contradição. A semelhança é, então, a categoria lógica correspondente à operação predicativa na qual o “tornar próximo” encontra a resistência do “estar afastado”. Em outras palavras, a metáfora mostra o trabalho da semelhança porque, no enunciado metafórico, a contradição literal mantém a diferença, o “mesmo” e o “diferente” não são simplesmente misturados, mas permanecem opostos. Por esse traço específico, o enigma é retido no próprio coração da metáfora. Na metáfora, o “mesmo” opera *apesar* do “diferente”.

Esse traço foi percebido de uma maneira ou de outra por diversos autores³⁴, mas eu gostaria de levar a idéia um degrau — e mesmo dois degraus — mais longe.

33. Sobre o Mesmo e o Semelhante, cf. *Metafísica* 1, capítulo IX: “Semelhante se diz de coisas afetadas, sob todas as relações, dos mesmos atributos daqueles que são afetados mais por semelhanças que por diferenças e daqueles cuja qualidade é a mesma. Enfim, o que tem em comum com outra coisa, maior número de contrários, ou contrários mais importantes, segundo os quais as coisas são suscetíveis de alteração, é semelhante a esta outra coisa” (1018 a 15-18). A segunda acepção da palavra *semelhante* parece particularmente apropriada ao caso da metáfora.

34. Assim, H. Herrschberger, “The Structure of Metaphor”, in *Kenyon Review*, 1943, considera que a metáfora “refere-se à similaridade de coisas por outro lado dessemelhantes” (p. 434). A “tensão” consiste em que o intérprete é convidado pelo poema a dar conta da dessemelhança tanto quanto da semelhança entre os múltiplos referentes: “Ao apreender a semelhança entre os múltiplos referentes de uma metáfora, uma pessoa sedenta de experiência estética, com a permissão do poema, *faz um esforço* para incluir tanto quanto possível dessemelhanças aparentes” (*ibid.*). A conciliação dos opostos e a conservação de sua oposição são igualmente necessá-

Se, na metáfora, a semelhança pode ser construída como o lugar de encontro conflitual entre o mesmo e o diferente, não se poderá dar conta, com base nesse modelo, da diversidade de espécies metafóricas donde parece derivar o equívoco denunciado? Em que, perguntamo-nos, o transporte do gênero à espécie, da espécie ao gênero e da espécie à espécie são formas da *epiphora*, refletindo a mesma unidade polêmica do semelhante?

Turbayne, em *The Myth of Metaphor*³⁵, leva-nos ao caminho da resposta: o que se passa no enunciado metafórico, observa ele, é comparável ao que Gilbert Ryle denomina *category-mistake* — erro categorial —, que consiste em “apresentar os fatos de uma categoria nos idiomas apropriados a outra”³⁶. A definição da metáfora não é, com efeito, radicalmente diferente: ela consiste em falar de uma coisa nos termos de outra que se lhe assemelha. Somos tentados a dizer que a metáfora é um erro categorial calculado; sob esse ângulo, as quatro espécies aristotélicas são novamente reunidas. Isso é claro para as três primeiras: dar ao gênero o nome da espécie etc. é manifestamente transgredir as fronteiras conceituais dos termos considerados; mas a metáfora proporcional implica o mesmo tipo de erro. Pois, para Aristóteles, a metáfora não é a própria analogia, isto é, a igualdade das relações; é antes, sobre a base da relação de proporcionalidade, a transferência do nome do segundo termo ao quarto e vice-versa. Assim, as quatro classes de Aristóteles são erros categoriais calculados.

A mesma constituição permite dar conta do primado da metáfora sobre a comparação em Aristóteles. A metáfora, com efeito, diz de

rias para a constituição da experiência poética. Douglas Berggren declara no mesmo sentido que a metáfora “constitui o princípio indispensável que permite integrar fenômenos diversos e perspectivas diversas sem sacrificar sua diversidade” (“The Use and Abuse of Metaphor”, I, in *The Review of Metaphysics*, 16 (2/3), december 1962 – march 1963, p. 237).

35. Turbayne, *The Myth of Metaphor*, Yale, Yale University Press, 1962 (ed. revista e ampliada, *The University of South Carolina Press*, 1970), p. 12.

36. Gilbert Ryle, *The Concept of Mind*, London, Hutchinson and Co., 1949, p. 8.

maneira direta “isto [é] aquilo” (*Retórica*, III, 1410 b 19), e essa aplicação de um predicado, malgrado a inadequação, constitui a instrução que a metáfora profere. A comparação já é alguma coisa a mais, é uma paráfrase que detém a força da atribuição insólita. Eis por que o ataque dirigido contra a comparação por Max Black e por Monroe Beardsley não atinge a metáfora, que não é simplesmente a forma abreviada, mas, bem ao contrário, o princípio dinâmico³⁷.

A idéia de erro categorial nos aproxima de nosso objetivo. Não se pode dizer que a estratégia da linguagem em ação na metáfora consiste em obliterar as fronteiras lógicas e estabelecidas com vista a fazer aparecer novas semelhanças que a classificação anterior impedia de perceber? Dito de outro modo, o poder da metáfora seria o de romper uma categorização anterior a fim de estabelecer novas fronteiras lógicas sobre as ruínas das precedentes.

Subindo mais um degrau, não podemos formar a hipótese de que a dinâmica de pensamento que abre caminho através de categorias já estabelecidas é a mesma que engendra toda classificação? Falo aqui de hipótese, pois não temos nenhum acesso direto a tal origem dos gêneros e das classes. A observação e a reflexão chegam sempre demasiado tarde. É por um tipo de observação filosófica, que procede por extrapolação, que se pode supor que a figura de discurso que denominamos metáfora e que aparece primeiramente como um fenômeno de desvio em relação ao uso estabelecido é

37. Identifico-me inteiramente com Michel Le Guern sobre este ponto (*op. cit.*, pp. 52-65): a comparação-similitude repousa sobre um uso lógico da analogia; é um raciocínio implícito; a metáfora propriamente dita repousa sobre um uso puramente semântico da analogia; é uma transferência direta que exprime justamente a atribuição insólita da metáfora *in praesentia*. Minha única reserva concerne ao emprego do termo “analogia” para cobrir estes diversos empregos. Prefiro “semelhança”, que é o substantivo construído sobre o “semelhante”. A palavra analogia deve ser reservada seja para dizer a analogia aristotélica, ou relação proporcional a quatro termos (sobre a qual se edifica a metáfora por analogia que é uma transferência cruzada entre o segundo e quarto termo da relação proporcional), seja para a *analogia entis* da metafísica medieval. Esta última acepção da palavra analogia será o objeto de uma discussão no último estudo (§ 2).

homogênea ao processo que engendrou todos os “campos semânticos” e, portanto, o próprio uso de que a metáfora se desvia. A mesma operação que faz “ver o semelhante” é também a que “ensina o gênero”. É assim também em Aristóteles. Mas, se é verdade que se aprende o que ainda não se sabe, fazer ver o semelhante é produzir o gênero na diferença, e não ainda acima das diferenças, na transcendência do conceito. É o que Aristóteles queria dizer com a idéia de “parentesco genérico”. A metáfora permite surpreender este estágio preparatório na apropriação conceitual porque, no processo metafórico, o movimento para o gênero é detido pela resistência da diferença e de algum modo interceptado pela figura de retórica. É desta maneira que a metáfora revela a dinâmica em ação na constituição dos campos semânticos, a dinâmica que Gadamer denomina a “metafórica” fundamental³⁸ e que se confunde com a gênese do conceito por similaridade. É antes de tudo uma semelhança de família que aproxima os indivíduos antes que a regra de uma classe lógica os domine. A metáfora, figura de discurso, apresenta de maneira *aberta*, por meio de um conflito *entre* identidade e diferença, o processo que, de maneira *encoberta*, engendra as áreas semânticas por fusão das diferenças *na* identidade.

Esta última generalização nos permite retomar a discussão, deixada suspensa, do conceito de processo metafórico em Roman Jakobson. Como Roman Jakobson, com efeito, mas em sentido diferente dele, formamos um conceito de “processo metafórico” pelo qual o tropo da retórica desempenha um papel revelador. Mas, à diferença de Roman Jakobson, o que na metáfora pode ser generalizado não é sua essência substitutiva, mas sua essência predicativa. Jakobson generalizava um fenômeno semiótico, a substituição de um termo por outro; nós generalizamos um fenômeno semântico, a assimilação de uma a outra de duas áreas de significação por meio de uma atribuição insólita. No mesmo lance, o “pólo metafórico” da linguagem, sendo de essência nitidamente predicativa ou atribu-

tiva, não tem por contrapartida um pólo metonímico. A simetria dos dois pólos é rompida. A metonímia — um nome por outro nome — continua um processo semiótico, talvez mesmo o fenômeno substitutivo por excelência no domínio dos signos. A metáfora — atribuição insólita — é um processo semântico, no sentido de Benveniste, talvez mesmo o fenômeno *genético* por excelência no plano da instância de discurso.

d) O mesmo paradoxo da visão e da discursividade, que serviu de modelo para construir a relação de semelhança, pode doravante servir de guia para resolver a quarta objeção. Ela diz respeito ao estatuto da semelhança como apresentação figurada, como imagem que representa relações abstratas. A questão, recorde-se, tem origem numa observação de Aristóteles sobre o poder da metáfora de “pôr sob os olhos”, e ela é suposta em toda a sua amplitude pela teoria icônica de Paul Henle e pela noção de “imagem associada” de Michel Le Guern. Ora, viu-se também que, quanto mais a análise semântica se submetia a uma gramática lógica, mais ela evitava recorrer à noção de imagem, julgada demasiado solidária de uma má psicologia.

A questão é precisamente saber se o momento icônico da metáfora é estranho a todo tratamento semântico e se não é possível dar conta dela a partir da estrutura paradoxal da semelhança. Não teria a imaginação alguma relação com o conflito da identidade e da diferença?

A bem dizer, não falamos aqui ainda da imaginação em seu aspecto sensível, quase sensual, que consideraremos no parágrafo seguinte. Temos interesse em pôr, em primeiro lugar, entre parênteses o núcleo não-verbal da imaginação, isto é, o imaginário entendido no sentido de quase visual, quase auditivo, quase tátil, quase olfativo. A única maneira de abordar o problema da imaginação oriundo de uma teoria semântica, isto é, do plano verbal, é começar pela imaginação produtiva no sentido kantiano, adiando, por tanto tempo quanto possível, o da imaginação reprodutiva, do imaginário. Tratada como esquema, a imagem apresenta uma dimensão verbal,

38. Hans-Georg Gadamer, *Wahrheit und Methode*, parte III, pp. 406ss.

e, antes de ser o lugar dos perceptos desbotados, ela é o das significações nascentes. Do mesmo modo que o esquema é a matriz da categoria, o ícone o é da nova pertinência semântica que nasce do desmantelamento das áreas semânticas sob o choque da contradição.

Religando este novo fio à meada precedente, sugiro que se diga que o momento icônico comporta um aspecto verbal, enquanto constitui a apreensão do idêntico nas diferenças e a despeito das diferenças, mas sobre um modo pré-conceitual. Assim iluminado pelo esquema kantiano, o ver aristotélico — “ver o semelhante” — não parece diferente do momento icônico: ensinar o gênero, colher o parentesco entre termos afastados é pôr sob os olhos. A metáfora surge então como o esquematismo no qual se produz a atribuição metafórica. Tal esquematismo faz da imaginação o lugar da emergência do sentido figurativo no jogo da identidade e da diferença. E a metáfora é o lugar no discurso em que esse esquematismo é visível, porque identidade e diferença não são confundidas, mas afrontadas.

Essa noção de um esquematismo da atribuição metafórica permite, além disso, retomar com novo vigor uma questão suspensa: recorde-se que Aristóteles dizia da *léxis* que ela faz aparecer o discurso, e Fontanier comparava a figura à aparência corporal. Ora, a idéia de um esquematismo da atribuição metafórica dá suficientemente conta deste fenômeno: o esquema é o que faz aparecer a atribuição, o que lhe dá corpo. É esse processo predicativo que “*produz imagem*”. Ele é o portador da analogia semântica e, assim, contribui para resolver a incompatibilidade semântica percebida no nível do sentido literal.

Quer dizer então que o problema posto pela imagem está inteiramente resolvido? A bem dizer, só incorporamos o aspecto verbal da imagem, enquanto esquema da síntese do idêntico e do diferente. Qual é então o papel do *fazer-ver* enquanto tal? Do “pôr sob os olhos”? Da figurabilidade da figura? É necessário confessá-lo, a análise deixa um resíduo que é... a própria imagem!

Contudo, talvez seja possível, apoiando-nos no esquematismo da imaginação produtiva, se não incorporar a imagem como tal à

teoria semântica, ao menos explorar a fronteira entre semântica e psicologia na qual se opera a junção do verbal e do não-verbal³⁹.

5. Psicolinguística da metáfora

Uma maneira radical de explorar a fronteira da semântica e da psicologia é nela instalar uma disciplina mista, a *psicolinguística*. O cuidado de incorporar a imagem à operação propriamente semântica da metáfora não é o único a mostrar essa necessidade. A própria noção de transposição, que é o tema constante de uma teoria dos tropos, põe em jogo operações que legitimam um tratamento misto: psicologia e linguística. É este motivo que tomamos em consideração no presente parágrafo, deixando para depois o tratamento psicolinguístico da própria *imagem*.

O princípio de uma aproximação psicolinguística das operações postas em jogo pela metáfora merece ser examinado. Não recairemos em um estilo de descrição e de explicação de que precisamente a linguística se libertou a custo? De modo algum: a psicolinguística que estará aqui em questão não é pré-linguística mas pós-linguística: seu propósito é, com efeito, convergir em uma nova disciplina a análise componencial dos campos sêmicos e as operações do espírito que percorre esses campos. Tal disciplina não poderia, portanto, cair sob as críticas dirigidas outrora, justamente, a uma psicologia cujo duplo defeito era o de debruçar-se sobre os conteúdos (ima-

39. Stanilas Breton, meditando sobre a obra de Rubina Giorgi, empenha-se de maneira comparável em pôr em ordem o imaginário, o esquema e a imagem. Ele subordina esses três termos ao símbolo, o qual, oriundo do problema do intervalo entre o “limite” e o “ilimitado”, põe em movimento uma atividade interpretante e abre um percurso. É esse percurso que se articula na tríade subdenominada: *imaginário por meio do esquema se faz imagem* (S. Breton, “Symbole, schème, imagination. Essai sur l’œuvre de R. Giorgi”, in *Revue Philosophique de Louvain*, fév. 1972, pp. 63-92). A reflexão de S. Breton não é sem parentesco com minha tentativa de poder ancorar a imagem na inovação semântica. Todavia, a noção de intervalo, pressuposta pela de símbolo, põe em jogo um pensamento da diferença que excede os limites do presente estudo e refere-se mais à ontologia articulada no Estudo VIII.

gem, conceito) mais que sobre as operações, e de fazer uma representação mecânica das relações entre esses conteúdos (tais como as versões sucessivas da associação de idéias). É uma disciplina inédita que nasce da contribuição de uma análise sêmica inteiramente específica e de uma descrição de operações apreendidas em seu nível sublingüístico.

No que concerne às figuras, Gaston Esnault⁴⁰ foi um precursor. Ele tinha percebido que as operações postas em jogo pelas figuras reduzem-se à capacidade de ampliar ou restringir a extensão (isto é, o número de entidades às quais uma noção se aplica) ou a compreensão (número de caracteres que compõem uma noção). Para ele, a sinédoque não é outra coisa que uma modificação da extensão, a metáfora e a metonímia uma variação da compreensão, e a diferença entre essas duas figuras consiste em que a metonímia segue a ordem das coisas e procede analiticamente, ao passo que a metáfora desempenha na compreensão um modo sintético, intuitivo, por uma reação que parte da imaginação e atinge a imaginação. Eis por que a equivalência imaginativa instaurada pela metáfora exerce mais violência sobre o real do que a metonímia que respeita os liames inscritos nos fatos. Mas faltava a Gaston Esnault o instrumental metodológico da psicolinguística, isto é, como acabamos de dizer, a conjunção de uma teoria das operações e de uma teoria dos campos.

A obra de Albert Henry, *Métonymie et Métaphore*⁴¹, procura satisfazer essa dupla exigência com outro cuidado propriamente estilístico que não acentuaremos aqui; com efeito, “os fundamentos psicolinguísticos” que ele estabelece são, a seus olhos, a “base indispensável de uma análise estilística saudável” (p. 21). Essa obra é assim para a psicolinguística da metáfora o que a de Hedwig Konrad foi para a lógica-lingüística. Segundo Albert Henry, uma única operação

40. Gaston Esnault, *L'Imagination populaire, métaphores occidentales*, Paris, PUF, 1925.

41. Albert Henry, *Métonymie et Métaphore*, Paris, Éd. Klincksieck, 1971.

do espírito está em ação na tríade sinédoque-metonímia-metáfora, e ela se apresenta num grau simples na metonímia (e na sinédoque), em um segundo grau na metáfora. Eis por que é necessário estudá-la antes de tudo na metonímia.

Tal operação, como viu Gaston Esnault, é a síntese perceptiva que permite ao espírito concentrar ou difundir seu feixe inquisidor (p. 23). As figuras são apenas as maneiras diversas das quais são institucionalizados, no plano lingüístico, os efeitos de sentido dessa operação única.

O que acontece com a metonímia, se é verdade que ela apresenta de modo simples a operação? Aqui intervém a análise sêmica emprestada de Pottier⁴² e Greimas⁴³. Caso se denomine campo sêmico o conjunto dos constituintes elementares de um conceito-entidade, um campo sêmico pode ser percorrido. “Na metonímia, o espírito, ao percorrer um campo sêmico, concentra-se sobre um dos semas e designa o conceito-entidade que é o objeto de sua contemplação pela palavra que, em pura realidade lingüística, exprimiria este sema, quando considerado enquanto conceito-entidade” (p. 25). Assim, denominamos um *Luís* uma moeda com a efígie do rei que leva esse nome. Três aspectos devem ser considerados: o fato de língua que constitui articulação do campo sêmico, a “apreensão mais ou menos livre e mais ou menos feliz que opera o espírito” (p. 25), e a denominação do objeto considerado pelo sema no qual o espírito se concentrou⁴⁴.

42. Bernard Pottier, “Vers une sémantique moderne”, in *Travaux de linguistique et de littérature*, publicados pelo Centre de Philologie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg, tt. II-I (1964). *Présentation de la linguistique. Fondement d'une théorie*, Paris, Éd. Klincksieck, 1967.

43. A.-J. Greimas, *Sémantique structurale*, Paris, Larousse, 1966.

44. Deixo de lado a distinção entre metonímia e sinédoque que é reconduzida por Albert Henry à distinção, bastante sutil, entre campo sêmico e campo semântico ou associativo (pp. 25-26): “Metonímia e sinédoque são modalidades de uma única figura fundamental: figura de focalização e de contigüidade. Elas não diferem por sua lógica, mas por seu campo de aplicação” (p. 26).

Vê-se o interesse para nossa própria investigação: ao abordar o fenômeno a partir da operação e não somente a partir da estrutura, somos capazes de distinguir das figuras mortas as figuras em estado nascente, as metonímias novas, que põem em jogo uma “percepção seletiva em ato” (p. 30), como o dito de Brinvilliers ao falar de sua caixinha de venenos “que tinha nesta caixa muitas sucessões”. A estilística tem muito a esperar dessa discriminação fundada sobre as diferenças das operações⁴⁵.

Ao mesmo tempo, pode-se notar de passagem o papel da predicação na operação, por exemplo quando a palavra figurada está em posição de adjetivo (ter vinho *alegre*): “A predicação é o procedimento lingüístico que permite ao fenômeno semântico que é a metonímia afirmar-se” (p. 33). Não nos esqueceremos deste traço em nossas críticas⁴⁶.

Tal é o “mecanismo criador” de base: a concentração sêmica. E tal também é a expressão simples desse mecanismo no plano das figuras: a metonímia.

Em que sentido a metáfora é, como o vira Esnault, uma variante do mesmo poder de mudar a compreensão? Aqui ainda este precursor carecia de instrumentos técnicos, eis por que ele não podia ultrapassar a oposição puramente psicológica entre modo analítico e modo sintético, intuitivo, imaginativo. O dispositivo lingüístico permite construir a metáfora sobre a metonímia como uma metonímia dupla e superposta⁴⁷.

45. Pode-se recusar assim a apreciação de Charles Bally no *Traité de stylistique française*, § 197, que não queria ver nas figuras senão “preguiça de pensamento” e “preguiça de expressão”.

46. Ponho entre parênteses os importantes desdobramentos estilísticos que se estabelecem sobre esse fundamento psicolingüístico. Observo somente que o estudo das séries, por exemplo, em Saint John Perse, a das dominantes, e enfim o interesse atribuído à “adequação tonal” — isto é, à conveniência ao contexto — põem em jogo a consideração não mais de uma palavra, nem mesmo de uma frase, mas de uma obra inteira (p. 49). Esse liame entre estilo e obra evoca problemas que apenas tornaremos a encontrar no Estudo VII.

47. Cl.-L. Estève, mais ainda que G. Esnault, antecipa: “Sempre metonímia ou sinédoque, vê-se, a metáfora acrescenta-lhes uma transferência de um objeto para

Tomar essa via é não tomar outra, a da tradição retórica, que identifica a metáfora a uma operação abreviada. Sobre este ponto o autor desenvolve, antes de Le Guern, o argumento de que a comparação não é uma figura, não apresentando nenhum desvio e nenhuma substituição, que ela não conduz a uma nova denominação, enfim, que ela é uma operação intelectual própria, que deixa intactos os termos comparados (pp. 59-63).

Não sendo a metáfora uma comparação abreviada, o que permite considerá-la “a síntese de uma dupla metonímia em curto-circuito” (p. 66)?

Para mostrá-lo, partamos da quarta classe de Aristóteles — a metáfora por analogia —, que o autor considera a principal (enquanto Konrad, de um ponto de vista lógico-lingüístico, punha em primeiro lugar a relação de espécie a espécie). Quando Victor Hugo escreve *Malta tinha três couraças, suas fortalezas, seus navios e a coragem de seus cavaleiros*, leva a efeito uma primeira metonímia ao percorrer o campo sêmico da *fortaleza* e ao concentrar-se no sema *proteger*; leva a efeito uma segunda metonímia com a palavra *couraça*; depois estabelece a equivalência dos dois caracteres considerados, e enfim a equivalência é expressa pelo nome do objeto (*couraça*), isto é, pelo símbolo do campo sêmico inteiro, que possui um caráter comum (*proteger*).

Mas em que consiste a síntese? O autor oferece aqui uma série de sinônimos metafóricos como o eram a tela, o filtro, a lente e a visão estereoscópica dos críticos de língua inglesa. Falar-se-á, do mesmo modo, de “superposição metonímica criando no discurso uma sinonímia subjetiva” (p. 66). Representar-se-á graficamente esta superposição por dois planos (os campos sêmicos), apresentando dois centros de focalização, e por uma flecha que atravessa os dois planos em seus dois centros, e ao comentar o diagrama dir-se-á: “Em metáfora há dupla concentração e ajustamento no eixo longitudinal da perspectiva” (p. 68). É exatamente a visão estereos-

outro, graças a um caráter qualquer comum aos dois”. Cl.-L. Estève, *Études philosophiques sur l'expression littéraire*, Paris, 1938, citado por A. Henry, *op. cit.*, p. 65.

cópica de W. B. Stanford⁴⁸. Pode-se completar a imagem dizendo que o termo metafórico “sobrecarrega com toda a sua compreensão própria — uma parte claramente, uma parte opacamente — o termo metaforizado” (p. 67), em que a imagem da sobrecarga conduz assim à da “densidade metafórica” (p. 67). Esta imagem reina na fórmula que resume bem a tese inteira: “A única figura fundamental é a de contigüidade: no primeiro grau, ela se realiza na metonímia e na sinédoque; no segundo, ela se multiplica e se adensa na metáfora” (p. 69).

No momento de propor algumas reflexões críticas estritamente aplicadas à base psicolinguística da obra, devo dizer que não fiz a justiça que merece essa obra, que não se limita a pôr os fundamentos psicolinguísticos, mas constrói sobre eles um edifício propriamente estilístico. Devo dizer por que amputo assim a obra de seu coroa-mento e das análises de uma riqueza inigualável concernentes ao “estatuto estilístico da metáfora” (pp. 114-139). Com o ponto de vista estilístico, uma nova unidade de discurso é tomada por referência, a obra literária. Ora, toda a nossa discussão mantém-se entre a palavra e a frase, e novos problemas são expressamente ligados a essa mudança de escala que reservamos para o sétimo estudo. Eis por que me limitarei a assinalar as análises que asseguram a transição do nível semântico ao nível estilístico (sem que, por outro lado, a obra se pronuncie sobre a relação entre psicolinguística e estilística).

Como para a metonímia, o ponto de vista estilístico faz passar para o primeiro plano a combinação de figuras, e com estas se afirmam contrastes e redundâncias, emparelhamentos, concatenações, anéis, tranças, como se encontra em Saint John Perse. Chega-se por aí à análise da metáfora tecida em Riffaterre (p. 121). A integração desses complexos metafóricos em uma obra se faz por intermédio de uma estrutura narrativa, ou, mais simplesmente, por intermédio de um vasto campo sêmico metaforicamente detalhado. É no plano da obra que pode ser compreendido o pertencimento da metáfora a

48. William Bedell Stanford, *Greek Metaphor, Studies in Theory and Practice*, Oxford, Blackwell, 1936, p. 105.

“um organismo estilístico complexo” (p. 139). É nesse nível também que se especifica o valor da expressão pessoal da metáfora, sua função propriamente poética de linguagem indireta (p. 130), sem esquecer-se de sua função puramente intelectual e dialética (p. 132). Assim, é necessário um complexo metafórico para que, nos dois quartetos das *Fleurs du Mal*⁴⁹, soberbamente analisados (p. 135), a conjunção de duas figuras (o *mar-cabelos* e o *navio-alma*) realize “a abertura cósmica a partir dos cabelos até o céu longínquo” (*ibid.*). É necessário um poema inteiro para abrir um mundo e criar, “em convergência, a harmonia de um universo em movimento” (*ibid.*). Remetemos esse tipo de problema ao sétimo estudo.

Minha crítica não visa de modo algum ao princípio de uma psicolinguística da metáfora. O método misto, ainda uma vez, é perfeitamente justificado, de uma parte, pela operação que constitui a transposição, de outra, pela junção entre essa operação e a imagem. A obra que analisamos não dá muita ocasião para considerar o segundo aspecto, sendo perfeitamente apropriada para uma discussão do primeiro.

Direi sobretudo que, na mistura de psicologia e de lingüística, somente uma parte dos recursos lingüísticos é explorada, a saber, a análise sêmica, e outra negligenciada, a mesma que Jean Cohen reconheceu, a saber, o domínio da impertinência e da pertinência semântica. A redução da metáfora à metonímia é o fruto dessa associação desigual entre teoria das operações e teoria dos campos semânticos, à qual falta um momento propriamente semântico.

Uma observação preliminar, que talvez seja apenas uma querela de palavras e que será enfatizada pela sequência da discussão: as duas operações parciais de concentração sobre um sema, sobre as quais se edifica a equivalência constitutiva da metáfora, são, para falar rigorosamente, metonímias? Caso se volte à definição dada acima, a metonímia apenas pode ser considerada uma figura caso

49. *As flores do mal*. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1985 (n. do T.).

a concentração chegue a uma mudança de nome; se não, não há mais desvio, nem figura. Ora, não é este o caso aqui: a metonímia não é incorporada à metáfora enquanto figura, mas somente enquanto concentração, abstração feita da nova denominação. Somente a própria metáfora que resulta do processo inteiro é figura. Sem dúvida pode-se falar de concentração metonímica (p. 76) para recordar que a concentração é a mesma que engendra a figura chamada metonímia. Metáfora e metonímia não deixam, porém, de continuar a ser duas figuras distintas.

Mas a dificuldade principal concerne ao estatuto da própria equivalência, o fenômeno central que vimos delimitado por uma série de metáforas expressivas: superposição, sobrecarga, adensamento, e que é denominado uma vez, de modo mais direto, “identificação integrante” (p. 71). É da identificação integrante que se espera uma análise psicolingüística, isto é, simultaneamente psicológica e lingüística. O aspecto lingüístico não poderia reduzir-se, com efeito, à denominação, por aplicação à coisa considerada, “do signo lingüístico que designa todo o campo sêmico” (p. 69): a substituição no nível da expressão, como viu Vinsauf e depois dele Konrad, é somente o ato terminal, fundado sobre a equivalência que é o ato essencial. O aspecto lingüístico não poderia, igualmente, ser reconduzido à dupla metonímia: a equivalência é evidente quando a dupla metonímia é dada, mas toda a arte da metáfora está em operar a aproximação que põe em movimento a busca dos semas suscetíveis de identificar o que estava “afastado”. É a operação de equivalência que motiva o recurso às duas operações parciais inexactamente chamadas metonímias; se o espírito percorre os campos sêmicos e concentra-se sobre este ou aquele sema, é porque o processo inteiro é ampliado, como percebeu Jean Cohen, entre uma impertinência a ser reduzida e uma nova pertinência a ser instituída. As duas “metonímias” são somente fases abstratas de um processo concreto e regulado pelo jogo da distância e da proximidade. Eis por que elas não estão aí enquanto figuras, mas enquanto segmentos de um processo cuja unidade é de ordem semântica (no sentido que demos a esta palavra para opô-la à semiológica).

O caráter semântico da identificação integrante, acabamos de sugerir-lo, aparece se o relacionamos com o caráter semântico da “distância” que a aproximação anula. Neste sentido, uma psicolingüística da metáfora deveria integrar à sua teoria das operações o conceito de impertinência semântica. Mas, como falta à teoria de Jean Cohen uma análise igualmente semântica da instauração da pertinência (à qual não satisfaz a idéia de um desvio de língua reduzindo um desvio de discurso⁵⁰), é o retorno à identificação integrante de Albert Henry que pode responder ao conceito ausente da nova pertinência em Jean Cohen.

Ora, esse nó psicolingüístico da equivalência, se não é contemplado diretamente pelo estudo do “mecanismo” da metáfora, o é indiretamente pelo estudo de sua “morfologia”, objeto de um capítulo distinto (pp. 74-114). Tal estudo, com efeito, desloca nitidamente o acento da dupla metonímia para a própria equivalência das duas relações metonímicas. Poder-se-ia temer, é verdade, que a morfologia — precisamente porque é morfologia e não mais mecanismo — se encerrassem em uma álgebra que só retém o traço das operações, sobretudo se ela toma por fio os “números dos termos expressos” (p. 85). O autor considera, com efeito, a equação $\frac{a}{b} = \frac{a'}{b'}$, na qual o metaforizante propriamente dito é sempre posto em a , por “um esquema de representação pré-lingüística ou sublingüística que a expressão vai atualizar e preencher de substância” (p. 82). Nesta base todas as possibilidades teóricas são esgotadas pelo exame sucessivo da metáfora de quatro termos, de três termos, de dois termos (mesmo de um termo). Tal esquema corre o risco de só conter a fórmula do problema resolvido.

E, contudo, o pormenor da análise deixa transparecer alguns traços menos formais da operação. Assim, a metáfora de dois termos — como nossas observações sobre a metáfora *in praesentia* sempre o comprovaram — revela algo do dinamismo da equivalência que

50. O desvio de língua, em Jean Cohen, deveria ser, antes de tudo, aproximado à mudança de denominação que Albert Henry e Hedwig Konrad mostraram resultar da percepção de uma identidade entre os dois focos superpostos de dois campos sêmicos.

a distingue de uma igualdade matemática. Formalmente, a metáfora de dois termos comporta a elipse de dois termos da relação completa, e estes termos podem ser *a* e *a'*: assim, em *bosque ardente (a) dos teus lábios (a')*, é necessário restituir o *clarão das chamas (b)* e o *vermelho (b')*. Os termos podem ser *a* e *b'*, como nas formas em genitivo, as metáforas verbais ou adjetivos; seja *o mar lhe sorri*, aqui se podem completar os quatro termos: *sorrir (a)/homem (b) = brilhar (a')/mar (b')*. Mas, se formalmente a fórmula é a da metáfora de quatro termos, o funcionamento da metáfora de dois termos tem alguma coisa de específico em razão do vínculo instituído entre os termos postos em presença; assim, *a'* de *a* toma o valor predicativo não de identificação, mas de subordinação (p. 91); *b'* de *a*, por seu lado, recebe uma diversidade de significação especificamente diferente da identificação: identidade, caracterização na base de identidade, pertencimento etc. Deve-se notar sobretudo que não há “identificação possível entre o substantivo e o verbo ou adjetivo” (p. 93), e a própria metáfora nominal *a* de *b'* deve ser aproximada das metáforas verbal e adjetival (p. 94). Ora, não basta invocar aqui a servidão lingüística, que impõe que o verbo se apóie sobre um substantivo tomado em seu sentido próprio e seja assim o único metaforizante, para concluir que a metáfora verbal ou adjetival não constitui uma categoria metafórica particular (p. 95); esta estrutura lingüística profunda explica somente que o tipo normal de tal metáfora é *ab'*, mas não explica que a relação predicativa não é uma identificação. É esse traço que a deixa de lado. Generalizando, nem “é”, nem “chamar”, nem “nomear”, nem “fazer”, nem “ter por” ou “dar por” são identificações. Estas relações são da natureza da cópula.

A “fusão semântica propriamente metafórica” (p. 108) revela-se, finalmente, mais singular que a identidade algébrica de duas relações.

Uma última observação poderá nos pôr no eixo do segundo problema psicolingüístico evocado no início deste parágrafo. A. Henry distingue três momentos no “problema central da expressão metafórica: a dupla operação metonímica, a identificação e a ilusão imagi-

nativa” (p. 82). Discutimos a relação do segundo ao primeiro momento. Falta abordar a relação do terceiro ao segundo, que não é objeto de observações particulares na estilística de fundamento psicolingüística de Albert Henry.

6. Ícone e imagem

É possível uma psicolingüística da ilusão imaginativa? Se, conforme a análise do quarto parágrafo, a semântica se detém no aspecto verbal da imaginação, poderá a psicolingüística franquear esse limite e acrescentar a uma teoria semântica da metáfora o aspecto propriamente *sensível* da imagem? Tal aspecto é o que acabamos de isolar para integrar o aspecto da imagem mais próxima do plano verbal que chamamos, em uma linguagem quase kantiana, a esquematização metafórica.

Proponho examinar esse problema à luz da interessante obra de Marcus B. Hester⁵¹. Tal trabalho, é verdade, não se designa como psicolingüística. Ele é lingüística no sentido wittgensteiniano da palavra, e psicologia no sentido da tradição anglo-americana da *Philosophy of Mind*. Contudo, o problema ao qual ele se refere — a junção entre “dizer” e “ver como...” — é psicolingüística no sentido que enunciamos no início do parágrafo precedente.

À primeira vista, essa tentativa é orientada na contracorrente da teoria semântica exposta no terceiro estudo, a qual se opunha não somente a toda redução da metáfora à imagem mental, mas também a toda intrusão da imagem, considerada um fator psicológico, em uma teoria semântica concebida como gramática lógica. Foi a esse preço que o jogo da semelhança pôde ser contido nos limites da operação predicativa, portanto do discurso. Mas apresenta-se a questão de saber se, na ausência de uma trajetória do imaginário ao discurso, não se pode e não se deve tentar o trajeto inverso e *considerar a imagem o último momento de uma teoria semântica* que a recusou como momento inicial.

51. Marcus B. Hester, *The Meaning of Poetic Metaphor*, La Haye, Mouton, 1967.

Esta questão é requerida pela análise anterior que, sobre um ponto essencial, sofre de uma ausência fundamental que pode justamente assinalar o lugar vazio da imagem. Ainda não foi percebido o momento *sensível* da metáfora, designado, em Aristóteles, pelo caráter de vivacidade da metáfora, por seu poder de pôr sob os olhos. Em Fontanier ele é implícito à própria definição da metáfora que apresenta uma idéia sob o signo de outra mais conhecida. Richards dela se aproxima igualmente com sua idéia da relação *veículo-conteúdo*; o *veículo* é à semelhança do *conteúdo*, não como uma idéia o é de outra idéia, mas como uma imagem o é de uma significação abstrata. O momento da imagem é mais nitidamente reconhecido por Paul Henle em ligação com o caráter icônico da metáfora. Na literatura de língua francesa, é Le Guern que vai mais longe nesse sentido com sua noção de “imagem associada”. Mas precisamente esse lado concreto e sensível do *veículo* e do *ícone* é eliminado na teoria da interação de Max Black; somente subsiste, da distinção de I. A. Richards, a relação predicativa *foco-quadro* que se analisa a si mesma em um “tema principal” e em um “tema auxiliar”; enfim, nem a noção de “sistema dos lugares-comuns associados”, segundo Black, nem a de “gama de conotações”, segundo Beardsley, supõem necessariamente uma referência a um desdobramento de imagens; todas essas expressões designam aspectos da significação *verbal*. É verdade que minha defesa da semelhança encerrou-se com certa reabilitação do momento icônico da metáfora, mas essa reabilitação não foi além do aspecto verbal do ícone, nem além de um conceito puramente lógico da semelhança, concebida como a unidade da identidade e da diferença. É verdade também que com o momento icônico retornou certo conceito de imaginação, mas tal conceito foi prudentemente restrito à imaginação produtiva kantiana; neste sentido, a noção de um *esquematismo da atribuição metafórica* não transgride os limites de uma teoria semântica, isto é, de uma teoria da significação *verbal*.

Pode-se ir mais longe e acrescentar a uma teoria semântica o elemento sensível sem o qual a própria imaginação produtiva não

seria imaginação? Compreende-se a resistência que esta proposta encontra: não se irá, ao fazê-lo, reabrir a porta do curral semântico ao lobo do psicologismo? A objeção é de peso. Mas não será igualmente necessário pôr a questão inversa: deve-se deixar indefinidamente um fosso entre semântica e psicologia? Ora, a teoria da metáfora parece fornecer a ocasião exemplar para que se reconheça sua fronteira comum, pois nela, com efeito, se opera de maneira singular a ligação entre um momento lógico e um momento sensível, ou, caso se prefira, um momento *verbal* e um momento *não-verbal*, e a essa ligação a metáfora deve a concretude que parece pertencer-lhe por essência. O temor do psicologismo não deve impedir de investigar, à maneira transcendental da crítica kantiana, o ponto de inserção do psicológico no semântico, o ponto em que, na própria linguagem, sentido e sensível se articulam. Minha hipótese de trabalho é que a idéia, elaborada acima, de um esquematismo da atribuição constitui, na fronteira da semântica e da psicologia, o ponto de ancoragem do imaginário em uma teoria semântica da metáfora. Com esta hipótese na cabeça abordo a teoria de Marcus B. Hester.

Essa teoria ganha apoio nas análises familiares à crítica literária anglo-saxã, aplicada à linguagem poética em geral antes de à metáfora em particular. Tais análises têm em comum o fato de exaltar o aspecto sensível, sensorial, sensual mesmo, da linguagem poética, isto que precisamente a gramática lógica da metáfora excluía de seu campo. Dessa massa de análises, Marcus B. Hester retém três temas principais.

Em primeiro lugar, a linguagem poética apresenta certa “fusão” entre o sentido e os sentidos que a distingue da linguagem não-poética na qual o caráter arbitrário e convencional do signo libera, tanto quanto possível, o sentido do sensível. Este primeiro traço constitui, aos olhos de Hester, uma refutação, ou ao menos uma retificação da concepção wittgensteiniana de significação nas *Investigações filosóficas* (esta teoria, longamente exposta no primeiro capítulo do livro, acentua a distância entre a significação e seu porta-

dor, e entre a significação e a coisa). Wittgenstein, declara Hester, só elaborou a teoria da linguagem ordinária por exclusão da linguagem poética.

Segunda tese: na linguagem poética, esse par do sentido e dos sentidos tende a produzir um objeto fechado sobre si; à diferença da linguagem ordinária de caráter basicamente referencial, na linguagem poética o signo é *looked at* e não *looked through*; em outras palavras, a linguagem, em vez de ser atravessada em direção à realidade, torna-se ela mesma “material” (*stuff*), como o mármore para o escultor. Esse segundo tema, visto de passagem (voltaremos a ele no sétimo estudo), é próximo da caracterização do “poético” em Jakobson, para quem a função poética consiste essencialmente na ênfase da mensagem como tal a expensas da função referencial.

Enfim — terceiro traço —, o fechamento sobre si da linguagem poética lhe permite articular uma experiência fictícia; como diz S. Langer⁵², a linguagem poética “apresenta a experiência de uma vida virtual”, e Northrop Frye denomina *mood*⁵³ o sentimento a que uma linguagem orientada de maneira centrípeta e não centrífuga dá forma e que não é outra coisa senão essa linguagem articulada.

Esses três traços — fusão do sentido e dos sentidos, densidade da linguagem tornada material, virtualidade da experiência articulada por essa linguagem não-referencial — podem ser resumidos em uma noção de ícone sensivelmente diferente da de Paul Henle, à qual W. K. Wimsatt deu grande renome em *The Verbal Icon*⁵⁴. Tal como o ícone do culto bizantino, o ícone verbal consiste na fusão do sentido e do sensível; e é também o objeto duro, semelhante a uma escultura, o que torna a linguagem uma vez mais despojada de sua função de referência e reduzida a seu aparecer

52. Susanne Langer, *Philosophy in a New Key*, New York, The New American Library, 1951; Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1957 [ed. br.: *Filosofia em nova chave*. Tradução de Janete Meiches e Jacó Guinsburg. São Paulo, Editora Perspectiva, 2ª ed. 1989 (n. do T.)].

53. Northrop Frye, *Anatomy of Criticism*, Princeton, Princeton University Press, 1957.

54. W. K. Wimsatt and M. Beardsley, *The Verbal Icon*, University of Kentucky Press, 1954.

opaco; enfim, ela apresenta uma experiência que lhe é inteiramente imanente.

Marcus B. Hester adota esse ponto de partida, mas para infletir de modo decisivo a noção de sensível no sentido do imaginário. Esta retificação insere-se em uma mui original concepção de leitura, aplicada tanto ao poema em seu conjunto como à metáfora de algum modo local. O poema, diz ele, é um “objeto de leitura” (*Poem as a read object*, p. 117). O autor compara a leitura à *epokhé* husserliana que, ao suspender toda posição de realidade natural, libera o direito original de todos os *data*, pois a leitura, também ela, é uma suspensão de todo real e uma “abertura ativa ao texto” (p. 131). Este conceito de leitura como suspensão e como abertura preside o rearranjo completo dos temas anteriores.

No que concerne ao primeiro tema, o ato de ler atesta que o traço essencial da linguagem poética não é a fusão do sentido com o som, mas a fusão do sentido com um fluxo de imagens evocadas ou ativadas; essa fusão constitui a verdadeira “iconicidade do sentido” (*iconicity of sense*). Por imagens, Hester entende, sem hesitar, as impressões sensoriais evocadas na memória ou, como dizem Wellek e Warren, alguns *vestigial representations of sensations*⁵⁵. A linguagem poética é o jogo de linguagem, para falar como Wittgenstein, em que o propósito das palavras é evocar, ativar as imagens. Não somente o sentido e o som funcionam iconicamente um em relação ao outro, mas o próprio sentido é icônico pelo poder de desenvolver-se em imagens. Esta iconicidade apresenta justamente os dois traços do ato de ler: a suspensão e a abertura. Por um lado a imagem é, por excelência, obra de neutralização da realidade natural; por outro, o desdobramento da imagem é algo que “acontece” (*occurs*) e para o qual o sentido se abre indefinidamente, dando à interpretação um campo ilimitado; com tal fluxo de imagens, pode-se dizer que ler é conceder seu direito a todos os *data*; na poesia, a abertura ao texto é a abertura ao imaginário que o sentido libera.

55. R. Wellek and A. Warren, *Theory of Literature*, New York/Harcourt, Brace and World, 1949, 1956, tr. fr., *La Théorie littéraire*, Paris, Éd. du Seuil, 1971.

A retificação do primeiro tema, proveniente do que podemos designar a concepção sensualista do *ícone verbal*, carrega a do segundo e a do terceiro temas. O objeto fechado sobre si mesmo, não-referencial, que Wimsatt, Northrop Frye e outros descrevem, é o sentido investido no imaginário. Pois nada é retirado do mundo além do imaginário provocado pelo sentido; desse ponto de vista, uma teoria não-referencial da linguagem poética está completa somente quando a metáfora é identificada ao icônico, mas apenas se o icônico é interpretado como o fictício enquanto tal; ainda uma vez, é a *epokhé*, a suspensão própria ao imaginário, que retira do ícone verbal toda referência ao real empírico. É também o imaginário, por seu caráter de quase-observação, que sustenta o caráter de quase-experiência, de experiência virtual, em síntese, de *ilusão* que se vincula à leitura de uma poética.

Na discussão que se segue, deixarei inteiramente de lado estes dois temas: a não-referência e o caráter de experiência virtual. Eles concernem ao problema da referência, da realidade e da verdade, que se decidiu pôr entre parênteses distinguindo claramente o problema do sentido do problema da referência⁵⁶. Aliás, a negação por Hester do caráter referencial da poesia não é tão desprovida de ambigüidade quanto possa parecer, pois a noção de experiência virtual reintroduz indiretamente uma “*relatedness*” na realidade, que compensa paradoxalmente a diferença e a distância ao real que caracterizam o ícone verbal; Hester é mesmo seduzido, de passagem, pela distinção proposta por Hoppers entre *truth about* e *truth to*⁵⁷. Quando, por exemplo, Shakespeare compara o tempo a um mendigo, ele é fiel à realidade profundamente humana do tempo, sendo necessário preservar a possibilidade de a metáfora não se restringir a suspender a realidade natural, mas de, ao abrir o sentido para o imaginário, ela o abrir também para uma dimensão da realidade que não coincide com aquela a que a linguagem ordinária visa sob o nome

56. Sobre o sentido e a referência, cf. Estudo III, pp. 119-121, e Estudo VII.

57. John Hoppers, *Meaning and Truth in the Arts*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1948.

de realidade natural. Esta é a linha que procurei prolongar no sétimo estudo. Limitar-nos-emos, seguindo nisso uma sugestão do próprio Hester⁵⁸, ao problema de significação por exclusão do problema da verdade. Esta delimitação do problema nos conduz no mesmo lance às fronteiras do primeiro tema: a fusão do “sentido” e dos “sensa”, entendida doravante como um desdobramento icônico do sentido no imaginário.

A questão de fundo posta pela introdução da imagem ou do imaginário (Hester diz alternadamente *image* e *imagery*) em uma teoria da metáfora concerne ao estatuto de um fator sensível, não-verbal, no interior de uma teoria semântica. A dificuldade é redobrada pelo fato de que a imagem, à diferença da percepção, não pode ser remetida a uma das realidades “públicas” e parece reintroduzir um tipo de experiência mental “privada” que Wittgenstein, o mestre confessado de Hester, condena. Importa fazer aparecer entre “sentido” e “sensa” uma ligação que possa estar de acordo com a teoria semântica.

Um primeiro traço da iconicidade do sentido parece facilitar esse acordo: as imagens assim evocadas ou ativadas não são as imagens “livres” que a simples associação das idéias colaria ao sentido, mas, para retomar uma expressão de Richards em *The Principles of Literary Criticism*, as imagens “ligadas” (*tied*), isto é, “associadas à dicção poética” (pp. 118-119). A iconicidade, à diferença da simples associação, implica o controle da imagem pelo sentido; em outros termos, é um imaginário implicado na própria linguagem, que faz parte do próprio jogo de linguagem⁵⁹. Essa noção de um imaginário ligado pelo sentido combina, parece-me, com a idéia de Kant de que o esquema é um método para construir imagens. O ícone verbal, no sentido de Hester, é também um método para construir imagens. O poeta, com efeito, é o artesão que suscita e modela o imaginário pelo simples jogo de linguagem.

58. M. B. Hester, *op. cit.*, pp. 160-169.

59. No mesmo sentido, M. Le Guern ressalta que “a imagem associada” é uma conotação não-livre, “forçada”, *op. cit.*, p. 21.

Esse conceito de imagem “ligada” evitará inteiramente a objeção de psicologismo? Pode-se duvidar disso. A maneira como Hester explica em pormenores a fusão do *sentido* aos *sensa*, mesmo entendidos mais como imagens ligadas que como sons reais, deixa o momento sensível muito exterior ao momento verbal: para dar conta da aura de imagens que envolve as palavras (p. 143), ele invoca, sucessivamente, a associação na memória entre as palavras e as imagens de seus referentes, depois as convenções históricas e culturais que fazem, por exemplo, que o símbolo cristão da Cruz desenvolva esta ou aquela cadeia de imagens, e finalmente a estilização que a intenção do autor impõe às diversas imagens. Todas essas explicações continuam a ser mais psicológicas que semânticas.

A explicação mais satisfatória, a única, em todo caso, que pode harmonizar-se com a teoria semântica, é a que Marcus B. Hester vincula à noção, de origem “wittgensteiniana”, do “ver como”. *Este tema constitui a contribuição positiva de Hester à teoria icônica da metáfora*. Porque ele põe expressamente em jogo a semelhança, pensei poder discutir isso no final deste estudo.

O que é “ver como”?

O “ver como” é um fator revelado pelo ato de ler, na medida em que este é “o modo sob o qual o imaginário é realizado” (p. 21). O “ver como” é o liame positivo entre *veículo* e *conteúdo*: na metáfora poética, o *veículo* metafórico é *como* o *conteúdo*, e de um ponto de vista, mas não de todos os pontos de vista, explicar uma metáfora é enumerar os sentidos apropriados nos quais o *veículo* é “visto como” o *conteúdo*. O “ver como” é a relação intuitiva que mantém juntos o sentido e a imagem.

Em Wittgenstein⁶⁰, o “ver como” não concerne à metáfora e nem mesmo à imaginação, ao menos em sua relação com a linguagem. Considerando as figuras ambíguas — por exemplo, aquela em que se pode ver tanto uma lebre como um pato —, Wittgenstein afirma que uma coisa é dizer “veja isto” e outra é dizer “veja-o agora

60. L. Wittgenstein, *Investigações filosóficas*, parte II, § XI.

como”; e acrescenta: “ver isto como” é “ter esta imagem”. A ligação entre “ver como” e imaginar é mais nítida quando se passa à forma imperativa: dir-se-á, por exemplo, “imagine isto”, “doravante, veja a figura como isto”. Diremos então que é uma questão de interpretação? Não, diz Wittgenstein, pois interpretar é formular uma hipótese que se possa verificar; não há nenhuma hipótese, não há nenhuma verificação, e diz-se tudo diretamente: “é uma lebre”. O “ver como” é metade pensamento e metade experiência. Não será uma mistura do mesmo gênero que apresenta a iconicidade do sentido?⁶¹

Em continuidade a Virgil C. Aldrich⁶², Hester propõe esclarecer um pelo outro o “ver como” e a função imaginante da linguagem na poesia; o “ver como” de Wittgenstein se presta a essa transposição por seu lado imaginativo. Inversamente, o pensamento em poesia é, segundo a expressão de Aldrich, *a picture thinking*. Ora, este poder “pictórico” da linguagem consiste também em “ver um aspecto”. No caso da metáfora, representar o tempo sob os traços de um mendigo é ver o tempo como um mendigo; é o que fazemos quando lemos a metáfora, pois ler é estabelecer uma relação tal que X seja como Y em alguns sentidos, mas não em todos.

É verdade que a transposição da análise de Wittgenstein para a metáfora introduz uma importante mudança: no caso da imagem ambígua, há uma *Gestalt* (B) que permite ver seja uma figura A, seja outra figura C; o problema é, portanto: dado B, construir A ou C. No caso da metáfora, A e C são dados à leitura: são o *conteúdo* e o *veículo*, e o que é necessário construir é o elemento comum B, a *Gestalt* — a saber, o ponto de vista sob o qual A e C são semelhantes.

Qualquer que seja essa reversão, o “ver como” oferece o elo que faltava na cadeia da explicação; ele é a face sensível da lin-

61. Reencontra-se a distinção de M. Le Guern entre comparação lógica e analogia semântica.

62. Virgil C. Aldrich, “Image-Mongering and Image-Management”, in *Philosophical and Phenomenological Research*, XXIII, setembro de 1962; “Pictorial Meaning, Picture-Thinking and Wittgenstein’s Theory of Aspects”, in *Mind*, 67: 75-76, janeiro de 1958.

guagem poética, semipensamento, semi-experiência; é a relação intuitiva, que mantém juntos o sentido e a imagem. Como? Essencialmente por seu caráter seletivo. “Mas ver como... é um ato-experiência de caráter intuitivo, pelo qual se escolhem, no fluxo quase sensorial do imaginário que se tem ao ler a metáfora, os aspectos apropriados deste imaginário” (p. 180). Essa definição diz o essencial: “Ver como” é a um só tempo uma experiência e um ato, pois, de um lado, o fluxo de imagens escapa a todo controle voluntário; a imagem sobrevém, advém, e nenhuma regra ensina a “ter imagens”; vê-se ou não se vê, o talento intuitivo de “ver como” (p. 182) não se ensina, quando muito pode ser ajudado, como quando se ajuda a ver o olho da lebre na figura ambígua. Por outro lado, “ver como” é um ato: compreender é fazer alguma coisa; a imagem, se disse acima, não é livre, mas ligada e, com efeito, o “ver como” ordena o fluxo, regula o desdobramento icônico. É dessa maneira que a experiência-ato do “ver como” assegura a implicação do imaginário na significação metafórica: *the same imagery which occurs also means* (p. 188).

Assim, o “ver como” posto em ação no ato de ler assegura a junção entre o sentido verbal e a plenitude imaginária. Tal junção não é mais algo exterior à linguagem, na medida em que pode ser pensada como uma relação, precisamente a semelhança: não mais a semelhança entre duas idéias, mas a mesma que institui o “ver como”; o semelhante, diz claramente Hester, é o que resulta do ato-experiência do “ver como”. “*Ver como*” define a semelhança e não o inverso (p. 183). Essa antecedência do “ver como” sobre a relação de semelhança é própria ao jogo de linguagem no qual o sentido funciona de maneira icônica. Eis por que o “ver como” pode ter êxito ou fracassar: fracassar, como nas metáforas forçadas porquanto inconsistentes ou fortuitas, ou, ao contrário, como nas metáforas banais e usadas; ter êxito, como nas que facilitam a surpresa e o achado.

Assim, o “ver como” desempenha exatamente o papel do esquema que une o conceito *vazio* e a impressão *cega*, e por seu caráter de

semipensamento e de semi experiência ele agrega a luz do sentido à plenitude da imagem. O não-verbal e o verbal são assim estreitamente unidos no seio da função imaginante da linguagem.

Além desse papel de ponte entre o verbal e o quase-visual, o “ver como” assegura outra função de mediação: a teoria semântica, recorde-se, põe a ênfase sobre a tensão entre os termos do enunciado, tensão cultivada pela contradição no plano literal. É com a metáfora banal, isto é, morta, que a tensão com o corpo de nossos conhecimentos desaparece. Talvez também com o mito, caso se admita, com Cassirer, que o mito representa um nível de consciência no qual a tensão com o corpo de nossos conhecimentos ainda não apareceu. Na metáfora viva, esta tensão é essencial, e quando o poeta Gerald Manley Hopkins diz: “*Oh! The mind, mind has mountains*”, o leitor sabe que o espírito não tem montanhas, o *não é* literal acompanha o *é* metafórico. Retornaremos a isso longamente no sétimo estudo. Ora, uma teoria da fusão do sentido e do sensível, assumida antes da revisão proposta por Hester, parece incompatível com esse caráter de tensão entre sentido metafórico e sentido literal. Em compensação, uma vez reinterpretada a partir do “ver como”, a teoria da fusão é perfeitamente compatível com a da interação e da tensão. Ver *X como Y* implica *X não é Y*; ver o tempo *como* um mendigo é precisamente saber também que o tempo não é um mendigo; as fronteiras de sentido são transgredidas, mas não abolidas. Owen Barfield representou corretamente a metáfora: “*A deliberate yoking of unlikes by an individual artificer*”⁶³. Hester tem, portanto, razão em dizer que o “*ver como*” permite harmonizar uma teoria da tensão e uma teoria da fusão. De minha parte, não irei mais longe, mas direi que a *fusão* do sentido e do imaginário, característico do “sentido iconizado”, é a contrapartida necessária de uma teoria da interação.

O sentido metafórico, viu-se, não é o próprio enigma, a simples colisão semântica, mas a solução do enigma, a instauração da nova

63. Owen Barfield, *Poetic Diction: A Study in Meaning*, New York, McGraw Hill, 1928, 1964², citado por Hester, *op. cit.*, p. 27.

pertinência semântica. A este respeito, a interação não designa senão a *diaphora*. A *epiphora* propriamente dita é outra coisa. Ora, ela não pode se fazer sem fusão, sem passagem intuitiva. O segredo da epífora parece justamente então residir na natureza icônica da passagem intuitiva. O sentido metafórico enquanto tal se forma na espessura do imaginário liberado pelo poema.

Se é assim, o *ver como...* designa a mediação *não-verbal* do enunciado metafórico. Dizendo isto, a semântica reconhece sua fronteira e, ao fazer isto, encerra sua obra.

Se a semântica reencontra aqui seu limite, uma *fenomenologia da imaginação*, como a de Gaston Bachelard⁶⁴, poderia tomar aqui o dispositivo da psicolingüística e repercutir-lhe o impulso nas zonas em que o não-verbal o conduz ao verbal. Mas é ainda a semântica do verbo poético que se faz entender nessas profundidades. Aprendemos com Gaston Bachelard que a imagem não é um resíduo da impressão, mas uma aurora da palavra: “A imagem poética transporta-nos à origem do ser falante”⁶⁵. É o poema que engendra a imagem: a imagem poética “torna-se um ser novo de nossa linguagem, expressa-nos tornando-nos o que ela expressa — noutras palavras, ela é ao mesmo tempo um devir de expressão e um devir do nosso ser. Aqui, a expressão cria o ser... Não chegamos a meditar numa região que estaria antes da linguagem”⁶⁶.

64. G. Bachelard., *La Poétique de l'espace*, Paris, PUF, 1957, “Introduction”, pp. 1-21; *La Poétique de la rêverie*, Paris, PUF, 1960, “Introduction”, pp. 1-23 [A *poética do espaço*. Tradução de Antonio de Padua Danesi. São Paulo, Martins Fontes, 1998; A *poética do espaço*. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lúcia do Valle Santos Leal. São Paulo, Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores); A *poética do devaneio*. Tradução de Antonio de Padua Danesi. São Paulo, Martins Fontes, 1988 (n. do T.)].

65. *La Poétique de l'espace*, p. 7. [Vali-me da tradução da Editora Martins Fontes, p. 7 (n. do T.)].

66. *Ibid.* (NT — p. 8). E ainda: “A novidade essencial da imagem poética apresenta o problema da criatividade do ser falante. Por essa criatividade, a consciência imaginante se revela, muito simplesmente, mas muito puramente, como uma origem. Todo esse valor de origem de diversas imagens poéticas deve ser o objetivo, num estudo de imaginação, de uma fenomenologia da imaginação poética” (*ibid.*, p. 8, pp. 8-9).

Se, portanto, a fenomenologia da imaginação se estende para além da psicolingüística e mesmo da descrição do ver-come, é que ela segue o fio da “ressonância”⁶⁷ da imagem poética na profundidade da existência. A imagem poética transforma-se numa “origem psíquica”. O que era “um novo ser da linguagem” torna-se um “crescimento de consciência”, melhor, um “crescimento de ser”⁶⁸. Mesmo na “poética psicológica”, mesmo nos “sonhos do devaneio”, o psiquismo continua a ser “ensinado” pelo verbo poético. Mesmo então, é necessário dizer:

“Sim, de fato, as palavras sonham”⁶⁹.

67. O termo e o tema são emprestados de E. Minkowski, *Versune cosmologie*, capítulo IX.

68. *La Poétique de la rêverie*, pp. 2-5 (pp. 3-5 da edição brasileira).

69. *La Poétique de la rêverie*, p. 16 (p. 18 da edição brasileira).

Estudo VII

Metáfora e referência

A Mircea Eliade

O QUE DIZ O ENUNCIADO METAFÓRICO SOBRE A REALIDADE?

Com essa questão, atravessamos o limiar do *sentido* para a *referência* do discurso. Mas a questão tem ela mesma um sentido? É o que importa estabelecer antes de tudo.

1. Os postulados da referência

A questão da referência pode ser posta em dois níveis diferentes: o da semântica e o da hermenêutica. No primeiro nível, ela só concerne às entidades do discurso da ordem da frase. No segundo, dirige-se às entidades de maior dimensão que a frase. É neste nível que o problema toma toda a sua extensão.

Enquanto postulado da semântica, a exigência de referência supõe adquirida a distinção entre semiótica e semântica, que os estudos precedentes já puseram em ação. Essa distinção, viu-se, ressaltar antes de mais nada o caráter essencialmente sintético da operação central do discurso, a saber, a predicação, e opõe esta operação ao simples jogo de diferenças e de oposições entre significantes e

significados no código fonológico e no código lexical de dada língua. Ela significa, além disso, que o *desígnio* do discurso, correlato da frase inteira, é irredutível ao que se chama em semiótica o significado, que é apenas a contrapartida do significante de um signo no interior do código da língua. Terceira implicação da distinção entre semiótica e semântica que nos interessa aqui: baseado no ato predicativo, o *desígnio* do discurso visa a um real extralinguístico que é seu referente. Enquanto o signo somente reenvia a outros signos na imanência de um sistema, o discurso está sujeito às coisas. O signo difere do signo, o discurso se refere ao mundo. A diferença é semiótica, a referência é semântica: “Em momento algum, em semiótica, nos ocupamos da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo”¹. Mas é necessário ir além da simples oposição entre o ponto de vista semiótico e o semântico, e subordinar nitidamente o primeiro ao segundo. Os dois planos do signo e do discurso não são somente distintos; o primeiro é uma abstração do segundo, e é a seu próprio uso no discurso que o signo deve, em última análise, seu sentido de signo; como saberíamos que um signo *vale por...* caso não recebesse de seu *emprego* no discurso seu objetivo, que o relaciona àquilo *pelo que* ele vale? A semiótica, na medida em que se mantém na clausura do mundo dos signos, é uma abstração da *semântica*, que relaciona a constituição interna do sentido com o objetivo transcendental da referência.

Essa distinção do sentido e da referência, que Benveniste estabelece em toda a sua generalidade, já fora introduzida por Gottlob Frege, mas nos limites de uma teoria lógica. Nossa hipótese de trabalho é que a distinção fregiana vale em princípio para todo discurso.

Recorde-se a distinção que Frege enunciava como a do *Sinn* (sentido) e da *Bedeutung* (referência ou denotação²). O sentido é *o que* diz

1. É. Benveniste, “La forme et le sens dans le langage”, in *Le Langage. Acte du XIII^e Congrès des Sociétés Philosophiques de Langue Française*, Neuchâtel, Éd. La Baconnière, 1967, p. 35.

2. G. Frege, “Über Sinn und Bedeutung”, in *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, p. 100, 1892; tr. inglesa, “On sense and reference”, in *Philosophical Writings of Gottlob Frege*, Oxford, Blackwell, 1952.

a proposição, a referência ou denotação é *sobre o que* o sentido é dito. O que é necessário é pensar, diz Frege, “a conexão regular entre o signo, seu sentido e sua referência” (tr. fr., p. 104³). Essa conexão regular é “de tal modo que ao signo corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único signo” (*ibid.*⁴). Assim, “a referência de ‘Estrela da Tarde’ e ‘Estrela da Manhã’ seria a mesma, mas não o sentido” (p. 103⁵). A ausência de uma relação termo a termo entre sentido e referência é característica das línguas comuns e distingue-as de um sistema de signos perfeitos. Que alguma denotação possa não corresponder ao sentido de uma expressão gramaticalmente bem construída não infirma a distinção, pois não ter denotação é ainda um traço de denotação, o que confirma que a questão da denotação é sempre aberta pela do sentido.

Objetar-se-á que Frege, à diferença de Benveniste, aplica sua distinção antes de tudo às palavras e, mais precisamente, *aos nomes próprios*, e não à proposição inteira, isto é, na linguagem de Benveniste, ao *desígnio* da frase inteira. O que ele define, em primeiro lugar, é a referência do nome próprio, que é “o próprio objeto que por seu intermédio designamos” (p. 106⁶). O enunciado inteiro, considerado do ponto de vista de sua denotação, desempenha o papel de um nome próprio em relação ao estado de coisas que “designa”. Isso permite escrever: “Um nome próprio (palavra, signo, combinação de signos, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência” (p. 107⁷). Com efeito, quando pronunciamos um nome próprio — a lua —, não nos limitamos a falar de nossa apresentação (isto é, de um acontecimento mental dado), “nem nos contentamos apenas com o sentido” (isto é, com o objeto ideal, irredutível a todo acontecimento mental); além disso, “pressupomos

3. “Sobre o sentido e a referência”, in *op. cit.*, p. 63.

4. *Ibidem*, p. 63.

5. *Ibidem*, p. 62.

6. *Ibidem*, p. 65.

7. *Ibidem*, pp. 66-67.

uma referência” (p. 107⁸). É esta pressuposição que, precisamente, nos conduz ao erro, mas, se nos enganamos, é justamente porque a busca de uma denotação pertence à “nossa intenção ao falar ou ao pensar” (p. 108⁹). Tal intenção é o “desejo da verdade”, pois “é a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência” (p. 109¹⁰). Esse desejo da verdade anima toda a proposição na medida em que ela é assimilável a um nome próprio; mas é por meio do nome próprio que, para Frege, a proposição tem uma denotação, “pois é da referência desse nome que o predicado é afirmado ou negado. Todo aquele que não admite que o nome tenha uma referência não lhe pode atribuir nem negar um predicado” (p. 109¹¹).

A oposição entre Benveniste e Frege não é total. Para Frege, a denotação comunica-se do nome próprio à proposição inteira, que se torna, quanto à denotação, o nome próprio de um estado de coisas. Para Benveniste, a denotação comunica-se da frase inteira à palavra, por repartição no interior do sintagma. A palavra, por seu *emprego*, reveste-se de um valor semântico, que é seu sentido particular *neste* emprego. Então a palavra tem um referente, “que é o objeto particular ao qual a palavra corresponde no concreto da circunstância ou do uso”¹². Palavra e frase são os dois pólos da mesma entidade semântica, e é conjuntamente que eles têm sentido (sempre na acepção semântica) e referência.

As duas concepções de referência são complementares e recíprocas: quer se eleve, por composição sintética, do nome próprio para a proposição, quer se desça, por dissociação analítica, do enunciado à unidade semântica da palavra. Ao cruzar-se, as duas interpretações da referência fazem aparecer a constituição polar da própria referência, que pode ser chamada de *objeto*, se se considera o refe-

8. *Ibidem*, p. 67.

9. *Ibidem*, p. 67.

10. *Ibidem*, p. 69.

11. *Ibidem*, p. 68.

12. É. Benveniste, *op. cit.*, p. 37.

rente do nome, ou de *estado de coisas*, se considera o referente do enunciado inteiro.

O *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein¹³ oferece uma representação exata dessa polaridade do referente: ele define o mundo como totalidade dos fatos (*Tatsachen*), não das coisas (*Dinge*) (1.1); em seguida define o fato como “a existência de estado de coisas (*das Bestehen von Sachverhalten*)” (2) e afirma que estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas) (*eine Verbindung von Gegenständen, Sachen, Dingen*) (2.01). O par objeto-estado de coisas responde, assim, em relação ao mundo, ao par nome-enunciado na linguagem. Strawson, nos *Individuals*¹⁴, retorna, pelo contrário, à posição estrita de Frege: a referência é ligada à função de identificação singular, ela mesma *suportada pelo* nome logicamente *próprio*; o predicado, que não identifica, mas caracteriza, não se refere enquanto tal ao que quer que seja: foi justamente o erro dos realistas, na querela dos universais, atribuir um valor de existência aos predicados, pois a assimetria é total entre função identificante e função predicativa; só a primeira põe uma questão de existência, a segunda não. Deste modo é por meio da função identificante singular de um de seus termos que a proposição se refere globalmente a alguma coisa. John Searle, nos *Speech Acts*¹⁵, não hesita em apresentar sob a forma de postulado a tese segundo a qual algo deve ser para que algo possa ser identificado. Esta postulação de existência como fundamento de identificação é, em última análise, o que Frege tinha em vista quando dizia: não nos contentamos apenas com o sentido, pressupomos uma referência.

Ora, o postulado da referência exige uma elaboração distinta quando concerne às entidades particulares de discurso que se de-

13. L. Wittgenstein, *Logisch-philosophische Abhandlung*, 1922.

14. P. F. Strawson, *Individuals. An Essay in Descriptive Metaphysics*, London, Methuen, 1959; tr. fr., *Les Individus*, Paris, Éd. du Seuil, 1973 (primeira parte, capítulo I, § 1).

15. J. Searle, *Speech Acts*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969 (primeira parte, capítulo IV, § 2: “Axiomas de referência”).

nominam “textos”, portanto a composições de maior extensão que a frase. A questão diz mais respeito à hermenêutica que à semântica, para a qual a frase é simultaneamente a primeira e a última entidade.

A questão da referência põe-se aqui em termos singularmente mais complexos, pois certos textos, ditos literais, parecem ser uma exceção à demanda de referência expressa pelo postulado precedente.

O texto é uma entidade complexa de discurso cujos caracteres não se reduzem aos da unidade de discurso ou frase. Por texto não entendo somente nem principalmente a escritura, embora a escritura ponha por si mesma problemas originais que interessam diretamente ao destino da referência; mas entendo, prioritariamente, a produção do discurso como obra. Com a obra, como a palavra o indica, novas categorias entram no campo do discurso, essencialmente categorias práticas, categorias da produção e do trabalho. Antes de tudo, o discurso é a sede de um trabalho de composição, ou de “disposição” — para retomar a palavra da antiga retórica —, que faz de um poema ou de um romance uma totalidade irredutível a uma simples soma de frases. Em seguida, essa “disposição” obedece a regras formais, a uma codificação que já não é de língua, mas de discurso, e o transforma no que acabamos de chamar um poema ou romance. Esse código é o dos “gêneros” literários, isto é, dos gêneros que regulam a *práxis* do texto. Enfim, a produção codificada se encerra em uma obra singular: este poema, aquele romance. Este terceiro traço é, finalmente, o mais importante, e pode-se denominá-lo estilo, entendendo por isso, com G. G. Granger¹⁶, o que faz da obra uma individualidade singular, e é o mais importante porque distingue de modo irredutível as categorias práticas das categorias teóricas; Granger recorda, em relação a isso, um famoso texto de Aristóteles, segundo o qual produzir é produzir singularidades¹⁷; em compensa-

16. G. G. Granger, *Essai d'une philosophie du style*, Paris, Éd. A. Colin, 1968. (ed. br.: *Filosofia do estilo*. Tradução de Scarlett Marton. São Paulo, Edusp/Editora Perspectiva, 1974).

17. O autor coloca como epígrafe de sua obra este texto extraído da *Metafísica* de Aristóteles (A 981 a 15): “Toda prática e toda produção incidem sobre o individual: não é o homem, com efeito, a quem o médico cura, senão por acidente, mas Cálais ou Sócrates, ou qualquer outro indivíduo assim designado, ao qual aconteceu ser, ao mesmo tempo, homem”.

ção, uma singularidade, inacessível à consideração teórica que se detém na última espécie, é o correlato de um fazer.

Tal é a coisa à qual se dirige o trabalho de interpretação: é o texto como obra, disposição, pertencimento a gêneros, efetuação em um estilo singular, são as categorias próprias à produção do discurso como obra.

Essa realização específica do discurso requer uma reformulação apropriada do postulado da referência. À primeira vista, pareceria suficiente reformular o conceito fregeano de referência substituindo somente uma palavra por outra; em vez de dizer não nos contentamos com o sentido, mas pressupomos uma denotação, diremos: não nos contentamos apenas com a estrutura da obra, pressupomos um mundo da obra. A estrutura da obra é, com efeito, seu sentido; o mundo da obra, sua denotação. Esta simples substituição de termos basta numa primeira aproximação; a hermenêutica não é outra coisa senão a teoria que regula a transição da estrutura da obra ao mundo da obra. Interpretar uma obra é desvendar o mundo ao qual ela se refere em virtude de sua “disposição”, de seu “gênero” e de seu “estilo”. Em outra obra, oponho esse postulado à concepção romântica e psicologizante da hermenêutica oriunda de Schleiermacher e de Dilthey, para quem a lei suprema da interpretação é a procura de uma congenialidade entre a alma do autor e a do leitor. A essa busca quase sempre impossível, sempre frustrada, de uma intenção dissimulada atrás da obra, oponho uma busca que se dirige ao mundo desvelado diante da obra. No presente trabalho, a querela com a hermenêutica romântica não está em causa, mas o direito de passar da estrutura, que é para a obra complexa o que o sentido é para o enunciado, ao mundo da obra, que é para esta o que a denotação é para o enunciado.

Essa passagem requer uma justificação distinta em razão da natureza específica de certas obras, as que chamamos “literárias”. A produção do discurso como “literatura” significa precisamente que a relação do sentido à referência é *suspensa*. A “literatura” seria o tipo de discurso que já não tem denotação, mas somente conotação.

Essa objeção não extrai somente argumento, como se verá adiante, de um exame interno da obra literária, mas da própria teoria da denotação em Frege. Esta comporta, com efeito, um princípio interno de limitação que define seu conceito de verdade. O desejo de verdade que faz avançar do sentido para a denotação só é expressamente atribuído por Frege aos enunciados da ciência, e parece justamente ser recusado aos da poesia. Tomando o exemplo da epopéia, Frege considera que o nome próprio “Ulisses” não tem denotação: “Estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas representações e sentimentos que este sentido evoca” (*op. cit.*, p. 109¹⁸), pois o prazer artístico, à diferença do exame científico, parece ligado a “sentidos” desprovidos de “denotação”.

Todo o meu projeto visa transpor essa limitação da denotação aos enunciados científicos. Eis por que ele implica uma discussão distinta apropriada à obra literária, e uma segunda formulação do postulado da referência, mais complexa que a primeira, que simplesmente duplicava o postulado geral segundo o qual todo sentido demanda referência ou denotação. Este se enuncia deste modo: por sua estrutura própria, a obra literária só desvela um mundo sob a condição de que se suspenda a referência do discurso descritivo. Ou, para o dizer em outras palavras: na obra literária, o discurso desvela sua denotação como uma denotação de segunda ordem, graças à suspensão da denotação de primeira ordem do discurso.

Esse postulado nos conduz ao problema da metáfora. É possível, com efeito, que o enunciado metafórico seja precisamente aquele que mostra com clareza a relação entre referência suspensa e referência desvelada. Do mesmo modo que o enunciado metafórico é aquele que conquista seu sentido como metafórico sobre as ruínas do que se pode chamar, por simetria, sua referência literal. Se é verdade que é em uma interpretação que sentido literal e sentido metafórico se distinguem e se articulam, é também em uma interpretação que, graças à suspensão da denotação de primeira

18. “Sobre o sentido e a referência”, in *op. cit.*, p. 68 da tradução brasileira.

ordem, é liberada uma denotação de segunda ordem, propriamente a denotação metafórica.

Reservo para o oitavo estudo a questão de saber se, nesse processo, nossos conceitos de realidade, de mundo e de verdade não vacilam. Pois será que sabemos o que significam realidade, mundo, verdade?

2. Argumentação contra a referência

Que o enunciado metafórico possa ter alguma pretensão à verdade encontra objeções consideráveis que não se reduzem ao preconceito recebido da concepção retórica discutida nos estudos anteriores, a saber, que a metáfora, não comportando nenhuma informação nova, é puramente ornamental. A estratégia de linguagem que caracteriza a produção do discurso em forma de “poema” parece constituir, enquanto tal, um formidável *contra-exemplo* que contesta a universalidade da relação referencial da linguagem à realidade.

Essa estratégia de linguagem surge apenas, precisamente, caso se considerem não mais as unidades de discurso, as frases, mas as totalidades de discurso, as obras. A questão da referência não se efetua aqui no nível de cada frase, mas no do “poema” considerado segundo os três critérios da obra: “disposição”, subordinação a um “gênero”, produção de uma entidade “singular”. Se o enunciado metafórico deve ter uma referência, é pela mediação do “poema” enquanto totalidade ordenada, genérica e singular. Em outras palavras, é na medida em que a metáfora é um “poema em miniatura”, segundo a afirmação de Beardsley¹⁹, que ela diz algo sobre algo.

Ora, a estratégia de linguagem própria à poesia, isto é, à produção do poema, parece justamente consistir na constituição de um sentido que intercepta a referência e, no limite, anula a realidade.

19. M. C. Beardsley, *Aesthetics*, New York/Harcourt, Brace and World, 1958, p. 134.

O nível próprio do argumento é o da “crítica literária”, isto é, de uma disciplina à escala do discurso realizado como obra. Ora, a crítica literária extrai aqui argumento de uma análise puramente lingüística da função poética, que Roman Jakobson situa no quadro mais geral da comunicação lingüística. Como se sabe, Jakobson²⁰, em uma preocupação fortemente sintética, procurou abranger a totalidade dos fenômenos lingüísticos a partir dos “fatores” que contribuem para o processo da comunicação verbal, e aos seis “fatores” da comunicação — emissor, destinatário, código, mensagem, contato, contexto — faz corresponder seis “funções”, conforme o acento seja posto de maneira predominante em um ou outro: “A estrutura verbal de uma mensagem depende antes de tudo de uma função predominante, mas de modo algum exclusiva” (*op. cit.*, p. 214). Assim, ao emissor corresponde a função emotiva, ao destinatário a função conativa, ao contato, a função fática, ao código, a função metalingüística, ao contexto, a função referencial. Quanto à função “poética” — a que nos interessa —, ela corresponde à ênfase da mensagem por si mesma (*for its own sake*): “Esta função, que põe em evidência o código palpável dos signos, por isso mesmo aprofunda a dicotomia fundamental dos signos e dos objetos” (p. 218). Tal definição põe imediatamente a função poética da linguagem em oposição com a função referencial pela qual a mensagem é orientada para o contexto não-lingüístico.

Duas observações se impõem antes de se ir mais longe. Em primeiro lugar, deve-se entender bem que essa análise dirige-se à “função poética” da linguagem e não define o “poema” como “gênero literário”; enunciados isolados (*I like Ike*) tanto podem interromper o curso de um discurso prosaico referencial como apresentar a ênfase da mensagem e a obliteração do referente que caracterizam a função poética. Não se deve identificar a poética segundo Jakobson e o poema. Além disso, a prevalência de uma função não significa a anulação de outras; somente sua hierarquia é alterada, pois os próprios gêneros poéticos se distinguem pela maneira como as

outras funções interferem na função poética: “As particularidades dos diversos gêneros poéticos implicam a participação, juntamente com a função poética predominante, de outras funções verbais, em uma ordem hierárquica variável. A poesia épica, centrada na terceira pessoa, serve-se notadamente da contribuição da função referencial; a função lírica, orientada para a primeira pessoa, está intimamente ligada à função emotiva; a função da segunda pessoa é marcada pela função conativa e caracteriza-se como suplicatória ou exortativa, conforme a primeira pessoa esteja nela subordinada à segunda ou a segunda à primeira” (p. 219). Esta análise da função poética não constitui, portanto, senão um momento da determinação do poema enquanto obra.

A lingüística geral de Roman Jakobson oferece, é verdade, um segundo instrumento de análise que aproxima a teoria da função poética da estratégia de discurso próprio ao poema. A função poética distingue-se pela maneira como as duas coordenações fundamentais — seleção e combinação — se remetem uma à outra. Já evocamos a teoria de Roman Jakobson no quadro de nosso estudo sobre o trabalho da semelhança²¹. Nós a retomamos aqui na perspectiva, um pouco diferente, do destino da referência. Recorde-se o argumento principal: as operações da linguagem se deixam representar pela intersecção de dois eixos ortogonais. Sobre o primeiro eixo, o das combinações, se formam as relações de contigüidade e, por conseqüência, as operações de caráter sintagmático; sobre o segundo, o das substituições, se desenrolam as operações à base de semelhanças, constitutivas de todas as organizações paradigmáticas. A elaboração de toda mensagem repousa sobre um ou outro eixo: “A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo da seleção sobre o eixo da combinação” (p. 220). Em que sentido? Na linguagem ordinária, da prosa, o princípio de equivalência não serve para constituir a seqüência, mas somente para escolher em uma esfera de semelhança as palavras convenientes. A anomalia da poesia é precisamente que a equivalência não serve apenas para a seleção,

20. R. Jakobson, *op. cit.*, pp. 213ss.

21. Estudo VI, § 1.

mas também para a conexão; em outras palavras, o princípio de equivalência serve para constituir a sequência. Em poesia podemos falar de um “uso sequencial de unidades equivalentes” (papel das cadências rítmicas, das semelhanças e das oposições entre sílabas, das equivalências métricas e do retorno periódico de rimas na poesia rimada, das alternâncias de longas e de breves na poesia acentuada). Quanto às relações de sentido, elas são de alguma maneira induzidas pela recorrência da forma fônica. Uma “proximidade semântica” (p. 234) e mesmo uma “equivalência semântica” (p. 235) resultam do apelo das rimas: “Em poesia, toda similaridade aparente no som é avaliada em termos de similaridade e de dissimilaridade no sentido” (p. 240).

Qual é o resultado disso para a referência? A questão não é resolvida pela análise precedente, que se refere ao que se poderia chamar a estratégia do sentido. O que se acabou de chamar “equivalência semântica” diz respeito ao jogo do sentido. Mas é precisamente o jogo do sentido que assegura o que “Linguistique et poétique” chamara a ênfase da mensagem por si mesma e, portanto, da obliteração da referência. A projeção do princípio de equivalência do eixo da seleção sobre o eixo da combinação é o que assegura a relevância da mensagem. O que era tratado como efeito de sentido no primeiro artigo é tratado como processo de sentido nos “Deux aspects du langage et deux types d’aphasie”.

A crítica literária encaixa-se exatamente neste ponto.

Mas não deixemos Roman Jakobson sem dele termos recolhido uma preciosa sugestão que apenas no fim deste estudo assumirá todo seu sentido. A equivalência semântica induzida pela equivalência fônica leva a uma ambigüidade que afeta todas as funções da comunicação; o emissor se duplica (o eu do herói lírico ou do narrador fictício) do mesmo modo que o destinatário (o *vós* do destinatário pressuposto dos monólogos dramáticos, das súplicas, das epístolas), donde a consequência mais extrema: o que acontece na poesia não é a supressão da função referencial, mas sua alteração

profunda pelo jogo da ambigüidade: “A supremacia da função poética sobre a função referencial não oblitera a referência (a denotação), mas a torna ambígua. A uma mensagem de duplo sentido correspondem um emissário duplicado, um destinatário duplicado e, além disso, uma referência duplicada — isso é nitidamente ressaltado, em numerosos povos, pelos preâmbulos dos contos de fadas; assim, por exemplo, o exórdio habitual dos contadores maiorquinos: “*Aixo era y no era* (isso era e não era)” (pp. 238-239).

Reservemos essa noção de *referência duplicada* e o admirável “isso era e não era” que contém *in nuce* tudo o que pode ser dito sobre a verdade metafórica. É necessário previamente ir até o limite da defesa contra a referência.

Não é a referência duplicada que a corrente dominante da crítica literária, tanto norte-americana como européia, considera, mas mais radicalmente a ruína da referência: este tema, com efeito, parece concordar melhor com o traço principal da poesia: “[a] possibilidade de reiteração, imediata ou diferida, [a] reificação da mensagem poética e de seus elementos constitutivos, [a] conversão da mensagem em algo que dura” (*ibid.*, p. 239).

Esta última expressão — a conversão da mensagem em algo que dura — pode servir de exergo para uma série de trabalhos de “Poética”, para os quais a captura do sentido no invólucro sonoro constitui o essencial da estratégia de discurso em poesia. A idéia é antiga; Pope já dizia: “*The sound must seem an echo to the sense*”. Valéry vê na dança, que não conduz a parte alguma, o modelo do ato poético. Para o poeta reflexivo, o poema é uma longa oscilação entre o som e o sentido. Como a escultura, a poesia converte a linguagem em material trabalhado por si mesmo, e esse objeto sólido “não é a apresentação de algo, mas uma apresentação de si mesmo”²². Com efeito, o jogo de espelhos entre o sentido e o som absorve de alguma maneira o movimento do poema que já não se consome

22. S. Langer, *Philosophy in a New Key*, Harvard, Harvard University Press, 1942, 1951, 1957.

fora, mas no interior. Para dizer esta mutação da linguagem, Wimsatt forjou a expressão muito sugestiva de *Verbal Icon*²³, que recorda não somente Peirce, mas a tradição bizantina para a qual o ícone é uma coisa. O poema é um ícone e não um signo. O poema é. Ele tem uma “solidez icônica” (*The Verbal Icon*, p. 231). A linguagem toma nele a densidade de uma matéria ou de um *medium*. A plenitude sensível, sensual, do poema é a das formas pintadas, esculpidas. O amálgama do sensual e do lógico assegura a coalescência da expressão e da impressão na coisa poética. A significação poética assim fundida com seu veículo sensível torna-se a realidade particular e “*thingy*” que chamamos um poema.

Não foi somente a fusão do som e do sentido que deu argumento contra a referência em poesia, mas também, e de modo talvez mais radical ainda, a fusão do sentido e das imagens que simultaneamente se multiplicam a partir do sentido e são por ele reguladas do interior. Já evocamos — e apreciamos — o trabalho de Hester²⁴ pelo papel que ele atribui à imagem na constituição do sentido metafórico. Retomamos seu argumento no tocante ao sentido da referência. A linguagem poética, diz Hester, é a linguagem na qual “*sense*” e “*sound*” funcionam de maneira icônica, suscitando uma fusão do “*sentido*” e dos “*sensa*” (p. 96). Estes “*sensa*” são no essencial o fluxo de imagens que a *epokhé* da relação referencial deixa ser. A fusão do sentido e do som não é mais, então, o fenômeno central, mas a ocasião de um desvelamento imaginário aderente ao som; ora, com a imagem surge o momento fundamental da “suspensão”, da *epokhé*, da qual Hester empresta a noção de Husserl para aplicá-la ao jogo não-referencial de produção de imagens na estratégia poética. A abolição da referência, própria ao efeito do sentido poético, é, portanto, por excelência obra da *epokhé* que torna possível o funcionamento icônico do *sentido* e dos *sensa*, firmado pelo funcionamento icônico do som e do sentido.

23. W. K. Wimsatt, *The Verbal Icon*, University of Kentucky Press, 1954, p. 321.

24. M. B. Hester, *The Meaning of Poetic Metaphor*, Paris/La Haye, Mouton, 1967; cf. acima Estudo VI, § 7.

Mas é em Northrop Frye que a passagem ao limite é operada mais radicalmente. Na *Anatomia da crítica*²⁵, Northrop Frye generaliza sua análise da poesia para toda obra literária. Pode-se falar de significação literária todas as vezes em que se pode opor ao discurso informativo ou didático, ilustrado pela linguagem científica, um tipo de significação orientada em sentido inverso da direção centrífuga dos discursos referenciais. Centrífugo, com efeito, ou “externo” (*outward*) é o movimento que nos leva para fora da linguagem, das palavras para as coisas. Centrípeto ou “interno” (*inward*) é o movimento das palavras para as configurações verbais mais vastas que constituem a obra literária na totalidade. No discurso informativo ou didático, o “símbolo” (por símbolo Northrop Frye entende toda unidade discernível do sentido) funciona como signo “posto por” alguma coisa, “apontando para...”, “representando...” alguma coisa. No discurso literário, o símbolo nada representa fora de si mesmo, mas religa, no seio do discurso, as partes ao todo. Contrariamente ao objetivo de verdade do discurso descritivo, deve-se dizer que “o poeta jamais afirma”. Metafísica e teologia afirmam, asseveram; a poesia, ignorando a realidade, limita-se a forjar uma “fábula” (Northrop Frye retoma aqui a expressão da *Poética* de Aristóteles que caracteriza a tragédia por seu *mythos*). Caso se devesse comparar a poesia com outra coisa que não ela mesma, deveria ser com a matemática. “A obra do poeta, como a do matemático puro, é conforme à lógica de suas hipóteses sem vincular-se a uma realidade descritiva.” É assim que a aparição do fantasma em *Hamlet* responde à concepção hipotética da peça: nada é afirmado sobre a realidade dos fantasmas, mas há que haver um fantasma em *Hamlet*. Entrar na leitura é aceitar esta ficção; a paráfrase, que reconduziria para a descrição de alguma coisa, ignoraria a regra do jogo. Neste sentido, a significação da literatura é literal: ela diz o que diz e nada mais. Colher o sentido literal de um poema é compreendê-lo como ele se apresenta, enquanto poema

25. N. Frye, *Anatomy of Criticism*, Princeton, Princeton University Press, 1957; tr. fr., *Anatomie de la critique*, Paris, Gallimard, 1970.

em sua totalidade. A única tarefa é perceber a estruturação unitária por meio da reunião desses símbolos.

Encontra-se aqui uma análise do mesmo estilo da de Jakobson. É pela recorrência no tempo (ritmo) e no espaço (configuração) que se assegura a literalidade do poema. Sua significação é literalmente seu modelo e sua integralidade. As relações verbais internas absorvem de alguma maneira as veleidades de significação externa do signo: “Assim, a literatura, em sua função descritiva, compõe-se de um conjunto de estruturas verbais hipotéticas” (p. 101).

É verdade que Northrop Frye introduz um fator ligeiramente diferente sobre o qual inseriremos nossa própria reflexão: “A unidade de um poema — diz ele — é a unidade de um estado de alma (*mood*)” (p. 80). As imagens poéticas “exprimem ou articulam este estado de alma” (p. 81). Ora, o estado de alma “é o poema e não alguma outra coisa atrás dele” (p. 81). Nesse sentido, toda estrutura literária é irônica: “O que ela diz” é sempre diferente, pela forma e intensidade, do “que significa” (p. 81).

Tal é a estrutura poética: uma “textura contida em si mesma” (*self-contained texture*) (p. 82), isto é, uma estrutura inteiramente dependente de suas relações internas.

Eu não gostaria de terminar este arrazoado contra a referência sem evocar o *argumento epistemológico* que, acrescentando-se ao argumento lingüístico (do tipo de Jakobson) e ao da crítica literária (do tipo de Northrop Frye), revela ao mesmo tempo seu pressuposto inconfessado. É admitido, pelos críticos formados na escola do positivismo lógico, que toda linguagem que não é *descritiva* — no sentido de dar uma informação sobre *fatos* — deve ser *emocional*. Além disso, admite-se que o que é “emocional” é sentido exclusivamente no “interior” do sujeito e não é referido de qualquer modo que seja a alguma coisa no exterior do sujeito. A emoção é uma afecção que somente tem um dentro e nunca um fora.

Esse argumento — que tem, portanto, uma dupla face — não é originariamente derivado da consideração de obras literárias; é um postulado importado da filosofia para a literatura. Tal postulado

decide o sentido da verdade e o da realidade. Ele diz que não há verdade fora da verificação possível (ou da falsificação) e que toda verificação, em última análise, é empírica, segundo os procedimentos científicos. Esse postulado funciona em crítica literária como um preconceito. Ele impõe, além da alternativa entre “cognitivo” e “emocional”, a alternativa entre “denotativo” e “conotativo”. Que este preconceito não é apropriado para a poética, mostram-no bem as teorias “emocionalistas” na ética. Ele é tão potente que os autores mais hostis ao positivismo lógico o consolidam, muitas vezes ao combatê-lo. Dizer, com Susanne Langer, que ler um poema é apreender “um fragmento de vida virtual (*a piece of virtual life*)”²⁶ é permanecer na oposição verificável-inverificável. Dizer, com N. Frye, que as imagens sugerem ou evocam o estado de alma que informa o poema é confirmar que o “*mood*” é centrípeto, como a linguagem que o transmite.

A Nova Retórica, na França, oferece o mesmo espetáculo: teoria da literatura e epistemologia positivista apóiam-se mutuamente. Assim, a noção de “discurso opaco” em Todorov é imediatamente identificada à de “discurso sem referência”; em face do discurso transparente, diz ele, “há o discurso opaco que é tão bem coberto de desenhos e de figuras que nada deixa entrever atrás de si: esta seria uma linguagem que não reenvia a nenhuma realidade, que se satisfaz a si mesma”²⁷. A concepção de “função poética” em Jean Cohen²⁸ (*Structure de la langage poétique*, pp. 199-225) procede da mesma convicção positivista. É evidente, para o autor, que o par resposta cognitiva-resposta afetiva e o par denotação-conotação se recobrem: “A função da prosa é denotativa; a da poesia, conotativa” (*op. cit.*,

26. S. Langer, *Feeling and Form. A Theory of Art*, Charles Scribner's Sons, 1953, p. 212, citado por Marcus B. Hester, *op. cit.*, p. 70 (ed. br.: *Sentimento e forma: uma teoria da arte desenvolvida a partir de Filosofia em Nova Chave*. Tradução de Ana Maria Goldberger e Jacó Guinsburg. São Paulo, Editora Perspectiva, 1980).

27. T. Todorov, *Littérature et Signification*, Paris, Larousse, 1967, p. 102.

28. J. Cohen, *Structure du langage poétique*, Paris, Flammarion, 1966, pp. 199-225.

p. 205). Não é por acaso que Jean Cohen reconhece a si mesmo na citação que ele dá de Carnap: “O objetivo de um poema no qual aparecem as palavras ‘raio de sol’ e ‘nuvem’ não é informar-nos de fatos meteorológicos, mas exprimir certas emoções do poeta e excitar em nós emoções análogas” (*ibid.*). E, contudo, uma dúvida o persegue: como explicar que em poesia a emoção é “tomada na conta do objeto” (*ibid.*)? A tristeza poética, com efeito, é “apreendida como uma qualidade do mundo” (p. 206). Não é mais Carnap que se deve então citar, mas Mikel Dufrenne: “Sentir — diz-nos ele — é experimentar um sentimento não como um estado de meu ser, mas como uma propriedade do objeto”²⁹. Como harmonizar com a tese positivista a confissão de que a tristeza poética é “uma modalidade da consciência das coisas, uma maneira original e específica de apreender o mundo” (p. 206)? E como lançar uma ponte entre a noção puramente psicológica e afetivista de conotação e essa abertura da linguagem para uma “poética das coisas” (p. 226)? A expressividade das coisas, para retomar uma noção de Raymond Ruyer³⁰, não deve encontrar na própria linguagem, e precisamente em sua potência de desvio em relação a seu uso comum, um poder de designação que escapa à alternativa do denotativo e do conotativo? Não se resolve a questão considerando a conotação um substituto da denotação “[a conotação toma o lugar da denotação enfraquecida” (p. 211)]? Pode-se ler, em Jean Cohen, a confissão deste fracasso: evocando a “evidência do sentimento” que, para o poeta, é “tão poderosa quanto a evidência empírica”, ele nota: “Esta evidência é, para alguns, fundada; a subjetividade é harmonizada com a profunda objetividade do ser, mas é uma questão que resulta da metafísica, não da poética” (p. 213). Eis por que o autor, finalmente, bate em retirada e retorna à dicotomia do subjetivo e do objetivo que impõe o projeto de uma “estética que se gostaria científica” (p. 207). “A frase poética — diz ele — é objetivamente falsa, mas subjetivamente verdadeira” (p. 212).

29. M. Dufrenne, *Phénoménologie de l'expérience esthétique*, Paris, PUF, 1953, t. II, p. 544.

30. R. Ruyer, “L'expressivité”, in *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1954.

A *Rhétorique générale* do Grupo de Liège enfrenta o mesmo problema sob o título de “L'Éthos des figures”³¹, cujo estudo sistemático é remetido para uma obra posterior, mas cujo presente volume oferece um primeiro esboço. O estudo não pode, com efeito, ser inteiramente adiado, na medida em que o efeito estético específico das figuras, “que é o verdadeiro objeto da comunicação artística” (p. 45), faz parte da descrição completa de uma figura de retórica, com a de seu desvio, de sua marca e de seu invariante (p. 45). O esboço da teoria do *Éthos* (pp. 145-156) permite antecipar um estudo essencialmente baseado na resposta do leitor ou do ouvinte, em que as metáboles estão na posição de *stimuli*, de sinais, motivando uma impressão subjetiva. Ora, entre os efeitos produzidos pelo discurso figurado, o efeito primordial “é provocar a percepção da literalidade (em sentido amplo) do texto no qual se insere” (p. 148). Estamos exatamente sobre o terreno balizado por Jakobson, em sua definição de função poética, e por Todorov, em sua definição de discurso opaco. Mas os autores da *Rhétorique générale* confessam: “As coisas não terminam aí; nosso trabalho mostra que não há relação necessária entre a estrutura de uma figura e seu *Éthos*” (p. 148).

Le Guern³², por sua vez, não se afasta de modo algum, neste ponto, dos autores que acabamos de citar. A distinção entre *denotação* e *conotação* é, como se viu, um dos maiores eixos de sua semântica: à denotação diz respeito a seleção sêmica, da conotação resulta a imagem associada.

3. Uma teoria da denotação generalizada

A tese que aqui sustento não nega a precedente, mas apóia-se nela. Ela afirma que a suspensão da referência, no sentido definido pelas normas do discurso descritivo, é a condição negativa para que seja liberado um modo mais fundamental de referência, que é

31. *Rhétorique générale*, p. 24.

32. M. Le Guern. *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*, Paris, Larousse, 1973, pp. 20-21; veja Estudo VI, § 1.

tarefa da interpretação explicitar. Esta explicitação põe em jogo o próprio sentido das palavras realidade, verdade, que devem vacilar e tornar-se problemáticas, como se dirá no oitavo estudo.

Essa busca de outra referência tem alguns estímulos na análise anterior consagrada à função poética tomada em toda a sua generalidade, sem dar conta do jogo próprio da metáfora. Retomemos em primeiro lugar a noção de “hipotético” em N. Frye. O poema, diz ele, não é nem verdadeiro nem falso, mas hipotético. Mas “a hipótese poética” não é a hipótese matemática; é a proposição de um mundo de modo imaginativo, fictício. Assim, a suspensão da referência real é a condição de acesso à referência num modo virtual. Mas o que é uma vida virtual? Pode existir uma vida virtual sem um mundo virtual no qual seria possível habitar? Não é função da poesia fazer nascer outro mundo — um mundo outro que corresponda a outras possibilidades de existir, a possibilidades que sejam os nossos mais próprios possíveis?

Outros indícios, em Northrop Frye, vão no mesmo sentido: “A unidade de um poema, foi dito, é a unidade de um estado de alma (*mood*)”³³, e ainda: “As imagens não estabelecem nada, não apontam para nada, mas, ao apontar umas para as outras, sugerem ou evocam o estado de alma que informa o poema” (p. 81). Sob o nome de *mood* é introduzido um fator extralingüístico que, se não deve ser tratado psicologicamente, é índice de uma maneira de ser. Um estado de alma é uma maneira de se estar no meio da realidade. É, na linguagem de Heidegger, uma maneira de se estar entre as coisas (*Beifindlichkeit*)³⁴. Aqui ainda a *epokhé* da realidade natural é a condição para que a poesia dê origem a um mundo a partir do estado de alma que o poeta articula. Será tarefa da interpretação desvelar a intenção de um mundo liberado, por suspensão, da referência. A criação de um objeto duro — o próprio poema — subtrai a linguagem à função didática do signo, mas para franquear o acesso à realidade sob o modo da ficção e do sentimento. Último

33. N. Frye, *op. cit.*, p. 27.

34. M. Heidegger, *Ser e tempo*, § 29.

indício: vimos Jakobson ligar à noção de significação ambígua a de referência duplicada: “A poesia — diz ele — não consiste em acrescentar ao discurso ornamentos retóricos; ela implica uma reavaliação total do discurso e de todos os seus componentes, quaisquer que sejam” (*op. cit.*, p. 248).

É na própria análise do enunciado metafórico que deve enraizar-se uma concepção referencial da linguagem poética que dê conta da abolição da referência da linguagem ordinária e se regule sobre o conceito de referência duplicada.

Um primeiro apoio é oferecido pela própria noção de sentido metafórico, pois a maneira pela qual o sentido metafórico se constitui dá a chave da duplicação da referência. Recomeçamos pelo fato de que o sentido de um enunciado metafórico é suscitado pelo fracasso da interpretação literal do enunciado; por uma interpretação literal, o sentido se destrói a si mesmo. Ora, essa autodestruição do sentido condiciona, por sua vez, o desmoronamento da referência primária. Toda a estratégia do discurso poético se joga neste ponto: ela visa obter a abolição da referência pela autodestruição do sentido dos enunciados metafóricos, autodestruição tornada manifesta por uma interpretação literal impossível. Mas esta é somente a primeira fase ou, antes, a contrapartida negativa de uma estratégia positiva. A autodestruição do sentido, sob a influência da impertinência semântica, é apenas o inverso de uma inovação de sentido do enunciado inteiro, inovação obtida pela “torção” do sentido literal das palavras. Essa inovação de sentido constitui a metáfora viva. Não temos no mesmo lance a chave da referência metafórica? Não se pode dizer que a interpretação metafórica, ao fazer surgir uma nova pertinência semântica sobre as ruínas do sentido literal, suscita *também* um novo objetivo referencial, graças à abolição da referência correspondente à interpretação literal do enunciado? O argumento é um argumento de proporcionalidade: a outra referência, a que buscamos, seria para a nova pertinência semântica o que a referência abolida é para o sentido literal que a impertinência semântica destruiu. Ao sentido metafórico corresponderia uma referência

metafórica, como ao sentido literal impossível corresponde uma referência literal impossível.

Pode-se ir mais longe do que esta construção de uma referência desconhecida por um argumento de quarto proporcional? Pode-se mostrá-la diretamente em ação?

O estudo semântico da metáfora contém em relação a isso uma segunda sugestão. O jogo da semelhança, que mantivemos nos limites estritos de uma operação de discurso, consiste, vimos, na instauração de uma *proximidade* entre significações até então “afastadas”. “Ver o semelhante”, dizíamos com Aristóteles, é “bem metaforizar”. Como essa proximidade no sentido não seria ao mesmo tempo uma proximidade nas coisas mesmas? Não é dessa proximidade que brota uma nova maneira de ver? Seria então o erro categorial que abriria caminho para a nova visão.

Esta sugestão não somente se acrescenta à precedente, mas se compõe com ela. A visão do semelhante que produz o enunciado metafórico não é direta; é uma visão que se pode dizer metafórica: para falar como M. Hester, o ver metafórico é um “ver como” (*seeing as*). Com efeito, a classificação anterior, ligada ao uso anterior das palavras, resiste e cria um tipo de visão estereoscópica em que o novo estado de coisas só é percebido na espessura do estado de coisas deslocado pelo erro categorial.

Tal é o esquema da referência duplicada. Ele consiste, essencialmente, em fazer corresponder uma metaforização da referência à metaforização do sentido. Tentaremos dar corpo a esse esquema.

A primeira tarefa é ultrapassar a oposição entre denotação e conotação e inscrever a referência metaforizada em uma teoria da *denotação generalizada*.

A obra de Nelson Goodman, *Languages of Art*³⁵, elabora esse quadro geral, mas faz mais: Goodman designa ali o lugar de uma teoria francamente denotativa da metáfora.

35. N. Goodman, *Languages of Art, an Approach to a Theory of Symbols*, Indianapolis, The Bobbs-Merrill Co., 1968.

Languages of Art começa por substituir todas as operações simbólicas, verbais e não-verbais — pictóricas entre outras —, no quadro de uma única operação, a função de referência pela qual o símbolo vale por (*stands for*), refere-se a (*refers to*). Essa universalidade da função referencial é assegurada por aquela da potência da organização da linguagem e, mais geralmente, dos sistemas simbólicos. A filosofia geral sobre cujo horizonte essa teoria se destaca tem certa afinidade com a filosofia das formas simbólicas de Cassirer, mas mais ainda com o pragmatismo de Peirce; além disso, ela extrai suas conseqüências, para uma teoria geral dos símbolos, das posições nominalistas afirmadas em *The Structure of Appearance* e em *Fact, Fiction and Forecast*. O título do primeiro capítulo, “Reality remade”, é, a esse respeito, muito significativo: os sistemas simbólicos “fazem” e “refazem” o mundo. O livro inteiro, para além de sua grande tecnicidade, é uma homenagem prestada a um entendimento militante que, diz o último capítulo³⁶, “reorganiza o mundo em termos de obras e as obras em termos de mundo” (p. 241). *Work* e *World* se respondem. A atitude estética “é menos atitude que ação: criação e re-criação” (p. 242). Trataremos adiante do tom nominalista e pragmatista da obra. Consideremos por ora o importante corolário, a recusa de distinguir entre cognitivo e emotivo: “Na experiência estética, as emoções funcionam de modo cognitivo” (p. 248). A aproximação que corre ao longo do livro entre símbolos verbais e símbolos não-verbais repousa sobre um antiemocionalismo decidido. Não se deve dizer que os dois tipos de símbolos funcionam do mesmo modo; é, ao contrário, uma árdua tarefa, enfrentada apenas no último capítulo do livro, distinguir a “descrição” pela linguagem e a “representação” pelas artes. Importante é o fato de ser no interior de uma única função simbólica que se destacam os quatro “sintomas” da estética (VI, 5) — densidade sintática e densidade semântica, *repleteness* sintática, “mostrar” oposto a “dizer”, mostração por exemplificação. Distinguir esses traços não é de modo algum conceder à imediatez. Sob um ou outro modo, “a simbolização

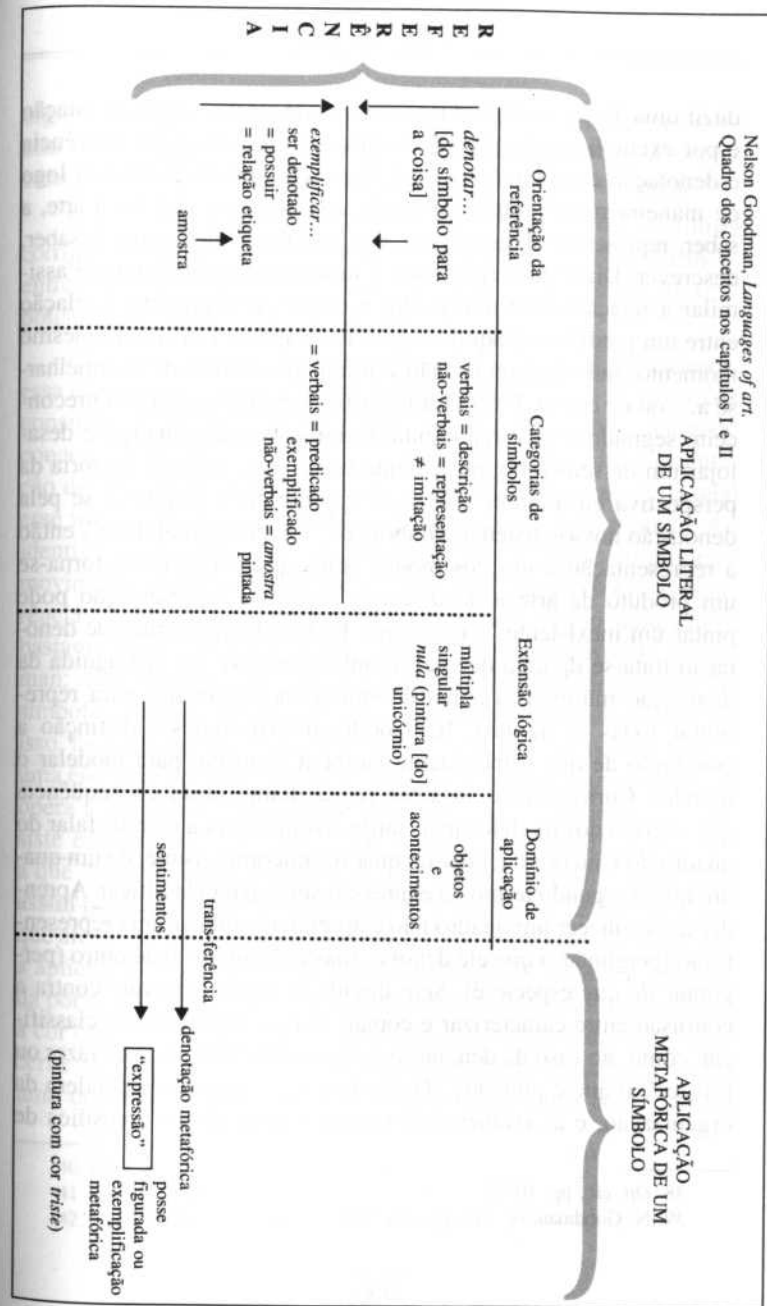
36. N. Goodman, *op. cit.*, VI, 3, pp. 241-246.

deve ser julgada fundamentalmente conforme sirva mais ou menos à intenção cognitiva” (p. 258). A excelência estética é uma excelência cognitiva. Deve-se mesmo falar de verdade da arte, caso se defina a verdade pela “concordância” com um corpo de teoria e entre hipóteses e dados acessíveis; em síntese, pelo caráter “apropriado” de uma simbolização. Esses traços são convenientes tanto para as artes como para o discurso. “Meu objetivo — conclui o autor — foi dar alguns passos na direção de um estudo sistemático dos símbolos e dos sistemas de símbolos e da maneira pela qual eles funcionam em nossas percepções e em nossas ações, nossas artes e nossas ciências, e portanto na criação e compreensão de nossos mundos” (p. 178).

Esse projeto tem parentesco com o de Cassirer, com a diferença de que não há progresso da arte à ciência; o emprego da função simbólica é somente diferente, os sistemas simbólicos são contemporâneos uns dos outros.

A metáfora é uma peça essencial dessa teoria simbólica e inscreve-se por inteiro no quadro referencial; o que se trata de fazer aparecer é a diferença entre, por um lado, o que é “metaforicamente verdadeiro” e o que é “literalmente verdadeiro” e, por outro, entre o par que formam verdade metafórica e verdade literal e “a simples falsidade” (p. 51). Digamos, *grosso modo*, que a verdade metafórica concerne à aplicação de predicados ou de propriedades a qualquer coisa e constitui um tipo de transferência, como por exemplo a aplicação a uma coisa colorida de predicados emprestados do reino dos sons (o capítulo que contém a teoria da transferência intitula-se significativamente “The Sound of Pictures”, pp. 45 e ss.).

Mas o que é a aplicação literal de predicados? Responder a essa questão é estabelecer uma importante rede conceitual compreendendo noções como denotação, descrição, representação, expressão (veja-se o quadro a seguir³⁷). Numa primeira aproximação, referência e denotação coincidem. Mas será necessário mais adiante intro-



37. O quadro que proponho não é do autor. Eu o estabeleci para mim mesmo a fim de orientar-me nas distinções e na terminologia desta difícil obra.

duzir uma distinção entre duas maneiras de referir-se: por denotação e por exemplificação. Consideremos em primeiro lugar referência e denotação como sinônimos. A denotação deve ser definida logo de maneira muito ampla, de modo a subsumir o que faz a arte, a saber, representar alguma coisa, e o que faz a linguagem, a saber, descrever. Dizer que representar é uma maneira de denotar é assimilar a relação entre um quadro e o que ele representa à relação entre um predicado e aquilo a que ele se aplica. É dizer, no mesmo momento, que representar não é imitar no sentido de assemelhar-se a... ou de copiar. É necessário desfazer cuidadosamente o preconceito segundo o qual representar é imitar por semelhança, e desalojar um de seus refúgios aparentemente mais seguros, a teoria da perspectiva em pintura³⁸. Mas, se representar é denotar e se pela denotação nossos sistemas simbólicos “refazem a realidade”, então a representação é um dos modos pelos quais a natureza torna-se um produto da arte e do discurso. Assim, a representação pode pintar um inexistente: o unicórnio, Pickwick; em termos de denotação trata-se de uma denotação nula, que deve ser distinguida da denotação múltipla (a águia desenhada no dicionário para representar todas as águias). Irá Goodman extrair dessa distinção a conclusão de que o inexistente também contribui para modelar o mundo? Curiosamente, o autor recua diante desta consequência que a teoria dos modelos mais tarde nos inclinará a extrair: falar do quadro *do* Unicórnio é falar do quadro-unicórnio, isto é, de um quadro que o segundo termo da expressão serve para classificar. Aprender a reconhecer um quadro não é aprender a aplicar uma representação (perguntar *o que* ele denota), mas a distingui-lo de outro (perguntar *de que* espécie é). Sem dúvida, o argumento vale contra a confusão entre caracterizar e copiar. Mas se representar é classificar, como, no caso da denotação nula, a simbolização pode fazer ou refazer³⁹ o que é pintado? “O objeto e seus aspectos dependem da organização, e as etiquetas de todos os tipos são os utensílios de

organização”⁴⁰. “Representação ou descrição, pela maneira como elas classificam ou são classificadas, são aptas a fazer ou a marcar conexões, a analisar objetos; em síntese, a organizar o mundo”⁴¹.

Uma análise emprestada da teoria dos modelos nos permitirá corrigir a discordância — ao menos aparente em Nelson Goodman — entre a teoria da denotação nula e a função organizadora do simbolismo, ao ligar estreitamente *ficção* e *redescrição*.

Admitiu-se até aqui que denotação e referência são sinônimos: essa identificação não oferecia inconveniente enquanto as distinções consideradas (descrição e representação) tombavam no interior do conceito de denotação. Uma nova distinção concernente à orientação do conceito de referência deve ser introduzida, segundo a qual esse movimento vai do símbolo à coisa e da coisa ao símbolo. Ao identificar referência e denotação, demos conta apenas do primeiro movimento que consiste em pôr as “etiquetas” (*labels*) sobre as ocorrências. Note-se, de passagem, que a escolha do termo “etiqueta” é bastante conveniente ao nominalismo convencionalista de Goodman: não há essências fixas que dêem um conteúdo de sentido aos símbolos verbais ou não-verbais, e a teoria da metáfora será, com isso, facilitada, pois é mais fácil deslocar uma etiqueta que reformar uma essência; somente resiste o costume! A segunda direção na qual opera a referência não é menos importante que a primeira: ela consiste em exemplificar, isto é, em designar uma significação como a que “possui” uma ocorrência⁴². Se Nelson Goodman se interessa assim pela exemplificação é porque a metáfora é uma transferência que afeta a posse dos predicados por alguma coisa singular, mais que a aplicação desses predicados a alguma coisa. A metáfora é atingida por meio de exemplos nos quais se diz que tal quadro que *possui* a cor cinza *exprime* a tristeza. Em outras palavras, a metáfora concerne ao funcionamento invertido da referência à qual acrescenta uma operação de transferência. É necessário seguir com extrema

38. *Op. cit.*, pp. 10-19.

39. N. Goodman, *op. cit.*, pp. 241-244.

40. *Idem, ibidem*, p. 32.

41. *Idem, ibidem*.

42. *Idem, ibidem*, pp. 52-57.

atenção o encadeamento: referência invertida — exemplificação — posse (literal) de um predicado — expressão enquanto posse metafórica de predicados não-verbais (uma cor triste). Remontemos a cadeia a partir da posse (literal)⁴³ antes de a percorrer para a expressão (metafórica).

Possuir o cinza, para uma figura pintada, é dizer que é um *exemplo* de cinza, mas dizer que isto é um exemplo de cinza é dizer que o cinza se aplica a... isto, o denota. A relação de denotação é invertida: o quadro denota aquilo que descreve, mas a cor cinza é denotada pelo predicado cinza. Se possuir é exemplificar, a posse apenas difere da referência por sua direção. O termo simétrico de “etiqueta” é aqui “amostra” (por exemplo, uma amostra de tecido): a amostra “possui” as características — a cor, a textura etc. — designadas pela etiqueta; ela é denotada pelo que exemplifica. A relação amostra-etiqueta, caso seja bem entendida, cobre os sistemas não-verbais como os sistemas verbais; os predicados são etiquetas nos sistemas verbais, mas os símbolos não-lingüísticos também podem ser exemplificados e funcionar como predicados. Assim, um gesto pode denotar ou exemplificar ou fazer os dois; os gestos do regente de orquestra denotam os sons que se devem produzir sem ser eles mesmos sons, eles exemplificam a velocidade ou a cadência; o instrutor de ginástica dá amostras que exemplificam o movimento exigido que denota o movimento que se deve produzir; a dança denota gestos da vida cotidiana ou de um ritual e exemplifica a figura prescrita que, por sua vez, reorganiza a experiência. A oposição entre representar e exprimir não será uma diferença de domínio, por exemplo o domínio dos objetos ou acontecimentos e o dos sentimentos, como em uma teoria emocionalista, na medida em que representar é um caso de denotar, e que exprimir é uma variante por transferência de possuir, que é um caso de exemplificar, e na medida em que exemplificar e denotar são casos da produção de referência, embora com uma diferença de direção. Uma simetria por inversão substitui uma heterogeneidade aparente, para

a qual poderia deslizar novamente a ruínosa distinção do cognitivo e do emotivo, da qual deriva a da denotação e da conotação.

Qual foi o ganho para a teoria da metáfora?⁴⁴ Ei-la solidamente amarrada à teoria da referência: por transferência de uma relação que é o inverso da denotação, de cuja representação é uma espécie. Caso se admita, como se irá demonstrar, que a expressão metafórica (a tristeza do quadro cinza) é a transferência da posse, e caso já se tenha demonstrado que a posse, que não é senão a exemplificação, é o inverso da denotação, de cuja representação é uma espécie, então todas as distinções caem no interior da referência, sob a condição de uma diferença de orientação.

Mas o que é uma posse transferida?

Partamos do exemplo proposto: a pintura é literalmente cinza, mas metaforicamente triste. O primeiro enunciado diz respeito a um “fato”, o segundo a uma “figura” (donde o título de II, 5: *Facts and Figures*, que contém a teoria da metáfora), mas “fato” deve ser tomado no sentido de Russell e de Wittgenstein, nos quais não é confundido com um dado, mas compreendido como um estado de coisas, isto é, como o correlato de um ato predicativo; pela mesma razão, a “figura” não é o ornamento de uma palavra, mas um uso predicativo em uma denotação invertida, isto é, em uma posse-exemplificação. “Fato” e “figura” são, portanto, maneiras diferentes de aplicar predicados, de dar amostras de etiquetas.

Para Nelson Goodman, a metáfora é uma aplicação insólita, isto é, a aplicação de uma etiqueta familiar, cujo uso tem, por consequência, um passado, a um objeto novo que, primeiramente, resiste, mas depois cede. Por brincadeira, diremos: “Aplicar uma velha etiqueta de modo novo é ensinar novos caminhos a uma velha palavra. A metáfora é um idílio entre um predicado que tem um passado e um objeto que tudo cede, protestando” (p. 69), ou ainda: é “um segundo casamento, feliz e rejuvenescedor, ainda que passível de bigamia” (p. 73). (Ainda se fala da metáfora em termos de metáfora, mas desta a tela, o filtro, a grade, a lente cedem lugar à união carnal!)

43. *Idem, ibidem*, pp. 74-81.

44. *Idem, ibidem*, pp. 81-85.

Reencontramos, mas em uma teoria da referência e não mais somente do sentido, o essencial da teoria semântica do enunciado metafórico em I. A. Richards, M. Beardsley e C. M. Turbayne. Além disso, de Gilbert Ryle retém-se a idéia de *category-mistake*, que, aliás, era ela também referencial; digo que a pintura é triste e não alegre, *ainda que* somente os seres sencientes sejam alegres ou tristes. Há aí, contudo, uma verdade metafórica, pois o erro na aplicação das etiquetas equivale à *reatribuição de uma etiqueta* (*reassignment of a label*), de tal modo que triste convém melhor que alegre. A falsidade literal — por atribuição incorreta (*misassignment of a label*) — é convertida em verdade metafórica por reatribuição de etiqueta⁴⁵. Diremos adiante como a passagem pela teoria dos modelos permite interpretar essa reatribuição em termos de redescrição. Mas será necessário inserir entre descrição e redescrição o jogo da ficção heurística, o que fará a teoria dos modelos.

Por ora, importa considerar uma interessante extensão da metáfora. A metáfora cobre não somente o que acabamos de chamar “figura”, isto é, a transferência de um predicado isolado funcionando em oposição com outro (a alternativa vermelho ou laranja), mas também o que é necessário chamar “*esquema*”, que designa um conjunto de etiquetas tal como um conjunto correspondente de objetos — um “reino” — harmonizado por esse conjunto (por exemplo, a cor⁴⁶). Ela desenvolve seu poder de reorganizar a visão das coisas quando um “reino” inteiro é transposto: por exemplo, os sons na ordem visual. Falar da sonoridade de uma pintura não é mais fazer emigrar um predicado isolado, mas assegurar a incursão de todo um reino sobre um território estrangeiro; o famoso “transporte” torna-se uma migração conceitual, tal como uma expedição além-mar com armas e bagagens. O ponto interessante é este: a organização efetuada no reino estrangeiro é *guiada pelo* emprego da rede inteira no reino de origem; isso significa que, se a escolha do território de invasão é arbitrária (não importa qual semelhança e não importa

qual diferença aproximadas), o uso de etiquetas no novo campo de aplicação é regulado pela prática anterior: assim, o uso da expressão “altura dos números” pode guiar o da “altura dos sons”. A lei do emprego das etiquetas é a regra do “precedente”. Aqui ainda o nominalismo de Nelson Goodman o impede de procurar afinidades na natureza das coisas ou em uma constituição eidética da experiência; em relação a isso, as filiações etimológicas, as ressurgências de confusões animistas, por exemplo, entre o animado e o inanimado, nada explicam, pois a aplicação de um predicado apenas é metafórica caso ele entre em conflito com uma aplicação regulada pela prática atual; uma velha história pode vir à superfície, o recalcado pode retornar; o fato é que o expatriado segundo as leis atuais permanece um estrangeiro quando retorna para sua pátria. Uma teoria da aplicação move-se no atual⁴⁷.

É vão, portanto, procurar aquilo que justifica a aplicação metafórica de um predicado: a diferença do literal e do metafórico introduz de toda maneira uma dissimetria na conveniência; uma pessoa e um quadro assemelham-se quando estão tristes? Mas uma o está literalmente, a outra metaforicamente, conforme o uso estabelecido de nossa linguagem. Contudo, caso se queira ainda falar de semelhança, é necessário dizer, com Max Black, que a metáfora cria a semelhança, mais que a encontra ou a exprime⁴⁸.

Em uma perspectiva nominalista, a aplicação metafórica não põe problema diferente daquele que põe a aplicação literal de predicados: “A questão de saber por que os predicados se aplicam metaforicamente é, *grosso modo*, semelhante à questão de saber por que se aplicam literalmente” (p. 78). O ajuste metafórico sob um esquema dado se aprende como o ajuste literal. Em um e em outro caso, a aplicação é falível e sujeita a correções, pois a aplicação literal é somente a que recebeu o aval do uso. Eis por que a questão da verdade não é insólita, somente a aplicação metafórica o é. Isto porque

45. *Idem, ibidem*, p. 70.

46. *Idem, ibidem*, pp. 71-74.

47. *Idem, ibidem*, p. 77.

48. Max Black, *Models and Metaphor*, p. 37.

a extensão na aplicação de uma etiqueta ou de um esquema deve satisfazer exigências opostas: deve ser nova, mas apropriada, estranha, mas evidente, surpreendente, mas satisfatória. Uma simples “etiquetagem” não equivale a um “reajuste” (*resorting*); novas clivagens, novos ajustes devem resultar da emigração de um esquema⁴⁹.

Finalmente, se toda linguagem, se todo simbolismo consiste em “refazer a realidade”, não há lugar na linguagem em que esse trabalho se mostre com mais evidência: é quando o simbolismo transgride seus limites adquiridos e conquista terras desconhecidas que se compreendem os recursos de seu reino comum.

Duas questões se apresentam então quanto à delimitação do fenômeno metafórico. A primeira concerne à enumeração dos “modos” no plano do discurso. Como em Aristóteles, a metáfora não é, para Nelson Goodman, uma figura de discurso entre outras, mas o princípio de transferência comum a todas; caso tomemos como fio condutor a noção de “esquema” ou de “reino” em vez da noção de “figura”, poderemos incluir em um primeiro grupo todas as transferências de um reino a outro sem intersecção: de pessoa a coisa, é personificação; do todo à parte, sínédoque; da coisa à propriedade (ou etiqueta), antonomásia. Em um segundo grupo serão postas todas as transferências de um reino a outro em intersecção: o deslocamento para cima, hipérbole; para baixo, lítotes. Serão reservadas para um terceiro grupo as transferências sem mudança de extensão: assim a reversão no mesmo plano da ironia.

Nelson Goodman caminha no mesmo sentido em que autores como Jean Cohen, que subordinam a taxionomia à análise funcional. É a transferência enquanto tal que passa ao primeiro plano. É uma questão de vocabulário saber se é necessário chamar metáfora a função geral ou uma das figuras. Já vimos acima que tudo o que enfraquece o papel da semelhança enfraquece também a singularidade da metáfora-figura e reforça a generalidade da metáfora-função.

49. *Idem, ibidem*, p. 73.

A segunda questão relativa à delimitação concerne ao exercício da função metafórica fora do simbolismo verbal. Tornamos a encontrar aqui o nosso exemplo inicial, o da expressão triste de uma pintura. Reencontramo-lo no termo de uma série de distinções e de estabelecimentos de relações: 1) a exemplificação como inverso da denotação, 2) a posse como exemplificação, 3) a expressão como transferência metafórica da posse. Enfim, a mesma série denotação-exemplificação-posse deve ser considerada não somente na ordem dos símbolos verbais, portanto na ordem da descrição, mas ainda na ordem dos símbolos não-verbais (pictóricos etc.), portanto na ordem das representações. O que se chama *expressão* é uma posse metafórica de ordem representativa. No exemplo considerado, a pintura triste é um caso de posse metafórica de uma “amostra” representativa, que exemplifica uma “etiqueta” representativa. Dito de outro modo: “O que é expresso é metaforicamente exemplificado”⁵⁰. A expressão (triste) não é menos real que a cor (azul). Por não ser nem verbal nem literal, mas representativa e transferida, a expressão não será menos “verdadeira” se for apropriada. Não são os efeitos sobre o espectador que constituem a expressão, pois posso apreender a tristeza de um quadro sem me ter tornado triste por causa dele; “a importação metafórica” deve fazer do predicado uma propriedade adquirida, a expressão é justamente a posse da coisa. Uma pintura exprime propriedades que ela exemplifica metaforicamente em virtude de seu estatuto de símbolo pictórico: “As pinturas não estão mais ao abrigo da força formadora da linguagem que o resto do mundo, ainda que elas mesmas, enquanto símbolos, exerçam também uma força sobre o mundo, nele compreendida a linguagem” (p. 88).

É assim que *Languages of Art* vincula com sólidas amarras a metáfora verbal e a expressão metafórica não-verbal no plano da referência. O autor consegue-o ordenando de modo regulado as categorias mestras da referência: denotação e exemplificação (etiqueta e amostra), descrição e representação (símbolos verbais e não-verbais), posse e expressão (literal e metafórica).

50. *Idem, ibidem*, p. 85.

Aplicando à poética do discurso as categorias de Nelson Goodman, eu diria:

1. A distinção entre denotação e conotação não é um princípio válido de diferenciação da função poética, caso se entenda por conotação um conjunto de efeitos associativos e emocionais desprovidos de valor referencial, portanto puramente subjetivos; a poesia, enquanto sistema simbólico, comporta uma função referencial igual à do discurso descritivo.
2. Os *sensa* — sons, imagens, sentimentos — que aderem ao “sentido” devem ser tratados a partir do modelo da expressão no sentido de Nelson Goodman; são representações e não descrições, exemplificam em vez de denotar, e transferem a posse em vez de detê-la por direito antigo. As qualidades, neste sentido, não são menos reais que os traços descritivos que o discurso científico articula; pertencem às coisas antes de ser efeitos subjetivamente experimentados pelo amante de poesia.
3. As qualidades poéticas, quando transferidas, somam-se à configuração do mundo. São “verdadeiras” na medida em que são “apropriadas”, isto é, na medida em que juntam a conveniência à novidade, a evidência à surpresa.

Sobre esses três pontos, todavia, a análise de Nelson Goodman requer complementos que se tornarão, progressivamente, profundas modificações, à medida que forem afetando o fundo do pragmatismo e do nominalismo do autor.

1. Não se deu suficientemente conta da estratégia própria ao discurso poético que é a da *epokhé* da referência descritiva. Nelson Goodman tem sem dúvida noção de um casamento antigo que resiste à instauração de uma nova união bígama, mas não vê aí outra coisa que a resistência do hábito à inovação. Parece-me que é necessário ir mais longe, até o eclipse de um modo referencial, enquanto condição de emergência de outro modo referencial. É esse eclipse da denotação primária que a teoria da conotação tinha em vista, sem compreender que o que chamava conotação era ainda, a seu modo, referencial.

2. O discurso poético visa à realidade ao pôr em jogo *ficções heurísticas* cujo valor constituinte é proporcional à potência da denegação. Aqui ainda Nelson Goodman oferece um estímulo com seu conceito de denotação “nula”, mas ele está demasiadamente cioso em mostrar que o *objeto* da denotação nula serve para classificar as etiquetas para perceber que é precisamente deste modo que ela contribui para redescrever a realidade. A teoria dos modelos nos permitirá ligar mais estreitamente ficção e redescrição.
3. O caráter “apropriado” da aplicação metafórica tanto como literal de um predicado não é plenamente justificado por uma concepção puramente nominalista de linguagem. Se tal concepção não tem nenhuma dificuldade para dar conta da dança das etiquetas, nenhuma essência oferecendo resistência à re-etiquetagem, em compensação dá conta com muito mais dificuldade do tipo de *justeza* que parecem comportar certos achados da linguagem e das artes. É aqui que, de minha parte, distancio-me em relação ao nominalismo de Nelson Goodman. A “conveniência”, o caráter “apropriado” de certos predicados verbais e não-verbais não são indícios de que a linguagem não somente organizou de outro modo a realidade, mas também de que tornou manifesta uma maneira de ser das coisas que, graças à inovação semântica, é trazida à linguagem? O enigma do discurso metafórico é, parece, que ele “inventa” no duplo sentido da palavra: o que ele cria, descobre-o, o que ele encontra, inventa-o.

O que devemos compreender é o encadeamento entre três temas: no discurso metafórico da poesia a potência referencial é reunida ao eclipse da referência ordinária; a criação de ficção heurística é o caminho da redescrição; a realidade trazida à linguagem une manifestação e criação. O presente estudo pode explorar os dois primeiros temas, sendo reservado ao oitavo e último estudo explicitar a concepção de realidade postulada por nossa teoria da linguagem poética.

4. Modelo e metáfora

A passagem pela teoria dos modelos constitui a etapa decisiva do presente estudo. A idéia de um parentesco entre modelo e metáfora é tão fecunda que Max Black a tomou como título da coletânea que contém o ensaio especificamente consagrado a esse problema epistemológico: "Models and Archetypes" (a introdução do conceito de arquétipo será explicada adiante)⁵¹.

O argumento central é que a metáfora é para a linguagem poética o que o modelo é para a linguagem científica quanto à relação com o real. Ora, na linguagem científica, o modelo é essencialmente um instrumento heurístico que visa, por meio da ficção, destruir uma interpretação inadequada e traçar um caminho para uma interpretação mais adequada. Na linguagem de outro autor, próximo de Max Black, Mary Hesse⁵², o modelo é um instrumento de redescoberta. É a expressão que reterei na continuidade da minha análise. Importa também compreender-lhe o sentido em seu uso epistemológico primitivo.

O modelo pertence não à lógica da prova, mas à da descoberta. Uma vez mais é necessário compreender que a lógica da descoberta não se reduz a uma psicologia da invenção sem interesse propriamente epistemológico, mas comporta um processo cognitivo, um método racional que tem seus próprios cânones e princípios.

A dimensão propriamente epistemológica da imaginação científica surge apenas quando, em primeiro lugar, se distinguem os modelos conforme sua constituição e sua função. Max Black distribui a hierarquia dos modelos em três níveis. No grau mais baixo, temos os "modelos de escala", tais como uma maquete de um navio ou a ampliação de uma coisa ínfima (uma pata de mosquito), a figuração desacelerada de uma fase de jogo, a simulação e a miniaturização de

51. Max Black, *op. cit.*, capítulo XIII, pp. 219-243.

52. Mary Hesse, "The Explanatory Function of Metaphor", in Bar-Hillel (ed.), *Logic, Methodology and Philosophy of Science*, Amsterdam, North-Holland, 1965, retomado no "Appendice" a *Models and Analogies in Science*, University of Notre Dame Press, 1966, 1970.

processos sociais etc. Esses modelos, na medida em que são modelos de alguma coisa à qual reenviam em uma relação assimétrica, têm o desígnio de mostrar qual é o aspecto da coisa (*how it looks*), como funciona (*how it works*), que leis a governam. É possível decifrar a partir do modelo — ler a partir dele — as propriedades do original. Enfim, em um modelo apenas alguns traços são pertinentes, outros não. Um modelo só pretende ser fiel quanto aos seus traços pertinentes. Tais traços distinguem o modelo de escala de outros modelos. São correlativos às convenções de interpretação que lhe regulam a leitura. Essas convenções repousam sobre a identidade parcial das propriedades e sobre a invariância das proporções. Por esta razão, o modelo de escala imita o original, o reproduz. Segundo Max Black, o modelo de escala corresponde ao ícone em Peirce. Por esse caráter sensível, tal modelo traz para o nosso nível e para a nossa estatura o que é demasiado grande ou demasiado pequeno.

No segundo nível, Max Black põe os modelos *análogos*: modelos hidráulicos de sistemas econômicos, emprego de circuitos elétricos nas calculadoras eletrônicas etc. Duas coisas devem ser consideradas: a mudança de *medium* e a representação da estrutura, isto é, do tecido de relações próprias ao original. As regras da interpretação determinam aqui a tradução de um sistema de relações em outro. Os traços pertinentes correlativos dessa tradução constituem o que se chama em matemática um isomorfismo. O modelo e o original assemelham-se pela estrutura e não por um modo de aparência.

Os modelos *teóricos*, que constituem o terceiro nível, têm em comum com os precedentes a identidade de estrutura, mas não são algo que se possa mostrar nem que se deva fabricar, pois não são, de modo algum, coisas, antes introduzem uma linguagem nova, como um dialeto ou um idioma, no qual o original é descrito sem ser construído. Assim a representação por Maxwell⁵³ de um campo elétrico

53. Há tradução de parte da obra de James Clerk Maxwell, *A Treatise on Electricity*, "Teorias da ação à distância. Uma tradução comentada de um texto de James Clerk Maxwell", por André K. T. Assis, in *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, São Paulo, 7: 53-76, janeiro-junho 1992 (n. do T.).

em função de propriedades de um fluido imaginário incompreensível. O *medium* imaginário é aqui apenas um expediente mnemônico para apreender as relações matemáticas. O importante não é que haja alguma coisa para se ver mentalmente, mas que se possa operar sobre um objeto, por um lado, mais bem conhecido — e, neste sentido, mais familiar —, por outro, rico em implicações — e, assim, fecundo no plano da hipótese.

O grande interesse da análise de Max Black é que ela escapa à alternativa relativa ao estatuto existencial do modelo que parecia impor as variações do próprio Maxwell, as interpretações substancialistas do éter por Lord Kelvin e a rejeição brutal dos modelos por Duhem. A questão não é saber se e como o modelo existe, mas quais são as regras de interpretação do modelo teórico e, correlatamente, quais são os traços pertinentes. O importante é que o modelo tem apenas propriedades que lhe são assinaladas por convenção de linguagem, fora de todo controle por meio de uma construção real, e é isto que ressalta a oposição entre descrever e construir: “O coração do método consiste em falar de certo modo” (p. 229). Sua fecundidade consiste em que sabemos como nos servir dele: sua “desdobrabilidade” — segundo uma expressão de Stephen Toulmin⁵⁴ (citado, p. 239) — é sua razão de ser; falar de apreensão intuitiva é somente uma maneira abreviada de designar a facilidade e a rapidez no controle das implicações distantes do modelo. Em relação a isto, o recurso à imaginação científica não indica uma flexibilização da razão, uma distração pelas imagens, mas o poder essencialmente verbal de ensaiar novas relações sobre um “modelo descrito”. Esta imaginação pertence à razão em virtude das regras de correção que governam a tradução dos enunciados que dizem respeito ao domínio secundário nos enunciados aplicáveis ao domínio original. É ainda o isomorfismo das relações que funda a tradutibilidade de um idioma em outro e fornece por isso mesmo o “*rationale*” da imaginação (p. 238). Mas o isomorfismo não é mais entre o domínio original e uma coisa construída, e sim entre esse domínio e uma

54. Stephen Toulmin, *The Philosophy of Science*, London, 1953, pp. 38-39.

coisa “descrita”. A imaginação científica consiste em ver novas conexões por intermédio dessa coisa “descrita”. Rejeitar o modelo fora da lógica da descoberta ou mesmo reduzi-lo a um experiente provisório, que substitua, na falta de um melhor, a dedução direta, é reduzir a própria lógica da descoberta a um procedimento dedutivo. O ideal científico subjacente a esta pretensão é, diz Max Black, “o de Euclides reformado por Hilbert” (p. 235). A lógica da descoberta, dizíamos, não é uma psicologia da invenção, porquanto a investigação não é a dedução.

Esse desafio epistemológico é justamente destacado por Mary Hesse: “É necessário — diz ela — modificar e completar o modelo dedutivo de explicação científica e conceber a explicação teórica como a redescritção metafórica do domínio do *explanandum*” (*op. cit.*, p. 249). Essa tese comporta duas ênfases. A primeira é dada à palavra explicação, pois, se o modelo, como a metáfora, introduz uma nova linguagem, sua descrição vale como explicação; isso significa que o modelo opera sobre o mesmo terreno da epistemologia dedutivista para modificar e completar os critérios de dedutibilidade tais como são enunciados, por exemplo, por C. G. Hempel e P. Oppenheim⁵⁵. Segundo esses critérios, o *explanandum* deve poder ser deduzido do *explanans*; deve conter ao menos uma lei geral que não é redundante para a dedução; não deve ter sido falsificado empiricamente até este dia; deve ser preditivo. O recurso à redescritção metafórica é uma consequência da impossibilidade de obter uma estrita relação de dedução entre *explanans* e *explanandum*; quando muito, pode-se contar com uma “conveniência aproximada” (*approximate fit*, p. 257). Esta condição de aceitabilidade é mais próxima da interação em curso no enunciado metafórico que a dedutibilidade pura e simples. Do mesmo modo, a intervenção de regras de correspondência entre o *explanans* teórico e o *explanandum* caminha no mesmo sentido de uma crítica do ideal de dedutibilidade. Recorrer ao modelo é interpretar as regras de correspondência em termos de extensão da linguagem de observação pelo uso metafórico. Quanto

55. C. G. Hempel and P. Oppenheim, “The Logic of Explanation”, in H. Feigl and M. Brodbeck (eds.), *Readings in the Philosophy of Science*, New York, 1953.

à preditibilidade, ela não poderia ser concebida sobre um modelo dedutivo, como se leis gerais já presentes no *explanans* comportassem ocorrências ainda não observáveis, ou como se o conjunto de regras de correspondência não exigisse nenhuma adição. Segundo Mary Hesse, em *Models and Analogies in Science*, não há método racional para completar por via puramente dedutiva as regras de correspondência e formar novos predicados de observação. A predição de novos predicados de observação exige um deslocamento de significação e uma extensão da linguagem observacional primitiva; então, somente o domínio do *explanandum* pode ser redescrito na terminologia transferida do sistema secundário.

A segunda ênfase da tese de Mary Hesse é dada à palavra re-descrição; isso quer significar que o último problema posto pelo uso do modelo é “o problema da referência metafórica” (pp. 254-259). As próprias coisas são “vistas como”; elas são, de uma maneira que ainda deve ser especificada, *identificadas* ao caráter descritivo do modelo, e o *explanandum*, enquanto referente último, é mudado pela adoção da metáfora, sendo necessário, portanto, rejeitar a idéia de uma invariância de significação do *explanandum* e chegar a uma perspectiva “realista” (p. 256) da teoria da interação. Não somente nossa concepção de racionalidade, mas também, simultaneamente, a de realidade são postas em questão: “A racionalidade — diz Mary Hesse — consiste precisamente na adaptação contínua de nossa linguagem a um mundo em contínua expansão, e a metáfora é um dos principais meios pelos quais isto se efetua” (p. 259).

Retornaremos adiante às implicações, para o verbo ser, da afirmação segundo a qual as coisas são “tais como” o modelo as descreve.

Qual é o benefício, para a teoria da metáfora, dessa passagem para a teoria dos modelos? Os autores citados estão mais preocupados em estender aos modelos a sua teoria prévia da metáfora que em considerar o choque retroativo da aplicação epistemológica sobre a poética. É essa ação retroativa da teoria do modelo sobre a teoria da metáfora que me interessa aqui.

A extensão da teoria da metáfora à do modelo não tem como único efeito confirmar retroativamente os traços principais da teoria inicial: interação entre o predicado secundário e o sujeito principal, valor cognitivo do enunciado, produção de informação nova, não-tradutibilidade e inesgotabilidade por paráfrase. A redução do modelo a um expediente psíquico é paralelo à redução da metáfora a um simples procedimento decorativo. O desconhecimento e o reconhecimento seguem de parte a parte os mesmos caminhos, e o procedimento que eles têm em comum é a “transferência analógica de um vocabulário” (Max Black, *op. cit.*, p. 238).

O choque retroativo do modelo sobre a metáfora revela novos traços desta, que a análise anterior não percebera.

Em primeiro lugar, o correspondente exato do modelo, do lado poético, não é exatamente o que chamamos enunciado metafórico, isto é, um discurso breve reduzido, o mais das vezes, a uma frase. O modelo consiste antes em uma rede complexa de enunciados; seu correspondente exato seria a *metáfora continuada* — a fábula, a alegoria —; isto que Toulmin chama “desdobrável sistemática” do modelo tem seu equivalente em uma rede metafórica e não em uma metáfora isolada.

Essa primeira afirmação acrescenta-se à observação que fizemos no início deste estudo: é a obra poética como um todo — o poema — que projeta um mundo; a “mudança de escala” que separa a metáfora, enquanto “poema em miniatura” (Beardsley), do próprio poema enquanto metáfora ampliada demanda um exame da constituição em rede do universo metafórico. O artigo de Max Black conduz para este caminho: o isomorfismo que constitui o “*rationale*” da imaginação no uso dos modelos não encontra seu equivalente senão em um tipo de metáfora que Max Black chama arquétipo (é, aliás, recorde-se, o título do artigo: “Models and Archetypes”); por esta designação, Max Black visa a dois aspectos próprios a certas metáforas, seu caráter “radical” e seu caráter “sistemático”, sendo esses dois aspectos solidários; as “root metaphors”, para tomar emprestado o

termo de Stephen C. Pepper⁵⁶, são as mesmas que organizam as metáforas em rede (por exemplo, em Kurt Lewin, a rede que põe em comunicação palavras tais como campo, vetor, espaço-fase, tensão, força, fronteira, fluidez etc.). Por esses dois caracteres, o arquétipo tem uma existência menos local, menos pontual que a metáfora: ele cobre uma “área” de experiências ou de fatos.

A afirmação é capital: sentimos, com Nelson Goodman, a necessidade de subordinar as “figuras” isoladas aos “esquemas” que governam os “reinos”, por exemplo o dos sons, transferidos em bloco para a ordem visual. Pode-se esperar que a função referencial da metáfora seja levada por uma rede metafórica em vez de por um enunciado metafórico isolado. Prefiro falar de rede metafórica a falar de arquétipo em razão do emprego deste termo em psicanálise junguiana. A potência paradigmática destes dois tipos de metáfora deve tanto a seu caráter “radical” quanto a suas “interconexões”. Uma filosofia da imaginação deve acrescentar à simples idéia de “ver novas conexões” (Max Black, *op. cit.*, p. 237) a de uma penetração a um só tempo em profundidade por metáforas “radicais” e em extensão por “metáforas interconectadas”⁵⁷ (*ibid.*, p. 241).

56. Stephen C. Pepper, *World Hypotheses*, University of California Press, 1942, pp. 91-92, citado por Max Black, *op. cit.*, pp. 230-240.

57. Encontramos em Philip Wheelwright, *Metaphor and Reality*, Indiana University Press, 1962, uma tentativa de hierarquizar as metáforas segundo seus graus de estabilidade, seu poder englobante ou a amplitude de seu apelo; o autor chama símbolos as metáforas dotadas de poder integrador: no grau mais baixo, ele encontra as imagens dominantes de um poema particular, depois os símbolos que, em virtude de sua significação “pessoal”, presidem uma obra inteira, em seguida os símbolos partilhados por toda uma tradição cultural, depois aqueles que ligam os membros de uma vasta comunidade secular ou religiosa, e enfim, no quinto nível, os arquétipos que apresentam uma significação para toda a humanidade ou, ao menos, para uma fração importante desta: por exemplo, o simbolismo da luz e das trevas, ou da senhoria. Essa idéia de uma organização em níveis é retomada por Berggren, *op. cit.*, I, pp. 248-249. De um ponto de vista completamente diferente, o da estilística, Albert Henry (*Métonymie et Métaphore*, Paris, Éd. Klincksieck, 1971, pp. 116ss.) mostra que são as combinações de metáforas, a partir de figuras de segundo grau que ele detalha com extraordinária sutileza, que integram o procedimento retórico no conjunto de uma obra encarregada de veicular a visão singular do poeta. Evocando acima a análise de Albert Henry (cf. pp. 312-313), ressaltei que a referência a um mundo e a retro-referência a um autor são contemporâneas desse entrelaçamento que eleva o discurso ao nível de obra.

O segundo benefício da passagem pelo modelo é que ele põe em relevo a conexão entre função heurística e descrição. Essa aproximação reenvia-nos bruscamente à *Poética* de Aristóteles. Recorde-se como Aristóteles ligava *mimesis* e *mythos* em seu conceito de *poiesis* trágica⁵⁸. A poesia, dizia ele, é uma imitação das ações humanas, mas essa *mimesis* passa pela criação de um enredo, de uma intriga, que apresenta traços de composição e de ordem que faltam aos dramas da vida cotidiana. Não se deveria, desde então, compreender a relação entre *mythos* e *mimesis*, na *poiesis* trágica, como a da ficção heurística e da redescritção na teoria dos modelos? O *mythos* trágico, com efeito, apresenta todos os traços de “radicalidade” e de “organização em rede” que Max Black conferia aos arquétipos, isto é, às metáforas de mesmo nível que os modelos; a metaforicidade não é somente um traço da *léxis*, mas do próprio *mythos*, e esta metaforicidade consiste, como a dos modelos, em descrever um domínio menos conhecido — a realidade humana — em função de relações de um domínio fictício mais bem conhecido — o enredo trágico —, ao usar todas as virtudes de “desdobabilidade sistemática” contidas nesse enredo. Quanto à *mimesis*, ela deixa de apresentar dificuldade e escândalo quando não é mais compreendida em termos de “cópia”, mas de redescritção. A relação entre *mythos* e *mimesis* deve ser lida em dois sentidos: se a tragédia só atinge seu efeito de *mimesis* pela invenção do *mythos*, o *mythos* está a serviço da *mimesis* e de seu caráter fundamentalmente denotativo, e, para falar como Mary Hesse, a *mimesis* é o nome da “referência metafórica”. Eis o que o próprio Aristóteles ressaltava por esse paradoxo: a poesia está mais próxima da essência que a história, que se move no acidental. A tragédia ensina a “ver” a vida humana “como” aquilo que o *mythos* mostra. Dito de outro modo, a *mimesis* constitui a dimensão “denotativa” do *mythos*.

Essa junção entre *mythos* e *mimesis* não é obra apenas da poesia trágica; ela é aí apenas mais facilmente manifesta porque, de um lado, o *mythos* toma a forma de uma “narração”, e a metaforicidade vincula-se à intriga do enredo, e porque, de outro, o referente é

58. Cf. Estudo I, § 5.

constituído pela ação humana que, por seu valor de motivação, apresenta certa afinidade com a estrutura da narração. A junção entre *mythos* e *mimesis* é obra de toda poesia. Recorde-se a aproximação que faz Northrop Frye entre o poético e o hipotético. Ora, o que é esse hipotético? Segundo a crítica, a linguagem poética, voltada “para dentro” e não para “fora”, estrutura um *mood*, um estado de alma, que nada é fora do próprio poema: é ele que recebe forma de poema enquanto agenciamento de signos. Não se deve dizer, antes de tudo, que o *mood* é o hipotético que o poema cria e que, nessa condição, ele ocupa na poesia lírica o lugar que o *mythos* ocupa na poesia trágica? Não se deve dizer, então, que a esse *mythos* lírico é acrescida uma *mimesis* lírica, no sentido em que o *mood* assim criado é um tipo de modelo para “ver como” e “sentir como”? Falarei, neste sentido, de redescritção lírica, a fim de introduzir no coração da expressão, no sentido de Nelson Goodman, o elemento fictício que a teoria dos modelos põe em relevo. O sentimento articulado pelo poema não é menos heurístico que o enredo trágico. O movimento “para dentro” do poema não poderá, portanto, ser oposto pura e simplesmente ao movimento “para fora”, pois ele designa somente o abandono da referência costumeira, a elevação do sentimento ao hipotético, a criação de uma ficção afetiva; mas a *mimesis* lírica, que se pode considerar, caso se queira, um movimento “para fora”, é a própria obra do *mythos* lírico; resulta do fato de o *mood* não ser menos heurístico que a ficção em forma de narração. O paradoxo do poético reside inteiramente no fato de que a elevação do sentimento à ficção é condição de sua manifestação mimética. Somente um humor mitizado abre e descobre o mundo.

Se essa função heurística do *mood* é tão difícil assim de reconhecer, sem dúvida é porque a “representação” tornou-se o único canal do conhecimento e o modelo de toda relação entre o sujeito e o objeto. Ora, o sentimento é ontológico de outra maneira que a relação à distância; ele faz participar na coisa⁵⁹.

59. P. Ricoeur, *L'Homme faillible*, IV^e partie: “La fragilité affective”.

Eis por que a oposição entre exterior e interior deixa de valer aqui. Não sendo interior, o sentimento não é, contudo, subjetivo. A referência metafórica conjuga sobretudo o que Douglas Berggren chama “os esquemas poéticos da vida interior” e “a objetividade das texturas poéticas”⁶⁰. Por esquema poético ele entende “algum fenômeno visualizável, seja efetivamente observável seja simplesmente imaginado, que sirva de veículo para exprimir algo concernente à vida íntima do homem ou uma realidade não-espacial em geral” (p. 248), por exemplo o “lago de gelo” no fundo do Inferno de Dante⁶¹. Dizer, com Northrop Frye, que o enunciado poético é dirigido em um sentido “centrípeto” é dizer somente como não se deve interpretar o esquema poético, a saber, em um sentido cosmológico; mas algo é dito sobre a maneira de ser de algumas almas que, *na verdade*, são de gelo. Discutiremos adiante o sentido da expressão “na verdade” e proporemos uma concepção *tensional* da própria verdade metafórica. Basta para o momento dizer que o verbo poético não “esquematiza” metaforicamente os sentimentos senão descrevendo as “texturas do mundo”, das “fisionomias não-humanas”, que se tornam verdadeiros retratos da vida interior. O que Douglas Berggren chama “realidade textural” dá um suporte “ao esquema da vida interior” que seria o equivalente dos “estados de alma” que Northrop Frye considera o substituto de todo referente. A “alegre ondulação das vagas” no poema de Hölderlin⁶² não é nem uma realidade objetiva no sentido positivista, nem um estado de alma no sentido emocionalista. É graças a uma concepção na qual a realidade foi previamente reduzida à objetividade científica que a alternativa se impõe. O sentimento poético, em suas expressões metafóricas, manifesta a indistinção do interior e do exterior. As “texturas poéticas” do mundo (alegre ondulação) e os “esquemas poéticos” da vida interior (lago de gelo), correspondendo-se, manifestam a reciprocidade do dentro e do fora.

60. Douglas Berggren, “The Use and Abuse of Metaphor”, in *Review of Metaphysics*, 16 (I): 227-258, december 1962, II: 450-472, march 1963.

61. Berggren, *op. cit.*, I, p. 249.

62. Berggren, *op. cit.*, I, p. 253.

É essa reciprocidade que a metáfora eleva da confusão e da indistinção à tensão bipolar. Uma coisa é a fusão intropática que precede a conquista da dualidade sujeito-objeto, outra é a reconciliação que ultrapassa a oposição do subjetivo e do objetivo.

A questão da verdade metafórica está assim posta. O sentido da palavra verdade está em questão. A comparação entre modelo e metáfora indicou-nos ao menos a direção: como o sugere a junção entre ficção e redescritção, o sentimento poético, também ele, desenvolve uma experiência de realidade em que inventar e descobrir deixam de opor-se e na qual criar e revelar coincidem. Mas o que significa então realidade?

5. Por um conceito de “verdade metafórica”

O presente estudo orienta-se para as seguintes conclusões: os dois primeiros não fazem senão registrar o avanço da discussão anterior, e o terceiro extrai uma consequência que demanda uma justificação distinta:

1. A função poética e a função retórica apenas se distinguem plenamente quando se esclarece a conjunção entre ficção e redescritção. As duas funções surgem então como inversas, em que a segunda visa persuadir os homens ao dar ao discurso ornamentos que agradam; é ela que faz valer o discurso por si mesmo, ao passo que a primeira visa redescrever a realidade pelo caminho indireto da ficção heurística;
2. A metáfora é, a serviço da função poética, a estratégia de discurso pela qual a linguagem se despoja de sua função de descrição direta para aceder ao nível mítico no qual sua função de descoberta é liberada;
3. Pode-se arriscar a falar de verdade metafórica para designar a intenção “realista” que se vincula ao poder de redescritção da linguagem poética.

Esta última conclusão requer um esclarecimento. Ela implica, com efeito, que a teoria da tensão (ou da controversão), que foi

constantemente o fio condutor desta investigação, seja estendida à relação referencial do enunciado metafórico ao real.

Nós déramos, com efeito, três aplicações à idéia de tensão:

- a) tensão no enunciado: entre *conteúdo* e *veículo*, entre *focus* e *frame*, entre tema principal e tema secundário;
- b) tensão entre duas interpretações: entre uma interpretação literal que a interpretação semântica desfaz e uma impertinência metafórica que faz sentido com o não-sentido; e
- c) tensão na função relacional da cópula: entre identidade e diferença no jogo da semelhança.

Essas três aplicações da idéia de tensão permanecem no nível do sentido imanente ao enunciado, ainda que a segunda ponha em jogo uma operação exterior ao enunciado, a saber, a interlocução, e que a terceira já diga respeito à cópula, mas em sua função relacional. A nova aplicação concerne à própria referência e à pretensão do enunciado metafórico de atingir de certo modo a realidade. Para exprimi-lo o mais radicalmente possível, é necessário introduzir a tensão no ser metaforicamente afirmado. Quando o poeta diz: “A natureza é um templo no qual vivos pilares...”, o verbo ser não se limita a ligar o predicado “templo” ao sujeito “natureza” conforme a tripla tensão de que acabamos de falar. Cópula não é somente relacional. Ela implica, por outro lado, que, pela relação predicativa, é redescrito o *que é*; ela diz *que é* justamente assim. Aprendemos isto no tratado *Da interpretação* de Aristóteles.

Estaremos caindo na armadilha que nos arma a linguagem, a qual, Cassirer no-lo recorda, não chega a distinguir dois sentidos do verbo ser: o sentido relacional e o existencial?⁶³ Seria o caso se tomássemos o verbo ser no sentido literal. Mas não haveria, para o próprio verbo ser, um sentido metafórico, no qual seria retida a mesma tensão que encontramos antes nas palavras (entre natureza

63. Ernst Cassirer, *La Philosophie des formes symboliques*, t. I: *Le Langage*, cap. 5: “Le langage et l’expression des formes de la relation pure. La sphère du jugement et les concepts de relation”.

e templo), depois entre as duas interpretações (a interpretação literal e a metafórica) e, enfim, entre a identidade e a diferença?

Para elucidar essa tensão, íntima à força lógica do verbo ser, é necessário fazer surgir um “não é”, ele mesmo implicado na interpretação literal impossível, mas presente em filigrana no “é” metafórico. A tensão seria então entre um “é” e um “não é”. Ela não seria marcada gramaticalmente no exemplo acima. Todavia, mesmo não marcado, o “é” de equivalência distingue-se do “é” de determinação (“a rosa é vermelha”, que é de natureza sinedóquica); tal distinção, característica do processo metafórico, é proposta pela *Rhétorique générale* do Grupo de Liège⁶⁴. Não seriam somente os termos, nem mesmo a cópula em sua função referencial, mas a função existencial do verbo ser que seria afetada por esse processo. Seria necessário igualmente dizer isso do “ser como” da metáfora marcada, aquela da retórica dos antigos, rompendo com a de Aristóteles, que considerava a forma canônica da qual a metáfora seria uma abreviação; “ser como” deveria ser considerado uma modalidade metafórica da própria cópula; o “como” não seria somente o termo da comparação entre os termos, mas seria incluído no verbo ser cuja força modificaria. Em outras palavras, seria necessário fazer passar o “como” para o lado da cópula e escrever “suas faces *são como* rosas” (é um dos exemplos da *Rhétorique générale*, p. 114). Assim, permaneceríamos fiéis à tradição de Aristóteles, não seguida pela retórica posterior, pois para Aristóteles, recorde-se, a metáfora não é uma comparação abreviada, mas a comparação uma equivalência enfraquecida. Portanto, é certamente sobre o “é” de equivalência que importa refletir prioritariamente. E é para distinguir seu emprego do “é” de determinação que procuro levar à própria força do verbo ser a tensão cuja análise anterior mostrou três outras aplicações.

A questão poderia ser formulada deste modo: a tensão que afeta a cópula em sua função relacional não a afeta também em sua função existencial? Tal questão é a aposta da noção de *verdade metafórica*.

64. *Rhétorique générale*, pp. 114-115.

Para demonstrar essa concepção “tensional” da verdade metafórica, procederei dialeticamente. Mostrarei, em primeiro lugar, a inadequação de uma interpretação que, por ignorância do “não é” implícito, cede à ingenuidade ontológica na avaliação da verdade metafórica; depois, mostrarei a inadequação de uma interpretação inversa, que ignora o “é” ao reduzi-lo ao “como-se” do juízo reflexivo, sob a pressão crítica do “não é”.

A legitimação do conceito de verdade metafórica, que preserva o “não é” no “é”, resultará da convergência dessas duas críticas.

Antes de toda interpretação propriamente ontológica, tal como a esboçaremos no oitavo estudo, limitar-nos-emos aqui a uma discussão dialética de opiniões, como Aristóteles no início de suas análises de “filosofia primeira”.

a) O primeiro movimento — ingênuo, não crítico — é o da *veemência* ontológica. Não o negarei, somente o mediatizo. Sem ele, o momento crítico seria infirmado. Dizer “aquilo é”, tal é o momento da *crença*, o *ontological commitment* que confere sua força “ilocucionária” à afirmação. Em parte alguma esta afirmação veemente é mais bem atestada que na experiência poética. Segundo uma de suas dimensões, ao menos, essa experiência exprime o momento *extático* da linguagem — a linguagem fora de si — e parece atestar, desse modo, que é desejo do discurso apagar-se, morrer, nos confins do ser-dito.

Pode a filosofia levar em conta a não-filosofia do êxtase? E a que preço?

Na flexão da não-filosofia e da filosofia schellingiana, Coleridge proclama o poder *quase vegetal* da imaginação, recolhida no símbolo, de nos assimilar ao crescimento das coisas: *While it enunciates the whole, [a symbol] abides itself as a living part of that unity of which it is the representative*⁶⁵. Assim, a metáfora opera uma troca entre o poeta e o mundo, graças à qual a vida individual e a vida

65. Coleridge, apêndice a *The Statesman's Manual*, citado por I. A. Richards, *The Philosophy of Rhetoric*, p. 109.

universal crescem juntamente. O crescimento da planta torna-se, assim, a metáfora da verdade metafórica, ela mesmo sendo “*a symbol established in the truth of things*” (um símbolo firmado pela verdade das coisas) (*ibid.*, p. 111). Do mesmo modo que a planta mergulha na luz e na terra para delas extrair seu crescimento, do mesmo modo que “*it becomes the visible organismus of the whole silent or elementary life of nature and therefore, in incorporating the one extreme becomes the symbol of the other; the natural symbol of that higher life of reason*” (*ibid.*, p. 111), assim também o verbo poético nos faz participar, por via de uma “comunhão aberta”, da totalidade das coisas. I. A. Richards evoca uma questão posta muito mais cedo por Coleridge: “*Are not words parts and germinations of the plant?*” (*ibid.*, p. 112).

Assim, o preço a ser pago pela filosofia para dizer o êxtase poético é a reintrodução da filosofia da natureza na filosofia do espírito, na linha da filosofia schellingiana da mitologia. Mas então a imaginação, segundo a metáfora vegetal, não é mais o trabalho, basicamente discursivo, da identidade e da diferença de que falamos acima (sexto estudo). A ontologia das “correspondências” procura uma caução para si nas atrações “simpáticas” da natureza, antes do corte operado pelo entendimento.

Coleridge atinha-se à flexão da filosofia e da não-filosofia. Com Bergson, a unidade da visão e da vida é levada ao cimo da filosofia. O caráter filosófico da tarefa é preservado pela crítica da crítica, graças à qual o entendimento, curvando-se sobre si mesmo, faz seu próprio processo; o direito da imagem é então demonstrado *a contrario* pela solidariedade entre desagregação conceitual, dispersão espacial e interesse pragmático. É também conjuntamente que se deve restaurar a superioridade da imagem sobre o conceito, a prioridade do fluxo temporal indiviso sobre o espaço, e o desinteresse da visão pelo cuidado vital. E é em uma filosofia da vida que se sela o pacto entre imagem, tempo e contemplação.

Certa crítica literária, influenciada por Schelling, Coleridge e Bergson, procura dar conta desse momento extático da linguagem

poética⁶⁶. Devemos a essa crítica algumas defesas românticas especificamente aplicadas à metáfora. A de Wheelwright em *The Burning Fountain* e em *Metaphor and Reality*⁶⁷ é uma das mais dignas de respeito. O autor, com efeito, não se limita a ligar sua ontologia a considerações gerais sobre a potência da imaginação, mas a religa estreitamente aos traços que sua semântica privilegiou. Esses traços exigem em sua totalidade uma expressão em termos de vida; a linguagem, diz o autor, é *tensive* e *alive*, joga com todos os conflitos entre perspectiva, concretude e plurissignificação, precisão e ressonância afetiva etc. A metáfora, mais particularmente, recolhe esse caráter *tensivo* da linguagem, em contraste com a *epiphor* e a *diaphor*: a *epiphor* aproxima e funde os termos por assimilação imediata no nível da imagem, a *diaphor* procede mediatamente e por combinação de termos discretos. A metáfora é a tensão da *epiphor* e da *diaphor*. Essa tensão assegura a própria transferência do sentido e confere à linguagem poética seu caráter de “mais-valia” semântica, seu poder de abertura para novos aspectos, novas dimensões, novos horizontes da significação.

Assim, todos esses traços requerem, em sua totalidade, uma expressão em termos de vida: *living*, *alive*, *intense*. Na expressão *tensive aliveness*⁶⁸ que assumo, mas em sentido muito diferente, a ênfase é dada sobre o aspecto vital mais que sobre o aspecto lógico da tensão; a *connotative fullness* e a *tensive aliveness* são opostas à rigidez, à frieza, à morte da *steno-language*⁶⁹. *Fluid* opõe-se a *block-language*, que triunfa com as abstrações que vários espíritos partilham graças ao hábito ou à convenção. É uma linguagem que perdeu suas “ambigüidades tensionais”, sua “fluidez não-capturada”⁷⁰.

66. Owen Barfield, *Poetic Diction: A Study in meaning*, New York, McGraw Hill, 1928, 1964².

67. Philip Wheelwright, *The Burning Fountain*, ed. rev., Indiana, Indiana University Press, 1968. *Metaphor and Reality*, Indiana, Indiana University Press, 1962, 1968.

68. Wheelwright, *Metaphor and Reality*, p. 17.

69. *The Burning Fountain*, pp. 25-29, 55-59.

70. *Metaphor and Reality*, pp. 38-39.

São esses traços semânticos que marcam a afinidade da linguagem “tensional” com uma realidade que apresenta traços ontológicos correspondentes. O autor, com efeito, não duvida de que o homem, desde que desperto, tem um cuidado constante pelo que é (“*What Is*”⁷¹). A realidade trazida à linguagem pela metáfora é dita *presential and tensive, coalescent and interpenetrative, perspectival and hence latent* — em síntese, *revealing itself only partially, ambiguously, and through symbolic indirection* (p. 154). Em todos esses traços domina a indistinção: a presença é inflamada por um ato *responsive-imaginative* (p. 156), e ela mesma responde a esta resposta numa espécie de encontro. É verdade que o autor sugere que o sentido da presença não se produz sem contraste, mas é para acrescentar em seguida que estes são subordinados à totalidade em vista. Quanto à “coalescência”, o autor a opõe à seletividade por inteligência, a qual acaba nas dicotomias do objetivo e do subjetivo, do físico e do espiritual, do particular e do universal: o “algo a mais” da expressão poética faz que cada termo da oposição participe do outro, se metamorfoseie no outro, e a própria linguagem, pela passagem que opera assim de uma significação a outra, evoca “alguma coisa de um caráter metafórico do próprio mundo que [o poema] salva” (p. 169). Enfim, o caráter “perspectivo” da linguagem poética evoca o excesso que ultrapassa o ângulo de visão; não é o que Heráclito sugere quando diz que: *O senhor, de quem é o oráculo em Delfos, nem diz nem oculta, mas significa?*⁷² Não se deve murmurar, com o guru hindu dos Upanishads: “*neti-neti*”, *not quite that, not quite that*, “não é bem isto, não é bem isto”...? Finalmente, ao aceder à “questão poético-ontológica” (p. 152), o autor concorda facilmente que sua “*metapoetics*” é uma “ontologia não tanto de conceitos quanto de sensibilidade poética” (p. 20).

É surpreendente que Wheelwright seja conduzido para tão próximo de uma concepção tensional da própria verdade por sua concep-

71. *Ibid.*, pp. 19, 30, 130 e *passim*.

72. Fragmento 93, in *Os Pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. Tradução de José Cavalcante de Souza, São Paulo, Abril Cultural, 2ª ed., 1978 (Os Pensadores) (n. do T).

ção semântica da tensão entre *diaphor* e *epiphor*, mas a tendência dialética de sua teoria é abafada pela tendência vitalista e intuicionista que, finalmente, o conduz à Metapoética do “*What Is*”.

b) A contrapartida dialética da ingenuidade ontológica é oferecida por Turbayne em *The Myth of Metaphor*⁷³. O autor procura circunscrever “o uso” (*use*) válido da metáfora tomando como tema crítico o “abuso” (*abuse*). O abuso é o que ele chama o mito, em um sentido mais epistemológico que etnológico que não difere muito do que acabamos de chamar ingenuidade ontológica. O mito, com efeito, é a poesia *mais* a crença (*believed poetry*). Eu diria: a metáfora à letra. Ora, há algo, no uso da metáfora, que a inclina para o abuso, portanto para o mito. O quê? Recorde-se a base semântica de Turbayne (exposta acima, sexto estudo): a metáfora está próxima do que Gilbert Ryle chama *category-mistake*, que consiste em apresentar os fatos de uma categoria nos idiomas apropriados a outra. A metáfora também é um erro calculado, uma transgressão categorial (*sort-crossing*). É sobre essa base semântica — na qual o caráter inadequado da atribuição metafórica é mais fortemente ressaltado que a nova pertinência semântica — que edifica sua teoria referencial. A crença, diz Turbayne, é arrastada por um movimento espontâneo, por um “faz-de-conta” (*pretense*) de que algo é deste modo, quando não é este o caso (p. 13), para a “intenção” correspondente (*I intend what I pretend*) (p. 15), e da intenção para o “fazer-crer” (*Make-believe*) (p. 17). Então o *sort-crossing* torna-se um *sort-trespassing* (p. 22) e a *category-fusion* torna-se *category-confusion* (*ibid.*); e a crença, presa em seu jogo de faz-de-conta, é sutilmente convertida em “fazer-crer”.

O que chamamos acima função heurística não é, portanto, um artifício inocente; ela tende a esquecer-se como ficção para fazer-se passar por crença perceptiva (era um pouco assim que Espinosa, contradizendo Descartes, descrevia a crença: enquanto a imagina-

73. Colin Murray Turbayne, *The Myth of Metaphor*, Yale, Yale University Press, 1962; ed. rev., The University of North Carolina Press, 1970 (em apêndice, Rolf Eberle: “Models; Metaphors, and Formal Interpretations”).

ção não for limitada e negada, ela será indiscernível da crença verdadeira). É notável que a ausência de marca gramatical sirva aqui como caução para esse deslizamento na crença, pois nada, na gramática, distingue a atribuição metafórica da atribuição literal; entre a expressão de Churchill chamando Mussolini *that utensil* e a da publicidade: “a frigideira, esse utensílio”, a gramática não assinala distinção alguma (p. 14), e somente a impossibilidade de fazer a soma algébrica levanta a suspeita. A armadilha da gramática é precisamente que ela tende a não demonstrar a diferença e, neste sentido, a mascarar-la. Eis por que é necessário que uma instância crítica se aplique ao enunciado para lhe fazer surgir o “como-se” não assinalado, isto é, a marca virtual do “faz-de-conta” imanente ao “crer” e ao “fazer crer”.

Esse traço de dissimulação — quase diria de má-fé, mas a palavra não existe em Turbayne — demanda uma resposta crítica: uma linha de demarcação deve ser traçada entre *to use* e *to be used*, se não quisermos nos tornar vítimas da metáfora tomando a máscara pelo rosto. Em síntese, é necessário “ex-por” a metáfora, desmascarar-la. A proximidade entre o uso e o abuso leva a retificar as metáforas sobre a metáfora. Falou-se de transferência ou de transporte, é verdade: os fatos são *reallocated* pela metáfora, mas essa *reallocation* é também uma *misallocation*. Comparou-se a metáfora a um filtro, a uma tela, a uma lente, para dizer que ela situa as coisas sob uma perspectiva e ensina a “ver como...”, mas também é uma máscara que camufla. Foi dito que ela integra as diversidades, mas também induz à confusão categorial. Foi dito que ela é “posta por...”, é necessário dizer também que ela é “tomada por”.

Mas o que é “ex-por” a metáfora (pp. 54-70)? É necessário observar que Turbayne reflete mais facilmente sobre os modelos científicos que sobre as metáforas poéticas. Isso certamente não desqualifica sua contribuição ao conceito de verdade metafórica se, como nós mesmos o admitimos, a própria função referencial do modelo é um modelo para a função referencial da metáfora. Mas é muito provável que a vigilância crítica não tenha a mesma natureza numa

e noutra parte. Com efeito, os exemplos de “mitos” em epistemologia são teorias científicas em que o indício de ficção, na verdade, se perdeu de vista. Assim Turbayne discute longamente a reificação dos modelos mecânicos em Descartes e em Newton, isto é, de sua interpretação ontológica imediata. A tensão do metafórico e do literal está, portanto, ausente desde a origem. Desde então, “fazer explodir o mito” é fazer aparecer o modelo como metáfora.

Turbayne junta-se, assim, à velha tradição de Bacon, denunciando os “ídolos do teatro”: “*Because in my judgment all the received systems are but so many stage-plays representing worlds of their own creation... which by tradition, credulity, and negligence have come to be received*”⁷⁴.

Não se trata tanto de abolir a linguagem metafórica; bem ao contrário, trata-se de confirmá-la, mas acrescentando-lhe o índice crítico do “como se”. Não é possível, com efeito, “apresentar a verdade literal”, “dizer o que são os fatos”, como o exigiria o empirismo lógico: toda “tentativa para “con-firmar” os fatos reconduzindo-os ao domínio ao qual eles pertencem na realidade é vã” (p. 64). “Não podemos dizer o que é a realidade, mas somente como ela nos aparece (*what is seems like to us*)” (p. 64). Se pode existir um estado não-mítico, não pode existir um estado não-metafórico da linguagem. Não há outra saída senão “recolocar as máscaras”, mas sabendo que o fazemos. Não diremos *non fingo hypotheses*, mas “simulo hipóteses”. Em síntese, a consciência crítica da distinção entre uso e abuso não conduz ao não-emprego mas ao re-emprego (*re-use*) das metáforas, na busca sem fim de metáforas outras, e mesmo da melhor metáfora possível.

Os limites da tese de Turbayne ligam-se à especificidade dos exemplos que concernem ao que é menos transponível do modelo à metáfora.

74. Francis Bacon, *Novum Organum*, London, 1626, I, 44. Citado por Turbayne, *op. cit.*, p. 29 [ed. br.: *Novum Organum*. Tradução e notas de José Aluísio Reis de Andrade. São Paulo, Nova Cultural, 4ª ed., 1988 (Os Pensadores)].

Em primeiro lugar, o autor move-se em uma ordem de realidade homogênea à do positivismo que sua tese critica. Trata-se sempre de “fatos” e também de verdade em um sentido verificacionista que não é fundamentalmente alterado. Finalmente, este caráter neo-empirista da tese não pode escapar, caso se considere que os exemplos de metáforas-modelos não são emprestados de domínios limitados da física, mas da ordem metacientífica das visões do mundo, no qual a fronteira entre modelo e mito tende a apagar-se, como se sabe desde o *Timeu* de Platão. O mecanismo de Descartes e o de Newton são hipóteses cosmológicas de caráter universal. A questão é precisamente saber se a linguagem poética não faz uma incursão em um nível pré-científico, antepredicativo, em que as próprias noções de fato, de objeto, de realidade, tais quais a epistemologia as delimita, são *postas em questão*, graças a um vacilo da referência literal.

Em seguida, o autor fala de um controle dos modelos que não se encontra na experiência poética, na qual, toda vez que o poeta fala, outra coisa, que não ele, fala, na qual alguma coisa vem à linguagem sem que o poeta tenha o comando; a metáfora de Turbayne é, ainda, da ordem do manipulável, é algo que escolhemos usar, não usar, re-usar. Esse poder decisório, coextensivo à vigilância do “como se”, não tem correspondente na experiência poética, na qual, segundo a descrição de Marcus Hester, a imaginação é “ligada” (*bound*). Esta experiência de ser atingido, antes de atingir, dificilmente se adapta ao controle deliberado do “como se”. O problema de Turbayne é o do mito demitizado: tem ele ainda sua potência como fala? Existe alguma coisa como uma fé metafórica depois da demitização? Uma segunda ingenuidade depois do iconoclasmo? A questão demanda uma resposta diferente em epistemologia e em poesia. Um uso lúcido, controlado e concertado dos modelos talvez seja concebível, ainda que pareça difícil manter-se na abstinência ontológica do “como se”, sem acreditar no valor descritivo e representativo do modelo. A experiência de criação em poesia parece escapar à lucidez exigida por toda filosofia do “como se”.

Esses dois limites parecem, sem dúvida, correlativos: o tipo de visão que, *a parte rei*, penetra para além dos “fatos” recortados pela metodologia, e o tipo de auto-implicação que, *a parte subjecti*, escapa à vigilância do “como se”, designam conjuntamente as duas faces de uma experiência de criação na qual a dimensão criadora da linguagem está em consonância com os aspectos criadores da própria realidade. Podem-se criar metáforas sem nelas acreditar e sem acreditar que, de certo modo, isso é? É a própria relação, portanto, e não somente seus extremos, que está em causa: entre o “como se” da própria hipótese consciente e os fatos “como nos parecem”, é ainda o conceito de verdade-adequação que reina. Ele é somente modalizado pelo “como se”, sem ser alterado em sua definição fundamental.

c) Minha dupla crítica de Wheelwright e de Turbayne está muito próxima da de Douglas Berggren em “The Use and Abuse of Metaphor”⁷⁵, à qual a minha muito deve. Nenhum autor, que eu conheça, foi tão longe na direção do conceito de verdade metafórica. Não contente, com efeito, em recapitular as principais teses da teoria da tensão, ele procura arbitrar, como eu o faço, entre ingenuidade ontológica e crítica da metáfora mitificada. Transporta assim a teoria da tensão da semântica interna do enunciado ao seu valor de verdade, e ousa falar da tensão entre verdade metafórica e verdade literal (p. 245). Utilizei acima sua análise conjunta dos “esquemas poéticos” e das “texturas poéticas”, os primeiros oferecendo o retrato da vida interior e as segundas a fisionomia do mundo. O que eu não disse então é que, para Berggren, essas tensões afetam não somente o sentido, mas também o valor de verdade das asserções poéticas sobre a “vida interior” assim esquematizada e sobre a “realidade textural”. Os próprios poetas, diz ele, “parecem por vezes pensar que aquilo que fazem são, em certo sentido, asserções verdadeiras” (p. 249). Em que sentido? Wheelwright não erra ao falar de “realidade presencial”, mas fracassa ao distinguir verdade poética e absurdo

75. Cf. estudo I, § 5.

mítico. Ele, que tanto fez para reconhecer o caráter “tensional” da linguagem, deixa de lado o caráter “tensional” da verdade, simplesmente substituindo uma noção de verdade por outra. Desse modo, sacrifica ao abuso, simplesmente reconduzindo as texturas poéticas ao animismo primitivo. Mas o poeta não comete esse erro: ele “preserva as diferenças ordinárias entre o tema principal e o tema subsidiário de suas metáforas, ao mesmo tempo em que esses referentes são igualmente transformados pelo processo de construção metafórica” (p. 252), e ainda: “À diferença da criança e do primitivo, o poeta não confunde miticamente *the textural feel-of-things* com reais *things-of-feeling*” (p. 255). “É somente pelo emprego da metáfora textual que o *feel-of-things* poético pode em um sentido ser liberado dos prosaicos *things-of-feeling* e prestar-se propriamente à discussão” (p. 255). É assim que a objetividade fenomenológica do que se chama vulgarmente emoção ou sentimento é inseparável da estrutura tensional da própria verdade dos enunciados metafóricos que exprimem a construção do mundo por e com o sentimento. A possibilidade da realidade textual é correlata da possibilidade da verdade metafórica dos esquemas poéticos; a possibilidade de uma é estabelecida ao mesmo tempo em que a possibilidade da outra (p. 257).

A convergência entre as duas críticas internas, a da ingenuidade ontológica e a da demitização, leva assim a reiterar a tese do caráter “tensional” da verdade metafórica e do “é” que conduz a afirmação. Não digo que essa dupla crítica prove a tese. A crítica interna ajuda somente a reconhecer o que é assumido e aquilo a que se compromete aquele que fala e que emprega metaforicamente o verbo ser. Ao mesmo tempo, ela enfatiza o caráter de paradoxo incontornável que se vincula a um conceito metafórico de verdade. O paradoxo consiste em que não há outro modo de fazer justiça à noção de verdade metafórica senão incluindo o aguilhão crítico do “não é” (literalmente) na veemência ontológica do “é” (metaforicamente). Nisto, a tese não faz senão extrair a consequência mais extrema da teoria da tensão. Da mesma maneira que a distância lógica é preser-

vada na proximidade metafórica, e da mesma maneira que a interpretação literal impossível não é simplesmente abolida pela interpretação metafórica, mas lhe cede resistindo, da mesma maneira a afirmação ontológica obedece ao princípio de tensão e à lei da “visão estereoscópica”⁷⁶. Essa constituição tensional do verbo ser recebe sua marca gramatical no “ser-como” da metáfora desenvolvida em comparação, ao mesmo tempo em que é marcada a tensão entre o *mesmo* e o *outro* na cópula relacional.

Qual é, doravante, o choque retroativo de tal concepção de verdade metafórica na própria definição de realidade? Essa questão, que constitui o horizonte último do presente estudo, será o objeto da próxima investigação. Pois cabe ao discurso especulativo articular, com seus recursos próprios, o que é espontaneamente assumido pelo contador popular que, segundo Roman Jakobson⁷⁷, “marca” a intenção poética de sua narração dizendo

Aixo era y no era.

76. A expressão é de Bedell Stanford em *Greek Metaphor, Studies in Theory and Practice*, Oxford, Blackwell, 1936, p. 105, e é retomada por numerosos autores de língua inglesa.

77. *Op. cit.*, pp. 238-239.

Estudo VIII

Metáfora e discurso filosófico

A Jean Ladrière

O ÚLTIMO ESTUDO DESTA COLETÂNEA tem por ambição explorar os confins filosóficos de uma investigação cujo centro de gravidade deslocou-se ao passar para o plano da hermenêutica, da retórica à semântica e dos problemas de sentido para os de referência. Este último deslocamento envolveu, sob a forma de postulados, certo número de pressupostos filosóficos. Nenhum discurso se pode pretender livre de pressupostos, pela simples razão de que o trabalho de pensamento pelo qual se tematiza uma região do pensável põe em jogo conceitos operatórios que não podem, ao mesmo tempo, ser tematizados. Mas, se nenhum discurso pode ser radicalmente desprovido de pressupostos, ao menos nenhum pensador se desobrigou de explicitar os seus, tanto quanto possível. Começou-se a fazê-lo no início do estudo precedente, quando se enunciaram os postulados de semântica e de hermenêutica postos em ação pela teoria da referência metafórica. Esses postulados nos autorizaram, no fim do mesmo estudo, a referir para a cópula, tomada no sentido de *ser como*, o objetivo ontológico da enunciação metafórica. Ainda resta tematizar tais postulados por si mesmos. A questão é: *qual* filosofia está *implicada* no movimento que conduz a investigação da retórica à semântica e do sentido à referência? A questão parece simples, mas na realidade é dupla. Pergunta-se, com efeito, se uma filosofia está *implicada* — e *qual*. A estratégia do presente estudo

será fazer progredir simultaneamente a investigação sobre as duas questões: a questão sobre a *ontologia* a ser explicitada, a questão sobre a *implicação* em ação no jogo do implícito e do explícito.

A segunda questão, menos perceptível, demanda uma decisão geral quanto à unidade de conjunto dos modos de discurso, entendendo por modos de discurso empregos como: discurso poético, discurso científico, discurso religioso, discurso especulativo etc. Tomando por tema a noção de discursividade enquanto tal, eu gostaria de defender um relativo pluralismo das formas e dos níveis de discurso. Sem chegar à concepção sugerida por Wittgenstein de uma heterogeneidade radical dos jogos de linguagem, que tornaria impossíveis os casos de intersecção aos quais o fim do estudo será precisamente consagrado, importa reconhecer, em seu princípio, a *descontinuidade* que assegura ao discurso especulativo sua autonomia.

Só na base desta diferença no discurso, instaurada pelo ato filosófico enquanto tal, podem ser elaboradas as modalidades de interação ou, melhor, de interanimação entre modos de discurso, exigidas pelo trabalho de explicitação da ontologia subjacente à nossa investigação.

As três primeiras seções são uma defesa da descontinuidade entre discurso especulativo e discurso poético e uma refutação de alguns modos errôneos, a nosso ver, de compreender a conexão entre discurso metafórico e discurso especulativo.

1. Uma filosofia poderia ser dita *induzida* pelo funcionamento metafórico, caso se pudesse mostrar que ela apenas reproduz no plano especulativo o funcionamento semântico do discurso poético. Tomar-se-á como pedra de toque a doutrina aristotélica da unidade analógica das significações múltiplas do ser, ancestral da doutrina medieval da analogia do ser. Ela será a ocasião de mostrar que não há nenhuma passagem direta entre o funcionamento semântico da enunciação metafórica e a doutrina transcendental da analogia. Esta fornece, ao contrário, um exemplo particularmente evidente da autonomia do discurso filosófico.

2. Se o discurso categorial não dá lugar a nenhuma transição entre a metáfora poética e a equivocidade transcendental, será a conjugação entre filosofia e teologia em um discurso misto que cria as condições de uma confusão entre a analogia e a metáfora, e, portanto, de uma implicação que não seria senão uma *sub-repção*, para retomar uma expressão kantiana? A doutrina tomista da analogia do ser é um excelente contra-exemplo para nosso tema da descontinuidade dos modos de discurso. Caso se possa mostrar que o discurso misto da ontoteologia não permite nenhuma confusão com o discurso poético, o campo fica livre para o exame de figuras de intersecção que pressupõem a diferença dos modos de discurso, principalmente do modo especulativo e do modo poético.

3. Uma modalidade muito diferente — e mesmo inversa — de implicação da filosofia na teoria da metáfora deve ser considerada. Ela é o inverso da que está posta à prova nos dois parágrafos precedentes, porque situa os pressupostos filosóficos na própria origem das distinções que tornam possível um discurso sobre a metáfora. Esta hipótese faz mais que reverter a ordem de prioridade entre metáfora e filosofia; ela reverte a maneira de argumentar em filosofia. A discussão anterior ter-se-ia desdobrado no nível das intenções declaradas do discurso especulativo, na verdade do discurso ontoteológico, e só teria posto em jogo a ordem de suas razões. Para outra “leitura”, é o movimento inconfessado da filosofia e o jogo despercebido da metáfora que parecem ligados. Pondo como epígrafe a afirmação de Heidegger de que “*o metafórico só existe no interior da metafísica*”, tomaremos como guia desta “segunda navegação” a “*Mythologie blanche*” de Jacques Derrida. Trata-se justamente de uma segunda navegação: o eixo da discussão deverá, com efeito, se deslocar da metáfora viva para a *metáfora morta*, aquela que não se diz, mas que se dissimula na “superação” do conceito que se diz. Apoiando-me nos estudos precedentes, espero mostrar que a problemática da metáfora morta é uma problemática derivada, e que a única saída é remontar a inclinação desse tipo de entropia da linguagem para um novo ato de discurso. Somente esta revivescência do objetivo semântico da enunciação metafórica pode

recriar as condições de uma confrontação vivificante entre modos de discurso plenamente reconhecidos em sua diferença.

4. É com essa vivificação mútua do discurso filosófico e do discurso poético que se gostaria de contribuir nas duas últimas etapas desta investigação. Situando-nos, antes de tudo, no ponto de vista da fenomenologia com objetivos semânticos, nos empenharemos em mostrar que o discurso especulativo tem sua possibilidade no dinamismo semântico da enunciação metafórica, mas que só pode responder às virtualidades semânticas desta última oferecendo-lhe os recursos do espaço de articulação que ele deve à sua própria constituição.

5. A explicitação dos postulados da referência postos em ação pelo sétimo estudo só pode, desde então, proceder de um trabalho do discurso especulativo sobre si mesmo sob o agulhão da enunciação metafórica. Procuramos dizer de qual maneira os conceitos de verdade e de realidade, e finalmente o conceito de ser, devem ser remetidos para o ofício em resposta ao objetivo semântico da enunciação metafórica.

1. A metáfora e a equivocidade do ser: Aristóteles

O primeiro *contra-exemplo* oposto à nossa hipótese inicial da diferença entre discurso filosófico e discurso poético é fornecido pelo tipo de especulação que Aristóteles por primeiro aplicou à unidade analógica entre as múltiplas significações do ser. Apresenta-se a questão: todas as vezes que a filosofia ensaia introduzir uma modalidade intermediária entre a *univocidade* e a *equivocidade*, não força o discurso filosófico a reproduzir, no plano que é o seu, o funcionamento semântico do discurso poético? Se tal fosse o caso, o discurso especulativo seria de algum modo *induzido* pelo discurso poético. O próprio vocabulário sugere a hipótese de uma confusão inicial dos gêneros. A palavra analogia parece pertencer aos dois discursos. Do lado poético, a analogia no sentido de “proporção” está no princípio da quarta espécie de metáfora que Aristóteles chama metáfora “por analogia” (ou, segundo certas tradu-

ções, metáfora “proporcional”). Ainda hoje certos peritos em poesia não temem subsumir, sob o termo genérico de “analogia”, metáfora e comparação, ou pôr sob o título comum a família da metáfora. Do lado filosófico, esta mesma palavra está no centro de certo discurso que se acredita de Aristóteles e se estende até o neotomismo.

Proponho-me mostrar que, contrariamente às aparências, o trabalho de pensamento que se cristalizou posteriormente no conceito de analogia do ser procede de um desvio inicial entre discurso especulativo e discurso poético. Reservo para uma segunda etapa da discussão a questão de saber se essa primeira diferença pôde ser preservada nas formas mistas de filosofia e de teologia suscitadas pelo discurso sobre Deus.

É necessário partir do maior desvio entre filosofia e poesia, aquele que Aristóteles instituiu no tratado das *Categorias*, tanto quanto nos livros Γ , E, Z e Λ da *Metafísica*.

O tratado das *Categorias*, no qual o termo analogia não figura expressamente, produz um modelo não-poético de equivocidade e apresenta assim as condições de possibilidade de uma teoria não-metafórica da analogia. Desde Aristóteles, passando pelos neoplatônicos, pelos medievais árabes e cristãos, até Kant, Hegel, Renouvier, Hamelin, o ordenamento das *Categorias* permanece a obra-prima sempre recomeçada do discurso especulativo. Mas o tratado das *Categorias* não põe a questão do encadeamento das significações do ser senão porque a *Metafísica* põe a questão que rompe tanto com o discurso poético como com o discurso ordinário: o que é o ser? A exterioridade dessa questão em relação a todos os jogos de linguagem é total. Eis por que, quando o filósofo depara com o paradoxo de que “o ser se diz de muitos modos”, e quando, para subtrair da disseminação as múltiplas significações do ser, ele estabelece entre elas uma relação de remissão a um termo primeiro que não é nem a univocidade de um gênero nem a equivocidade do puro acaso de uma simples palavra, a plurivocidade que ele traz assim ao discurso filosófico é de outra

ordem que não o sentido múltiplo produzido pela enunciação metafórica. É uma plurivocidade da mesma ordem da própria questão que abriu o campo especulativo. O termo primeiro — *ousia* — situa todos os outros termos no espaço de sentido recortado pela questão: o que é o ser? Pouco importa, para o momento, que esses outros termos sejam o termo primeiro em uma relação que se possa, legitimamente ou não, chamar analogia; o importante é identificar, entre as múltiplas significações do ser, uma filiação que, sem proceder da divisão de um gênero em espécies, constitui, no entanto, uma ordem. Essa ordem é uma ordem de categorias, na medida em que é a condição de possibilidade da extensão ordenada do campo de atribuição. A polissemia regulada do ser ordena a polissemia aparentemente desordenada da função predicativa como tal. Da mesma maneira que as categorias diferentes da substância são “predicáveis” da substância e, assim, ampliam o sentido primeiro do ser, da mesma maneira, para cada ser dado, a esfera de predicabilidade apresenta a mesma estrutura concêntrica de afastamento a partir de um centro “substancial”, e de crescimento de sentido por acréscimo de determinações. Esse processo regulado não tem ponto em comum com a metáfora, mesmo analógica. Equivocidade regulada do ser e equivocidade poética se movem sobre planos radicalmente distintos. O discurso filosófico instaura-se como guardião vigilante das extensões de sentido reguladas, sobre o fundo das quais se destacam as extensões de sentidos inéditas do discurso poético.

Que não há nenhum ponto em comum entre a equivocidade regulada do ser e a metáfora poética, a acusação lançada por Aristóteles à intenção de Platão atesta-o indiretamente. A equivocidade regulada deve se substituir pela participação platônica, a qual não é senão metafórica: “Quanto a dizer que as idéias são paradigmas e que as outras coisas participam delas, é contentar-se com palavras vazias de sentido e fazer metáforas poéticas” (*Metafísica*, A, 9, 991 a 19-22, trad. Tricot, I, pp. 87-88). Portanto, a filosofia não deve nem metaforizar nem poetizar, mesmo quando trate de significações equívocas do ser. Mas o que ela não deve fazer, pode ela não o fazer?

Contestou-se que o tratado aristotélico das *Categorias* constitua um encadeamento que se baste a si mesmo, na medida em que só

se sustenta por um conceito de analogia que extrai sua força lógica justamente de um campo diferente do espaço especulativo. Mas pode-se mostrar que tais objeções provam, quando muito, que o tratado deve ser remetido, em princípio, a uma base diversa da analogia, sem dúvida, mas não que o alcance semântico que o suporta seja emprestado de um campo distinto do campo especulativo.

Pode-se, em primeiro lugar, objetar que as pretensas categorias de pensamento são apenas categorias de língua disfarçadas. É a objeção de É. Benveniste¹. Partindo da afirmação geral de que “a forma lingüística é... não apenas a condição de transmissibilidade, mas primeiro a condição de realização do pensamento” (p. 64)², o autor procura estabelecer que Aristóteles, “raciocinando de maneira absoluta, reconhece simplesmente certas categorias fundamentais da língua na qual pensa” (p. 66)³.

A correlação estabelecida por É. Benveniste é indiscutível enquanto se considera apenas o trajeto que vai das categorias de Aristóteles, tais como este as enumera, na direção das categorias de língua. E quanto ao trajeto inverso? Para Benveniste, o quadro completo das categorias de pensamento não é senão “a transposição das categorias de língua” (p. 70)⁴, a “projeção conceptual de deter-

1. É. Benveniste, “Catégories de pensée et catégories de langue”, in *Études philosophiques*, Paris, 4: 419-429, out./dez. de 1958, in *Problèmes de linguistique générale*, I, Paris, Gallimard, 1966, pp. 63-74 (pp. 68-80 da tradução brasileira).

2. P. 69 da ed. br.

3. As seis primeiras categorias referem-se às formas nominais (a saber: a classe lingüística dos nomes; na classe dos adjetivos em geral, os dois tipos de adjetivo que designam a quantidade e a qualidade; o comparativo, que é a forma “relativa” por função; as denominações de lugar e de tempo); as quatro seguintes são categorias verbais: a voz ativa e a voz passiva, a categoria do verbo *médio* (oposta ao ativo), a do *perfeito* enquanto “ser em determinado estado”. (Note-se que o gênio lingüístico de Émile Benveniste triunfa na interpretação destas duas últimas categorias que embaraçaram muitos intérpretes) (p. 71 da tradução brasileira). Deste modo, Aristóteles “pensava definir os atributos dos objetos; apresenta somente seres lingüísticos” (p. 70; p. 76 da tradução brasileira).

4. P. 76 da ed. br.

minado estado lingüístico” (p. 70). Quanto à noção de *ser* “que envolve tudo” (*ibid.*), este conceito “reflete” (p. 71)⁵ a riqueza do emprego do verbo *ser*.

Mas, evocando “as magníficas imagens do poema de Parmênides e a dialética do *Sofista*” (p. 71)⁶, o lingüista deve conceder que “a língua não orientou evidentemente a definição metafísica do ‘*ser*’ — cada pensador grego tem a sua —, mas permitiu fazer do ‘*ser*’ uma noção objetivável, que a reflexão filosófica podia manejar, analisar, situar como qualquer outro conceito” (p. 71)⁷. E ainda: “Tudo o que se quer mostrar aqui é que a estrutura lingüística do grego predispuña a noção de ‘*ser*’ a uma vocação filosófica” (p. 73)⁸.

O problema é compreender segundo qual princípio o pensamento filosófico, aplicando-se ao *ser* gramatical, produz a sequência das significações do termo *ser*. Entre o que seria um rol e o que seria uma dedução no sentido de Kant, há lugar para a ordenação que, na tradição pós-aristotélica — e já segundo algumas raras sugestões do próprio Aristóteles —, se deu a pensar como analogia.

Pode-se mostrar com Jules Vuillemin, no segundo estudo de sua obra *De la logique à la théologie, cinq études sur Aristote*⁹, que o tratado aristotélico das *Categorias* tem uma articulação lógica e

5. P. 76 da ed. br.

6. P. 77 da ed. br.; Parmênides, *Sobre a Natureza*. Tradução de José Cavalcante de Souza. São Paulo, Abril Cultural, 2ª ed., 1978 (Os Pensadores).

7. P. 77 da ed. br.

8. P. 79 da ed. br.

9. Jules Vuillemin, *De la logique à la théologie, cinq études sur Aristote*, Paris, Flammarion, 1967. Este segundo estudo é intitulado categoricamente “Le système des *Catégories* d’Aristote et sa signification logique et métaphysique” (pp. 44-125). Eu inverteo a ordem seguida por Jules Vuillemin em sua obra, em razão da diferença do meu propósito: Vuillemin quer demonstrar que a analogia resulta de uma pseudo-ciência em relação circular com a teologia. Eis por que ele se dirige diretamente à analogia e à sua deficiência lógica no primeiro estudo de sua obra. Propondo-me mostrar o desvio entre discurso filosófico e discurso poético no lugar em que eles parecem mais próximos, sou diretamente levado ao ponto em que o desvio é máximo: aquele em que Jules Vuillemin faz justiça à construção sistemática do tratado aristotélico das *Categorias*.

que, retomando esta, “talvez se encontre o fio condutor da dedução aristotélica, que parece até hoje ter escapado à análise” (p. 77).

Não é indiferente que as *Categorias* se abram com uma distinção semântica que, em vez de ser dicotômica, marca o lugar de uma terceira classe; além das coisas que têm em comum apenas o nome (*onoma*), mas não a noção (*lógos*), e que Aristóteles chama homônimas, e das que têm simultaneamente comunidade de nome e identidade de noção — os sinônimos —, há os parônimos, que, “diferindo de outro pelo caso (*ptōsis*), recebem sua denominação a partir de seu nome: assim, de gramática vem gramático, e de coragem, homem corajoso” (*Categorias*, I a 12-15). Eis pela primeira vez introduzida uma classe intermediária entre coisas homônimas e coisas sinônimas e, por consequência, entre expressões simplesmente equívocas e expressões absolutamente unívocas. Toda a sequência da análise visará ampliar a brecha aberta pelos parônimos no *front* contínuo da equivocidade, e levantar o interdito lançado globalmente sobre a equivocidade pela tese do próprio Aristóteles, segundo a qual “significar mais de uma coisa é nada significar”. Ora, essa distinção, que diz ainda respeito às coisas nomeadas e não diretamente às significações, não teria objeto caso tivesse de esclarecer a organização formal do quadro de categorias. Com efeito, a distinção decisiva, introduzida no parágrafo 2 do tratado, é a que opõe dois sentidos da cópula “é”, a saber: *ser-dito de...* (assim homem, substância segunda, é dito de Sócrates, substância primeira) e *ser-em...* (por exemplo, músico, acidente da substância Sócrates). Essa distinção-chave, a partir da qual toda a sequência das *Categorias* se organiza, confere um emprego à distinção dos sinônimos e dos parônimos: só a relação *dito-de...* permite a atribuição sinônímica (o homem individual é identicamente homem¹⁰).

Acabamos de dizer que os dois sentidos da cópula postos em ação pela relação *ser-dito* e *ser-em* são opostos e combinados. Pode-se, com efeito, ao compor esses dois traços em um quadro de

10. Vuillemin, *op. cit.*, p. 110.

presença e de ausência, derivar quatro classes de substantivos: dois concretos (Sócrates, homem) e dois abstratos (este branco, a ciência). A morfologia aristotélica edifica-se assim sobre o cruzamento de duas oposições fundamentais: a oposição do particular ao geral, que dá lugar à predicação propriamente dita (*ser-dito de...*), e a do concreto ao abstrato, que dá lugar a uma predicação em sentido amplo; a primeira, entendida em um sentido realista, consagra a obscuridade irreduzível da cópula, ligada à materialidade das substâncias individuais (à exceção dos seres separados); a segunda, entendida em um sentido conceitualista, toma o lugar da pretensa participação das idéias platônicas, denunciada por Aristóteles como simplesmente metafórica. O abstrato está em potência no concreto; essa inerência, também ela, vincula-se ao fundo de obscuridade das substâncias individuais.

Como a analogia é posta em jogo, se não explicitamente (na medida em que a palavra não é pronunciada), ao menos implicitamente? No fato das modalidades sintáticas da cópula, ao se diversificarem, enfraquecerem continuamente o sentido da cópula, enquanto se distancia da predicação essencial primordial — a única que tem um sentido sinonímico — para a predicação accidental derivada¹¹. Uma correlação se impõe então entre a distinção das *Categorias*, que se mantém no plano da morfologia e da predicação, e os grandes textos da *Metafísica* Γ, sobre o reenvio de todas as categorias a um termo primeiro, que foram lidos pelos medievais no crivo da analogia do ser. Esta correlação é declarada pela *Metafísica* Z — o tratado por excelência da substância —, que vincula expressamente as configurações da predicação — portanto as categorias — às possibilidades de equivocação da primeira categoria,

11. “Deste modo, Aristóteles pressupõe, nas *Categorias*, a teoria da analogia: o ser é utilizado em diferentes acepções, mas estas acepções são ordenadas pelo fato de todas elas derivarem, mais ou menos diretamente, de uma acepção fundamental que é a atribuição de uma substância segunda a uma substância primeira” (Vuillemin, *op. cit.*, p. 226).

a *ousia*¹². Mas é porque a “predicação não pode ser interpretada nem como relação do elemento com o conjunto, nem como relação da parte com o todo” que ela permanece “um dado intuitivo último, cuja significação vai da inerência à proporção e da proporção à proporcionalidade”¹³. Consideraremos esse destino posteriormente, quando examinarmos a passagem da analogia de proporção à de atribuição, que só é realizada explicitamente pelos medievais.

Antes disso, importa mostrar que, nos limites traçados pela distinção estabelecida no parágrafo 2 das *Categorias*, a seqüência das categorias é inteiramente construída, nos parágrafos 3 a 9 do mesmo tratado, segundo um modelo não-lingüístico. O texto de Z, 4, citado acima, propõe uma chave: “Deve-se, com efeito, chamar seres a substância e as outras categorias... quer acrescentando ou retirando uma qualificação a *ser*”. A substância, primeira categoria, é circunscrita por uma bateria de critérios que procedem de um

12. “Deve-se, com efeito, chamar seres a substância e as outras categorias, quer, para estas últimas, por pura homonímia, quer acrescentando ou retirando uma qualificação a *ser*, no sentido em que dizemos que o não-cognoscível é cognoscível. Mais exatamente, não atribuímos o ser nem por homonímia nem por sinonímia, como no caso do termo *medicinal*, cujas diversas acepções têm relação com um único e mesmo termo, mas não significam uma e a mesma coisa, e não são, contudo, homônimos: o termo *medicinal*, com efeito, não qualifica um paciente, uma operação, um instrumento, nem a título de homônimo nem como expressão de uma única coisa, mas como tendo apenas relação com um termo único”, *Metafísica*, Z, 4, 1030 a 31 – b 4, trad. Tricot, I, pp. 365-366.

Vianney Décarie mostra, em *L'Objet de la Métaphysique selon Aristote*, a ligação de Z com a exposição dos múltiplos sentidos do ser do livro Δ, e ressalta com força “que as outras categorias recebem sua significação deste último ser” (p. 138). Esta função de pivô semântico e ontológico da *ousia* é de algum modo perdida de vista em uma interpretação aporética da ontologia aristotélica.

13. Vuillemin, *op. cit.*, p. 229. Começa aí, para Jules Vuillemin, a “pseudociência” na qual a filosofia ocidental se veio a perder. A analogia, para ele, só pôde desaparecer da filosofia moderna quando, com Russell, Wittgenstein e Carnap, uma única significação fundamental foi reconhecida à cópula, a saber, o pertencimento do elemento a uma classe: “Neste momento, a noção de analogia desapareceu e a *Metafísica* tornou-se possível como ciência” (p. 228). Isso pressupõe, evidentemente, que a significação da palavra *ser* se esgota nesta redução lógica, o que a presente obra recusa.

trabalho de pensamentos sobre as condições da predicação. Um estudo comparado entre o tratado das *Categorias* e a *Metafísica* Z, 3, não recolhe menos de sete; três são propriamente critérios lógicos da predicação (enquanto substância primeira, ela não é dita-de e não é-em..., enquanto substância segunda ela é sujeito de atribuição sinônima e primordial); quatro são critérios ontológicos (três são secundários: a substância é um “isto” determinado, não tem contrário e não comporta grau, e o último é essencial: é capaz de receber contrários). Nesta base, a ordenação do tratado aristotélico das *Categorias* procede por enfraquecimento dos critérios, a dedução indo do que mais se assemelha ao que menos se assemelha à substância¹⁴.

Todo o problema da analogia — na ausência da palavra — está contido *in nuce* nessa derivação por enfraquecimento de critérios. A quiddidade, tomada como termo inicial em Z, 4, comunica-se gradualmente a todas as categorias: “A quiddidade, exatamente como a essência, pertencerá de maneira primordial e absoluta à substância, e de maneira secundária às outras categorias; trata-se então não de uma quiddidade no sentido absoluto, mas de uma quiddidade da qualidade ou da quantidade” (1030 a 29-31; segue o texto citado acima, que opõe à simples homonímia o procedimento de acréscimo ou de subtração de qualificação ao ser). Pode-se justamente chamar esse modo transcendental de predicação parônimo, em virtude do paralelismo com as *Categorias* 1, e analógico, ao menos implicitamente¹⁵. A analogia designa virtualmente o enfraquecimento progressivo da precisão da função predicativa, à medida

14. “É, portanto, esta descrição ontológica, superposta à descrição lógica, que é justo considerar como o fio condutor da dedução” (Vuillemin, *op. cit.*, p. 78). “A análise filosófica deve corrigir constantemente as aparências da gramática e reverter a ordem das subordinações que esta estabelece. No mesmo lance ela faz surgir o fio condutor da dedução” (p. 86).

15. É o que faz Jules Vuillemin: “Assim, se não há quiddidade no sentido primordial para um composto tal como *homem branco*, haverá quiddidade no sentido derivado. A predicação terá lugar por analogia, não de modo sinônimo, mas parônimo, e é, portanto, ‘transcendental’” (p. 63).

que se passa da predicação primordial à derivada, e da predicação essencial à accidental (que é paronímica)¹⁶.

Aquilo que se chamará posteriormente analogia de atribuição é esse elo de derivação progressivamente atenuado que Aristóteles delimita, por um lado, pela predicação essencial, a única que dá lugar às formas exatas ou aproximativas de proporcionalidade (às quais Aristóteles reserva o termo analogia) e, por outro, pela homonímia pura e simples ou equivocidade.

Era capital mostrar que a tripartição homônimo, sinônimo e parônimo era justamente a abertura do tratado e, por isso mesmo, a introdução ao problema da analogia¹⁷.

Acontece que Aristóteles não denomina analogia o que acabamos de chamar um elo de derivação progressivamente atenuado. Mais ainda, o quadro de categorias constituído “acrescentando ou retirando uma qualificação a *ser*”, se permite ordenar a série de termos pressupostos como dados, não mostra por que deve haver aí outros termos além do primeiro e por que eles são assim. Caso se releia o texto canônico de Γ, 2¹⁸, vê-se justamente que as outras

16. Vuillemin restitui suas articulações fundamentais ao subdividir em primordial e derivada cada uma das duas classes da predicação essencial e da predicação accidental, e depois cada uma das quatro classes assim obtidas em função da diferença entre substância primeira e substância segunda. O quadro das possibilidades *a priori* de predicacões pode ser consultado nas pp. 66-75 da obra de Vuillemin.

17. É o que admite J. Vuillemin: “A teoria da analogia, implícita na teoria dos parônimos, permite considerar sob o mesmo foco, ainda que enfraquecendo, por assim dizer, a significação da cópula, a relação de subordinação entre substâncias segundas e as relações de subordinação entre particulares abstratos e generalidades abstratas, de uma parte, e entre generalidades abstratas, de outra” (*op. cit.*, p. 111). Nada se dirá aqui da quarta parte das *Categorias* (§ 10-15): a enumeração dos pós-predicamentos, observa Jules Vuillemin, permite inscrever a seqüência das categorias na metafísica aristotélica; ao introduzir os rudimentos de uma teoria do movimento, o tratado assinala a distinção de três tipos de substâncias e a subordinação do universo à terceira (Deus), desenhando “a unidade da lógica, da física e da teologia” (*ibid.*).

18. “Algumas coisas, com efeito, são ditas do ser porque são substâncias, outras porque são determinações da substância, outras porque são um encaminhamento para a substância, ou, ao contrário, corrupções da substância, ou porque são privações ou qualidades da substância, ou porque são causas eficientes ou geradoras,

categorias se dizem “em relação a um (*pros hen*), a uma única natureza determinada (*kata mian physin*)” (G, 2, 1003 a 33, trad. Tricot, I, p. 176). Mas não se vê que as múltiplas significações produziram um sistema. Aristóteles bem pode dizer que a ausência de comunidade de noção não impede que haja uma ciência *una* das múltiplas acepções do ser. Ele pode justamente afirmar que “as coisas relativas a uma única e mesma natureza” dão lugar a uma ciência *una*, “pois mesmo essas coisas têm, de alguma maneira, comunidade de noção” (*ibid.*, 1003 b 14). Neste caso, “a ciência tem sempre como objeto próprio aquilo que é primeiro, aquilo do que todas as outras coisas dependem e em razão do que são designadas” (*ibid.*, 1003 b 16-18, trad. Tricot, I, p. 178). Tais declarações não impedem que esse enigmático liame de dependência seja somente mencionado e que Aristóteles enuncie como solução o que não pode ser senão um problema hipostasiado como resposta.

Talvez seja um bom método, neste ponto de nosso estudo, esquecer a interpretação medieval e tirar todo partido possível do fato de Aristóteles não ter chamado analogia essa referência *ad unum*, de maneira a pôr a nu o que se dá a pensar sob esse termo. Uma leitura “aporética” de Aristóteles, como a de Pierre Aubenque¹⁹, combinada com a leitura lógica e matemática de Jules Vuillemin, permite isolar a operação pela qual os medievais, seguindo uma sugestão que eles encontraram em outros textos de Aristóteles sobre a analogia, procuraram atenuar a aporia das “acepções múltiplas do ser”. Na perspectiva de minha própria investigação sobre a heterogeneidade dos discursos em geral e sobre a irredutibilidade do discurso transcendental ou especulativo ao discurso poético em particular, a

seja de uma substância, seja do que é dito relativamente a uma substância, ou enfim porque são negações de alguma das qualidades de uma substância, ou negações da própria substância...” (*Metafísica*, G, 2, 1003 b 6-10; trad. Tricot, I, 177). Leia-se, sobre esse ponto, o excelente comentário de V. Décarie que, mais uma vez, insiste sobre o papel de “noção comum” exercido pela *ousia*, graças à qual “cabe a uma única ciência estudar todos os seres enquanto seres” (*op. cit.*, 102).

19. Pierre Aubenque, *Le Problème de l'être chez Aristote. Essai sur la problématique aristotélicienne*, Paris, PUF, 1962.

interpretação aporética, aplicada ao discurso ontológico de Aristóteles, atesta melhor do que as interpretações medievais a radicalidade da questão, que a imperfeição da resposta põe a nu enquanto questão. Vuillemin dizia que a primeira atribuição, a de uma substância segunda a uma substância primeira, por não poder ser interpretada como relação do elemento ao conjunto, ou como relação da parte ao todo, continua a ser “um dado intuitivo último, cuja significação vai da inerência à proporção e da proporção à proporcionalidade” (p. 229). Portanto, é a opacidade da primeira atribuição que sugere a analogia. Para Aubenque, é a ausência de unidade genérica, único suporte da ciência aristotélica, e a impossibilidade que disto deriva de gerar outras categorias além da *ousia*, que impedem de dar um sentido assinalável à referência *ad anum*. O discurso do ser, desde então, designa o lugar de uma investigação interminável. A ontologia continua sendo a “ciência procurada”.

O que quer que aconteça com esses argumentos que, finalmente, desenvolvem todas as razões, bem conhecidas de Aristóteles, pelas quais o ser não é um gênero, acrescentando-lhes as razões às quais Kant já nos tornou sensíveis, que fazem que o quadro de categorias não possa constituir-se como sistema e permaneça em estado de “rapsódia”²⁰, certo é que a aporia, se aporia há, procede de um objetivo, de uma demanda, de uma exigência, cuja originalidade importa discernir. É porque a ontologia visa a uma ciência não-genérica do ser que seu fracasso é específico. Desenvolver a aporia — *diaporein* —, conforme o desejo de Aubenque (p. 221), não é nada dizer. Pois o esforço que fracassa tem uma estrutura, circunscrita pela expressão *pros hen, ad unum*. Algo é exigido pela própria declaração convertida em aporia: “A ciência tem sempre como objeto próprio aquilo que é primeiro, aquilo do que todas as outras coisas dependem e em razão do que são designadas” (*Metafísica*, G, 2, 1003 b 16, trad. Tricot, I, p. 178). E mais adiante: “Em consequência, dado que o Uno se toma em várias acepções, estes

20. Aubenque chega a discernir em Aristóteles um trágico comparável ao de Pascal que considerava a “impossibilidade do necessário” (*op. cit.*, p. 219, nota 2).

diferentes termos serão tomados também em várias acepções; não obstante, é a uma ciência única que cabe conhecê-los todos: não é, com efeito, a pluralidade de significações que torna um termo objeto de diferentes ciências, é apenas o fato de que ele não é nomeado em relação a um princípio único, e também porque suas definições derivadas não são referidas a uma significação primordial” (*ibid.*, 1004 a 22-25, trad. Tricot, I, pp. 184-185). A procura dessa unidade não pode ser inteiramente vã, na medida em que o *pros hen* constitui, “de certa maneira”, um caráter comum. Se a ciência procurada não fosse assim estruturada pela própria forma da questão, não se poderia sequer opor, com Aubenque, a realidade do fracasso ao “ideal” da investigação (p. 240), ou a análise efetiva ao “programa”. A desproporção da análise e do ideal testemunha o objetivo semântico a partir do qual algo pode ser investigado como uma unidade não-genérica do ser.

Em relação a isso, a aproximação entre a ontologia e a dialética, que o caráter aporético da doutrina do ser parece impor (Aubenque, pp. 251-302), não pode deixar de modificar, como o confessa o próprio autor: entre dialética e ontologia, “a diversidade das intenções” (p. 301) é total: “A dialética nos fornece uma técnica universal da questão, sem preocupar-se com as possibilidades do homem em respondê-la... Desde então, uma coisa é a ausência de perspectiva, de algum modo exigida pela neutralidade da arte dialética, outra o inacabamento do fato de um projeto que comporta, por definição, a própria perspectiva de seu acabamento” (p. 302).

Pode-se ir mais longe ainda, caso se queiram compreender as razões internas pelas quais a analogia se impôs como solução para a aporia central do discurso ontológico. Se é verdade, como o sustenta Aubenque, que é de fora que esse discurso recebe sua “perspectiva”, seu “ideal”, seu “programa”, a saber, da teologia herdada do platonismo, torna-se maior ainda a urgência, para a ontologia, de responder a essa solicitação externa com seus recursos próprios.

Entro com tanto mais prazer nesta problemática do encontro entre discurso teológico e discurso ontológico — que Aubenque

opõe à hipótese de uma simples sucessão cronológica entre dois estados do sistema de Aristóteles (hipótese introduzida, como se sabe, por Werner Jaeger) — quanto nela encontro a surpreendente ilustração de minha própria tese da pluralidade das esferas de discurso e da fecundidade da intersecção entre seus objetivos semânticos.

Admitamos, portanto, que são considerações propriamente teológicas, aplicadas às “realidades separadas” — ordem astral supralunar, motor imóvel, pensamento do pensamento —, que mantêm a problemática da unidade. Torna-se mais premente a questão de saber como a ontologia responde a essa solicitação. No mesmo lance, o encontro, em Aristóteles, entre um problema ontológico da unidade — proveniente do diálogo com a sofística — e um problema teológico da separação — oriundo de um diálogo com o platonismo — fornece um exemplo de alguma maneira paradigmático da atração entre diferentes esferas de discurso²¹.

Pouco importa, portanto, que Aubenque tenha exagerado a heterogeneidade do discurso teológico e do discurso ontológico e que tenha dramatizado excessivamente o encontro entre uma “ontologia do impossível” — desprovida de uma unidade pensável entre as ca-

21. O texto em jogo aqui é o da *Metafísica*, E, 1, no qual Aristóteles aplica sua noção de um reenvio a um primeiro termo, não mais à sequência das significações do ser, mas à hierarquia dos seres. Não é mais então a *ousia* que é a primeira das categorias, mas a *ousia* divina que é o ser eminente. Este reenvio a um termo primeiro, não mais na ordem das significações, mas na ordem dos seres, presume-se servir de fundamento ao próprio discurso do ser: “Poder-se-ia perguntar — diz Aristóteles — se a filosofia primeira é universal ou se é extraída de um gênero particular e de uma realidade singular, seguindo uma distinção que se encontra nas ciências matemáticas, em que a geometria e a astronomia têm como objeto um gênero particular da quantidade, enquanto a matemática geral estuda todas as quantidades em geral. A isso respondemos que, se não houvesse outra substância além das constituídas pela natureza, a física seria a ciência primeira. Mas, se existe uma substância imóvel, a ciência dessa substância deve ser anterior e deve ser a filosofia primeira; ela é, deste modo, universal, porque primeira” (*Metafísica*, E, 1, 1026 a 23-30, trad. Tricot, I, pp. 333-334). A investigação de V. Décarie sobre *L'Object de la Métaphysique selon Aristote* testemunha a permanência dessa conexão entre a ontologia e a teologia ao longo do *corpus* aristotélico (sobre E, 1, cf. *op. cit.*, pp. 111-124).

tegorias — e uma “teologia do inútil” (p. 33) — desprovida de uma relação assinalável entre o Deus que se pensa e o mundo que o ignora. Ao contrário, ao transformar uma vez ainda em aporia a tese da *Metafísica* E, 1 — a ciência da substância imóvel é universal porque primeira —, Aubenque problematiza o que está precisamente em jogo, a saber, o novo objetivo semântico oriundo do encontro entre duas ordens de discurso²².

Um trabalho de pensamento nasce da interferência entre a teologia — mesmo astral — que designa um Deus já não escondido, mas dado em espetáculo longínquo na contemplação astral, e nosso discurso humano sobre o ser na diversidade de suas acepções categoriais²³.

Mesmo que a conciliação proposta em E, 1 — a teologia é “universal... porque primeira” — seja somente a hipóstase de um problema em busca de solução, é certo que a heterogeneidade denunciada entre o discurso ontológico sobre as múltiplas significações do ser e o discurso teológico sobre o ser “separado” não poderia chegar a uma incomunicabilidade entre esferas de sentido, sob pena de tornar impensável a interferência exigida pela própria tese segundo a qual a ontologia aporética recebe sua perspectiva da teologia unitária. Eu seria mesmo tentado a discernir, nos argumentos que tendem a tornar ininteligível a interferência, no próprio momento em que ela é reivindicada, a razão profunda que conduziu os sucessores de Aristóteles, e talvez o próprio Aristóteles, a procurar um recurso na analogia.

Consideremos esses argumentos. O divino, se diz, sendo indivisível, não dá lugar à atribuição, mas apenas a negações. Em compensação, a diversidade das significações do ser não se aplica senão

22. Aubenque aceita-o sem dificuldade: “A realidade do *khōrismos* pode ser experimentada menos como uma separação irremediável que como um convite a superá-la. Em síntese, entre a investigação ontológica e a contemplação do divino, pode e deve haver relações que a palavra superação não basta para esgotar” (p. 335).

23. Cf. o tratamento por Aubenque dos acréscimos teológicos em diversos pontos da *Metafísica* Γ e da preparação física em A, 1-5 da exposição teológica de A, 6-10 (*op. cit.*, pp. 393ss.).

às coisas físicas, nas quais é possível distinguir substância, quantidade, qualidade etc. Em última análise, o movimento é a diferença que torna impossível, em seu princípio, a unidade do ser, e que faz que o ser seja afetado pela divisão entre a essência e o acidente. Em síntese, o movimento faz que a ontologia não seja uma teologia, mas uma dialética da cisão e da finitude (p. 442). Lá onde alguma coisa devém, a predicação é possível: a predicação se estabelece sobre a dissociação física introduzida pelo movimento. Mas, se essa é a última palavra, como falar de uma interferência da ontologia e da teologia? Pode-se denunciar o fracasso da tarefa. A questão não está aí. Falta pensar a própria tarefa que Aristóteles se impôs de pensar em conjunto a unidade horizontal das significações do ser e a unidade vertical dos seres²⁴.

Ora, Aristóteles designou o ponto no qual as duas problemáticas se cruzam: é a *ousía*, a primeira das categorias no discurso atributivo, e o único sentido do ser divino²⁵. A partir daí, os dois discursos divergem, na medida em que de um ser que é somente *ousía* não se pode dizer nada, e que, dos seres que são *ousía* e também outra coisa, a unidade de significação se dispersa. A divergência entre o discurso impossível da ontologia e o discurso inútil da teologia, a duplicação da tautologia e da circunlocução, da universalidade vazia e da generalidade limitada, procedem ao menos

24. “O impossível ideal de um mundo que teria reencontrado sua unidade... deve permanecer, no seio de uma dispersão irremediável, o princípio regulador da investigação e da ação humanas” (p. 402). E um pouco mais adiante: “A unidade do discurso jamais será dada a si mesma, mais do que isto: ela jamais seria ‘procurada’ se o discurso não fosse movido pelo ideal de uma unidade subsistente” (p. 403). E ainda: “Se o divino não tem a unidade que a ontologia procura, não é por isso que ele deixa de guiar a ontologia em sua investigação” (p. 404). E enfim: “É a determinação do movimento que, por mediação da palavra filosófica, divide o ser contra si mesmo segundo uma pluralidade de sentido, cuja unidade permanece, não obstante, indefinidamente procurada” (p. 438).

25. “*Ousia* — diz Aubenque — é uma das raras palavras que Aristóteles emprega simultaneamente para falar das realidades sublunares e da realidade divina sem que nada indique que esta comunidade de denominação seja apenas metafórica ou analógica” (*op. cit.*, p. 405). A essa observação deveria se seguir um reconhecimento mais decidido da função unitiva devolvida à categoria da *ousía*.

de um mesmo centro, a *ousía*, que, concorda Aubenque, “não significará outra coisa além do ato do que é, o acabamento do que é dado na consumação da presença, ou de uma palavra que já encontramos, a *enteléquia*” (p. 406). A ontologia pode ser apenas o substituto humano de uma teologia impossível para nós, e a *ousía* continua a ser a encruzilhada na qual suas rotas se cruzam.

Se os dois discursos se combinam em um ponto ao mesmo tempo comum aos dois e atribuível a cada um deles, a ciência “procurada” não deveria responder, com seus recursos próprios, à proposição de unidade que lhe chega de outro discurso?

Não foi dessa exigência interna que a problemática da analogia nasceu? O texto testemunha é, a esse respeito, a *Metafísica*, A, 5, 1071 a 33-35. Em sua primeira seqüência, ele diz que “as causas de todas as coisas são... as mesmas por analogia”. Em sua segunda seqüência, estabelece que a predominância da *ousía* divina é subjacente à unidade categorial do ser: “Depois disso, as causas das substâncias podem ser consideradas as causas de todas as coisas”. A tese mantém-se mesmo que se tome o “como” (*hôs*) no sentido enfraquecido de um *como se*²⁶. Na terceira seqüência, o texto especifica (além disso, *eti*) que é porque a causa última é “primeira em enteléquia” que ela é “também a causa de todas as coisas”²⁷.

É deste modo que uma leitura *aporética* de Aristóteles designa o lugar vazio da doutrina da analogia, na exata medida em que começou por isolá-la. Mesmo que se descubra que essa noção não é senão um problema hipostasiado como resposta, ela designa antes de tudo o trabalho de pensamento pelo qual o discurso humano, dema-

26. Aubenque escreve: Aristóteles “não pode, portanto, ter querido dizer senão isto: o discurso humano deve proceder *como se* as causas das essências fossem as causas de todas as coisas, como se o mundo fosse um todo bem ordenado e não uma séria rapsódica, como se todas as coisas pudessem ser reconduzidas às primeiras entre elas, isto é, às essências, e à primeira das essências, como a seu princípio” (*op. cit.*, p. 401).

27. David Ross compreende assim: “Se se faz abstração da causa primeira, as coisas que pertencem a gêneros diferentes têm as mesmas causas, só de uma maneira analógica” (Ross, *Aristote*, pp. 246-247, citado por Tricot, II, pp. 663).

siado humano, da ontologia procura responder à solicitação de *outro* discurso, que só pode ser um não-discurso.

Uma questão é apresentada, com efeito, pelo conceito de *ad unum*: se não há comunidade genérica entre as acepções múltiplas do ser, de que natureza pode ser a “comunidade de noção” mencionada na *Metafísica*, Γ, 2, 1003 b 14? Pode existir uma comunidade não-genérica que arranque o discurso do ser de sua condição aporética?

Aqui o conceito de analogia, evocado ao menos uma vez por Aristóteles nesse contexto, intervém. O problema que ele apresenta nasce de uma reflexão de segundo grau sobre o tratado das *Categorias*. Nasce da questão de saber se, e até que ponto, a própria referência a um termo primeiro é uma relação *pensável*. Viu-se como essa ordem de derivação pode ser produzida por reflexão sobre as condições de predicação. Importa, doravante, se perguntar qual tipo de relação é engendrada desse modo. Aqui a noção matemática de analogia de proporção oferece um termo de comparação. Sua origem garante seu estatuto científico. No mesmo lance, pode-se compreender a aproximação entre a relação *ad unum* e a analogia de proporção como uma tentativa para estender à relação transcendental o benefício da cientificidade que pertence à analogia de proporção.

Sou tanto mais disposto a reconhecer o caráter heterogêneo dessa aproximação quanto a análise anterior das diferenças do discurso teológico e do discurso ontológico preparou-nos para pôr o problema da analogia em termos de intersecção de discurso. A aplicação do conceito de analogia à série das significações do ser é, também ela, um caso de intersecção entre esferas de discurso. E esta intersecção pode ser compreendida sem referência ao discurso teológico, mesmo que, posteriormente, tal discurso use a analogia para se anexar o discurso ontológico, ao preço, aliás, de importantes correções deste conceito.

Em Aristóteles, isto é certo, o conceito puro de analogia nada tem a ver com a questão das categorias; graças a um deslocamento de sentido, que lhe enfraquece os critérios iniciais, é que se pode reunir a teoria das categorias, tangencialmente em Aristóteles, por franca intersecção nos medievais.

É esse trabalho de pensamento, mais que seus resultados, sem dúvida sedutores, que importa aqui. O lógico e o filósofo contemporâneos podem ter razão ao declarar que a tentativa fracassa e que a teoria da analogia é, no conjunto, uma pseudociência. Pode-se mesmo afirmar que esse caráter de pseudociência se estende a seu uso teológico, e que este, por seu turno, repercute na estrutura transcendental inicial, encerrando a ontoteologia em um círculo vicioso. O importante, para mim, não está nisso. Meu propósito expresso é mostrar como, entrando no campo da problemática do ser, a analogia a um só tempo contribui com sua conceitualidade própria e recebe a qualificação transcendental do campo ao qual é aplicada. Na medida em que, com efeito, é qualificado pelo domínio no qual intervém com sua articulação própria, o conceito de analogia recebe uma função transcendental e, no mesmo lance, jamais é reconduzido à poesia, mas preserva em relação a esta o desvio inicial engendrado pela questão: o que é o ser? A sequência mostrará que essa vontade de desvio de modo algum é enfraquecida pelo uso teológico da analogia: a rejeição da metáfora entre as analogias impróprias será testemunha disto.

Não é sem importância que a noção matemática de analogia, longe de ser evidente, como uma definição sumária deixa entender (A está para B como C está para D), já cristaliza em si todo um trabalho de pensamento: sua definição elaborada exprime a solução dada a um paradoxo, a saber, como “dominar as ‘relações impossíveis’ de certas grandezas geométricas com os números inteiros, reduzindo-as indiretamente apenas à consideração de relações inteiras ou, mais exatamente, de desigualdade de grandeza”²⁸.

Não se poderia dizer que foi o trabalho de pensamento incorporado à definição, mais que seu resultado, o que tomou o valor de paradigma para o pensamento filosófico? Ainda aqui a extensão a

28. Jules Vuillemin, *De la logique à la théologie, 1^{re} étude*, p. 14. O autor mostra que a noção matemática de analogia procede da disposição por Teeteto de uma definição anterior que se aplicava apenas aos números racionais. Foi pela operação do *corte alternado* — que “implica um desenvolvimento ao infinito” (*ibid.*, p. 13) — que a idéia de número pôde ser estendida aos irracionais pela matemática grega.

partir de um pólo radicalmente não-poético se faz por enfraquecimento de critérios.

A aplicação mais próxima é fornecida pela definição de justiça distributiva na *Ética a Nicômaco*, V, 6. A definição repousa sobre a idéia de que essa virtude implica quatro termos: duas pessoas (iguais ou desiguais) e duas partes (honras, riquezas, vantagens e desvantagens), e que entre esses quatro termos ela estabelece uma igualdade proporcional na repartição. Mas a extensão da idéia de número, mencionada por Aristóteles²⁹, não se refere à extensão da idéia de número aos irracionais, e sim à extensão da proporção a termos não-homogêneos, desde que eles possam ser ditos iguais ou desiguais sob alguma relação.

A mesma concepção formal das proporções permite, em biologia, não somente classificar (ao dizer por exemplo: o vôo é para a asa o que a natação é para a barbatana), mas demonstrar (ao dizer: se alguns animais têm um pulmão e outros não, estes últimos possuem um órgão que lhes serve como pulmão). As funções e os órgãos, prestando-se a tais relações, fornecem os contornos de uma biologia geral (*De partium animalium*, I, 5).

A relação de analogia inicia sua migração para a esfera transcendental quando é encarregada de exprimir a identidade dos princípios e dos elementos que atravessam a diversidade dos gêneros; dir-se-á assim: “O que a vista é para o corpo, o intelecto é para a alma, e do mesmo modo para outras analogias” (*Ética a Nicômaco*, I, 4, 1096 b 28-29). A analogia continua a ser ainda, formalmente, uma igualdade de relação entre quatro termos³⁰.

29. “Pois o fato de ser proporcional não é um caráter próprio aos números naturais, mas uma propriedade do número em geral (*holôs arithmou*), a proporção sendo uma igualdade de relações que requer, pelo menos, quatro termos” (*Ética a Nicômaco*, 1131 a 30-32).

30. É neste ponto do trajeto de extensão da analogia matemática e do enfraquecimento de seus critérios que a relação de proporcionalidade entrecruza-se com a teoria da metáfora, ao menos com sua espécie mais “lógica”, a metáfora proporcional (cf. Estudo I). Mas o discurso poético se limita a empregá-la. É o discurso filosófico que a teoriza, pondo-a em um trajeto de sentido entre a proporção matemática e a referência *ad unum*.

O passo decisivo — aquele que nos interessa aqui — é dado na *Metafísica* Λ , 4 e 5, em que a analogia é aplicada ao problema da identidade dos princípios e dos elementos que pertencem a categorias diferentes³¹. É certo que a formulação permite ainda fazer aparecer uma igualdade ou uma similitude de relações: assim, pode-se escrever que a privação está para a forma, na ordem dos elementos, como o frio está para o calor, nos corpos sensíveis, como o negro está para o branco nas qualidades, como a escuridão está para a luz, nos relativos. A esse respeito, a transição entre analogia de proporção e referência *ad unum* é mais do que indicada em um texto da *Ética a Nicômaco*³² que será incansavelmente retomado pelos medievais: “São”, nota Aristóteles, se diz analogicamente da causa da saúde, do signo da saúde, do sujeito da saúde. “Medicinal” se diz analogicamente do médico, do escalpelo, da operação e do paciente. Ora, a extensão analógica é regulada pela ordem das categorias.

Mas essa formulação não pode dissimular o fato de que a analogia recai sobre os próprios termos, a saber, as categorias, nas quais os “princípios” (forma, privação e matéria) se reencontram por analogia. Não apenas o número desses termos não é especificado pela própria relação, mas a relação mudou de sentido: o que está em questão é o modo pelo qual os próprios termos se referem uns aos outros, a referência *ad unum* limitando-se a estabelecer uma dominância (o primeiro termo) e uma hierarquia (o reenvio ao primeiro termo). Este último enfraquecimento dos critérios faz passar da analogia de proporção à de atribuição³³.

O lógico moderno será mais sensível que os medievais à lacuna lógica que interrompe a extensão da analogia, em seu trajeto da matemática à metafísica. As características não-científicas da analogia, tomada sem seu sentido terminal, reagrupam-se a seus olhos em

31. Λ , 4, 1070 b 30: “As causas e os princípios dos diferentes seres são, em certo sentido, diferentes, mas, em outros, caso se fale em geral e por analogia, são os mesmos para todos os seres”. Veja-se também Λ , 5, 1071 a 4 e 27 e, bem entendido, o texto de Λ , 5, citado acima (1071 a 33-37).

32. *Ética a Nicômaco*, I, 4, 1096 b 27-28.

33. Sobre este ponto, cf. J. Vuillemin, *op. cit.*, p. 22.

uma argumentação contra a analogia³⁴. O grande texto da *Metafísica*, Λ , 9, 992 b 18-24 volta-se contra o filósofo e torna-se a testemunha suprema da não-cientificidade da metafísica³⁵.

Mas o fracasso de Aristóteles pode ter duas significações, entre as quais uma análise simplesmente lógica não permite decidir; segundo a primeira, a operação transcendental é, enquanto tal, desprovida de sentido; de acordo com a segunda, ela deve ser retomada sobre outra base que não a analogia, permanecendo sempre fiel à perspectiva semântica que presidira a investigação de uma *unidade não-genérica* das significações do ser. Foi esta interpretação que se procurou aqui pôr em ação, sempre privilegiando o trabalho de pensamento cristalizado no resultado lógico. É porque a “investigação” de uma ligação não-genérica do ser permanece uma tarefa para o pensamento, mesmo após o fracasso de Aristóteles, que o problema do “fio condutor” continuará a ser apresentado até na filosofia moderna. Se o tratado das *Categorias* pôde, assim, ser

34. Considerando os próprios termos da analogia, ele observará que a atribuição comum do ser à substância e ao acidente reduz implicitamente os juízos de relação aos juízos de predicação. Ora, o verdadeiro juízo de predicação — caso se descarte a definição de essência — não permite a reciprocidade. Mas, sobretudo, ao situar a substância à frente da metafísica, a filosofia designa um termo do qual não há ciência, na medida em que a substância é sempre um indivíduo determinado, não havendo ciência senão dos gêneros e das espécies. Desde então, a ordem das coisas escapa à ordem da ciência, que é abstrata e não trata das substâncias no sentido primeiro. Considerando, além disso, a relação das outras categorias com a substância, o lógico só poderá registrar a própria confissão de Aristóteles: se a ciência é genérica, e se a ligação do ser não é genérica, a ligação analógica do ser não é científica. É necessário, portanto, concluir pela “incomunicabilidade científica dos gêneros do ser” (J. Vuillemin, *op. cit.*, p. 41).

35. “Investigar de uma maneira geral os elementos dos seres sem ter distinguido as diferentes acepções do ser é tornar-se incapaz de encontrá-los, sobretudo quando se investigam desse modo os elementos dos quais as coisas são constituídas. De que elementos são compostos, com efeito, o fazer, o padecer ou o retilíneo? Eis o que, certamente, é impossível descobrir; mesmo admitindo que seus elementos possam ser alcançados, eles só poderiam ser os elementos das substâncias. Donde concluo ser um erro procurar os elementos de *todos* os seres ou pensar que se os encontrou” (*Metafísica*, Λ , 9, 992 b 18-24, trad. Tricot, I, pp. 101-102).

incansavelmente recomeçado, foi porque, *uma vez*, foi pensada a diferença entre a analogia do ser e a metáfora poética.

A esse respeito, o primeiro parágrafo das *Categorias* permanece altamente significativo: dizer que não há duas classes de coisas para nomear — os sinônimos e os homônimos —, mas três classes, por intercalação dos parônimos, é abrir uma nova possibilidade para o discurso filosófico, apoiado sobre a existência dos *homônimos não-acidentais*. A partir disso, a cadeia é contínua dos parônimos das *Categorias*, parágrafo 1, à referência *pros hen, ad unum* da *Metafísica* Γ, 2 e E, 1. A nova possibilidade de pensar assim aberta foi a de uma semelhança não-metáforica e propriamente transcendental entre as significações primeiras do ser. Dizer que tal semelhança é não-científica nada resolve. É melhor afirmar que, porque rompe com a poética, esta semelhança puramente transcendental testemunha, ainda hoje, graças a seu próprio fracasso, a investigação que a animou, a saber, a investigação de uma relação que deve ser pensada de outro modo que não pela ciência, se pensar por ciência quer dizer pensar por gênero. Mas o gesto primeiro continua a ser a conquista de uma diferença entre a analogia transcendental e a semelhança poética. A partir desta última diferença, a ligação não-genérica do ser poderá — e sem dúvida alguma deverá — ser pensada segundo um modelo que nada mais ficará a dever à própria analogia. Mas este passo para além da analogia somente é possível porque a analogia foi um passo para além da metáfora. Terá sido decisivo para o pensamento que uma parcela de equivocidade tenha, *um dia*, sido arrancada à poesia e incorporada ao discurso filosófico, ao mesmo tempo em que o discurso filosófico era forçado a subtrair-se ao império da simples univocidade.

2. A metáfora e a “analogia entis”: a onto-teologia

O segundo contra-exemplo que se pode opor à tese da descontinuidade entre discurso especulativo e discurso poético é muito mais grave. Ele é fornecido por um modo de discurso que já é um

misto de ontologia e de teologia. Desde Heidegger, que segue a Kant³⁶, ele é chamado por abreviação *ontoteologia*. Foi, com efeito, nos limites desse discurso misto que a doutrina da *analogia entis* alcançou seu pleno desenvolvimento. Importa, para nossa investigação, saber se o desvio inicial instaurado por Aristóteles entre discurso especulativo e discurso poético foi preservado no discurso misto da ontoteologia.

A doutrina tomista da analogia constitui, em relação a isto, um testemunho inestimável³⁷. Seu propósito explícito é estabelecer o discurso teológico no nível de uma ciência e assim subtraí-lo inteiramente às formas poéticas do discurso religioso, mesmo ao preço de uma ruptura entre a ciência de Deus e a hermenêutica bíblica.

Contudo, o problema é singularmente mais complexo que o da diversidade regulada das categorias do ser em Aristóteles. Ele concerne à possibilidade de falar racionalmente do Deus criador da tradição judeu-cristã. A aposta é poder estender à questão dos nomes divinos a problemática da analogia suscitada pela equivocidade da noção de ser.

O novo uso do conceito de analogia poderia parecer justificado pelo paralelismo das situações iniciais de discurso. De parte a parte, com efeito, o problema é abrir uma via média entre duas impossibilidades. Para Aristóteles, posto diante do problema da unidade das

36. Kant, *Crítica da razão pura*, Dialética transcendental, Livro II, capítulo III, sétima seção, A 632, trad. fr. Tremesaygues e Pacaud, p. 447. — Heidegger, *Was ist Metaphysik?*, Vorwort zu 1949, 9ª ed., Frankfurt, Klostermann, 1965, pp. 19-20; trad. fr., *Questions*, I, Paris, Gallimard, 1968, p. 40. [ed. br.: Martin Heidegger, *Que é a metafísica?* Tradução de Ernildo Stein. São Paulo, Duas Cidades, 1969].

37. Entre os trabalhos mais recentes, leia-se Bernard Montagnes, *La Doctrine de l'analogie de l'être d'après saint Thomas d'Aquin*, Louvain/Paris, Nauwelaerts, 1963. O autor desdobra o leque de soluções sucessivamente ensaiadas por Tomás de Aquino (pp. 65-114) ao encontro do privilégio excessivo atribuído por Cajetano à analogia de proporcionalidade, a qual, segundo G. P. Klubertanz, *St. Thomas Aquinas on Analogy. A textual Analysis and Systematic Synthesis*, Chicago, 1960, apareceu apenas em um momento preciso da carreira de Tomás de Aquino para desaparecer em seguida; o livro IV das *Sentenças* e o *De Veritate* seriam os testemunhos desta fase da doutrina.

categorias do ser, a dificuldade era escapar à alternativa entre a unidade genérica do ser e a dissimilação pura e simples de suas significações; a referência a um termo primeiro propunha-se como solução intermédia. Ora, o discurso teológico reencontra uma alternativa semelhante: invocar um discurso comum a Deus e às criaturas seria arruinar a transcendência divina³⁸; assumir uma incomunicabilidade total das significações de um plano ao outro seria, em compensação, condenar-se ao agnosticismo mais completo³⁹. Parecia

38. Sobre as razões para recusar a atribuição unívoca: *Comentário ao Livro I das Sentenças*, Dist. XXXV, q. 1, art. 3 a 5: "... Nada é comum ao eterno e ao corruptível como o afirmam o comentador e mesmo o filósofo. A ciência de Deus é eterna, a nossa é corruptível, ela que nos acontece perder por esquecimento e que poderemos adquirir por ensino ou atenção. Portanto, ciência é aplicada a Deus e a nós de modo equívoco". Mais adiante: "Seu ser (*esse*) e sua natureza, em razão do que dizem certos filósofos, a saber, que ele é um ser (*ens*) não em uma essência (*essentia*), que ele sabe não por uma ciência, e assim sucessivamente, para que se compreenda que sua essência nada é senão seu ser (*esse*), e do mesmo modo para suas propriedades; por consequência, nada pode ser dito de Deus e das criaturas de modo unívoco". O *De Veritate* afirma, no mesmo sentido, que o *esse* é próprio a cada ser, que em Deus sua natureza é seu *esse*; portanto, que o termo *ens* não pode ser univocamente comum. O *De Potentia* insiste na diversidade e na não-uniformidade do ser.

39. Sobre as razões para descartar a atribuição equívoca: "Com efeito, neste caso, não se poderia, apoiando-se sobre as criaturas, conhecer algo de Deus, demonstrar nada sobre ele, pois sem cessar o sofisma chamado equívoco (*fallatia aequivocationis*) interviria no raciocínio, e isto tanto contra o filósofo que prova muitas coisas a respeito de Deus por meio da razão demonstrativa como contra o próprio apóstolo, que diz aos Romanos: "Com efeito, desde a criação do mundo, suas perfeições invisíveis são visíveis em suas obras". *Suma teológica*, I a, q. 13, art. 5. NT — *Epístola aos Romanos*, 1, 20. Vali-me da *Tradução Ecumênica da Bíblia* (TEB), São Paulo, Edições Loyola, 2ª ed., 1997. Há também uma versão em CD-ROM. São Paulo, Loyola Multimídia, 1997; *Suma de Teologia*. Tradução de Alexandre Corrêa. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes/Livraria Sulina Editora/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 2ª ed., 1980. Há também outra tradução da Primeira Parte da Segunda Parte da *Suma de Teologia*, Questões 90-97, que constituem alguns escritos políticos de Tomás de Aquino: *Escritos políticos*. Tradução de Francisco Benjamin de Souza Netto. Petrópolis, Vozes, 1997. Por fim, conferir a tradução da Primeira Parte, Questão 84 da *Suma de Teologia* efetuada por Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento, in *Phia* (Cadernos de Trabalho CEPAME), São Paulo, II (1): 12-27, março de 1993.

razoável estender à teologia o conceito de analogia, graças à invenção, posterior a Aristóteles, de uma terceira modalidade de atribuição, a atribuição análoga, a igual distância da atribuição unívoca e da atribuição equívoca⁴⁰. A doutrina da analogia do ser nasceu dessa ambição de envolver em uma única doutrina a relação horizontal das categorias à substância e a relação vertical das coisas criadas ao Criador. Esse projeto define a ontoteologia.

Não está em questão aqui retrair a história do conceito de *analogia entis*. Quer-se somente retomar o projeto semântico do trabalho de pensamento que se cristalizou no debate da escolástica e mostrar que tal projeto, no momento em que parece confinar-se ao dos enunciados metafóricos, principalmente por um retorno à participação de inspiração platônica e neoplatônica, cava um novo desvio entre discurso especulativo e discurso poético.

O que permanece notável, para nós que viemos depois da crítica kantiana desse tipo de ontologia, é a maneira pela qual o pensador se comporta em relação às dificuldades internas à sua própria solução. Por um lado, a solução aristotélica do problema categorial é retomada em suas grandes linhas⁴¹. Por outro, sua

40. A divisão dos predicados em unívocos, equívocos e análogos não vem de Aristóteles, mas do aristotelismo árabe, herdeiro da invenção da classe dos ambíguos (*amphibola*) por Alexandre de Afrodísia em seu Comentário de Aristóteles. Cf. H. A. Wolfson, "The Amphibolous Terms in Aristotle, Arabic Philosophy and Maimonides", in *Harvard Theological Review*, 31: 151-173, 1938.

41. Que Aristóteles fornece a trama fundamental da solução para a analogia é atestada por alguns textos propriamente filosóficos sobre a analogia que não concernem aos nomes divinos. É o caso do *De Principiis Naturae* e do *Comentário a Γ 2 da Metafísica* de Aristóteles. *De Principiis Naturae* introduz a questão da analogia pela questão de identidade dos princípios (matéria e forma) por meio da diversidade dos seres; a analogia é uma identidade distinta da identidade genérica que repousa sobre um tipo de *attributio* (termo emprestado ao comentário de Averróis da *Metafísica*), a *attributio* análoga, que repousa sobre *rationes* não totalmente diferentes, como é o caso na *attributio* equívoca (na qual um mesmo *nomen*, cão, corresponde a *rationes* diferentes, o animal e a constelação). Por sua vez, a *attributio* se regula pelos graus de unidade dos seres. Segue-se o célebre exemplo do predicado *sanum* que se diz analogicamente do sujeito (o homem), do signo (a urina), do meio (a poção), em razão de uma significação de base que é aqui o fim (saúde).

aplicação ao domínio teológico enfrenta tão grandes obstáculos que é o próprio conceito de analogia que deve ser incessantemente reelaborado e submetido a novas distinções nas quais se exprime o trabalho de pensamento cujo alcance nos interessa.

A principal fonte de todas as dificuldades deve-se à necessidade de sustentar a predicação analógica por uma ontologia da participação⁴².

Mas a significação de base pode ser a causa eficiente, como no exemplo do predicado *medicus*, que se diz primeiramente do agente (o médico), depois dos efeitos e dos meios. É a unidade da ordem do ser que regula a diversidade unificada dos modos de atribuição: o ser se diz primeiramente (*per prius*) da substância, depois a título derivado (*per posterius*) dos outros predicamentos. A ligação analógica dos princípios reflete desde então a dos seres. A conveniência é chamada *secundum analogiam, sive secundum proportionem*. Entre o idêntico e o heterogêneo situa-se a analogia. — O comentário da *Metafísica* de Aristóteles (in *XII Libros Metaphysicorum Liber IV*) tem o mesmo sentido: o tema *ens* se diz diversamente (*dicatur multipliciter*). Mas, se a mesma noção (*ratio eadem*) não reina na série das acepções do ser, “pode-se dizer que o ser é atribuído analogicamente, isto é, proporcionalmente (*illud dicitur ‘analogice praedicare’, idest proportionaliter*)”; com efeito, o ser é dito dos outros predicamentos “em relação a um único termo” (*per respectum ad unum*). Retornam então os exemplos de *sanus* e de *medicus*. E Tomás de Aquino afirma: “E, a propósito do que se acaba de dizer, pode-se também afirmar o ser (*ens*) de modo múltiplo. Entretanto, todo ser é dito desse modo em relação a um primeiro (*per respectum ad unum primum*)”. A persistência e a estabilidade da teoria propriamente transcendental proveniente de Aristóteles é atestada pela *Suma teológica*: “Sabemos que sempre, no que se refere aos nomes atribuídos por analogia a vários seres, é necessário que esses nomes sejam atribuídos na dependência de um primeiro termo e em relação a ele. E como a noção expressa pelo nome é a definição do que se nomeia, como o diz Aristóteles, é necessário que esse nome seja atribuído prioritariamente ao termo analogia que figura na definição dos outros, e secundariamente aos seguintes, ordenadamente, conforme se aproximem mais ou menos do primeiro” (I a, q. 13, art. 6).

42. H. Lytzens. *The Analogy between God and the World. An Investigation of its Background and Interpretation of its Use by Thomas of Aquino*, Uppsala, 1952. As 150 primeiras páginas são consagradas à história da analogia dos pré-socráticos a Alberto Magno; o autor demonstra a filiação autenticamente neoplatônica do tema da participação, sob o vocabulário aristotélico da analogia por referência a um primeiro. Mais recentemente, C. Fabro, *Partecipazione e causalità secondo S. Tommaso d'Aquino*, Torino, 1960 (trad. fr., Louvain, 1961), mostra que a analogia constitui somente a semântica da participação, a qual, em conjunção com a causalidade, concerne à realidade do ser subjacente aos conceitos pelos quais o ser é representado. No mesmo sentido, Montagnes: “A doutrina da analogia é composta da síntese de dois temas, um de origem aristotélica, ou da unidade da ordem por referência a um primeiro, o outro de proveniência platônica, o da participação” (*op. cit.*, p. 23).

Com efeito, a analogia se situa no nível dos nomes e dos predicados: é da ordem do conceptual. Mas sua condição de possibilidade está alhures, na comunicação do ser. A participação é o nome genérico atribuído ao conjunto de soluções dadas a esse problema. Participar é, de modo aproximativo, ter parcialmente o que outro possui ou é em plenitude. De onde a luta por um conceito adequado de analogia é subentendida como luta por um conceito adequado de participação⁴³. Mas a participação não assinalaria, então, o retorno da metafísica à poesia, por um recurso desonroso à metáfora, conforme o argumento que Aristóteles opunha ao platonismo?

Mas, precisamente, Tomás de Aquino não se deteve na solução mais próxima do exemplarismo platônico adotada no *Comentário ao Livro I das Sentenças*, ainda sob influência de Alberto Magno. Duas modalidades eram aí distinguidas: além da ordem de prioridade (*per prius et posterius*) que se encontra na série ser, potência e ato, ou na série ser, substância e acidente, é necessário conceber uma ordem de descendência (*a primo ente descendit*) e de imitação (*ens primum imitatur*), segundo a qual “um recebe do outro *esse et rationem*” (*Prólogo*, q. 1, art. 2). A *Distinctio XXXV* especifica (q. 1, art. 4): “Há outra analogia [além da ordem de prioridade] quando um termo imita outro tanto quanto pode, mas não o iguala perfeitamente, e encontra-se essa analogia entre Deus e as criaturas”. É necessário, certamente, compreender as razões deste recurso à causalidade exemplar, que permite fazer economia de um termo comum que precederia Deus e as criaturas: “Entre Deus e as criaturas não há similitude por meio de algo comum, mas por imitação, donde se diz que a criatura é semelhante a Deus, mas não o inverso, como diz o Pseudo-Dionísio”⁴⁴. A participação por semelhante deficiente não

43. Nesse campo, a grande referência é o livro de L. B. Geiger, *La Participation dans la philosophie de Saint Thomas d'Aquin*, Vrin, 2^e éd., 1953: “L'analogie est la logique, plus précisément une partie de la logique, de la participation (78)”.

44. Sobre a analogia no Pseudo-Dionísio, cf. Vl. Lossky, “Le rôle des analogies chez Denys le Pseudo-Aréopagite”, in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen*, 1930, pp. 279-309. M. D. Chenu nota: “A lenta maturação da doutrina da analogia do ser pode ser tomada aqui como critério. É um dos pontos nos quais se pode constatar a curiosa e fecunda interferência de Aristóteles e do Pseudo-Dionísio, que seria uma das primeiras observações do jovem Tomás de Aquino.

implica nenhuma forma comum desigualmente possuída: é o próprio Deus que comunica sua semelhança; a imagem diminuída assegura uma representação imperfeita e inadequada do exemplar divino, a meio caminho da confusão em uma mesma forma e da heterogeneidade radical. Mas o preço a pagar é a total disjunção entre atribuição dos nomes e atribuição categorial. O discurso teológico perde todo apoio no discurso categorial do ser.

Se Tomás de Aquino não se deteve nesta solução, foi por duas razões opostas que devem ser explicitadas sucessivamente: de uma parte, a semelhança direta ainda é uma relação demasiadamente próxima da univocidade; de outra, a causalidade exemplar, por seu caráter formal, deve ser subordinada à causalidade eficiente, a única que funda a comunicação de ser subjacente à atribuição analógica. A descoberta do ser como ato torna-se então o fundamento ontológico da teoria da analogia.

Mas Tomás de Aquino devia primeiramente ensaiar — à época do *De Veritate* — uma distinção entre dois tipos de analogia, suscetíveis de cair uma e outra no interior da *analogia* aristotélica. Essa distinção é a da *proportio* e da *proportionalitas*, emprestadas à tradução latina de Euclides, Livro V, definições 3 e 5⁴⁵. A *proportio* relaciona duas quantidades de mesma espécie, por uma relação direta de uma a outra, o valor de uma determinando o da outra (por exemplo, um número e seu dobro). Mas Tomás de Aquino não limita esse primeiro tipo de analogia à ordem das grandezas, não mais do que o fará com a *proportionalitas*. Ele estende a

Aristóteles, tão pouco explícito sobre as exigências do transcendente, fornecerá incensamente as coordenadas lógicas e metafísicas que lhe permitem estabelecer o estatuto conceitual (potência e ato), mas é o Pseudo-Dionísio que, a partir de agora, lhe impõe com clareza a existência”, *La Théologie au XII^e siècle*, Paris, Vrin, 1957, p. 313.

45. A escolástica proveniente de João de Santo Tomás e de Cajetano identificou pura e simplesmente a doutrina tomista da analogia à analogia de proporcionalidade; cf. particularmente M. T. L. Penido, *Le Rôle de l'analogie en théologie dogmatique*, 1931. O capítulo consagrado aos “Préliminaires philosophiques” não é, segundo Montagnes, senão “uma exposição do pensamento de Caetano e não do pensamento de Tomás de Aquino” (*op. cit.*, p. 11, nota 2).

proportio a toda relação que comporta uma “distância determinada” (*determinata distantia*) e uma ligação estrita (*determinata habitudo*); eis por que ele pode vincular à *proportio* a relação de referência a um termo primeiro, como no exemplo da saúde, e portanto a relação categorial dos acidentes com a substância. O essencial é que a relação seja direta e definida. A *proportionalitas*, em compensação, não comporta nenhuma relação direta entre dois termos, ela põe somente uma *similitudo proportionum*, uma semelhança de relações (por exemplo, 6 está para 3 como 4 está para 2). Mas, assim como a *proportio* não é somente matemática, a *proportionalitas* põe uma similitude de relação entre quaisquer termos, e dir-se-á então que o intelecto é para a alma o que a vista é para o corpo. Vê-se qual a vantagem para o discurso teológico. Entre o criado e Deus, com efeito, a distância é infinita: *finiti ad infinitum nulla est proportio*⁴⁶. Ora, a semelhança proporcional não institui nenhuma relação determinada entre o finito e o infinito, na medida em que é independente da distância. Ela não é, contudo, ausente de relação. Pode-se dizer ainda: o que o finito é para o finito, o infinito é para o infinito. Transcrevamos: a ciência divina é para Deus o que a ciência humana é para o criado⁴⁷.

Assim, a causalidade exemplar, na medida em que cai sob o conceito de *proportio*, implicava ainda uma relação demasiadamente direta e suprimia a distância infinita que separa os seres de Deus. Em compensação, a *proportionalitas* não faz justiça à comunicação de ser que a causalidade criadora leva a pensar. O for-

46. O adágio é do próprio Aristóteles (texto in Montagnes, *op. cit.*, p. 84, nota 34). A teologia recria assim uma situação de incomensurabilidade que não deixa de lembrar a que a geometria dos antigos teve de enfrentar. Como a *analogia* grega, a *proportionalitas* dos escolásticos torna “*proportionabilia*” termos não diretamente “*proportionata*” (*De Veritate*, q. 23, art. 7 ad 9, citado por Montagnes, *op. cit.*, p. 85, nota 36). NT — Em latim, no original: “do finito ao infinito não há nenhuma proporção”.

47. “No segundo modo de analogia não se atinge nenhuma relação determinada entre os termos aos quais alguma coisa é comum por analogia; por consequência, nada impede que, segundo este modo, um nome seja analogicamente afirmado de Deus e da criatura” (*De Veritate*, q. 2, art. 11).

malismo da *proportionalitas* empobrece a rica e complexa rede que circula entre participação, causalidade e analogia.

A tarefa é imensa. É necessário conceber a relação de participação de tal modo que ela não implique nenhum termo anterior, logo nenhuma atribuição unívoca de perfeição a Deus nem às criaturas. É necessário, além disso, dar à *proportio creaturae*, que sempre existe entre o efeito e sua causa, um sentido tal que ele seja compatível com a desproporção do finito e do infinito⁴⁸. É necessário, enfim, conceber a distância do finito ao infinito como simples dessemelhança, sem misturar a essa idéia, a única essencial, a de uma exterioridade espacial, que é, aliás, excluída pela própria imanência da causalidade divina⁴⁹.

É para satisfazer a todas essas exigências que nas obras posteriores ao *De Veritate*, e principalmente nas duas *Sumas*, o ser é concebido menos como forma que como ato, no sentido de *actus essendi*. A causalidade não é mais então a semelhança da cópia ao modelo, mas a comunicação de um ato, o ato sendo a um só tempo o que o efeito tem em comum com a causa e isto pelo que ele não se identifica com ela⁵⁰.

É a causalidade criadora que estabelece entre os seres e Deus a ligação de participação que torna ontologicamente possível a relação de analogia.

48. Cf. texto in Montagnes, *op. cit.*, pp. 88-89.

49. "Por sua presença criadora, [Deus] não está afastado, mas totalmente próximo: *est in omnibus per essentia, inquantum adest omnibus ut causa essendi*"* (I a, q. 8, art. 3), Montagnes, *op. cit.*, p. 89.

50. L. de Raeymaeker, "L'Analogie de l'être dans la perspective d'une philosophie thomiste", in *L'Analogie, Revue Internationale de Philosophie*, 87: 89-106, 1969/1, ressalta fortemente a subordinação da teoria formal da analogia à teoria realista da causalidade e da participação: "É por uma participação concreta e segundo um modo individual que cada ser particular possui seu *esse* e tem lugar na perfeição das perfeições. É necessário concluir disso que o princípio de unidade do conjunto dos seres concretos e individuais só pode ser real também. Ele se situa no ponto de convergência das linhas de participação, ele é a fonte real donde surgem os seres particulares e do qual, em razão de sua participação, estes deixam de depender inteiramente" (p. 105). Ninguém mais que Étienne Gilson contribuiu para reconhecer o lugar cardeal do ser como ato no pensamento de Tomás de Aquino: *Le Thomisme*, Paris, Vrin, 6ª ed., 1965; *L'Être et l'Essence*, Paris, Vrin, 1948, pp. 78-120.

Mas qual analogia? As obras posteriores ao *De Veritate* propõem um novo tipo de cisão no interior do conceito de analogia, que não reconduz à distinção anterior ao *De Veritate*. Com efeito, o novo corte não passa entre a analogia horizontal que governa a seqüência das categorias e a analogia vertical que regula a hierarquia do divino e do criado. Ao contrário, opõe duas maneiras de ordenar uma diversidade, duas maneiras que se aplicam indiferentemente à analogia horizontal e à analogia vertical. A primeira analogia, lê-se no *De Potentia*, q. 7, art. 6, é a de duas coisas a uma terceira (*duorum ad tertium*); assim, quantidade e qualidade referem-se uma à outra referindo-se à substância. Não é desse modo que Deus e o criado referem-se ao ser. A segunda analogia é a de uma coisa a outra (*unius ad alterum*, ou ainda *ipsorum ad unum*). Assim, os acidentes referem-se imediatamente à substância. É desta maneira também que o ser criado se refere ao divino. A analogia vai diretamente do conjunto dos análogos secundários ao análogo principal, sem que nada que possa de novo erigir-se em gênero comum preceda a Deus. Ao mesmo tempo, esta relação é suscetível de ser orientada do mais eminente ao menos excelente, segundo uma ordem assimétrica de perfeição. Tal é o modo de comunidade intermediária entre a equivocidade e a univocidade⁵¹.

Assim se encontram de novo reunidos os dois usos da analogia, ao preço de uma última retificação de sua definição⁵².

51. "Tudo o que é dito em comum de Deus e da criatura é dito em razão da relação que a criatura mantém com Deus, seu princípio e sua causa, em quem preexistem excelentemente todas as perfeições daquilo que existe. E este tipo de comunidade nas denominações está entre o puro equivoco e o puro unívoco, pois, nas coisas ditas por analogia, não se encontra nenhuma noção comum, como no caso do unívoco, nem se parte de noções inteiramente diversas, como no caso do equivoco, mas o nome que é atribuído a vários significa diversas proporções, diversas relações com algo uno..." (*Suma teológica*, I a, q. 13, art. 5).

52. J. Vuillemin, *De la logique à la théologie*, consagra um parágrafo de seu primeiro estudo sobre a analogia a "alguns desdobramentos da noção de analogia em Tomás de Aquino" (pp. 22-31). Ele procura pôr em único quadro as distinções que, segundo os autores citados acima, se substituíram mais propriamente uns aos outros, a saber, a distinção das *Sentenças* entre analogia segundo a *intentio* somente, segundo o *esse* e segundo a *intentio et esse*, a do *De Veritate* que opõe analogia de proporcionalidade e analogia de proporção e, enfim, a da *Suma contra os Gentios*,

Mas o novo preço a pagar era mais pesado que nunca, na medida em que, mesmo onde o pensamento não se satisfazia mais com a relação demasiadamente formal de *proportionalitas* — tornada ela mesma problemática por sua extrapolação para fora do domínio matemático —, ele era forçado a sustentar a diversidade dos nomes e dos conceitos em um princípio de ordem inerente ao próprio ser e referir para a própria causalidade eficiente a síntese de unidade e de diversidade exigida pelo discurso. Em suma, era necessário pensar a própria causalidade como analógica⁵³. Se, com efeito, podemos nomear Deus a partir da criatura, é “em razão da relação que a criatura mantém com Deus, seu princípio e sua causa, em quem preexistem excelentemente todas as perfeições daquilo que existe” (*Suma teológica*, I a, q. 13, art. 5). Eis aí a distinção entre univocidade, equivocidade e analogia transferida do plano das significações ao

que opõe a relação extrínseca de dois termos a um terceiro e a relação interna de subordinação de um termo a outro. Esta sistematização tem a vantagem de fazer justiça a todas as distinções de modo sincrônico. Seu maior inconveniente é deslocar a analogia de proporcionalidade, que se torna simplesmente “o elemento da retórica e da poética” (p. 33), na medida em que ela “é, de fato, metáfora e equívoco” (p. 32), a fim de reservar à analogia de um termo a outro o domínio da metafísica geral e da metafísica especial ou teologia (p. 33). É esquecer que a analogia de proporcionalidade, além de seu parentesco com a metáfora proporcional, foi a tempo chamada a ocupar o mesmo lugar e a desempenhar o mesmo papel da subordinação íntima e direta de um termo a outro, quando ela se exerce entre o finito e o infinito. NT — *Suma contra os Gentios*. Volume 1. Tradução de Odilão Moura e Ludgero Jaspers. Revisão de Luís Alberto de Boni. Porto Alegre/Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes/Livraria Sulina Editora/Universidade de Caxias do Sul, 1990; Volume 2. Tradução de Odilão Moura e Ludgero Jaspers. Revisão de Luís Alberto de Boni. Porto Alegre, Edipucrs/Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1996.

53. Sobre *agens univocum* e *agens æquivocum*, cf. *De Potentia*, q. 7, art. 6 a 7; I a, q. 13, art. 5 a 1 acentua igualmente a anterioridade do agente equívoco sobre o agente unívoco: “... *Unde oportet primum agens esse æquivocum*”. Tomás de Aquino distingue dois agentes ou duas causalidades no mundo sublunar. De um lado, há o agente unívoco ou causa unívoca, que é a causa próxima, por exemplo o fogo apenas produz fogo; de outro, há o agente equívoco ou causa equívoca, que é a causa remota, por exemplo o sol, que produz fogo e é a condição da vida no mundo sublunar. O agente equívoco é mais importante do ponto de vista da causalidade no mundo sublunar.

da eficiência. Se a causalidade fosse única, ela só geraria o mesmo; se fosse puramente equívoca, o efeito cessaria de ser semelhante a seu agente. A causa mais heterogênea deve permanecer como causa análoga. É esta estrutura do real que, em última análise, impede a linguagem de desarticular-se inteiramente. A similitude da causalidade resiste à dispersão das classes lógicas que, no limite, forçaria ao silêncio. No jogo do Dizer e do Ser, quando o Dizer está a ponto de sucumbir ao silêncio, sob o peso da heterogeneidade do ser e dos seres, o próprio Ser relança o Dizer, em virtude das continuidades subterrâneas que conferem ao Dizer uma extensão analógica de suas significações. Mas, no mesmo lance, analogia e participação são postas em uma relação de espelho, a unidade conceitual e a unidade real respondem-se exatamente⁵⁴.

É esse círculo da analogia e da participação que deveria ceder sob o peso da crítica. Não que jamais tenha sido desmentido o projeto semântico que animara a investigação de um conceito sempre mais adequado da analogia. É no nível físico, no preciso ponto em que a causa equívoca presta socorro ao discurso analógico, que a relação circular é rompida, sob os golpes conjugados da física galileana e da crítica humeana. Após essa ruptura, da qual a dialética kantiana extrai todas as conseqüências, a unidade conceitual capaz de envolver a diversidade ordenada das significações do ser ainda deve ser pensada.

Ao menos a batalha por um conceito sempre mais adequado de análise permanece exemplar em um ponto: sua recusa a todo compromisso com o discurso poético. Essa recusa se exprime pelo cuidado em sempre assinalar a diferença entre a analogia e a metáfora. Vejo nesse cuidado o traço que distingue o projeto semântico do discurso especulativo.

O recurso à participação não implicaria, contudo, um retorno à metáfora? O texto do *De Potentia*, q. 7, art. 6 ad 7, evocado acima,

54. “Desde então, a estrutura da analogia e a da participação são rigorosamente paralelas e se correspondem como o aspecto conceitual e o aspecto real da unidade”, Montagnes, *op. cit.*, p. 114.

não diz “que a própria forma participada na criatura é inferior à sua *ratio* que é Deus, como o calor do fogo é inferior ao calor do sol pelo qual ele engendra o calor”?

E a *Suma* não diz (I a, q. 13, art. 5) “Assim como o sol, por sua única e simples virtude, gera aqui embaixo formas de existência variadas e múltiplas, da mesma maneira... as perfeições de todas as coisas que se encontram nas criaturas, divididas e multi-formes, preexistem em Deus na unidade e na simplicidade”.

Ah! o sol!, oh! o fogo!, o heliotropo em que se denuncia todo tropo por semelhança não está longe!⁵⁵

Ora, é precisamente no lugar da maior proximidade que a linha é traçada mais firmemente entre a analogia e a metáfora. Quando, com efeito, a analogia é mais próxima da metáfora? Quando é definida como proporcionalidade. Esta, por sua vez, “acontece de duas maneiras” (*dupliciter contingit*) (*De Veritate*, q. 2, art. 11). De um lado, a atribuição é apenas simbólica, de outro, ela é propriamente transcendental. Na atribuição simbólica (*quae symbolice de Deo dicuntur*⁵⁶), Deus é chamado leão, sol etc.; nessas expressões “o nome traz algo de sua significação principal” e, com ela, uma “matéria”, que não pode ser atribuída a Deus. Em compensação, apenas os transcendentais tais quais ser, bom, verdadeiro permitem uma definição sem “defeito”, isto é, independente da matéria quanto a seu ser. Assim, na época da analogia de proporcionalidade, a atribuição analógica não é apenas oposta à atribuição unívoca, isto é, genérica; ela introduz além disso dois cortes no interior do campo analógico: do lado da relação de proporção, embora preserve alguma coisa em comum que poderia preceder e envolver Deus e as criaturas, e do lado do simbolismo que importa algo do significado principal para o nome atribuído a Deus. Tal é o ascetismo da denominação que demanda a exclusão da poesia.

55. Sobre a insistência da metáfora solar e do heliotropo segundo J. Derrida, cf. § seguinte.

56. Em latim, no original: “Que são ditas de Deus simbolicamente” (n. do T.).

Este purismo da analogia não se curva quando a comunicação do ato de ser vem a restaurar a continuidade ontológica que a relação de proporcionalidade ameaçava destruir. A questão da metáfora é abordada frontalmente na *Suma teológica* (I a, q. 13, art. 6) a pretexto da questão: “Os mesmos nomes devem ser atribuídos prioritariamente à criatura em vez de a Deus?” A resposta distingue duas ordens de prioridade, uma prioridade segundo a própria coisa, que parte do que é primeiro em si, isto é, Deus, e uma prioridade segundo a significação, que parte do que nos é mais conhecido, isto é, as criaturas. A analogia propriamente dita se regula sobre o primeiro tipo de prioridade; a metáfora, sobre o segundo: “Todos os nomes atribuídos por metáfora pertencem prioritariamente às criaturas, pois, aplicados a Deus, esses nomes não significam senão uma semelhança com esta ou com aquela criatura”. A metáfora, com efeito, repousa sobre “a similitude da proporção”, sua estrutura é a mesma no discurso poético e no discurso bíblico. Os exemplos dados o provam: chamar um prado “risonho”, Deus um “leão”, é recorrer ao mesmo tipo de transposição: o prado é agradável quando floresce, como um homem quando ri. Do mesmo modo, “Deus age com força em suas obras, como o leão nas suas”. Nos dois casos, a significação dos nomes procede do domínio de empréstimo. Em compensação, o nome é dito por prioridade de Deus, não da criatura, quando se trata de nomes que visam a sua essência: bondade, sabedoria. O corte não ocorre entre a poesia e a linguagem bíblica, mas entre esses dois modos de discurso tomados em conjunto e o discurso teológico. Neste último, a ordem da coisa o conduz à ordem das significações⁵⁷.

57. “Donde se deve concluir que, se temos a coisa significada pelo nome, cada nome é dito prioritariamente de Deus, não da criatura, pois é de Deus que derivam para as criaturas as perfeições que nomeamos. Mas, se se trata da origem do nome, é às criaturas que todos os nomes se atribuem primeiramente, pois são elas que vêm em primeiro lugar ao nosso conhecimento: também a maneira como os nomes significam é emprestada das criaturas, como foi dito”, I a, q. 13, art. 6, conclusão.

Produz-se assim um entrecruzamento de duas modalidades predicativas que ilustra em um ponto particular, o da prescrição dos nomes divinos, a composição da razão aristotélica com o *intellectus fidei* na doutrina de Tomás de Aquino⁵⁸.

Esse entrecruzamento de duas modalidades de transferência, segundo a ordem descendente do ser e segundo a ordem ascendente das significações, explica que se constituam modalidades *mistas* de

58. M.-D. Chenu, *La Théologie comme science au XIII^e siècle*, Paris, Vrin, 1957. O autor mostra como o conflito da exegese, arte da *lectio*, e da teologia, que aspira ao estatuto de ciência regulada pela ordem das *quaestiones*, atenua-se em Tomás de Aquino em uma harmonia superior, sem justaposição nem confusão, mas por quase-subalternação (pp. 67-92). O *Comentário das Sentenças* deixa ainda o *modus symbolicus* da exegese e o *modus argumentativus* da teologia exteriores um ao outro. Ora, nota Chenu, “o método denominado por três sinônimos — *metaphorica*, *symbolica*, *parabolica* — cobre o conteúdo, extremamente amplo na Escritura, das formas de expressão não-conceituais... Tomás de Aquino funda tal método sobre o princípio de acomodação da palavra de Deus à natureza racional do homem ao qual é dirigida esta palavra: o homem não conhece a verdade inteligível senão por meio das realidades sensíveis” (p. 43). Mesmo quando a inteligência da fé e o conhecimento fundado sobre os princípios estiverem mais bem integrados na “razão teológica” (p. 8), conforme uma continuidade orgânica, há de permanecer um desvio entre hermenêutica e ciência teológica. É testemunha disso o lugar da metáfora na hermenêutica. A metáfora não apenas resulta da hermenêutica pelo lugar que ela ocupa na teoria dos quatro sentidos da Escritura, mas ainda faz parte, com as parábolas e as diversas expressões figuradas, do sentido literal ou histórico, distinguido globalmente do triplo sentido espiritual (*Quodlibet* VII, q. 6, *Suma teológica*, I a, q. 10); o sentido literal liga-se às coisas significadas pelas palavras, enquanto, no sentido espiritual, as coisas significadas no primeiro grau tornam-se, por sua vez, signos de outras coisas (assim a Lei do Antigo Testamento é figura da Lei do Novo). Neste ponto, cf. H. de Lubac, *Exégèse médiévale*, Paris, Aubier, 1964, segunda parte, II, pp. 285-302. É verdade que o sentido literal tem uma grande extensão, isto é, uma pluralidade de acepções, enquanto significação primeira oposta à significação segunda e enquanto sentido visado pelo autor; assim a locução “braço de Deus” resulta ainda do sentido literal, mas o que ela atribui a Deus não são membros corporais, e sim “aquilo que é significado pelo membro, isto é, a virtude operativa”, I a II ae, q. 102, art. 2 ad 1 (citado de Lubac, *op. cit.*, p. 277, nota 7). H. de Lubac concede: “A linguagem corrente, mesmo na Igreja, ainda não reteve inteiramente, aliás, a sugestão do doutor angélico, na medida em que hoje, bem ao contrário, fala-se constantemente de alegoria a propósito do que ele nomeava, por oposição à alegoria, sentido parabólico ou metafórico” (*ibid.*, p. 278).

discurso, nas quais a metáfora proporcional e a analogia transcendental vêm a acumular seus efeitos de sentido. Graças a esse quiasma, o especulativo verticaliza a metáfora, enquanto o poético dá um revestimento icônico à analogia especulativa. Este entrelaçamento é particularmente perceptível todas as vezes que Tomás de Aquino enuncia a relação de eminência que é a um só tempo pensada segundo a analogia e expressa segundo a metáfora⁵⁹. Esta troca constitui um novo caso de intersecção entre várias esferas de discurso. Não é de espantar que a palavra e a significação de palavras se encontrem no ponto de intersecção. Assim como, com efeito, o processo metafórico se “focaliza” sobre a palavra, a ponto de dar a impressão de que a transferência de sentido só afeta a significação dos nomes, assim também é num caráter de significação da palavra que se focaliza o jogo cruzado da analogia e da metáfora. Dessa maneira, a palavra “sábio” pode ser aplicada analogicamente a Deus, ainda que ela não seja dita de modo unívoco de Deus e dos homens, porquanto a significação apresenta características diferentes nos dois usos. No homem, a sabedoria é uma perfeição “distinta” de toda outra, ela “circunscreve” (*circumscribit*) e “compreende” (*comprehendit*) a coisa significada. Em Deus, a sabedoria é a mesma coisa que sua essência, sua potência, seu ser; portanto o termo não circunscreve nada, mas deixa a coisa significada “como não-compreendida (*ut incomprehensam*) e em excesso em relação à significação do nome (*excedentem nominis significationem*)”. Por esse excesso de significação, os predicados atribuídos a Deus guardam seu poder de significar, sem introduzir qualquer distinção em Deus. Portanto, é a *res*

59. “É impossível que algo seja atribuído a Deus e às criaturas em um sentido unívoco. Pois todo efeito que não se iguale à virtude de sua causa agente apresenta, sem dúvida, a semelhança do agente, mas não de modo a realizar a mesma noção objetiva (*rationem*); ele está em relação ao agente numa relação de privação, e a privação consiste nisto: que aquilo que é, no efeito, dividido e múltiplo, encontra-se, na causa, simples e uniforme. Assim o sol, por sua única e simples virtude, engendra aqui embaixo formas de existência variadas e múltiplas. Da mesma maneira, como se disse acima, as perfeições de todas as coisas que se encontram, nas criaturas, divididas e múltiplas, preexistem em Deus na unidade e na simplicidade”, I a, q. 13, art. 5, conclusão.

significata que é em excesso em relação à *nominis significatio*⁶⁰. Essa explosão do nome e da significação do nome corresponde à extensão de sentido pela qual, no enunciado metafórico, as palavras satisfazem à atribuição insólita. Assim, pode-se falar de um efeito de sentido metafórico na analogia. Mas, se é verdade que esse efeito tem sua origem na própria operação predicativa, é no nível desta última que analogia e metáfora se distinguem e se entrecruzam. Uma repousa sobre a predicação de termos transcendentais, a outra sobre a predicação de significações que trazem consigo seu conteúdo material.

Tal é o admirável trabalho de pensamento pelo qual foi preservada a diferença entre o discurso especulativo e o discurso poético no lugar de sua maior proximidade.

3. Meta-fórica e meta-física

A querela da *analogia entis* não esgota as possibilidades de troca entre discurso especulativo e discurso poético. A discussão, com efeito, não pôs em jogo as intenções semânticas de um e outro discurso suscetíveis de ser assumidos reflexivamente, como o testemunha o termo de intenção ou objetivo semântico, emprestado à fenomenologia husserliana. É justamente por uma consciência que acredita “justificar-se-a-si-mesma”, “fundar-se-por-último” e, assim, ter-se como “inteiramente responsável por si”, que as razões invocadas pelo pensamento consciente de si mesmo são equivalentes a seus motivos reais⁶¹.

Ora, apareceu, principalmente com Nietzsche, uma maneira “genealógica” de interrogar os filósofos, que não se limita a recolher suas intenções declaradas, mas as submete à suspeita e as interpela

de suas razões a seus motivos e a seus interesses. Entre filosofia e metáfora, uma implicação de um gênero totalmente outro vem à luz e as encadeia no nível de suas pressuposições camufladas, mais que no de suas intenções declaradas⁶². Não é somente a ordem dos termos que é invertida, a filosofia precedendo a metáfora; reverte-se o modo de implicação, o impensado da filosofia antecipando-se sobre o não-dito da metáfora.

Evoquei, desde a introdução, o famoso adágio de Heidegger: “O metafórico só existe no interior da metafísica”. Esse adágio sustenta que a trans-gressão da meta-fora e a da meta-física não seriam senão uma única e mesma transferência. Várias coisas são assim afirmadas: por um lado, que a ontologia implícita em toda a tradição retórica é a da “metafísica” ocidental de tipo platônico, na qual a alma se transporta do lugar visível para o lugar invisível; por outro, que meta-fórico quer dizer transporte do sentido próprio para o sentido figurado, e, enfim, que um e outro transporte são uma única e mesma *Über-tragung*.

Como se chega a essas asserções?

No próprio Heidegger, o contexto limita consideravelmente o alcance desse ataque contra a metáfora, a ponto de se poder pensar que o uso constante que Heidegger faz da metáfora tem mais importância que o que ele diz incidentalmente contra ela.

No primeiro texto em que ele faz menção expressa à metáfora — a lição VI do *Princípio de razão*⁶³ —, o contexto é duplo. O primeiro contexto é constituído pelo quadro da discussão que brota da análise anterior do “princípio de razão”, presente na obra *Sobre a essência do fundamento*⁶⁴. Heidegger afirma que se pode ver

60. Tomás de Aquino, *ibid*.

61. E. Husserl, “Nachwort zu den ‘Ideen I’”, in *Husserliana*, V, pp. 138-162; tr. fr., “Postface à mes Idées directrices pour une phénoménologie pure”, in *Revue de Métaphysique et de Morale*, pp. 369-398, 1957.

62. F. Nietzsche, *Rhétorique et Langage*. Textes traduits, présentés et annotés por Ph. Lacoue-Labarthe et J.-L. Nancy, in *Poétique*, Paris, Éd. du Seuil, 1971, pp. 99-142. Sarah Kofman, *Nietzsche et la Métaphore*, Paris, Payot, 1972.

63. M. Heidegger, *Der Satz vom Grund*, Pfulingen, Neske, 1957, pp. 77-90; tr. fr., *Le Principe de raison*, Paris, Gallimard, 1962, pp. 112-128.

64. NT — *Sobre a essência do fundamento*. Tradução e notas de Ernildo Stein. São Paulo, Nova Cultural, 4ª ed., 1989 (Os Pensadores).

(*sehen*) uma situação claramente e, contudo, não *apreender* (*erblicken*) o que está em jogo: “Vemos muito e apreendemos pouco” (p. 121). É o caso com o princípio “nada é sem razão”. A vista (*Sicht*) não está à altura da penetração do olhar (*Einblick*). Ora, aproximar-se do que é apreensível é escutar (*hören*) mais distintamente e conservar no ouvido (*im Gehör behalten*) certa acentuação (*Betonung*) determinante (p. 122). Esta acentuação não faz perceber uma harmonia (*Einklang*) entre “é” e “razão”, entre *est* e *ratio*. Tal é então a tarefa: “O pensamento de apreender com o olhar aquilo que se ouve... o pensamento é uma apreensão-pelo-ouvido, que apreende pelo olhar” (p. 123). Dito de outro modo: “Pensar é escutar e ver” (*ibid.*).

O primeiro contexto é constituído pela rede dos termos ver, ouvir, pensar, harmonia, que sustém o pensamento que medita sobre a ligação entre *ist* e *Grund* na formulação do Princípio de razão.

Um segundo contexto se constitui pela introdução de uma interpretação em forma de objeção (“Mas nós temos pressa em declarar...”). Alguém diz: “Se pensar quer dizer escutar e ver, isto poder ser apenas (*nur*) em um sentido figurado (*übertragenen*)...” (p. 123). Com efeito, na discussão precedente, “o ouvido e a vista sensíveis [foram] transpostos (*hinübergenommen*) e retomados no domínio da percepção não-sensível, isto é, do pensamento. Tal transferência se diz em grego μεταφerein. Essa transposição é, em linguagem erudita, uma metáfora” (*ibid.*). Tal é, portanto, a objeção: “É apenas em um sentido metafórico, figurado, que o pensamento pode (*darf*) ser designado como uma escuta e uma apreensão pela escuta, uma vista e uma apreensão pela vista” (*ibid.*). Mas, pergunta Heidegger, quem pronuncia esse “pode”? Aquele para quem escutar e ver no sentido próprio (*eigentlich*) pertencem ao ouvido e ao olho. A quem o filósofo responde que não há primeiramente um ver e um escutar sensíveis, que seriam em seguida transpostos ao plano não-sensível. Nosso escutar e nosso ver jamais são uma simples recepção pelos sentidos. Desde então, quando se chama o pensamento uma escuta e um olhar, não se quer dizer apenas enquanto (*nur als*)

metáfora, “a saber (*nämlich als*), uma transposição para o não-sensível do pretenso (*vermeintlich*) sensível” (p. 126).

Nesse duplo contexto é posta a equivalência das duas transferências: transferência metafísica do sensível ao não-sensível, transferência metafórica do próprio ao figurado. A primeira é determinante (*massgebend*) para o pensamento ocidental, a segunda é “determinante para a maneira pela qual representamos o ser da linguagem” (*ibid.*). Aqui, um incidente para o qual retornaremos: “Eis por que a metáfora é freqüentemente utilizada como meio auxiliar na interpretação das obras poéticas ou, mais geralmente, artísticas” (*ibid.*). É então que surge o adágio: “O metafórico só existe no interior das fronteiras da metafísica” (*ibid.*).

O duplo contexto do adágio é importante: o primeiro não impõe apenas um tom de alusão e de digressão, mas um tipo de exemplo que limita de imediato o campo da discussão. De quais metáforas se trata? Quanto ao conteúdo, não se trata de modo algum de metáforas poéticas, mas de metáforas filosóficas. De imediato a filosofia, no lugar de ser posta diante de outro discurso que não o seu, de um discurso que funcione de modo diferente do seu, está em face de metáforas produzidas pelo próprio discurso filosófico. A esse respeito, o que Heidegger faz quando interpreta filosoficamente os poetas é mil vezes mais importante que o que ele diz polemicamente, não contra a metáfora, mas contra uma maneira de chamar metáforas certos enunciados de filosofia.

O segundo contexto enfraquece mais ainda o eventual alcance de uma declaração à primeira vista impressionante. É um crítico que fala: a metáfora, para ele, não apenas não é um poema em miniatura, como permanece uma simples transposição do sentido de palavras isoladas: ver, escutar... É ainda o crítico que, por interpretar essas metáforas numa única palavra, introduz a dupla distinção do próprio e do figurado, do visível e do invisível. É ele, enfim, que estabelece a equivalência (*nämlich*) dos dois primeiros pares do termo. A partir daí, o metafórico torna-se “apenas” metafórico e, simultaneamente, a objeção torna-se uma restrição (*darf*). Portanto, é

justamente o crítico que é posto sob a égide do platonismo que Heidegger em seguida tem ocasião de denunciar.

Não tenho, de minha parte, nenhuma razão para reconhecer-me nesse crítico. A distinção, aplicada a palavras isoladas, do sentido próprio e do sentido figurado é uma velharia semântica que não se precisa suspender à metafísica para ser desmontada. Uma semântica melhor basta para destroná-la enquanto concepção “determinante” da metáfora. Quanto a seu uso na interpretação das obras poéticas ou artísticas, trata-se menos da própria enunciação metafórica que de um estilo muito particular de interpretação, a interpretação alegorizante, a qual, com efeito, se harmoniza com a distinção “metafísica” do sensível e do não-sensível.

Resta a afirmação de que a própria separação do sensível e do não-sensível é o “traço fundamental do que se chama ‘metafísica’ e que confere ao pensamento ocidental seus traços essenciais” (p. 126). Temo que um único golpe de força, impossível de justificar, deite a filosofia ocidental sobre esse leito de Procusto. Já demos a entender que uma ontologia diferente da metafísica do sensível e do não-sensível pode responder ao objetivo semântico de metáforas autenticamente poéticas. É ela que evocaremos com mais precisão no termo deste estudo.

De resto, o próprio Heidegger nos diz como estas “observações” (*Hinweise*) devem ser tomadas: “Elas gostariam de convidar-nos à prudência, para que não tomemos demasiado rapidamente por uma simples metáfora (*nur als Übertragung*) e para que não tratemos demasiado ligeiramente o que acaba de ser dito do pensamento como (*als*) de uma apreensão pelo ouvido e pela vista” (p. 126). Toda a nossa empreitada volta-se igualmente contra esta “simples metáfora”.

Ora, essa advertência explícita tem sua contrapartida positiva no emprego não-tematizado da metáfora nesse mesmo texto que comentamos. A verdadeira metáfora não é a “teoria erudita” da metáfora, mas a própria enunciação que o crítico reduziu à simples metáfora, a saber: “O pensamento olha escutando e escuta olhando” (p. 127). Falando assim, Heidegger produz um desvio em relação à lingua-

gem ordinária, identificada com o pensamento pela representação; este “salto” situa a linguagem, diz Jean Greisch, “sob o signo da denotação que conota a expressão *es gibt*. Entre o “há” e o *es gibt*, não há transição possível”⁶⁵. Não é esse desvio o da verdadeira metáfora?

Consideremos, com efeito, o que faz dessa enunciação uma metáfora. É, no nível de toda a enunciação, a harmonia (*Einklang*) entre *ist* e *Grund* no “nada é sem razão”. Essa harmonia é a mesma que é vista — escutada — pensada. Assim a harmonia da enunciação de primeiro nível — a do princípio de razão — é também a harmonia da enunciação de segundo nível, aquela que compreende o pensamento como (*als*) apreendido pelo ouvido e pela vista. Quanto a esta harmonia, ela não é uma consonância tranqüila; a lição V do *Princípio de razão* nos ensina primeiramente que ela nasce de uma discordância anterior⁶⁶. Dois enunciados, com efeito, procedem do princípio de razão. O enunciado racionalizante do pensamento representativo se enuncia assim: “Nada é sem porquê” (p. 102). O enunciado emprestado à poesia espiritual de Ângelo Silésio diz: “A Rosa é sem porquê, floresce porque sim. Não dá tento de si, não pergunta se a vêem” (p. 103⁶⁷). Nada é sem porquê. E, contudo, a rosa é sem porquê. É essa vacilação que, ao tornar o princípio de razão mais impenetrável, força a escutar (*hören*) o próprio princípio: “É necessário então estar atento a sua entonação (*Ton*), à maneira

65. J. Greisch, “Les mots et les roses. La Métaphore chez Martin Heidegger”, in *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, Vrin, 1973, p. 437.

66. *Der Satz vom Grund*, pp. 63-75; tr. fr., *Le Principe de raison*, “La Rose est sans pourquoi”, pp. 97-111.

67. Angelus Silesius, *O Peregrino Querubínico*. Organização e pesquisa de Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo, Edições Loyola, 1996; “Dois poetas barrocos alemães”, em tradução de Augusto de Campos, in *34 Letras*, “Dísticos d’O Peregrino Querubínico”. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, in *Discurso*, São Paulo, 11: 159-160, novembro de 1979. Vali-me da tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. Trata-se do Primeiro Livro, 289. Sem porquê (*Ohm warumb*) é um termo da mística medieval, particularmente do Mestre Eckhart e de Bernardo de Claraval, *Serm. in. Cant.*, “*Amo quia amo, amo ut amen*” (eu amo porque amo, amo por amar).

como ela é acentuada” (p. 75). O princípio, agora, ressoa com “duas acentuações (*Tonarten*) diferentes” (*ibid.*), uma que ressalta *nada* e *sem*, outra que ressalta *é* e *razão*. A segunda, privilegiada pela lição VI da qual partimos, exige, portanto, o contraste com a primeira acentuação, a do pensamento representativo.

É a mesma luta entre pensamento representativo e pensamento meditativo que, no *Unterwegs zur Sprache*⁶⁸, produz a verdadeira metáfora no próprio lugar em que se recusa a metáfora no sentido metafísico. O contexto, também aqui, importa. Heidegger procura subtrair-se da concepção de que o pensamento representativo se torna linguagem quando a trata como *Ausdruck*, “expressão”, isto é, exteriorização do interior, portanto dominação do fora pelo dentro, controle de uma instrumentalidade por uma subjetividade.

Para acompanhar o passo do filósofo fora desta representação, propõe-se uma palavra de Hölderlin que nomeia a linguagem *die Blume des Mundes* (p. 205). O poeta diz ainda *Worte, wie Blumen* (p. 206). O filósofo pode acolher essas expressões, porquanto ele próprio designou modos de dizer como *Mundarten*, modos de boca, idiomas, onde se cruzam terra, céu, mortais, deuses. Portanto, é toda uma rede que vibra e se põe em relação de intersignificações. A condenação surge, então, como idêntica à pronunciada no *Princípio de razão*: “Permaneceremos presos na metafísica caso tomemos como uma metáfora esta designação de Hölderlin na expressão *Worte, wie Blumen*”. Mais ainda, protestando contra a interpretação de Gottfried Blenn que reduz a *Wie* ao “como” da comparação, acusa-o de reduzir o verbo poético a uma peça “de herbário”, em uma coleção de “plantas dessecadas”. O que ocorre então com a verdadeira poesia? Aquela, diz Heidegger (p. 207), “que desperta a visão mais vasta”, que “faz remontar a palavra desde a sua origem”, que “faz aparecer o mundo”.

Ora, não é isto o que faz a metáfora viva?

68. M. Heidegger, *Unterwegs zur Sprache*, Pfullingen, Neske, 1959. Para uma discussão do conjunto das teses de Heidegger sobre a metáfora, cf. adiante § 5.

Mas a metáfora da “flor” aplicada à linguagem pode levar para a via de uma reflexão totalmente oposta, a mesma que a afirmação de Heidegger sobre a interpretação de Gottfried Benn circunda. A flor que desabrocha termina um dia no herbário, como o *uso* na *usura*.

Esta confissão conduz-nos da crítica restrita de Heidegger à “desconstrução” sem limites de Jacques Derrida na “*Mythologie blanche*”⁶⁹. Não é a entropia da linguagem, com efeito, o que uma filosofia da metáfora viva quer esquecer? Não seria mais à planta do herbário que se ligaria a “metafísica” que a uma interpretação alegorizante de metáforas já dadas na linguagem? Um pensamento mais subversivo que o de Heidegger não será aquele que levantar a suspeita universal mais aguda dirigida ao não-dito da própria metáfora? Ora, o não-dito da metáfora é a metáfora usada. Com ela a metaforicidade opera à nossa revelia, às nossas costas. A pretensão de manter a análise semântica em um tipo de neutralidade metafísica exprime apenas a ignorância do jogo simultâneo da metafísica inconfessada e da metáfora usada.

Podem-se distinguir duas afirmações no entrelace serrado da demonstração de J. Derrida. A primeira diz respeito à eficácia da metáfora usada no discurso filosófico; a segunda, à unidade profunda da transferência metafórica e da transferência analógica do ser visível ao ser invisível.

A primeira afirmação toma o caminho oposto de todo o nosso trabalho voltado para a descoberta da metáfora viva. O golpe de mestre, aqui, é entrar no metafórico não pela porta de nascimento, mas, ousar dizer, pela porta da morte. O conceito de usura⁷⁰ implica

69. J. Derrida, “*Mythologie blanche* (la métaphore dans le texte philosophique)”, in *Poétique*, 5: 1-52, 1971, reproduzido in *Marges de la philosophie*, Paris, Éd. de Minuit, 1972, pp. 247-324.

70. “Interessar-se-á em primeiro lugar por certa usura da força metafórica na troca filosófica. A usura não adviria a uma energia trópica destinada a permanecer, aliás, intacta, mas constituiria, ao contrário, a própria história e a estrutura da metáfora filosófica” (p. 1). “Também seria necessário propor à interpretação esse valor de *usura*. Ela parece ter uma ligação sistemática com a perspectiva metafórica. Será encontrada em qualquer lugar em que o tema da metáfora seja privilegiado” (p. 6). E mais adiante: “Este traço — o conceito de usura — não pertence, sem dúvida, a uma configuração histórico-teórica estreita, mas mais seguramente ao próprio conceito de metáfora e à longa sequência metafísica que ele determina ou que o determina” (p. 6).

algo diferente do conceito de abuso que vimos oposto ao de uso pelos autores anglo-saxões. Ele traz sua própria metaforicidade, o que não é de estranhar em uma concepção que se dedica precisamente a mostrar a metaforicidade sem limite da metáfora. Em sua supradeterminação, o conceito conduz, antes de tudo, a metáfora geológica da sedimentação, da erosão, do apagamento por desgaste, à qual se reúne a metáfora numismática do relevo abolido da medalha ou da moeda; e esta metáfora evoca, por seu turno, a ligação, várias vezes percebida, por Saussure entre outros, entre valor lingüístico e valor monetário, aproximação que induz à suspeita de que a usura das coisas usuradas⁷¹ e usadas é também a usura dos usurários. No mesmo lance, o instrutivo paralelismo entre valor lingüístico e valor econômico pode ser conduzido até o ponto em que sentido *próprio* e *propriedade* repentinamente revelam ser parentes no mesmo campo semântico. Seguindo a mesma linha de assonância, suspeitar-se-á que a metáfora pode ser a “mais-valia lingüística” (p. 2) funcionando nas costas dos locutores, do mesmo modo que, na esfera do econômico, o produto do trabalho humano torna-se simultaneamente incognoscível e transcendente na mais-valia econômica e no fetichismo da mercadoria.

Como se vê, a reconstituição dessa rede excede os recursos de uma semântica histórica e diacrônica, assim como os da lexicografia e da etimologia. Ela resulta de um “discurso sobre a figura” (p. 6) que governaria os efeitos econômicos e os efeitos de linguagem. Uma simples inspeção do discurso segundo sua intenção explícita, uma simples interpretação pelo jogo da pergunta e da resposta não bastam mais. À desconstrução heideggeriana deve doravante acrescentar-se a genealogia nietzschiana, a psicanálise freudiana, a crítica marxista da ideologia, isto é, as armas da hermenêutica da suspeita. Assim armada, a crítica está à altura de desmascarar a conjunção *impensada* da metafísica *dissimulada* e da metáfora *usada*.

Mas a eficácia da metáfora morta só toma seu sentido completo quando se estabelece a equação entre a *usura* que afeta a metáfora

71. NT — No original, *usagées*. Vali-me do verbo *usurar*, apesar de estar em desuso na língua portuguesa.

e o movimento de ascendência que constitui a formação do conceito. A usura da metáfora se dissimula na “superação” do conceito. Por “superação”, J. Derrida traduz com muita felicidade a *Aufhebung* hegeliana. Desde então, reviver a metáfora é desmascarar o conceito.

Derrida apóia-se aqui em um texto particularmente eloquente de Hegel na *Estética*⁷², que parte da confissão de que os conceitos filosóficos são antes de tudo significações sensíveis transpostas (*übertragen*) para a ordem do espiritual e de que a promoção de uma significação abstrata própria (*eigentlich*) é solidária do apagamento do metafórico na significação inicial e, portanto, do esquecimento dessa significação que, de própria, tornou-se imprópria. Ora, Hegel chama *Aufhebung* a essa “superação” da significação sensível e usada na significação espiritual tornada expressão própria. Lá onde Hegel vê uma inovação de sentido, Derrida vê somente a usura da metáfora e um movimento de idealização por dissimulação da origem metafórica: “... O movimento de metaforização (origem e depois apagamento da metáfora, passagem do sentido próprio sensível ao sentido próprio espiritual por meio do desvio das figuras) não é senão um movimento de idealização” (p. 15). Esse movimento de idealização, comum a Platão e a Hegel, põe em ação todas as oposições características da metafísica: natureza/espírito, natureza/história, natureza/liberdade, assim como sensível/espiritual, sensível/inteligível, sensível/sentido. Este sistema “descreve o espaço de possibilidade da metáfora, e o conceito de metáfora assim definido lhe pertence” (*ibid.*).

Entendamos bem que não se trata da gênese do conceito empírico, mas da gênese dos primeiros filosofemas, aqueles que articulam o campo da metafísica: *teoría*, *eidos*, *logos* etc. A tese se enuncia então assim: lá onde a metáfora se apaga, ergue-se o conceito metafísico. Reconhece-se aí o propósito de Nietzsche: “As verdades são ilusões que esquecemos que o são, metáforas que foram usadas e perderam sua força sensível, moedas que perderam

72. Hegel, *Estética*, § 3 (citado por J. Derrida, *op. cit.*, p. 14).

sua effigie e entram desde então em consideração não mais como moedas, mas como metal”⁷³. Donde o próprio título do ensaio, *Mythologie blanche*: “A metafísica apagou em si mesma a cena fabulosa que a produziu e que permanece, no entanto, ativa, turbulenta, inscrita com tinta branca, desenho invisível e oculto no palimpsesto” (p. 4).

Essa eficácia da metáfora usada, substituída assim pela produção do conceito que apaga seu traço, tem como consequência última que o próprio discurso sobre a metáfora é tomado como a metaforicidade universal do discurso filosófico. Pode-se falar, em relação a isso, de um paradoxo da auto-implicação da metáfora.

O paradoxo é este: não há discurso sobre a metáfora que não se diga em uma rede conceitual metaforicamente engendrada. Não há lugar não-metafórico donde se perceba a ordem e a clausura do campo metafórico. A metáfora se diz metaforicamente. Tanto a palavra “metáfora” como a palavra “figura” testemunham essa recorência da metáfora. A teoria da metáfora reenvia circularmente à metáfora da teoria, a qual determina a verdade do ser em termos de presença. Desde então, não pode haver princípio de delimitação da metáfora, não há definição cujo definidor não contenha o definido; a metaforicidade é absolutamente não-controlável. O projeto de decifrar a figura no texto filosófico destrói-se a si mesmo, é necessário antes “reconhecer em seu princípio a *condição de impossibilidade* de tal projeto” (p. 9). O parto dos primeiros filosofemas, sendo ele mesmo metafórico, “não se domina” (*ibid.*). Este estrato, segundo uma feliz expressão do autor, “esquiva-se sempre que um de seus produtos — aqui o conceito de metáfora — tenta em vão compreender sob sua lei a totalidade do campo ao qual pertence” (*ibid.*). Caso se conseguisse ordenar as figuras, uma metáfora ao menos escaparia: a metáfora da metáfora, a qual seria a “metáfora a mais” (p. 10). E conclui: “O campo jamais é saturado” (*ibid.*).

Esta tática desconcertante, como a compreendemos, é apenas um episódio em uma estratégia mais vasta de desconstrução que

73. F. Nietzsche, *Le Livre du philosophe*. Trad. fr. A. K. Marietti, Paris, Aubier-Flammarion, pp. 181-182 (citado por J. Derrida, *op. cit.*, pp. 7-8).

consiste, em todos os tempos e em todos os casos, em arruinar pela aporia o discurso metafísico. Assim, não se deve atribuir às “conclusões” do ensaio muito mais que um valor de baliza em uma obra que fomenta justamente outras manobras subversivas. Caso se recuse a autodestruição da metáfora pela assunção no conceito, isto é, na idéia presente a si mesma, permanece “a *outra* autodestruição” (p. 52), aquela que passaria pela ruína das oposições maiores, em primeiro lugar do semântico e do sintático, em seguida do figurado e do próprio, depois, pouco a pouco, as do sensível e do inteligível, da convenção e da natureza, em síntese, todas as oposições que instituem a metafísica como tal.

Retornamos assim, por uma crítica interna da metáfora usada, ao nível em que se situava a declaração de Heidegger: “O metafórico não existe senão no interior das fronteiras da metafísica”. Com efeito, a “superação” pela qual a metáfora usada se dissimula na figura do conceito não é um fato qualquer de linguagem; ela é o gesto filosófico por excelência que, em regime “metafísico”, visa ao invisível por meio do visível, o inteligível por meio do sensível, depois de os ter separado. Não há, portanto, senão uma “superação”, e a “superação” metafórica é também a “superação” metafísica.

Conforme esta segunda afirmação, a verdadeira metáfora é a vertical, ascendente, transcendente. Assim caracterizada, “metáfora parece envolver em sua totalidade o uso da língua filosófica, nada menos que o uso da língua natural no discurso filosófico, ou seja, a língua natural *como* língua filosófica” (p. 1).

Para compreender a força dessa afirmação, reportemo-nos a nossas próprias análises sobre o jogo da semelhança. Não é raro que esse jogo tenha sido relacionado à analogia, quer a analogia signifique mui particularmente proporcionalidade, como na *Poética* de Aristóteles, quer designe, menos tecnicamente, todo recurso à semelhança na “aproximação” de campos sêmicos “afastados”⁷⁴. A tese que consideramos agora torna a dizer que todo uso da analogia,

74. Cf. acima, Estudo VI, § 4.

aparentemente neutra ante a tradição “metafísica”, repousaria, sem o saber, em um conceito metafísico de analogia que designa o movimento de reenvio do visível ao invisível, e a “iconicidade” primordial estaria contida aqui: o que, fundamentalmente, “produz imagem” seria o visível inteiro; sua semelhança com o invisível é que o constituiria como imagem; conseqüentemente, toda a primeira transposição seria a transferência do sentido da empiria para o “lugar inteligível”. Desde então, importa desmascarar, por um método que nada tem a ver com a gramática lógica de Max Black, essa metafísica da analogia até nos usos aparentemente mais inocentes da metáfora. Aliás a própria retórica clássica não deixa de comprometer-se: será por acaso que, sob a aparência de um exemplo, retorne regularmente a transferência do inanimado ao animado? Fontanier empenha-se em recorrer a essa dialética do inanimado e do animado para construir as espécies da metáfora, restabelecendo assim o paralelismo com os dois outros tropos de base (metonímia e sinédoque), cujas espécies procediam da análise lógica da relação de conexão e da relação de correlação. Com a metáfora, as espécies não são mais de ordem lógica, mas ontológica⁷⁵.

Desse modo, quer se fale do caráter metafórico da metafísica ou do caráter metafísico da metáfora, o que é necessário entender é o movimento único que conduz as palavras e as coisas para além de..., *meta*...

Essa direção privilegiada da metáfora metafísica explica a insistência de algumas metáforas-chave, que têm o privilégio de recolher e concentrar o movimento da “superação metafísica”. No primeiro plano dessas metáforas, o Sol.

O Sol é, pensar-se-á, um exemplo que simplesmente ilustra. Precisamente, ele é “o mais ilustre, o ilustrativo por excelência, o lustre mais natural que existe” (p. 28). Já em Aristóteles o Sol fornece uma metáfora bem insólita (*Poética*, 1457 b), na medida em que, para dizer sua potência de geração, falta uma palavra que a metáfo-

ra da sementeira completa. Para J. Derrida, está aí o sintoma de um traço decisivo; por sua insistência, o “movimento que faz girar o sol na metáfora” confirma ser aquele que “fazia voltar a metáfora filosófica para o sol” (p. 34). Por que, com efeito, a metáfora heliotrópica é singular? Porque ela fala do “paradigma do sensível e da metáfora: volta(-se) e esconde(-se) regularmente” (p. 35). É confessar que “o giro do sol terá sido sempre a trajetória da metáfora” (p. 35).

Vê-se a fantástica extrapolação: “Toda vez que há uma metáfora, há sem dúvida um sol em alguma parte, mas toda vez que há sol, a metáfora começou” (p. 36). A metáfora começou: pois que, com o sol, vêm as metáforas da luz, do olhar, do olho, figuras por excelência da idealização, do *eidos* platônico à *Idéia* hegeliana. Nesse sentido, “a metáfora ‘idealizante’ é constitutiva do filosofema em geral” (p. 38). Mais precisamente, como o atesta a filosofia cartesiana do *lumen naturale*, a luz visa metaforicamente ao significado da filosofia: “É a este significado maior da ontoteologia que sempre há de retornar o conteúdo da metáfora dominante: o círculo do heliotropo” (p. 48). À mesma rede de metáforas dominantes pertencem as metáforas do solo-fundamento e da casa-retorno, metáforas por excelência de reapropriação. Elas também significam a própria metaforicidade: a metáfora da casa é, com efeito, “uma metáfora da metáfora: expropriação, ser-fora-de-sua-casa, mas ainda em uma casa, fora de sua casa mas ainda em uma casa-sua na qual se encontra, se reconhece, se assemelha, fora de si em si. É a metáfora filosófica como desvio na (ou em vista da) reapropriação, a parúsia, a presença a si da idéia de sua luz. Percurso metafórico do *eidos* platônico à *Idéia* hegeliana” (p. 38).

Assim por sua estabilidade, sua perdurabilidade, as metáforas dominantes asseguram a unidade epocal da metafísica: “Presença que desaparece em sua própria irradiação, fonte escondida de luz, da verdade e do sentido, apagamento do rosto do ser, tal seria o *retorno* insistente daquilo que sujeita a metafísica à metáfora” (p. 49).

75. Cf. Estudo II, §§ 4 e 5.

No mesmo lance, o paradoxo da auto-implicação da metáfora deixa de aparecer como um paradoxo puramente formal; ele se exprime materialmente pela auto-implicação das metáforas dominantes da luz e da casa na qual a metafísica se significa a si mesma em sua metaforicidade primordial. Ao figurar a idealização e a apropriação, luz e morada figuram o processo de metaforização e instauram a recorrência da metáfora sobre si mesma.

As observações críticas que aqui proponho não podem, evidentemente, alcançar o programa inteiro da desconstrução e da disseminação, mas apenas a argumentação extraída da colusão da metáfora usada e do tema metafísico da analogia. Além disso, esta fase propriamente polêmica de meu argumento é inseparável do esclarecimento positivo da ontologia implicada pela teoria da metáfora desenvolvida no restante do presente estudo.

Examinarei em si mesma a tese de uma eficácia não dita da metáfora usada, e farei provisoriamente abstração da tese que identifica superação metafórica e superação metafísica. A hipótese de uma fecundidade específica da metáfora usada é fortemente contrabatida pela análise semântica exposta nos estudos anteriores. Essa análise inclina-nos a pensar que as metáforas mortas não são mais metáforas, mas que se juntam à significação literal para ampliar-lhe a polissemia. O critério de delimitação é claro: o sentido metafórico de uma palavra supõe o contraste de um sentido literal que, na posição de predicado, rompe a pertinência semântica. Em relação a isso o estudo da lexicalização da metáfora em Le Guern, por exemplo⁷⁶, contribui grandemente para dissipar o falso enigma da metáfora usada. Com a lexicalização desaparecem, com efeito, os traços que sustentam a função heurística da metáfora, pois o esquecimento do sentido usual arrasta o do desvio em relação à isotopia do contexto. Assim, somente o conhecimento da etimologia da palavra permite reconstituir no francês *tête* o latim *testa* — “pequeno pote” — e a metáfora popular da qual nossa palavra francesa deriva; em nosso uso atual, a metáfora está de tal

76. Le Guern, *op. cit.*, pp. 44-45, 82-89.

modo lexicalizada que se tornou a palavra própria, e com isso se quer dizer que ela traz ao discurso seu valor lexicalizado, sem desvio nem redução de desvio. O fenômeno é menos interessante do que parecia em princípio. Le Guern considera que a lexicalização “concerne apenas a um pequeno número de metáforas entre todas as criadas pela língua” (p. 82).

A eficácia da metáfora morta não pode ser exagerada, parece-me, senão nas concepções semióticas que impõem o primado da denominação, portanto da substituição de sentido, condenando assim a análise a passar ao largo dos verdadeiros problemas da metaforicidade, ligada, sabe-se, ao jogo da impertinência e da pertinência semânticas.

Mas se o problema da denominação é, deste modo, exagerado, sem dúvida é porque se atribui à oposição do figurado e do próprio uma significação metafísica que dissipa uma semântica mais precisa. Ataca-se, com efeito, a ilusão segundo a qual as palavras teriam em si mesmas um sentido próprio, isto é, primitivo, natural, originário (*etymon*). Ora, nada na análise anterior autoriza essa interpretação. Admitimos, certamente, que o emprego metafórico de uma palavra sempre pode ser oposto a seu emprego literal, porém literal não quer dizer próprio no sentido de originário, mas simplesmente corrente, “usual”⁷⁷; o sentido literal é aquele que está lexicalizado. Não há necessidade de uma metafísica do próprio para justificar a diferença do literal e do metafórico. Mais ainda, a distinção do literal e do metafórico existe apenas graças ao conflito de duas interpretações: uma, ao utilizar apenas valores já lexicalizados, sucumbe à impertinência semântica; a outra, ao instaurar uma nova pertinência semântica, exige da palavra uma torção que lhe desloca o sentido. Assim, uma melhor análise semântica do processo metafórico basta para dissipar a mística do “próprio”, sem que a metafórica sucumba com ela.

77. “Eu chamo nome corrente (*kyrion*) — diz Aristóteles — aquele do qual se serve cada um”, *Poética*, 1457 b. Quanto ao “próprio” (*idion*) em Aristóteles, mostramos que ele nada tem que ver com algum sentido primitivo (*etymon*). Estudo I, nota 25; veja-se igualmente a discussão da interpretação por Derrida da teoria aristotélica da metáfora, Estudo I, nota 23.

É verdade que a linguagem filosófica, em seu trabalho de denominação, parece contradizer o juízo do semântico concernente à raridade das metáforas lexicalizadas. A razão disso é simples: a criação de novas significações, ligada ao surgimento de uma nova maneira de questionar, põe a linguagem em estado de carência semântica, e é então que a metáfora lexicalizada intervém em uma função supletiva. Mas, como Fontanier o percebera perfeitamente, trata-se de um tropo “por necessidade e por extensão para suprir as palavras que faltam à língua para certas idéias...” (*Les figures du discours*, p. 90); em síntese, trata-se de uma *catacrese*, que tanto pode ser, aliás, metonímia ou sinédoque como metáfora⁷⁸. Quando se fala de metáfora em filosofia, é necessário distinguir inteiramente o caso, relativamente banal, de um uso “extensivo” das palavras da linguagem ordinária com o objetivo de responder a uma carência de denominação, do caso, singularmente mais interessante a meu ver, no qual o discurso filosófico recorre, de modo deliberado, à metáfora viva para extrair novas significações da impertinência semântica e para trazer à luz novos aspectos da realidade por ação da inovação semântica.

Resulta desta primeira discussão que uma meditação sobre a usura das metáforas é mais sedutora do que realmente subversiva. Se ela exerce sobre tantos espíritos uma real fascinação, é talvez em razão da perturbadora fecundidade do esquecimento que parece exprimir-se nela, mas também em virtude dos recursos de revivescência que parecem persistir nas mais extintas das expressões metafóricas. O semântico, aqui ainda, constitui um grande auxílio. Contrariamente ao que se diz muitas vezes, nota Le Guern, “a lexicalização só leva à desapareição total da imagem em condições particulares”⁷⁹ (*op. cit.*, p. 87). Nos

78. Sobre metáfora de invenção e metáfora forçada em Fontanier, cf. Estudo II, § 6.

79. Por exemplo, quando a coisa denominada pelo sentido próprio é muito mais rara que a designada pelo sentido metafórico (é o caso do *testa* latino), ou quando existe um duplo que priva um dos dois termos de seu uso não figurado (é o caso do *aveuglement* despojado de seu sentido próprio de *cécité*). NT — Houve por bem manter as duas palavras em francês para assegurar as diferenças: *aveuglement* indica a cegueira no sentido psicológico, e *cécité* a indica no sentido fisiológico.

outros casos, a imagem é atenuada, mas permanece sensível; eis por que “quase todas as metáforas lexicalizadas podem reencontrar seu brilho primitivo” (p. 88). Mas a reanimação de uma metáfora morta é uma operação positiva de deslexicalização que equivale a uma nova produção de metáfora, portanto de sentido metafórico, e os escritores a obtêm por procedimentos diversos muito harmonizados e controlados: substituição de um sinônimo que produz imagem, adição de uma metáfora nova etc.

No discurso filosófico, o rejuvenescimento de metáforas mortas é particularmente interessante no caso em que elas exercem uma complementaridade; reanimada, a metáfora reveste-se de novo da função de fábula e de redescricao, característica da metáfora viva, e abandona sua função de simples suplemento no plano da denominação. A deslexicalização não é de modo algum simétrica à lexicalização anterior. No discurso filosófico, aliás, a renovação de metáforas extintas põe em ação procedimentos mais complexos que os evocados acima, e o mais notável é o despertar de motivações etimológicas, levado à falsa etimologia; o procedimento, caro já a Platão, é usual em Hegel e em Heidegger. Quando Hegel entende *tomar-por-verdadeiro* o *Wahrnehmung*, quando Heidegger entende *não-ocultação* em *alētheia*, o filósofo cria sentido e, desta maneira, produz algo como uma metáfora viva. Desde então, a análise da metáfora morta reenvia a uma primeira fundação que é a metáfora viva⁸⁰.

A fecundidade oculta da metáfora morta perde mais ainda seu prestígio quando se obtém uma justa medida de sua contribuição à formação dos conceitos. Reviver a metáfora morta não é de modo algum desmascarar o conceito. Em primeiro lugar porque a metáfora revivida opera de outro modo que a metáfora morta, mas sobretudo porque o conceito não tem sua gênese integral no processo pelo qual a metáfora se lexicalizou⁸¹.

80. A teoria da metáfora viva governa a gênese intencional não apenas do desgaste que engendra a metáfora morta, mas do *abuso* no sentido de Turbayne e de Berggren (cf. Estudo VII, § 5).

81. A. Henry, “La reviviscence des métaphores”, in *Métonymie et Métaphore*, pp. 143-153.

Neste sentido, o texto de Hegel discutido acima não me parece justificar a tese de uma convivência entre metáfora e *Aufhebung*. O texto descreve duas operações que se cruzam em um lugar — a metáfora morta —, mas permanecem distintas; a primeira operação, puramente metafórica, faz de uma significação própria (*eigentlich*) uma significação transportada (*übertragen*) na ordem do espiritual; a outra operação faz desta expressão imprópria (*uneigentlich*) enquanto transferida uma significação abstrata própria. É esta segunda operação que é constitutiva da “supressão-conservação” que Hegel chama *Aufhebung*. Mas as duas operações, a transferência e a supressão-conservação, são distintas. Apenas a segunda faz do não-próprio oriundo do sensível um próprio espiritual. O fenômeno da usura (*Abnutzung*) é apenas uma condição para que a segunda operação se constitua sobre a base da primeira.

Esse par de operações não é fundamentalmente distinto daquele que Kant concebe como a produção do conceito em seu esquema. Assim, o conceito de “fundação” se simboliza no esquema do “solo” e da “construção”, mas o sentido do conceito de modo algum se reduz ao seu esquema. O que se deve precisamente pensar é que o abandono do sentido sensível não resulta apenas em uma expressão imprópria, mas em uma expressão própria de ordem conceitual; a conversão da usura em pensamento não é a própria usura. Se estas duas operações não fossem distintas, não se poderia mais falar do conceito de usura, nem do de metáfora; não haveria, a bem dizer, filosofemas. Há filosofema porque um conceito pode ser ativo enquanto pensamento em uma metáfora morta. O que Hegel pensou precisamente é a via do conceito na morte da metáfora. É justamente porque já não ouvimos “tender” em “entender” que “entender” tem um sentido filosófico próprio. Fez-se apenas, portanto, a metade do trabalho quando se reanimou uma metáfora morta sob um conceito; resta ainda provar que nenhuma significação abstrata foi produzida por meio da usura da metáfora, e esta demonstração não é mais de ordem da metafórica, mas da análise conceitual. Somente esta análise pode provar que a Idéia de Hegel não é a Idéia de Platão, embora seja verdadeiro dizer, com J. Derrida, que a carga

metafórica tradicional “prolonga o sistema de Platão no sistema de Hegel” (p. 39). Mas esse prolongamento não equivale à determinação do sentido da Idéia respectivamente em um e em outro filósofo. Nenhum discurso filosófico seria possível, mesmo um discurso da desconstrução, caso se deixasse de assumir o que J. Derrida considera justamente “a única tese da filosofia”, a saber, “que o sentido visado por meio destas figuras tem uma essência rigorosamente independente daquilo que a transporta” (p. 17).

Basta aplicar ao conceito de metáfora estas observações sobre a formação do conceito em seu esquema para dissipar o paradoxo da metaforicidade de todas as definições de metáfora. Falar metaforicamente da metáfora não é de modo algum circular, desde que a posição do conceito proceda dialeticamente da própria metáfora. Assim, quando Aristóteles define a metáfora pela epífora da palavra, a expressão epífora é qualificada conceitualmente por sua inserção em uma rede de intersignificações na qual a noção de epífora é enquadrada pelos conceitos maiores de *physis*, de *logos*, de *onoma*, de *sêmeinein* etc. A *epiphora* é assim arrancada à sua metaforicidade e constituída em sentido próprio, ainda que “a superfície deste discurso — como diz Derrida — continue a ser trabalhada por uma metafórica” (p. 19). Para essa conversão conceitual da metáfora morta, subjacente à expressão *epiphora*, contribui a determinação posterior do conceito de metáfora, seja pelo método de diferenciação que permite identificar entre as diversas estratégias da *léxis*, seja pela exemplificação que dá uma base indutiva ao conceito de operação designada. Acresçamos a isso que a conceitualização das diferentes metáforas é favorecida não apenas pela lexicalização das metáforas empregadas, como é o caso no vocábulo “transposição”, mas também pelo rejuvenescimento da metáfora usada, que põe a serviço da formação conceitual o uso heurístico da metáfora viva. É o caso das outras metáforas da metáfora evocadas diversas vezes na presente obra: tela, filtro, lente, sobreposição, sobrecarga, visão estereoscópica, tensão, interanimação, emigração de etiquetas, idílio e bigamia etc. Nada se opõe a que o fato de linguagem que constitui a metáfora seja ele mesmo “redescrito” com a ajuda das diferentes “ficções

heurísticas” que suscitam tanto novas metáforas vivas como metáforas usadas, depois renovadas. Longe de o conceito de metáfora se oferecer como sendo apenas a idealização de sua própria metáfora usada, o rejuvenescimento de todas as metáforas mortas e a invenção de novas metáforas vivas que redescrevem a metáfora permitem inserir uma nova produção conceitual sobre a produção metafórica.

Assim, o efeito de abismo que produz “esta implicação do definido na definição” (p. 81) se dissipa quando se hierarquiza corretamente o conceito de epífora e seu esquema.

Podemos agora considerar o núcleo teórico comum a Heidegger e a Derrida, a saber, a pretensa convivência entre o par metafórico do próprio e do figurado e o par metafísico do visível e do invisível.

Não considero essa conexão necessária. O caso de Fontanier evocado acima é instrutivo a esse respeito. Sua definição de metáfora — “apresentar uma idéia sob o signo de outra idéia mais evidente ou mais conhecida”⁸² — não implica de modo algum a divisão em espécies que ele extrai posteriormente da consideração dos objetos. Deste modo, sua definição inicial é ilustrada por inúmeros exemplos que não comportam nenhuma transferência do visível ao invisível: “O cisne de Cambrai, a águia brilhante de Meaux”, “o remorso *devorante*...”, “a coragem *esfaimada* por perigo e por glória”, “o que é bem concebido enuncia-se *claramente*...” etc.; esses exemplos se deixam todos interpretar em termos de conteúdo e de veículo, de foco e de quadro. Eu pensaria de bom grado que o deslizamento que faz passar de uma definição de metáfora extraída da operação para uma definição extraída do gênero dos objetos é suscitado, por um lado, pelo tratamento da metáfora no quadro da palavra, as espécies do objeto servindo como guia para identificar as espécies da palavra, e, por outro, pela teoria da substituição que, sem cessar, sacrifica o aspecto predicativo, portanto sintagmático, pelo aspecto paradigmático, portanto pelas classes de objetos. Basta

82. Fontanier, *Les figures du discours*, p. 95.

reconduzir a teoria da metáfora do plano da palavra ao plano da frase para interceptar esse deslizamento.

Se a teoria da metáfora-substituição apresenta alguma afinidade com a “superação” do sensível no inteligível, a teoria da tensão retira desta última todo privilégio. O jogo da impertinência semântica é compatível com todos os erros calculados suscetíveis de fazer sentido. Não é a metáfora que suporta o edifício da metafísica platonizante, é antes este que se apropria do processo metafórico para fazê-lo trabalhar em seu benefício. As metáforas do sol e da casa só reinam enquanto o discurso filosófico as elege. O campo metafórico em seu conjunto é aberto a todas as figuras que agem sobre as relações do semelhante e do dessemelhante em qualquer que seja a região do pensável.

Quanto ao privilégio conferido ao discurso metafísico — privilégio que regula o recorte da estreita zona de metáforas na qual esse discurso se esquematiza —, parece justamente ser o fruto da suspeita que regula a estratégia da desconstrução. O contra-exemplo que propõe a filosofia aristotélica da metáfora é, neste sentido, precioso. Nós o evocaremos uma última vez no termo deste estudo.

4. A intersecção das esferas de discurso

Agora é possível retornar à questão apresentada no início deste estudo: *qual* filosofia está *implicada* no movimento que conduz nossa investigação da retórica à semântica e do sentido para a referência? A discussão anterior fez surgir a estreita conexão entre as duas questões do *conteúdo* da ontologia implícita e do *modo* de implicação entre discurso poético e discurso especulativo. Restamos declarar em termos positivos o que pôde ser dito pelo desvio da polêmica.

Duas tarefas devem ser enfrentadas simultaneamente: edificar sobre a diferença reconhecida entre modalidades de discurso uma teoria geral das intersecções entre esferas do discurso e propor uma

interpretação da ontologia implícita aos postulados da referência metafórica que satisfaça a essa dialética das modalidades de discurso.

A dialética de que se faz aqui um esboço tem como certo o abandono da tese ingênua segundo a qual a semântica da enunciação metafórica conteria, totalmente preparada, uma ontologia imediata que a filosofia só teria de desvendar e formular. Aos olhos dessa dialética, arruinar-se-ia a dinâmica do conjunto do discurso caso depuséssemos as armas demasiadamente cedo e admitíssemos a tese, sedutora por seu liberalismo e seu irenismo, de uma heterogeneidade radical dos jogos de linguagem, sugerida pelas *Investigações filosóficas* de Wittgenstein. Conforme a afirmação de Platão no *Filebo*, é necessário não produzir demasiado rapidamente nem o uno nem o múltiplo. A filosofia mostra seu domínio na arte de ordenar as multiplicidades reguladas. É neste espírito que importa fundar sobre a fenomenologia dos objetivos semânticos de cada um dos discursos uma teoria geral de suas interferências. A intenção particular que anima o regime de linguagem posto em ação pela enunciação metafórica envolve uma demanda de elucidação, à qual apenas se pode responder oferecendo às virtualidades semânticas desse discurso outro espaço de articulação, o do discurso especulativo.

Pode-se mostrar, de uma parte, que o discurso especulativo tem sua *possibilidade* no dinamismo semântico da enunciação metafórica e, de outra, que ele tem sua *necessidade* em si mesmo, na efetuação dos recursos de articulação conceitual que, sem dúvida, se ligam ao próprio espírito, que são o espírito se refletindo. Dito de outro modo, o especulativo apenas realiza as demandas verbais do metafórico instituindo um corte que marca a diferença irredutível entre os dois modos de discurso. Qualquer que seja a relação posterior do especulativo ao poético, o primeiro só prolonga o objetivo semântico do segundo ao preço de uma transmutação resultante de sua transferência para outro espaço de sentido.

A aposta dessa dialética são justamente os postulados da referência enunciados no início e no fim do sétimo estudo. É essa dialética, com efeito, que regula a passagem a uma ontologia explícita na qual o sentido de ser desses postulados se vem refletir. Entre o implícito

e o explícito reside toda a diferença que separa dois modos de discurso e que não pode abolir a retomada do primeiro no segundo.

a) Que a articulação conceitual própria à modalidade especulativa do discurso encontre no funcionamento semântico da enunciação metafórica a sua *possibilidade*, isso pode ser percebido desde o fim do terceiro estudo, no qual se afirmou o ganho em significação proveniente da instauração de uma nova pertinência semântica no nível do enunciado metafórico em sua totalidade. Mas esse ganho em significação não é destacável da tensão, não apenas entre os termos do enunciado, mas entre duas interpretações, uma literal, limitada aos valores estabelecidos das palavras, a outra metafórica, proveniente da “torção” imposta a essas palavras pelo “fazer sentido” com o enunciado em sua totalidade. O ganho em significação resultante disso não é ainda um ganho *conceitual*, na medida em que a inovação semântica não é separável do vaivém entre as duas leituras, de sua tensão e do tipo de visão estereoscópica que esse dinamismo produz. Pode-se dizer que o que resulta do choque semântico é uma demanda pelo conceito, mas não ainda um saber pelo conceito.

Esta tese encontra reforço na interpretação que demos do trabalho da semelhança no sexto estudo. Relacionamos então o ganho em significação a uma variação de “distância” entre campos semânticos, isto é, a uma assimilação predicativa. Ora, ao dizer que isto é (como) aquilo — quer o *como* seja “marcado” ou não —, a assimilação não atinge o nível da identidade do sentido. O “semelhante” permanece imperfeito em relação ao “mesmo”. Ver o semelhante, segundo a afirmação de Aristóteles, é apreender o “mesmo” na, e apesar da, “diferença”. Eis por que pudemos relacionar à imaginação produtiva esta esquematização de um sentido novo. O ganho em significação é assim inseparável da assimilação predicativa por meio da qual ele se esquematiza. Eis aí outro modo de dizer que o ganho em significação não é conduzido ao conceito, na medida em que ele permanece preso nesse conflito do “mesmo” e do “diferente”, ainda que constitua o esboço e a busca de uma instrução pelo conceito.

Uma terceira sugestão resulta da tese que desenvolvemos no sétimo estudo, segundo a qual a própria referência do enunciado

metafórico poderia ser considerada uma referência duplicada. Para sentido duplicado poderíamos dizer referência duplicada. É o que demos a entender expondo a tensão metafórica até na cópula da enunciação. Ser como, dizíamos, significa ser e não ser. É assim que o dinamismo da significação dava acesso à visão dinâmica da realidade que é a ontologia implícita da enunciação metafórica.

A tarefa presente torna-se mais precisa portanto: trata-se de mostrar que a passagem à ontologia explícita, demandada pelo postulado da referência, é inseparável da passagem ao conceito, demandado pela estrutura do sentido do enunciado metafórico. Não basta mais então justapor os resultados dos estudos anteriores, mas ligá-los estreitamente, mostrando que todo ganho em significação é a um só tempo um ganho em sentido e um ganho em referência.

Por ocasião de um estudo sobre “Le discours théologique et le symbole”⁸³, Jean Ladrière observa que o funcionamento semântico do símbolo — isto é, em nosso vocabulário, da metáfora — prolonga um dinamismo da significação que se pode discernir até na enunciação mais simples. O que, nesta análise, é novo em relação à nossa é que o dinamismo é descrito como um entrecruzamento entre atos, atos de predicação e atos de referência. Jean Ladrière adota assim a análise de Strawson do ato proposicional, concebido como a combinação de uma operação de identificação singularizante e de uma operação de caracterização universalizante. Depois, como John Searle em *Speech Acts*, situa essa análise no quadro de uma teoria do discurso, e pode assim falar da relação entre sentido e referência como de uma cooperação de operações. O dinamismo da significação mostra-se aí como um dinamismo duplo e cruzado em que todo avanço na direção do conceito tem como contrapartida uma exploração mais profunda do campo referencial.

Na linguagem ordinária, com efeito, apenas podemos dominar as significações abstratas em posição de predicado relacionando-as a objetos que designamos no modo referencial. Isto é possível por-

83. Jean Ladrière, “Discours théologique et symbole”, in *Revue des Sciences Religieuses*, Strasbourg, 49 (1-2): 120-141, 1975.

que o predicado não funciona segundo sua natureza própria senão no contexto da frase, visando, em determinado referente, a este ou àquele aspecto relativamente isolável. O termo lexical, neste sentido, é somente uma regra para seu emprego no contexto da frase. É, portanto, fazendo variar essas condições de emprego, relacionadas a referentes diferentes, que se domina o sentido. Inversamente, apenas exploraremos novos referentes descrevendo-os tão exatamente quanto possível. Assim, o campo referencial pode estender-se para além das coisas que podemos mostrar, e mesmo para além das coisas visíveis e perceptíveis. A linguagem presta-se a isso ao permitir a construção de expressões referenciais complexas que utilizam termos abstratos previamente compreendidos, tais como as descrições definidas no sentido de Russell. É assim que predicação e referência se dão apoio mutuamente, quer relacionemos novos predicados com referentes familiares, quer, para explorar um campo referencial não diretamente acessível, utilizemos expressões predicativas cujo sentido já está dominado. O que Jean Ladrière chama significância, com o objetivo de enfatizar o caráter operatório e dinâmico, é o entrecruzamento de dois movimentos, um que visa determinar mais rigorosamente os traços conceituais da realidade, enquanto o outro visa fazer aparecer os referentes, isto é, as entidades às quais os termos predicativos se aplicam. Essa circularidade entre a delimitação abstrativa e a delimitação de concretização faz que a significância seja um trabalho inacabado, uma “Odisséia incessante”⁸⁴.

Esse dinamismo semântico, próprio à linguagem natural, confere à significância uma “historicidade”: novas possibilidades de significância são abertas, encontrando apoio nas significações já adquiridas. Essa “historicidade” é conduzida pelo esforço de expressão de um locutor que, querendo dizer uma nova experiência, procura na rede já fixada de significações um portador adequado de sua intenção. É então a instabilidade da significação que permite ao objetivo semântico encontrar o caminho de sua enunciação. Portanto, é sempre em uma enunciação particular — que corresponde ao que Benveniste

84. Jean Ladrière, *op. cit.*

chama “instância de discurso” — que a história sedimentada das significações mobilizadas pode ser retomada em um objetivo semântico novo. Pronta assim para ser empregada, a significação aparece menos como um conteúdo determinado, para pegar ou largar, do que, segundo a expressão de Jean Ladrière, como um princípio indutor, suscetível de guiar a inovação semântica. O ato de significar é “uma iniciativa que, como pela primeira vez, devolve considerações sintáticas dadas sobre a base de uma história sintática da qual ela se reapropriou, efeitos de sentido realmente inéditos”.

Tal é a síntese possível de ser feita hoje entre a teoria da instância de discurso em Émile Benveniste, a teoria do *Speech Acts* em Austin e Searle, e a teoria do sentido e da referência em Strawson (teoria proveniente de Frege).

É fácil repor sobre esse fundo a teoria da tensão que aplicamos a três níveis diferentes da enunciação metafórica: tensão entre os termos do enunciado, tensão entre interpretação literal e interpretação metafórica, tensão na referência entre *é* e *não é*. Se de fato a significação, sob sua própria forma elementar, está em busca de si mesma na dupla direção do sentido e da referência, a enunciação metafórica apenas leva à sua plenitude esse dinamismo semântico. Como eu já disse antes, com os recursos de uma teoria semântica mais pobre, e como Jean Ladrière diz muito melhor baseado na teoria mais refinada que se acaba de resumir, a enunciação metafórica opera simultaneamente sobre dois campos de referência. Essa dualidade explica a articulação, no símbolo, de dois níveis de significação. A significação primeira é relativa a um campo de referência conhecido: o domínio das entidades às quais podem ser atribuídos os próprios predicados considerados em sua significação estabelecida. A segunda, à qual se trata de fazer surgir, é relativa a um campo de referência para o qual não há significação direta, e para o qual, por consequência, não se pode proceder a uma descrição identificante por meio de predicados apropriados.

Na falta de poder recorrer ao vaivém entre referência e predicação, o objetivo semântico recorreu a uma rede de predicados

que já funcionam em um campo de referência familiar. Este sentido já constituído é desligado de sua ancoragem em um campo de referência primeiro e projetado no novo campo de referência para o qual contribui desde então para fazer surgir a configuração. Mas essa transferência de um campo referencial a outro supõe que este campo já esteja presente de algum modo, de maneira inarticulada, e que exerça uma atração sobre o sentido já constituído para arrancá-lo à sua ancoragem primeira. É no objetivo semântico deste outro campo que reside a energia capaz de operar essa separação e essa transferência. Mas isso não seria possível se a significação fosse uma forma estável. Seu caráter dinâmico, direcional, vectorial, conspira com o objetivo semântico que procura preencher sua intenção.

Duas energias reencontram-se aqui: o efeito gravitacional exercido pelo segundo campo de referência sobre a significação — e que confere a esta a força para abandonar sua região de origem — e o dinamismo da própria significação, enquanto princípio indutor de sentido. Cabe ao objetivo semântico que anima a enunciação metafórica pôr em relação essas duas energias, a fim de inscrever na órbita do segundo campo de referência com o qual ela se relaciona um potencial semântico ele mesmo em via de ser ultrapassado.

Mas, mais ainda que a enunciação simples, a enunciação metafórica constitui apenas um esboço semântico, incompleto em relação à determinação conceitual. Esboço, por um duplo motivo: por um lado, no que concerne ao sentido, ela reproduz a forma de um movimento em uma fração da trajetória do sentido que excede o campo referencial familiar no qual o sentido já se constituiu; por outro, faz vir à linguagem um campo referencial desconhecido, sob cujo domínio o objetivo semântico se exerce e se desdobra. Há, na origem do processo, o que eu chamaria a veemência ontológica de um objetivo semântico, movido por um campo desconhecido cujo pressentimento ela conduz. É essa veemência ontológica que separa a significação de sua primeira ancoragem, libera-a como forma de um movimento e a transpõe para um novo campo, ao qual ela pode dar forma com sua própria virtude figurativa. Mas essa veemência ontológica só dispõe, por assim dizer, de indicações de sentido que não são de

modo algum determinações de sentido. Uma experiência exige ser dita, que é mais do que uma simples prova sentida; seu sentido antecipado encontra no dinamismo da significação simples, substituído pelo da significação duplicada, um *esboço* que doravante importa relacionar com as exigências do conceito.

b) Que o discurso especulativo encontre no dinamismo que se acabou de descrever algo como o esboço de uma determinação conceitual não impede que tal discurso comece em si e encontre em si mesmo o princípio de sua articulação. Ele extrai de si mesmo o recurso de um espaço conceitual que ele oferece ao desdobramento de sentido que se esboça metaforicamente. Sua *necessidade* não prolonga sua possibilidade inscrita no dinamismo do metafórico. Ela procede antes das próprias estruturas do espírito que a filosofia transcendental tem por tarefa articular. De um a outro discurso, passa-se apenas por uma *epokhé*.

Mas o que se deve entender por discurso especulativo? Deve-se considerá-lo equivalente ao que constantemente se chamou acima determinação conceitual, por oposição aos esboços semânticos da enunciação metafórica? Eu diria que o discurso especulativo é aquele que organiza as noções primeiras, os princípios, que articulam primordialmente o espaço do conceito. Se o conceito, tanto na linguagem ordinária como na científica, jamais pode ser efetivamente derivado da percepção ou da imagem, é porque a descontinuidade dos níveis de discurso é instaurada, ao menos virtualmente, pela própria estrutura do espaço conceitual no qual se inscrevem as significações quando elas se separam do processo de natureza metafórica, do qual não se pode dizer que engendra todos os campos semânticos. É neste sentido que o especulativo é a condição de possibilidade do conceitual. Ele exprime, em um discurso de segundo grau, sua sistematicidade. Se, na ordem da descoberta, ele surge como discurso segundo — a metalinguagem se quisermos — em relação ao discurso articulado no nível conceitual, é justamente discurso primeiro na ordem da fundação. Está em ação em todas as tentativas especulativas para ordenar os “grandes gêneros”, as “categorias do ser”, as “categorias do entendimento”, a “lógica filosófica”, os “elementos principais da representação”, ou como se queira falar.

É a potência do especulativo, mesmo que não o reconheçamos em seu poder de articular-se em um discurso distinto, que fornece o horizonte ou, como dissemos, o espaço lógico a partir do qual a elucidação do objetivo significativo de todo conceito distingue-se radicalmente de toda explicação genética a partir da percepção ou da imagem. Neste sentido, a distinção estabelecida por Husserl⁸⁵ entre a “elucidação” (*Aufklärung*) dos “atos que conferem a significação” e toda “explicação” (*Erklärung*) de estilo genético tem sua origem no horizonte especulativo no qual se inscreve a significação quando ela assume o estatuto conceitual. Se é possível discernir na significação um sentido “mesmo e único”, não é apenas enquanto visto como tal, mas enquanto se pode religá-lo a uma rede de significações de mesmo grau, conforme as leis constitutivas do próprio espaço lógico. A partir desse horizonte especulativo somente é possível a crítica de tipo husserliano que se exprime na oposição entre *Aufklärung* e *Erklärung*. O especulativo é o que permite dizer que “compreender uma expressão (lógica)” é outra coisa que “descobrir imagens”⁸⁶, que o objetivo do universal é outro que o desdobramento de imagens que o acompanham, o ilustram, ou seja, concorrem para a “distinção” dos traços específicos e para a “clarificação” do teor de sentido. O especulativo é o próprio princípio de inadequação entre ilustração e intelecção, entre exemplificação e apreensão conceitual. Se a *imaginatio* é o reino do “semelhante”, o *intellectio* é o do “mesmo”. No horizonte aberto pelo especulativo, o “mesmo” funda o “semelhante”, e não o inverso. “Onde quer que haja similitude, há algo para uma identidade no sentido rigoroso e verdadeiro.”⁸⁷ Quem diz isso? O discurso especulativo, revertendo a ordem de presença

85. Husserl, *Logische Untersuchungen*, II, § 6, p. 120; tr. fr., *Recherches logiques*, t. II, 1^{re} partie, p. 144; tr. ingl., *Logical Investigations*, vol. I, p. 348.

86. Husserl, *op. cit.*, I, § 17.

87. *Ibid.*, II, p. 113; tr. fr., *op. cit.*, p. 136; tr. ingl., *op. cit.*, p. 342. A importante obra de H. H. Price, *Thinking and Experience* (London, Hutchinson Univ. Library, 1953, 1959³), abre-se para a discussão da alternativa fundamental implicada em todo reconhecimento (*recognition*): as coisas se assemelham porque são os exemplos do mesmo universal ou, ao contrário, consideramos que elas são “de novo as mesmas” (*the same again*) porque oferecem uma semelhança?

do discurso metafórico, que só atinge o “mesmo” como “semelhante”. Em virtude do mesmo princípio fundador, a apreensão (*Auffassung*⁸⁸) genérica torna-se irreduzível à função simplesmente substitutiva da imagem-representação. Longe de o conceito reduzir-se à abreviação, em virtude de algum princípio de redução e de economia, de um jogo de substituição, é ainda o conceito que torna possível esse jogo de representação⁸⁹. Significar é sempre outra coisa que representar. A mesma capacidade de inscrição no espaço lógico faz que a interpretação em curso na percepção possa tornar-se a sede de dois objetivos distintos: um que se dirige para as coisas individuais, outro para a significação lógica, pela qual a interpretação de nível perceptivo ou imaginativo desempenha apenas um papel de “suporte”⁹⁰.

Sem dúvida a imagem introduz um momento de ausência e, neste sentido, uma primeira neutralização da “posição” inerente à fé perceptiva⁹¹. Mas a apreensão de um sentido mesmo e único é ainda outra coisa.

Essa crítica da “imagem” em Husserl nos interessa essencialmente: ela pode ser facilmente transposta para a crítica da “metáfora”, na medida em que a *imaginatio* engloba não apenas as pretensas imagens mentais, mas também, e sobretudo, as assimilações e esquematizações predicativas que subentendem a enunciação metafórica. A *imaginatio* é um nível e um regime de discurso. A *intellectio* é outro nível e outro regime. Aqui o discurso metafórico encontra seu limite.

Essa limitação do discurso metafórico pelo discurso especulativo pode ser enunciada na linguagem emprestada acima a Jean Ladrière. Dir-se-á, então, que o objetivo semântico do conceito apenas

se separa das interpretações, das esquematizações, das ilustrações imagéticas, caso se disponha previamente de um horizonte de constituição, o do *logos* especulativo. Em virtude dessa abertura de horizonte, o conceito torna-se capaz de funcionar semanticamente pela simples virtude das propriedades configuracionais do espaço no qual se inscreve. Os recursos de sistematicidade implicados pelo simples jogo das articulações do pensamento especulativo se substituem pelos recursos de esquematização implicados pelo jogo da assimilação predicativa. Porque forma sistema, a ordem conceitual é capaz de libertar-se do jogo da dupla significação, portanto do dinamismo semântico característico da ordem metafórica.

c) Mas essa descontinuidade das modalidades semânticas implica que a ordem conceitual anula ou destrói a ordem metafórica? Inclino-me a ver o universo do discurso como um universo dinamizado por um jogo de atrações e de repulsões que não cessam de pôr em posição de interação e de intersecção domínios cujos focos organizadores são descentrados uns em relação aos outros, sem que jamais esse jogo encontre o repouso em um saber absoluto que reabsorveria suas tensões.

A atração que o discurso especulativo exerce sobre o discurso metafórico se exprime no próprio processo de interpretação. A interpretação é obra do conceito. Ela não pode não ser um trabalho de elucidação, no sentido husserliano da palavra, e por consequência uma luta pela univocidade. Enquanto a enunciação metafórica deixa o sentido segundo em suspenso, ao mesmo tempo em que seu referente permanece sem apresentação direta, a interpretação é, por necessidade, uma racionalização que, no limite, expulsa a experiência que, por meio do processo metafórico, vem à linguagem. Sem dúvida é apenas nas interpretações redutoras que a racionalização chega a tal expulsão do suporte simbólico. Essas interpretações de bom grado se enunciam assim: este ou aquele símbolo parecem querer dizer algo inédito sobre um campo referencial simplesmente pressentido ou antecipado. Finalmente, tudo bem considerado, o símbolo significa apenas... tal posição de desejo, tal determinação de classe, tal grau de força ou de fraqueza do querer fundamental. Em

88. *Ibid.*, I, § 23.

89. *Ibid.*, II, §§ 27-29. Neste contexto, *Repräsentation* significa valor para..., ocupar o lugar de..., ser substituto para... (*vertreten*).

90. Husserl, *op. cit.*, p. 131; tr. fr., *op. cit.*, p. 157; tr. ingl., *op. cit.*, p. 339.

91. Husserl, *Ideen I*, § 99 e § 111. Husserl pode escrever, a despeito das *L. U. I e II*: “a ‘ficção’ constitui o elemento vital da fenomenologia como de todas as ciências eidéticas”, *ibid.*, p. 132; tr. fr., *Idées...*, p. 227.

relação ao discurso verdadeiro, o discurso simbólico torna-se sinônimo de discurso ilusório.

É necessário conceder que essas interpretações redutoras estão na linha do objetivo semântico característico da ordem especulativa. Toda interpretação visa reinscrever o esboço semântico delineado pela enunciação metafórica em um horizonte de compreensão disponível e controlável conceitualmente. Mas a destruição do metafórico pelo conceitual nas interpretações racionalizantes não é a única saída da interação entre diferentes modalidades de discurso. Pode-se conceber um estilo hermenêutico no qual a interpretação corresponde ao mesmo tempo à noção de conceito e à de intenção constituinte da experiência que procura dizer-se em um modo metafórico. A interpretação é então uma modalidade de discurso que opera a intersecção de duas esferas, a do metafórico e a do especulativo. É, portanto, um discurso misto que, como tal, não pode não sofrer a atração de duas exigências rivais. De um lado, ela quer a claridade do conceito, de outro procura preservar o dinamismo da significação que o conceito detém e fixa. É esta situação que Kant toma em consideração no famoso parágrafo 49 da *Crítica da faculdade do juízo*⁹². Ele chama o “espírito (*Geist*), em sentido estético”, o “princípio vivificante no ânimo (*Gemüt*)”. Se a metáfora da vida se impõe neste ponto da argumentação, é porque o *jogo* da imaginação e do entendimento recebe uma tarefa das Idéias da razão, às quais nenhum conceito pode igualar-se. Mas lá onde o entendimento fracassa, a imaginação tem ainda o poder de “apresentar” (*Darstellung*) a Idéia. É esta “apresentação” da Idéia pela imaginação que força o pensamento conceitual a *pensar a mais*⁹³. A imagina-

92. NT — *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valerio Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.

93. “Por uma idéia estética entendo, porém, aquela representação da faculdade da imaginação que dá muito a pensar (*viel zu denken*), sem que, contudo, qualquer pensamento determinado, isto é, *conceito*, possa ser-lhe adequado, que conseqüentemente nenhuma linguagem alcança inteiramente nem pode tornar compreensível” (A 190, tr. fr., pp. 143-144). NT — Para todas as citações da *Crítica da faculdade do juízo*, vali-me da tradução brasileira.

ção não é outra coisa senão essa demanda dirigida ao pensamento conceitual⁹⁴.

O que é dito aqui esclarece nossa própria noção de metáfora viva. A metáfora não é viva apenas por vivificar uma linguagem constituída. Ela o é por inscrever o impulso da imaginação em um “pensar a mais” no nível do conceito⁹⁵. Essa luta para “pensar a mais”, sob a condução do “princípio vivificante”, é a “alma” da interpretação.

5. Explicitação ontológica do postulado da referência

Como o discurso especulativo responderá, com os próprios recursos, ao objetivo semântico do discurso poético? Por uma explicitação ontológica do postulado da referência pressuposta no estudo precedente.

Essa explicitação não é mais uma tarefa de lingüística, mas de filosofia. Com efeito, a relação da linguagem ao seu outro, a realidade, concerne às condições de possibilidade da referência em geral, portanto da significação da linguagem em seu conjunto. Ora, a semântica só pode invocar a relação da linguagem à realidade, não pode *pensar* essa relação enquanto tal⁹⁶. Ou ela se aventura a filo-

94. “Ora, se for submetida a um conceito uma representação da faculdade da imaginação que pertence à sua apresentação, mas por si só dá tanto a pensar (*so viel... als*) que jamais deixa de compreender-se em um conceito determinado, por conseguinte amplia esteticamente o próprio conceito de maneira ilimitada, então a faculdade da imaginação é criadora e põe em movimento a faculdade de idéias intelectuais (a razão), ou seja, põe a pensar, por ocasião de uma representação (o que na verdade pertence ao conceito do objeto), mais do que (*mehr... als*) nela pode ser apreendido e distinguido” (A 192, tr. fr., p. 144).

95. Como a poesia e a eloquência, que Kant evoca um pouco mais adiante, ela “impulsiona (*Schwung*) a faculdade da imaginação para nesse caso pensar, embora de modo não desenvolvido, mais do que (*mehr... als*) se deixa compreender em um conceito, por conseguinte, em uma expressão lingüística determinada” (A 193, tr. fr., p. 145).

96. Frege estabelece, ao modo de um axioma, que é a busca e o desejo de verdade que nos levam a passar do sentido à denotação, segundo “nossa intenção ao falar ou ao pensar”. Na Semântica de Benveniste, a realidade figura como “situação de discurso”, “conjunto sempre único de circunstâncias”, “objeto particular ao qual a palavra corresponde no concreto da circunstância ou do uso” (“La forme et le sens”, pp. 36-37). Em John Searle é a função de identificação singular da proposição que postula a existência de alguma coisa.

sofar sem o saber, situando a linguagem em seu conjunto e enquanto tal como mediação entre o homem e o mundo, entre o homem e o homem, entre si e si mesmo. A linguagem surge então como o que eleva a experiência do mundo à articulação do discurso, como o que funda a comunicação e produz o homem enquanto sujeito falante. Ao assumir implicitamente esses postulados, a semântica retoma por sua conta uma tese de “filosofia da linguagem”, herdada de von Humboldt⁹⁷. Mas o que é a filosofia da linguagem, senão a própria filosofia enquanto esta pensa a relação do ser com o ser-dito?

Objetar-se-á, antes de ir mais longe, que não é possível falar de tal relação porquanto não há lugar exterior à linguagem e porquanto é ainda e sempre *na* linguagem que se pretende falar *sobre* a linguagem.

Isto é seguramente verdadeiro. Mas o discurso especulativo é possível porque a linguagem tem a capacidade *reflexiva* de pôr-se à distância e de considerar-se, enquanto tal e em seu conjunto, relacionada ao conjunto do que é. A linguagem designa-se a si mesma e ao seu outro. Essa reflexividade prolonga o que a lingüística chama função metalingüística, mas articula-a em outro discurso, o discurso especulativo. Não é mais então uma função que se possa opor a outras funções, em particular à função referencial⁹⁸, na medida em que ela é o saber que acompanha a função referencial, *o saber de seu ser-relacionado ao ser*.

97. Não se confunda esta tese com a interpretação que Lee Whorf deu a ela: dizer que a linguagem dá forma simultaneamente ao mundo, à troca inter-humana e ao próprio homem não é atribuir à estrutura lexical ou gramatical da língua esse poder formativo, é dizer que o homem e o mundo são modelados pelo conjunto das *coisas ditas* em uma língua, pela poesia, mas também pela linguagem ordinária e pela ciência.

98. Para Jakobson, a função metalingüística é uma das dimensões da relação comunicativa, em composição com as outras funções, emotiva, conativa, fática, referencial, poética; consiste na relação não ao referente, mas aos códigos imanentes à estrutura da língua, e exprime-se, por exemplo, nas definições equacionais pelas quais relaciona-se um termo do código a outros termos do mesmo código (cf. acima Estudo VII, § 2).

Por esse saber reflexivo a linguagem se sabe no ser. Ela reverte sua relação com seu referente de tal modo que ele se percebe a si mesmo como vindo ao discurso do ser para o qual se dirige. Essa consciência reflexiva, longe de tornar a fechar a linguagem sobre si mesma, é a consciência de sua abertura. Ela implica a possibilidade de enunciar proposições sobre o que é e dizer que isto é trazido à linguagem enquanto o dizemos. Este saber articula, em outro discurso que não a semântica, mesmo distinta da semiótica, os postulados da referência. Quando falo, sei que algo é trazido à linguagem. Este saber já não é intralingüístico, mas extralingüístico: ele vai do ser ao ser-dito, ao mesmo tempo em que a própria linguagem vai do sentido à referência. Kant escrevia: “É necessário que algo seja para que algo apareça”; nós dizemos: “É necessário que algo seja para que algo seja dito”.

Esta proposição faz da realidade a categoria última a partir da qual o todo da linguagem pode ser pensado, embora não conhecido, como o ser-dito da realidade.

Sobre o pano de fundo dessa tese geral, é necessário agora tentar uma explicitação ontológica dos postulados, não mais apenas da referência, mas da referência *duplicada*, conforme o objetivo semântico do discurso poético.

É primeiramente como uma instância *crítica*, voltada contra nosso conceito convencional de realidade, que o pensamento especulativo retoma, em seu espaço próprio de articulação, a noção de referência duplicada. Várias vezes nos ocorreu: sabemos o que significam mundo, verdade, realidade? Tal questão antecipava o momento crítico do discurso especulativo no próprio coração da análise semântica. Mas o espaço lógico dessa questão não estava aberto. Eis por que ela deveria permanecer inarticulada, como uma dúvida que flutuava em torno dos usos não-críticos do conceito de realidade em vários estudiosos de poesia. Desse modo duvidamos da distinção, considerada evidente, entre denotação e conotação. Na medida em que ela se ligava à oposição dos valores cognitivo e emo-

cional do discurso, só pudemos ver nela a projeção, na poética, de um preconceito positivista em virtude do qual apenas o discurso científico diz a realidade⁹⁹. Já nos pusemos a caminho de um uso propriamente crítico do conceito de realidade por dois temas mais articulados: o discurso poético, dizíamos, é aquele no qual a *epokhé* da referência ordinária é a condição negativa de manifestação de uma referência de segundo nível. Ao que acrescentamos: essa manifestação é regulada pelo poder de redescrição que se vincula a certas ficções heurísticas, à maneira dos modelos da ciência¹⁰⁰.

Importa agora enunciar o alcance crítico das noções de referência segunda e de redescrição, a fim de inscrevê-las no discurso especulativo.

Ser-se-ia tentado a transformar esta função crítica em uma defesa do irracional. E, com efeito, a desestabilização das categorias adquiridas opera como uma desregulamentação lógica, graças às aproximações impertinentes, usurpações incongruentes, como se o discurso poético trabalhasse para uma descategorização progressiva de todo o nosso discurso. Quanto à referência de segundo nível, contrapartida positiva dessa desregulamentação, ela parece assinalar a irrupção, na linguagem, do antepredicativo e do pré-categorial, e demandar outro conceito de verdade além do conceito de verdade-verificação, correlato do nosso conceito ordinário de realidade.

A análise anterior oferece, neste sentido, outras sugestões. A discussão das noções de conveniência e de justeza, no nominalismo de Nelson Goodman¹⁰¹, deixou entender que o caráter apropriado de certos predicados verbais e não-verbais só pode ser assumido pelo discurso especulativo ao preço de uma modificação dos conceitos correlatos de verdade e de realidade. A mesma questão retornou com insistência a propósito daquilo que nos arriscamos a chamar a *mimesis* lírica, para dizer o poder de redescrição que se vincula à articulação poética dos pretensos

“estados de alma” (*mood*)¹⁰²: as texturas poéticas, dizíamos, não são menos heurísticas que as ficções em forma de narração; o sentimento não é menos ontológico que a representação. Esse poder generalizado de “redescrição” não rompe o conceito inicial de “descrição”, na medida em que este permanece nos limites da representação por objetos? Não é necessário, para isso mesmo, renunciar à oposição entre um discurso voltado para “fora”, que seria precisamente o da descrição, e um discurso voltado para “dentro”, que modelaria apenas um estado de alma para elevá-lo ao hipotético? Não é a própria distinção do “fora” e do “dentro” que vacila com a da representação e do sentimento?

Outras distinções vacilam em cadeia. Assim a distinção entre descobrir e criar, entre encontrar e projetar. O que o discurso poético traz à linguagem é um mundo pré-objetivo no qual já nos encontramos por nascimento, mas também no qual projetamos nossos possíveis mais próprios. É necessário desestabilizar o reino do objeto, para deixar ser e se deixar dizer nosso pertencimento primordial a um mundo que habitamos, isto é, que a um só tempo nos precede e recebe a impressão de nossas obras. Em síntese, é necessário restituir à bela palavra “inventar” seu sentido, ele mesmo duplicado, que implica simultaneamente descobrir e criar. Porque a análise permaneceu prisioneira dessas distinções familiares, o conceito de verdade metafórica, esboçado no termo do sétimo estudo, parecia preso em uma antinomia insuperável: a “metapoética” de um Wheelwright, que pudemos designar como ingênua, e a vigilância crítica de um Turbayne, que dissipava a veemência ontológica da enunciação poética no controle concertado do “como se”, continuavam a se opor no terreno de um conceito verificacionista de verdade, ele mesmo solidário de um conceito positivista de realidade¹⁰³.

102. *Ibid.*, § 2.

103. O tom heideggeriano dessas afirmações é inegável, e reconhece-se aí facilmente a oposição entre verdade-manifestação e verdade-adequação, tornada familiar desde *Sein und Zeit*. Entretanto, adiaremos o momento para tomar uma posição firme em relação ao pensamento heideggeriano em seu conjunto, até o momento em que nossa própria análise tiver atingido seu ponto crítico mais avançado, a saber, aquele no qual não é mais possível evocar o “primeiro” Heidegger sem se decidir em face do “último” Heidegger.

99. Cf. acima, Estudo VII, § 2.

100. *Ibid.*, § 4.

101. Cf. Estudo VII, § 3.

É aqui que, como temíamos, a instância crítica parece converter-se em defesa do irracional. Com a suspensão da referência aos objetos diante de um sujeito *que julga*, não é a própria estrutura da enunciação que vacila? Com o apagamento de tantas distinções bem conhecidas, não é a própria noção de discurso especulativo que se esvanece, e com ela a dialética do especulativo e do poético?

É o momento de recordarmos a conquista mais avançada do sétimo estudo: a referência duplicada, dizíamos, significa que a tensão característica da enunciação metafórica é suportada, em última instância, pela cópula *é*. Ser-como significa ser *e* não ser. Isto era e não era. No quadro de uma semântica da referência, o alcance ontológico desse paradoxo não poderia ser percebido, porque o ser não podia nela figurar senão como cópula de afirmação, como ser-apofântico. Ao menos a distinção do sentido relacional e do sentido existencial, no próprio coração do ser-cópula, era indício de uma possível retomada pelo discurso especulativo da dialética do ser que tem sua marca apofântica no paradoxo da cópula *é*.

Por qual traço o discurso especulativo sobre o ser responderá ao paradoxo da cópula, ao *é/não é* apofântico?

Remontando mais atrás em nosso trabalho, a interpretação do ser-como nos relembra, por sua vez, uma enigmática afirmação de Aristóteles que permaneceu sem eco, ao que eu saiba, no restante do *corpus* aristotélico: o que quer dizer, para a metáfora viva, “pôr sob os olhos” (ou, conforme as traduções, “pintar”, “fazer um quadro”)? Pôr sob os olhos, responde a *Retórica*, III, é “significar as coisas em ato” (1411 b 24-25). E o filósofo especifica: quando o poeta dá vida às coisas inanimadas, seus versos “tornam-se o movimento e a vida: ora, o ato é movimento” (1412 a 12).

Ao recorrer, neste ponto de sua reflexão, a uma categoria da “filosofia primeira”, Aristóteles convida a procurar a chave da explicação ontológica da referência em uma retomada especulativa das significações do ser. Mas é notável que não seja para a distinção das significações categoriais do ser que ele remete ainda uma vez, e sim para uma distinção mais radical ainda, a do ser como potência e do

ser como ato¹⁰⁴. Essa extensão do campo da polissemia do ser é da mais extrema importância para nossos propósitos. Isto significa, em primeiro lugar, que é no discurso especulativo que se articula o sentido último da referência do discurso poético: ato, com efeito, só tem sentido no discurso sobre o ser. Isto significa, além disso, que o objetivo semântico da enunciação metafórica está em intersecção, do modo mais decisivo, com o do discurso ontológico, não no ponto em que a metáfora por analogia se cruza com a analogia categorial, mas no ponto em que a referência da enunciação metafórica põe em jogo o ser como ato e o ser como potência. Isto significa, enfim, que essa intersecção entre a poética e a ontologia não concerne apenas à poesia trágica¹⁰⁵, na medida em que a afirmação da *Retórica* citada acima estende para a poesia inteira, também à *mimesis* lírica (conforme uma expressão que arriscamos no sétimo estudo), o poder de “significar em ato”.

104. *Metafísica*, Δ, 7, na palavra *ser* (1017 a 35 b 9, tr. fr. Tricot, I, p. 272), enfatiza que a distinção do ato e da potência atravessa toda a sequência das categorias (não apenas a substância pode ser em ato e em potência, mas a qualidade, o estado etc.). A distinção é, portanto, ontológico-transcendental em segundo grau, na medida em que duplica a análise categorial. Uwe Arnold, *Die Entelechie* (Wien und München, Oldenburg, 1965, pp. 141-170), enfatiza fortemente a extrema radicalidade da teoria da entelequia em relação à análise categorial: “O sentido enunciativo do ser (*Aussagesinn*), a *ousia*, está implicado nas determinações de: possibilidade, energia, entelequia, antes mesmo de ser imediatamente determinada pelas categorias. Existência, possibilidade, energia, entelequia são conceitos que, por necessidade, se aplicam a tudo o que é categorialmente real, sem poder acrescentar o que quer que seja ao conceito empírico; são conceitos de pressuposição transcendental, mediatizam a efetividade de todo possível natural, na medida em que visam não a objetos imediatamente, mas, mediatamente, ao sentido da imediateidade que se vincula aos objetos. É neste sentido pressuposicional (*Voraussetzungssin*) que consiste toda a sistemática da filosofia aristotélica” (pp. 142-143).

105. Citou-se já o texto da *Poética*: a tragédia, diz, imita a vida porque ela “apresenta todas as personagens tanto agindo (*hōs prattontas*) como em ato (*energountas*)”, *Poética*, 1448 a 24. Em Aristóteles, a transição entre *praxis* e *enérgeia* é assegurada por um conceito pivô, o de *érgon*, que se refere aos dois lados: do lado da ética, quando designa a “função” única do homem enquanto tal, subjacente à diversidade de suas técnicas e de suas competências (*Ética a Nicômaco*, I, 6); do lado da ontologia, quando é tomada como um sinônimo de entelequia: a *Metafísica* Θ, 1 diz: “... o ser segundo a entelequia ou segundo a obra”, 1045 b, 33, e mais adiante (Θ, 8): “A obra é, com efeito, aqui o fim e o ato é a obra, e também por este fato a palavra ato, que é derivada de obra, tende para o sentido de entelequia”, 1050 a 22.

Mas o que quer dizer exatamente “significar em ato”?

As próprias dificuldades da ontologia do ato e da potência não reagem sobre a poética? Porque, aprendemo-lo do próprio Aristóteles, a ontologia não diz mais do que isto: potência e ato definem-se de modo correlativo, isto é, circular¹⁰⁶, e o discurso que se relaciona a isto não é demonstrativo, mas indutivo e analógico¹⁰⁷. Estabelecemos acima que a analogia não é uma metáfora envergonhada. Mas, às dificuldades do discurso ontológico em geral se acrescentam as dificuldades próprias a estas duas acepções mais radicais do ser: terá Aristóteles realmente dominado as variações de amplitude do conceito de potência¹⁰⁸? Terá ordenado de modo convincente os conceitos vizinhos de ato, de *práxis*, de *poiesis*, de movimento?¹⁰⁹

106. Δ, 12 e Θ, 1-5, definem diretamente a potência no sentido forte, isto é, a potência “relativa ao movimento”: é um princípio de mudança em outro ou no mesmo ser enquanto outro. Mas a potência em sentido amplo de poder ser (Θ, 6-8) é um puro correlativo: potência remete a ato, como poder ser remete a ser, e mais adiante: “o ato é anterior à potência” (Θ, 8). O que se pensa é, portanto, apenas a diferença do ato e da potência: “O ato é o fato de uma coisa existir na realidade e não de modo no qual dizemos que ela existe em potência... O outro modo de existir é a existência em ato” (Θ, 6, 1048 a 31-35).

107. A definição é indutiva: ela repousa sobre exemplos particulares (“quando dizemos, por exemplo, que Hermes está em potência no bosque...”). Ela é analógica: pode-se definir aqui por gênero e diferença: “O ato será então como o ser que constrói é para o ser que tem a faculdade de construir, o ser desperto para o ser que dorme, o ser que vê para aquele que tem os olhos fechados, mas possui a vista...” (Θ, 6, 1048 b 1-3).

108. Na primeira seção da *Metafísica*, Θ (§§ 1 a 5), a potência “propriamente dita” define-se “em relação ao movimento”; a questão é então saber como ela se atualiza, conforme caracterize um ser artificial, natural ou racional (Θ, 2 e 5). Na segunda seção (§§ 6-7), a potência é tomada em um sentido mais amplo, que corresponde à amplitude do conceito de ato, ele mesmo definido, como se disse, por indução e por analogia: “E entendo por potência não apenas esta potência determinada que define o princípio de mudança em outro ser, ou no mesmo ser enquanto outro, mas, em geral, todo princípio produtor de movimento ou de repouso” (1049 b 7). É desta potência que o ato é correlato, é em relação a ela que o ato é anterior, em noção, quanto ao tempo, e no que diz respeito à substância (Θ, 8). Sobre tudo isto, cf. V. Décarie, *L'objet de la Métaphysique selon Aristote*, pp. 157-161.

109. Em certo sentido, o movimento é ato — “ato do que está em potência”, diz a *Física*, e o texto citado acima (*Retórica*, 1412 a 10) o recorda. Para a *Metafísica*, Θ, movimento e ato são igualmente noções parentes: “Parece justamente que o ato por excelência é o movimento” (Θ, 3). Mas a distinção entre *práxis* e *poiesis* tende a separá-las: a ação imanente (*práxis*) tem como fim seu próprio exercício, é a única que realmente é ato; a ação transitiva (*poiesis*), atingindo seu fim na coisa produzida na parte exterior, é apenas movimento (Θ, 6).

Desde então, apenas de um ponto de vista exploratório e não dogmático, sobre um modo no qual apenas se afirma questionando, é que se pode tentar uma interpretação da fórmula: significar em ato. E essa interpretação é inseparável da explicitação ontológica do postulado da referência metafórica.

O que podemos entender, portanto, por “significar as coisas em ato”?

Isto pode querer dizer ver as coisas como *ações*. É o evidente na tragédia, que mostra os homens “como agindo, como em ato”. E, com efeito, o privilégio da ação é que nela o ato está totalmente no agente, como a visão está naquele que vê, a vida na alma, a contemplação no espírito. Na ação, o ato é completo e acabado em cada um de seus momentos e não cessa quando o fim é alcançado, “pois se pode simultaneamente ter vivido plenamente e viver ainda, ter experimentado a felicidade e ser feliz” (*Metafísica*, Θ, 6, 1048 b 25-26). Essa visão do mundo como uma grande *gesta* poderia ser a de um Goethe reescrevendo o Prólogo do livro de João: “No início era a Ação”. Em compensação, ver todas as coisas como ações não é também vê-las como “humanas, demasiado humanas”? E, por isso mesmo, conceder ao homem ele próprio um privilégio abusivo?

Ver todas as coisas em ato é vê-las ao modo de uma obra de arte, de uma produção técnica? A realidade apareceria então aos nossos olhos como um vasto artifício que engendraria uma vontade artista, “que não reencontraria nenhum obstáculo exterior”, como é dito em *Metafísica*, Θ, 7? Mas não é isto impor ao olhar o peso de um antropomorfismo mais pesado ainda que na interpretação precedente?

Ver todas as coisas em ato seria, então, vê-las como nas eclosões naturais? Esta interpretação parece mais próxima dos exemplos da *Retórica* (ver as coisas inanimadas como animadas). Não é isto que nós mesmos sugerimos quando escrevemos no termo do primeiro estudo: a expressão *viva* é o que diz a existência *viva*? Significar em ato seria ver as coisas como não impedidas de advir, vê-las como aquilo que eclode. Mas então significar em ato não seria também significar em potência, no sentido englobante que se dirige a toda

produção de movimento ou de repouso. O poeta seria aquele que percebe a potência como ato e o ato como potência? Aquele que vê como acabado e completo o que se começa e se faz, aquele que percebe toda forma obtida como uma promessa de novidade...? Em síntese, aquele que atinge “o princípio imanente que existe nos seres naturais, seja em potência, seja em entelêquia”, que o grego nomeia *physis*¹¹⁰?

Para nós, modernos, que chegamos após a morte da física aristotélica, este sentido de *physis* é, talvez, novamente vazio, como aquilo que a linguagem poética demanda ao discurso especulativo pensar. É então tarefa do discurso especulativo investigar este lugar no qual aparecer significa “geração do que cresce”. Se este sentido já não pode mais ser procurado em uma região de objetos, aquela ocupada pelos corpos físicos e pelos organismos vivos, parece justamente ser no nível do aparecer em seu conjunto e como tal que o verbo poético “significa em ato”. Em relação a esta acepção ilimitada, significar a ação, significar o artifício, significar o movimento já são determinações, isto é, limitações e restrições, pelo que alguma coisa se perde do que surge como signo na expressão: significar a eclosão do aparecer. Se há um ponto de nossa experiência no qual a expressão viva diz a existência viva é aquele em que o movimento pelo qual remontamos o declive entrópico da linguagem reencontra o movimento pelo qual regredimos aquém das distinções entre ato, ação, fabricação, movimento.

É assim tarefa do discurso especulativo investigar esse lugar no qual aparecer significa “geração do que cresce”. Esse projeto e esse programa nos fazem de novo cruzar o itinerário de Heidegger, cuja última filosofia procura pôr o pensamento especulativo em ressonância com o dizer do poeta. A evocação de Heidegger é tanto mais

110. Lê-se na *Metafísica*, Δ, 4, na palavra *physis*: “*Physis* se diz, em um primeiro sentido, da geração do que cresce... em outro sentido, é o elemento primeiro imanente donde procede o que cresce; é também o princípio de movimento de todo ser natural no qual reside por essência... [Em síntese], a natureza... é a substância dos seres que têm, em si mesmos e enquanto tais, o princípio de seu movimento”.

apropriada quanto a metáfora da eclosão se impôs a ele, no coração de sua crítica da interpretação metafísica da metáfora, como a metáfora da metáfora: as “flores” de nossas palavras — “*Worte, wie Blumen*” — dizem a existência em sua eclosão¹¹¹.

A bem dizer, a filosofia de Heidegger propõe-se, no penúltimo estágio dessa investigação, indivisamente como uma tentativa e como uma tentação incontornáveis. Uma tentativa na qual é necessário se inspirar, todas as vezes que ela contribui manifestamente para edificar o pensamento especulativo de acordo com o objetivo semântico que animava a investigação de Aristóteles sobre as múltiplas acepções do ser; uma tentação de que é necessário se desviar, desde o momento em que a diferença do especulativo e do poético se encontra de novo ameaçada.

O nó do pensamento heideggeriano em seu último estágio é, e eu concordo com seus principais intérpretes¹¹², o co-pertencimento de *Erörterung* e de *Ereignis*. O primeiro termo designa a investigação do “lugar” e ao mesmo tempo o “comentário” dessa busca; o segundo designa a “coisa mesma” que se deve pensar. O co-pertencimento da *Erörterung* e do *Ereignis*, como “topologia do ser”, é o que designa o pensamento especulativo em seu “gesto constitutivo”.

Que o *Ereignis* tenha o mesmo objetivo de sentido daquilo que outrora foi pensado como ato/potência é atestado tanto negativamente, pela recusa em reduzir a amplitude ao acontecimento (*Geschehnis*) ou ao processo (*Vorkommnis*), como positivamente, pela aproximação do *Ereignis* com os *es gibt* que, sob a forma do dom, anunciam toda a eclosão do aparecer. *Ereignis* e *es gibt* marcam a abertura e a manifestação a partir das quais há objetos para um sujeito que

111. *Unterwegs zu Sprache*, p. 206; cf. acima § 3.

112. O. Pöggeler, *Der Denkweg Martin Heidegger*, Pfullingen, Neske, 1963; tr. fr., *La Pensée de Martin Heidegger: un chemin vers l'être*, Paris, Aubier, 1967, pp. 365-407. O. Laffoucrière, *Le Destin de la pensée et la mort de Dieu selon Heidegger*, La Haye, Nijhoff, 1967, pp. 1-40. L. B. Puntel, *Analogie und Geschichtlichkeit*, t. I, Freiburg i. Br., Herder, 1969.

julga. A “coisa” que se dá assim a pensar se diz, no vocabulário da topologia, “região”, poder de vir ao “encontro”, proximidade do “próximo”. Mas não estávamos preparados para essas variações de distância pelo jogo da semelhança?

Que a *Erörterung*, por seu lado, assinala a dificuldade de dizer que corresponde à dificuldade de ser¹¹³ não deve surpreender um leitor que já reconheceu o trabalho de pensamento incorporado à velha doutrina da analogia do ser. Quando o filósofo luta em duas frentes, contra a sedução do inefável, contra a potência do “falar ordinário” (*Sprechen*), em síntese, por um “dizer” (*Sagen*) que não seria nem um triunfo do inarticulado, nem o dos signos disponíveis ao locutor e manipuláveis por ele, não está aqui em uma situação comparável à do pensador da Antiguidade ou da Idade Média, procurando seu caminho entre a impotência de um discurso entregue à disseminação das significações e o controle da univocidade pela lógica do gênero?

A *Erörterung*, ao dirigir-se para o *Ereignis*, dirige-se para um “mesmo”, um “idêntico”, que a qualifica como pensamento especulativo¹¹⁴. E esse “mesmo” está na situação do análogo dos antigos, na medida em que, também aqui, assemelhar é reunir¹¹⁵.

Será isto dizer que ainda uma vez o discurso especulativo está ameaçado de retornar à poesia? Nada disso. Mesmo que se considere

113. Estas expressões são de S. Breton, *Du Principe*, Paris, Bibl. des Sc. Re., 1971, p. 137.

114. “Todo pensador pensa apenas um único pensamento... o pensador tem necessidade apenas de um único pensamento. E a dificuldade para o pensador é conservar esse pensamento único e singular, como a única coisa que para ele deve ser pensada: é pensar este Único e este Mesmo, e falar deste Mesmo de modo conveniente”, *Was heisst Denken?*, Tübingen, Niemeyer, 1971³, p. 20; tr. fr., *Qu'appelle-t-on penser?*, Paris, PUF, 1959, p. 48. J. Greisch, que cita este texto, comenta: “Interrogar o pensamento de Heidegger de maneira pensante é interrogar-se em primeiro lugar sobre este ‘Mesmo’ que lhe dá alento”, “Identité et différence dans la pensée de Martin Heidegger. Le chemin de l'*Ereignis*”, in *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, jan. 1973, p. 73.

115. NT — Em francês, *ressembler e rassembler*.

o *Ereignis* uma metáfora¹¹⁶, trata-se de uma metáfora de filósofo, no sentido em que se pode, a rigor, considerar metáfora a analogia do ser, que permanece sempre distinta de uma metáfora de poeta. A própria maneira pela qual Heidegger põe face a face, sem confundi-los, discurso poético e discurso filosófico, como em *Aus der Erfahrung des Denkens*¹¹⁷, atesta esse inultrapassável desvio entre o Mesmo que deve ser pensado e a semelhança metafórica. O notável, nesse pequeno texto, é que o poema não serve nele de ornamento ao aforismo filosófico, e que este não constitui a tradução do poema: poema e aforismos são mutuamente em um acordo de ressonância que respeita sua diferença. À potência imaginativa da poesia pensante, o poeta responde pela potência especulativa do pensamento poetizante.

Certo, a diferença torna-se ínfima quando o filósofo escolhe para estar face a face com uma poesia pensante — a dos poetas que poetizam sobre a linguagem, como Hölderlin — e lhe responde por um pensamento que poetiza, um “pensamento semipoético”. Mas, mesmo então, é o pensamento especulativo que usa recursos metafóricos da linguagem para criar sentido e assim responder à demanda da “coisa” de ser dita por uma inovação semântica. Tal procedimento nada tem de escandaloso, pois há muito tempo o pensamento especulativo se sabe distinto e responsável porque pensante. Também as metáforas do filósofo podem assemelhar-se bem às do poeta, pelo fato de operarem, como estas últimas, um desvio em relação ao

116. J. Greisch, “Les mots et les roses. La métaphore chez Martin Heidegger”, in *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, juill. 1973: “*Ereignis* seria a última instância que garante o pensamento da metáfora em Heidegger e, por isso, a sobrevivência do próprio discurso filosófico” (p. 449).

117. *Aus der Erfahrung des Denkens*, Pfullingen, Neske, 1954; tr. fr., “L'Expérience de la pensée”, in *Questions*, III, Paris, Gallimard, 1966, pp. 17-42. Deter-se-á em alguns aforismos na tradução de J. Greisch, *op. cit.*, p. 446: “O caráter poético do pensamento é ainda velado. — Lá onde se mostra, assemelha-se por muito tempo à utopia de uma razão semipoética. — Mas a poesia pensante é, na verdade, a topologia do ser (*Seyns*). — A esta, ela diz a morada de seu ser essencial (*die Ortschaft seines Wesens*).” Cf. outra tradução in *Questions*, III, p. 37. NT — *A experiência do pensar*. Tradução de Maria do Carmo Tavares de Miranda. Porto Alegre, Editora Globo, 1968.

mundo dos objetos e da linguagem ordinária, mas não se confundem com as metáforas do poeta. Deve-se dizer o mesmo do famoso etimologismo, já praticado por Platão e por Hegel. É lícito ao filósofo procurar dizer o estranho rejuvenescendo algumas metáforas mortas ou restituindo algumas acepções arcaicas de uma palavra. Nossa própria investigação preparou-nos para dizer que essa manobra de linguagem não implica nenhuma mística do “sentido primitivo”. Um sentido enterrado torna-se significação nova na instância de discurso. Com mais forte razão quando o pensamento especulativo o adota para abrir um caminho para a “coisa” mesma. É necessário considerar do mesmo modo o retorno de metáforas antigas, a da luz, do sol, da morada, do caminho. Seu uso em um novo contexto vale como uma inovação. Eis por que, se nenhuma é privilegiada, nenhuma é interdita. Não é de se admirar então que retorne a antiga meditação sobre a polissemia do ser e que, à maneira dos teóricos da analogia do ser, medite-se sobre um significar a mais — sobre um *Mehrdeutigkeit* — que se distingue da disseminação pura e simples — da *Vieldeutigkeit*¹¹⁸. Em seu debate com a nova polissemia do ser, a filosofia atesta que pensar não é poetizar.

Objetar-se-á que essa maneira de ler Heidegger não considera sua vontade de ruptura com a metafísica, nem o “salto” para fora de seu círculo que o pensamento poetizante exige.

É aqui, confesso-o, que deploro a posição tomada por Heidegger.

Não posso ver neste encerramento da história anterior do pensamento ocidental na unidade “da” metafísica senão a marca do espírito de vingança ao qual esse pensamento nos convida, apesar de tudo, a renunciar, ao mesmo tempo que à vontade de poder que parece inseparável deste último¹¹⁹. A unidade “da” metafísica é uma construção tardia do pensamento heideggeriano, destinada a justificar seu próprio labor de pensamento e a renúncia da qual ele gostaria de não ser mais uma ultrapassagem. Mas por que essa filosofia deveria recusar a todos os seus predecessores o benefício da ruptura

118. *Was heisst Denken?*, p. 68; tr. fr., *Qu'est-ce que penser?*, p. 113. *Unterwegs zur Sprache*, pp. 74-75.

119. J. Greisch, “Identité et différence...”, *op. cit.*, p. 83.

e da inovação que ela se arroga a si mesma? É chegado o momento, parece-me, de proibir esta comodidade, transformada em preguiça de pensamento, que inclui em uma única palavra — metafísica — o todo do pensamento ocidental¹²⁰.

Se se pode dizer que Heidegger pertence à linha da filosofia especulativa, é na medida em que, de fato, ele prossegue com novos meios de pensamento e de discurso e a serviço de uma nova experiência, uma tarefa análoga à de seus predecessores.

Qual filósofo, digno desse nome, antes dele, não meditou sobre a metáfora do caminho e não se considerou como primeiro a colocar-se em um caminho que é a linguagem dirigindo-se a ele? Qual não procurou o “solo” e “fundo”, a “casa” e a “clareira”? Qual não acreditou que a verdade era “próxima” e contudo difícil de perceber e mais difícil ainda de dizer, que ela estava escondida e contudo manifesta, aberta e contudo velada? Qual, de uma maneira ou de outra, não ligou o movimento do pensamento com sua capacidade de “regredir”, de dar um “passo atrás”? Qual não concebeu sua tarefa mais própria como um trabalho de pensamento sobre si mesmo e contra si mesmo? Qual não acreditou que, para continuar, seria necessário romper, proceder a um “salto” para fora do círculo das idéias aceitas? Qual não opôs o pensamento a partir do horizonte ao conhecimento pelos objetos, o pensamento meditativo ao pensamento representativo? Qual não soube que, em última instância, o “caminho” e o “lugar” são o mesmo, o “método” e a “coisa” idênti-

120. A tendência atual para englobar todo o pensamento ocidental na grande nebulosa da palavra “representação” requer as mesmas observações. Esquece-se que em filosofia as mesmas palavras não cessam de sempre retornar com um sentido novo que lhes confere a constelação de sentido do contexto. Sobre este ponto, não posso concordar com J. Greisch que vê, no “pensamento representativo”, “o olhar único dirigido ao ser”: aí está, diz ele, “sua determinação fundamental subjacente a todas as realizações históricas deste pensamento” (*op. cit.*, p. 84). O mesmo autor escreve, contudo: “O Ereignis confronta-nos imediatamente com o perpétuo tormento do pensamento que é o problema de sua relação com o ser” (p. 77). O próprio Heidegger não diz do Ereignis que, sendo ele o Inaudito do pensamento, é também “o mais antigo na filosofia ocidental” (*Zur Sache des Denkens*, Tübingen, Niemeyer, 1969, p. 25)? NT — *O fim da filosofia e a tarefa do pensamento*. Tradução e notas de Ernildo Stein, São Paulo, Nova Cultural, 4ª ed., 1989 (Os Pensadores).

cos? Qual não percebeu que a relação entre o pensamento e o ser não é uma relação no sentido lógico da palavra, que essa relação não pressupõe termos anteriores a ela, mas constitui de uma maneira ou de outra um co-pertencimento do pensamento ao ser? Qual filósofo, enfim, antes de Heidegger, não tentou pensar a identidade de outro modo que não como tautologia, a partir do co-pertencimento do pensamento e do ser?

Eis por que, em oposição à interpretação que Heidegger dá de si mesmo, sua filosofia da *Erörterung-Ereignis* só pesa por sua contribuição à incessante problemática do pensamento e do ser. O filósofo pode escrever sucessivamente *Sein, seyn, sein*, mas é ainda a questão do ser que é posta sob rasura. Também não é a primeira vez que o ser deve ser rasurado para ser reconhecido em sua reserva e em sua generosidade, em sua conservação e em sua gratuidade. Como os pensadores especulativos que o precederam, Heidegger está em busca da palavra mestra, “daquela que conduz todo o movimento de maneira decisiva”. O *es gibt* é, para ele, essa palavra. Ela porta a marca de uma ontologia determinada, na qual o neutro fala mais que a pessoa e na qual o dom representa, ao mesmo tempo, papel de destino. Essa ontologia procede de uma escuta mais atenta aos gregos que aos judeus, a Nietzsche que a Kierkegaard. É assim que é necessário, por seu turno, escutá-la sem a solicitar. Mas, como tal, ela não tem o privilégio de opor-se a todas as outras, relegadas à clausura “da” metafísica. Sua pretensão inadmissível é pôr fim à história do ser, como se “o ser desaparecesse no *Ereignis*”.

O preço dessa pretensão é a invencível ambigüidade das últimas obras, divididas entre a lógica de sua continuidade com o pensamento especulativo e a lógica de sua ruptura com a metafísica. A primeira lógica põe o *Ereignis* e o *es gibt* na linha de um pensamento sem cessar em vias de retificar-se a si mesmo, sem cessar à procura de um *dizer* mais apropriado que o *falar* ordinário, de um *dizer* que seria um *mostrar* e um *deixar-ser*, de um pensamento, enfim, que jamais renuncia ao discurso. A segunda lógica conduz a uma sequência de apagamentos e de abolições que precipitam o pensamento no vazio, o conduzem ao hermetismo e à preciosidade, e reconduzem os jogos etimológicos à mistificação do “sentido primi-

tivo”. Mais do que tudo, esta segunda lógica convida a libertar o discurso de sua condição proposicional, esquecendo a lição hegeliana concernente à proposição especulativa, que é ainda proposição¹²¹. É assim que esta filosofia torna a dar vida às seduções do inarticulado e do inexpresso, ou seja, a todo desespero da linguagem, próximo ao da penúltima proposição do *Tractatus* de Wittgenstein.

Para findar, gostaria de conservar, do último Heidegger, apenas esta admirável declaração: “Entre ambos, pensar e poetar, impera um oculto parentesco porque ambos, a serviço da linguagem, intervêm por ela e por ela se sacrificam. Entre ambos, entretanto, se abre ao mesmo tempo um abismo, pois ‘moram nas montanhas mais separadas’”¹²².

O que se caracteriza aqui é a própria dialética dos modos de discurso, em sua proximidade e em sua diferença.

De uma parte, a poesia, em si mesma e por si mesma, dá a pensar o esboço de uma concepção “tensional” de verdade, recapitula todas as formas de “tensão” trazidas à luz pela semântica: tensão entre sujeito e predicado, entre identidade e diferença; depois as reúne na teoria da referência duplicada e, enfim, as faz culminar no paradoxo da cópula, segundo o qual ser-como significa ser e não ser. Por esse *círculo* da enunciação, a poesia articula e preserva, em ligação com outros modos de discurso¹²³, a experiência de *per-tencimento* que inclui o homem no discurso e o discurso no ser.

121. Hegel, *Phénoménologie de l'Esprit*, Préface, IV. Tr. fr., Paris, Aubier, 1939, pp. 50-62. Deve-se censurar Hegel por ter magnificado o sujeito ao escrever: o verdadeiro é o sujeito? Este sujeito não é o eu pretensioso e solitário de que Heidegger faz justamente o processo. Ocorre com o sujeito o mesmo que com a representação: não há, imóvel e fechada por trás de nós, uma única filosofia do sujeito. NT — *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Meneses, apresentação de Henrique Cláudio de Lima Vaz. Petrópolis, Vozes, 1992 (partes I e II).

122. *Was ist das — die Philosophie?* Pfullingen, Neske, 1956, p. 45; tr. fr., *Qu'est-ce que la philosophie?*, Paris, Gallimard, 1957, p. 50. NT — *Que é isto — a filosofia?* Tradução e notas de Ernildo Stein. São Paulo, Nova Cultural, 4ª ed., 1989, p. 23 (Os Pensadores).

123. A experiência de pertencimento irriga outros modos de discurso além do discurso poético, e precede não apenas a consciência estética e seu juízo de gosto, mas a consciência histórica e sua crítica dos pressupostos, e toda a consciência linguística e sua pretensão de controlar e de manipular os signos. Reconhece-se nessa divisão triádica as três “regiões” entre as quais se distribui a filosofia hermenêutica de H.-G. Gadamer em *Wahrheit und Methode*.

De outra parte, o pensamento especulativo apóia seu trabalho na dinâmica da enunciação metafórica e a ordena em seu próprio espaço de sentido. Sua réplica só é possível porque o *distanciamento*, constitutivo da instância crítica, é contemporâneo da experiência de pertencimento, aberta ou reconquistada pelo discurso poético¹²⁴, e porque o discurso poético, enquanto texto e obra¹²⁵, prefigura o distanciamento que o pensamento especulativo leva ao seu mais alto grau de reflexão. Finalmente, a duplicação da referência e a redescritção da realidade, submetida às variações imaginativas da ficção, aparecem como figuras específicas de distanciamento, quando essas figuras são refletidas e rearticuladas pelo discurso especulativo.

O que se dá assim a pensar por verdade “tensional” da poesia é a dialética mais originária e mais dissimulada: a que reina entre a experiência de pertencimento em seu conjunto e o poder de distanciamento que abre o espaço do pensamento especulativo.

124. Em outro trabalho — do qual foram publicados trechos por *Philosophy Today*, 17 (2/4), 1973, sob o título “The task of hermeneutics”, pp. 112-128, e “The hermeneutical function of Distanciation”, pp. 129-141 —, elaboro esta dialética do pertencimento e do distanciamento no quadro da hermenêutica de língua alemã de Schleiermacher a Gadamer e em função do debate desta última, em primeiro lugar com as ciências do espírito, depois com as ciências sociais críticas, principalmente com a crítica das ideologias. Este último aspecto da controvérsia passa ao primeiro plano em meu ensaio “Herméneutique et critique des idéologies”, in *Démithologisation et Idéologie*, Éd. Castelli, Paris, Aubier, 1973, pp. 25-64.

125. Mostro em outro lugar de que maneira a noção de “texto” recobre as múltiplas modalidades de distanciamento ligadas não apenas à escritura, mas à produção do discurso como obra (“Qu’est-ce qu’un texte?”, in *Hermeneutik und Dialektik, Festschrift* en l’honneur de H.-G. Gadamer, t. II, Tübingen, Mohr, 1970, pp. 181-200). NT — Há ainda de Paul Ricoeur outro artigo sobre a metáfora, “O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento”, in Sheldon Sacks (org.), *Da Metáfora*. Tradução de Franciscus W. A. M. van de Wiel et. al. Revisão técnica de Cecília Almeida Salles e Nair Almeida Salles. São Paulo/Campinas, Educ/Pontes, 1992, pp. 145-160 (Semeion). Sobre a trajetória de Paul Ricoeur, cf. Jeanne Marie Gagnebin, “Contra os ídolos”, in *Jornal de Resenhas*, São Paulo, 10 de maio de 1997, p. 4, Folha de S. Paulo, e “Uma filosofia do *cogito* ferido: Paul Ricoeur”, in *Estudos Avançados*, São Paulo, 11 (30): 261-272, maio-agosto 1997.

Autores citados¹

- ALDRICH, Virgil C. “Pictorial Meaning, Picture-Thinking, and Wittgenstein’s Theory of aspects”, in *Mind*, 67, january 1958.
- . “Image-Mongering and Image-Management”, in *Philosophy and Phenomenological Research*, XXIII, september 1962.
- AQUINO, Tomás de. *Commentaire au Livre des Sentences*, Roma, Ed. Piana, 150.
- . *De Principiis Naturae*. Fribourg, Éd. Pauson, 1950, trad. fr. J. Madiran.
- . *De Veritate (Quaestiones disputatae)*. Torino, Ed. Spiazzi, 1949.
- . *De Potentia (Quaestiones disputatae)*. Torino, Ed. Pession, 1949.
- . *Summa theologica*. Roma, Ed. Leonina; trad. fr., *Somme théologique*. Trad. Sertillanges. Paris, éd. de la Revue des Jeunes, 1925ss.
- . *Lexicon of Saint Thomas Aquinas*. R. J. Deferrari and Mc Guinness. Washington, Catholic University of American Press, 1948.
- ARISTÓTELES. *Organon*: I *Catégories*, II *De l’interprétation*, V *Les Topiques*, VI *Les Réfutations sophistiques*. Trad. fr., J. Tricot. Paris, Vrin, 1946-1950.
- . *Les Topiques* 1. I à IV. Trad. fr., J. Brunschwig, Paris, Éd. des Belles Lettres, 1967.
- . *La Métaphysique*. 2 vols. Trad. fr. et commentaire J. Tricot. Paris, Vrin, 1953.
- . *Éthique à Nicomaque*. Trad. fr., introduction, notes et index J. Tricot. Paris, Vrin, 1959.
- . *Rhétorique*. T. I, II. Trad. fr. Dufour. Paris, Éd. des Belles Lettres, 1961; t. III. Trad. Wartelle, *ibid.*, 1973.
- . *Poétique*. Trad. fr. Hardy. Paris, Éd. des Belles Lettres, 1932, 1969⁵.
- . *Physique*. Trad. fr. Carteron. Paris, Éd. des Belles Lettres, 1931.
- ARNOLD, Uwe. *Die Entelechie*. Wien und München, Oldenbourg, 1965.

1. Encontrar-se-á uma ampla bibliografia anotada dos trabalhos sobre a metáfora in Warren A. Shibbes. *Metaphor: an Annotated Bibliography and History*. Whitewater/ Wisconsin, Language Press, 1971.

- AUBENQUE, Pierre. *Le Problème de l'être chez Aristote. Essai sur la problématique aristotélicienne*. Paris, PUF, 1962.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words?* Ed. J. O. Urmson. Oxford, The Clarendon Press, 1962; trad. fr., *Quand dire, c'est faire*. Paris, Éd. du Seuil, 1970.
- . *Philosophical Papers*. Ed. J. O. Urmson and G. J. Warnock. Oxford, The Clarendon Press, 1961. Cf. *La Philosophie analytique*. Paris, Éd. de Minuit, 1962.
- . "Performatif-Constatif", in *La Philosophie analytique*, pp. 271-281.
- BACHELARD, Gaston. *La poétique de l'espace*. Paris, PUF, 1957.
- . *La poétique de la rêverie*. Paris, PUF, 1960.
- BACON, Francis. *Novum Organum* (1620). London, Routledge and Sons, 1905.
- BALLY, Charles. *Traité de Stylistique française*. Genève/Paris, Georg et Klinksieck, 3^e ed., 1951.
- . *Linguistique générale et linguistique française*. Berne, A. Francke, 1932, 1944, 1965⁴.
- BARFIELD, Owen. *Poetic Diction: A Study in Meaning*. New York, McGraw Hill, 1928, 1964².
- BARTHES, Roland. "L'ancienne rhétorique, aide-mémoire", in *Communications*, 16: 172-229, 1970, Paris, Éd. du Seuil.
- BEARDSLEY, Monroe C. *Aesthetics*. New York, Harcourt, Brace and World, 1958.
- . "Metaphor", in *Encyclopaedia of Philosophy*. Paul Edwards. New York, Macmillan, vol. 5, 1967, pp. 284-289.
- . "The Metaphorical Twist", in *Philosophy and Phenomenological Research*, 22: 293-307, march 1962.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. I. Paris, Gallimard, 1966.
- . "La forme et le sens dans le langage", in *Le Langage, Actes du XIII^e Congrès des Sociétés de Philosophie de Langue Française*. Neuchâtel, La Baconnière, 1967, pp. 27-40.
- BERGGREN, Douglas. "The Use and Abuse of Metaphor", in *Review of Metaphysics*, 16 (I): 237-258, december 1962; II: 450-472, march 1963.
- BERGSON, Henri. "L'effort intellectuel", in *L'Énergie spirituelle* (*Rev. phil.*, janvier 1902).
- . "Introduction à la Métaphysique", in *La Pensée et le Mouvant* (RMM, 1903). (Cf. *Œuvres*. Édition du Centenaire. Paris, PUF, 1963) (NT — *Introdução à Metafísica*. Tradução de Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo, Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores)).
- BLACK, Max. *Models and Metaphors*. Ithaca, Cornell University Press, 1962.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1933, 1964².
- BRÉAL, Michel. "Les lois intellectuelles du langage", in *Annuaire de l'Association pour l'encouragement des études grecques en France*, 1883.

- . *Essai de Sémantique, Science des Significations*. Paris, Hachette, 1897, 1911⁵.
- BRETON, Stanislas. *Du Principe*. Paris, Bibl. Des Sc. Rel., 1971.
- . "Symbole, schéma, imagination. Essai sur l'œuvre de R. Giorgi", in *Revue Philosophique de Louvain*, fév. 1972.
- BRUNOT, Ferdinand e Charles Buneau. *Précis de grammaire historique de la langue française*. Paris, Masson, 1937.
- BRUNSCHWIG, Jacques. "Introduction" à la trad. fr. des *Topiques* d'Aristote, livres I à IV. Paris, Éd. des Belles Lettres, 1967.
- BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie: die Darstellungsfunktion der Sprache*. Jena, Verlag von Gustav Fischer, 1934 ("Die sprachliche Metapher", pp. 342-356).
- BURKE, Edmond. *Reflections on the Revolution in France* (1790). Éd. F. G. Selby. London, Macmillan, 1890.
- BURKE, Kenneth. *A Grammar of Motives* ("Four Master Tropes", pp. 503-517). New Jersey, Prentice Hall, 1945.
- CASSIRER, Ernst. *Philosophie der symbolischen Formen*. 3 vols. Darmstadt wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1953 (1924); trad. fr., *La Philosophie des formes symboliques*. Paris, Éd. de Minuit, 1972.
- CELLIER, Léon. "D'une rhétorique profonde: Baudelaire et l'oxymoron", in *Cahiers Internationaux de Symbolisme*, 8: 3-14, 1965.
- CHAIGNET, Anthelme Édouard. *La Rhétorique et son histoire*. Paris, Ed. Bouillon et E. Vieweg, 1888.
- CHENU, Marie-Dominique. *La Théologie au XII^e siècle*. Paris, Vrin, 1957.
- . *La Théologie comme science au XIII^e siècle*. Paris, Vrin, 1957.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. La Haye, Mouton, 1957; trad. fr., *Structures syntaxiques*. Paris, Éd. du Seuil, 1969.
- . *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MIT Press, 1965; trad. fr., *Aspects de la théorie syntaxique*. Paris, Éd. du Seuil, 1971. NT — *Aspectos da teoria da sintaxe*. Tradução de Armando Mora d'Oliveira. São Paulo, Abril Cultural, 3^a ed., 1985 (Os Pensadores).
- COHEN, Jean. *Structure du langage poétique*. Paris, Flammarion, 1966.
- COPE, Edward Meredith. *An Introduction to Aristotle's Rhetoric*. London and Cambridge, Macmillan, 1867.
- COPE, Edward Meredith and John Edwin Sandys. *The Rhetoric of Aristotle with a commentary*. 3 vols. Cambridge, Cambridge University Press, 1877.
- CRANE, Ronald Salmon (ed.). *Critics and Criticism. Essays in Method by a Group of the Chicago Critics*. Chicago, The University of Chicago Press, 1952.
- DARMESTETER, Arsène. *La Vie des mots étudiés dans leur signification*. Paris, Delagrave, 1887.
- DÉCARIE, Vianney. *L'Objet de la métaphysique selon Aristote*. Montréal/Paris, Vrin, 1961.

- DE LUBAC, Henri. *Exégèse médiévale*. Seconde partie, II. Paris, Aubier, 1964.
- DE RAEYMAEKER, Louis. "L'analogie de l'être dans la perspective d'une philosophie thomiste", in *L'Analogie, Revue Internationale de Philosophie*, 87: 89-106, 1969/1.
- DERRIDA, Jacques. "La mythologie blanche", in *Rhétorique et philosophie, Poétique*, 5, Paris, Éd. du Seuil, 1971. Republicado in *Marges de la philosophie*. Paris, Éd. de Minuit, 1972, pp. 247-324.
- DESCARTES, René. *Meditationes de prima philosophia*. Texte lat. et trad. du duc de Luynes, introduction et notes par Geneviève Lewis. Paris, Vrin, 5^a ed., 1960. NT — *Meditationes de prima philosophia*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas, IFCH/Unicamp, de fevereiro de 1994 a novembro de 1995. (Textos Didáticos); *Mediações*. Tradução de Jacó Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo, Difel, 1962 (Clássicos Garnier).
- DILTHEY, Wilhelm. "Die Entstehung der Hermeneutik" (1900) (*Gesammelte Schriften*). Leipzig/Berlin, Teubner, 1921-1958, t. V. Trad. fr., "Origine et développement de l'herméneutique" (par M. Remy), in *Le Monde de l'esprit* (Éd. Montaigne), 1: 319-340, 1947. Paris, Aubier.
- DOBSON, John Frederic. *The Greek Orators*. New York, Freeport, 1919, 1967.
- DUFRENNE, Mikel. *Phénoménologie de l'expérience esthétique*. Paris, PUF, 1953.
- . *Le Poétique*. Paris, PUF, 1963.
- DUFOUR, Médéric. "Introduction" à la trad. fr. de *Rhétorique I et II* d'Aristote. Paris, Éd. des Belles Lettres, 1932.
- DUMARSAIS, César. *Des tropes ou des différents sens dans lesquels on peut prendre un même mot dans une même langue*. Paris, Dabo-Butschert, 1730, 1825.
- DÜRING, Ingemar. *Aristoteles, Darstellung und Interpretation seines Denkens*. Heidelberg, Carl Winter, 1966.
- EBERLE, Rolf. "Models, Metaphors and Formal Interpretations", in Appendix a Colin M. Turbayne. *The Myth of Metaphor*. The University of South Carolina Press, 1970.
- ELSE, Gerald F. *Aristotle's Poetics. The Argument*. Cambridge/Massachusetts, Harvard University Press, 1963.
- ESNAULT, Gaston. *L'Imagination populaire: métaphores occidentales*. Paris, PUF, 1925.
- ESTÈVE, Cl. L. *Études philosophiques sur l'expression littéraire*. Paris, 1938.
- FABRO, Cornelio. *Partecipazione e causalità secondo S. Tommaso d. Aquino*. Torino, 1960, trad. fr., Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1961.
- FIRTH, John Rupert. *Papers in Linguistics* (1934-1951). Oxford, Oxford University Press, 1957.
- FONTANIER, Pierre. *Les Figures du discours* (1830). Introduction "La rhétorique des figures" par Gérard Genette. Paris, Flammarion, 1968.

- FRAZER, sir James. *The Golden Bough*. New York, Macmillan, 1923. NT — *O Ramo de Ouro*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- FREGE, Gottlob. "Ueber Sinn und Bedeutung", in *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 100, 1892; trad. fr., "Sens et dénotation", in *Écrits logiques et philosophiques*. Paris, Éd. du Seuil, 1971; trad. ingl., "On Sense and Reference", in *Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford, Blackwell, 1952.
- FREUD, Sigmund. *Die Traumdeutung, Gesammelte Werke*. T. II e III. Frankfurt, S. Fischer, 1961; trad. fr., *L'Interprétation des rêves*. Paris, PUF, 1967.
- FRYE, Northrop. *Anatomy of Criticism*. Princeton, Princeton University Press, 1957; trad. fr., *Anatomie de la critique*. Paris, NRF/Gallimard, 1970.
- GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode*. Tübingen, J. C. B. Mohr, 1960, 1965², 1973³.
- GEACH, Peter Thomas. *Mental Acts*. London, Routledge and Kegan Paul, 1957.
- . *Logic Matters*. Collected articles in English. Berkeley, University of California Press, 1972.
- GEIGER, Louis-Bertrand. *La Participation dans la philosophie de S. Thomas d'Aquin*. Paris, Vrin, 1942, 1953².
- GENETTE, Gérard. "La rhétorique restreinte", in *Communications*, 16, Paris, Éd. du Seuil, 1970.
- . *Figures*. I. Paris, Éd. du Seuil, 1966.
- GILSON, Étienne. *Le Thomisme*. Paris, Vrin, 6^a ed., 1965.
- . *L'Être et l'Essence*, Paris: Vrin, 1948.
- GODEL, Robert. *Les Sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure*. Genève/Paris, Droz/Minard, 1957.
- GOLDEN, Léon. "Catharsis", in *Transactions of the American Philosophical Association*, XLII: 51-60, 1962.
- GOLDEN, Léon and O. B. Hardison. *Aristotle's Poetics, a Translation an Commentary for Students of Literature*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1958.
- GOMBOCZ, Zoltán. *Jelenstétan, Pécs*, 1926 (cf. S. Ullmann).
- GOODMAN, Nelson. *Languages of Art, an Approach to a Theory of Symbols*. Indianapolis, The Bobbs-Merrill Co, 1968.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *Essai d'une philosophie du style*. Paris, A. Colin, 1968.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémantique structurale, Recherche de méthode*. Paris, Larousse, 1966.
- . *Du Sens. Essais sémiotiques*. Paris, Éd. du Seuil, 1970.
- GREISCH, Jean. "Identité et différence dans la pensée de Martin Heidegger, Le chemin de l'Ereignis" in *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, 57 (1): 71-111, janvier 1973, Paris, Vrin.
- . "Les mots et les roses. La métaphore chez Martin Heidegger", in *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, 57 (3): 443-456, juillet 1973, Paris, Vrin.

- GRICE, Paul. "Meaning", in *Philosophical Review*, 1957.
- . "Utterer's Meaning, Sentence-Meaning, and Word-Meaning", in *Foundations of Language*, august 1968.
- GROUPE µ (J. Dubois, F. Edeline, J. M. Klinkenberg, P. Minguet, F. Pire, H. Trinon, Centre d'Études Poétiques, Université de Liège). *Rhétorique générale*. Paris, Larousse, 1970.
- GUÉROULT, Martial. "Logique, argumentation et histoire de la philosophie chez Aristote", in *Mélanges em hommage à Ch. Perelman: La Théorie de l'argumentation. Perspectives et applications*. Louvain/Paris, Nauwelaerts, 1963.
- HARRIS, Zellig Sabbetai. *Methods in Structural Linguistics*. Chicago, The University of Chicago Press, 1951.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Esthétique*. II. Trad. fr. Paris, Aubier, 1964.
- NT — *Curso de Estética: o belo na arte*. Tradução de Álvaro Ribeiro e Orlando Vitorino. São Paulo, Martins Fontes, 1996; *Curso de Estética: o sistema das artes*. Tradução de Álvaro Ribeiro e Orlando Vitorino. São Paulo, Martins Fontes, 1997; *Curso de Estética*. Tradução de Marco Aurélio Werle, revisão de Márcio Seligmann Silva. São Paulo, Edusp, 1999.
- . *Encyclopédie des sciences philosophiques*. Trad. fr. Paris, Vrin, 1952.
- NT — *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio*. Volume I — A ciência da Lógica. Texto completo, com os adendos orais, traduzido por Paulo Meneses, com a colaboração de José Machado. São Paulo, Edições Loyola, 1995 (O Pensamento Ocidental); Volume II — A Filosofia da Natureza. São Paulo, Edições Loyola, 1997 (O Pensamento Ocidental), e Volume III — A Filosofia do Espírito. São Paulo, Edições Loyola, 1995 (O Pensamento Ocidental).
- . *Phénoménologie de l'Esprit*. Trad. fr. Paris, Aubier, 1939.
- HEIDEGGER, Martin. *Der Satz vom Grund*. Paris, Aubier, 1939, trad. fr. *Le Principe de raison*. Paris, Gallimard, 1962.
- . *Sein und Zeit*. Tübingen, Niemeyer, 1927, 1963¹⁰; trad. fr., *L'Être et le Temps*. Paris, Gallimard, 1964.
- . *Unterwegs zur Sprache*. Pfullingen, Neske, 1959.
- . *Was heisst Denken?* Tübingen, Niemeyer, 1954, 1971³; trad. fr., *Qu'appelle-t-on penser?* Paris, PUF, 1959.
- . *Aus der Erfahrung des Denkens*. Pfullingen, Neske, 1954; trad. fr., "L'expérience de la pensée", in *Questions III*. Paris, Gallimard, 1966.
- . *Zur Sache des Denkens*. Tübingen, Niemeyer, 1969.
- . *Was is das — die Philosophie?* Pfullingen, Neske, 1956, 1963³; trad. fr., *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris, Gallimard, 1957.
- HEMPEL, C. G. and P. Oppenheim. "The Logic of Explanation", in *Readings in the Philosophy of Science*. Edd. H. Feigl and M. Brodbeck. New York, 1953.
- HENLE, Paul. "Metaphor", in *Language, Thought and Culture*. Ed. Paul Henle. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1958.

- HENRY, Albert. *Métonymie et Métaphore*. Paris, Klincksieck, 1971.
- HERRSCHBERGER, Ruth. "The Structure of Metaphor", in *Kenyon Review*, 4, 1943.
- HESSE, Mary B. "The explanatory function of Metaphor", in *Logic, Methodology and Philosophy of Science*. Ed. Bar-Hillel, Amsterdam, North-Holland, 1965, republicado in "Appendice" a *Models and Analogies in Science*. University of Notre Dame Press, 1966, 1970.
- HESTER, Marcus B. *The Meaning of Poetic Metaphor*. The Hague, Mouton, 1967.
- HIRSCH, Eric Donald. *Validity in Interpretation*. New Haven and London, Yale University Press, 1967, 1969.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegomena to a Theory of Language* (1943). Trad. ingl. The University of Wisconsin Press, 1961. NT — *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo, Abril Cultural, 3ª ed., 1985 (Os Pensadores).
- . *Essais linguistiques (Travaux du Cercle linguistique de Copenhague, XII)*. Copenhagen: Nordisk Sprog-og Kulturforlag, 1959.
- HOSPERS, John. *Meaning and Truth in the Arts*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1948.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. *Ueber die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* (1836). Bonn, Dümmler, 1960 (fac-símile), trad. fr. *Introduction à l'œuvre sur le Kavi et autres essais*. Par Pierre Caussat. Paris, Éd. du Seuil, 1974.
- HUSSERL, Edmund. *Logische Untersuchungen*. Halle, Niemeyer, 2ª ed., 1913; trad. fr., *Recherches logiques*. Paris, PUF, 1969; trad. ingl., *Logical Investigations*. International Library of Philosophy and Scientific Method. London, Routledge and Kegan Paul, 1970.
- . *Ideen I, Husserliana, III*. La Hayer, Nijhoff, 1950; trad. fr., *Idées directrices pour une phénoménologie pure*. Paris, Gallimard, 1950.
- . *Nachwort zu den Ideen I, Husserliana V*, pp. 138-162; trad. fr., "Postface à mes Idées directrices pour une phénoménologie pure," in *Revue de "Métaphysique et de Morale"*, 1957, pp. 369-398.
- JAKOBSON, Roman. "Two Aspects of Language and Two Types of Aphasia Disturbances", in *Fundamentals of Language*. La Haye, Mouton, 1956; trad. fr., "Deux aspects du langage et deux types d'aphasie", in *Essais de linguistique générale*. Chap. II. Paris, Éd. de Minuit, 1963.
- . "Results of the Conference of Anthropologists and Linguistics", in *Suppl. To Inter-Journal of American Linguistics*, 19/2, 1953; trad. fr., "Le langage commun des linguistes et des anthropologues", in *Essais...*, chap. I.
- . "Closing statements: Linguistics and Poetics", in T. A. Sebeok. *Style in Language*. New York, 1960; trad. fr., "Linguistique et poétique", in *Essais...*, chap. XI.

- . “La Linguistique”, in *Tendances principales de la recherche dans les sciences sociales et humaines*. Chap. VI. Paris/La Haye, Moutoun/Unesco, 1970.
- KANT, Emmanuel. *Critique de la Raison pure*. Trad. Tremesaygues et Pacaud. Paris, PUF, 1963.
- . *Critique de la Faculté de juger*. Trad. A. Philonenko. Paris, Vrin, 1965.
- KENNEDY, George Alexander. *The Art of Persuasion in Greece*. Princeton, Princeton University Press, 1963.
- KLUBERTANZ, George Peter. *St. Thomas Aquinas on Analogy. A textual Analysis and systematic Synthesis*. Chicago, Loyola University Press, 1960.
- KONRAD, Hedwig. *Étude sur la métaphore*. Paris, Laverne, 1939, Vrin, 1959.
- LADRIÈRE, Jean. “Discours théologique et symbole”, in *Revue des Sciences Religieuses*, Strasbourg, t. 49, nn. 1-2, 1975.
- LAFFOUCRIÈRE, Odette. *Le Destin de la pensée et la “Mort de Dieu” selon Heidegger*. La Haye, Nijhoff, 1967.
- LANGER, Suzanne K. *Philosophy in a New Key*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1941, 1951, 1957.
- . *Feeling and Form. A Theory of Art*. New York, C. Scribner’s, 1953.
- LE GUERN, Michel. *Sémantique de la métaphore et de la métonymie*. Paris, Larousse, 1973.
- LEWIN, Kurt. *Field Theory in Social Science*. New York, 1951 (cf. Max Black, *op. cit.*, p. 241, nota 33).
- LINSKY, Leonard. *Referring*. London, Routledge and Kegan Paul, 1967; trad. fr., *Le problème de la référence*. Paris, Éd. du Seuil, 1974.
- LOSSKY, Vladimir. “Le rôle des analogies chez Denys le pseudo-Aréopagite”, in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Age*, 1930, pp. 279-309.
- LUCAS, Donald William. *Aristotle’s Poetics*. Text greek, introduction, commentary and appendix. Oxford, Clarendon Press, 1968.
- LYTTKENS, H. *The analogy between God and the World. An Investigation of its background and Interpretation of its Use by Thomas of Aquino*. Uppsala, Almqvist und Wiksells, 1952.
- MARTINET, André. *Éléments de linguistique générale*. Paris, A. Colin, 1961.
- . “Le mot”, in *Diogenes*, 51, Paris, Gallimard, 1965.
- . *A functional View of Language*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- MARTY, Anton. *Untersuchungen zur Grundlegung der allgemeinen Grammatik und Sprachphilosophie*. Halle, Niemeyer, 1908.
- MATORÉ, Georges. *La Méthode en lexicologie. Domaine français*. Paris, Didier, 1953.
- MCCALL, Marsh. *Ancient Rhetorical Theories of Simile and Comparison*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1969.

- McKEON, Richard. “Literary Criticism and the Concept of Imitation in Anti-quity”, in *Modern Philology*, august 1936, republicado in *Critics and Criticism* (veja-se R. S. Crane).
- . “Imitation and Poetry”, in *Thought Action and Passion*. Cap. IV. Chicago, The University of Chicago Press, 1954 and 1938.
- MEILLET, Antoine. “Comment les mots changent de sens”, in *Année sociologique*, 1905-1906, republicado in *Linguistique historique et Linguistique générale*. 2 vols. Paris, Champion, 1921 et 1938.
- MONTAGNES, Bernard. *La Doctrine de l’analogie de l’être d’après St Thomas d’Aquin*. Louvain/Paris, Nauwelaerts, 1963.
- MORIER, Henri. *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*. Paris, PUF, 1961.
- MORRIS, Charles William. *Signs, Language and Behavior*. New York, Prentice Hall, 1946.
- NAVARRE, Octave. *Essai sur la rhétorique grecque avant Aristote*. Paris, Hachette, 1900.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Le Livre du philosophe*. Trad. fr. A. K. Marietti. Paris, Aubier/Flammarion, 1969.
- . “Rhétorique et Langage”, textes trad., présentés et annotés par Lacoue-Labarthe et J.-L. Nancy, *Poétique*, 5: 199-142, 1971; Paris, Éd. du Seuil.
- NYROP, Kristoffer. *Grammaire historique de la langue française*. T. IV: *Sémantique*. Copenhagen, E. Bojeson, 1913.
- OGDEN, Charles Kay and Ivor Armstrong Richards. *The Meaning of Meaning*. London, Routledge and Kegan Paul, 1923, 1946⁸.
- OSGOOD, Charles Egerton and Thomas A. Sebeok. *Psycholinguistics. A survey of Theory and Research Problems*. Bloomington, Indiana University Press, 1965.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Collected Papers*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1931-1958, t. II: *Elements of Logic*. NT — Lygia Hellmeister. *Tradução de textos de Charles Sanders Peirce: alguns aspectos sobre a questão da verdade*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica. São Paulo, PUCSP, 1993; Maria de Lourdes Cardeal. *Hábito: um texto de Charles Sanders Peirce*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. São Paulo, PUCSP, 1996.
- PENIDO, M. T. L. *Le Rôle de l’analogie en théologie dogmatique*. Paris, Vrin, 1931.
- PEPPER, Stephen C. *World Hypotheses*. Berkeley, University of California Press, 1942.
- PERELMAN, Ch. et L. Olbrechts-Tyteca. *La Nouvelle Rhétorique. Traité de l’Argumentation*. Paris, PUF, 1958 (2 vol.); trad. ingl., *The New Rhetoric: a Treatise on Argumentation*. The University of Notre Dame Press, 1969.
- PLATÃO. *Dialogues*. Paris, Éd. des Belles Lettres.
- PÖGGELER, Otto. *Der Denkweg Martin Heideggers*. Pfullingen, Neske, 1963; trad. fr., *La Pensée de Martin Heidegger: un chemin ver l’être*. Paris, Aubier, 1967.

- POTTIER, Bernard. "Vers une sémantique moderne", in *Travaux de linguistique et de littérature*. Publiés par le Centre de Philosophie et de Littératures Romanes de l'Université de Strasbourg, tome II-1 (1964).
- . *Présentation de la linguistique. Fondements d'une théorie*. Paris, Klincksieck, 1957.
- PRICE, Henry Habberley. *The Philosophy of Rhetoric*. London/New York, Hutchinson's University Library, 1953, 1969².
- PRIETO and Ch. Muller. *Statistique et Analyse linguistique*. Strasbourg, Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Strasbourg, 1966.
- PSEUDO-DIONÍSIO Areopagita. *Œuvres complètes*. Trad. fr. Paris, Aubier, 1943.
- PUNTEL, L. B. *Analogie und Geschichtlichkeit*. T. I. Freiburg i. B., Herder, 1969.
- QUINTILIANO. *De Institutione Oratoria Libri Duodecim*. Leipzig, 1798-1834; trad. fr., *Institution oratoire*. Paris, Garnier, 1933-1934.
- RICHARDS, Ivor Armstrong. *The Philosophy of Rhetoric*. Oxford, Oxford University Press, 1936.
- . *Coleridge on Imagination*. London, Routledge and Kegan Paul, 1934, 1962³.
- ROSS, William David. *Aristotle*. London, Methuen, 1923, 1956⁵, trad. fr. *Aristote*. Paris, Vrin, 1930.
- ROUDET, Léonce. "Sur la classification psychologique des changements sémantiques", in *Journal de Psychologie*, XVIII, 1921.
- RUSSELL, Bertrand. "On denoting" (1905) in *Logic and Knowledge. Essays (1901-1950)*. London, G. Allen and Unwin, 1956.
- RUWET, Nicolas. "Préface à Roman Jakobson". *Essais de linguistique générale*. Paris, Éd. de Minuit, 1966.
- RUYER, Raymond. "L'expressivité", in *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1954.
- RYLE, Gilbert. *The Concept of Mind*. London, Hutchinson and Co, 1949.
- . "The theory of meaning", in *British Philosophy in the Mid-Century*. Ed. C. A. Mace. London, Allen and Unwin, 1957.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Éd. critique préparée par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1972.
- SEARLE, John. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969; trad. fr., *Les Actes de langage*. Paris, Hermann, 1972.
- SHELLEY, Percy B. "Defense of Poetry", in *The Complete Works of Percy B. Shelley*. 10 vol. New York, Gordian Press, 1965, vol. 7.
- SHIBLES, Warren A. *An Analysis of Metaphor*. La Haye, Mouton, 1971.
- . *Metaphor: an Annotated Bibliography and History*. Whitewater/ Wisconsin, Language Press, 1971.
- STANFORD, William Bedell. *Greek Metaphor, Studies in Theory and Practice*. Oxford: Blackwell, 1936.
- STERN, Gustaf. *Meaning and Change of Meaning, with Special Reference to the English Language*. Göteborgs Högskolas Årsskrift, 1931 (Indiana University Press, 1968).

- STEVENS, Wallace. *The Collected Poems of Wallace Stevens*. New York, Knopf, 1959.
- STRAWSON, Peter Frederick. "On Referring", in *Mind*, LIX, 1950.
- . *Individuals. An Essay in Descriptive Metaphysics*. London, Methuen, 1959; trad. fr., Paris, Éd. du Seuil, 1973.
- . "Intention and Convention in speech acts", in *The Philosophical Review*, LXIII, 1964.
- TODOROV, Tzvetan. *Littérature et Signification*. Appendice "Tropes et Figures". Paris, Larousse, 1967.
- TOULMIN, Stephen Edelston. *The Philosophy of Science: an Introduction*. London/New York, Hutchinson's Univ. Library, 1953.
- TRIER, Joseph. *Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes. Die Geschichte eines sprachlichen Feldes, I: Von den Anfängen bis zum Beginn des 13. Jh.* Heidelberg, 1931.
- . "Deutsche Bedeutungsforschung", in *Germanische Philologie: Ergebnisse und Aufgaben. Festschrift für O. Behaghel*. Heidelberg, 1934.
- . "Das sprachliche Feld. Eine Auseinandersetzung", in *Neue Jahrbücher für Wissenschaft und Jugendbildung*, X, 1934.
- TURBAYNE, Colin Murray. *The Myth of Metaphor*. Yale, Yale University Press, 1962. Ed. revised, The University of South Carolina Press, 1970 (Appendix: "Models, Metaphors and Formal Interpretations").
- ULLMANN, Stephen. *The Principles of Semantics*. Glasgow/Oxford, Jackson/Blackwell, 1951 (segunda edição ampliada, 1959).
- . *Précis de Sémantique française*. Berne, A. Francke, 1952, 1965³.
- . *Semantics. An Introduction to the Science of Meaning*. Oxford, Blackwell, 1962, 1967.
- URBAN, Willbur Marshall. *Language and Reality*. London/New York, Allen and Unwin/Macmillan, 1939, 1961³.
- VINSAUF, Geoffroy de. *Poetria Nova*. Éd. par E. Faral in *Arts poétiques des XII^e e XIII^e siècles*. Paris, Librairie Honoré Champion, 1958, pp. 27-33.
- VUILLEMIN, Jules. *De la logique à la théologie. Cinq études sur Aristote*. Paris, Flammarion, 1967.
- WELLEK, René and Austin Warren. *Theory of Literature*. New York/Harcourt, Brace and World, 1949, 1956³; trad. fr., *La Théorie littéraire*. Paris, Éd. du Seuil, 1971.
- WHEELWRIGHT, Philip. *The Burning Fountain*. Ed. revised. Indiana University Press, 1968.
- . *Metaphor and Reality*. Indiana University Press, 1962, 1968.
- WHORF, Benjamin Lee. *Collected Papers on Metalinguistics*. Washington DC, Foreign Service Institute, Dept. of State, 1952.
- WIMSATT, W. K. and M. Beardsley. *The Verbal Icon*. University of Kentucky Press, 1954.

- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Logisch-philosophische Abhandlung*. 1922; trad. fr., *Tractatus Logico-Philosophicus*. Paris, Gallimard, 1972.
- . *Philosophical Investigations* (1953). New York, Macmillan, 1953, 1968³; trad. fr., *Investigations philosophiques*. Paris, Gallimard, 1972.
- . *Blue and Brown Books*. New York, Harper, 1958; trad. fr., *Le Cahier bleu et le Cahier brun*. Paris, Gallimard, 1965.
- WOLFSON, Harry Austryn. "The amphybolous Terms in Aristotle, Arabic Philosophy and Maimonide", in *Harvard Theological Review*, 31: 151-173, 1938.
- WUNDT, Wilhelm. *Völkerpsychologie. Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprache, Mythos und Sitte*. 2. vols. Leipzig, 1922, vol. II: *Die Sprache*, 1903.

Índice de nomes

A

Alberto Magno, 420, 421
 Aldrich, 325, 483
 Alexandre de Afrodísia, 419
 Ângelo Silésio, 437
 Aristóteles, 12, 14, 17, 19, 21-23, 25, 28-43, 46-51, 53, 54, 57-63, 66-69, 71-73, 77, 78, 80, 83, 84, 89, 90, 95, 96, 100, 101, 113, 114, 118, 127, 131, 144, 153, 156, 160, 166, 168, 183, 205, 212, 239, 268, 293, 294, 298, 315, 320, 321, 326-328, 333, 334, 336-339, 343, 350, 367, 376, 382, 389, 394-400, 403-405, 407-411, 414, 415, 417, 419-423, 443, 444, 447, 451, 455, 470, 471, 480, 484, 489
 Arnold, 471, 483
 Aubenque, 51, 73, 404-410, 484
 Austin, 25, 118, 143, 458, 493, 484

B

Bachelard, 328, 484
 Bally, 310, 484
 Bar-Hillel, 246, 366, 489
 Barfield, 327, 381, 484
 Barthes, 18, 80, 228, 484
 Beardsley, 11, 47, 143, 145, 147, 148, 149, 151-156, 238, 293, 297, 303, 318, 320, 339, 360, 371, 484, 493
 Benveniste, 10, 15, 16, 103, 109-114, 116-121, 123, 127, 146, 157, 159, 192, 201-203, 206, 244, 271, 277, 305, 332-334, 397, 457, 458, 465, 484
 Berggren, 302, 372, 375, 387, 449, 484
 Bergson, 184, 380, 484
 Berkeley, 129, 171, 487, 491
 Black, 11, 14, 40, 108, 130, 134-141, 143, 149, 152, 153, 155, 204, 206, 260, 292, 293, 296, 299, 303,

318, 361, 366-369, 371-
373, 444, 484, 490
Bloomfield, 173, 174, 198, 484
Boileau, 104
Bréal, 160, 173, 179, 203, 484
Bruneau, 213
Brunschwig, 34, 35, 51-53,
483, 485
Bühler, 164, 166, 485
Bywater, 24

C

Cajetano, 417, 422
Carnap, 193, 246, 348
Cassirer, 164-166, 168, 327,
353, 354, 377, 485
Cellier, 258, 485
Chaignet, 18, 19, 21, 485
Chaplin, 274
Chenu, 421, 430, 485
Chomsky, 235, 485
Cícero, 43
Claudel, 297
Cohen, 163, 213, 217-220, 232,
234, 235, 238-242, 250,
254, 256, 259-261, 282,
297, 313-315, 347, 348,
362, 485
Coleridge, 130, 379, 380, 492
Cope, 18, 24, 42, 43, 45, 56,
58, 59, 485
Crane, 65, 485, 491

D

Darmesteter, 160, 485

De Lubac, 430, 486
De Raeymaeker, 424, 486
Décarie, 15-17, 72, 401, 404,
407, 472, 485
Derrida, 32, 34, 61, 64, 72, 98,
163, 393, 428, 439, 441,
442, 445, 447, 450-452,
486

Descartes, 383, 385, 386, 486
Dilthey, 337, 486
Diógenes Laércio, 19
Dobson, 21, 486
Dubois-Charlier, 235
Dufour, 24, 51, 56, 483, 486
Dufrenne, 15, 16, 267, 348, 486
Dumarsais, 88, 104, 185, 215,
275, 486
Düring, 55, 486

E

Eberle, 383, 486
Else, 67, 486
Entwistle, 196
Esnault, 185, 206, 299, 308-
310, 486
Espinosa, 383
Estève, 310, 311, 486
Euclides, 369, 422

F

Fabro, 420, 486
Fink, 72
Firth, 174, 203, 486
Fontanier, 10, 78, 83, 84, 88-
102, 104, 105, 107, 126,

129, 138, 141, 185, 187,
212, 213, 215, 216, 223,
226, 257, 268, 269, 277,
306, 318, 444, 448, 452,
486
Frazer, 274, 487
Frege, 119, 143, 146, 193, 278,
280, 332-335, 338, 458,
465, 487
Freud, 274, 275, 487
Frye, 230, 320, 322, 345-347,
350, 374, 375, 487

G

Gadamer, 40, 304, 481, 482,
487
Galmiche, 235
Geach, 119, 170, 171, 487
Genette, 15, 16, 18, 77, 78, 83,
88, 90, 91, 186, 212, 213,
216, 217, 220, 221, 227-
230, 232, 240, 262, 486,
487
Gilson, 424, 487
Godel, 159, 189, 487
Goethe, 473
Golden, 65, 67, 68, 487
Gombocz, 176, 184, 487
Goodman, 14, 34, 99, 205, 300,
352, 353, 355-357, 359,
361, 362, 364, 365, 372,
374, 487
Granger, 336, 487
Gray, 174
Greimas, 15, 16, 163, 209, 211,

222, 243, 248, 279, 281,
284, 309, 487
Greisch, 437, 476-479, 487
Grice, 114, 488
Griffith, 274
Grupo m, 209
Gueroult, 51

H

Hamelin, 395
Hardy, 24, 26, 32, 64, 483
Harris, 173, 488
Hegel, 395, 441, 449, 450, 451,
478, 481, 488
Heidegger, 14, 32, 61, 350,
393, 417, 433-439, 443,
449, 469, 474-481, 487,
488, 490, 491
Hempel, 369, 488
Henle, 288-290, 292, 293, 296,
298, 305, 318, 320, 488
Henry, 297, 299, 308, 309, 311,
315, 317, 372, 449, 492,
489
Herschberger, 301, 489
Hesse, 366, 369, 370, 373, 489
Hester, 102, 288, 319-327, 344,
347, 352, 386, 489
Hirsch, 42, 148, 489
Hjelmlev, 176, 245, 489
Hölderlin, 438, 477
Hospers, 322, 489
Hugo, 169, 311
Husserl, 121, 164, 201, 344,
432, 461, 462, 489

J

Jaeger, 407
 Jakobson, 12, 13, 30, 122, 180,
 183, 189, 198, 202, 203,
 209, 224-228, 243, 249,
 253, 269-272, 274, 277-
 281, 283, 284, 293, 304,
 320, 340-342, 346, 349,
 351, 466, 492, 489
 James, 130, 367, 487
 João de Santo Tomás, 422
 Johnson, 131

K

Kafka, 135
 Kant, 54, 290, 323, 395, 398,
 405, 417, 450, 464, 465,
 467, 490
 Keats, 290, 298
 Kelvin, 368
 Kennedy, 18, 490
 Kierkegaard, 480
 Klubertanz, 417, 490
 Kofman, 433
 Konrad, 163, 167, 168, 172,
 308, 311, 314, 315, 490

L

Lacoue-Labarthe, 433, 491
 Ladrière, 15, 16, 391, 456, 457,
 458, 462, 490
 Laffoucrière, 475, 490
 Langer, 320, 343, 347, 490
 Le Guern, 44, 163, 171, 209,

243, 248, 251, 253, 264,
 265, 278-281, 283-285,
 287, 288, 296, 303, 305,
 311, 318, 323, 325, 349,
 446-448, 490

Leibniz, 107
 Lewin, 372, 490
 Linsky, 115, 117, 490
 Lossky, 421, 490
 Lucas, 24, 30, 64, 490
 Lyttkens, 490

M

Mallarmé, 232, 235, 237, 261
 Martinet, 175, 490
 Marty, 173, 175, 490
 Maxwell, 367, 368
 McCall, 24, 42-46, 49, 268, 490
 McKeon, 65, 66, 491
 Meillet, 170, 174, 199, 491
 Montagnes, 417, 420, 422, 423,
 424, 427, 491
 Morier, 93, 491
 Muller, 210, 492

N

Nancy, 433, 491
 Navarre, 18, 491
 Newton, 385, 386
 Nietzsche, 18, 432, 433, 441,
 442, 480, 491
 Nyrop, 173, 491

O

Ogden e Richards, 176

Osgood, 173, 491

P

Parmênides, 398
 Péguy, 179, 285
 Peirce, 60, 277, 290, 292, 344,
 353, 367, 491
 Penido, 422, 491
 Pepper, 372, 491
 Perelman, 51, 129, 488, 491
 Platão, 20, 21, 51, 61, 65, 72,
 73, 79, 114, 120, 235, 386,
 396, 441, 449-451, 454,
 478, 491

Pope, 343
 Pottier, 163, 309, 492
 Price, 461, 492
 Prieto, 210, 492
 Pseudo-Dionísio Areopagita,
 492
 Puntel, 475, 492

Q

Quintiliano, 43, 44, 46, 492

R

Renouvier, 395
 Reverdy, 297
 Richards, 11, 43, 77, 96, 123,
 124, 126-137, 139, 147,
 149, 155, 176, 186, 288,
 296, 318, 323, 360, 379,
 380, 491, 492
 Riffaterre, 312
 Rimbaud, 264, 285

Ross, 24, 27, 33, 64, 410, 492
 Rostagni, 33
 Roudet, 184, 492
 Russell, 115, 117, 359, 401,
 457, 492
 Ruwet, 269, 274, 492
 Ruyer, 348, 492
 Ryle, 38, 141, 199, 262, 263,
 302, 360, 383, 492

S

Sandys, 485
 Schelling, 380
 Searle, 116, 119, 335, 456, 458,
 465, 492
 Sebeok, 224, 489, 491
 Shelley, 128, 492
 Stanford, 312, 389, 492
 Stern, 160, 173, 492
 Stevens, 156, 493, 493
 Strawson, 114-117, 164, 203,
 335, 456, 493

T

Todorov, 214, 215, 218, 226,
 231, 347, 349, 493
 Tomás de Aquino, 417, 418,
 420-422, 424-426, 430-
 432
 Toulmin, 368, 371, 493
 Trier, 160, 175, 196, 211, 493
 Troubetzkoy, 175, 210
 Turbayne, 141, 263, 302, 360,
 383-387, 449, 469, 486,
 493

U

Ullmann, 11, 162, 173-177,
179, 180-182, 184, 185,
188, 190, 191, 193, 194,
196, 197, 199, 200, 203-
206, 487, 493

Urban, 182, 493

Uspensky, 275

V

Valéry, 213, 232, 297, 343

Verlaine, 238

Vinsauf, 166, 167, 169, 314, 493

Vuillemin, 398-405, 412, 414,
415, 425, 493

W

Warren, 321, 483, 492, 493

Wartelle, 24, 56, 483

Wheelwright, 133, 299, 372,
381, 382, 387, 469, 493

Whitehead, 125

Whorf, 466, 493

Winsatt, 320

Wittgenstein, 13, 102, 127, 178,
193, 199, 200, 201, 320,
321, 323-325, 335, 359,
401, 454, 481, 494

Wolfson, 419, 494

Wundt, 166, 173, 183, 494

DISTRIBUIDORES DE EDIÇÕES LOYOLA

AMAZONAS

PAULINAS

Av. 7 de Setembro, 665
Tel.: (0**92) 633-4251 • Fax: (0**92) 633-4017
69005-140 Manaus, AM

BAHIA

LIVRARIA E DISTRIB. MULTICAMP LTDA

Rua Direita da Piedade, 203 – Piedade
Telefax.: (0**71) 329-0109
40070-190 Salvador, BA

EDITORIA VOZES LTDA

Rua Carlos Gomes, 698A
Conjunto Bela Center – loja 2
Tel.: (0**71) 329-5466 • Fax: (0**71) 329-4749
40060-410 Salvador, BA

PAULINAS

Av. 7 de Setembro, 680 – São Pedro
Tel.: (0**71) 329-2477 • Fax: (0**71) 329-2546
40110-001 Salvador, BA

DISTRIBUIDORA BAIANA DE LIVROS COM. REP. LTDA.

Av. Leovigildo Filgueiras, 449 – sala 1 – Bairro Garcia
Tel.: (0**71) 328-5593
40100-000 Salvador, BA

BRASILIA

EDITORIA VOZES LTDA

CRL/Norte – Q. 704 – Bloco A n. 15
Tel.: (0**61) 326-2436 • Fax: (0**61) 326-2282
70730-516 Brasília, DF

PAULINAS

SCS – Q. 05 – Bl. C – Lojas 18/22
Tel.: (0**61) 225-9595 • Fax: (0**61) 225-9219
70300-909 Brasília, DF

CEARÁ

EDITORIA VOZES LTDA

Rua Major Facundo, 730
Tel.: (0**85) 231-9321 • Fax: (0**85) 221-4238
60025-100 Fortaleza, CE

PAULINAS

Rua Major Facundo, 332
Tel.: (0**85) 226-7544/ 226-7398 • Fax: (0**85) 226-9930
60025-100 Fortaleza, CE

ESPÍRITO SANTO

PAULINAS

Rua Barão de Itapemirim, 216
Tel.: (0**27) 223-1318 • Fax: (0**27) 222-3532
29010-060 Vitória, ES

GOIÁS

LIVRARIA ALTERNATIVA

Varejo

Rua 21, nº 61 – Setor Central
Tel.: (0**62) 224-9358 • Fax: (0**62) 229-2667

Atacado

Rua 21, nº 25 – Setor Central
Tel.: (0**62) 229-0107 • Fax: (0**62) 212-1035
74030-070 Goiânia, GO

PAULINAS

Av. Goiás, 636
Tel.: (0**62) 224-2585 • Fax: (0**62) 224-2247
74010-010 Goiânia, GO

EDITORIA VOZES LTDA

Rua 3, nº 291 – Centro
Tel.: (0**62) 225-3077 • Fax: (0**62) 225-5994
74023-010 Goiânia, GO

MARANHÃO

PAULINAS

Rua de Santana, 499 – Centro
Tel.: (0**98) 232-3068 • Fax: (0**98) 232-2692
65015-440 São Luís, MA

MATO GROSSO

MARCHI LIVRARIA E DISTRIBUIDORA LTDA

Av. Getúlio Vargas, 381 – Centro
Tel.: (0**65) 322-6809/322-6967 • Fax: (0**65) 322-3350
78005-600 Cuiabá, MT

MINAS GERAIS

EDITORIA VOZES LTDA

Rua Sergipe, 120 – B. Funcionários
Telefax.: (0**31) 226-9010
30130-170 Belo Horizonte, MG

Rua Tupis, 114

Tel.: (0**31) 273-2538 • Fax: (0**31) 222-4482
30190-060 Belo Horizonte, MG

Rua Espírito Santo, 963

Telefax.: (0**32) 215-8061
36010-041 Juiz de Fora, MG

ACAIACA DISTR. DE LIVROS LTDA

Rua Itajubá, 2125

Tel.: (0**31) 481-1910
31035-540 Belo Horizonte, MG

Rua 129, nº 384 – Sta. Maria

Telefax.: (0**31) 848-3225

35180-000 Timóteo, MG

Rua João Lustosa, 15/201 – Lourdes

Telefax.: (0**32) 235-2780
36070-720 Juiz de Fora, MG

PAULINAS

Av. Afonso Pena, 2.142
Tel.: (0**31) 261-6623/ 261-7236 • Fax: (0**31) 261-3384
30130-007 Belo Horizonte, MG

Rua Curitiba, 870

Tel.: (0**31) 224-2832 • Fax: (0**31) 224-2208
30170-120 Belo Horizonte, MG

Rua Januária, 552

Tel.: (0**31) 444-4400 • Fax: (0**31) 444-7894
31110-060 Belo Horizonte, MG

PARÁ

PAULINAS

Rua Santo Antônio, 278 – Bairro do Comércio
Tel.: (0**91) 241-3607/ 241-4845 • Fax: (0**91) 224-3482
66010-090 Belém, PA

PARANÁ

EDITORIA VOZES LTDA

Rua Voluntários da Pátria, 41 – Centro
Tel.: (0**41) 233-1392 • Fax: (0**41) 224-1442
80020-000 Curitiba, PR

Rua Piauí, 72 – Loja 1

Tel.: (0**43) 337-3129 • Fax: (0**43) 325-7167
86010-390 Londrina, PR

A. LORENZET DISTRIB. E COM. DE LIVROS LTDA

Av. São José, 587 loja 03

Tel.: (0**41) 262-8992 • Fax: (0**41) 362-1367
80050-350 Curitiba, PR

PAULINAS

Rua Voluntários da Pátria, 225
Tel.: (0**41) 224-8550 • Fax: (0**41) 226-1450
80020-000 Curitiba, PR

Av. Getúlio Vargas, 276

Tel.: (0**44) 226-3536 • Fax: (0**44) 226-4250
87013-130 Maringá, PR

PERNAMBUCO, PARÁIBA, ALAGOAS, RIO GRANDE DO NORTE E SERGIPE

EDITORIA VOZES LTDA

Rua do Príncipe, 482 – Boa Vista
Tel.: (0**81) 423-4100 • Fax: (0**81) 423-6299
50050-410 Recife, PE

PAULINAS
Rua Duque de Caxias, 597 – Centro
Telefax: (0**83) 241-5591
58010-821 **João Pessoa**, PB
Rua Joaquim Távora Alegria, 71
Tel.: (0**82) 326-2575 • Fax: (0**82) 326-6561
57020-320 **Maceió**, AL
Rua João Pessoa, 224 – Centro
Tel.: (0**84) 212-2184 • Fax: (0**84) 212-1846
59025-500 **Natal**, RN
Rua Frei Caneca, 59 – Loja 1
Tel.: (0**81) 224-5812 • Fax: (0**81) 224-9028
50010-120 **Recife**, PE

RIO GRANDE DO SUL
EDITORA VOZES LTDA
Rua Riachuelo, 1280
Tel.: (0**51) 226-3911 • Fax: (0**51) 226-3710
90010-273 **Porto Alegre**, RS
Rua Ramiro Barcelos, 386
Tel.: (0**51) 225-4879 • Fax: (0**51) 225-4977
90035-000 **Porto Alegre**, RS
PAULINAS
Rua dos Andradas, 1.212
Tel.: (0**51) 221-0422 • Fax: (0**51) 224-4354
90020-008 **Porto Alegre**, RS

RIO DE JANEIRO
ZÉLIO BICALHO PORTUGAL CIA. LTDA
Vendas no Atacado e no Varejo
Av. Presidente Vargas, 502 – sala 1701
Telefax: (0**21) 233-4295/ 263-4280
20071-000 **Rio de Janeiro**, RJ
Rua Marquês de S. Vicente, 225 – PUC
Prédio Cardeal Leme – Pilotis
Telefax: (0**21) 259-0195
22451-041 **Rio de Janeiro**, RJ
Centro Tecnologia – Bloco A – UFRJ
Ilha do Fundão – Cidade Universitária
Telefax: (0**21) 290-3768
21941-590 **Rio de Janeiro**, RJ
EDITORA VOZES LTDA
Rua Senador Dantas, 118-I
Tel.: (0**21) 220-8546 • Fax: (0**21) 220-6445
20031-201 **Rio de Janeiro**, RJ
Rua Elvira Machado, 05 – Botafogo
Tel.: (0**21) 224-0864 • Fax: (0**21) 252-6678
22280-060 **Rio de Janeiro**, RJ
PAULINAS
Rua 7 de Setembro, 81-A
Tel.: (0**21) 224-3486 • Fax: (0**21) 224-1889
20050-005 **Rio de Janeiro**, RJ
Rua Doutor Borman, 33 – Rink
Tel.: (0**21) 717-7231 • Fax: (0**21) 717-7353
24020-320 **Niterói**, RJ

RONDÔNIA
PAULINAS
Rua Dom Pedro II, 864
Tel.: (0**69) 224-4522 • Fax: (0**69) 224-1361
78900-010 **Porto Velho**, RO

SANTA CATARINA
EDITORA VOZES
Rua Jerônimo Coelho, 308
Tel.: (0**48) 222-4112 • Fax: (0**48) 241-1007
88010-100 **Florianópolis**, SC

SÃO PAULO
DISTRIBUIDORA LOYOLA DE LIVROS LTDA
Rua Senador Feijó, 120
Telefax: (0**11) 232-0449
01006-000 **São Paulo**, SP
Rua Barão de Itapetininga, 246
Tel.: (0**11) 255-0662 • Fax: (0**11) 256-8073
01042-001 **São Paulo**, SP
Rua Quintino Bocaiuva, 234 – Centro
Tel.: (0**11) 3105-7198 • Fax: (0**11) 232-4326
01004-010 **São Paulo**, SP

Vendas no Atacado
Rua Conselheiro Ramalho, 692/694
Tel.: (0**11) 287-0688 • Fax: (0**11) 284-7651
01325-000 **São Paulo**, SP

EDITORA VOZES LTDA
Rua Senador Feijó, 168
Tel.: (0**11) 3105-7144 • Fax: (0**11) 3107-7948
01006-000 **São Paulo**, SP

Rua Haddock Lobo, 360
Tel.: (0**11) 256-0611/ 256-2831 • Fax: (0**11) 258-2841
01414-000 **São Paulo**, SP

Rua dos Parecís, 74
Tel.: (0**11) 3277-6266 • Fax: (0**11) 3272-0829
01527-030 **São Paulo**, SP

Rua Monte Alegre, 984 – 1º andar – Perdizes
Tel.: (0**11) 3670-8194
05014-001 **São Paulo**, SP

Rua Barão de Jaguará, 1164/1166
Tel.: (0**192) 31-1323 • Fax: (0**192) 34-9316
13015-002 **Campinas**, SP

PAULINAS
Rua Domingos de Moraes, 660
Tel.: (0**11) 572-4051 • Fax: (0**11) 549-7825
04010-100 **São Paulo**, SP

Rua XV de Novembro, 71
Tel.: (0**11) 3106-4418/ 3106-0602
Fax: (0**11) 3106-3535
01013-001 **São Paulo**, SP

Via Raposo Tavares, km 19,145
Tel.: (0**11) 810-1444 • Fax: (0**11) 810-0972
05577-200 **São Paulo**, SP

Av. Marechal Tito, 981
São Miguel Paulista
Tel.: (0**11) 297-5756 • Fax: (0**11) 6956-0162
08020-090 **São Paulo**, SP

SERGIPE
LIVRARIA KYRIE
Av. Augusto Maynard, 543 – S. José
Tel.: (0**79) 224-6279 • Fax: (0**79) 224-5837
49015-380 **Aracaju**, SE

PORTUGAL
MULTINOVA UNIÃO LIV. CULT.
Av. Santa Joana Princesa, 12 E
Tel.: 842-1820/ 848-3436
1700 **Lisboa**, Portugal

LIVRARIA LER LTDA
Rua 4 de infantaria, 18-18A
Tel.: 388-8371/ 60-6996
1350 **Lisboa**, Portugal

EDITORA VOZES
Av. Miguel Bombarda, 21A
Tel.: 355-1127
1050 **Lisboa**, Portugal

Se você gostou desta publicação e gostaria de conhecer outras obras desta editora, preencha a ficha de cadastramento, nos envie e receba em casa informações atualizadas de nossas publicações.

FICHA DE CADASTRAMENTO

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Fone: _____ Fax: _____

e-mail: _____

FORMAÇÃO: () 1º Grau () 2º Grau () Superior

FAIXA ETÁRIA: () De 0 a 14 () De 15 a 30
() De 31 a 60 () Mais de 60

RENDA FAMILIAR: () Mais de 30 salários
() De 20 a 30 salários
() de 10 a 20 salários
() de 3 a 10 salários
() Menos de 3 salários

ÁREAS DE INTERESSE

- | | |
|--|---|
| ☐ 000 Política/Sociologia | ☐ 150 Psicologia |
| ☐ 300 Ciências Sociais | ☐ 001 Auto-ajuda |
| ☐ 160 Parapsicologia | ☐ 320 Economia |
| ☐ 100 Filosofia | ☐ 200 Teologia/pastoral |
| ☐ 380 Livros Didáticos | ☐ 400 Espiritualidade |
| ☐ 650 Comunicação | ☐ 800 Literatura |
| ☐ 500 Educação | ☐ 653 Relações Públicas |
| ☐ 850 Literatura Inf.-Juvenil | ☐ 610 Saúde |
| ☐ 700 Arte | ☐ 900 História/Geografia |

ENVIAR ESTA FICHA PARA EDIÇÕES LOYOLA

POR CORREIO – Caixa Postal 42.335 – 04299-970 São Paulo, SP

POR FAX – (0**11) 6163-4275

POR INTERNET – loyola@ibm.net

Se o(a) senhor(a) não encontrar este ou qualquer um de nossos títulos em sua livraria preferida ou em nosso distribuidor, faça o pedido por reembolso postal diretamente a:

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga – 04216-000 São Paulo, SP
C.P. 42.335 – 04299-970 São Paulo, SP / ☎ (0**11) 6914-1922/ Fax: (0**11) 6163-4275
Home page e vendas: www.loyola.com.br — e-mail: vendasloyola@ibm.net

